8º ciclo ibero-americano de diálogos contemporâneos

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-americano de Diálogos Contemporâneos:

História, Poder e Representações



Organização:
Maria Ferreira
Elis Regina Barbosa Angelo

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
NUPAH
PPGPACS

Apoio
Editora Cravo
UFRRJ

ACTAS COMPLETAS E RESUMOS DO 8º CICLO IBERO-AMERICANO DE DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS: HISTÓRIA, PODER E REPRESENTAÇÕES

Editora Cravo

Comité Científico

Jorge Chinea
(Wayne State University - EUA)

Keila Grinberg
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

Leonardo Rosa Ramos
(Università Pontificia Salesiana - Itália)

Marcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso Brasileiro - Portugal)

Márcia Maria Menendes Motta
(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

Monique Montenegro
(Instituto Ensinar Brasil - Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(Universidade Estácio de Sá/Universidade Veiga de Almeida - Brasil)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofía Ezequiel de Olaso/Centro de Investigaciones Filosoficas - Argentina)

Maria Ferreira
Elis Regina Barbosa Angelo
(Org)

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações

Editora Cravo
Porto, 2026

Copyright © 2026 **Editora Cravo**

Título: **Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações**

Direção Editorial: Lou Calainho

Edição e Diagramação: Equipa Editora Cravo

Projeto gráfico e capa: Cida Santos

Grafismo: Sofia Ferreira

ISBN 978-989-9037-90-8

Conselho Editorial
Lou Calainho
Magno F. Borges
Maria Auxiliadora B. dos Santos

Dados para Catalogação da Obra

Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos
(2026 : Porto, Portugal).

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações [recurso eletrónico] / Maria Ferreira, Elis Regina Barbosa Angelo (org.). – Porto : Editora Cravo, 2026.

E-book (pdf): 9Mb

ISBN 978-989-9037-90-8

1. Educação - Congressos. 2. Ensino Superior. 3. Investigação Científica. 4. Encontro Científico. I. Ferreira, Maria. II. Angelo, Elis Regina Barbosa. III. Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura. IV. Título.

CDD: 370

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores e autores.

Editora Cravo
Somos livros, somos livres
Porto, Portugal

www.editoracravo.pt
contacto@editoracravo.pt
+351 960 221 473

8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO……..17

RESUMOS

HISTÓRIA, PODER, CULTURA E REPRESENTAÇÕES DA DIFERENÇA: A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL DA IGUALDADE INCLUSIVA NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS
ADRIANA DIAS VIEIRA | CARLOS ALBERTO LIMA DE ALMEIDA……..……19

COMPANHIA EVONEAS FLUMINENSE: INTERESSES PRIVADOS E OBRAS PÚBLICAS (RIO DE JANEIRO, 1890-1892)
ALEXANDRA DO NASCIMENTO AGUIAR…….....20

EXPOSIÇÃO MUSEOGRÁFICA DE FONTES DOCUMENTAIS DA COLEÇÃO ARTÍSTICO DIDÁTICA MARINA MONARCHA (1933-2022)
ALEXANDRE GALVÃO LEITE | DIONE COLARES DE SOUZA…….....21

SEDICIOSOS PERULEROS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JURÍDICO-POLÍTICO DAS REBELIÕES DE GONZALO PIZARRO (1544-48), FRANCISCO HERNÁNDEZ GIRÓN (1553-54) E LOPE DE AGUIRRE (1560-61) NO PERU
ALINE ALVES LEMES…….....22

PROSOPOGRAFIA E REDES DE SOCIABILIDADE: A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA DAS HISTORIADORAS NO BRASIL (1960-1990)
ANA LÚCIA DA SILVA……...….....23

HISTÓRIA, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES: O BAIRRO DO MORUMBI, SÃO PAULO, CAPITAL
ARLETE ASSUMPÇÃO MONTEIRO……24

REPRESENTAÇÕES DA FRONTEIRA E CRÍTICA SOCIAL: UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO LITERÁRIA DE HÉLIO SEREJO NO CONTEXTO ERVATEIRO
AUGUSTO CÉSAR DE ALMEIDA BARBOSA | DOLORES PUGA……25

SOBERANIA EPISTÊMICA E SABERES ANCESTRAIS: DESCONSTRUINDO HIERARQUIAS DE PODER NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES BOE-BORORO
BEATRIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA FEITOSA | ADRIANO BORO MAKUDA……26

CAMPESINATO QUILOMBOLA : SEMENTES DE RESISTÊNCIA FRENTE AOS DESAFIOS FUNDIÁRIOS
BEATRIZ SANTOS PONTES……..……27

“COUSAS QUE REVOLTAM”: A REVOLTA DA CHIBATA NAS CHARGES E CARICATURAS D'O MALHO
BRUNO DAL BOSCO SENA……...……28

HISTÓRIA SUBTERRÂNEA DO SOM BRASILEIRO. UMA REPRESENTAÇÃO VIRTUAL DE SETE TÉCNICAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA DISCOGRAFIA NACIONAL
BRUNO TAVARES MAGALHÃES MACEDO……...……29

MODA E REPRESENTAÇÃO NO BRASIL DO INÍCIO DO OITOCENTOS
CAMILA BORGES DA SILVA……30

GOLPES E FRAUDES DIGITAIS NA SOCIEDADE CONECTADA: ARTE, PODER E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
CARLA GONÇALVES TÁVORA……...……31

"VIVA O POVO!": IDEIAS REPUBLICANAS E REPRESENTATIVIDADE DE PODER NO MOTIM DE VILA RICA E NA INCONFIDÊNCIA DE CURVELO DA AMÉRICA PORTUGUESA
CÉLIA NONATA DA SILVA……...……32

O PROCESSO JUDICIAL NA DOUTRINA DE TOMÁS DE AQUINOO
CLAUDIO PEDROSA NUNES……....……33

O ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO NO PERÍODO POMBALINO: POSSIBILIDADES ACERCA DO USO DO PARADIGMA INDICIÁRIO PARA CASOS DE CORRUPÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA (C. 1750–1777)
DANIEL COSTA SILVA……...…34

AQUI LEVÁVAMOS A MESMA VIDA PACATA DE SEMPRE! AS MEMÓRIAS INCOMODAS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE JAGUARÃO- RS
DARLISE GONÇALVES DE GONÇALVES……..35

EPISTEMICÍDIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: O APAGAMENTO DE CORPOS QUEER EM MOÇAMBIQUE E A RECUPERAÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS
DAVID ALMEIDA FRANCISCO HOUANA……..36

DA PALAVRA INTERDITADA AO SILÊNCIO INSTITUÍDO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS DISCURSOS DE JOÃO GOULART E FIGUEIREDO (1964-1979)
DERAÇUEIDE ALVES DE SOUSA DOS SANTOS……..37

CAROLINA EM DOIS TEMPOS: DIÁRIO E DOCUMENTÁRIO COMO TESTEMUNHOS DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL
DIEGO VINICIUS FILÓ MOREIRA | HENRY MARCELO MARTINS DA SILVA……38

O CORPO FEMININO NA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980: A MORENIDADE DO CORPO BRONZEADO EM FORTALEZA (CE)
DIOCLECIANA PAULA DA SILVA……...…39

PODER, REPRESENTAÇÃO E USOS DO PASSADO: O TEATRO DE DIONISO EM ATENAS ENTRE A REALIDADE VIRTUAL E A MEDIAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA
DOLORES PUGA……40

"AMA DE LEITE. PRECISA-SE DE UMA SEM FILHO": UMA ANÁLISE SOBRE A EXPLORAÇÃO DA MATERNIDADE ESCRAVA A PARTIR DOS ANÚNCIOS DE ALUGUEL DE AMAS DE LEITE - PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE (1850-1888)
ELAINNE CRISTINA JORGE DIAS……...…41

GETÚLIO VARGAS E A REPRESENTAÇÃO DE UM BRASIL FORTE ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ELIANA CARMEM DA SILVA……....……42

DO TEATRO CLÁSSICO AO TEATRO POLÍTICO: REPRESENTAÇÕES DO PODER FEMININO EM LISÍSTRATA E LISA, A MULHER LIBERTADORA
EMILY NICOLE MORELLI | DOLORES PUGA……43

REPRESENTAÇÕES DO PASSADO E DESAFIOS DO PRESENTE: O PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA ILHA DA MARAMBAIA – RJ NA LUTA POR DIREITOS
FABIANA HELENA DA SILVA……..……44

MITO E MEMÓRIAS NAS BARRANCAS DO SÃO FRANCISCO: NARRATIVAS SOBRE ANTÔNIO DÓ
FABÍOLA AGUIAR SANTOS NUNES E SOARES……45

INTEGRAR E EXCLUIR: RACISMO CIENTÍFICO E A DINÂMICA DA DEMOCRACIA RACIAL DE GILBERTO FREYRE
FELIPE AZEVEDO CAZETTA……..……46

OS INFORMANTES DE GETÚLIO VARGAS NA AMÉRICA LATINA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
FILIPE QUEIROZ DE CAMPOS……47

UM ACERVO AMAZÔNICO EM PORTUGAL: CULTURA MATERIAL E MEMÓRIA INDÍGENA NA COLEÇÃO DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA (ARF) NO MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
GIOVANNA FLAMESCHI ANGELONI……...48

ESQUERDA E REPRESENTAÇÃO: DISPUTAS DISCURSIVAS-ONTOLÓGICAS NAS REDES DIGITAIS
GIOVANNI CODECA DA SILVA……..……49

A CIDADE IMPRESSA: REPRESENTAÇÕES URBANAS NOS ALMANAQUES DO INTERIOR PAULISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX
HENRY MARCELO MARTINS DA SILVA……50

PATRIMÔNIOS FANTASMAS: ENTRE A AUSÊNCIA E A MEMÓRIA
ISABELLE DA SILVA PEIXOTO……...…51

O PROBLEMA DA TEMPORALIDADE EM HÉLÈNE METZGER-BRUHL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ALVORECER DA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS
ISADORA DE MELO E SILVA BASTOS……...52

A ASTÚCIA DOS JECAS EM CENA EM DOIS FILMES DE MAZZAROPI
JOSÉ APARICIO DA SILVA……....……53

A LENTE DO RESSENTIMENTO: DESALENTO ECONÔMICO, ANTIPETISMO E O DESEJO DE RUPTURA INSTITUCIONAL ENTRE JOVENS BRASILEIROS (2019-2023)
JOSÉ ELIAS DOMINGOS COSTA MARQUES……..……54

SAPPHO E O GENERO PEPLUM: PODER E REPRESENTAÇÃO FEMININA
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA GOMES……...……55

A ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1994 NAS CHARGES DOS JORNAIS "FOLHA DE SÃO PAULO" E "O ESTADO DE SÃO PAULO"
JULIA LUÍSA DE CARVALHO MENSATTI……..….56

UMA ANÁLISE SOBRE MULHERES MIGRANTES CONGOLESAS NO RIO DE JANEIRO
JULIA MOULIN ALMEIDA PEREIRA | MANI TEBET AZEVEDO DE MARINS……57

WOMEN IN REVOLT: CONTRADIÇÕES FEMINISTAS EM NOVA YORK NOS ANOS 1970
JULIANA MAFRA……...…58

GEMPA 10 ANOS: GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER DE PALHOÇA EM PESQUISA E EXTENSÃO
JULIANE DI PAULA QUEIROZ ODININO……59

A SEGUNDA GERAÇÃO E O HOLOCAUSTO: DESDOBRAMENTOS DA PÓS-MEMÓRIA NA OBRA DE ART SPIEGELMAN
KATHIANE THAÍS FACENDA……..……60

FORMAÇÃO JURÍDICA E CIRCULAÇÃO DE SABERES: TRAJETÓRIAS DE MAGISTRADOS ENTRE RECIFE, COIMBRA E O AMAZONAS (1859-1909)
KIVIA MIRRANA DE SOUZA PEREIRA……..…61

O MITO DA NOVA RESTAURAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE CONSENSO EM TORNO DO ESTADO NOVO NOS MANUAIS ESCOLARES DOS ENSINOS TÉCNICO-PROFISSIONAL E LICEAL (1967–1970)
LARA COLETTO……62

COVID-19 E SUAS RELAÇÕES COM A GRIPE ESPANHOLA: O CONTEXTO BRASILEIRO
LARISSA MENDANHA CABRAL……..63

AFONSO ARINOS E DARCY RIBEIRO: OS INTELECTUAIS E O PESO DA GERAÇÃO
LAURINDO MEKIE PEREIRA……...……64

CORPOS COMO TERRITÓRIOS DE PODER: PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA MULHER COMO TÉCNICA DE CONTROLE SOCIAL
LETICIA MARIA DE OLIVEIRA BORGES | LIANE GUIMARÃES REIS……65

OS AGRICULTORES DE CULTIVO ILÍCITO DE CANNABIS SOB A ÓTICA DO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1940-1980)
LILIAN DA ROSA……...…66

A NOVA ESTÉTICA DA EXTREMA-DIREITA: HUMOR, GÊNERO E EXCLUSÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA GLOBAL
LUANNA JALES DUQUE DE ALBUQUERQUE……67

A CAMISA DA SELEÇÃO BRASILEIRA COMO INSTRUMENTO DE PODER: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E IDENTIDADE NO BOLSONARISMO
LUCAS DE LIMA PINHEIRO……68

ENTRE O TRAUMA E A URGÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PRESENTISMO NA NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA DO BRASIL SOBRE O HAITI CONTEMPORÂNEO
LUCY VICTORIA CHIMILOWSKI……69

ECOS DE UANDA E ILUNDO: PRÁTICAS E SABERES FEMININOS EM ÓSCAR RIBAS
LUIZ AUGUSTO PINHEIRO LEAL……...…70

TEORIA DA HISTÓRIA E CULTURA DIGITAL
LUIZ CARLOS BENTO……...…71

CUIDADO FAMILIAR E COMUNITÁRIO: DESAFIOS E VULNERABILIDADES DE MULHERES EM PERIFERIAS URBANAS
MARCELA RESENDE PEREIRA NASCIMENTO | VIVIAN PRADO PEREIRA | MAYARA TEIXEIRA DE PAULA……....…72

DOMINIO DE SÍ Y SUBJETIVIDAD EN LA GESTA ESTÉTICO-POLÍTICA DE LA CONSTITUCIÓN DEL CIUDADANO EN LA GRECIA CLÁSICA. EL JUEGO DE LAS METÁFORAS
MARIA CECILIA COLOMBANI……73

ENTRE O LÚDICO E A CRÍTICA: A PADARIA ESPIRITUAL E A ATUALIDADE DE UM PROJETO LITERÁRIO DO SÉCULO XIX
MARIA ELIZABETH COSMO MELO……...……74

USOS PÚBLICOS DE LA HISTORIA Y DIMENSIONES POLÍTICAS DE LA MEMORIA: EL CASO DE LA PROVINCIA PRESIDENTE PERÓN (CHACO, 1953-1955)
MARÍA ZURLO……...……75

UMA (OUTRA) LEITURA DA HISTÓRIA: PORTUGUESES E HOLANDESES NO NORDESTE BRASILEIRO A PARTIR DA PEÇA "CALABAR, O ELOGIO DA TRAIÇÃO" (CHICO BUARQUE E RUY GUERRA, 1973)
MARIANA ROSELL……76

MASCULINIDADES CONECTADAS: UM OLHAR PARA PEDAGOGIAS CULTURAIS QUE CONSTITUEM PRÁTICAS DE HOMENS DENTRO DE UMA CIBERCULTURA DE GRAND THEFT AUTO – GTA
MAURICIO NAZARETE LOPES | ANA ALEXANDRE VALENTE RODRIGUES | MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA……..…77

TRABALHO DE CUIDADO E CONDIÇÕES DE VIDA ENTRE MULHERES PERIFÉRICAS
MAYARA TEIXEIRA DE PAULA | VIVIAN PRADO PEREIRA | MARCELA RESENDE PEREIRA NASCIMENTO……78

OKINKA PAMPA (UKA NHIMPAM): A PERSONIFICAÇÃO DA MULHER BIJAGÓ
MEDILANDA ELISEU AMÓS TUBENTO SANCA……..79

INTEGRALISMO, FASCISMO E DEMOCRACIA: A TRAJETÓRIA DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR (PRP)
MILENE DO CARMO GOMES……...……80

IMIGRANTES QUE NUNCA IMIGRARAM: OS ITALIANOS DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL E SUAS REPRESENTAÇÕES
MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS | MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI……...…81

REPRESENTACIONES SOCIALES Y PODER EN LA GESTIÓN DEL AGUA: UNA MIRADA HISTÓRICA A LA GOBERNANZA AMBIENTAL EN CONTEXTOS URBANOS IBEROAMERICANOS DESDE EL CINE
MIXZAIDA YELITZA PEÑA ZERPA | CLARITZA ARLENET PEÑA ZERPA……..…82

A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA NO ESPAÇO ESCOLAR: FORMAS DE RESISTÊNCIA E QUESTÕES DE GÊNERO
MONA MARES LOPES DA COSTA BENTO……83

RESGATANDO O PORTO VERMELHO:A LUTA E A MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS NO VALONGO
NANCI LANCHA NOVO | TATHIANNI CRISTINE DA SILVA | MARCOS RAFAEL DA SILVA | CLARA VERSIANI DOS ANJOS PRADO……...…84

ESTADOS NOVOS, « CULTURAS NOVAS »: A GESTÃO DA CULTURA NO ESTADO NOVO DE SALAZAR E NO ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS
NATANE RINCON AZEVEDO……..…85

ENTRE A METRÓPOLE E A COLÔNIA: MESTRE VALENTIM, TROCAS CULTURAIS E ARTISTAS AFRO-BRASILEIROS NO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA
NATHÁLIA MOMESSO DE MENEZES……...86

HISTÓRIA, LITERATURA E SOCIEDADE NOS ALMANAQUES DE SÃO PAULO: 1886-1929
OMAR SUFEN FILHO……87

HISTÓRIA, PODER E REPRESENTAÇÕES NA REESTRUTURAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO REINO DO HUMBE (SUDOESTE DE ANGOLA)
PAULO PEREIRA OLIVEIRA MATOS | DAVID CALEI SALOMÃO……..…88

ENTRE ESCOLA E MEMÓRIAS: CONTRIBUIÇÕES DO GINÁSIO MUNICIPAL À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PIRACURUCA-PI
PAULO TIAGO FONTENELE CARDOSO | PEDRO PIO FONTINELES FILHO……..…89

DA VILLA A CASA GRANDE: A ARQUITETURA RURAL PERNAMBUCANA COMO MARCO DE PODER DAS ELITES AÇUCAREIRAS COLONIAIS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII
RAFAEL FERREIRA COSTA……...…90

REPRESENTAÇÕES DO FEMININO: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS TRANSFORMAÇÕES DE CIRCE
RAFAELA DOS SANTOS TEIXEIRA | DOLORES PUGA ALVES DE SOUSA……91

ENTRE MITOS E HISTORICIDADES: CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E NARRATIVAS DE FUNDAÇÃO NO EIXO DA BR-153 (GO)
RENATO FAGUNDES PEREIRA……..92

A LEITURA LACANIANA DA CRIMINOLOGIA COMO UM SINTOMA JUDICIÁRIO DA MODERNIDADE
RENATO SARIEDDINE ARAÚJO……93

NENHUMA A MENOS: O CORTEJO DE RUA DAS MADALENAS NA LUTA COMO PERFORMANCE POLÍTICA E MEMÓRIA
RYANNY BEZERRA GUIMARÃES | JULIANE DI PAULA QUEIROZ ODININO | IZIDE FREGNANI……..…94

ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: OSCAR DIAS CORRÊA E O GOVERNO JOÃO GOULART (1961–1964)
SAMUEL DAVI ROCHA SANTOS……..…95

O OFÍCIO DAS TACACAZEIRAS: O PATRIMÔNIO IMATERIAL E AS REPRESENTAÇÕES DO PROTAGONISMO FEMININO NAS AMAZÔNIAS
SANDRA DE CÁSSIA ARAÚJO PELEGRINI | JOÃO PAULO PACHECO RODRIGUES……96

HERA VENENOSA, ENTRE DOENÇA VENÉREA, ECOTERRORISMO E MACONHA: CONEXÕES HISTÓRICAS NA VILÃ DO BATMAN (1966-2001)
SAVIO QUEIROZ LIMA……..…97

A AVÓ PEGA NO LAÇO: UMA CRONOLOGIA DO APAGAMENTO ÉTNICO NO BRASIL
SILVIA MONICE MUIRAMOMI……98

REPRESENTAÇÕES DA SAÚDE E DOENÇA EM "MEMÓRIAS DO CÁRCERE", DE GRACILIANO RAMOS
TAMARA JURIATTI……99

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003
TATHIANNI CRISTINI DA SILVA | SIMONE REZENDE DA SILVA……..100

MÃES, ESPOSAS, IRMÃS: MULHERES E LEGITIMAÇÃO DINÁSTICA NA DINASTIA CONSTANTINIANA (306–337 EC)
THAÍS DE ALMEIDA RODRIGUES…….101

REPRESENTAÇÃO DOS AFRICANOS E AS CAIXAS MISSIONÁRIAS NA COLETA DE DOAÇÕES PARA ÁFRICA (XIX-XX)
THIAGO DE ARAUJO FOLADOR……102

AS BANDAS DE CONGOS NO ESPÍRITO SANTO
VINICIUS DE AGUIAR CALOTI……...103

IMIGRAÇÃO, CIDADE E SAÚDE
YVONE DIAS AVELINO……...…104

TEXTOS COMPLETOS

REPRESENTAÇÕES DA SAÚDE E DOENÇA EM "MEMÓRIAS DO CÁRCERE", DE GRACILIANO RAMOS
TAMARA JURIATTI……106

INTEGRALISMO, FASCISMO E DEMOCRACIA: A TRAJETÓRIA DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR (PRP)
MILENE DO CARMO GOMES……..122

HISTÓRIA SUBTERRÂNEA DO SOM BRASILEIRO. UMA REPRESENTAÇÃO VIRTUAL DE SETE TÉCNICAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA DISCOGRAFIA NACIONAL
BRUNO TAVARES MAGALHÃES MACEDO……...…139

A LEITURA LACANIANA DA CRIMINOLOGIA COMO UM SINTOMA JUDICIÁRIO DA MODERNIDADE
RENATO SARIEDDINE ARAÚJO……..……155

SEDICIOSOS *PERULEROS:* UMA ANÁLISE DO DISCURSO JURÍDICO-POLÍTICO DAS REBELIÕES DE GONZALO PIZARRO (1544-48), FRANCISCO HERNÁNDEZ GIRÓN (1553-54) E LOPE DE AGUIRRE (1560-61) NO PERU
ALINE ALVES LEMES…….....……159

NENHUMA A MENOS: O CORTEJO DE RUA DAS MADALENAS NA LUTA COMO PERFORMANCE POLÍTICA E MEMÓRIA
ÍZIDE FREGNANI | JULIANE DI PAULA QUEIROZ ODININO | RYANNY GUIMARÃES…….178

PÁGINAS DE PROGRESSO: O ALMANAQUE COMO DISPOSITIVO DE LEITURA E MODERNIDADE NO INTERIOR DE SÃO PAULO
OMAR SUFEN FILHO……..……187

ESTADOS NOVOS, « CULTURAS NOVAS »: A GESTÃO DA CULTURA NO ESTADO NOVO DE SALAZAR E NO ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS
NATANE RINCON AZEVEDO……..…….193

AS BANDAS DE CONGOS NO ESPÍRITO SANTO
VINÍCIUS DE AGUIAR CALOTI…….....…209

OS (DES)CAMINHOS DO SABER: O GINÁSIO MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI E A ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL
PAULO TIAGO FONTENELE CARDOSO…….220

IGNIDADE, IGUALDADE E DISCURSO JUDICIAL. A CONSTRUÇÃO DO DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
ADRIANA DIAS VIEIRA | CARLOS ALBERTO LIMA DE ALMEIDA…….233

REPRESENTAÇÕES DO PASSADO E DESAFIOS DO PRESENTE: O PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA ILHA DA MARAMBAIA – RJ NA LUTA POR DIREITOS
FABIANA HELENA DA SILVA……..…..……244

OS AGRICULTORES DE CULTIVO ILÍCITO DE CANNABIS SOB A ÓTICA DO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1940-1980)
LILIAN DA ROSA…….....…255

GEMPA 10 ANOS: GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER DE PALHOÇA PESQUISA E EXTENSÃO
JULIANE DI PAULA QUEIROZ ODININO……..……272

COVID-19 E SUAS RELAÇÕES COM A GRIPE ESPANHOLA: O CONTEXTO BRASILEIRO
LARISSA MENDANHA CABRAL…….....…285

UM ACERVO AMAZÔNICO EM PORTUGAL: CULTURA MATERIAL E MEMÓRIA INDÍGENA NA COLEÇÃO DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA (ARF) NO MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
GIOVANNA FLAMESCHI ANGELONI…….296

AFONSO ARINOS E DARCY RIBEIRO: OS INTELECTUAIS E O PESO DA GERAÇÃO
LAURINDO MEKIE PEREIRA…….....…313

CAROLINA EM DOIS TEMPOS: DIÁRIO E DOCUMENTÁRIO COMO TESTEMUNHOS DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL
DIEGO VINICIUS FILO MOREIRA…….....…322

ECOS DE UANGA E ILUNDO: PRÁTICAS E SABERES FEMININOS EM ÓSCAR RIBAS
LUIZ AUGUSTO PINHEIRO LEAL | MAIANNE CAROLINE DA SILVA E SILVA | CARLOS HENRIQUE SILVA LOBO……...…329

O CORPO FEMININO NA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980: A MORENIDADE DO CORPO BRONZEADO EM FORTALEZA (CE)
DIOCLECIANA PAULA DA SILVA…….....342

GOLPES E FRAUDES DIGITAIS NA SOCIEDADE CONECTADA: ARTE, PODER E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
CARLA GONÇALVES TÁVORA……...…355

DA PALAVRA INTERDITADA AO SILÊNCIO INSTITUÍDO: O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO EM JOÃO GOULART E JOÃO BATISTA FIGUEIREDO (1964-1979)
DERAÇUEIDE ALVES DE SOUSA DOS SANTOS……...…..370

DO RISO À RESISTÊNCIA: REPRESENTAÇÕES DO PODER FEMININO EM LISÍSTRATA E LISA, A MULHER LIBERTADORA
EMILY NICOLE MORELLI | DOLORES PUGA……388

ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: OSCAR DIAS CORRÊA E O GOVERNO JOÃO GOULART (1961–1964)
SAMUEL DAVI ROCHA SANTOS……...394

ENTRE O TRAUMA E A URGÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PRESENTISMO NA NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA DO BRASIL SOBRE O HAITI CONTEMPORÂNEO
LUCY VICTORIA CHIMILOWSKI……...407

EPISTEMICÍDIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: O APAGAMENTO DE CORPOS QUEER EM MOÇAMBIQUE E A RECUPERAÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS
DAVID ALMEIDA FRANCISCO HOUANA……..419

HISTÓRIA, PODER E REPRESENTAÇÕES NA REESTRUTURAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO REINO DO HUMBE (SUDOESTE DE ANGOLA)
PAULO PEREIRA OLIVEIRA MATOS | DAVID CALEI SALOMÃO……..…436

IMIGRANTES QUE NUNCA IMIGRARAM: OS ITALIANOS DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL E SUAS REPRESENTAÇÕES
MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS | MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI……451

MASCULINIDADES CONECTADAS: UM OLHAR PARA PEDAGOGIAS CULTURAIS QUE CONSTITUEM PRÁTICAS DE HOMENS DENTRO DE UMA CIBERCULTURA DE GRAND THEFT AUTO – GTA
MAURICIO NAZARETE LOPES | ANA ALEXANDRA VALENTE RODRIGUES | MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA……461

SAPPHO E O GENERO PEPLUM: PODER E REPRESENTAÇÃO FEMININA
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA GOMES……..475

OKINKA PAMPA (UKA NHIMPAM): A RAINHA COMO UMA PERSONIFICAÇÃO DA (OKANTO) MULHER BIJAGÓ
MEDILANDA ELISEU AMÓS TUBENTO SANCA……484

REPRESENTACIONES SOCIALES Y PODER EN LA GESTIÓN DEL AGUA: UNA MIRADA HISTÓRICA A LA GOBERNANZA AMBIENTAL EN CONTEXTOS URBANOS IBEROAMERICANOS DESDE EL CINE
MIXZAIDA YELITZA PEÑA ZERPA | CLARITZA ARLENET PEÑA ZERPA……...491

REPRESENTAÇÕES DO FEMININO: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS TRANSFORMAÇÕES DE CIRCE
RAFAELA DOS SANTOS TEIXEIRA | DOLORES PUGA ALVES DE SOUSA…….504

UMA (OUTRA) LEITURA DA HISTÓRIA: PORTUGUESES E HOLANDESES NO NORDESTE BRASILEIRO A PARTIR DA PEÇA "CALABAR, O ELOGIO DA TRAIÇÃO" (CHICO BUARQUE E RUY GUERRA, 1973)
MARIANA ROSELL……..518

RESGATANDO O PORTO VERMELHO: A LUTA E A MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DE SANTOS NO VALONGO
NANCI LANCHA NOVO | TATHIANNI CRISTINI DA SILVA | MARCOS RAFAEL DA SILVA | CLARA VERSIANI DOS ANJOS PRADO……....528

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI NÚMERO 10.639/2003
TATHIANNI CRISTINI DA SILVA | SIMONE REZENDE DA SILVA……..…536

PODER, REPRESENTAÇÃO E USOS DO PASSADO: O TEATRO DE DIONISO EM ATENAS ENTRE A REALIDADE VIRTUAL E A MEDIAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA
DOLORES PUGA……..541

O PROBLEMA DA TEMPORALIDADE EM HÉLÈNE METZGER-BRUHL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ALVORECER DA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS
ISADORA DE MELO E SILVA BASTOS……...……551

A ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1994 NAS CHARGES DOS JORNAIS "FOLHA DE SÃO PAULO" E "O ESTADO DE SÃO PAULO"
JULIA LUÍSA DE CARVALHO MENSATTI……...……566

A CIDADE IMPRESSA: REPRESENTAÇÕES URBANAS NOS ALMANAQUES DO INTERIOR PAULISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX
HENRY MARCELO MARTINS DA SILVA…….581

MÃES, ESPOSAS, IRMÃS: MULHERES E LEGITIMAÇÃO DINÁSTICA NA DINASTIA CONSTANTINIANA (306–337 EC)
THAÍS DE ALMEIDA RODRIGUES……...…592

TEORIA DA HISTÓRIA E CULTURA DIGITAL
LUIZ CARLOS BENTO……....…609

COMPANHIA EVONEAS FLUMINENSE: INTERESSES PRIVADOS E OBRAS PÚBLICAS (RIO DE JANEIRO, 1890-1892)
ALEXANDRA DO NASCIMENTO AGUIAR……..……625

O ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO NO PERÍODO POMBALINO: POSSIBILIDADES ACERCA DO USO DO PARADIGMA INDICIÁRIO PARA CASOS DE CORRUPÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA (C. 1750-1777)
DANIEL COSTA SILVA……...……637

REPRESENTAÇÕES DA FRONTEIRA E CRÍTICA SOCIAL: UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO LITERÁRIA DE HÉLIO SEREJO NO CONTEXTO ERVATEIRO
AUGUSTO CÉSAR DE ALMEIDA BARBOSA | DOLORES PUGA……..……643

***WOMEN IN REVOLT*: CONTRADIÇÕES FEMINISTAS EM NOVA YORK NOS ANOS 1970**
JULIANA MAFRA…….....652

HERA VENENOSA, ENTRE DOENÇA VENÉREA, ECOTERRORISMO E MACONHA: CONEXÕES HISTÓRICAS NA VILÃ DO BATMAN (1966-2001)
SAVIO QUEIROZ LIMA…….....656

SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA: NO PROCESSO DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO PAULO
YVONE DIAS AVELINO…….....668

ENTRE A METRÓPOLE E A COLÔNIA: MESTRE VALENTIM, TROCAS CULTURAIS E ARTISTAS AFRO-BRASILEIROS NO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA
NATHÁLIA MOMESSO DE MENEZES……...679

FORMAÇÃO JURÍDICA E CIRCULAÇÃO DE SABERES: TRAJETÓRIAS DE MAGISTRADOS ENTRE RECIFE, COIMBRA E O AMAZONAS (1859-1909)
KIVIA MIRRANA DE SOUZA PEREIRA……694



APRESENTAÇÃO

Promovido pelo CONJUGARE (Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura), o **8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações** decorreu entre os dias 19 e 21 de Maio de 2026, tendo como ponto central a cidade do Porto, em Portugal.

Ao longo dos três dias de trabalhos, a comunidade científica e académica debruçou-se detalhadamente sobre o tema central desta edição, *História, Poder e Representações*, consolidando um contributo de assinalável relevância para o panorama intelectual e científico contemporâneo. Este reflexo do conhecimento ganha agora forma através das comunicações apresentadas e do conjunto de publicações que temos o privilégio de dar a conhecer.

O evento contou com uma participação expressiva de investigadores nacionais e internacionais, que partilharam publicamente os avanços e os resultados das suas mais recentes investigações, contando para o efeito com o crucial apoio de diversas instituições e organismos de fomento à investigação científica.

As actas e os resumos que agora se disponibilizam constituem uma parcela fundamental de todo o esforço e dedicação investidos durante o **8º CIDC**. A comissão organizadora expressa o sincero desejo de que estes registos permitam disseminar e fazer ressoar os contributos, as ideias e as propostas de todos os participantes junto de novos públicos e académicos, em latitudes mais vastas e ao longo do tempo.

Os organizadores

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

RESUMOS



HISTÓRIA, PODER, CULTURA E REPRESENTAÇÕES DA DIFERENÇA: A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL DA IGUALDADE INCLUSIVA NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

ADRIANA DIAS VIEIRA
CARLOS ALBERTO LIMA DE ALMEIDA

Resumo:
O trabalho propõe examinar a construção jurisprudencial da igualdade inclusiva no Sistema Interamericano de Direitos Humanos a partir da análise de decisões paradigmáticas da Corte Interamericana, com destaque para casos envolvendo discriminação estrutural relacionada à deficiência, à orientação sexual e aos direitos de povos indígenas. Partindo da compreensão de que o direito integra processos históricos e culturais de produção de sentidos, o estudo busca analisar categorias como diferença, vulnerabilidade e igualdade são construídas no discurso judicial e como tais construções influenciam a conformação de padrões de proteção de direitos na América Latina. A pesquisa dialoga com perspectivas interdisciplinares que articulam direito, sociologia e estudos culturais, permitindo compreender a jurisprudência não apenas como aplicação normativa, mas como espaço de produção de narrativas, representações e racionalidades sobre justiça, poder e inclusão.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



COMPANHIA EVONEAS FLUMINENSE: INTERESSES PRIVADOS E OBRAS PÚBLICAS (RIO DE JANEIRO, 1890-1892)

ALEXANDRA DO NASCIMENTO AGUIAR

Resumo:
A proposta desta comunicação é um recorte da pesquisa desenvolvida no estágio de pós-doutorado, tratando sobre a relação de uma empresa de construção civil e o Estado, tendo como objeto a Companhia Evoneas Fluminense e Américo de Castro, concessionário e fundador. Analiso a trajetória de criação da Evoneas como construtora de habitações para operários, na consolidação do discurso higienista sobre as moradias populares. Esse trabalho ressalta as redes sociais e políticas inerentes à associação entre os interesses do negócio privado e as obras públicas e os meandros da burocracia. Ao tratar de uma empresa e dos personagens que se entrecruzam no percurso de seu estabelecimento, proponho trazer para o primeiro plano o lugar da história de empresas no sentido amplo: mercados, indústrias, lojas de departamentos, transportes, bancos com atuações nas esferas local, regional ou macro. Proponho refletir sobre o papel social de tais empreendimentos, seus impactos sociais, o mundo do trabalho, a percepção de determinado negócio pela sociedade, as relações sociopolíticas que permeiam a iniciativa e como esta configura o cotidiano em que se insere.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



EXPOSIÇÃO MUSEOGRÁFICA DE FONTES DOCUMENTAIS DA COLEÇÃO ARTÍSTICO DIDÁTICA MARINA MONARCHA (1933-2022)

ALEXANDRE GALVÃO LEITE
DIONE COLARES DE SOUZA

Resumo:
Este artigo aprofunda o papel epistêmico das exposições na difusão, salvaguarda, ativação e criação de conhecimento a partir de acervos musicais. Apresenta-se uma proposta de exposição museográfica como ação voltada à "Coleção Artístico-Didática Marina Monarcha (1933-2022)", pertencente ao projeto institucional em andamento intitulado "Acervo MUSA-Mulheres na Música da Amazônia", da Escola de Música da Universidade Federal do Pará-EMUFPA, que volta-se aos bens culturais relacionados à atuação da mulher nas artes musicais da Amazônia paraense. Marina Monarcha (1933-2022) foi cantora, professora e fundadora do curso de Canto Lírico da EMUFPA, e seu arquivo pessoal reúne um conjunto documental que possui uma considerável variedade tipológica de fontes documentais musicográficas e hemerográficas, incluindo programas de concerto, recortes de jornais, partituras para canto, anotações pessoais, dentre outras fontes. Esses documentos silenciados podem ser transformados em fontes dinâmicas de entendimento através da mediação expositiva que visa a construção de novos significados e a reinterpretação do patrimônio cultural. O estudo fundamenta-se em Nogueira (2012) na concepção de difusão cultural e Filipski (2023) que propõe a integração estratégica de tecnologias da informação

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



SEDICIOSOS PERULEROS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JURÍDICO-POLÍTICO DAS REBELIÕES DE GONZALO PIZARRO (1544-48), FRANCISCO HERNÁNDEZ GIRÓN (1553-54) E LOPE DE AGUIRRE (1560-61) NO PERU

ALINE ALVES LEMES

Resumo:
A presente comunicação objetiva apresentar um recorte da atual pesquisa de mestrado através da análise dos discursos jurídico-políticos mobilizados por três rebeldes "peruleros" no século XVI. Entre 1544-1561 o do Peru foi cenário de diversas revoltas, recebendo a fama de "terra de insurgentes", as disputas por poder ocorriam entre os chamados "encomenderos" e a Coroa Espanhola. Para compreender melhor essas rebeliões e suas demandas foram selecionados três personagens: Gonzalo Pizarro, Francisco Hernández Girón e Lope de Aguirre. Esses homens alegavam que a Coroa não havia recompensado devidamente os trabalhos feitos na chamada Conquista do Peru, e por outro lado o poder real tentava barrar a crescente influência desses "encomenderos" no território andino. Dessa maneira, para justificar suas sedições esses homens utilizaram de um aporte jurídico-político do mundo Medieval, mobilizando questões sobre a distância do rei espanhol e de seus súditos nas Américas, das representações do poder real através de vice-reis, juízes, das Audiências e do selo real. Discursos que contemplavam sobre a lealdade real, do pacto gerado entre o rei e seus súditos, no qual a linguagem do clientelismo e da vassalagem eram apoderados para compreender essas relações de poder. Além disso, as insurreições desses três homens trouxeram em diferentes níveis o questionamento sobre a atuação do rei nas Américas, e das fontes de legitimação de seu poder, o que desembocou em indagações e disputas sobre a questão da soberania, e em quem ela reside, na figura real ou no povo.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



PROSOPOGRAFIA E REDES DE SOCIABILIDADE: A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA DAS HISTORIADORAS NO BRASIL (1960-1990)

ANA LÚCIA DA SILVA

Resumo:
A historiografia brasileira do século XX apresenta uma estrutura de legitimação pautada em critérios de consagração que, frequentemente, priorizam trajetórias individuais em relação às dinâmicas institucionais. Ao analisar a inserção e o reconhecimento de intelectuais no campo historiográfico nacional é possível identificar que este campo é construído, para além da cientificidade, por meio de tensões e disputas que moldaram a institucionalização da história enquanto disciplina no país. Nessa direção, a presente proposta de pesquisa pretende analisar as trajetórias de intelectuais como, Alice Piffer Canabrava, Emília Viotti da Costa e Maria Yedda Linhares dentro das estruturas institucionais e das disposições específicas do campo acadêmico sob o prisma do gênero como categoria útil de análise histórica (Scott, 1990), por meio da biografia coletiva, ou seja, a prosopografia (Stone, 2011). Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo compreender a atuação e o posicionamento dessas intelectuais para a historiografia brasileira em um contexto institucional importante para a produção científica perpassando pelos aspectos de gênero investigando como se deu a atuação e a validação do trabalho dessas historiadoras em um campo em fase de consolidação. A pesquisa utiliza a prosopografia para mapear a organização socioprofissional desse grupo, enquanto sujeitos que mobilizaram capitais específicos (Bourdieu, 1983) a fim de investigar se houve incidências sociais e de gênero no desenvolvimento de suas trajetórias no período de 1960 a 1990.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



HISTÓRIA, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES: O BAIRRO DO MORUMBI, SÃO PAULO, CAPITAL.

ARLETE ASSUMPÇÃO MONTEIRO

Resumo:
A cidade de São Paulo, fundada em 25 de janeiro de 1554 pelos jesuítas, com a construção de um colégio para catequizar os indígenas. O desenvolvimento da cidade foi lento. As casas eram de pau a pique ou de taipa de pilão. Foi nessa cidade que nasceu Domitila de Castro Canto e Melo, em 27 de dezembro de 1797, que veio a ser a preferida de D. Pedro I, nos idos de 1822. Foi a economia cafeeira que propiciou crescimento da cidade de São Paulo, desenvolvida nas terras do interior paulista. A cidade se expandiu rapidamente. A presente pesquisa tem como foco n o bairro do Morumbi.No início do século XIX foi instalada no Morumbi, uma grande fazenda de chá, propriedade do inglês John Rudge. O desenvolvimento do bairro ocorreu com a construção do Estádio Cícero Pompeu de Toledo, casa do São Paulo Futebol Clube, construção iniciada em 1952 e finalizada em 1970. Faz parte da história do Morumbi o Colégio Nossa Sra. do Morumbi, pertencente às Cônegas de Santo Agostinho, inaugurado em 1964, numa área verde de 70.000 mts quadrados. Fundado em 1951 pelos monges húngaros, o Colégio Santo Américo foi instalado no bairro de Santa Cecília e, posteriormente, o Mosteiro de São Geraldo e o Colégio foram transferidos para o Morumbi, em 1963. A Associação Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein foi criada em 1955, em 1971 ocorreu oficialmente a abertura do Hospital e Maternidade Albert Einstein, no Morumbi. Outro empreendimento de grande importância para o crescimento do Morumbi foi o arrojado projeto de Alfredo Mathias, ao construir o Condomínio Portal de Morumbi, com oito torres de 25 andares, 4 apartamentos por andar, estrutura de clube, visando a sociabilidade dos moradores. O Portal do Morumbi neste ano de 2026, está comemorando Bodas de Prata de sua inauguração.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



REPRESENTAÇÕES DA FRONTEIRA E CRÍTICA SOCIAL: UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO LITERÁRIA DE HÉLIO SEREJO NO CONTEXTO ERVATEIRO

AUGUSTO CÉSAR DE ALMEIDA BARBOSA
DOLORES PUGA

Resumo:
Este artigo propõe uma abordagem historiográfica das representações da fronteira na produção literária de Hélio Serejo, com ênfase na crítica social articulada no contexto do Ciclo Econômico da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul. Parte-se do pressuposto de que, ao tematizar a fronteira Brasil–Paraguai, o autor constrói um espaço narrativo marcado por disputas simbólicas, tensões identitárias e contradições ideológicas próprias do contexto ervateiro. A pesquisa fundamenta-se em metodologia qualitativa, de natureza interpretativa e bibliográfica, mobilizando a análise textual em diálogo com a historiografia literária. O referencial teórico apoia-se nas contribuições de Jacques Derrida, Roger Chartier, Umberto Eco, Antoine Compagnon e Walter Mignolo, a fim de compreender a literatura regional como instância de produção de sentidos, memória e poder. Busca-se demonstrar que as representações da fronteira, na obra serejana, não se limitam à descrição paisagística ou regionalista, mas configuram um campo de problematização das relações sociais, econômicas e culturais engendradas pelo ciclo da erva-mate. Nesse sentido, a produção de Serejo opera simultaneamente como registro da memória regional e como exercício de crítica social, revelando ambivalências entre a valorização de tradições locais e a exposição das hierarquias e desigualdades estruturantes da experiência fronteiriça. A pesquisa pretende, assim, contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre literatura regional do Centro-Oeste e para o debate acerca das relações entre representação, historiografia e crítica social em espaços de fronteira.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



SOBERANIA EPISTÊMICA E SABERES ANCESTRAIS: DESCONSTRUINDO HIERARQUIAS DE PODER NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES BOE-BORORO

BEATRIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA FEITOSA
ADRIANO BORO MAKUDA

Resumo:
O presente trabalho analisa os processos de descolonização e o fortalecimento de identidades a partir da formação continuada de professores indígenas participantes da "Ação Saberes Indígenas na Escola – ASIE", no Núcleo da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). A investigação fundamenta-se na necessidade crítica de romper com a "colonialidade do saber", conceito que descreve a subalternização histórica das epistemologias originárias por estruturas de poder eurocêntricas. Através da metodologia de "formação-ação-intercultural", o projeto atua nos territórios etnoeducacionais Boe-Bororo de Tadarimana, Tereza Cristina, Meruri e Perigara, promovendo o protagonismo indígena na gestão de currículos e na produção autoral de materiais didáticos bilíngues. O estudo adota uma abordagem qualitativa com o método da pesquisa-ação, utilizando observação participante em oficinas pedagógicas e grupos focais para avaliar o impacto dos materiais produzidos. Como marco teórico, a pesquisa dialoga com Aníbal Quijano e Boaventura de Sousa Santos para validar uma "ecologia de saberes" que enfrente o "colonialismo interno" e as lógicas predatórias externas, como as do agronegócio. Os resultados esperados incluem a criação de uma matriz de indicadores de qualidade para a educação escolar indígena e o fortalecimento da autoestima cultural de jovens e docentes, consolidando a escola como um território de resistência política e preservação da cosmologia Boe.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



CAMPESINATO QUILOMBOLA : SEMENTES DE RESISTÊNCIA FRENTE AOS DESAFIOS FUNDIÁRIOS

BEATRIZ SANTOS PONTES

Resumo:
O campesinato tem sido pauta de constantes debates, principalmente no que concerne aos direitos territoriais e produtivos. Assim sendo, o presente ensaio busca enfocar os desafios no campo, centrando para as comunidades quilombolas, caracterizada sobretudo pela posse e permanência na terra e pelo reconhecimento e valorização cultural. Destaca-se os mecanismos de resistências quilombolas frente aos seculares e recorrentes processos de marginalização social, fundiária e econômica, tomando como exemplo as hortas e cozinhas comunitárias e agroindústrias que retratam a emancipação das comunidades mesmo sob um sistema que tenta descaracterizá-las e invisibiliza-las. Experiências específicas como as da comunidade remanescente quilombola Vovó Isabel, no município de Nova Palma; comunidade remanescente quilombola Acácio Flores, na localidade de Dona Francisca e de Vovó Firmina e Maria Eulina, em Restinga Seca, situadas no Estado do Rio grande do Sul, Brasil, têm evidenciado o quanto estas comunidades, apesar das adversidades estão empreendendo cada vez mais. Estes escritos usam como metodologia a cartografia social, entendida não apenas para evidenciar a geografia do espaço, mas a forma como esses territórios se constitui, suas vivências e as diferentes formas de se relacionar com a terra; a partir dos escritos de Porto Gonçalves e Almeida (2013), é possível contextualizar os saberes tradicionais e seus modos de organização social e territorial. Fazendo uso da cartografia, busca-se trazer o legado da presença a negra no Estado do Rio Grande do Sul e o quanto foram desbravadores desta terra. Destaca-se o quanto se faz necessário e urgente pensar o campesinato negro dentro de uma perspectiva histórico- político-social, a partir da valorização dos saberes ancestrais, saberes estes que detém práticas sustentáveis e que contracolonizam os modelos hegemônicos de conceber as ruralidades. O reconhecimento dessas comunidades e seu contributo na construção de ‘terras brasilis’ mais plurais, caracterizadas sobretudo pela reparação histórica e justiça ambiental.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



"COUSAS QUE REVOLTAM": A REVOLTA DA CHIBATA NAS CHARGES E CARICATURAS D'O MALHO

BRUNO DAL BOSCO SENA

Resumo:
Na madrugada de 22 de novembro de 1910, em meio às tensões políticas e sociais que assombravam a Capital Federal brasileira, tiros de canhão chamaram à revolta os marinheiros de baixa patente da Marinha de Guerra. Tomando de assalto as duas maiores armas navais do arsenal brasileiro, os marujos apontaram os canhões para a cidade do Rio de Janeiro exigindo, principalmente, o fim dos castigos físicos. Este trabalho pretende analisar como a Revolta da Chibata e o grupo de marinheiros por ela responsáveis, foram representados nas páginas de uma das maiores revistas ilustradas da época: O Malho – acessada através do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional – enquanto lutavam pela sua dignidade e acesso à cidadania. Parte significativa dos cidadãos do Rio de Janeiro à época, letrados ou não, souberam da revolta que rendeu a Guanabara e acabou com os castigos físicos pelas redes discursivas estabelecidas pelas empresas responsáveis por produzir, editar e distribuir os jornais e revistas, ficando refém dos seus vieses e preconceitos. Deste modo, analisar as representações gráficas e humorísticas, tão comuns no contexto jornalístico da época, é fundamental para entender como este movimento foi tratado e analisado na mídia, de maneira definitivamente racista e pejorativa mas com matizes e intenções, culminando numa maior compreensão da luta pela liberdade e dignidade dos marinheiros revoltosos de 1910.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



HISTÓRIA SUBTERRÂNEA DO SOM BRASILEIRO. UMA REPRESENTAÇÃO VIRTUAL DE SETE TÉCNICAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA DISCOGRAFIA NACIONAL

BRUNO TAVARES MAGALHÃES MACEDO

Resumo:
As fontes históricas foram por muito tempo centradas no aspecto visual, que dominou as formas de comunicação, representação e registro, fatores primordiais na formação do tecido narrativo das civilizações, isto porque o que se preserva está geralmente impresso em algo que se configura materialmente. Antes de se fixar na matéria discográfica, o som não permitia a comparação, não promovia a documentação. Para ser fiel à fonte sonora, a técnica de fixação do sonoro perseguiu o efeito mimético da ilusão de presença, um artifício nomeado como alta fidelidade. É sobre a história da ilusão de presença criada pela máquina de alta fidelidade que trata esta comunicação. Escutamos alguns documentos sonoros atentando para atualização técnica presente na política de preservação patrimonial da música popular na história do Brasil. O disco, o rádio, a indústria fonográfica estabilizaram a escuta com seus padrões, mas o som pode ser analisado como objeto de uma relação de poder, que em cada contexto expõe pela escuta sua natureza acústica, sua potencialidade estética, suas marcas e resquícios de discursos históricos. Para evidenciar a permanência e as transformações nessas relações de poder, estabelecemos um diálogo entre Acervos Sonoros e Máquinas Falantes, onde cada meio de captação e reprodução da energia sonora dialoga com a construção da memória de uma prática social da música. Apresentamos esse diálogo através da construção de nosso site https://www.historiassubterraneas.com/.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



MODA E REPRESENTAÇÃO NO BRASIL DO INÍCIO DO OITOCENTOS

CAMILA BORGES DA SILVA

Resumo:
A presente proposta visa a refletir sobre o conceito de moda a partir da chegada da família real portuguesa na América no início do século XIX. A corte instalou-se na cidade do Rio de Janeiro em 1808 provocando uma série de mudanças na cultura material daquela sociedade, tendo em vista que portava uma indumentária até então desconhecida na nova sede do Império português. Tratava-se do chamado estilo Império, que rapidamente passou a ser referência de elegância e distinção. O acesso aos novos modelos foi facilitado pela abertura dos portos decretada ainda em 1808, de modo que navios de várias partes da Europa tiveram autorização para trazer mercadorias diretamente para o Brasil. Paralelamente a isso, a América convivia com o sistema escravista e com grupos étnicos originários da região, de forma que outras culturas indumentárias estavam presentes, interpenetrando-se ou não com a nova moda. Portanto, o objetivo do trabalho será apresentar o debate sobre o conceito de moda, de modo a compreender as diferentes culturas indumentárias presentes no Rio de Janeiro, abordando como as mesmas permitiam a construção de identidades específicas dos diferentes grupos que habitavam esse espaço. Realizar-se-á essa reflexão analisando textos, jornais e gravuras da época dialogando, para isso, com metodologias como a análise do discurso e de imagens.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



GOLPES E FRAUDES DIGITAIS NA SOCIEDADE CONECTADA: ARTE, PODER E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

CARLA GONÇALVES TÁVORA

Resumo:
A expansão das tecnologias digitais no Brasil transformou práticas sociais, econômicas e comunicacionais, ao mesmo tempo em que inaugurou novas dinâmicas de poder no ambiente virtual. Este estudo analisa a trajetória dos crimes cibernéticos no país, compreendendo-os como fenômenos históricos que refletem desigualdades no letramento digital, produzindo vulnerabilidades que afetam diferentes grupos sociais. A pesquisa, desenvolvida no âmbito do Projeto Educacional da Tese, fundamentou-se em levantamento bibliográfico e análise de dados estatísticos, buscando compreender como os golpes e fraudes digitais se consolidaram como prática recorrente na sociedade conectada. Argumenta-se que tais crimes não apenas produzem prejuízos econômicos, mas também constroem narrativas de medo, manipulação e controle, evidenciando relações assimétricas de poder mediadas pela tecnologia. Como desdobramento, foi elaborada uma cartilha artístico-educativa, complementada por oficinas realizadas em 2025 na UNESP/Brasil, articulando arte e educação digital como estratégia crítica de conscientização. Conclui-se que a segurança digital também é uma questão de identidade, pertencimento e cidadania.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



"VIVA O POVO!": IDEIAS REPUBLICANAS E REPRESENTATIVIDADE DE PODER NO MOTIM DE VILA RICA E NA INCONFIDÊNCIA DE CURVELO DA AMÉRICA PORTUGUESA

CÉLIA NONATA DA SILVA

Resumo:
Esta comunicação analisa, através de pesquisa bibliográfica e documental, como a circulação das ideias humanistas latentes na Europa moderna atravessou o Atlântico e se projetou no solo mineiro do século XVIII, orientando os potentados locais nas suas atividades de resistência contra os governadores coloniais, criando um comportamento participativo para os envolvidos e uma consciência política baseada no "direito do povo" de impor as suas próprias leis. Essa ideia republicana, consumada em plena guerra civil com a eleição popular do governador de Minas, em 1709, impôs sucessivas rebeliões aos governos locais da capitania das Minas em meados do século XVIII. O motim de Vila Rica de 1720 e a Inconfidência de Curvelo marcam uma ruptura pela representatividade de poder e intelectualidade dos envolvidos. Os resultados demonstraram serem os rebeldes sujeitos atuantes no espaço colonial, não meros subprodutos de uma relação de poder colonialista e com ideais republicanos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



O PROCESSO JUDICIAL NA DOUTRINA DE TOMÁS DE AQUINO

CLAUDIO PEDROSA NUNES

Resumo:
O presente artigo objetiva descortinar a doutrina de Tomás de Aquino a respeito do processo judicial então em voga na Idade Média tardia. Trata-se de estudo incipiente e que propõe a apresentação dos principais aspectos e procedimentos do processo judicial medieval-tomista, realçando sobretudo as questões relativas à justiça dos julgamentos, ao preparo dos juízes, à formalidade das acusações, à importância do princípio in dubio pro reo e à colheita e valoração da prova. Destaca-se, ademais, o sentido ético da jurisdição judicial e sua formulação como categoria destinada a combater os processos ordálios e os procedimentos dos tribunais da Inquisição. Por fim, o estudo exibe uma resumida conexão entre os institutos jurídico-processuais medievais e os institutos correlatos do direito processual contemporâneo, realçando os primórdios do que hoje se convencionou chamar due process of law. Trata-se de pesquisa conduzida sob o método dedutivo, com pesquisa de natureza histórico-filosófica e dissertativa e fonte de dados documental e bibliográfica.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



O ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO NO PERÍODO POMBALINO: POSSIBILIDADES ACERCA DO USO DO PARADIGMA INDICIÁRIO PARA CASOS DE CORRUPÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA (C. 1750–1777)

DANIEL COSTA SILVA

Resumo:
Com a presente comunicação proponho uma reflexão sobre o enfrentamento à corrupção no período pombalino, a partir das possibilidades metodológicas do uso do paradigma indiciário para o estudo dos casos ocorridos na América Portuguesa. Parto da compreensão da corrupção como categoria histórica, inscrita nas lógicas políticas do Antigo Regime. Em meio às reformas de centralização e moralização administrativa, analiso como acusações e devassas integravam disputas de poder, demonstrando que o enfrentamento à corrupção implicava a redefinição de limites e hierarquias numa sociedade marcada por práticas consolidadas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



AQUI LEVÁVAMOS A MESMA VIDA PACATA DE SEMPRE! AS MEMÓRIAS INCOMODAS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE JAGUARÃO- RS

DARLISE GONÇALVES DE GONÇALVES

Resumo:
A pequena Jaguarão, município do interior gaúcho situado na divisa entre o Brasil e o Uruguai, ocupou significativo papel dentro dos esquemas de Travessia (Gonçalves, 2022) de perseguidos políticos entre os dois países durante o período ditatorial brasileiro (1964 1985). Sendo considerada, em 1968, área de interesse à segurança nacional. Entretanto desde o pós golpe já haviam interventores no comando do executivo local, o que demonstra a importância atribuída a região pelo governo ditatorial. Todavia essas narrativas de solidariedade, repressão e resistência parecem a primeira vista não terem chegado até o presente, pois quando realizamos o exercício de perguntarmos aos moradores locais, principalmente aqueles com mais de cinquenta anos, como foram os anos da ditadura no município a resposta mais recorrente é a de que: "aqui não existiu ditadura, isso é coisa lá de cidade grande!". Fadando as memórias que destoam dessa máxima a circularem da maneira subterrânea (Pollak, 1989) em pequenos círculos restritos, entre velhos e novos camaradas vinculados de uma forma ou de outra as esquerdas locais. Assim, tendo em vista que a memória é uma construção social permeada por relações de poder que tornam determinadas narrativas incomodas no âmbito social (Portelli, 2016), o intuito dessa comunicação é refletir sobre esses silêncios, suas motivações e possíveis implicações. Bem como, discutir a importância do papel da história oral para a "desclandestinização" dessas memórias.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



EPISTEMICÍDIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: O APAGAMENTO DE CORPOS QUEER EM MOÇAMBIQUE E A RECUPERAÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS

DAVID ALMEIDA FRANCISCO HOUANA

Resumo:
O presente trabalho examina como as políticas públicas de género em Moçambique (2005-2024) operam como dispositivos de epistemicídio contra corpos e epistemologias queer. Através de uma análise bibliográfica crítica fundamentada em teorias queer, pós-coloniais e da interseccionalidade, debruço que a exclusão sistemática de identidades LGBTQ+ (homossexual, gay, lésbica; trans, transgénero, não-binário; intersex; queer e diversas categorias) nas políticas nacionais não constitui apenas omissão técnica, mas sim um processo deliberado de silenciamento e apagamento epistémico que reproduz hierarquias coloniais de género e sexualidade. Recupero epistemologias africanas pré-coloniais sobre diversidade de género para demonstrar como as políticas actuais, paradoxalmente, consolidam uma matriz heteronormativa de origem colonial enquanto reivindicam originalidade africana que marginaliza e silencia vozes queer. Como activista queer moçambicano, oriento essa analise a partir da posicionalidade.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



DA PALAVRA INTERDITADA AO SILÊNCIO INSTITUÍDO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS DISCURSOS DE JOÃO GOULART E FIGUEIREDO (1964-1979)

DERAÇUEIDE ALVES DE SOUSA DOS SANTOS

Resumo:
Este trabalho articula preocupações centrais sobre a ditadura militar e a anistia, explorando as dimensões discursivas que operam na construção da memória e na imposição do esquecimento. Sob a ótica da Análise do Discurso, investiga-se a tensão entre os binômios Discurso/Memória e Anistia/Esquecimento, buscando compreender como tais conceitos se interligam e coexistem em constante conflito. A relevância deste artigo justifica-se pela necessidade de combater o negacionismo histórico e, sobretudo, pela análise de como o poder do discurso articula estratégias que sustentam o silenciamento sobre o período ditatorial brasileiro. Insere-se no debate o papel da anistia para silenciar o passado e os discursos autoritários que ainda encontram eco até os de hoje. Ao desvelar as estratégias de silenciamento, este estudo apresenta subsídios para confrontar o esquecimento institucionalizado que, muitas vezes, é legitimado pelo discurso jurídico-político. Ao longo deste estudo, examina-se como a referida análise fortalece a democracia, ao conferir visibilidade às atrocidades perpetradas durante os 'anos de chumbo' na história do país. Esta pesquisa fundamenta-se nas teorias da Análise do Discurso francesa, em diálogo com as reflexões de Foucault, Orlandi, Pêcheux e Bourdieu. Articulam-se a esse quadro as discussões sobre memória e esquecimento propostas por Paul Ricœur, Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



CAROLINA EM DOIS TEMPOS: DIÁRIO E DOCUMENTÁRIO COMO TESTEMUNHOS DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

DIEGO VINICIUS FILÓ MOREIRA
HENRY MARCELO MARTINS DA SILVA

Resumo:
A presente pesquisa tem por objetivo a utilização da literatura para o ensino de História do Brasil contemporâneo na educação básica de Três Lagoas-MS, a partir da análise comparativa entre as obras "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada" (1960), de Carolina Maria de Jesus, e o documentário alemão "Favela, a vida na pobreza" (1971), dirigido por Christa Gottman-Elter. A pesquisa investiga como diferentes linguagens — a escrita autobiográfica e o registro cinematográfico — constroem representações da vida, da experiência da pobreza e do contexto histórico-social de Carolina Maria de Jesus. O estudo fundamenta-se na teorias do letramento literário (Cosson, 2006) e do letramento histórico (Rocha, 2020; Silva, 2011), e propõe estratégias pedagógicas para o ensino de História no espaço escolar, articulando a leitura crítica do diário com a análise do documentário. A relevância do projeto amplia-se pela presença crescente de Quarto de Despejo nas listas de vestibulares e pela possibilidade de trabalhar com diferentes gêneros textuais e discursivos, promovendo reflexões sobre desigualdade, racismo, identidade e cidadania. Deste modo, o trabalho busca ampliar o repertório literário dos estudantes e contribuir para a formação de indivíduos críticos e conscientes de seu papel social.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



O CORPO FEMININO NA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980: A MORENIDADE DO CORPO BRONZEADO EM FORTALEZA (CE)

DIOCLECIANA PAULA DA SILVA

Resumo:
O corpo feminino, enquanto pauta de discussão global, passou por transformações significativas ao longo do século XX, especialmente referente às formas de vestir e, nas últimas décadas, à crescente valorização da exposição corporal. Na década de 1980, no Brasil, as formas e a cor do corpo feminino assumem papel central na construção de uma identidade nacional marcada pela valorização da pele bronzeada. Nesse contexto, emerge a figura da "morena de sol", associada a ideais de sensualidade e beleza, e vinculada à noção de mestiçagem amplamente debatida pela historiografia desde os anos 1930.Este trabalho propõe problematizar a morenidade nos anos 1980 como símbolo da sensualidade e da beleza brasileira, articulando-a à consolidação de um padrão corporal moldado por academias e clínicas estéticas, amplamente incentivado pelos meios de comunicação, pelas artes e pela imprensa periódica. Argumenta-se que a "morena de sol" — mulher mestiça de pele clara que se escurece ao sol — produz uma ambiguidade racial que reforça o mito da democracia racial, ao mesmo tempo em que invisibiliza os conflitos raciais existentes. As fontes da pesquisa incluem a revista feminina Capricho, da Editora Abril, cujas matérias e seções de beleza contribuíram para a difusão do ideal da morena bronzeada, bem como narrativas de mulheres que vivenciaram esse período e absorveram o imaginário da sensualidade associada ao corpo e à cor da moda, representando uma sensualidade naturalizada por sua mestiçagem.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



PODER, REPRESENTAÇÃO E USOS DO PASSADO: O TEATRO DE DIONISO EM ATENAS ENTRE A REALIDADE VIRTUAL E A MEDIAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA

DOLORES PUGA

Resumo:
Este trabalho analisa a representação do Teatro de Dioniso em Atenas na plataforma Mosaik 3D, tomando como eixo de reflexão as relações entre poder, representação e usos contemporâneos do passado no ensino de História Antiga. Embora a ferramenta ofereça uma experiência imersiva relevante para a visualização de espaços, personagens e dispositivos associados à prática teatral grega, sua reconstrução privilegia a configuração arquitetônica do século IV a.C., o que exige problematização diante das transformações materiais, políticas e sociais em relação ao teatro do século V a.C. Partindo de estudos arqueológicos e historiográficos sobre o espaço teatral ateniense, discute-se como a organização do theatron, a prohedria, a ampliação da capacidade de público e a própria monumentalização da construção expressam disputas de prestígio, hierarquização social e interesses cívico-políticos. Ao mesmo tempo, argumenta-se que a realidade virtual não apenas representa a Antiguidade, mas também produz enquadramentos específicos sobre ela, ao selecionar visualidades, estabilizar interpretações e, por vezes, apagar tensões históricas. A comunicação também apresenta a experiência do projeto de extensão Teatro grego nas escolas, no qual o uso do Mosaik 3D foi articulado a oficinas pedagógicas e à mediação crítica docente. Defende-se, assim, que o potencial pedagógico das tecnologias imersivas reside menos na promessa de reconstituição fiel do passado e mais em sua capacidade de suscitar reflexão sobre quem representa, o que se representa e quais relações de poder atravessam tanto o teatro ateniense quanto suas recriações digitais no presente.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



"AMA DE LEITE. PRECISA-SE DE UMA SEM FILHO": UMA ANÁLISE SOBRE A EXPLORAÇÃO DA MATERNIDADE ESCRAVA A PARTIR DOS ANÚNCIOS DE ALUGUEL DE AMAS DE LEITE - PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE (1850-1888)

ELAINNE CRISTINA JORGE DIAS

Resumo:
O presente artigo busca refletir sobre o ofício de ama de leite realizado por mulheres escravizadas na província da Parahyba do Norte, durante a segunda metade do século XIX, assinalando, sobretudo, a negação de sua maternidade e a violência do sistema escravista. A partir dos anúncios de aluguel de amas de leite e dos códigos de posturas, publicados em jornais, buscaremos, ainda, analisar de que forma essa relação comercial e exploratória do corpo feminino negro era estabelecida através da imprensa, assim como de que forma as ideias higienistas interferiram nessa prática. Logo, esse estudo nos permitirá levantar algumas questões sobre as relações maternas das mulheres escravizadas, como também do próprio sistema escravista, que desumanizava e transformava sua capacidade, em gerar e nutrir em mercadorias, as quais eram negociadas através de anúncios de jornais que silenciavam suas identidades e descreviam seus corpos de acordo com as características físicas, de saúde e morais desejadas por escravizadores e que atendessem aos discursos higienistas da época.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



GETÚLIO VARGAS E A REPRESENTAÇÃO DE UM BRASIL FORTE ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

ELIANA CARMEM DA SILVA

Resumo:
A construção da Companhia Siderurgica Nacional foi um projeto de Estado pensado a partir da Era Vargas, no chamado Estado Novo. O Estado Novo (1937-1945) acelerou a industrialização no país, que ainda tinha economia predominantemente rural. Com Getúlio Vargasa ocupando o cargo da presidência do país, este momento da história do país possui várias vertentes de análises históricas, sociais, políticas, econômicas, onde a figura do político vista quase sempre de maneira controversa. Vargas recebia o apoio da sociedadade burguesa do país, que naquele período já era maioria nos espaços políticos com a queda da oligarquia, após a revolução de 1930. Mas Vargas não abandona a oligarquia totalmente, uma de suas características fortes estava em fazer as conciliações políticas, é possível perceber nas gestões de Vargas várias alianças que possibilitam a governabilidade. Visando o desenvolvimento econômico e uma aumento do poder do Brasil no cenário internacional, Getúlio implementa várias indústrias de gestão estatal: a Companhia Siderúrgica Nacional em 1940, a Companhia" Vale do Rio Doce em 1942, a Fábrica Nacional de Motores em 1943. A metodologia utilizada nesse artigo foi a pesquisa bibliográfica e documental e uma das principais concusões é que o poder econômico funcionou na época como uma representação daquilo que poderia resultar de um poder político forte e centralizado.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



DO TEATRO CLÁSSICO AO TEATRO POLÍTICO: REPRESENTAÇÕES DO PODER FEMININO EM LISÍSTRATA E LISA, A MULHER LIBERTADORA

EMILY NICOLE MORELLI
DOLORES PUGA

Resumo:
Este trabalho propõe uma análise comparativa entre as peças "Lisístrata", de Aristófanes, e "Lisa, a Mulher Libertadora", de Augusto Boal, investigando como o teatro constrói representações de poder e protagonismo feminino em contextos históricos distintos. A comédia de Aristófanes, apresentada na Atenas do século V AEC, encena uma inversão simbólica das hierarquias políticas ao colocar mulheres organizando uma greve sexual e ocupando a Acrópole para pôr fim à guerra. Séculos depois, Boal retoma essa matriz dramática no contexto da ditadura militar brasileira, ressignificando a narrativa clássica como crítica às estruturas autoritárias e às formas de opressão política e social. A partir de uma abordagem comparativa ancorada na história cultural e nos estudos literários, a pesquisa busca compreender como o riso, o corpo e a cena teatral funcionam como formas de representação e questionamento das relações de poder em diferentes temporalidades.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



REPRESENTAÇÕES DO PASSADO E DESAFIOS DO PRESENTE: O PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA ILHA DA MARAMBAIA – RJ NA LUTA POR DIREITOS

FABIANA HELENA DA SILVA

Resumo:
Este trabalho, é um recorte de minha pesquisa de doutorado em andamento. Ele analisa o papel das mulheres da Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia - RJ na preservação da memória e na construção de agência frente a processos de repressão. Através de uma etnografia do cotidiano, investiga-se como eventos históricos como a implementação de uma Escola Técnica de Pesca apenas para os homens (1939-1970), e a ocupação militar da Ilha pela Marinha do Brasil (1971-atualidade), moldaram trajetórias femininas marcadas pela exclusão educacional, pela precarização da vida na ilha e evasão para o trabalho doméstico no continente. A pesquisa destaca a função social e resiliência das mulheres mais velhas como mediadoras da identidade grupal, cujas memórias coletivas foram fundamentais para o sucesso de um projeto de escolarização de jovens quilombolas, implementado na ilha durante a pesquisa. Sob a ótica do feminismo decolonial e das dinâmicas de poder, conclui-se que a busca pela educação superior representa uma estratégia de resistência para romper as margens impostas pelo Estado, reafirmando o direito à educação, e vida digna no território.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



MITO E MEMÓRIAS NAS BARRANCAS DO SÃO FRANCISCO: NARRATIVAS SOBRE ANTÔNIO DÓ

FABÍOLA AGUIAR SANTOS NUNES E SOARES

Resumo:
Esta comunicação tem por objetivo analisar a construção do mito de Antônio Dó, a partir de memórias e imagens produzidas sobre sua trajetória. Para tal, procuramos compreender seu legado na tradição oral, bem como na literatura produzida por memorialistas e, em especial, pela obra Serrano de Pilão Arcado: A saga de Antônio Dó do escritor Petrônio Braz (2020). Podemos nos perguntar: qual a fração do real e do imaginário pode atravessar a linha perene do tempo? Quais as nuances são preservadas, ou ainda, por que são esquecidas? Tais questões não são fáceis de responder, especialmente, quando se trata de épocas e movimentos tão ambíguos, tal como foi o sertão brasileiro em pleno início do século XX. Entretanto, o filão de análise do fazer historiográfico pode trazer "luz" aos muitos questionamentos do tempo presente e favorecer possibilidades de respostas para feitos de homens que atingiram proporções quase míticas no imaginário popular. Esse é o caso de Antônio Antunes de França, mais conhecido como Antônio Dó. Para uns um bandido impiedoso, para outros um herói que insurgiu contra a ordem arbitrária de mando existente no vasto vale do rio São Francisco. Além disso, propõe-se articular História e Literatura, contrapondo as memórias das comunidades tradicionais situadas às margens do rio São Francisco/MG, no Brasil, nas quais se evidencia uma cultura política característica do sertão norte-mineiro e baiano, marcada por intensas disputas de poder e pelo uso recorrente da violência. Nesse contexto, destaca-se a formação do mito do justiceiro, recorrente nas narrativas produzidas, bem como a figura do herói que mobiliza a memória social da região. A análise fundamenta-se em pesquisa que adota práticas teórico-metodológicas de natureza qualitativa, ancoradas na análise histórica e orientadas pelas contribuições da Nova História Política e Cultural, assim como por autores que refletem sobre o conceito de memória. Tais aportes são fundamentais para a discussão das narrativas, tendo as esferas do mito e das representações como arcabouço conceitual. O corpus investigativo é constituído pela obra supracitada e por fontes orais coletadas junto a pessoas idosas residentes às margens do rio São Francisco e integrantes de associações de cunho cultural.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



INTEGRAR E EXCLUIR: RACISMO CIENTÍFICO E A DINÂMICA DA DEMOCRACIA RACIAL DE GILBERTO FREYRE

FELIPE AZEVEDO CAZETTA

Resumo:
Gilberto Freyre (1900-1987) foi um dos intérpretes da formação social do Brasil. Com o intuito de tornar positivo aspectos inerentes às raízes do país, a miscigenação especificamente, Freyre elaborou de maneira original percepção do tempo e dos percursos de civilização. Assim, se na década de 1940 há o amadurecimento do conceito de civilização lusotropical, nos anos 1930, algumas bases já estavam esboçadas. Nestas se apresentava o mal estar com a modernidade. Logo, havia a crítica à democracia liberal e do próprio entendimento do tempo cronométrico. Portanto, Freyre se alinhava a uma tradição de intelectuais ibéricos e latino-americanos que valorizavam os aspectos do local e do tradicionalismo, em detrimento do progresso proposto (ou imposto) pela modernidade. Assim, serão ressaltadas as influências de Angel Ganivet sobre, Freyre, e também se utilizará autores antimodernos, como Nietzsche, para apontar ressonâncias em Gilberto Freyre.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



OS INFORMANTES DE GETÚLIO VARGAS NA AMÉRICA LATINA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

FILIPE QUEIROZ DE CAMPOS

Resumo:
Esta comunicação analisa a rede de informantes utilizada por "Getúlio Vargas" na América Latina durante a "Segunda Guerra Mundial". O objetivo é compreender como o presidente brasileiro mobilizou relações políticas, diplomáticas e pessoais para obter informações sobre a conjuntura internacional e os posicionamentos dos países latino-americanos no contexto do conflito. Desde a Revolução de 1930, Vargas manteve vínculos com aliados que posteriormente atuaram como canais informais de informação, entre eles Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha e Batista Lusardo. Durante a guerra, essa rede funcionou paralelamente às estruturas diplomáticas formais, permitindo ao governo brasileiro acompanhar disputas políticas, mudanças diplomáticas e a circulação de influências no continente. A comunicação também destaca o papel de intermediários próximos ao presidente, como "Alzira Vargas", além de diplomatas e políticos que transmitiam análises e impressões sobre os cenários nacionais de diferentes países. Ao examinar esses fluxos de informação, o trabalho evidencia como relações pessoais e canais informais contribuíram para a formulação de percepções estratégicas do governo brasileiro sobre a política latino-americana no período. Dessa forma, busca-se demonstrar que a atuação desses informantes funcionou como um instrumento relevante de acompanhamento político e diplomático durante a guerra, ampliando a capacidade de Vargas de interpretar a conjuntura regional e tomar decisões em um momento de intensa instabilidade internacional.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



UM ACERVO AMAZÔNICO EM PORTUGAL: CULTURA MATERIAL E MEMÓRIA INDÍGENA NA COLEÇÃO DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA (ARF) NO MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

GIOVANNA FLAMESCHI ANGELONI

Resumo:
O acervo da coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira (ARF), pertencente ao Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (MCUC) - como também à Academia de Ciências de Lisboa (ALC) - é uma das mais antigas e completas coleções Amazônica Brasileira do século XVIII. A coleção contém, atualmente, 162 peças - conforme o banco de dados do MCUC, sendo 30 delas de plumária. A formação da coleção, neste caso, respondeu à história de subjugação dos povos originários pelo sistema colonial. No ambiente museológico moderno, essa relação foi amplamente reforçada, cuja lógica colonialista de possuir "objetos" e retirar suas agências, até hoje apresenta desdobramentos. Os corpos de penas, por exemplo, retirados de seus contextos e entendidos somente como adorno, quando de arte, endossam esse enviesado ponto de vista. Podemos compreender que os "corpos de penas" são também artísticos, porém é necessário pontuar que não são somente isso. Com o desenvolvimento de pesquisas sobre cultura material atreladas à antropologia da arte, nos anos 80, 90 do século XX, esses acervos começaram a ser revisitados, sob o olhar antropológico da etnografia contemporânea. Os corpos-objetos, portanto, tomam novos voos: expressam ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais. Dessa forma, como uma coleção colonial - há quase dois séculos e meio em território estrangeiro - pode ser objeto de estudo para compreendermos formas de memórias e agências indígenas?

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ESQUERDA E REPRESENTAÇÃO: DISPUTAS DISCURSIVAS-ONTOLÓGICAS NAS REDES DIGITAIS

GIOVANNI CODECA DA SILVA

Resumo:
Este trabalho analisa as disputas contemporâneas entre marxistas, decolonialistas e contracolonialistas nas redes digitais, compreendendo a internet como arena de produção de memória e de reconfiguração das esquerdas. Parte se da premissa de que as narrativas históricas não são neutras, mas construções atravessadas por relações de poder que definem quais sujeitos, experiências e epistemologias serão reconhecidos como legítimos. O marxismo reinscreve a centralidade da classe e da exploração capitalista na interpretação do presente. A perspectiva decolonial evidencia a colonialidade como matriz constitutiva da modernidade, articulando raça, saber e dominação. Já a contracolonialidade, inspirada em Nego Bispo, desloca o debate para a afirmação de modos de existência e territorialidades que desafiam a universalidade ocidental. Ao examinar postagens, embates e circulações de sentido no ambiente digital, o estudo problematiza como identidades políticas são performadas e como memórias coletivas são mobilizadas na disputa por hegemonia. Conclui que a rede não apenas espelha conflitos teóricos, mas atua como espaço ativo de produção histórica, onde se tensionam projetos de futuro e se renegociam representações do passado.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A CIDADE IMPRESSA: REPRESENTAÇÕES URBANAS NOS ALMANAQUES DO INTERIOR PAULISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

HENRY MARCELO MARTINS DA SILVA

Resumo:
Esta pesquisa tem por objetivo o estudo das representações urbanas nos almanaques produzidos no interior de São Paulo no início do século XX; naquele momento, o Estado vivenciava um intenso processo de crescimento econômico e de urbanização, contexto que propiciou o desenvolvimento da imprensa e da indústria tipográfica, que produzia uma diversidade de impressos, dentre os quais se destacavam, além dos jornais, as revistas e os almanaques. Publicações comuns desde fins do XIX, os almanaques adquiriram as mais variadas formas, constituindo-se em importante elemento para a leitura e popularização da literatura no período, especialmente para as camadas pouco letradas da sociedade. Ao longo do tempo, incorporando as modernas técnicas de produção e impressão, e contando com a generalização da fotografia, os simplórios almanaques transformam-se em álbuns ilustrados, produções bem elaboradas que, tomadas como veículos do discurso das elites citadinas, constituíam importante propaganda das crescentes cidades do sertão paulista; rompendo de forma radical com o passado, que deveria ser esquecido, tais obras buscavam ressaltar o estágio de desenvolvimento econômico e social das cidades, marcas do progresso e civilização, característica que deveria nortear o imaginário sobre o sertão a partir daquele momento.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



PATRIMÔNIOS FANTASMAS: ENTRE A AUSÊNCIA E A MEMÓRIA

ISABELLE DA SILVA PEIXOTO

Resumo:
O presente trabalho resulta de um projeto de iniciação científica, desenvolvido sob a orientação da professora Márcia Motta, com base em levantamentos realizados na cidade de Niterói (RJ). Tem como objetivo analisar o processo de constituição de um patrimônio fantasma e evidenciar sua relevância tanto para a pesquisa histórica quanto como campo de memória para indivíduos e grupos. "Patrimônios fantasmas" é um termo criado pela Rede Proprietas para repensar a relação entre história, amnésia social, memória e patrimônio. Esses patrimônios configuram-se como referências identitárias para indivíduos, grupos ou até mesmo nações, conectando-os a acontecimentos específicos. Ainda assim, não foram tombados, o que os coloca em risco de esquecimento ou negligência. Mesmo quando já não estão materialmente presentes, seja por destruição ou abandono, continuam a possibilitar a preservação da memória do passado. Ao discutir os patrimônios fantasmas, o estudo amplia o debate sobre memória, identidade e reconhecimento histórico, destacando seu papel na formação de indivíduos e coletividades e reafirmando sua importância como objeto legítimo da pesquisa histórica.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



O PROBLEMA DA TEMPORALIDADE EM HÉLÈNE METZGER-BRUHL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ALVORECER DA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

ISADORA DE MELO E SILVA BASTOS

Resumo:
A pesquisa aborda o problema da temporalidade no pensamento historiográfico de Hélène Metzger-Bruhl, destacando sua contribuição para a História das Ciências e seu papel na integração entre história, filosofia e epistemologia científica. A partir da análise bibliográfica e da reconstrução das trajetórias de historiadoras como Metzger, Agnes Robertson Arber e Amélia Hertz, evidencia-se a importância dessas mulheres no alvorecer da disciplina, com publicações relevantes nos periódicos Archeion e Isis. Metzger defende uma história da ciência que vai além da simples narrativa cronológica e positivista, enfatizando a necessidade de uma análise filosófica e epistemológica para compreender o desenvolvimento científico. Seu método propõe que o historiador das ciências se faça contemporâneo dos cientistas estudados, por meio de uma "simpatia ativa", resgatando as teorias em seu contexto mental e suspendendo juízos anacrônicos. Dessa forma, a concepção temporal da história científica rejeita linearidades simplistas, privilegiando a complexidade das ideias e processos. Aspectos centrais de sua obra destacam a crítica aos modelos positivistas, a valorização da dialética e pluralidade no progresso científico, e a reflexão sobre as dificuldades epistemológicas em organizar diferentes aproximações científicas. Este estudo contribui para o reconhecimento das historiadoras das ciências e para um debate mais amplo sobre a temporalidade e os fundamentos do conhecimento científico, com o objetivo de ampliar o reconhecimento do papel de Metzger na construção de uma historiografia crítica e interdisciplinar.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A ASTÚCIA DOS JECAS EM CENA EM DOIS FILMES DE MAZZAROPI

JOSÉ APARICIO DA SILVA

Resumo:
Este trabalho analisa a representação da Astúcia nos filmes Sai da Frente (1952) e Tristeza do Jeca (1961), de Amácio Mazzaropi, tomando como eixo interpretativo a figura do "Jeca" enquanto sujeito subalterno que mobiliza estratégias de sobrevivência frente às adversidades do mundo urbano e rural. A partir da análise de cenas selecionadas, investiga-se como a inteligência astuciosa — entendida à luz dos conceitos de métis (Détienne; Vernant) e das "artes de fazer" (Certeau) — se manifesta como prática cotidiana capaz de subverter, ainda que provisoriamente, relações de poder marcadas pela desigualdade social, pela burocracia estatal e pela dominação pessoal. Em Sai da Frente, filme urbano/suburbano, o personagem Isidoro Colepícula enfrenta o trânsito caótico, a polícia e a máquina burocrática por meio de expedientes como o quiprocó, a bricolagem e a apropriação da palavra, utilizando a confusão discursiva e a ironia como táticas para "dar a volta por cima". Já em Tristeza do Jeca, ambientado no meio rural, a astúcia assume contornos políticos mais explícitos, revelando práticas de barganha eleitoral, coronelismo, compra de votos e dominação pessoal, nas quais o Jeca e os colonos demonstram consciência das regras do jogo político e delas se utilizam em benefício próprio. Longe de retratar personagens ingênuos ou alienados, os filmes evidenciam sujeitos que, mesmo em posições socialmente desfavoráveis, mobilizam saberes práticos, ignorância estratégica e ironia para resistir às imposições do poder. A comicidade, nesse sentido, funciona como linguagem crítica, permitindo que Mazzaropi construa uma leitura social do Brasil de meados do século XX, na qual a astúcia popular emerge como tática de sobrevivência e forma de contestação simbólica das hierarquias vigentes.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A LENTE DO RESSENTIMENTO: DESALENTO ECONÔMICO, ANTIPETISMO E O DESEJO DE RUPTURA INSTITUCIONAL ENTRE JOVENS BRASILEIROS (2019-2023)

JOSÉ ELIAS DOMINGOS COSTA MARQUES

Resumo:
O debate contemporâneo sobre o crescimento da extrema direita no Brasil evidencia o papel das plataformas digitais, que em muitos casos colaboram no fomento do pânico moral e polarização afetiva. Para essa geração, o antipetismo estabeleceu-se como uma chave elementar de leitura para criticar o establishment. O objetivo desta pesquisa é analisar como a identidade antipetista modela o desalento econômico e a desconfiança institucional de jovens de 16 a 24 anos, e como o consumo digital catalisa o desejo de ruptura institucional. A metodologia baseou-se em análise bibliográfica de temas como o antipetismo e extremismo político, bem como análise quantitativa de microdados do LAPOP – Barômetro das Américas de 2019 e 2023, onde aplicamos regressões logísticas. Os resultados revelam um efeito cruzado de pessimismo: a descrença democrática é ativada pela transição ideológica na Presidência da República entre os anos analisados. Com o retorno do PT ao poder em 2023, jovens antipetistas apresentaram aumento significativo no desejo de emigrar, no apoio aberto de medidas extremistas e na rejeição ao Judiciário e Legislativo. Além disso, comprova-se a "câmara de eco" algorítmica: o alto consumo de informação nas redes atua como apaziguador para jovens de esquerda, mas funciona como vetor de radicalização para a juventude de direita, multiplicando seu pessimismo. Concluímos que o extremismo jovem não deriva apenas de crises materiais, mas de um ressentimento retroalimentado e sincronizado pelos algoritmos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



SAPPHO E O GENERO PEPLUM: PODER E REPRESENTAÇÃO FEMININA

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA GOMES

Resumo:
O filme "Safo, a Vênus de Lesbos" (Saffo – Venere di Lesbo, 1960), dirigido por Pietro Francisci, é uma produção ítalo-francesa que se insere no gênero peplum, também conhecido como "filme de sandália e espada". Ambientado na Grécia Antiga, narra a história de Faon, um jovem guerreiro que lidera uma revolta contra o tirano Melanchrus em Mitilene, na ilha de Lesbos. Ferido, ele refugia-se no templo de Afrodite, onde se apaixona pela poetisa Safo, mas é traído e obrigado a fugir. O peplum, por sua vez, é um gênero cinematográfico popular nas décadas de 1950 e 1960, caracterizado por aventuras épicas ambientadas na Antiguidade greco-romana, com heróis musculosos, batalhas, mitologia e cenários grandiosos, funcionando como uma mistura de drama histórico e espetáculo visual.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1994 NAS CHARGES DOS JORNAIS "FOLHA DE SÃO PAULO" E "O ESTADO DE SÃO PAULO".

JULIA LUÍSA DE CARVALHO MENSATTI

Resumo:
O trabalho proposto analisou como as candidaturas de Mário Covas (PSDB) e Francisco Rossi (PDT) ao governo do estado de São Paulo em 1994 foram enquadradas nas charges publicadas pela Folha de S.Paulo e por O Estado de S. Paulo, principais jornais do estado, durante o segundo turno eleitoral. Para tanto, partimos da compreensão dos jornais como atores políticos ativos, proposta por Maria Helena Capelato e, sob as perspectivas de Ulpiano Bezerra de Meneses e Rozinaldo Miani, tomamos as charges como dispositivos de produção de sentidos no debate público. O trabalho está inserido no contexto da consolidação do Plano Real e da eleição presidencial de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), momento em que a estabilidade econômica e o alinhamento entre os governos federal e estadual ganharam centralidade. A análise demonstrou que ambos os jornais, em função de sua orientação política e editorial favorável à adesão de princípios neoliberais, favoreceram Covas, associando-o à vitória e ao capital político do presidente eleito, enquanto Rossi foi deslegitimado por instrumentalizar a religião evangélica e pela ausência de um programa de governo consistente. Concluímos que, embora a pauta econômica não tenha sido mobilizada explicitamente nas charges, o enquadramento visual das candidaturas foi coerente com as orientações e compromissos ideológicos previamente assumidos pelos periódicos, e tornou evidente o papel da imprensa na construção de representações políticas na Nova República.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



UMA ANÁLISE SOBRE MULHERES MIGRANTES CONGOLESAS NO RIO DE JANEIRO

JULIA MOULIN ALMEIDA PEREIRA
MANI TEBET AZEVEDO DE MARINS

Resumo:
O processo histórico de colonização da República Democrática do Congo impactou severamente as mulheres negras do referido território em torno das suas experiências de migração forçada, bem como a construção de memórias, identidades e narrativas. A partir deste trabalho, pretendemos entender como as dinâmicas de poder internas e externas ao país impactaram as trajetórias de mulheres congolesas estabelecidas no Brasil. Desta forma, gostaríamos ainda de analisar os desafios de gênero e a formação das redes sociais de apoio estabelecidas no Rio de Janeiro pelas mulheres congolesas. Para aprofundar essa perspectiva, é fundamental considerar o impacto da globalização nos deslocamentos forçados e na construção das identidades migrantes. Manuel Castells (1999), ao tratar da "sociedade em rede", evidencia como a globalização produz novas formas de exclusão e pertencimento, nas quais fluxos de capital e informação coexistem com o enraizamento desigual de populações marginalizadas. Já Sayad (1998a; 2000) demonstra que categorias estatais como imigrante e refugiado não apenas descrevem deslocamentos, mas delimitam quem pode permanecer em determinado território e quais direitos lhe são atribuídos, produzindo formas de precariedade jurídica e simbólica. Por fim, dialogamos com autoras do feminismo negro e afro-latino-americano, como Lélia Gonzalez (2020) e bell hooks (2020), que destacam a importância de uma abordagem interseccional para analisar as estruturas de opressão.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



WOMEN IN REVOLT: CONTRADIÇÕES FEMINISTAS EM NOVA YORK NOS ANOS 1970

JULIANA MAFRA

Resumo:
No final dos anos 1960, enquanto o feminismo ganhava força nos EUA, Andy Warhol sobreviveu a um atentado de Valerie Solanas, autora do radical Manifesto SCUM, que exigia a destruição dos homens. Dois anos depois, em 1972, Warhol e Paul Morrissey lançaram "Women in Revolt", uma comédia erótica estrelada por três travestis (Candy Darling, Jackie Curtis e Holly Woodlawn) que, cansadas da opressão masculina, criam um movimento feminista chamado Politically Involved Girls – PIG, que, em português, significa porca, em português. O filme parodia os movimentos de liberação feminina da época, com as protagonistas decidindo se tornar lésbicas para se libertar dos homens. A recepção crítica foi ambígua: enquanto alguns elogiavam as atuações, outros classificaram a obra como "reacionária" e confusa quanto às intenções feministas. Morrissey, declaradamente de extrema direita, contribuiu para essas interpretações ao desprezar movimentos políticos progressistas. Warhol, por sua vez, mantinha uma posição deliberadamente irônica e supostamente apolítica, afirmando que o papel do artista é "apenas apresentar, nunca adotar uma posição". O filme utiliza o estereótipo do feminismo apropriado por travestis de forma cômica para criticar Solanas e seu conteúdo radical. O contexto de produção foi marcado pelo medo: após o atentado, Warhol mudou sua rotina por segurança, e Amaya declarou que ambos foram "as primeiras vítimas do feminismo", embora Solanas tenha sido diagnosticada com problemas psiquiátricos. Warhol ironizou os movimentos de liberação, dizendo que tornam "as coisas compreensíveis e chatas", revelando sua perspectiva distanciada sobre o feminismo, que parecia interessá-lo através da figura de Solanas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



GEMPA 10 ANOS: GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER DE PALHOÇA EM PESQUISA E EXTENSÃO

JULIANE DI PAULA QUEIROZ ODININO - T2

Resumo:
Esta proposta apresenta o Núcleo de Gênero e Empoderamento da Mulher - GEMPA da Faculdade Municipal de Palhoça, destacando suas principais ações de extensão e pesquisa desenvolvidas desde 2015. O objetivo do GEMPA consiste em promover a reflexão junto à comunidade acadêmica sobre a atual condição da mulher através do contexto histórico-social, que faz com que as diferenças de gênero e suas interseccionalidades sejam percebidas pelo viés da desigualdade, com significativas desvantagens sociais, profissionais e pessoais para as mulheres. O núcleo só foi viabilizado através da realização de parcerias interinstitucionais e de movimentos sociais ao longo de sua trajetória com profícuo diálogo com a comunidade. Vem fazendo uso de diversas linguagens como o teatro, o cinema, rodas de conversa, capacitação, realização de grupos de estudos entre outros cujas ações ultrapassam os muros da instituição. Como resultado destacam-se: realização de filme de longa metragem; duas esquetes de teatro; cinedebates; grupos de estudos e rodas de conversa; colaboração na escrita da Base Comum Curricular do Município de Palhoça; oferecimento de oficinas de geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social bem como a colaboração na organização do curso das Promotoras Legais Populares em Palhoça.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A SEGUNDA GERAÇÃO E O HOLOCAUSTO: DESDOBRAMENTOS DA PÓS-MEMÓRIA NA OBRA DE ART SPIEGELMAN

KATHIANE THAÍS FACENDA

Resumo:
O presente trabalho analisa os mecanismos pelos quais descendentes de sobreviventes de traumas coletivos acessam e se relacionam com as experiências traumáticas da primeira geração. A investigação toma como objeto de estudo a produção do quadrinista estadunidense Art Spiegelman, fundamentando-se no conceito de pós-memória formulado por Marianne Hirsch. Discute-se como a conexão com o Holocausto é mediada por investimentos imaginativos e projeções, em detrimento da recordação direta. O objetivo central consiste em debater as bases teóricas de Hirsch e discutir nuances e desdobramentos que permeiam o acesso ao passado pela segunda geração, para além das categorias centrais da autora. Como fio condutor, examinam-se as experiências de constituição pós-memorial de Spiegelman, observáveis a partir do trabalho do autor em Maus, MetaMaus e demais comix criadas pelo artista ao longo de sua trajetória. A partir dessa análise, busca-se compreender como a produção artística do autor opera na elaboração desse legado traumático, evidenciando as complexas camadas da transmissão intergeracional de memórias.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



FORMAÇÃO JURÍDICA E CIRCULAÇÃO DE SABERES: TRAJETÓRIAS DE MAGISTRADOS ENTRE RECIFE, COIMBRA E O AMAZONAS (1859-1909)

KIVIA MIRRANA DE SOUZA PEREIRA

Resumo:
Esta comunicação analisa a formação jurídica e as trajetórias iniciais de magistrados que atuaram na província do Amazonas entre 1859 e 1909, buscando compreender como saberes jurídicos, referências doutrinárias e modelos institucionais circularam entre diferentes espaços do mundo luso-brasileiro. Parte-se do pressuposto de que a atuação desses agentes no campo da justiça não pode ser entendida apenas a partir de suas funções institucionais, sendo necessário considerar os percursos formativos e profissionais que antecederam sua inserção na magistratura, como desembargadores no Amazonas, a partir de 1891. O estudo volta-se para a formação desses juristas na Faculdade de Direito do Recife, com certa tradição Coimbrã até 1879. Nesse sentido, analisa-se a organização do ensino jurídico, os referenciais formativos e os ambientes intelectuais que contribuíram para moldar a formação desses bacharéis, entendidos como espaços de circulação de saberes e de construção de modelos de autoridade jurídica. A partir da reconstrução de trajetórias individuais, considerando formação, cargos ocupados e circulação administrativa, a pesquisa busca identificar os caminhos que conduziram esses indivíduos à magistratura na Amazônia. Com isso, pretende-se contribuir para o debate sobre história da justiça, formação das elites jurídicas e circulação de saberes no mundo ibero-americano do século XIX, suas permanências ou rupturas a partir do século XX.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



O MITO DA NOVA RESTAURAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE CONSENSO EM TORNO DO ESTADO NOVO NOS MANUAIS ESCOLARES DOS ENSINOS TÉCNICO-PROFISSIONAL E LICEAL (1967–1970)

LARA COLETTO

Resumo:
Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a condenação dos totalitarismos de cunho fascista, o Estado Novo precisou acomodar-se ideologicamente. A partir de 1947, ocorreram reformas no âmbito educacional, compreendido como importante espaço na edificação de consensos sociais em torno do regime ditatorial. Entre elas destaca-se a criação do ciclo preparatório do ensino secundário, que visava retardar a escolha entre o ensino liceal e o técnico-profissional, demonstrando a ruptura com um preconceito há muito estabelecido em relação à via profissionalizante, acompanhando um movimento mundial ligado às pautas desenvolvimentistas. Outra medida refere-se à promulgação de novos programas para as disciplinas de História Geral e da Pátria, Organização Política e Administrativa da Nação e Religião e Moral, cujos manuais são analisados neste trabalho, demonstrando que sua importância pouco se alterou, assim como o discurso neles contido. A história de Portugal, a presença de seus heróis e a exaltação de seus feitos, a ideologia e as políticas corporativistas, aliadas à moral cristã, serviram como alicerces do Estado Novo, construindo, a partir de um passado comum, uma legitimidade quase inquestionável ao regime. Este trabalho busca elencar como e por meio de quais exemplos se edificou tal discurso, entendendo que há uma sutil mudança no modo como essa construção ocorre nos anos de 1967, 1968 e 1970, derivada também de fatores externos, podendo-se aferir que a longevidade do regime também se deu por um trabalho de acomodação às novas realidades.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



COVID-19 E SUAS RELAÇÕES COM A GRIPE ESPANHOLA: O CONTEXTO BRASILEIRO.

LARISSA MENDANHA CABRAL

Resumo:
A covid-19 foi um grande obstáculo para todo o mundo, uma doença que chegou sorrateira e se espalhou subitamente, contaminando milhões de pessoas e consequentemente levando a óbito, até o momento, mais de dois milhões. No Brasil, o discurso negacionista por parte dos governantes (de vereadores a senadores, de prefeitos ao presidente da República) contribuíram para que o impacto da pandemia fosse maior que em outros países. Traçamos aqui, uma análise comparativa entre a COVID-19 e a epidemia de H1N1, mais conhecida como Gripe Espanhola, que grassou o mundo no final da década de 1910. Nesse sentido, utilizaremos a obra 'A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil' e notícias recentes para respaldar o estudo. Em 31 de dezembro de 2019, o escritório da Organização Mundial de Saúde (OMS) na República Popular da China trouxe uma declaração da Comissão Municipal de Saúde que na cidade de Wuhan, havia casos de 'pneumonia viral'. Logo, no dia 9 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas declaram que o surto é de corona vírus (Severe Acute Respiratory SyndromeC oronavirus – Sars-Cov2 – Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus). A primeira morte foi relatada em 11 de janeiro. O primeiro caso do novo coronavírus fora da China, foi encontrado em Tailândia já em 13 de janeiro, e assim, como já sabemos, espalhou-se para todo o mundo, chegando no Brasil em fins de fevereiro. Enfim, uma doença pandêmica que voltou a assustar o mundo após cem anos de Gripe Espanhola. O medo do desconhecido, da infecção e da morte, a sua gravidade e sem saber o seu tempo de duração, agravando ainda mitos e informações equivocadas; atualmente sabemos seus efeitos e sintomas, ainda há muito para a comunidade científica pesquisar. O novo coronavírus se espalhou rapidamente e os números de mortos só cresceram nos primeiros meses, sendo a única solução imediata, o isolamento social. Os governos de todo o mundo se mobilizaram e se sensibilizaram com a doença, passaram a pensar em projetos para diminuir a sua propagação; nos países europeus e asiáticos vimos o isolamento e medidas mais rigorosas como tentativa de achatar a curva de contaminação diminuindo assim a utilização dos leitos nos hospitais que seriam insuficientes dado o nível de pessoas contaminadas sendo internadas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



AFONSO ARINOS E DARCY RIBEIRO: OS INTELECTUAIS E O PESO DA GERAÇÃO

LAURINDO MEKIE PEREIRA

Resumo:
O objetivo do trabalho é examinar o peso da variável geração nas formulações dos intelectuais. Para tanto, pesquiso as intervenções de Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) e Darcy Ribeiro (1922-1997) nos anos 1960, conjuntura em que tiveram destacada atuação. Formado em Direito, Arinos era escritor, mas se notabilizou também na política como deputado por vários mandatos e também Ministro das Relações Exteriores (1961/1962). Era um dos pensadores da União Democrática Nacional – UDN, maior partido da centro-direita na política brasileira. Darcy era formado em Antropologia, área na qual atuou desde os anos 1940. No decorrer dos anos 1950, ingressou nas estruturas do Estado, tornando-se uma figura de proa no bloco nacionalista-reformista ao ocupar os cargos de Reitor da Universidade de Brasília e, depois, Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil do Governo Goulart. Os dois intelectuais são representativos do seu campo daquele período, posicionados, respectivamente, à direita e à esquerda, tomando esse eixo como uma das estruturas internas do campo. Não obstante as diferenças em suas ideias, os aspectos convergentes são notáveis. Estudá-los é o foco desse trabalho cuja hipótese é que a variável geração é um dos fatores fundamentais para explicar o elemento transversal que reúne os intelectuais daquela conjuntura, manifestado numa leitura comum do papel do povo e da intelligentsia nos processos históricos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



CORPOS COMO TERRITÓRIOS DE PODER: PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA MULHER COMO TÉCNICA DE CONTROLE SOCIAL

LETICIA MARIA DE OLIVEIRA BORGES
LIANE GUIMARÃES REIS

Resumo:
O trabalho proposto tem como objetivo discutir o discurso patriarcal com a medicalização do feminino a fim de legitimar as violências de gênero no Brasil contemporâneo. A pergunta central é: de que modo a associação das condutas femininas não submissas e padronizadas são associadas a diagnósticos médicos que contribuem para o deslocamento da responsabilidade dos autores da violência de gênero para realocá-la nas próprias vítimas? Tal tema será desenvolvido com base no discurso da "supremacia masculina" na esfera pública e privada. A argumentação perpassará pela análise crítica do discurso na perspectiva foucaultiana de poder-saber. O trabalho mapeará casos em que as mulheres sofrem além da violência propriamente dita, a rotulação de "histeria", "descontrole emocional" para descredibilização; analisará também conteúdos "red pill" em redes sociais, que buscam também culpabilizar as vítimas, que estariam "doentes" e "provocativas" e com isso se exonerar de responsabilidade os homens autores das agressões. A hipótese levantada é que a medicalização opera, ainda hoje como tecnologia de controle que naturaliza a violência, exclui vozes femininas dissidentes, e preserva hierarquias ao converter sofrimento em "sintoma", resistência em "desvio", autonomia e "doença". Resultados esperados: evidenciar que os impactos psicossociais (revitimização, autocensura e auto culpabilização) são exacerbados por discurso discriminatórios que busca manter o status de poder masculino e a submissão feminina na sociedade brasileira contemporânea.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



OS AGRICULTORES DE CULTIVO ILÍCITO DE CANNABIS SOB A ÓTICA DO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1940-1980)

LILIAN DA ROSA

Resumo:
Esta pesquisa analisa as representações construídas pelo jornal Diário de Pernambuco sobre os estratos sociais envolvidos na produção ilícita de cannabis na região Nordeste do Brasil entre 1940 e 1980. Apoiado nos conceitos de representação da Escola dos Annales, este trabalho investiga 636 notícias que revelam a heterogeneidade desses estratos, divididos entre elites locais e trabalhadores rurais pobres. Durante o período analisado, o jornal produziu quatro narrativas associadas a estes grupos. A primeira, denominada como política maconhada, evidencia a participação de políticos, coronéis e grandes proprietários que utilizavam o cultivo para manutenção de poder local e redes de clientelismo. A segunda narrativa detém-se sobre os fazendeiros e grandes proprietários de terras, conferindo um tom mais pragmático e impessoal à cobertura. Paralelamente, o jornal descrevia os pequenos agricultores pobres como matutos desinformados, uma terceira narrativa que engloba parceiros, arrendatários e pequenos proprietários empurrados à ilegalidade pela vulnerabilidade socioeconômica. Por fim, na quarta forma de representação, o jornal destacava a emergência dos operários da maconha, para descrever o trabalhador que vendia sua mão de obra no cultivo ilícito. Conclui-se que o Diário de Pernambuco não apenas informava sobre os envolvidos com os cultivos ilícitos, mas buscava moldar a percepção pública sobre o tema.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A NOVA ESTÉTICA DA EXTREMA-DIREITA: HUMOR, GÊNERO E EXCLUSÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA GLOBAL

LUANNA JALES DUQUE DE ALBUQUERQUE

Resumo:
O trabalho investiga como o humor político tem sido mobilizado como linguagem estratégica pela nova extrema-direita global. A partir de uma perspectiva da História Global, o estudo analisa como conteúdos humorísticos disseminados por plataformas digitais operam simultaneamente como formas de engajamento afetivo e mecanismos de violência simbólica, criando uma estratégia que favorece homens na política, mas não mulheres. Ao retomar ideais excludentes herdados da modernidade europeia, essas práticas de comunicação reforçam a autoridade de figuras masculinas e ridicularizam mulheres que buscam ocupar posições de poder. O trabalho dialoga com autores como Sebastian Conrad, François Hartog e Dipesh Chakrabarty para demonstrar como o humor politicamente incorreto circula globalmente, sendo adaptado localmente para reafirmar hierarquias de gênero, raça e classe.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A CAMISA DA SELEÇÃO BRASILEIRA COMO INSTRUMENTO DE PODER: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E IDENTIDADE NO BOLSONARISMO

LUCAS DE LIMA PINHEIRO

Resumo:
Este artigo analisa o processo de instrumentalização simbólica da camisa da Seleção Brasileira de Futebol pelo movimento bolsonarista, com foco no período compreendido entre os anos de 2018 e 2024. A pesquisa busca compreender por que a apropriação desse símbolo nacional se mostrou tão eficaz na consolidação de uma identidade política conservadora e excludente. Com base nos conceitos de Pierre Bourdieu, especialmente o de violência simbólica, a camisa é interpretada como um dispositivo de dominação que opera pela naturalização de sentidos e pela exclusão de usos dissidentes. A metodologia fundamenta-se na análise documental, com destaque para reportagens jornalísticas, registros imagéticos e manifestações públicas, articulada a uma abordagem própria da História Política e da História do Tempo Presente. Argumenta-se que a eficácia dessa apropriação está relacionada à disputa por legitimidade no campo político, à construção de identidades nacionais seletivas e à imposição simbólica de um projeto ideológico como representação do "verdadeiro Brasil". Ao lançar luz sobre os mecanismos invisíveis de poder que operam através dos símbolos, o artigo contribui para os debates sobre relações de poder, dominação simbólica e disputas identitárias na sociedade brasileira contemporânea.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ENTRE O TRAUMA E A URGÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PRESENTISMO NA NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA DO BRASIL SOBRE O HAITI CONTEMPORÂNEO

LUCY VICTORIA CHIMILOWSKI

Resumo:
A historiografia brasileira recente (2010–2025) aborda o Haiti sob três eixos principais que apresentam grandes lacunas temporais. O primeiro foca na Revolução Haitiana, vista como paradigma de resistência e marco para as subjetividades negras na América Latina. Contudo, há um hiato narrativo de dois séculos entre o pós-independência e o início do século XXI. O interesse acadêmico só é retomado a partir de 2004, com a MINUSTAH, e intensifica-se após o terremoto de 2010. O segundo e o terceiro eixos concentram-se em crises humanitárias, instabilidades políticas e fluxos migratórios para o Brasil. Essa configuração revela uma "ancoragem" em eventos disruptivos: de um lado, o passado revolucionário glorioso, de outro, um presente marcado por vulnerabilidades. Ao focar nesses extremos, a trajetória haitiana é confinada a uma lógica de excepcionalidade ou tragédia, dialogando com conceitos da História do Tempo Presente. Autores como François Hartog (2013), sobre o "presentismo", e Henry Rousso (2016), indicam que o contemporâneo exige sensibilidade às demandas do "agora" que ressignificam o passado. No Brasil, a demanda política da missão militar e da imigração reativa esse interesse, corroborando a tese de Dosse (2012) sobre a proximidade do historiador com o objeto e sua carga de memória. Urge, portanto, superar essa visão dicotômica para compreender e representar o Haiti para além do cenário atual.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ECOS DE UANDA E ILUNDO: PRÁTICAS E SABERES FEMININOS EM ÓSCAR RIBAS

LUIZ AUGUSTO PINHEIRO LEAL

Resumo:
Os países africanos e que foram subjugados por muitos anos pela exploração colonial europeia carregam sequelas que perduram até os dias de hoje. Refletindo esse problema sob uma perspectiva de relações de gênero, é possível observar que a condição feminina também se manteve em um lugar subalterno na organização social pós-colonial. McClintock (2010) considera que "todos os nacionalismos têm gênero", e isso significa que o lugar de privilégio é sempre voltado para o sexo masculino. Geralmente as mulheres são apresentadas como símbolos da nação, mas apenas quando são mortas na luta pela autonomia nacional. Por isso, cabe ressaltar o lugar dessas mulheres em experiências e representações que alimentaram a constituição das identidades nacionais de Angola. A produção literária sobre o país evidenciava que a cultura e as relações de gênero também dariam base para se constituir o que viria a ser o nacionalismo. Elas carregavam em si os elementos culturais do colonizador, mas também expressavam identidades e ações culturais dos colonizados. Através deste trabalho, pretendo discutir a relação entre cultura e gênero por meio dos contos angolanos de Óscar Ribas, visando interpretar o processo de construção do nacionalismo angolano. Serão analisados os contos disponíveis nas obras Ecos da minha terra, Uanga e Ilundu, de Óscar Ribas. Ao mesmo tempo em que os contos evidenciam o processo de homogeneização linguística, eles carregam consigo a experiência da cultura nativa e das relações de gênero como base de resistência contra a dominação colonial. Quando as fontes são nativas, como na literatura, é possível encontrar uma forma de transmissão de conhecimentos que não passava pelas páginas da imprensa colonial, mas permitia uma circularidade de saberes populares, no mundo literário. Os contos coletados ou produzidos por Óscar Ribas permitem compreender, a partir de aspectos culturais, o protagonismo feminino em relação ao nacionalismo angolano. Eles ocupam as temáticas abordadas em tais línguas, do ponto de vista, respectivamente, do colonizador e do colonizado. (PADILHA.1995.p.10)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



TEORIA DA HISTÓRIA E CULTURA DIGITAL

LUIZ CARLOS BENTO

Resumo:
Essa comunicação busca problematizar a formação da consciência histórica na era digital, articulando teoria da história e psicologia social para pensar a cultura digital. Dialogando com Jörn Rüsen e Estevão Martins, compreendemos que o aprendizado histórico como um processo de mediação crítica entre passado, presente e futuro, no qual a consciência histórica desempenha função sociopedagógica ao orientar a ação humana no tempo. Na "virada digital", a historiografia enfrenta desafios teóricos e metodológicos impostos pelas novas tecnologias, que alteram a produção, circulação e recepção do conhecimento histórico. Elias Thomé Saliba identifica nesse contexto a "doença do curto prazo" e a crise de profundidade cognitiva provocada pela hiperinformação e pela cultura de consumo digital. O que estamos propondo é um diálogo interdisciplinar entre a teoria da história de Rüsen, Certeau, Koselleck, Ricoeur e a psicologia social, sobretudo Aronson e Wineburg, para compreender como as mídias digitais produzem sentidos, crenças e identidades. A hipótese central é que o revisionismo e as fakes news funcionam como mecanismos de dissonância cognitiva e conformidade social, explorados economicamente pelo capitalismo digital. Nesse contexto o microdirecionamento digital intensifica antigas formas de poder simbólico, aproximando-se e amplificando as práticas de propaganda e vigilância analisadas por Foucault, Bourdieu e Reich. Nossa percepção inicial que impulsiona a proposição dessa pesquisa nasce de uma constatação existencial, não comprovada metodicamente, de que a capacidade cognitiva dos estudantes de história tem sofrido alterações impactantes nas últimas década, sobretudo no que tange a capacidade de leitura e interpretação de obras clássicas da teoria da história. Como professor de teoria da história há duas décadas tenho acompanhado esse processo como observador participante com grande inquietação, pois a cada semestre as bibliografias precisam ser revistas ou reduzidas em função de dificuldades evidenciadas no processo de leitura e alguns autores e obras vem ganhando status de incompreensíveis entre os estudantes de história.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



CUIDADO FAMILIAR E COMUNITÁRIO: DESAFIOS E VULNERABILIDADES DE MULHERES EM PERIFERIAS URBANAS

MARCELA RESENDE PEREIRA NASCIMENTO
VIVIAN PRADO PEREIRA
MAYARA TEIXEIRA DE PAULA

Resumo:
O presente resumo apresenta os resultados de um projeto de Iniciação Científica vinculado a um curso de Psicologia (Afya), localizado no município de São João del-Rei, em Minas Gerais. O projeto teve como objetivo examinar a situação de vulnerabilidade de trabalho e vida de mulheres residentes em periferias urbanas. A pesquisa identificou que, para além da sobrecarga do trabalho de cuidado não remunerado domiciliar, essas mulheres não raro assumem o protagonismo na luta urbana, sendo necessário desenvolverem estratégias coletivas e cotidianas por condições básicas de moradia, acesso e melhorias de infraestruturas e qualidade de vida. A metodologia adotou abordagem qualitativa, usando como instrumento nove entrevistas semiestruturadas, realizadas com mulheres acima de quarenta e quatro anos, moradoras de três diferentes bairros periféricos. Foi analisada a trajetória ocupacional dessas mulheres e os seus papéis nas dinâmicas comunitárias. Os depoimentos analisados evidenciaram que viver na periferia, em contextos marcados por ausência ou precariedade de serviços públicos, impõe a essas mulheres não apenas a responsabilidade cotidiana pelo trabalho de cuidado familiar não remunerado como também pelo cuidado na esfera da comunidade, fazendo-se necessário realizar mobilizações comunitárias para garantir o acesso à saneamento básico, transporte, iluminação e outros direitos. Esse duplo engajamento, atravessado por desigualdades de gênero, classe e território, resulta em sobrecarga física e emocional para essas mulheres, limitando suas possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho formal, restringindo suas perspectivas de ascensão social e promovendo uma condição de insegurança e sobretrabalho em seus percursos desde a infância até a velhice.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



DOMINIO DE SÍ Y SUBJETIVIDAD EN LA GESTA ESTÉTICO-POLÍTICA DE LA CONSTITUCIÓN DEL CIUDADANO EN LA GRECIA CLÁSICA. EL JUEGO DE LAS METÁFORAS

MARIA CECILIA COLOMBANI

Resumo:
El proyecto de la presente comunicación consiste en pensar la problemática del poder sobre uno mismo en el marco de dos conceptos claves presentes en las llamadas artes de la existencia en la Grecia Clásica: chresis, administración, y enkrateia, dominio sobre sí. La preocupación por el uso de los placeres, chresis ton aphrodision, conlleva ambas nociones en el marco de un proyecto más amplio que domina el mundo clásico que es la constitución del sujeto ético, político y estético. Se trata de dos nociones capitales del trabajo estetizante de los individuos sobre sí mismos, buscando hacer de su vida un objeto bello, kalos, que responda a ciertos criterios de estilo y diagramen la representación histórica del buen ciudadano, polites. Las nociones de chresis y enkrateia son, así, dos bisagras subjetivantes en la medida que permiten la constitución de uno mismo como sujeto responsable de sus propios actos y, por ende, dueño de sí. Ambos términos suponen la consideración de la sustancia ética sobre la cual se inscribe la problemática, a saber, la gestión de los placeres. Es este campo el verdadero territorio de batalla para el varón griego, íntimamente vinculado con los juegos de poder que el escenario de ta aphrodisia, los placeres o las cosas de Afrodita, implican desde su propia naturaleza. Se trata de una dimensión agonística en el sentido que supone la posibilidad de caer en un estado de hybris, desmesura y, por ende, de pérdida de poder sobre uno mismo, a partir del riesgo que los placeres, hedonai, conllevan por su propia funcionalidad. La representación del ciudadano ateniense está inscrita en la sophrosyne, la templanza, como ideal cívico y como ejercicio del dominio sobre uno mismo, conjurando el potencial riesgo de ser esclavizado por las pasiones. Desde este marco teórico que nos remite a una configuración histórica paradigmática para el pensamiento occidental, proponemos un juego de metáforas tendientes a pensar el tema desde el topos de la subjetividad para mostrar cómo dichas metáforas dan cuenta de la relación batalladora que la ética como dominio moral implica. La metáfora bélica da cuenta de la matriz agonística de la constitución de sí como sujeto soberano.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ENTRE O LÚDICO E A CRÍTICA: A PADARIA ESPIRITUAL E A ATUALIDADE DE UM PROJETO LITERÁRIO DO SÉCULO XIX

MARIA ELIZABETH COSMO MELO

Resumo:
Este trabalho analisa o movimento literário da Padaria Espiritual, fundado em Fortaleza em 1892, a partir das relações entre história, poder e representações, tomando como fonte principal o jornal "O Pão". Formada por jovens boêmios e aspirantes a homens das letras, a Padaria Espiritual surgiu em meio às transformações urbanas, políticas e culturais do final do século XIX, no contexto do Brasil Republicano e da Belle Époque cearense. Autodenominando-se "padeiros do espírito", seus integrantes propuseram um projeto literário e cultural inovador, marcado pelo uso do humor, da ironia e do lúdico como estratégias de crítica social e de intervenção simbólica no espaço público. O grupo defendia uma concepção alternativa do trabalho intelectual, expressa no lema "Amor e Trabalho", que se contrapunha aos valores utilitaristas, disciplinadores e produtivistas associados à modernidade emergente. A pesquisa busca compreender a função social dos escritos publicados em "O Pão", evidenciando como o movimento construiu representações críticas da intelectualidade, da vida urbana e das relações sociais, ao mesmo tempo em que elaborou uma identidade cultural própria, enraizada no cotidiano local. Argumenta-se que, mais de 130 anos após seu surgimento, a Padaria Espiritual permanece atual ao problematizar a centralidade do trabalho esvaziado de sentido e ao valorizar o ócio criativo como dimensão fundamental da experiência humana, revelando a permanência histórica de debates sobre tempo, cultura, poder e resistência simbólica.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



USOS PÚBLICOS DE LA HISTORIA Y DIMENSIONES POLÍTICAS DE LA MEMORIA: EL CASO DE LA PROVINCIA PRESIDENTE PERÓN (CHACO, 1953-1955)

MARÍA ZURLO

Resumo:
Chaco, nuestro espacio de referencia, muestra una extensa trayectoria como Territorio Nacional, condición jurídica de minoridad política que generaba diferencias notables en el ejercicio de la ciudadanía, a pesar de los sostenidos reclamos de los habitantes. La consolidación del régimen peronista en Argentina propiciará cambios políticos y sociales, como la provincialización, en 1951, que además de la transformación política involucrada, mostrará un proceso de reconstrucción y gestión de una 'verdadera historia' de la nueva provincia, denominada ahora Provincia Presidente Perón. El primer gobierno constitucional del Chaco (1953-1955) fijó como atribución propia el fomento de entidades culturales encuadradas en la doctrina peronista y la reunión, administración y resguardo del acervo histórico y patrimonial provincial, orientado a conformar una 'cultura nacional, popular, humanista y cristiana'. En este contexto nos interesa examinar cómo el poder político provincial ejerció un uso y gestión pública de la historia y la memoria para fomentar una identidad regional encuadrada en la ideología oficial. Así, identificamos medidas de recuperación y resignificación del pasado en discursos oficiales y la prensa de la época, analizando la tensión entre el discurso político y el periodístico, atendiendo tanto al discurso estatal como a las adhesiones y resistencias que suscitó en la prensa y la opinión pública provincial. El objetivo es detectar las relaciones entre el poder político, la memoria y la historia en el proceso de configuración de la cultura cívica chaqueña, entendiendo la política como una herramienta para construir subjetividades y sistemas de significados compartidos; explorando la dimensión política de la memoria como resultado de decisiones estatales orientadas a fortalecer una voluntad de implantación política en el territorio, y problematizando la construcción de narrativas históricas y la memoria en un contexto político específico.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



UMA (OUTRA) LEITURA DA HISTÓRIA: PORTUGUESES E HOLANDESES NO NORDESTE BRASILEIRO A PARTIR DA PEÇA "CALABAR, O ELOGIO DA TRAIÇÃO" (CHICO BUARQUE E RUY GUERRA, 1973)

MARIANA ROSELL

Resumo:
Em 1973, o músico Chico Buarque escreveria sua segunda peça de teatro, "Calabar, o elogio da traição", em parceria com o cineasta moçambicano radicado no Brasil, Ruy Guerra. Recuperando a figura de Domingos Fernandes Calabar, personagem real que atuou no Nordeste brasileiro no contexto da ocupação holandesa na capitania de Pernambuco, os autores realizaram uma releitura da historiografia tradicional sobre essa importante personagem e sobre as disputas entre Portugal e Holanda na primeira metade do século XVII. Calabar passou à história como o traidor por excelência, visto que rompeu com os portugueses e ajudou os holandeses no estabelecimento de seu poder. A peça visa problematizar essa tendência historiográfica mais tradicional. Contudo, mais do que apenas repensar a figura de Calabar, a peça se propõe a discutir o status de traidor imbuído a ele para discutir a situação do Brasil na década de 1970. Vivendo sob a ditadura militar, as pessoas que se levantavam contra o regime eram acusados de traição e é esse caráter que Buarque e Guerra buscam problematizar. Se na época de Calabar a questão proposta era o que significava ser traidor se tanto holandeses como portugueses são colonizadores europeus, na década de 1970, a questão que se coloca é: quem são os verdadeiros traidores da pátria: militares golpistas e alinhados aos interesses dos EUA ou militantes que recorrem a diferentes recursos para promover o reestabelecimento da democracia?

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



MASCULINIDADES CONECTADAS: UM OLHAR PARA PEDAGOGIAS CULTURAIS QUE CONSTITUEM PRÁTICAS DE HOMENS DENTRO DE UMA CIBERCULTURA DE GRAND THEFT AUTO – GTA

MAURICIO NAZARETE LOPES
ANA ALEXANDRE VALENTE RODRIGUES
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA

Resumo:
O presente estudo teve como objetivo analisar as pedagogias culturais sobre masculinidades (re)produzidas por homens, membros de um grupo do Facebook denominado "Viciados em GTA". Este grupo possui 176,1 mil membros e constitui-se como uma cibercultura dedicada ao videojogo Grand Theft Auto - GTA. Trata-se de um jogo de ação, que possui linguagem violenta ligado ao universo do crime. O trabalho está ancorado nos campos dos Estudos Culturais e no das Masculinidades, em suas vertentes pós-estruturalistas, no qual se analisam os géneros e as masculinidades como construções sociais e culturais. O método utilizado para este estudo é o de análise cultural, com a finalidade de desnaturalizar verdades, práticas culturais, relações saber-poder, produzidas por sujeitos homens membros desse grupo. O material empírico será composto por cinco publicações e 114 comentários, que estão presentes na secção de discussão do grupo. Tendo em vista que as pedagogias culturais dizem respeito à capacidade de ensinar e a vontade de fazer aprender de um artefato cultural, nos resultados emergiram (re)produções sobre práticas culturais masculinistas e sexistas. Destacam-se também comentários que atacam a sexualidade de outros homens que não exibem ou que discordam dessas práticas. Para finalizar, esta cibercultura constitui-se como um currículo cultural que (re)produz significados sobre práticas de "ser e estar homem" neste ciberespaço.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



TRABALHO DE CUIDADO E CONDIÇÕES DE VIDA ENTRE MULHERES PERIFÉRICAS

MAYARA TEIXEIRA DE PAULA
VIVIAN PRADO PEREIRA
MARCELA RESENDE PEREIRA NASCIMENTO

Resumo:
O presente resumo apresenta os resultados de um projeto de Iniciação Científica vinculado ao curso de Psicologia (Afya), localizado no município de São João del-Rei, em Minas Gerais. A pesquisa teve como objetivo examinar a situação de vulnerabilidade nas condições de trabalho e de vida de mulheres, residentes em periferias urbanas de uma cidade média. Buscou-se identificar como as práticas cotidianas de cuidado familiar, engendradas pela divisão sexual do trabalho e entendidas como atribuições femininas pelo imaginário social, impactam suas trajetórias de vida e seus percursos ocupacionais. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa, com base na análise de nove entrevistas empíricas realizadas com mulheres acima de quarenta e quatro anos, moradoras de três diferentes bairros periféricos. Foram analisados aspectos como a idade em que começaram a trabalhar, tipos de atividades exercidas, tempo de trabalho, atuação em práticas formais e informais e o exercício permanente do trabalho de cuidado não remunerado. Como resultado, constatou-se que, entre as mulheres entrevistadas, a constância do trabalho de cuidado não remunerado, aliada à ausência e/ou precariedade de políticas públicas, reduz sobremaneira as possibilidades de emprego e renda entre elas, o que promove uma condição de insegurança e sobretrabalho em seus percursos ocupacionais, desde a infância até a velhice. O trabalho buscará exemplificar essas questões a partir da apresentação de recortes das entrevistas, o que reforça, ainda, a necessidade urgente de se discutir no âmbito dos espaços públicos os impactos da persistência dessa modalidade de trabalho em suas trajetórias.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



OKINKA PAMPA (UKA NHIMPAM):A PERSONIFICAÇÃO DA MULHER BIJAGÓ.

MEDILANDA ELISEU AMÓS TUBENTO SANCA

Resumo:
Na historicidade africana, aparecem constantemente a presença de muitas rainhas, estadistas e guerreiras. A conhecida Okinka Pampa, cujo nome é Uka nhimPam é uma dentre as muitas rainhas africanas que deixou legado importante para o continente africano, no país Guiné-Bissau, especificamente, entre os Bijagós dos Arquipélagos dos Bijagós. A sua resistência ao regime colonial é descrita como estrategicamente diplomata, mas que estava preparada para enfrentar qualquer ataque militar. O presente resumo foi construído com base na reflexão da dissertação do mestrado, cujo tema Matriarcado nos Arquipélagos dos Bijagós na contemporaneidade. Nele se analisa por meio de um trabalho etnográfico o sistema matriarcado nas ilhas dos bijagós e a dimensão do ser feminino nesta sociedade. As vivências, as características da constituição do poder feminino, em que em algumas situações superiores do que os homens, mas também a força representativa nos diferentes órgãos representativos que constituem a sociedade bijagó. A figura da rainha Okinka Pampa historicamente representa a figura feminina bijagó, simbolicamente é uma figura de poder que personifica o que é ser mulher bijagó. Há um mito popular que alega que após a sua morte voltou, mas ficou no mar, "a rainha foi para o mar, para se manter presente. Ela se colocou na concha de um marisco, pescada pelas mulheres das ilhas para alimentação de todos. Assim ela se encontra entre os seus, bem presente".

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



INTEGRALISMO, FASCISMO E DEMOCRACIA: A TRAJETÓRIA DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR (PRP)

MILENE DO CARMO GOMES

Resumo:
O integralismo constituiu-se como um pensamento político relevante na história do Brasil, mobilizando repertórios simbólicos, códigos, práticas culturais e formulações intelectuais voltados à difusão de uma visão de mundo holística sobre o homem, a nação, o Estado e o universo. Nos anos 1930, consolidou-se como o maior movimento fascista fora da Europa, alcançando expressiva mobilização política e cultural. O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, reorganizou as formas de representação político-institucional e elevou o ideário democrático, condicionando o comportamento de atores, grupos e associações. No Brasil, o processo de redemocratização abriu espaços de mobilização e enquadramento sociopolítico, possibilitando o surgimento de agrupamentos e programas de diferentes matizes. Nesse contexto, o Partido de Representação Popular (PRP), criado em 1945 por Plínio Salgado, constituiu-se até 1965 como a principal expressão institucional do integralismo brasileiro. A legenda defendeu o nacionalismo e uma concepção espiritualista e metapolítica, contrapondo-se ao comunismo e ao liberalismo por meio da formulação da "democracia orgânica". A partir da documentação oficial, da imprensa partidária e de obras de intelectuais integralistas, esta comunicação analisa a inserção, propostas e disputas do integralismo no período, tensionando a herança dos anos 1930 na experiência político-partidária do pós-1945 e dialogando com a historiografia e com a noção de culturas políticas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



IMIGRANTES QUE NUNCA IMIGRARAM: OS ITALIANOS DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL E SUAS REPRESENTAÇÕES

MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS
MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI

Resumo:
A imigração italiana para o Rio Grande do Sul começou na década de 1870, com cerca de 100.000 italianos se estabelecendo no Rio Grande do Sul até o final do século XIX. As primeiras levas de imigrantes vinham principalmente das regiões norte e centro da Itália, e em sua maioria, eram agricultores que se estabeleceram em pequenas comunidades rurais. Posteriormente houve uma migração mais urbana vindo do sul da Itália e outra no início do século XX motivada pela segunda guerra mundial. Nosso objetivo nesse trabalho é demonstrar como a identidade de "italianos" perdura, não só pelo fato da Itália adotar o "Jus sanguinis" e referir-se aos emigrantes do país como "Italianos al estero" mas principalmente através da construção de pertencimento através da cultura e das memórias compartilhadas. Os métodos utilizados são a pesquisa bibliográfica e documental conjugada a etnografia. As principais conclusões apontam para um fenômeno multifacetado que não permite escolher uma única razão para a sensação de pertencimento e identidade mas um conjunto de fatores que conformam a identidade de italianos do Rio Grande Do Sul, sem contudo excluir a identidade gaúcha e brasileira.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



REPRESENTACIONES SOCIALES Y PODER EN LA GESTIÓN DEL AGUA: UNA MIRADA HISTÓRICA A LA GOBERNANZA AMBIENTAL EN CONTEXTOS URBANOS IBEROAMERICANOS DESDE EL CINE

MIXZAIDA YELITZA PEÑA ZERPA
CLARITZA ARLENET PEÑA ZERPA

Resumo:
La gestión del recurso hídrico en Iberoamérica no es solo un desafío técnico-administrativo, sino un escenario de profundas tensiones políticas y simbólicas. Esta ponencia analiza las representaciones sociales del agua en entornos urbanos, utilizando el cine como un dispositivo de memoria y una herramienta de análisis crítico. A través de una revisión histórica de obras cinematográficas seleccionadas (documentales y de ficción) de las últimas décadas, se examina cómo la gran pantalla ha capturado la transición desde modelos de gestión pública hacia lógicas de mercantilización y las consecuentes resistencias sociales.El estudio se fundamenta en el concepto de gobernanza ambiental, explorando cómo las dinámicas de poder se materializan en el acceso, la distribución y la calidad del agua en las grandes urbes de la región. Se argumenta que el cine no solo refleja la realidad socioambiental, sino que actúa como una representación política que cuestiona las hegemonías vigentes y visibiliza identidades históricamente marginadas en la toma de decisiones. Al vincular la historia, el poder y la imagen, esta propuesta busca contribuir al debate sobre la construcción de nuevas narrativas para la justicia hídrica y la sostenibilidad en el contexto contemporáneo iberoamericano.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA NO ESPAÇO ESCOLAR: FORMAS DE RESISTÊNCIA E QUESTÕES DE GÊNERO

MONA MARES LOPES DA COSTA BENTO

Resumo:
Este trabalho propõe fazer uma análise da relação entre música, gênero e resistência no contexto escolar, fundamentando-se na produção historiográfica sobre os estudos de gêneros e a forma com que podemos dialogar com a sociedade atual a partir do pensamento feminista, utilizando uma perspectiva interdisciplinar para discutir como a música, enquanto fonte e linguagem histórica, pode contribuir para a construção de práticas educativas críticas, inclusivas e capazes de problematizar as normas de gênero. A reflexão incorpora autores(as) como Judith Butler, Joana Maria Pedro, Joan Scott, Angela Davis, para refletirmos sobre a tecnologia do gênero e seu uso como categoria na pesquisa histórica, assim como demonstrar como o cotidiano escolar é permeado por estas questões. Desta forma, é importante abordarmos a história das mulheres, dos movimentos sociais e do ensino de história no Brasil. O objetivo central é evidenciar o potencial da música como instrumento de resistência e agência na formação de subjetividades plurais, destacando suas implicações para o ensino de história e para a promoção da diversidade, equidade e justiça social no espaço escolar.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



RESGATANDO O PORTO VERMELHO:A LUTA E A MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS NO VALONGO.

NANCI LANCHA NOVO
TATHIANNI CRISTINE DA SILVA
MARCOS RAFAEL DA SILVA
CLARA VERSIANI DOS ANJOS PRADO

Resumo:
O projeto "Centro de Memória dos Trabalhadores do Porto de Santos" propõe a criação de um espaço dinâmico de preservação da memória e pesquisa histórica no armazém Valongo. A iniciativa busca romper o silenciamento sobre a trajetória operária santista, especialmente o período de repressão durante a ditadura militar e a atuação de intersindicais emblemáticas como o Fórum Sindical de Debates. A proposta fundamenta-se no conceito "Memória Funcional" visando não apenas a guarda de acervos textuais, iconográficos e digitais, mas a construção de um elo identitário entre o passado e o futuro da comunidade. O Valongo foi escolhido por ser o berço histórico da ocupação portuária, abrigando desde escravizados até imigrantes europeus com ideais anarquistas. Amparado pelo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto(2020) e por Termos de Ajustamento de Conduta de 2023, o Centro prevê etapas de diagnóstico, digitalização de itens prioritários e ações de difusão pública.O objetivo final é consolidar um equipamento cultural pioneiro que garanta a sustentabilidade da memória material e imaterial do maior porto da América Latina.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ESTADOS NOVOS, « CULTURAS NOVAS »: A GESTÃO DA CULTURA NO ESTADO NOVO DE SALAZAR E NO ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS

NATANE RINCON AZEVEDO

Resumo:
Este trabalho compara a gestão da cultura em dois regimes ditatoriais (Estado Novo português e Estado Novo brasileiro). Nos dois casos, há o estabelecimento de órgãos estatais voltados para a gestão da cultura, cujas políticas culturais ainda repercutem no presente. O Estado Novo (1933-1974), em Portugal, perpassou três períodos da História do Brasil: o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), um curto período republicano e a Ditadura Militar (1964-1985). Portanto, esta pesquisa compara apenas as duas primeiras décadas do Estado Novo, em Portugal, com o caso brasileiro. "Como foram estabelecidas as gestões da cultura nesses países? Quais foram os usos e as apropriações da cultura?" são as duas questões centrais. Alguns autores essenciais foram Velloso (2019), Chuva (2017), Oliveira (2019), Bomeny (1999), do lado brasileiro; Mello (2024), Torgal (2009), George (2024) e Ferreira (2024), do lado português.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ENTRE A METRÓPOLE E A COLÔNIA: MESTRE VALENTIM, TROCAS CULTURAIS E ARTISTAS AFRO-BRASILEIROS NO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA

NATHÁLIA MOMESSO DE MENEZES

Resumo:
Esta apresentação integra uma pesquisa de doutorado sobre a trajetória de Valentim da Fonseca e Silva (c. 1744–1813), artista afro-brasileiro que atuou como escultor, entalhador, arquiteto e urbanista no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. Mestre Valentim, apesar de sua condição, alcançou notável mobilidade social em uma sociedade escravocrata e estabeleceu relações profissionais diretas com figuras reinóis e eclesiásticas. A hipótese central é que sua atuação se insere em redes mais amplas de circulação de modelos artísticos entre Portugal e Brasil. Propõe-se compreender Mestre Valentim como agente mediador desses processos de transferência cultural, contribuindo para a consolidação de uma linguagem estética particular no Rio de Janeiro setecentista. Simultaneamente, o trabalho examina o ciclo artístico formado em torno de sua atuação, destacando a presença e participação de artistas afro-brasileiros nas redes de produção artística da cidade. Assim, a trajetória de Valentim é analisada a partir da História Social da Arte, como parte de um ambiente artístico mais amplo, no qual artistas afrodescendentes desempenharam papéis relevantes na execução de obras, na circulação de saberes técnicos e formais, protagonizando o início de uma história da arte brasileira.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



HISTÓRIA, LITERATURA E SOCIEDADE NOS ALMANAQUES DE SÃO PAULO: 1886-1929

OMAR SUFEN FILHO

Resumo:
A pesquisa tem por objetivo o estudo do Almanaque como importante elemento para a leitura e popularização da literatura em São Paulo, entre o final do séc. XIX e início do XX. Naquele período, o Estado vivenciava um intenso processo de desenvolvimento econômico e de urbanização, contexto que propiciou o desenvolvimento da imprensa e a produção e circulação de diversos tipos de impressos, dentre os quais se destacavam os almanaques. Produção hibrida, barata e carregada com temáticas variadas de interesse popular, os almanaques constituíam uma opção de acesso ao material impresso por parte das camadas menos favorecidas da população, que, ainda marcada pela oralidade, tinha reduzido contato com dispendiosos livros da literatura nacional, geralmente impressos na Europa. Além disso, os almanaques geralmente ofereciam aos leitores uma série de contribuições literárias, enviados por colaboradores de todo o país, que viam nestas publicações uma oportunidade de divulgar suas produções. A partir de uma análise sistemática de almanaques selecionados, e do trabalho com a bibliografia especializada, pretende-se compreender a transformação desta publicação ao longo do tempo, as características de sua contribuição literária, e o seu papel na democratização do acesso à literatura e na formação de novos leitores em São Paulo.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



HISTÓRIA, PODER E REPRESENTAÇÕES NA REESTRUTURAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO REINO DO HUMBE (SUDOESTE DE ANGOLA)

PAULO PEREIRA OLIVEIRA MATOS
DAVID CALEI SALOMÃO

Resumo:
O presente artigo analisa a reestruturação contemporânea do reino do Nkumbi/Humbe, no sudoeste de Angola, interrogando os seus desafios, tensões e potencialidades enquanto projeto político-cultural no contexto pós-colonial angolano. Partindo do eixo analítico história, poder e representações, o estudo articula bibliografia especializada sobre colonialismo e autoridade tradicional, fontes históricas sobre o sul de Angola e entrevistas realizadas com atores centrais do processo de reestruturação do reino. Argumenta-se que esta reemergência deve ser compreendida não apenas à luz da destruição da sua soberania no final do século XIX, mas também no quadro mais amplo de reconfiguração simbólica, cultural e política das autoridades tradicionais no sudoeste angolano, intensificada no período pós-guerra civil, em 2002. A reestruturação do reino do Nkumbi/Humbe desenvolveu-se por meio da mobilização da memória histórica, da criação de comissões e associações, da definição de critérios de legitimidade e da negociação contínua com o Estado angolano. A análise evidencia que esse processo é atravessado por desafios estruturais, como disputas internas, limites institucionais e constrangimentos socioeconómicos; por tensões entre tradição e modernidade, memória e história, autoridade simbólica e poder efetivo; mas também por potencialidades relacionadas à mediação social, à preservação cultural e à produção de continuidade histórica.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ENTRE ESCOLA E MEMÓRIAS: CONTRIBUIÇÕES DO GINÁSIO MUNICIPAL À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PIRACURUCA-PI

PAULO TIAGO FONTENELE CARDOSO
PEDRO PIO FONTINELES FILHO

Resumo:
O presente estudo tem o objetivo principal de compreender as influências e mudanças na legislação educacional interna da instituição de ensino Ginásio Municipal de Piracuruca-PI a partir da implantação da ditadura civil-militar no Brasil. Desse modo, pensaremos como o processo educacional e de comportamento na referida instituição foi moldado no período ditatorial, a partir de agentes municipais que primavam pela ideia de ordem, moral e, principalmente, obediência. Metodologicamente, a pesquisa está centrada na análise da documentação referente à legislação escolar produzida no período que antecedeu e nos anos que se seguiram à implantação do regime civil-militar no Brasil, tais como leis e decretos que direcionavam a educação brasileira, os Regimentos Escolares do Ginásio Municipal de Piracuruca dos anos de 1957, 1964, 1965 e 1967, e fotografias produzidas pela escola no período estudado. O arcabouço historiográfico está pautado nas discussões propostas por Britto (2002), que contribui para a compreensão da história local, Araújo, Silva e Santos (2013), que aborda o contexto político e social do Brasil no período da implantação dos governos ditatoriais e suas implicações sobre a sociedade, Almeida (2024) e Filgueiras e Araújo (2019) para entendermos as mudanças no currículo escolar na ditadura civil-militar e também a promoção dos rituais cívicos e comemorativos atrelados ao ensino de história. Assim, a pesquisa ora apresentada contribui para que se possa pensar as práticas de educação no período do governo civil-militar que ocorriam nas pequenas cidades do interior do Brasil, possibilitando a construção de uma consciência histórica, que valorize a história, a cultura e a memória das instituições escolares, e, sobretudo, a criticidade sobre esse período da história brasileira.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



DA VILLA A CASA GRANDE: A ARQUITETURA RURAL PERNAMBUCANA COMO MARCO DE PODER DAS ELITES AÇUCAREIRAS COLONIAIS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII

RAFAEL FERREIRA COSTA

Resumo:
Este trabalho analisará a arquitetura pernambucana das Casas Grandes como marcos simbólicos do poder local numa realidade colonial brasileira conectada com a cultura artística europeia. Ao longo dos séculos XIV ao XVI, a cultura de erigir edifícios com aspectos de nobilitação, como torres, loggia e jardins, se expandiu pela paisagem rural ítalo-portuguesa e o resultado foi a importação dessas linguagens arquitetônicas no Brasil. Afinal, com o desenvolvimento da produção açucareira, a partir do século XVI, as estruturas habitacionais das fazendas acompanharam o enriquecimento dos senhores de engenho, favorecendo o interesse pela exaltação dos seus espaços de poder. Nosso objetivo é observar como essa arquitetura rural se manifestou nos territórios italiano e português, selecionar exemplos de Casas Grandes pernambucanas para identificar quais elementos construtivos foram apropriados pelas elites locais e, por fim, conectar ao contexto sócio-político de Pernambuco entre os séculos XVI e XVIII. Serão utilizadas fontes visuais, como pinturas e fotografias de Casas Grandes ainda existentes, sendo auxiliadas pela historiografia no intuito de melhor compreender o comportamento dessas elites açucareiras como figuras influentes nas redes econômicas no além-mar.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



REPRESENTAÇÕES DO FEMININO: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS TRANSFORMAÇÕES DE CIRCE

RAFAELA DOS SANTOS TEIXEIRA
DOLORES PUGA ALVES DE SOUSA

Resumo:
O encontro de Ulisses com a deusa Circe é um dos episódios mais célebres da Odisseia, de Homero, e tem sido recriado diversas vezes na literatura, bem como em outras artes, sob diferentes perspectivas, também influenciadas por seus respectivos contextos históricos. Enquanto, na epopeia composta na Grécia Antiga, temos contato com a personagem como uma feiticeira dotada de métis, suas representações posteriores são, em sua maioria, caracterizadas pelo estereótipo que conhecemos como a clássica "bruxa". A proposta deste trabalho é abordar as diversas representações de Circe a partir de uma perspectiva comparada, por meio do que denominamos "Temas", levando em conta a crítica feminista de orientação comparatista, ainda que, muitas vezes, apresentada sob outras denominações. A relação temática torna-se evidente quando tais pesquisas abordam figuras e estereótipos literários femininos, trabalhando a criação e a tematização da identidade feminina no discurso literário, com foco especial na "identidade diferente". Além disso, também são comuns as análises das relações de poder entre as personagens, tanto entre figuras femininas quanto entre o feminino e o masculino. As abordagens feministas buscam evidenciar relações conflitivas de dependência e submissão, características de estruturas sociais que frequentemente dificultam ou impedem à mulher o encontro de uma identidade própria e a realização como pessoa livre e autônoma, análises que aplicamos às representações de Circe.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ENTRE MITOS E HISTORICIDADES: CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E NARRATIVAS DE FUNDAÇÃO NO EIXO DA BR-153 (GO)

RENATO FAGUNDES PEREIRA

Resumo:
Este trabalho investiga a articulação entre cultura histórica, memórias coletivas e narrativas de fundação, analisando como dispositivos de representação moldam a percepção do passado. Sob a premissa de que a consciência histórica é uma faculdade que orienta o sujeito no tempo, a pesquisa problematiza lendas fundadoras e a historiografia memorialística nos municípios de Porangatu e Goianésia, situados no eixo da rodovia BR-153, em Goiás. O objetivo é refletir sobre essas dinâmicas no âmbito do patrimônio e da História Pública Local, compreendendo-as não como registros estáticos, mas como processos de disputa e afirmação de identidades. A análise busca transitar de uma recepção tradicional da história regional para uma abordagem crítica e genética, alinhada ao debate sobre "História, Poder e Representações". Ao confrontar o patrimônio, o estudo destaca a necessidade de transformar o conhecimento histórico em ferramenta ativa de interpretação da realidade. Propõe-se, assim, uma "reorientação temporal" que reconhece a complexidade das identidades ibero-americanas e a força das narrativas na construção da memória social contemporânea.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A LEITURA LACANIANA DA CRIMINOLOGIA COMO UM SINTOMA JUDICIÁRIO DA MODERNIDADE

RENATO SARIEDDINE ARAÚJO

Resumo:
Em 1950, Lacan insere a criminologia no contexto bastante específico da história do direito processual penal, onde a tortura judicial e o nascimento dos direitos humanos fazem parte. A tortura judicial substituíu o ordálio como método de produção de provas, a partir de de Bolonha, na virada do séc. XI, renovando o judiciário que se inclinava para a racionalidade da palavra abandonando o corpo como prova. Os historiadores observam que, a partir do séc. XV, por toda Europa, junto com o surgimento da modernidade, a tortura foi instrumentalizada. O judiciário desfaz-se de seus mecanismos de controle, regras e limites, até ser definitivamente abolida pela iniciativa do movimento dos direitos humanos no séc. XVII. Para os psicanalistas, contudo, não há controvérsia, pois, como demonstrado por Reik que inspirou a discussão de Lacan, o emprego da tortura é absolutamente desnecessária para a produção da confissão. A discussão se coloca sobretudo em relação ao uso judicial da confissão e a importância dada pelas instituições à subjetividade do sujeito do ato no processo. Propomos uma reflexão sobre o tema por meio de uma breve revisão histórica do direito processual penal para desenvolver as questões inconscientes relativas ao debate da psicanálise como instrumento de análise ideológica.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



NENHUMA A MENOS: O CORTEJO DE RUA DAS MADALENAS NA LUTA COMO PERFORMANCE POLÍTICA E MEMÓRIA

RYANNY BEZERRA GUIMARÃES
JULIANE DI PAULA QUEIROZ ODININO - T1
IZIDE FREGNANI

Resumo:
Como a performance das Madalenas em espaço público pode produzir memória, denúncia e resistência de mulheres, e quais são as tensões dessa prática no espaço urbano contemporâneo? Este trabalho traz reflexões sobre o cortejo #NenhumaAMenos, realizado pelo grupo Madalenas, representado pela Estepô - Escola de Teatro Político/SC na Luta em 7 de março de 2026, no centro de Florianópolis (SC), como prática do Teatro das Oprimidas que entrelaça história, resistência, arte e representação . Os objetivos específicos são: (1) examinar como a nomeação pública das vítimas de feminicídio e a encenação corporal da violência produzem memória coletiva e visibilidade política; (2) identificar as potências e os limites da performance de rua como ferramenta de mobilização feminista no espaço urbano. Estruturado em três momentos principais — a evocação das vítimas, o corpo que cai representando a violência sistemática de gênero e o renascer coletivo pela força das mulheres organizadas —, o cortejo revelou o potencial transformador da estética corporal e sonora ao ocupar o espaço público. Os resultados indicam que a performance promoveu diálogo, sensibilização e tensão na recepção do público transeunte: houve reações contrárias à mensagem da performance, como também empatia e identificação, com pessoas se emocionando e integrando-se à ciranda final, cumprindo seu objetivo enquanto teatro político de realizar a denúncia enquanto convida e mobiliza o público para serem agentes de transformação no combate à violência contra as mulheres, no empoderamento e no engajamento da luta contra o sexismo e a dominação patriarcal.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: OSCAR DIAS CORRÊA E O GOVERNO JOÃO GOULART (1961–1964)

SAMUEL DAVI ROCHA SANTOS

Resumo:
O presente trabalho analisa as memórias do deputado federal Oscar Dias Corrêa (UDN/MG) acerca do governo de João Goulart, no período entre 1961 e 1964. A conjuntura abordada compreende a renúncia do presidente Jânio Quadros, a experiência parlamentarista, o retorno ao presidencialismo e o golpe civil-militar de 1964. Como fonte principal, utiliza-se a entrevista concedida por Corrêa à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), integrante do projeto Memória Política de Minas, publicada nos anos 2000. De forma complementar, recorre-se ao depoimento concedido ao historiador Alisson Mascarenhas Vaz, publicado no livro Duas visões da política mineira: depoimentos de Oscar Dias Corrêa e Pio Soares Canedo (1997). A metodologia fundamenta-se na análise de memórias, dialogando com os aportes teóricos de Michel Pollak (1989), Alessandro Portelli (2001), Paul Ricoeur (2007) e Júlio Pimentel Pinto (1998). Fervoroso opositor de Goulart nos anos 1960, Corrêa construiu sua atuação política a partir do anticomunismo e da defesa do Parlamento. Entretanto, suas memórias revelam ambiguidades e paradoxos na representação de Goulart, retratado simultaneamente como frágil e manipulável, mas também como capaz de implantar uma "República Sindicalista" no país. Mesmo diante dessas contradições, Corrêa reafirma o apoio ao golpe de 1964, embora tenha sido posteriormente afastado da vida pública pelo regime que ajudou a instaurar. Assim, busca-se compreender sua interpretação da conjuntura política, sua oposição a Goulart e a legitimação do golpe civil-militar.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



O OFÍCIO DAS TACACAZEIRAS: O PATRIMÔNIO IMATERIAL E AS REPRESENTAÇÕES DO PROTAGONISMO FEMININO NAS AMAZÔNIAS

SANDRA DE CÁSSIA ARAÚJO PELEGRINI
JOÃO PAULO PACHECO RODRIGUES

Resumo:
A Amazônia é per si um patrimônio global, com importância reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Todavia, esta comunicação de pesquisa refere-se ao estudo "Ofício das Tacacazeiras", reconhecido como um patrimônio intangível, pelo Iphan, no mês de novembro de 2025. Trata-se de uma prática culinária desenvolvida, predominantemente, por mulheres, no decorrer do processo de urbanização da Amazônia brasileira. A relevância dessa abordagem se deve ao fato de que tais conhecimentos, passados de geração em geração, fortalecem os laços de pertencimento e os traços identitários das comunidades tradicionais amazônicas e nos permitem apreender relações de poder e representações históricas e sociais construídas sobre e por essas populações. O referido saber-fazer implica desde o cultivo de seus ingredientes, passa pelo preparo e pela comercialização do prato no espaço urbano, garantindo a preservação de conhecimentos ancestrais e o sustento familiar. O tacacá é produzido com ingredientes como o tucupi e a goma, subprodutos da mandioca, misturados ao camarão seco, jambu e inúmeros temperos apreciados em distintas regiões da Amazônia brasileira. As principais fontes investigadas são os depoimentos das tacacazeiras, matérias jornalísticas veiculadas quando esse bem foi registrado no "Livro de Saberes" e a documentação disponibilizada pelo Iphan.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



HERA VENENOSA, ENTRE DOENÇA VENÉREA, ECOTERRORISMO E MACONHA: CONEXÕES HISTÓRICAS NA VILÃ DO BATMAN (1966-2001)

SAVIO QUEIROZ LIMA

Resumo:
O trabalho debruça atenção aos elementos constitutivos inseridos historicamente na personagem fictícia Hera Venenosa dos quadrinhos do Batman. A construção representativa e discursiva da antagonista sintomatiza debates importantes da segunda metade do século XX, como doenças sexualmente transmissíveis, a designação de ecoterrorismo aos movimentos ativistas ecológicos e a presença da Cannabis Sativa (maconha) na sociedade. Como produto arquetípico da indústria cultural de entretenimento do mercado de histórias em quadrinhos, sua conexão de vilania é carregada de politização e as interpelações políticas das questões supracitadas são carregadas de vilanização. Este trabalho é fruto de investigação para capítulo, ainda em construção, da tese elaborada para conclusão de curso de doutoramento pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que trata do tema da Vilania Política. Políticas de gênero e sexualidades, criminalização e acusações de terrorismo das pautas e lutas ecológicas, de legislação sobre Cannabis, promovem a conexão histórica que sintomatiza as transformações ocorridas nas representações e discursos sobre a vilã Hera Venenosa, pertencente ao panteão de antagonistas do super-herói Batman nas histórias em quadrinhos desde junho de 1966. Através de análises das autorias, discursos escritos e representações iconográficas, a vilã é tratada como fonte histórica de interpretações da realidade por política, sociologia e história públicas. Os justapostos e conectados temas são pertinentes aos diálogos fortuitos do GT de Estudos de Gênero da ANPUH-BA e do GT de História do Crime da ANPUH-RS.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A AVÓ PEGA NO LAÇO: UMA CRONOLOGIA DO APAGAMENTO ÉTNICO NO BRASIL

SILVIA MONICE MUIRAMOMI

Resumo:
O apagamento dos povos indígenas no Brasil é um processo histórico que envolveu/envolve tanto as tentativas de eliminação física quanto a desapropriação de seus territórios pelo colonialismo europeu. Esta lógica de apagamento pode ser compreendida como uma ação externa de extinção e dissolução dos grupos indígenas, mas também como um movimento interno de articulação identitária como forma de resistir ao colonialismo. Esses processos de dissolução incluem a política de miscigenação oficialmente incentivada, as classificações identitárias impostas pelos censos e a fragmentação dos direitos territoriais. Este artigo propõe revisão crítica dos dispositivos legais e políticos entre os séculos XVI e XXI, buscando compreender as dinâmicas de poder que impactaram o reconhecimento das identidades étnicas e socioculturais dos povos indígenas. A pesquisa fundamenta-se nos conceitos de etnogênese (Oliveira, 1998; Bartolomé, 2006; Voss, 2008, 2015) e reemergência (Porto Alegre, 1998; Supernant, 2021), que ressaltam o caráter político da persistência e do surgimento de novas identidades. Nesse período, a categoria "indígena" foi moldada e por vezes, suprimida pela legislação e pelas políticas públicas ao longo da história. O artigo investiga os mecanismos que levaram ao desaparecimento de povos e identidades dos registros oficiais, bem como os processos contemporâneos de rearticulação étnica.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



REPRESENTAÇÕES DA SAÚDE E DOENÇA EM "MEMÓRIAS DO CÁRCERE", DE GRACILIANO RAMOS

TAMARA JURIATTI

Resumo:
O presente trabalho analisa, sob uma perspectiva da história social, as representações da saúde no cárcere a partir da obra Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos. Tomando como fonte a narrativa memorialística, investigam-se as representações de categorias centrais relacionadas à experiência prisional, tais como doença, alimentação, higiene e saúde mental. Busca-se compreender como tais dimensões aparecem articuladas à lógica de poder e controle do sistema prisional em seu contexto histórico. Na obra, o cárcere é representado como espaço de angústia e humilhação, em que a precariedade alimentar, a insalubridade e a superlotação operam como mecanismos de enfraquecimento físico e psíquico. A alimentação escassa e de baixa qualidade, bem como as péssimas condições de higiene, evidenciam formas de disciplina e submissão que incidem diretamente sobre os corpos. Assim, as memórias do autor não apenas registram uma experiência individual, mas também oferecem elementos para compreender práticas institucionais mais amplas. A obra se relaciona com o período histórico do Governo Vargas, onde a superlotação das prisões aumentou de forma considerável, tendo um aumento de visibilidade histórica principalmente por conta das memórias publicadas pelos perseguidos políticos, que tiveram condições de denunciar as torturas sofridas neste espaço, sendo importante ressaltar que as memórias do autor também representam o sofrimento de outras pessoas que não tiveram a mesma visibilidade.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003

TATHIANNI CRISTINI DA SILVA - T2
SIMONE REZENDE DA SILVA

Resumo:
Este trabalho discute a importância da dimensão histórica na formação inicial de professores para a implementação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica. Parte-se do entendimento de que o racismo estrutural no Brasil é resultado de um processo histórico iniciado no período colonial, marcado pela escravidão, pelo eurocentrismo e pelo apagamento das contribuições africanas e afro-brasileiras na construção da sociedade brasileira. Nesse contexto, a formação docente torna-se fundamental para problematizar tais processos históricos e promover uma educação antirracista. O objetivo do estudo é refletir sobre práticas pedagógicas desenvolvidas na formação inicial de professores que contribuam para a compreensão histórica das relações étnico-raciais e para a efetivação da referida legislação. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e em pesquisa-ação realizada na disciplina "Fundamentos Teóricos e Metodológicos de História e Geografia" do curso de Pedagogia. O estudo dialoga com autores como bell hooks (2017), Aníbal Quijano (2005), Rita Segato (2022), Paulo Freire (2021) e o Dicionário Paulo Freire. Os resultados parciais indicam que a articulação entre reflexão histórica e práticas pedagógicas amplia a compreensão dos licenciandos sobre o racismo estrutural e favorece a incorporação da temática étnico-racial de forma transversal no cotidiano escolar.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



MÃES, ESPOSAS, IRMÃS: MULHERES E LEGITIMAÇÃO DINÁSTICA NA DINASTIA CONSTANTINIANA (306–337 EC)

THAÍS DE ALMEIDA RODRIGUES

Resumo:
O presente trabalho analisa o papel desempenhado pelas mulheres da primeira geração da dinastia constantiniana nos processos de legitimação do poder imperial entre 306 e 337 EC. Em um contexto marcado por guerras civis, alianças instáveis e pela transição do sistema tetrárquico para uma dinastia hereditária, mães, esposas e irmãs do imperador Constantino exerceram funções políticas e religiosas fundamentais, ainda que fora dos cargos formais de governo. A partir da análise de fontes contemporâneas ou próximas ao período, como narrativas históricas, documentação eclesiástica, epigrafia e numismática, o estudo examina as trajetórias de Helena, Teodora, Minervina, Fausta, Constância, Anastácia e Eutrópia, destacando suas diferentes formas de inserção nas dinâmicas de poder. Argumenta-se que essas mulheres atuaram como agentes centrais nos processos de legitimação dinástica, seja por meio da maternidade e da construção simbólica da autoridade, da garantia de continuidade biológica e de alianças políticas, ou da mediação em conflitos religiosos e políticos. Assim, busca-se demonstrar que a consolidação da dinastia constantiniana foi também resultado de práticas femininas de poder, frequentemente invisibilizadas pela historiografia tradicional, mas essenciais para a estabilidade do regime no século IV.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



REPRESENTAÇÃO DOS AFRICANOS E AS CAIXAS MISSIONÁRIAS NA COLETA DE DOAÇÕES PARA ÁFRICA (XIX-XX)

THIAGO DE ARAUJO FOLADOR

Resumo:
A apresentação analisa a trajetória histórica das práticas de arrecadação de fundos para missões cristãs na África, com foco especial no desenvolvimento e articulação das "caixas missionárias". O estudo investiga como esse objeto se tornou um símbolo da filantropia missionária e do discurso de ajuda humanitária para a África. A pesquisa toma como eixo central a atuação Missão das Universidades para a África Central (UMCA), nos atuais territórios da Tanzânia e Malaui, em diálogo com outras experiências missionárias protestantes para compreender as nuances de seu uso. O objetivo é explanar como esses dispositivos de arrecadação foram desenhadas e disseminadas, moldando a relação entre o doador europeu e o campo missionário africano ao longo do período colonial (c.1890-1960). A análise busca demonstrar que, longe de serem meros repositórios de moedas, essas caixas funcionaram como ferramentas de engajamento social e religioso que conectavam o cotidiano doméstico ocidental aos projetos de expansão cristã. Com resultado, também contribuíram para a produção de representações estereotipadas da África e africanos associados à dependência de doações.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



AS BANDAS DE CONGOS NO ESPÍRITO SANTO

VINICIUS DE AGUIAR CALOTI

Resumo:
Esta pesquisa explora as dinâmicas socioculturais das Bandas de Congo no Espírito Santo, Brasil, com foco em seu significado histórico e antropológico. Reconhecidas como um complexo cultural, as Bandas de Congo conectam comunidades por meio da devoção a entidades como São Benedito e Nossa Senhora da Penha, evidente em rituais coloridos de música e dança. Enraizadas na tradição, essas bandas atuam como veículos de transmissão cultural, sustentadas pela participação familiar e comunitária desde a infância. A pesquisa destaca os papeis intrincados dentro das bandas, incluindo mestres, dançarinas e demais congueiros, que coletivamente contribuem para sua identidade e vitalidade cultural. Apesar dos desafios sociopolíticos, essas bandas (re)afirmam identidades étnicas e culturais por meio de rituais e performances complexas, incluindo cortejos e rodas de congo. Os componentes musicais, com instrumentos especificamente confeccionados, refletem sobretudo uma mistura de influências africanas e indígenas, fundamentando seu som único e ressonância cultural. Este estudo sublinha as Bandas de Congo como um elemento crucial na preservação e promoção da herança cultural afro-brasileira, enquanto navegam por paisagens sociopolíticas contemporâneas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



IMIGRAÇÃO, CIDADE E SAÚDE.

YVONE DIAS AVELINO

Resumo:
A presente comunicação vai apresentar, a partir dos processos imigratórios da comunidade portuguesa para a cidade de São Paulo a criação de Instituições de prestação assistencial e socorros à população carente desses agentes e outros necessitados. São elas: Associação Auxiliadora das classes Laboriosas (1891) fundada por imigrantes que trabalhavam principalmente como pedreiros e carpinteiros na Cidade de São Paulo, e a fundação do Hospital da Beneficência Portuguesa (B.P) (1859), cuja ideia de criação partiu de três jovens comerciários portugueses.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

TEXTOS COMPLETOS



REPRESENTAÇÕES DA SAÚDE E DOENÇA EM "MEMÓRIAS DO CÁRCERE", DE GRACILIANO RAMOS

Tamara Juriatti[1]

Introdução

A proposta deste trabalho gira em torno da análise das representações relacionadas aos temas de saúde e doença no livro Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos. Escritor alagoano que, nesta obra memorialística, escrita dez anos depois dos fatos, rememora o período em que esteve preso durante o governo de Getúlio Vargas, entre março de 1936 e janeiro de 1937.

Embora o autor frequentemente adote um tom de modéstia ao lidar com suas lembranças, a obra constitui um importante testemunho sobre o funcionamento do sistema repressivo da época, mas principalmente sobre as marcas deixadas pelo cárcere na vida daqueles que por ele passaram. Nesse sentido, Memórias do Cárcere ultrapassa o registro individual e se insere em um campo mais amplo de reflexão sobre as experiências vividas sob o autoritarismo varguista.

Para a reflexão deste trabalho será abordado o contexto em que se passa a obra de Graciliano Ramos; como a bibliografia especializada tem entendido o seu papel histórico; também serão abordadas como as categorias de doença, alimentação, higiene e saúde mental são representadas por Graça. Por conta da limitação de espaço e o amplo material que foi colhido durante a pesquisa, serão analisados somente os enxertos da primeira parte do Livro, que trata da sua viagem para o Rio de Janeiro e do tempo em que ele ficou no Pavilhão dos Primários na capital carioca.

"Na verdade estávamos mortos, vamos ressuscitando"[2]

O Governo Vargas (1930-1945) representou um período de transformações na história do Brasil, diminuindo o poder oligárquico, o Brasil passou por uma nova fase com o nacional

[1] Universidade Federal de Pelotas, doutoranda em História, Programa de Pós-Graduação em História. O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico-Brasil. Processo 141867/2023-0. Contato: tamara.juriatti@gmail.com.

[2] Graciliano se refere ao processo de escrita após sua saída da prisão (Ramos, 2024, p. 11).

desenvolvimentismo. Ao mesmo tempo que seu governo promoveu um desenvolvimento da indústria nacional e houveram avanças nos direitos trabalhistas e políticos, se tratou de um executivo extremamente estratégico para limitar a ação e conquistas de setores voltados para mudanças mais profundas no contexto brasileiro. Não à toa sua antonomásia é de "Pai dos pobres", notabilizando a imagem tutelar que os seus governos tentaram implementar.

Com o golpe do Estado Novo em 1937 e a promulgação da nova Constituição, a perseguição política aumentou, levando diversos opositores políticos, e suspeitos de o serem, para as prisões. Foi o caso de Graciliano Ramos, que nem sabia o motivo que o colocara atrás das grades, fazendo o autor criar elocubrações sobre suas ações, suspeitando que seus pensamentos estivessem sendo espionados: "É degradante. Demais estaria eu certo de não haver cometido falta grave? Efetivamente não tinha lembrança, mas ambicionara ver a desgraça do capitalismo, pregara-lhe alfinetes, únicas armas disponíveis [...]" (Ramos, 2024, p. 22).

A superlotação nos presídios atingiu picos históricos, pois além dos chamados "presos comuns" a Ditadura Vargas encarcerou opositores políticos que, acusados de comunistas, superlotavam as instituições prisionais. Pedroso (2003) afirma que as condições prisionais se agravaram diante do aumento do número de encarcerados. O sistema penitenciário passou, então, a funcionar também como um espaço de exclusão para os opositores políticos e sociais do regime.

Contudo, Britto (2022) faz uma observação historiográfica, a partir de 1935 se observou um aumento significativo da presença de presos políticos no sistema prisional, muitos estudos adotaram esse ano como marco inicial para análises sobre a prisão no período. No entanto, essa delimitação temporal tem sido alvo de críticas, pois pode negligenciar a complexidade do universo carcerário anterior. Ao concentrar a atenção apenas no recrudescimento da repressão política e no discurso dos presos políticos, corre-se o risco de desconsiderar as formas de resistência e luta já presentes entre os presos comuns desde a ruptura institucional de 1930. Essa abordagem limitada ignora outras formas de expressão política no cárcere e reduz o protagonismo de sujeitos que também enfrentaram e contestaram o sistema prisional antes da entrada massiva dos presos políticos.

A diferenciação hierárquica entre os chamados "presos comuns" e "presos políticos" não está presente somente em alguns estudos historiográficos, ela pode também ser percebida nas próprias fontes, que se analisados sem um olhar crítico, podem transparecer esta invisibilidade para a historiografia. Em diversas passagens Graciliano faz essa hierarquização:



> Lá fora tínhamos ocupações diversas, usávamos linguagens diferentes e nos distinguíamos pela roupa; ali, no calor, malvestidos, meio nus, usando vocabulário escasso, fundindo as gírias da caserna e da estiva, parolávamos na inércia forçada e nos íamos depressa nivelando [...] Operários e militares sediciosos, pequeno-burgueses detidos por suspeita, socialmente valíamos tanto como o ladrão que me vendera a rede[...] (Ramos, 2024, p. 119)

A divagação de Graciliano deixa transparecer essa diferenciação social, onde na prisão ele se "iguala", a partir de uma diferenciação prévia, ao nível dos ladrões. Esta noção de diferenciação social se construiu historicamente, pois, com exceção dos períodos ditatoriais, o alvo central do sistema penal são as pessoas pobres, portanto a prisão se constrói como espaço de controle dessa categoria social, gerando estranheza quando o preso é a pessoa que antes era vista como sujeito de moral ilibada, que usava chapéu de palha, paletó de linho e trabalhava em um departamento público.

A passagem citada deixa transparecer a noção que este espaço prisional não é o local destas categorias sociais, é o lugar "naturalmente" criado para pessoas "inferiores". Isso diz muito sobre a função social das prisões, mas também que as condições degradantes que Graciliano Ramos se recorda de ter vivido, e que marcaram sua vida, são impostas historicamente a pessoas pobres, que não tiveram suas trajetórias visibilizadas, como reconhecesse o próprio autor:

> Está visto que não se punem os grandes atentados, mais ou menos legais, origem das fortunas indispensáveis à ordem, mas os pequenos delinquentes sangram nos interrogatórios bárbaros e nunca mais se reabilitam. Não me ocorreram de que prisioneiros políticos fossem tratados da mesma forma: a palavra oficial diria o contrário, referia-se a doçura, e não me achava longe de admitir pelo menos parte disso...Não se concebia que negociantes e funcionários recebessem os tratos dispensados antigamente aos escravos e agora aos patifes miúdos (Ramos, 2024, p. 106)

Essa diferenciação entre "presos comuns" e "presos políticos" também está presente nas hierarquias que existiam nos serviços prestados dentro da prisão. Enquanto Graça foi convidado pelo Coletivo para dar aulas aos seus semelhantes; para os presos comuns restavam os trabalhos de reprodução da vida, como a lavagem de roupas: "Recorri ao faxina para a lavagem dos panos imundos empacotados na valise" (Ramos, 2024, p. 177).

Contudo, independentemente de sua posição social ou do tipo de crime cometido, a prisão gerava um martírio em todos os detentos. Tanto presos comuns quanto presos políticos sofriam com a negligência e a ausência de cuidados básicos de saúde. Cancelli (1993, p. 186)

retrata que os próprios presos políticos da sessão militar expressavam insatisfação com a falta de assistência e questionavam o Ministro da Justiça sobre a aplicação de verbas destinadas àquela prisão. De acordo com Pedroso (2003, p. 157), até mesmo figuras de destaque, como o ex-governador da capital, Pedro Ernesto, enfrentavam condições extremamente precárias de saúde no sistema prisional. Internado no Hospital Militar, sua recuperação ficou comprometida pela falta de equipamentos adequados, evidenciando que nem mesmo os presos de maior prestígio recebiam o tratamento necessário.

Conforme Pedroso (2003), a função do chefe de polícia tornou-se central no gerenciamento do sistema carcerário após 1933, representando uma mudança significativa no aparato repressivo do Estado. Nesse contexto, o judiciário perdeu protagonismo diante do fortalecimento do poder policial, cabendo ao chefe de polícia responsabilidades como conduzir processos, julgamentos, transferências de presos, criação de vagas e atendimento a pedidos de informação. A estrutura policial especial passou a se concentrar majoritariamente na identificação, repressão e prisão de indivíduos considerados subversivos, o que impactou diretamente o cotidiano das prisões.

Segundo Cancelli (1993) a polícia possuía o poder de promover o encarceramento de pessoas sem a condenação formal da Justiça. Em 1937 em Pernambuco, 1300 pessoas presas mandaram um ofício ao Ministro da Justiça protestando pois eles estavam encarcerados sem sumário de culpa. Outras pessoas privadas de liberdade do estado denunciavam o diretor do Presídio de superlotação na prisão, espancamentos e assassinatos depois que as pessoas eram liberadas da prisão. A polícia só dava explicações de algo quando isto era requisitado, pois possuía autonomia para decidir sobre os detentos, inclusive sobre o tempo que estes ficariam detidos.

Ainda de acordo com a autora, a forma mais comum e disseminada de tortura no cárcere consistia em enfraquecer gradualmente o corpo dos prisioneiros, levando-os a uma morte lenta. Essa deterioração física constante, aliada à consciência dos detentos sobre sua progressiva degeneração, fazia com que se tornassem prisioneiros de si mesmos, transformando a vida na prisão em uma luta pela sobrevivência (Canceli, 1993).

A tese da autora pode ser corroborada pelas memórias de Graciliano Ramos, que em Memórias do Cárcere narra suas experiências no sistema prisional. O autor foi detido em março de 1936, sem acusação formal, e mantido em custódia até janeiro de 1937. Sua jornada de prisão o levou de Maceió para Recife e, posteriormente, para o Rio de Janeiro, onde se desenrola a maior parte da narrativa. A obra, escrita dez anos após os acontecimentos a partir das recordações do autor, configura-se como um testemunho da ditadura varguista

apresentando um elemento memorialístico interessante, na medida em que as experiências foram lembradas, construídas, reconstruídas, significadas e ressignificadas.

Graciliano nasceu em 27 de outubro de 1892 na cidade de Quebrangulo, Alagoas. Publica seu primeiro conto aos 12 anos, aos 35 anos é eleito prefeito em Palmeira dos Índios, também em Alagoas, renunciando três anos depois. Foi diretor da Instrução Pública de Alagoas. Publica Caetés em 1933 e S. Bernardo em 1934. Seu romance Angústia é lançado enquanto ele está preso na Capital Rio de Janeiro. Em 1937 é solto e no ano seguinte publica Vidas Secas. Em 1939 é nomeado Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro. Em 1945 se filia ao Partido Comunista. Em 1951 começa a presidir a Associação Brasileira de Escritores. Falece em 20 de março de 1953, aos 60 anos, vítima de câncer pulmonar. Seu livro Memórias do Cárcere é publicado após a sua morte em 4 volumes pela Livraria José Olympio Editora (Ramos, 2024). Enquanto escrevia a obra o autor já supunha que esta seria uma obra póstuma "como convém um livro de memórias" (Ramos, 2024, p. 12).

Ao narrar sua própria prisão, Graciliano Ramos constrói uma representação crítica do país naquele contexto histórico. Conforme aponta Galeni (2022), o autor elabora a imagem de um Brasil que, sob um novo governo, persistia em práticas antigas de autoritarismo, violência e injustiça. Como destacam Porto e Giacon (2015), a narrativa evidencia as contradições de uma ditadura que se apresentava como modernizadora, mas que, na prática, mantinha mecanismos de repressão e exclusão.

O processo narrativo do autor revela um ponto importante da recordação daqueles momentos. Conforme discutem Porto e Giacon (2015), o relato é atravessado por uma tensão constante entre o presente da escrita e o passado das experiências vividas. O narrador estabelece um diálogo entre o "eu" que narra e o "eu" que viveu os acontecimentos, revelando as dificuldades de representar, por meio da linguagem, uma experiência marcada pela dor e pela violência. A memória, portanto, não aparece como um registro neutro, mas como um processo atravessado por afetos, lacunas e tensões, o que confere à obra um caráter de reconstrução subjetiva.

O autor em diversos trechos menciona esquecimentos, revelando ao leitor o que muitos tentam esconder, a imprecisão da memória humana:

> Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, complementam-se e me dão hoje a impressão da realidade (Ramos, 2024, p. 13).

> Também me escapavam próximos rumores possíveis: gemidos do vento nas árvores do pátio, a marcha lenta da ronda: isto é suposição. Esqueci pormenores, ou não os observei (Ramos, 2024, p. 28).

Entra aqui a importância do entendimento da obra como uma representação do que marcou o autor, o que se mesclou com sua trajetória posteriori e construiu sua noção de mundo. Portanto os fatos narrados não podem ser tomados como a realidade em si, mas sim a compreensão e representação que o autor fez dela.

Como destaca Bosi (1995), o autor relativiza suas lembranças, reconhecendo o caráter parcial e subjetivo da memória. Essa postura confere à narrativa um tom de modéstia, no qual o testemunho é apresentado como uma reconstrução possível entre muitas outras. Ainda assim, essa reconstrução não deixa de possuir um forte valor histórico, pois oferece uma perspectiva singular sobre os acontecimentos e sobre o cotidiano do sistema prisional.

O caráter singular da memória e a dificuldade de um desfecho pleno também se manifestam na própria estrutura da obra. Segundo Galeni (2022), o fato de Memórias do Cárcere permanecer inacabado, não chegando a narrar a saída dele da prisão, pode ser interpretado como um gesto significativo, que reforça a sensação de continuidade da experiência carcerária. A ausência desse desfecho sugere que, de certo modo, o cárcere permanece presente na memória do autor, como uma experiência que não se encerra plenamente, ecoando a ideia de que a vivência traumática transcende o tempo físico da detenção.

Nesse sentido, embora Graciliano Ramos não escreva como historiador, seu testemunho é uma fonte e oferece elementos relevantes para a compreensão do contexto histórico em que viveu. Conforme apontam Porto e Giacon (2015), o texto ultrapassa o caráter meramente autobiográfico e se constitui como uma forma de questionamento da memória oficial construída durante o Estado Novo. Assim, o testemunho de Graciliano Ramos se estabelece como uma narrativa que dialoga com a história, sem se confundir com o discurso historiográfico, situando-se em um espaço próprio entre memória, representação, literatura e denúncia.

“[…] viam-me nos olhos baços, na cara pálida, na magrém, no encolhimento, sinais de criminoso”[3]

Ao longo de seu trabalho, Cancelli (1993) argumenta que as prisões na Era Vargas eram um grande depósito de pessoas destinadas a degenerescência física e psíquica, sendo a morte

[3] (Ramos, 2024, p. 134).

gradual um destino manifesto. Ao longo da narrativa de Graciliano é possível perceber a construção dessa realidade na memória do autor. Ao selecionar passagens que tratam sobre o tema da saúde procura-se analisar como este tema é transversal a sua obra, nos dando indícios da situação nas instituições prisionais do período.

Como observa Bosi (1995), o narrador de Memórias do Cárcere contempla "corpos sofridos" cujas palavras e ideias muitas vezes aparecem fragmentadas, quase como "farrapos". Mais do que as posições políticas ou as trajetórias individuais dos companheiros de prisão, o que mobiliza o narrador é a dimensão existencial dessas presenças, marcada pela experiência compartilhada da precariedade e da sobrevivência em condições adversas. É nesse contexto que questões relacionadas ao corpo, como doença, fraqueza, alimentação precária e desgaste físico, ganham relevância narrativa, tornando-se elementos fundamentais para compreender a experiência do cárcere e a desumanização imposta pelo sistema.

De acordo com Pedroso (2003), as dificuldades causadas pela má gestão dos cárceres impactavam diretamente o atendimento médico e sanitário oferecido aos detentos, especialmente após 1930, quando a superlotação das celas se agravou. Os casos de tuberculose entre os presos aumentavam diariamente nas masmorras úmidas das prisões.

Dessa forma, os presídios revelavam-se inadequados para acomodar detentos com qualquer tipo de enfermidade. Pesavento (2009) expõe que dentre o elenco de moléstias na Casa de Correção de Porto Alegre, se destacava a tuberculose pulmonar. Além da tuberculose, Cancelli (1993) alerta que outra doença muito presente nas prisões era a sífilis. No Carandiru, a situação da saúde dos presos era alarmante, Pedroso (2003) expôs que, cerca de 95% dos detentos apresentavam algum tipo de enfermidade, como verminoses, sífilis, tuberculose e avitaminose. Outro fator de saúde que precisa ser observado ao falarmos do sistema prisional é o aspecto da saúde mental. Pedroso (2003) argumenta que os casos de suicídios eram frequentes, independente da condição econômica ou ideológica da pessoa presa.

Na primeira parte de Memórias do Cárcere, Graciliano se recorda de alguns fatos referentes à saúde, sua e dos demais companheiros de viagem do Recife para o Rio de Janeiro e de cárcere no Pavilhão dos Primários. Ao longo de seu relato é possível notar como o cotidiano do autor estava permeado pelo tabagismo. Ele relata que a comida lhe nauseava, e que em vez de comer queria conhaque e cigarros: "Fumava sem descontinuar [...] e necessitava beber" (Ramos, 2024, p. 33); "E entrei a fumar, ou antes continuei a fumar, pois desde a chegada não tirara o cigarro da boca" (Ramos, 2024, p. 94). As referências ao vício estão presentes em toda a sua narrativa, sendo importante recordar que o autor morreu aos 60 anos por câncer pulmonar, o que sem dúvidas foi agravado pela sua presença na prisão, já que seu consumo de tabaco aumentou consideravelmente.



Além do tabagismo, Graça, relata várias vezes sua fuga para o álcool "Depois de sucessivas recusas, aceitei dele um biscoito, que mastiguei e não pude engolir: tive que cuspi-lo pela vigia, nada me entrava na garganta. Fascinou-me, porém, uma garrafa de aguardente que o despenseiro trouxe às escondidas" (Ramos, 2024, p. 140).

Durante sua viagem do Recife para o Rio de Janeiro, no navio Manaus, o autor relata a ingestão de grande volume de álcool, aliado ao fato de que estava a dias sem se alimentar adequadamente. Este comportamento lhe causou uma hemorragia intestinal, que foi tratada como se fosse algo corriqueiro "Tive uma forte hemorragia intestinal, coisa rápida, imprevista [...] O estômago e a barriga não funcionavam desde a minha chegada" (Ramos, 2024, p. 143).

Além dos problemas de dependência química, Graça narra um problema corriqueiro com percevejos, que são pequenos insetos que se alimentam do sangue humano, gerando coceira, manchas na pele e reações alérgicas. Segundo ele de dia era possível uma convivência entre os humanos e os insetos, mas a noite eles eram perturbadores. Foram feitas incursões com queima e lavagem das celas, mas mesmo assim os insetos não eram eliminados: "Os percevejos da Detenção eram na verdade uma praga, e em vão tentávamos saber onde se escondiam" (Ramos, 2024, p. 195).

Mesmo os detentos conseguindo creolina, sabão e tochas de jornal para tentar acabar com a infestação a intentona não dera resultado "A indignação nos enchia de raiva. Trabalho perdido. Como se defendiam aqueles miseráveis resistentes ao incêndio, ao dilúvio? Patifes" (Ramos, 2024, p. 197). A partir de suas reclamações, evidencia-se que o maior impacto dos insetos era de natureza psicológica, na medida em que sua persistência e atuação noturna não apenas comprometiam o sono, mas também intensificavam a sensação de impotência e desgaste entre os prisioneiros.

Um ponto relevante é a construção simbólica dos percevejos. Ao descrevê-los como "praga" e "patifes", o autor atribui características quase humanas aos insetos, o que intensifica a sensação de enfrentamento e derrota. Essa linguagem evidencia um processo de desumanização indireta, no qual os próprios detentos são colocados em condições tão degradantes que passam a disputar espaço com parasitas. Outro ponto é que as únicas ações para acabar com tais insetos partiram dos próprios presos. Em nenhum momento Graça menciona que a direção da prisão tentara alguma ação para mitigar a infestação. Ao longo da primeira parte do livro o autor não menciona relações com a direção do estabelecimento ou ações da mesma para tornar mais digna a estadia das pessoas privadas de liberdade. A negligência com as condições de higiene e saúde no cárcere reflete formas de violência institucional que extrapolam a punição legal, atingindo o corpo e a mente dos presos.

Outro relato constante, principalmente no primeiro mês de prisão, foi a falta de apetite em relação aos alimentos que lhe eram oferecidos. No primeiro dia preso já ficaram horas sem comer, relatando que os sintomas da falta de alimentação foram "somente" a tontura e o embaraço da visão: "Em jejum desde manhã, mas isto apenas me causava uma vaga tontura e escurecia a vista" (Ramos, 2024, p. 27).

Ele recordava que simplesmente não tinha vontade de comer: "Fome. Não, não era fome: nem conseguiria mastigar qualquer coisa. Só pensar em comida me dava enjoo" (Ramos, 2024, p. 29). Ao embarcar no Manaus o autor reclama que o cheiro de urinas e restos o embargavam a fome "Espantava-me conseguir uma pessoa mastigar qualquer coisa diante das imundícies que se agitavam e decompunham na vaga do mijo" (Ramos, 2024, p. 113).

A falta de apetite nesta situação é compreensível, pois o autor muda completamente de cenário alimentar, deixando de comer a comida preparada e servida no âmbito doméstico, para ingerir alimentos de baixa qualidade, ou estragados, e em um lugar que não apresentava as mínimas condições de higiene. Isso afetou não só a sua saúde física, como no caso da hemorragia intestinal, como também a sua saúde mental, já que o autor relata em diversas passagens o desânimo em fazer tarefas que antes lhe eram corriqueiras, como se arrumar de acordo com sua rotina ou escrever trabalhos que lhe foram encomendados.

A inapetência é a causa de diversos fatores estruturais, falta de comida de qualidade, de local apropriado para as refeições. Na primeira parte do livro não houve sequer uma menção de Ramos que fosse positiva acerca da alimentação, até mesmo quando ele compra uma manga durante a sua viagem ele a considera estragada. Nem mesmo um dos alimentos mais básicos, o pão, era apetitoso:

> Fomos buscar os canecos de alumínio recebidos na véspera, um homem de roupa zebrada encheu-os, a cada um de nós ofereceu um pão, afastou-se. Sentado na cama, que servia de mesa, de cadeira, substituía outros móveis, mastiguei pedações de crosta dura, sentindo a manteiga rançosa, bebi o café adocicado, enjoativo.

Ao longo do relato, Graça cria uma narrativa onde é possível perceber que aos poucos ele foi se habituando a comida da prisão; não por ter mudado de opinião acerca da sua qualidade, mas por uma questão de sobrevivência; não que a achasse boa ou minimamente aceitável, mas por que não tinha escolha: "Almocei, jantei. Sem fome, pude ingerir a desagradável boia da prisão" (Ramos, 2024, p. 178).

Além da falta de apetite o autor também relata sua relação com a água, onde por horas esquecia de consumi-la, em outras relembrava a sede constante e também lamentava a falta de água potável: "Por isso [fumo em excesso] os beiços estavam gretados e a língua ardia.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

Não, não era por isso: era por causa da sede, que provavelmente durava horas e passara despercebida" (Ramos, 2024, p. 94); Embarcado no navio Manaus o autor relata que a sede era constante, também reclamando do sal do mar que se incrustava nos seus lábios e pele "[...] pois a sede era grande, estávamos sempre a beber" (Ramos, 2024, p. 113). A recorrência da sede indica uma ruptura das condições mínimas de sobrevivência. Além disso, a dificuldade em beber evidencia um processo de desorganização do corpo e da percepção, no qual necessidades básicas deixam de ser atendidas ou até mesmo reconhecidas. Isso sugere que o cárcere atua não apenas sobre o corpo físico, mas também sobre a consciência corporal do sujeito, afetando sua capacidade de autocuidado.

Graça também recorda que no Pavilhão dos primários ele teve sede, mas faltava água potável: "[...] resignei-me a não lavar o rosto e suportar a sede: impossível utilizar aquela água" (Ramos, 2024, p. 157). A impossibilidade de utilizar a água disponível na prisão indica negligência das condições sanitárias, transformando um recurso vital em elemento de risco.

Outra categoria pertinente de análise que tangencia com as questões de saúde é a higiene. Graciliano reclama várias vezes das condições de higiene. A começar pelas condições em que eram transportados de um local para outro, ao viajar em um navio com diversos presos e em condições degradantes, o autor reclama do cheiro de amoníaco no local "Aquelas pessoas urinavam no chão, a um canto; o mijo corria, alagava tudo, arrastando cascas de frutas, vômitos, outras imundícies" (Ramos, 2024, p. 100).

A falta de condições estruturais para que os prisioneiros mantivessem condições mínimas de higiene favorece o argumento da desumanização, onde a punição dos sujeitos perpassa pelo sofrimento físico, algo que estava encoberto na legislação desde o período dos suplícios, mas que era e ainda é prática recorrente no sistema prisional. Além de todo o desgaste mental, este cenário favorece a proliferação de infecções, contaminações e agravamento de doenças preexistentes.

Além das condições degradantes por conta da falta de estrutura adequada para transportar os presos, este trecho destaca a separação que o autor faz de si para com o restante dos presos, "aquelas pessoas" são os que estão sendo anti-higiênicos, ele se coloca na posição de observador, se distancia simbolicamente da sujeira, contudo estava na mesma situação, sem local adequado para fazer suas necessidades, se banhar ou se alimentar.

São inúmeros os relatos que transparecem que a sujeira dos locais marcara o autor, ao usar a latrina do navio que o levou para o Rio de Janeiro, Graça relata as "Paredes nojentas, papéis sujos a amontoar-se, a espalhar-se no chão, ausência de água, o ambiente mais sórdido que se possa imaginar" (Ramos, 2024, p. 143). Além dos espaços, ele mesmo se achava sujo "O meu pijama aderia ao corpo, fazia-me cócegas repugnantes; andavam-me pruridos na pele,

dava-me a sensação de ser agredido por multidões de pulgas" (Ramos, 2024, p. 144). Ou seja, a falta de higiene funciona como uma condição estruturante do adoecimento, ainda que o texto não mencione diretamente a situação.

Graciliano já inicia sua obra explicando as hesitações que o fizeram adiar seu projeto de memórias em dez anos, um dos motivos descritos pelo autor foi a falta de vontade. Segundo ele o "Fascismo Tupinambá" não o impediu de escrever, mas "suprimiu" a sua vontade (Ramos, 2024, p. 11). Ao longo da obra ele nos mostra como recordava essa supressão de suas vontades devido ao cárcere. Ao falar para o leitor sobre desavenças com a esposa, Graciliano analisa que: "Naquele momento a ideia da prisão dava-me quase prazer: via ali um princípio de liberdade[...] A cadeia era o único lugar que me proporcionaria o mínimo de tranquilidade necessária para corrigir o livro" (Ramos, 2024, p. 21). Contudo ao longo da sua narrativa o autor demonstra que o cárcere lhe tolheria este desejo: "Burrice imaginar que me seria possível atamancar um romance além das grades" (Ramos, 2024, p. 35);

> Sempre compusera lentamente: sucedia-me ficar diante da folha muitas horas, sem conseguir desvanecer a treva mental, buscando em vão agarrar algumas ideias, limpá-las, vesti-las; agora tudo piorava, findara até esse desejo de torturar-me para arrancar do interior nebuloso meia dúzia de linhas: sentia-me indiferente e murcho, incapaz de vencer uma preguiça enorme subitamente aparecida, a considerar baldos todos os esforços... Seriam essas criaturas naturalmente insensíveis, brutas, lerdas? Talvez o cárcere lhes roubasse as energias, embotasse a inteligência e a sensibilidade (Ramos, 2024, p. 68).

Esse percurso descrito é revelador de diversas maneiras, mas serão destacadas as duas que mais saltam a percepção. Primeiramente que a prisão tolhe a vontade humana, os desejos mais motivadores transformam-se em desejos passados, onde não há uma perspectiva de futuro. Segundo, o relato revela o desconhecimento do autor, e de todo um grupo social ao qual ele pertence, das condições do cárcere, tendo o mesmo uma visão ingênua, acreditando que se trataria de um retiro, engano que seria revelado ao longo da sua trajetória.

Outro ponto que revela as angústias da sua trajetória na prisão perpassa a falta de transparência que se dá em todo o processo. Como já mencionado Graciliano foi preso sem saber o porquê, o mesmo relata que o trajeto que iria fazer, para onde e quando, também não era mencionado, retirando a dignidade humana:

> E meia volta: andar para o sul, depois de ter andado para o norte. Ausência de interrogatório, nenhum vestígio de processos. Por que se comportavam daquele



> jeito? Pareciam querer apenas demonstrar-nos que podiam deixar-nos em repouso, em seguida enviar-nos para um lado ou para outro (Ramos, 2024, p. 83).

Como já explicitado, durante a ditadura Vargas a polícia adquiriu autonomia frente ao poder judiciário, podendo decidir os próximos destinos de uma pessoa presa, isso fica evidente nas memórias de Graciliano, onde muitas coisas só se justificavam pelo poder baseado no arbítrio, onde o poder não precisa se justificar. Além disso a narrativa de Graciliano demonstra que a incerteza sobre o futuro gera angústia.

Um processo descrito por Graça ao longo do livro foi a "aceitação" da sua nova realidade, no início do seu relato muitas coisas o enojavam, não havia sono, não havia fome, não havia sede. Contudo, ao longo do relato o autor demonstra que foi obrigado a se habituar com essa condição "Ia-me habituando aquela existência de bicho em furna; as desgraças, repetindo-se, deixam de impressionar-nos, mudam-se em fatos normais" (Ramos, 2024, p. 134). Este processo se deu por pura necessidade de sobrevivência, uma adaptação forçada à sua nova realidade, onde resta resignar-se, naturalizar a violência ou adoecer.

Além disso, sua autoimagem foi mudando com o tempo, do chapéu de palha, roupas de linho, botou-se a andar de pijamas, às vezes nem isso. Reclamava da sua fisionomia "Achavam-me objeto de análise e cotejos humilhantes: viam-me nos olhos baços, na cara pálida, na magrém, no encolhimento, sinais de criminoso" (Ramos, 2024, p. 134). Além do sofrimento mental que a frase nos remete, ela também revela a visão que o autor tinha de um criminoso, um sujeito em sofrimento, pálido, magro, o que remete a imagem que a sociedade fazia do preso, como alguém "naturalmente" em sofrimento físico, revelando que as prisões não representavam um local para pessoas que estavam com boas condições físicas.

Apesar das diversas lembranças de Graciliano acerca de momentos difíceis e desanimadores que ele passou na prisão, o extremo percalço também revelou a importância da solidariedade para manter a sanidade naquele espaço: "Percebi entre meus companheiros uma esquisita amabilidade: antes de pedir, ofereciam" (Ramos, 2024, p. 170). Graça cita a construção do Coletivo, uma espécie de sociedade de ajuda mútua para diversos problemas "Como o diretor não aparecia, a autoridade próxima era o Coletivo" (Ramos, 2024, p. 170). Contudo Ramos alega que como a contribuição desta sociedade era semanal, ele não possuía recursos para tal, então o abandonou. Além do coletivo, outra organização que contribuiu para tornar o ambiente prisional menos degradante foi a criação da Rádio Libertadora:

> Não era apenas um divertimento arranjado com fim de matar tempo e elevar o ânimo dos presos: vieram notícias de jornais, comentários, acerbas críticas ao



> governo, trechos de livros, o Hino do Brasileiro Pobre, algumas canções bastante patrióticas, sambas (Ramos, 2024, p. 171).

Além do Coletivo e da Rádio Libertadora, o autor cita a introdução do jogo de xadrez, que começou em uma folha de papel e foi melhorando com a doação de tabuleiros pelos familiares "Valdemar Birinyi introduziu o jogo de xadrez no Pavilhão dos primários. Vivia um isolamento profundo, necessitava comunicar-se" (Ramos, 2024, p. 191). Apesar do tom melancólico e autodepreciativo e solitário da narrativa de Graciliano, é possível perceber que estes fatos de companheirismo o marcaram, eles nunca vieram atrelados a alguma crítica á estas ações, o autor cita a existência destas ferramentas e os usos que eram feitos delas. Por mais que para ela era difícil admitir, estas ações representam momentos de solidariedade mútua e preocupação com o cotidiano da prisão.
Contudo, o autor também relata desconfianças em meio a uma ditadura:

> [...] vivemos à espera de ameaças indeterminadas e, reconhecendo ser impossível conjurá-las, não nos resignamos a capacitar-nos disto: Buscamos isolar-nos na multidão, permanecemos de sobreaviso, reduzimos o vocabulário e estudamos as caras e os gestos[...] Todos se espionam, divulga-se o constrangimento, o ar se envenena (Ramos, 2024, p. 208).

O trecho evidencia que, mesmo diante das experiências de solidariedade no cárcere, a vivência sob um regime ditatorial produz um ambiente marcado pela desconfiança generalizada, que impacta profundamente a saúde psíquica dos presos. Isso gera um estado de vigilância contínua, expresso na redução do vocabulário, na observação minuciosa de gestos e na tentativa de "isolar-se na multidão", indicando a fragmentação das relações sociais. Nesse contexto, a convivência coletiva, que em outros momentos aparece como estratégia de preservação da sanidade, é atravessada por uma lógica de suspeita, em que "todos se espionam" e o "ar se envenena". Assim, a desconfiança não apenas deteriora o tecido as relações das pessoas presas dentro do cárcere, mas também intensifica o sofrimento psicológico, produzindo um ambiente em que a saúde mental é continuamente tensionada entre a necessidade de solidariedade e o medo constante da traição.

Conclusão

Na primeira parte de Memórias do Cárcere, Graciliano narra as razões que o impediram de escrever sobre a sua prisão, destacando os problemas de memória, o receio em nominar as

pessoas que ele encontrou na prisão e a falta desejo de escrever. Talvez no início do processo de escrita, o autor não imaginava que seu livro teria cerca de 600 páginas. A narrativa pode ser tomada como uma análise de como o autor enxergava o governo Vargas, um "Fascismo Tupinambá", como ele menciona, mas trata-se também de um desabafo, das marcas que aquele período deixou no seu corpo e na sua mente.

Ao analisarmos as passagens selecionadas, acerca da saúde e doença ao longo da primeira parte do livro, é perceptível que não se pode separar a saúde física da saúde mental. O sofrimento das incertezas de todo o processo da sua prisão afetava o seu apetite, os percevejos afetavam o seu sono, geravam sofrimento físico e mental, a falta de higiene o impedia de beber água. Portanto ao falarmos de saúde, estamos falando também da saúde mental.

Como já mencionado, não podemos esquecer que a nossa fonte é memorialística e escrita muito tempo depois dos fatos, não podemos tomar ela isoladamente para reconstruir fatos, contudo, ao juntarmos os relatos que Graciliano, com trabalhos historiográficos é possível corroborar estes. Pois, pelas memórias de Ramos, se percebe que o ambiente prisional era, como afirma Cancelli (1993) um depósito de pessoas destinadas a degenerescência física e psíquica.

Não podemos esquecer dos sujeitos invisibilizados deste período histórico, os presos que não produziram livros, que são tidos como os "verdadeiros" ocupantes das prisões brasileiras, os chamados "presos comuns", que por inúmeros motivos ocupam as prisões e não tem seus sofrimentos levados em consideração. Graciliano tinha amigos e familiares que se preocupavam com ele, faxinas que lavavam suas roupas, editoras dispostas a publicar seus relatos, e, após a Ditadura Vargas, não tinham em seu horizonte voltar para a prisão. Realidade que não atinge o grupo social que historicamente vai para nesta instituição. Pessoas que não tiveram acesso à educação e nem a condições mínimas de dignidade, que eram alvo prioritário do poder policial, que não tiveram suas trajetórias relatadas. Portanto, devemos lembrar que Graça não era o único naquela situação e que muitas pessoas presas além de sentir como ele aquele espaço, também tiveram que sofrer com a invisibilidade histórica.

O fato do autor descrever inúmeras vezes a insalubridade do local, as péssimas condições alimentares e até mesmo a falta de água potável, nos revela marcas profundas no seu ser, mostrando como o sistema prisional marca os sujeitos que por ele passam. Além de se tratar de uma violência institucional perpetrada pelo Estado, a fim de manter o controle dos corpos, no contexto Varguista a prisão se transforma em espaço de violação dos direitos políticos, já que os presos não sabiam por qual motivo haviam sido tirados de suas casas e nem tinham julgamento adequado, ficando à cargo das decisões policiais. Dessa forma, Memórias do



Cárcere se consolida não apenas como um relato autobiográfico, mas como uma potente denúncia das violências institucionais, revelando as múltiplas formas pelas quais o cárcere produz adoecimento e desumanização.

Assim, ao analisar as representações de saúde, doença, alimentação, higiene e sofrimento psíquico na obra, foi possível demonstrar que esses elementos não aparecem de forma isolada, mas como dimensões interligadas de uma experiência de violência estrutural no cárcere. Nesse contexto, o corpo do preso emerge como o um espaço de atuação do poder estatal, sendo submetido a processos contínuos de desgaste, controle e negligência, que se manifestam tanto na deterioração física quanto no sofrimento psicológico. A análise dessas categorias permite ampliar a compreensão do sistema prisional para além das dimensões jurídicas ou políticas, evidenciando como a violência se materializa no cotidiano por meio da fome, da sede, da insalubridade e da exaustão mental.

Referências

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. **Estudos Avançados**, v. 9, p. 309–322, 1995.

BRITTO, Aurélio de Moura. A historiografia sobre as prisões na Era Vargas: notas preliminares ao debate. **História Debates e Tendências**, v. 22, n. 1, p. 44–61, 2022.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia na Era Vargas**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1993.

GALENI, Luís Alfredo Paduanelli. A imobilidade histórica em Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos. **Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, n. 38, p. 64–83, 2022.

PEDROSO, Regina Célia. **Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras.** São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa oficial do Estado, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Visões do cárcere**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2009.



PORTO, Ana Paula Teixeira; GIACON, Tanira. Dos diálogos da literatura com a história: Considerações sobre Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos. **Memento**, v. 6, n. 1, p. 16, 2015.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. São Paulo: Global editora, 2024.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



INTEGRALISMO, FASCISMO E DEMOCRACIA: A TRAJETÓRIA DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR (PRP)

Milene do Carmo Gomes[1]

Introdução

O objetivo deste trabalho é traçar um breve panorama da trajetória do Partido de Representação Popular (PRP), partido político criado em 1945, no Brasil, pelo líder do integralismo brasileiro, Plínio Salgado. Parte-se da centralidade do contexto marcado pela pujança do fenômeno fascista no período entreguerras, em contraste com os processos de ascensão e consolidação democrática no pós-Segunda Guerra Mundial, conjuntura na qual o PRP se insere.

Nesse sentido, a partir da noção de culturas políticas, considera-se que o pensamento integralista foi estruturado em torno de um enredo linguístico-prático de crise institucional, moral e cultural da nacionalidade. Dialoga-se, assim, com Serge Berstein (1998), ao compreender que as culturas políticas se vinculam à necessidade de responder a contextos de crise por meio da construção de referenciais políticos e culturais capazes de conferir sentido às demandas da vida pública.

Para tanto, conforme argumenta Roger Griffin (2010), o fascismo pode ser compreendido como uma forma de modernismo político cuja missão consiste em combater as supostas forças degenerativas da modernidade, promovendo uma nova ordem fundada na ideia de renascimento nacional (palingenesia). Esse impulso regenerador implicaria transformações profundas nos âmbitos cultural, social, econômico e político, orientadas à reconstrução da vitalidade da nação.

Nessa mesma direção, Zeev Sternhell (1998) destaca que, antes de se constituir como força política, o fascismo deve ser entendido como um fenômeno cultural de matriz anti-iluminista,

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF), na linha de pesquisa Política, Cultura e Usos do Passado, com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada em Licenciatura em História pela mesma instituição. Secretária da Rede de Investigação Direitas, História e Memória (DHM), integrante do Grupo de Pesquisa (CNPq) "Direitas, História e Memória" (UFJF/UFF) e associada ao Laboratório de História Política e Social (LAHPS/UFJF). Desenvolve pesquisa de mestrado intitulada "Movimento Águia Branca e integralismo: circuitos culturais e políticos no pós-guerra (1952-1965)". E-mail para contato: milenegomes645@gmail.com.

cuja cristalização ideológica precede a conquista do poder e fornece as bases para a ação política. Essa perspectiva permite compreender o fascismo não apenas como regime, mas como um repertório de ideias, sensibilidades e linguagens políticas passível de circulação e rearticulação em diferentes contextos históricos.

É nesse enquadramento que se torna possível situar o integralismo brasileiro, entendido não como um fenômeno restrito à década de 1930, nem à experiência organizativa da Ação Integralista Brasileira (AIB). Ao contrário, o movimento instituiu uma leitura de mundo capaz de fornecer quadros de interpretação para a experiência e a ação política, o que, para Daniel Cefaï (2001), constitui um dos horizontes fundamentais das culturas políticas. Desse modo, o integralismo mobilizou diferentes agentes e se configurou como um projeto político e cultural que, ao mesmo tempo em que se propunha a responder à crise da modernidade, projetava uma revolução abrangente da sociedade (da vida interior dos indivíduos às estruturas burocráticas do Estado).

Dessa forma, observa-se uma transformação nas linguagens políticas no pós-guerra, o que possibilitou ao PRP não apenas sua inserção e consolidação no sistema democrático, mas também a construção de alianças e a participação em negociações no interior das disputas pelo poder. Tal movimento, por sua vez, não representa um esvaziamento doutrinário; ao contrário, evidencia a permanência da cultura política integralista, rearticulada em conexão com as demandas do horizonte democrático, mas ainda ancorada nos quadros interpretativos e pragmáticos da doutrina.

Na prática, esse processo fomentava um projeto de disputa pelas temporalidades, no qual o passado fornecia os significantes da ação política; o presente era concebido como espaço de enfrentamento da decadência; e o futuro projetava uma reorganização holística das relações entre os sujeitos e a ordem político-social.

Pensamento integralista: permanências e reconfigurações no PRP

O século XX foi marcado por acontecimentos que articularam anseios, programas e projetos, conectando interesses sociais a políticas estatais e institucionais vinculadas a partidos e movimentos. Em escala transnacional, o fascismo configurou-se como um fenômeno revolucionário de caráter antidemocrático, promovendo transformações nas estruturas dos regimes políticos e na elaboração teórica de movimentos disseminados globalmente, sobretudo na primeira metade do século.

No Brasil, a apropriação e a reelaboração conceitual do fascismo deram origem ao integralismo, considerado o maior movimento fascista de extrema-direita da história



republicana (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020) e o mais expressivo fora do continente europeu (PINTO, 2021). A da AIB, organização fundada em 07 de outubro de 1932, pelo jornalista, escritor, intelectual e político Plínio Salgado, o integralismo institucionalizou-se como força e pensamento político, excedendo a existência formal da AIB, em 1937.[2]

O pensamento integralista propunha uma leitura modernizante da realidade ao articular, de forma holística, representações sobre o indivíduo, os "grupos naturais" (Família, Profissão, Propriedade e Município), a nação, o Estado e o universo. Objetivava, para tanto, uma revolução político-cultural nacionalista apta a transformar a sociedade civil e a arquitetura institucional do Estado, definindo-se como a "síntese e a harmonia de todas as formas e movimentos". (SALGADO, 1953, p. 24)

Na perspectiva de Plínio Salgado (1957, p. 31), a "essência" do movimento residia em sua dimensão filosófico-metodológica: como filosofia, oferecia uma ontologia do mundo e do homem de origem divina; como método, compreendia os fenômenos como realidades intrinsecamente correlacionadas. Nesse sentido, o integralismo configurava-se como um paradigma de síntese histórica e conceito sociopolítico espiritualista, resultante da revisão das filosofias e ciências fragmentadas do passado, sob uma nova sensibilidade teórica (TANAGINO, 2018).

O integralismo fundamentava-se na valorização da consciência e da soberania nacionais, contrapondo-se às interpretações liberais e socialistas sobre o significado de nação. Essa concepção orientava a práxis do movimento, tendo no combate ao "estrangeirismo" um pilar central, em oposição ao capitalismo internacional e ao cosmopolitismo (ROSA; GOMES; ROQUE, 2024). Todavia, o integralismo não rejeitava o capital estrangeiro per se, mas defendia sua rigorosa disciplinarização, sobretudo do capital "alienígena" voltado à exportação e das empresas estrangeiras que buscavam captar recursos nacionais para financiar suas atividades (DEMOCRACIA ORGÂNICA, S./D., p. 17).

Nessa perspectiva, a nação era concebida como uma continuidade histórica no tempo e um patrimônio territorial no espaço geográfico. Em suma, constituía uma unidade humana singular, diferenciada pelo meio físico, pela composição étnica, pelos matizes culturais, pelo idioma e pela vocação intrínseca de um povo. (SALGADO, 1948, p. 297)

Dessa forma, a estruturação de um nacionalismo organicista demandava a defesa de um Estado forte e orgânico, fundamentado no corporativismo (REALE, 1934). A Nação, por

[2] A AIB foi extinta no ano de 1937, assim como todos os partidos políticos, em função do golpe que inaugurou o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, no Brasil.

sua vez, constituía a própria condição de existência do Estado Moderno, figurando como seu antecedente histórico e sua finalidade imediata, a síntese das aspirações coletivas (REALE, 1934). Isso posto, o Estado se constituía como expressão da totalidade nacional, velador do bem comum, administrador da coisa pública, regulador da vida nacional (SALGADO, 1948, p. 302). Consequentemente, a proposição de um debate sobre o Estado moderno evidenciava o anseio do integralismo em ocupar espaços de disputa por projetos estruturais e institucionais, conferindo uma nova legibilidade aos arranjos sistêmicos. Desse modo, o chamado "Estado Integral" configurava-se dinamicamente a partir de uma nítida concepção ontológica do homem e do universo:

> O Estado da concepção integralista rejeita o liberalismo democrático porque êste passa a construir uma negação de si mesmo, pela hipertrofia oligárquica e domínio dos mais fortes; rejeita os esquemas ideocráticos de qualquer natureza, porque êles se baseiam em exclusivismo e em pontos de vista unilaterais.[...] (COTRIN NETO, 1958, p. 34-35).

Dessa forma, o aparato estatal tornava-se finalista, dinâmico e um vetor de expressão revolucionária, apto a propor a síntese de uma nova civilização. O pensamento integralista consolidava-se, portanto, na defesa do caráter e da consciência nacional, da revolução cultural e dos interesses coletivos sob uma economia dirigida. Esse projeto confluía, ética e politicamente, para o princípio da historicidade do Estado, da organização corporativa e da unidade orgânica e hierárquica.

Com o golpe do Estado Novo, em 1937, a AIB foi extinta e os integralistas tornaram-se alvo de repressões sistemáticas, no contexto de um esforço estatal de controle das memórias e desqualificação dos opositores. O regime construiu, assim, narrativas e práticas de antagonismo ao movimento (VICTOR, 2012).

Ainda assim, o integralismo não se restringiu à experiência da AIB, mantendo-se ativo no pós-guerra, especialmente no processo de redemocratização. Em 1945, com a reorganização do sistema partidário, foi criado o PRP, que se tornou a principal expressão institucional do movimento entre 1945 e 1965.

Nesse contexto, Plínio Salgado reformulou seu discurso político, passando a defender o modelo de governo de António de Oliveira Salazar, próximo à doutrina social católica de Leão XIII, como forma de legitimar um projeto autoritário de inspiração católica. Tal reconfiguração resultou tanto da derrota dos regimes nazi-fascistas na Europa quanto das transformações do regime político brasileiro no contexto da redemocratização (ALVARENGA, 2026).



Durante seu autoexílio em Portugal (1939–1946), Plínio Salgado estreitou laços com setores católicos, reforçando suas formulações políticas. Esse movimento evidencia, no plano do discurso, a cristalização de uma "nova" doutrinação, ancorada no elemento religioso, que operava como estratégia de reformulação da doutrina integralista e de sua tônica fascista (GONÇALVES, 2018).

Na nova conjuntura, diversos elementos foram rearticulados, em um processo que Gilberto Calil (2001) define como reformulação doutrinária. Nesse contexto, o PRP enfatizou as dimensões nacionalista, espiritualista e municipalista como modelo de intervenção (CALIL, 2001), com forte ressonância nos setores médios urbanos, como evidenciado na *Carta de Princípios e no Programa*.

> A nação e o município constituem os dois pólos em tôrno dos quais gira a quase totalidade dos interêsses dos cidadãos e da Pátria. Em verdade, a vida de cada homem acha-se estreitamente ligada às condições do município em que êle reside, assim como a grandeza da nação se afirma em razão direta da vitalidade dos municípios, de que ela se compõe. Fortalecer os municípios é, pois, ao mesmo tempo, aumentar o bem comum e particular dos cidadãos, e promover a expansão do organismo nacional. [...]. Somos, portanto, municipalistas, para a melhor defesa e maior dignidade dos cidadãos, condição precipua da própria grandeza da Pátria. (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1955, p. 22)

A expressividade nacionalista do PRP pautava-se na supervalorização da nação, associada à defesa de uma tradição histórica idealizada, à rejeição aos estrangeirismos e à afirmação de uma nação una e indivisível, vinculada à soberania nacional e a um "destino histórico". Nesse quadro, como argumenta Gilberto Calil (2005), o bandeirantismo operava como elemento estruturante, projetando um horizonte de domesticação da terra e de contenção das influências cosmopolitas, ao mesmo tempo em que mobilizava o "mito das três raças" e uma lusofilia que associava a nacionalidade brasileira à herança portuguesa.

Nesse sentido, os municípios eram concebidos como "elementos naturais de que se compõe o corpo da Nação" (SALGADO, 1948b, p. 1). Para o PRP, era no âmbito municipal que se desenvolvia a vida cotidiana: o agricultor cultivava a terra, o industrial transformava os produtos, o comerciante realizava as trocas e os indivíduos, em suas diversas ocupações, exerciam seus ofícios (SALGADO, 1948b, p. 2). A partir dessa concepção, a atuação partidária assumia um caráter marcadamente municipalista, preconizando a descentralização administrativa, com ênfase na ampliação das rendas municipais, na redistribuição dos tributos e no fortalecimento da capacidade arrecadatória local (CALIL, 2001, p. 220-223).

Se o municipalismo expressava uma orientação política, o espiritualismo constituía o fundamento filosófico do integralismo (SALGADO, 1948b, p. 1). A noção espiritualista enfatizava a supremacia do "espírito" sobre a matéria, concebendo-o como instância superior e princípio ordenador da realidade. Como sintetiza Farias Brito, o espírito seria uma realidade "[...] verdadeira e suprema, sendo a matéria, no mais rigoroso sentido da palavra, uma criação daquela realidade suprema ou devendo explicar-se como manifestação exterior do desenvolvimento mesmo do espírito" (BRITO, 2006, p. 99).

O *Programa* do PRP (1955, p. 32) estabelecia, nesse sentido, a "[...] subordinação de tôda Política ao conceito espiritualista da vida". Essa perspectiva ganhou centralidade após o exílio de Plínio Salgado, contribuindo para a reformulação discursiva do movimento e para a justificativa de seu alegado "caráter democrático". No *Manifesto-Diretiva*, elaborado em julho de 1945, já se evidenciava essa formulação:

> Proclamando inabalável crença em Deus e na existência e imortalidade da alma humana, o integralismo condena todas as ideologias materialistas, concitando os seus adeptos a exercer vigilante defesa dos fundamentos religiosos da pátria. (SALGADO, 1945, p. 1)

A centralidade do espiritualismo no discurso integralista, contudo, não deve ser compreendida como expressão de um compromisso estrito com os dogmas do cristianismo, mas, sobretudo, como uma formulação e estratégia política. A afirmação de crenças em Deus, na alma e em uma ordem metafísica da realidade operava, nesse contexto, como estratégia de legitimação e mobilização, capaz de ampliar a base de adesão do movimento e de dialogar com diferentes camadas sociais.

A inflexão articulava-se aos debates em torno da democracia cristã no contexto português, especialmente no âmbito do salazarismo, indicando um processo de apropriação e ressignificação dessa tradição política. Nesse sentido, o recurso ao espiritualismo permitia ao integralismo não apenas reelaborar sua linguagem, mas também reposicionar-se no cenário do pós-guerra, marcado pela rejeição aos regimes nazi-fascistas e pela deslegitimação de projetos associados ao materialismo.

Desse modo, a combinação entre espiritualismo e nacionalismo configurava-se como uma estratégia discursiva central, por meio da qual Plínio Salgado buscava simultaneamente redefinir os contornos do movimento e afirmar sua inserção no novo horizonte democrático, sem, contudo, implicar uma ruptura substantiva com seus fundamentos doutrinários.

Nesse contexto, o antimaterialismo integralista estabelecia uma correspondência direta com o anticomunismo, particularmente à luz do cenário internacional da Guerra Fria e da atuação

de diferentes partidos, movimentos e agentes de esquerda no Brasil no período democrático. Em sessão na Câmara dos Deputados, no ano de 1962, Plínio Salgado destacou:

> O Integralismo vai às raízes profundas do mal, que se encontram no mundo capitalista, no seu materialismo, na sua preocupação exclusiva dos lucros, na sua voluptuosa ostentação. [...] Combater o comunismo sem combater o capitalismo é ferir apenas uma das faces do problema. Se o comunismo é a supressão da liberdade e da dignidade humanas, o capitalismo é o caminho que a ele nos leva. Somente uma concepção espiritualista [...] da vida pode nos fazer paladinos na luta contra o monstro de duas cabeças, que se serve de nossas debilidades dominando um pelas negociatas desmoralizadoras e o outro pela infiltração nas classes intelectuais, nos partidos e nos governos, como é notório. (SALGADO, 1982, p. 484)

O PRP buscava articular-se como um partido anticomunista, mobilizando o enfrentamento eleitoral, uma intensa campanha ideológica e, ainda, atividades clandestinas de cunho denunciativo (CALIL, 2005), o que contribuía para conformar uma tônica moralizante e intelectualizante em sua atuação. Esses embates reforçavam tanto o eixo teórico-ideológico do espiritualismo quanto o campo de ação partidária, uma vez que comunismo e capitalismo internacional eram concebidos como expressões de uma mesma matriz materialista.

Na *Carta de Princípios* do PRP (1955, p. 14), afirmava-se que o "capitalismo extremado" seria tão nocivo quanto o comunismo: o primeiro, ao defender de forma irrestrita a propriedade privada, ignoraria as limitações impostas pelo bem comum; o segundo, ao atribuir ao Estado a condição de único proprietário, negaria ao indivíduo esse direito. Nesses termos, o partido posicionava-se "[...] contra o capitalismo extremado, pela função social da propriedade; contra o comunismo, pelo direito do homem de ser pessoalmente proprietário" (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1955, p. 14).

A formulação constrói uma espécie de terceira via discursiva, na qual o PRP buscava se diferenciar tanto do liberalismo econômico quanto do comunismo, articulando uma concepção de propriedade subordinada a princípios morais e espirituais. Na prática, essa perspectiva sugeria a defesa de uma revolução integral, de caráter orgânico e corporativo, orientada à constituição de um Estado e de uma sociedade igualmente revolucionários, distintos da liberal-democracia, mas operantes nos marcos de uma "democracia orgânica" (CORRÊA NETO, 1959, p. 4).



Tal horizonte de transformação projetava a representação corporativa, profissional, cultural e social, como solução para as tensões do mundo contemporâneo. Para o "águia branca"[3] Francisco Corrêa Neto, essa concepção permitiria identificar o Estado com o povo e com a nação, assegurando as liberdades e os direitos naturais do indivíduo, sem, contudo, comprometer o papel supremo do Estado enquanto instância responsável por coordenar e dirigir a vida social, em consonância com valores morais orientados ao bem comum.

Ainda que o PRP nem sempre mobilizasse explicitamente a categoria de corporativismo[4], sobretudo em suas formulações dirigidas ao debate público no contexto democrático do pós-guerra, a crítica simultânea à democracia liberal e ao comunismo, articulada a partir de referenciais espiritualistas, indicava a permanência desse horizonte doutrinário. Nesse sentido, a defesa de uma ordem política orientada por princípios morais e orgânicos remetia à concepção de reorganização do Estado em bases corporativas, elemento estruturante do pensamento integralista.

A permanência não implicava uma simples repetição das formulações anteriores, mas antes sua rearticulação em novas condições históricas, nas quais o movimento buscava inserir-se institucionalmente, disputar espaços de poder, estabelecer alianças e participar dos pleitos eleitorais. Desse modo, observa-se uma combinação entre continuidade e adaptação: se, por um lado, o corporativismo permanecia como núcleo doutrinário, concebido por Plínio Salgado como princípio duradouro e não contingente, por outro, sua expressão discursiva era modulada de acordo com as exigências do regime democrático, evidenciando uma estratégia de reconfiguração, e não de ruptura.

Assim, a consideração da estrutura, dos referenciais doutrinários e do paradigma integralista, em suas dimensões teórico-práticas, bem como dos quadros de leitura, interpretação e significação do mundo próprios de sua cultura política, permite fundamentar, de forma mais

[3] O Movimento Águia Branca foi instituído em 1952 como "Confederação de Centros Culturais da Juventude" (CCCJ), reunindo uma geração renovada do integralismo no pós-guerra. Enquanto movimento político-cultural, agregava jovens em Centros Culturais da Juventude voltados à formação intelectual e política. Nessas agremiações, desenvolviam-se atividades como palestras, cursos, publicações, eventos cívicos e participação no movimento estudantil. A designação "águias brancas" remetia a valores como determinação e resistência, além de operar em contraposição à pecha de "galinhas-verdes", atribuída aos integralistas na década de 1930 (GOMES, 2025).

[4] O corporativismo constituiu um dos principais modelos de organização social e política desenvolvidos no século XX. Em sua vertente social, tornou-se associado à unificação e ao enquadramento dos interesses organizados em corporações de empregadores e trabalhadores, submetidas ao controle do Estado, o que implicava a limitação (ou supressão) da autonomia, especialmente no caso dos sindicatos. Já o corporativismo político refere-se a um modelo mais amplo de organização da sociedade, que ultrapassa as relações entre Estado e grupos sociais, propondo a substituição da democracia liberal por um sistema de representação de caráter orgânico e anti-individualista (PINTO, 2021, p. 19).

coesa, as bases de sustentação do projeto ao longo da trajetória do PRP. Simultaneamente, deve-se atentar para a dimensão da intervenção prática como elemento revitalizador da vivência do integralismo no interior do sistema partidário, ainda que marcada por ambiguidades e contradições.

Apesar disso, tratava-se de uma efetiva disputa pelo poder, na qual o partido mobilizou não apenas estratégias eleitorais e institucionais, mas também um projeto político e cultural mais amplo. Nesse sentido, a participação no jogo democrático não implicava a diluição de seus objetivos, mas constituía um meio de afirmação de uma proposta de transformação, orientada por referenciais doutrinários que visavam à reorganização da sociedade e do Estado. Assim, mesmo operando nos marcos da democracia representativa, o PRP carregava em seu interior um horizonte de mudança que extrapolava a lógica estritamente institucional, evidenciando a permanência de um projeto de caráter revolucionário, ainda que reconfigurado pelas condições históricas do pós-guerra.

Tensões e ambiguidades na trajetória do PRP

A intervenção e trajetória partidária sinalizam limites e possibilidades na estrutura de pertinência e cooptação social do PRP. A ênfase na institucionalidade exerceu papel fulcral no estabelecimento e retorno do integralismo como sigla partidária, apresentando-se como um partido pertinente e nacional, visto que elegeu, ao longo de sua trajetória, um total de 26 mandatos de deputados federais e 97 deputados estaduais, distribuídos em 15 estados e no Distrito Federal (CALIL, 2005).

Conforme Rodrigo Christofoletti (2010), a trajetória política do PRP pode ser dividida em dois grandes momentos: o primeiro, entre 1945 e 1955, que abrange desde sua instituição partidária até a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República; e o segundo, de 1955 a 1965, marcado pela retomada de alegorias e celebrações vinculadas ao movimento até sua fase final.

Nos dez primeiros anos, o partido buscou atenuar seus traços mais ortodoxos, reformulando sua linguagem política e apresentando-se como uma alternativa democrática possível. Nesse período, sua atuação deu-se, em grande medida, na retaguarda e nos bastidores da política nacional, pavimentando sua inserção pública por meio da reelaboração doutrinária e da ênfase na institucionalidade, ainda que mantivesse objetivos de caráter insurrecional (CHRISTOFOLETTI, 2010).

Uma das principais tensões na trajetória do PRP centrava-se na crítica à democracia liberal, frequentemente estendida ao próprio sistema partidário. Em diversos momentos, os partidos

eram caracterizados como "[...] meras aglutinações amorfas, inconscientes [...]" (CASTRO, 1953, p. 9), organizadas em torno de lideranças personalistas, valorizadas por expedientes demagógicos, pela concessão de favores e pela ausência de fundamentação em critérios técnicos. Nesse contexto, o voto popular seria orientado menos por programas ou projetos políticos e mais por relações de simpatia pessoal, promessas de emprego ou benefícios imediatos e futuros. (CASTRO, 1953, p. 9)

O diagnóstico desqualificava a lógica da representação liberal e evidenciava uma crítica estrutural ao funcionamento da democracia representativa, reforçando a defesa de formas alternativas de organização política (de caráter orgânico e corporativo), mesmo quando o partido atuava no interior desse sistema. Nesse sentido, os partidos tinham essa qualificação:

> O partido político deve ser um grupo disciplinado de homens de ação, uma equipe em sentido de marcha para uma finalidade concreta próxima da vida que vivemos, contando com ela para torná-la melhor, mais ordenada, mais econômica, mais eficiente, mais apta a sobreviver e a entrosar-se com o organismo social. O partido deve ser um programa mínimo de realizações fundamentais, cuja prioridade sobre outros problemas há de ser justificada e propugnada como finalidade e compromisso de uma elite de pensadores e técnicos. (DE CASTRO, 1953, p. 9)

A caracterização dos partidos como "amorfas" instituições modernas, voltadas à consideração exclusiva do "homem-cívico" (LOUREIRO, 1981), evidenciava, no discurso integralista, um diagnóstico de decadência institucional. Tal crítica ancorava-se, sobretudo, na percepção da ausência de uma elite dirigente coesa e consistente, tanto do ponto de vista intelectual quanto moral.

Nesse sentido, a representação nacional, concebida como marcada por homens públicos mesquinhos e "vencidos pela fadiga" (BASTOS, 1962, p. 2), aparecia como um campo a ser renovado e rejuvenescido. Essa leitura não apenas desqualificava os fundamentos da democracia liberal, como o sufrágio universal, mas também legitimava a defesa de uma reorganização política orientada por critérios orgânicos e hierárquicos, em consonância com o horizonte doutrinário do integralismo.

Para o líder do PRP, Plínio Salgado (1945b, p. 90), as massas, "brutas e incapazes de discernimento", não constituíam a base de sua concepção de democracia, ancorada em princípios e em uma doutrina fundada em determinada concepção de vida. Nessa perspectiva, afirmava que apenas "loucos e perversos" poderiam aceitar um sistema democrático "[...] que não sabe para onde vai, nem o que quer, e que tudo aceita desde que

assim decida a insensatez das massas manobradas por agentes externos" (SALGADO, 1945b, p. 116).

Isso evidencia uma desconfiança em relação à soberania popular, revelando uma concepção de democracia dissociada da vontade das massas e orientada por princípios hierárquicos e doutrinários, em tensão com os fundamentos da democracia representativa liberal.

Essa perspectiva manifestava-se nas críticas ao sufrágio universal, cuja base, segundo Plínio Salgado, residia nas massas. Amparado pela circulação de ideias oriundas de encíclicas e discursos papais — especialmente de Leão XIII e Pio XII —, Salgado (1982, p. 162) sustentava a ineficácia do modelo liberal-democrático, articulando essa crítica à oposição ao voto dos analfabetos.

Em discurso na Câmara dos Deputados, em 1962, Salgado (1982, p. 206) explicitava essa posição:

> Passando aos problemas mediatos, de legislação e administração, insurgimo-nos contra o voto ao analfabeto, [...]. Cumpre dizer que meu Partido foi o primeiro a propor essa medida em nosso País, [...] partindo do principio de que o voto é uma deliberação que se toma em face de um assunto conhecido. O analfabeto pode, quando muito, votar para vereadores e prefeitos, pois a escolha se refere às qualidades e virtudes pessoais que qualquer habitante do Municipio, seja alfabetizado ou não, conhece perfeitamente. Mas ampliar o voto do analfabeto a deputados, senadores, governadores e presidente da República, se estivermos no Presidencialismo, será um absurdo, uma loucura, um estímulo no sentido de que ninguém julgue necessário aprender a ler ou escrever.

A retórica política revela não apenas a rejeição a processos de democratização mais amplos, mas também a defesa de uma concepção hierarquizada da participação política, na qual o acesso ao voto não constituía um direito universal, mas uma prerrogativa regulada. Desse modo, evidencia-se uma tensão central: ao mesmo tempo em que o PRP atuava no interior do sistema democrático, posicionava-se contrariamente à ampliação de um de seus principais instrumentos de inclusão política. Tal postura ganha ainda mais relevo quando se considera que, no contexto brasileiro da época, os analfabetos já se encontravam excluídos do direito ao voto, exclusão que só seria formalmente revertida no processo de redemocratização, a partir de 1985.

A percepção dessas camadas discursivas nas linguagens políticas integralistas pode ser compreendida à luz de John Pocock (2003), segundo o qual a linguagem empregada por um autor já se encontra em circulação e é utilizada para enunciar diferentes intenções. Nesse sentido, o autor atua simultaneamente como "expropriador" (ao apropriar-se de vocabulários

preexistentes), e como inovador, ao produzir deslocamentos nos usos da linguagem. Essa perspectiva reforça a circulação dos vocabulários no mundo político e a presença de múltiplas camadas de sentido na enunciação discursiva.

Em consonância com esse enquadramento teórico, Plínio Salgado (1982, p. 471), em seu discurso político, sustentava que a defesa da chamada "democracia orgânica" constituía um princípio já presente no integralismo desde 1932 (em referência à fundação da AIB), afirmando que o movimento, mesmo antes da "crise" do pós-guerra, já propugnava por formas de representação orgânica. Isso assinalava, portanto, não apenas a permanência de um núcleo doutrinário, mas também sua rearticulação por meio de linguagens políticas em circulação, adaptadas às exigências do novo contexto histórico.

No tocante à prática política, o PRP estabeleceu alianças com diferentes partidos, o que contribuiu para tensionar sua base de sustentação, abrindo precedentes para um processo de desgaste de sua coesão ideológico-militante, anteriormente tão enfatizada (CHRISTOFOLETTI, 2010). Nesse sentido, a atuação pragmática do partido evidenciava os limites entre a preservação de seus referenciais doutrinários e as exigências do jogo político-eleitoral.

Conforme Gilberto Calil (2005), o integralismo no pós-guerra pode ser compreendido a partir de quatro fases distintas: a primeira, entre 1945 e 1952, caracterizada pelo esforço de afirmação do partido como força democrática, especialmente por meio da consolidação de sua política de alianças; a segunda, de 1953 a 1957, marcada pela busca de maior autonomia partidária e pela retomada de elementos simbólicos do integralismo da década de 1930; a terceira, entre 1958 e 1961, definida pelo pragmatismo nas articulações políticas, incluindo o apoio ao governo de Juscelino Kubitschek e alianças com setores vinculados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), associados a lideranças como Leonel Brizola e João Goulart; e, por fim, a quarta fase, marcada por um realinhamento e pela participação em articulações que culminaram no Golpe de 1964.

Esse percurso evidencia que as alianças políticas, longe de representarem meros expedientes circunstanciais, constituíram um elemento central na trajetória do PRP, explicitando as tensões entre pragmatismo e doutrina, bem como entre a inserção no sistema democrático e a permanência de seu projeto político de transformação.

Em consonância com Rodrigo Christofoletti (2019, p. 225-226), observa-se que o PRP procurou atenuar seus traços mais ortodoxos, reformulando sua linguagem política e apresentando-se como uma alternativa possível no cenário democrático. Contudo, esse movimento não se deu sem tensões internas, uma vez que gerou frustrações entre setores da militância. Ainda assim, como destaca o autor, "a aproximação do PRP aos mais diferentes



formatos partidários foi a responsável pela sua permanência no cenário político dos anos 1940 e 1950, [...]", contabilizando ganhos e possibilidades de articulação múltiplas.

As tensões entre doutrina e prática tornam-se ainda mais evidentes quando observadas a partir das próprias vozes internas do movimento. Em reflexão crítica sobre a trajetória do partido, um militante integralista águia branca apontava que, embora o PRP desempenhasse o papel de "advogado do integralismo", não lograva aplicar concretamente os princípios que afirmava defender, nem mesmo em sua organização interna. Nesse sentido, destacava-se que os integralistas passariam a viver "duas vidas": de um lado, a vida ideal, orientada pelos sonhos e convicções doutrinárias; de outro, a vida concreta de um partido "desajustado", inserido nas dinâmicas do sistema político (MATHEUS, 1960, p. 2).

O diagnóstico explicita, de forma contundente, o descompasso entre a permanência de um núcleo ideológico integralista e as exigências pragmáticas da atuação partidária no contexto democrático. Longe de indicar uma simples incoerência, essa duplicidade revela a própria condição de existência do PRP no pós-guerra: um partido que, ao mesmo tempo em que buscava sobreviver e disputar poder no interior da ordem institucional, carregava consigo um projeto político de transformação que não encontrava plena realização no plano da prática.

Desse modo, as ambiguidades que marcaram sua trajetória não devem ser compreendidas como desvios ocasionais, mas como elementos estruturantes de sua experiência histórica, expressando a tensão permanente entre adaptação e fidelidade doutrinária, entre inserção institucional e projeto de reorganização da sociedade e do Estado.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou traçar um panorama breve da trajetória do PRP, tendo como eixo interpretativo a permanência e a reconfiguração do pensamento político integralista no contexto democrático do pós-Segunda Guerra Mundial. Parte-se da compreensão de que o integralismo, longe de se encerrar com a experiência da AIB, constituiu uma cultura política dotada de continuidade, capaz de se adaptar a novas condições históricas e institucionais. Nesse sentido, o PRP configurou-se como espaço privilegiado para observar a reelaboração desse ideário, tanto no plano discursivo quanto na prática política.

A análise das fontes (especialmente os discursos de Plínio Salgado, a produção na imprensa e os documentos partidários) evidenciou a persistência de elementos centrais da doutrina integralista, como o espiritualismo, o anticomunismo, o nacionalismo e a defesa de uma organização orgânica da sociedade. Tais matrizes não só sobreviveram ao colapso dos



regimes fascistas europeus, como foram ressignificadas no interior do debate democrático, por meio da adoção de novas linguagens políticas e estratégias de legitimação. Assim, o PRP apresentou-se, simultaneamente, como alternativa partidária no sistema representativo e como portador de um projeto de transformação que tencionava os próprios fundamentos da democracia liberal.

Nesse percurso, destacaram-se as ambiguidades e tensões que marcaram sua atuação: a crítica à democracia liberal coexistia com a participação no jogo eleitoral; a defesa de princípios orgânicos e hierárquicos articulava-se com a necessidade de alianças e negociações; e a permanência de um núcleo doutrinário convivia com adaptações discursivas e práticas. Esses elementos revelam uma dinâmica estrutural, na qual a inserção institucional operava como estratégia de sobrevivência e disputa pelo poder, sem implicar o abandono do horizonte ideológico integralista.

Desse modo, a trajetória do PRP permite compreender como determinadas culturas políticas, mesmo associadas a experiências autoritárias e ao universo do fascismo, puderam se reconfigurar e atuar no interior de regimes democráticos, mobilizando novos repertórios sem romper com seus fundamentos. Ao evidenciar essas continuidades e rearticulações, este estudo contribui para o debate acerca das direitas no Brasil, destacando a complexidade de suas formas de atuação e a necessidade de analisá-las para além de categorias fixas, atentando para suas transformações, permanências e disputas no tempo histórico.

Referências:

ALVARENGA, Jefferson Ferreira. AIB e PRP: considerações sobre a cultura política no Espírito Santo. **Dimensões:** Revista de História da Ufes, n. 55, p. 242-268, 2026. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/50522/36149.

BASTOS, José Maria Rodrigues. A despersonalização das 'elites' brasileiras. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 09 ago. 1962, n.º 455, p.2.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BRITO, Raimundo de Farias. **O mundo interior:** ensaio sobre os dados gerais da filosofia do espírito / Farias Brito. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. 448 p.



CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1965). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro-** a trajetória do Partido de Representação Popular (1945-1965): cães de guarda da ordem burguesa. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

CARTA DE PRINCÍPIOS E PROGRAMA DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR. Porto Alegre: **Edição do Diretório Regional do Rio Grande do Sul,** 1955.

CASTRO, José da Silva. Estrabismo político. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1953, n.º 41, p. 9.

CEFAÏ, Daniel. Experience, Culture et Politique. IN: CEFAÏ, Daniel (Org.). **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001, p. 93-116.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo:** lugar de memória e apropriação do passado(1957-1961). Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, 2010.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. O integralismo do pós-guerra: o jornal de si mesmo? In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes:** histórias da imprensa integralista. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019, p. 219-248.

CORRÊA NETO, Francisco. Autoridade e liberdade. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 20 mai. 1959, n.º 292, p. 4.

COTRIN NETO, A.B. Bases do pensamento político integralista. In: **Enciclopédia do Integralismo:** estudos e depoimentos (IV). Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958, p. 34-35.

DE CASTRO, Josias. Partidos e programas. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1953, n.º 04, p. 9.



DEMOCRACIA ORGÂNICA: solução para os problemas brasileiros. Rio de Janeiro: **Edição oficial do Diretório Nacional do Partido de Representação Popular,** s./d.

GOMES, Milene do Carmo. Juventude integralista à luz da imprensa partidária: considerações sobre a seção "Ergue-te, mocidade!". **Temporalidades**, v. 17, n. 1, 2025, p. 1-23. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/57927.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Brasil e Portugal (1895-1975). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes:** do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020, 208p.

GRIFFIN, Roger. **Modernismo y fascismo**: la sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler. Madrid: Ediciones Akal, 2010. p. 256-257.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **O Integralismo:** síntese do pensamento político doutrinário de Plínio Salgado. São Paulo: Editora Voz do Oeste, 1981.

MATHEUS, Carlos. Pela organização de um autêntico Partido Integralista. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1960, n.º 366, p. 2.

PINTO, António Costa. **A América Latina na Era do Fascismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

POCOCK, John G.A. **Linguagens do ideário político.** ; Sergio Miceli (org.); tradução Fábio Fernandez. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 63-83.

REALE, Miguel. **O Estado Moderno:** Liberalismo, Fascismo, Integralismo. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo, 1934.

ROSA, Tamires de Moura Nogueira; GOMES, Milene do Carmo; ROQUE, Juliana Nogueira Garcia. Nação, espírito e Estado: o integralismo brasileiro ao longo do século XX. **História e Cultura**, v. 13, n.1, agosto/2024, p. 758-770. Disponível em: https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/4295.



SALGADO, Plínio. **Manifesto-Diretiva:** enviado por Plínio Salgado aos integralistas brasileiros em julho de 1945. Lisboa: edição do autor, 1945.

SALGADO, Plínio. **O conceito cristão da democracia.** Coimbra: Edições Estudos, 1945b.

SALGADO, Plínio. **Direitos e Deveres do Homem.** Coleção Obras Completas de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Editora das Américas, 1948.

SALGADO, Plínio. **Manifesto Municipalista (1948) e Manifesto de Vitória (1957).** Difusão Doutrinária do P.R.P, 1948b, p. 1-8.

SALGADO, Plínio. **Psicologia da Revolução**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 4ª edição, 1953.

SALGADO, Plínio. **O integralismo na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1957.

SALGADO, Plínio. **Discursos Parlamentares**. Org. Gumercindo Rocha Dorea. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982, 982 p.

STERNHELL, Zeev. Introdución. In: STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (Orgs.). **El nascimento de la ideología fascista**. Madrid: Siglo Vintiuno de España Editores, 1998, pp. 1-45.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. **A síntese integral:** a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939).2018.382p. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista:** o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.



HISTÓRIA SUBTERRÂNEA DO SOM BRASILEIRO. UMA REPRESENTAÇÃO VIRTUAL DE SETE TÉCNICAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA DISCOGRAFIA NACIONAL

Bruno Tavares Magalhães Macedo[1]

Introdução

Durante 30 anos trabalhei como técnico e produtor fonográfico de música independente. Neste período (1989-2011) lidei com a escuta técnica do padrão analógico digitalizando acervos sonoros para o disco compacto – CD. Este formato era um padrão representado socialmente pelo artefato CD, sua máquina de reprodução e toda a publicidade de promoção e educação social para o uso da tecnologia digital no consumo de massas. O CD representou o auge da cultura de alta fidelidade, ou seja, a cultura da escuta de uma máquina reprodutora como mimese perfeita de um evento sonoro musical. Na segunda década do século XXI, o padrão de reprodução sonora se pulverizou em diversos dispositivos *low-fi* (Conter, 2016), principalmente telefones, e o arquivos digitais de som, com variadas taxas de compressão de informação e áudio, propõem distintas culturas de escuta, sendo o alto volume na reprodução pública a expressão máxima dos *Mass media*.

A escuta técnica do som mediado por máquinas é um tipo particular de escuta, sempre atenta aos detalhes, uma relação específica entre o ouvinte, o instrumento musical e a voz humana gravada (Sterne, 2003). Alta fidelidade, ouvida retrospectivamente, pode ser definida através da escuta técnica como uma história de atualização na política de uso social da tecnologia de reprodução sonora da música. Não há uma fidelidade sonora em essência, mas uma educação do consumidor ao uso de técnicas de escuta diferenciadas em diferentes máquinas falantes, dos gramofones ao rádio, das TVs aos sistemas estereofônicos, dos fones auriculares às salas de cinema de som *surround*, o que acaba criando diversos públicos para o áudio mediado. Hoje, com os grandes bancos de dados sonoros, podemos analisar como a relação sociotécnica entre escuta e som mediado participou na formação de um patrimônio cultural imaterial da música popular, ou seja, podemos aplicar a escuta técnica aos vestígios das práticas sociais da música popular preservados em uma discografia nacional, com o objetivo de recuperar uma história subterrânea do som brasileiro. Como método de pesquisa, alguns

[1] Doutor em História Social pelo PPGHS/USP. Pesquisador do Laboratório de História e Cultura Sonora da USP. Produtor de conteúdo do site/canal Histórias Subterrâneas. Contato brunotavaresmacedo@gmail.com

documentos sonoros foram escolhidos para destacarmos, através de práticas de produção de estúdio contemporâneas, como a montagem e a mixagem, a atualização técnica presente na preservação patrimonial da música popular na história do Brasil. O som pode assim ser analisado como objeto de uma relação de poder, que em cada contexto tecnológico expõe pela escuta sua natureza acústica, sua potencialidade estética, suas marcas e resquícios de discursos históricos. Para evidenciar a permanência e as transformações na música como patrimônio, estabelecemos um diálogo entre acervos sonoros e máquinas falantes, onde cada meio de captação e reprodução da energia sonora obsoleto dialoga com a construção da memória de uma prática social da música. Apresentamos esse diálogo para escuta contemporânea em nosso site/canal Histórias Subterrâneas.

Histórias Subterrâneas

O site foi parte integrante do meu projeto de pesquisa de doutorado no PPGHS/USP: Obsoleto contemporâneo. Uma história subterrânea do som brasileiro (1911-2011). A construção da navegação no site propõe uma relação entre sete técnicas de captar e reproduzir o som e quatro referências patrimoniais da música popular brasileira. As referências patrimoniais estão inscritas na historiografia recente no formato jurídico do Livro de Registro das Formas de Expressões da cultura imaterial nacional, cujo conteúdo foi inventariado por pesquisadores da música e das ciências sociais coletando dados junto aos praticantes das manifestações de música e dança. Os resultados dos inventários estão publicados sob a forma de dossiês editados por instituições do patrimônio histórico e artístico atuando no Brasil, a nível federal e estadual. Os dossiês também representam uma tradição histórica herdada dos intelectuais da cultura ligados ao movimento modernista brasileiro, com destaque para o autor de Macunaíma, Mário de Andrade, responsável pela redação de um primeiro anteprojeto para preservação do Patrimônio Artístico Nacional em 1936 (Sala, 1990). Em minha tese de doutorado trabalhei sobre quatro dossiês listados por ordem cronológica de publicação: Jongo no Sudeste. Brasília: IPHAN, 2005; Matrizes do Samba. Rio de Janeiro: Centro Cultural Cartola, 2006; Ciranda em Pernambuco. Recife: INRC, 2014; Choro. Brasília: IPHAN, 2023. As sete técnicas foram de uso comum entre os consumidores de música mediada no século XX, mas por sua obsolescência ficaram esquecidas como práticas cotidianas. Embora permaneçam os princípios científicos dos fenômenos acústicos, as máquinas como prática sociotécnica foram invisibilizadas com o

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



advento do áudio digital online, quando toca discos, toca fitas e sistemas analógicos de sonorização se tornaram relíquias culturais[2].

Fonogramação Patrimonial

Trabalhar as referências de culturas imateriais pela escuta de artefatos sonoros pressupõe trazer para primeiro plano a técnica de áudio como agência social, em contextos heterogêneos de produção e reprodução do som. Há distintas temporalidades para a ação de registrar, salvaguardar e reproduzir o som como referência cultural, sendo que o momento da escuta contemporânea nos põe em contato sensível com as permanências e transformações no som da música mediada, e por consequência nos interroga sobre as escalas de valores sociais envolvidos no próprio ato de salvaguardar um acervo sonoro. Em que momento da vida útil de um artefato sonoro os registros acústicos são acionados como referências patrimoniais? Como um documento sonoro vem a tornar-se um monumento da cultura?

Minha pesquisa propõe responder a estas perguntas históricas unindo os distintos tempos da tecnologia, o do registro, da salvaguarda e da escuta como referência cultural. Para fazê-lo, dei ao encontro instantâneo entre o artefato fonográfico do passado e a escuta mediada contemporânea o nome de fonogramação patrimonial. Este conceito, como gesto ativo de escuta atenta, envolve já uma produção simbólica atual de representação do patrimônio, pois os quatro patrimônios referenciados - choro, jongo, samba carioca e ciranda pernambucana – participam hoje das escolhas políticas de uma rede de atores sociais envolvidos com a manutenção, ensino e difusão das práticas vivas destas culturas. Neste sentido, o gesto técnico de produção do próprio site Histórias Subterrâneas diz respeito a uma agência tecnológica politizada, onde a manipulação da técnica cumpre o papel criador de um ator social, e a alta fidelidade é tratada como agente mediador interessado no processo de legitimação da música popular como expressão de valor cultural universal.

Assumido o papel ativo do técnico e da técnica na construção simbólica de um patrimônio discográfico virtual contemporâneo, vamos nesta comunicação situar narrativamente as balizas históricas da alta fidelidade como agência criativa na promoção de uma trajetória valorativa da música de Pixinguinha.

[2] As sete técnicas e suas máquinas falantes estão animadas em pequenos filmes explicativos disponíveis no link canal do Youtube Histórias Subterrâneas: acesso em 24/03/2026

Safira, a técnica de leitura lateral da agulha do toca discos e o choro de Pixinguinha



Figura 1 - Leitura lateral da agulha Safira do toca-discos. Fonte: site históriassubterrâneas.com acesso 25/03/2026

O fonógrafo registra esculturas de energia acústica e converte / transduz essas esculturas em uma sequência de códigos mecânicos inscritos no sulco do disco, que a agulha do fonógrafo pode ler e então converter/transduzir em novas esculturas de energia acústica, aproximadamente equivalentes às originais (Coverdale, 2010). Nesta descrição do processo técnico de gravação e reprodução, o disco é encarado cientificamente como uma forma codificada de inscrição e leitura da energia impressa sobre a superfície sólida de um suporte. Mas do ponto vista cultural, o disco, desde o início de sua circulação comercial veiculando a música, foi propagandeado como um guardião mecânico da mimese perfeita do som musical. Mimese mecânica com o poder mágico da imitar o artista profissional, que a cópia em disco extrai do som original. Para a indústria do áudio, as práticas profissionais do espetáculo musical, especialmente o virtuosismo dos intérpretes, representaram o paradigma legitimador dos seus esforços de fidelidade técnica de mimese sonora.

Thomas Edison e seus fonógrafos de cilindro produziram concertos para grandes plateias entre 1915-1925, conhecidos como *Tone Tests*, onde eram colocados no palco um artista célebre ao lado de um fonógrafo, com contrarregras realizando pequenos truques cênicos para alternar o som emitido pela máquina e pelo artista presente, com o objetivo de inquirir a plateia sobre o *who is who* (que é quem), dando destaque ao poder mimético da máquina para imitar com perfeição a arte sonora do intérprete virtuoso. Para o pesquisador Jonathan Sterne, os testes de tom eram organizados da mesma forma que as gravadoras organizam hoje as turnês de grupos de rock e pop, eram espetáculos para promover novas gravações. Ao mesmo tempo que a reprodução das gravações existentes serviam para promover a venda

de fonógrafos. Os astros da música que promoviam o fonógrafo de Edison eram em geral oriundos da ópera, especialmente cantores, sopranos ou tenores líricos interpretando árias consagradas para um público acostumado a pagar entradas em salas de concerto. Mas, artistas populares do circo e do teatro musicado, e suas canções e temas instrumentais registrados pelas editoras de partituras musicais, iriam rapidamente somar-se ao esforço de consolidar uma nova cultura sonora de consumo, a de ouvir o som de profissionais do entretenimento através de máquinas falantes. A técnica mais longeva dessa reprodução sonora é o da leitura lateral da agulha do toca-discos.

Som Pixinguinha



Figura 2 - Som Pixinguinha. (1911-1971). Fonte: site historiassubterrraneas.com acesso 26/03/2026

Alfredo da Rocha Vianna (1897-1973), o Pixinguinha, foi fundamental no agenciamento e elaboração do material musical popular na história sonora do Brasil. Entre as ruas e os estúdios, ele conseguiu articular diferentes instâncias de criação musical, as músicas das festas, das casas, do candomblé, dos sapateados no terreiro, das bandas, além de dominar a escrita de partituras. Sua atuação como arranjador foi fundamental na criação e consolidação de uma linguagem musical ao mesmo tempo calcada em sua ampla experiência e na mediação com os novos formatos e escutas (Dossiê do Choro, 2023). O seu último disco gravado em 1971, Som Pixinguinha, deu nome ao primeiro acervo sonoro tratado no site Histórias Subterrâneas como balizador de uma análise histórica da fonogramação patrimonial. Quatro montagens sonoras nos permitiram descrever o movimento secular da técnica fonográfica na busca da reprodução fiel do choro. A escuta e manipulação técnica dos acervos nos revela como a permanência da obra musical de Pixinguinha relaciona a fixação da música em partitura com a política de atualização tecnológica no consumo de seu som em discos entre 1911 e 1971.

Os Oito Batutas (1919-1968)



Figura 3 – Choro em partituras e seu som em discos. Fonte: site historiassubterrraneas.com acesso 26/03/2026

Com o tema Os Oito Batutas introduzimos a relação entre a fixação do gênero choro em partituras e seu som brasileiro em discos. A montagem propõe a escuta de uma história da forma sonora do choro. O primeiro balizador tecnológico foi a gravação mecânica do Grupo do Pixinguinha de 1919 para a Casa Edison, Rio de Janeiro. A composição era identificada como um tango, forma musical sincopada cujo ritmo estimulava o requebrado dos dançarinos de teatro musicado (Sandroni, 1997). Duque[3], bailarino de destaque na viagem de Pixinguinha e seu grupo de batutas a Paris em 1922, foi um artista que consagrou a tradição dançada do tango brasileiro, então chamado de maxixe. Através da escuta percebemos em destaque o som do jovem virtuose Pixinguinha executando sua flauta. Este som de flauta, para o qual Pixinguinha escreveu muitos temas musicais em partituras na segunda década do século XX, está em primeiro plano na escuta, superando inclusive os ruídos de superfície da reprodução do centenário disco de 78 rpm, que prejudica bastante o entendimento acústico contemporâneo de outros timbres agudos, como o do ritmo das platinelas no pandeiro. Este som virtuoso da flauta em primeiro plano ainda não era nomeado pela indústria do entretenimento como gênero musical choro, isto porque o balizador tecnológico das gravações de discos mecânicos no Brasil (1904-1926) inicia sua classificação dos gêneros musicais populares no momento histórico em que o espetáculo circense e o teatro musicado participaram da vida cultural na *Belle Époque* da cidade do Rio de Janeiro. Foi nesta cena que Pixinguinha se inscreveu com destaque pela sua precocidade na interpretação virtuosa da flauta e leitura fluente das partituras. Estas qualidades de profissional da música de entretenimento se desdobraram ao longo de sua história pessoal, de modo que em 1947 ele ocupava com destaque o papel de arranjador no *broadcast* radiofônico.

[3] Sobre a biografia do bailarino Duque consultar o site: https://www.marcelobonavides.com/2020/09/relembrando-duque-67-anos-de-saudade.html acesso em 04/04/2026

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



Na escuta do segundo balizador tecnológico, que foi a gravação elétrica no Brasil (1927-1964)[4], ouvimos Benedito Lacerda executando a flauta aguda e Pixinguinha o contraponto grave no saxofone tenor, na versão de Os Oito Batutas, disco da RCA Victor, de 1948. Esta mudança estava longe de ser apenas uma troca de executantes no arranjo, todo um novo esquema político de representação social dos gêneros musicais brasileiros entrava em ação, e foi quando a composição de Pixinguinha passou a ser classificada em disco como um choro. Em primeiro lugar ocorria a parceria comercial entre os intérpretes, onde Lacerda ocupava o papel de parceiro ad hoc na composição, com o objetivo de tornar-se divulgador comercial da obra de Pixinguinha para uma nova geração de consumidores de discos. Pixinguinha, por sua vez, consolidou ao lado de Lacerda sua prática de regente e arranjador no programa radiofônico semanal do radialista Almirante, O Pessoal da Velha Guarda, entre 1947 e 1952. Neste balizador tecnológico, a era da radiodifusão eletromagnética, na qual o microfone[5] foi o signo da comunicação de massas, Pixinguinha e sua obra assumiram a representação social de Velha Guarda, ou seja, de agentes sociais produtores de um som portador e guardião de uma tradição musical antiga. Deste som participavam diversas formações instrumentais e vocais em torno de um repertório musical comum. Entre o auditório e o estúdio profissional das gravadoras, os temas de Pixinguinha se misturaram com as modernas técnicas mundiais de gravação elétricas, onde outros intérpretes já faziam uso de novos instrumentos musicais, como os órgãos eletrônicos. Foi nesta baliza tecnológica da era elétrica que o Som Pixinguinha consolidou a sua representação política nacional, como veremos adiante.

A escuta da nossa terceira baliza tecnológica na montagem revela o advento da estereofonia do LP de 33 rpm no final da década de 1960. A ilusão psicofísica deste sofisticado sistema de reprodução estéreo de leitura lateral da agulha do toca-discos propiciou que a composição Os Oito Batutas chegasse à sua forma canônica de escuta em 1968. A faixa 1 do LP Gente da Antiga, EMI-Odeon SMOFB 3527, estéreo, reproduz uma imagem da roda choro, onde ouvimos a posição relativa dos músicos à nossa frente, como se estivéssemos olhando o grupo original de Pixinguinha para Casa Edison tocar quase 50 anos depois. Nesta terceira baliza tecnológica o tema musical permanece como na partitura editada no início do século

[4] Chama-se disco elétrico o registro sonoro feito com o uso da amplificação do sinal eletromagnético do microfone. Do ponto de vista morfológico, o disco como suporte físico segue sendo semelhante ao 78 rpm da era mecânica.

[5] Ver animação com a explicação da transdução eletromagnética do microfone no canal Histórias Subterrâneas do Youtube: https://youtu.be/AVW2qGSeA94?si=46OetjnBTqXwYW3x acesso em 05/04/2026

XX[6], mas a classificação de gênero musical, choro, já não é mais relevante para o comércio da indústria fonográfica, sendo definitivamente substituída pela marca da autoria comercial de Benedito Lacerda e Pixinguinha. O som do disco é produzido pelo complexo sistema magnético de gravação misturando o som dos intérpretes musicais em um console de mixagem operados por técnicos brasileiros e estrangeiros, todos trabalhadores industriais contratados da matriz nacional da gravadora multinacional EMI - Odeon[7].

Batuque na cozinha (1912-1968)

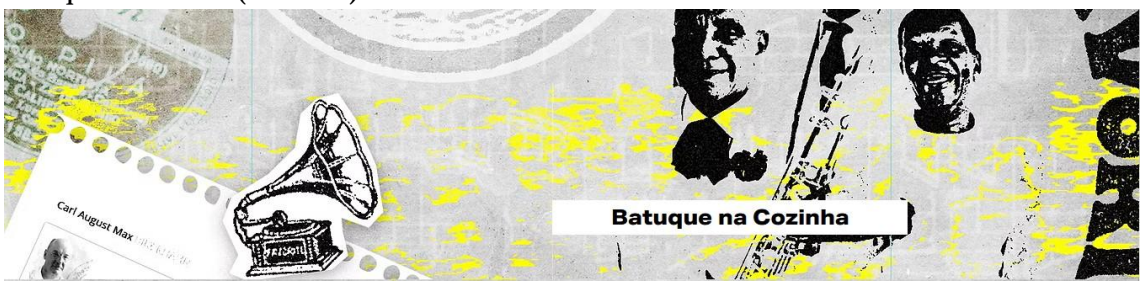


Figura 4 – Formas da oralidade se fixam em fonogramas. Fonte: site historiassubterrraneas.com acesso 26/03/2026

A escuta da montagem de Batuque na cozinha nos remete ao tempo das gravações mecânicas no início do século XX, mais especificamente aos meses de maio de 1911 e dezembro de 1912, na cidade do Rio de Janeiro. Nestes meses, por aqui estiveram alguns pioneiros das gravações em disco de cera. Um deles foi Max Birkhahn, responsável por aquela que, por muito tempo, foi considerada a primeira gravação de Pixinguinha tocando flauta, a composição de Irineu de Almeida, São João debaixo d'água. O outro engenheiro de gravação - *aufnahmetechniker*, também alemão, só pode ser identificado pelas iniciais inscritas na matriz de cera dos discos gravados no Rio de Janeiro em dezembro de 1912. O misterioso *Herr*

[6] A partitura de Os Oito Batutas foi editada pela Casa Vieira Machado em julho de 1919, ano em que foi gravado pelo Grupo do Pixinguinha na Casa Edison (disco Odeon 121.610). Reeditado em 1947 pela Vitale, constando Benedito Lacerda como coautor por razões extramusicais. A partitura original da Casa Vieira Machado fala do sucesso do conjunto na sala de espera do Cine Palais e traz na contracapa uma preciosa listagem do repertório tocado pelos Oito Batutas na ocasião. Fonte: https://pixinguinha.com.br/discografia/os-oito-batutas/ acesso em 07/04/2026

[7] A ficha técnica do LP Gente da Antiga, EMI Odeon,1968, marco da terceira baliza tecnológica - disco de leitura lateral com agulha de Safira sobre sulco estereofônico, aponta como técnico de gravação o brasileiro Jorge Teixeira da Rocha; técnico de corte da matriz do LP Reny R. Lippi; e engenheiro chefe de som da gravadora o húngaro Zoltan J. Merky. O complexo sistema de gravação estéreo introduz três técnicas descritas nas animações do canal Histórias Subterrâneas do Youtube: Magneto, Mesa de som, Alto-falante. Acesso em 07/04/2026.



S/T/W gravou um lundu canção chamado Batuque na cozinha, para a gravadora Favorite, representada pela Casa Faulhaber, Rio de Janeiro. Nossa montagem do Batuque na cozinha de 1912, interpretado ao violão e voz pelo misterioso Zeca, emenda com a escuta do Batuque na cozinha gravado por Pixinguinha, João da Baiana e Clementina de Jesus em 1968. Este fonograma foi publicado na faixa 3, no lado B do mesmo LP Gente da Antiga que usamos na montagem dos Os Oito Batutas.

A escuta proposta na montagem deu destaque a permanência do mote oral de pergunta e resposta, presente no lundu de 1912 e no partido-alto de 1968, que propõe motivos para o batuque não ser bem-quisto pela *Sinhá*, signo cultural representativo da hierarquia social doméstica escravista no Brasil[8]. Nos versos de Zeca em 1912, o mote – batuque na cozinha sinhá não quer – é respondido – por causa crioula de Pai José. O mesmo mote é respondido de forma diferente por João da Baiana em 1968 – por causa do batuque quebrei meu pé. A análise propõe duas explicações históricas para a interdição do batuque aparecer de forma diferente nas respostas ao mesmo mote popular – batuque na cozinha sinhá não quer. Em 1912 a interdição é por causa de Pai José, uma figura simbólica da paternidade terrena de Jesus, inscrita culturalmente no imaginário coletivo como hierarquia patriarcal sobre o corpo feminino da crioula no período pós-abolição da Primeira República (1889-1930). Em 1968, ano do acirramento no fechamento político da ditadura civil militar no Brasil (1964-1984), a inscrição da interdição do batuque, como valor social simbólico desqualificável, aparece como um gesto prejudicial ao corpo do trabalhador/malandro, cujo pé foi estropiado pela brincadeira, dança ou folguedo na cozinha. Na transição histórica do mundo rural ao urbano, houve uma transformação na representação de poder sobre o corpo subalterno, agente social do batuque. O que antes significou submissão disciplinar do corpo à ordem patriarcal escravista tornou-se manutenção do corpo como capacidade produtiva no trabalho livre. O refrão da oralidade deu uma interpretação contextual à representação do poder de interdição do batuque.

Sobre as duas representações históricas, a escuta da montagem aponta uma outra tradição de música e dança brasileira, fortemente ligada à transmissão oral. Mais do que a forma musical melódica registrada em partitura, neste lundu, batuque, ou partido alto o que se destaca é a forma improvisada de reunir versos, que pode ser compreendida a partir de princípios

[8] Mozart de Araújo, autor de análise detalhada do lundu, informa: "O lundu, de início simples batuque negro, galgava, sorrateiro e malicioso, as escadas dos palácios, penetrando nas camadas mais altas da aristocracia burguesa. E em vez da percussão ruidosa dos atabaques, se fazia acompanhar, transformado em canção solista, pelas mãos fidalgas das sinhás-moças, ao som do cravo e do piano". (Franceschi, 2001, p. 70)

básicos de constituição da canção popular. No batuque, o desenvolvimento da linguagem está baseado no princípio de estabilização do modo de dizer coisas em português brasileiro, uma forma estética que não perde de vista seu lastro de entoação oral, ligado a necessidades práticas dos gestos e das falas cotidianas. Neste sentido, este batuque se liga no Brasil à não institucionalização do saber necessário para o domínio dos procedimentos destinados à confecção escrita da canção, garantindo um alto grau de penetração e organicidade em um país marcado pelo profundo afastamento da sociedade em relação ao campo dos saberes formais, sendo os meios de produção modernos na sociedade, como os de uma indústria fonográfica, responsáveis pela possibilidade de gravação do registro oral diretamente, sem a necessidade de formas de mediação escritas (Oliveira, 2012).

Estas formas da oralidade se fixam como forma patrimonial nos registros fonográficos, transmitindo pela escuta valores sociais entre as gerações. Na versão do batuque de 1912, escutamos o texto entoado por Zeca dialogar com formas improvisadas de uma cultura oral rural brasileira posteriormente revisitada. Versos como - no caminho do sertão de Minas uma onça me roncou - estão presentes na canção Do Pilá, gravada por Jararaca em 1938, regravada por Marlui Miranda em 1979 e Renato Braz em 1998. Ou seja, esta versão do texto e da melodia dialoga com a tradição oral da música rural brasileira cantada. Já no tema do fonograma Batuque na cozinha de1968, João da Baiana, nos versos internos da letra fala da vida em uma casa de cômodos urbana, especialmente do espaço comum da cozinha, onde se dá o confronto corporal entre brancos e mulatos pela atenção de moças brancas e mulatas. A altercação entre os grupos classificados por gênero e raça vai parar na delegacia, onde o delegado identifica a origem dos litigantes - a casa de cômodos da tal Inês – lugar de morada dos malandros, dialeticamente ligados aos trabalhadores, que, seguindo a rima e tempo verbal da canção, com aquele delegado - não têm vez. O texto poético tem um caráter de crônica urbana, pois descreve o desenrolar de um acontecimento violento na cidade, em um tempo que inferimos ser da juventude de Pixinguinha, como sugere o título do LP Gente da Antiga[9]. Em seu conjunto, a montagem retoma um assunto levantado no primeiro bloco sobre música, autoria e escrita musical. O musicólogo francês François Delalande argumenta que com o uso da ferramenta da escrita, a música deixava de seguir a tradição oral e o compositor saia do anonimato. Perguntamos então, já que a obra escrita de Pixinguinha saiu do anonimato, teriam ele e seu parceiro João da Baiana abandonado a tradição oral?

[9] O escritor Lima Barreto sobre uma "casa de cômodos" no início do século XX no bairro do Rio Comprido, Rio de Janeiro escreve que [...] atualmente, os dois andares do antigo palacete que ele fora, estavam divididos em duas ou três dezenas de quartos, onde moravam mais cincoenta (SIC) pessoas [...] Num cômodo (em alguns) moravam às vezes famílias inteiras (Sevcenko, 1999)

Esquecida (1930-1947)

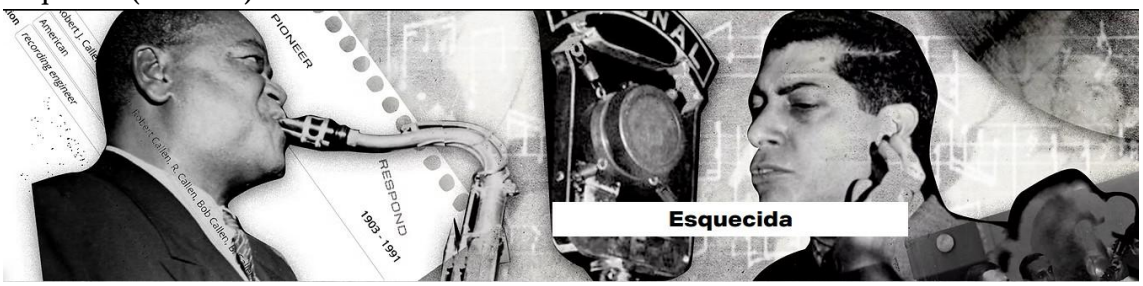


Figura 5 – Discurso radiofônico, microfones e auditórios. Fonte: site historiassubterrraneas.com acesso 26/03/2026

A escuta dos discos de *broadcast* gravados em programas de rádio, prática comum utilizada para sua difusão a partir dos centros urbanos para as emissoras de pequenas cidades do interior, revelam como Almirante e o Pessoal da Velha Guarda, na grade das quartas feiras às 21h na rádio Tupi (1947-1952), produziram um discurso radiofônico nacionalista misturando textos sobre o passado, personagens, repertórios e gêneros musicais com técnicas de captação e difusão da música gravada por microfones em auditórios de rádio. A preservação dos discos de *broadcast* favorece hoje uma escuta singular das orquestras de rádio naquela era elétrica, som vivo que destaca a qualidade particular de Pixinguinha como um artista musical síntese entre duas eras tecnológicas, a mecânica e a elétrica, e fixa a forma editorial da autoria de suas partituras escritas. Fazia par com a inovação da difusão do som pelas ondas do rádio a parceria comercial com Benedito Lacerda, representando a um só tempo a luta contra o esquecimento e uma ação prática para arrecadar novos direitos autorais sobre a obra original de Pixinguinha, já gravada em décadas anteriores[10]. Neste sentido, pode-se dizer que na era do rádio, com suas técnicas de amplificação sonora do circuito eletromagnético, movimento que o sinal de áudio percorre entre os microfones do auditório e os alto falantes domésticos, a obra de Pixinguinha se consolida como referência cultural de um passado fundador da música popular brasileira. Este passado é elaborado como discurso histórico radiofônico. Almirante era um agente político extremamente consciente do valor simbólico da nacionalidade para o comércio de música em disputa na sociedade de massas, e em seu programa trabalhava para conquistar a audiência pela autoestima. Em seu lugar de promotor da música popular brasileira, ele dava sinais de trabalhar para vencer a concorrência da música internacional falando da escuta como processo de identidade do brasileiro consigo

[10] Sobre a história das composições registradas de Pixinguinha visitar o catálogo do Instituto Moreira Sales (IMS). https://pixinguinha.com.br/catalogo-de-obras-pixinguinha/ acesso em 05/04/2026

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



mesmo. A identidade deveria se fortalecer dentro e fora do país, entre patrícios que se ouvissem assobiando ou cantarolando um tema musical de fácil identificação pela repetição massiva dos meios de comunicação. O sentido valorativo da nacionalidade através da música de um passado resgatado, vinda de um convívio social supostamente extinto de seresteiro e chorões, é que chama a atenção, na medida em que muitos dos temas musicais executados no programa da Velha Guarda foram gravados, e lançados no mercado fonográfico, com intervalos de tempo inferiores a 20 anos. É bom lembrar que a expressão vintage é uma fórmula do mercado publicitário, absorvida pela moda e decoração, para valorizar o antigo como marca de uma época.

Em nossa montagem animada do personagem Safira, chamada Esquecida**,** postada no site Histórias Subterrâneas em 01/11/2024, emendamos o áudio da versão gravada em disco elétrico produzido pelo selo Brunswick em 1930, com Pixinguinha regendo a orquestra e tocando flauta, com a versão executada na Rádio Tupi, no programa O Pessoal da Velha Guarda, gravada em disco de acetato de 16 polegadas em 08 de outubro de 1947, com Pixinguinha regendo a orquestra e Benedito Lacerda na flauta. Por que a polca marcha Esquecida forma naquele momento um índice sonoro representativo do conceito publicitário de produto vintage na música popular brasileira?

A história recuperada da composição é bastante singular. Foi encontrado no Clube do Choro um registro escrito em partitura de uma polca marcha semelhante à Esquecida, com o título Albina, de autoria atribuída a Irineu de Almeida. No programa da Velha Guarda, Almirante diz que estava ressuscitando um gênero esquecido, o da polca marcha. Pela escuta do disco de broadcast de 1947 percebemos que aquela animada marcha evocava um som gravado por Pixinguinha em 1911, a polca Salve, composta por Irineu para peça *A princesa de cristal*, uma farsa dramática-fantástica, adaptada de um conto francês traduzido por Chrispim do Amaral (também cenógrafo e caricaturista) para ser encenada por Benjamim de Oliveira em 11 cenários ocupando simultaneamente palco e picadeiro. Irineu foi um dos professores de música de Pixinguinha, e levou seu aluno de flauta para gravar pela Casa Faulhaber seus primeiros discos de cera em 1911. Por essa razão, ao montar a polca marcha Esquecida estabelecemos uma analogia entre Pixinguinha e Irineu, utilizando o bordão da imagem publicitária icônica do cachorrinho da Victor diante do fonógrafo, marca da alta fidelidade, onde o cão escuta e reconhece - A Voz de Seu Mestre - pela trompa do fonógrafo. O fonograma montado mimetiza esta marca registrada da Victor, onde a escuta da voz do mestre representa a transmissão sonora do patrimônio imaterial do choro. Mas o espetáculo do rádio vai além da fidelidade, ele torna vivo o momento inscrito no disco de 1947, e o que a escuta revela é o encontro entre o estilo musical circense da década de 1910 e a alegria do

auditório da Tupi do final dos anos 1940 vibrando ao final da execução da orquestra de Pixinguinha. O circo é o produto vintage resgatado por Almirante, que rebatizou Albina, polca no estilo circense de Irineu de Almeida, como Esquecida em função de seu argumento radiofônico de recuperação do passado, por essa razão, na montagem para a Safira colocamos na abertura a sua explicação falada sobre A Esquecida[11].

> Nós podemos, quase que afirmar, que o Pessoal da Velha Guarda conseguiu ressuscitar um gênero musical completamente esquecido: a polca marcha. A de hoje é da autoria de Pixinguinha. Chama-se "A Esquecida", e seu nome está em franco desacordo com o que está lhe acontecendo agora. Então prontos? Vamos lembrar "A Esquecida", maestro? [...] Sim, mas como é que pode ser esquecida uma música de que nós nos estamos lembrando, não é mesmo? (Almirante, 1947)

Obra nascida da prática cotidiana juvenil de Pixinguinha entre artistas do circo, na sala de sua casa, nas ruas, terreiros de candomblé e demais territórios culturais imateriais da Pequena África (Moura, 1995), após sua recuperação publicitária como produto vintage, seus choros terminaram por assumir uma forma sonora sinfônica em salas de concerto da alta cultura carioca, como no espetáculo gravado em LP comemorando seus 70 anos no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 1968.

Carinhos(o) (1929-1973) – conclusão sobre a invisibilidade de técnicas e técnicos

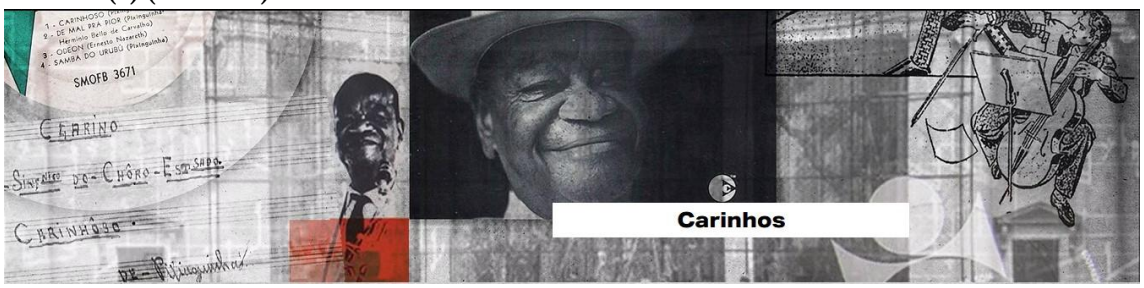


Figura 6 – Carinhos e a música sinfônica em espetáculos. Fonte: site historiassubterrraneas.com acesso 26/03/2026

Se deslocarmos a obra de Pixinguinha do contexto atual de monumento musical brasileiro, e descrevermos seu trabalho de arranjador, orquestrador e regente de um programa de rádio entre 1947 e 1952, colocando seu nome como o de um a mais entre outros na ficha técnica de um disco, esta descrição estaria mais próxima de sua realidade cotidiana de trabalhador

[11] Transcrição do texto falado por Almirante na apresentação de Esquecida, disponível para escuta no canal HS do Youtube: https://youtu.be/3Q3KH0YrFC0?si=DqBVCyDWhRQSOtJN acesso 08/04/2026



remunerado de uma indústria cultural. Mas, o interessante é perceber que nos fonogramas e na sua transcrição escrita a partir dos discos de *broadcast* com as gravações do programa Pessoal da Velha Guarda de 1947 a 1952, hoje postados em MP3 no site do LHCS/USP, não há créditos para a equipe técnica do som, como passou a ocorrer nas capas dos LPs a partir do advento da estereofonia. Os técnicos da indústria do *broadcast* permaneceram sujeitos anônimos na história, vivos apenas na memória de quem conviveu com seu cotidiano nos auditórios e estúdios das rádios. Todo o processo de contato pela escuta com o discurso radiofônico do Almirante sobre a música do passado e seus personagens, possível através da reprodução de um disco de *broadcast* arquivado em um site da Universidade de São Paulo, se dá num passe de mágica tecnológica, unindo em um só aqui e agora a estrutura de espetáculo radiofônico em uma narrativa valorizando o som musical e sua história, invisibilizando a técnica e os técnicos.

Este anonimato do som como agência humana na história foi a inspiração para minha pesquisa na universidade e a construção do site Histórias Subterrâneas. A qualificação subterrânea da história apresenta dois aspectos semânticos: o primeiro é o caráter arqueológico do trabalho de revitalização de acervos sonoros, lugar social contemporâneo onde está concentrado o conhecimento técnico dos trabalhadores que lidam com artefatos e máquinas de reprodução obsoletos, um conhecimento humano que procuramos representar através da antropomorfização das históricas máquinas falantes. O segundo aspecto da qualificação subterrânea diz respeito à formação dos acervos sonoros de música popular, cujo processo de tornar-se coleção de documentos históricos, disponível na internet em grandes acervos digitais contemporâneos, expressa uma transformação no status cultural atribuído ao valor social, e até econômico, das coleções fonográficas de práticas festivas e rituais populares. Contudo, estas práticas da cultura popular contrastam com outro fenômeno social que se destaca na escuta do conjunto da *fonogramação* patrimonial da obra de Pixinguinha.

Na quarta e última montagem, mapeamos os arranjos orquestrais de Carinhos, nome dado à famosa composição Carinhoso, classificada como Choro Orquestral em gravação de 1929, e que já apontava um outro caminho para o Som Pixinguinha. Para seguir essa trilha orquestral, propusemo-nos a acompanhar o aperfeiçoamento da ilusão de presença na captação e reprodução da música sinfônica em espetáculos. A técnica foi desenvolvida e publicada por engenheiros elétricos nos EUA no início dos anos 1930, e hoje nos permite perceber como os técnicos de áudio na história perseguiram a mimesis perfeita de uma sala de concerto sinfônico, buscando dominar o sistema de sonorização que a reproduzia, sem poder fixar, contudo, esse som em disco antes do formato comercial do LP estereofônico chegar ao



mercado. Esta obsessão da técnica pela mimesis do espaço social da alta cultura marca o final da nossa história do Som Pixinguinha, nome dado ao seu último LP gravado na Odeon e lançado em 1971. Carinhoso aparece nesse LP com seu som sinfônico plenamente realizado como presença orquestral, feito para soar em um equipamento estéreo doméstico, mimesis quase perfeita da espacialidade de uma grande orquestra no estúdio, uma aspiração registrada em antigas partituras de Pixinguinha, talvez um sonho pessoal acalentado pelo compositor, que foi realizado pelos experientes técnicos Jorge Teixeira e Nivaldo Duarte no início da década de 70, quando os profissionais da gravadora multinacional EMI Odeon, agentes sociais na história do som brasileiro desde o início do século XX, foram enfim creditados pelo seu trabalho.

Referências

CONTER, Marcelo Bergamin. LO-FI. Agenciamentos de baixa definição na música pop. Tese de doutorado em Comunicação e Informação, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

COVERDALE, Kara-Lis. Sound, Rhetoric, and the Fallacy of Fidelity. Dissertação de mestrado em Arte. Ontário, The University of Western Ontario, 2010.

DELALANDE, François. De uma tecnologia a outra. In: Heloisa de A Duarte Valente (dir.) Música e mídia: novas abordagens sobre a canção. São Paulo: Via Lettera; Fapesp. 2007.

DOSSIÊ do Choro. Brasília: IPHAN, 2023.

FRANCESCHI, Humberto. A Casa Edison e seu tempo. Rio de. Janeiro: Sarapuí, 2002.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

OLIVEIRA, Acauam. Roberto Carlos e a identidade brasileira na canção. Revista do IEB. n54, 2012 set./mar. p. 151-166

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Revista do IEB. n31, 1990, p. 19-26



SANDRONI, Carlos. Feitiço Decente. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

STERNE, Jonathan. The audible past. Cultural origins of sound reproduction. Durham & London: Duke University Press, 2003.



A LEITURA LACANIANA DA CRIMINOLOGIA COMO UM SINTOMA JUDICIÁRIO DA MODERNIDADE

Renato Sarieddine Araújo[1]

Neste relato de uma pesquisa em andamento, abordamos alguns pontos levantados por Lacan na 13ª Conferência dos Psicanalistas de Língua Francesa (CPLF). O evento, realizado em 1950, teve por tema a criminologia e foi organizado pela Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP). Os propósitos de Lacan são frontalmente críticos à criminologia e até mesmo às proposições de seus colegas, como demonstrou detalhadamente F. Sauvagnat (2002). O eixo central dessa nossa apresentação consiste em retomar alguns elementos da história do direito penal levantada por Lacan, enfatizando a evolução do método da instrução judicial a partir da Idade Média. Sendo o elemento central o sentido expiatório da justiça, observado pelo papel atribuído à confissão pelo judiciário.

Entendemos que os propósitos sustentados por Lacan refletem um momento crucial de sua maturação intelectual. Uma virada subjetiva, na qual ele abandona definitivamente algumas identificações ideológicas de sua tradição familiar, de tendência monarquista (Zafiropulos, 2001). Na Conferência, Lacan também se volta contra as tendências lombrosianas dos colegas que organizaram o evento, convidando-os à retornar à teoria freudiana da culpabilidade inconsciente. Entendemos que sua análise da criminologia está atrelada a essa maturação.

Essa posição ideológica dos membros da SPP se exprime na participação de D'Alleaume como debatedor. O convidado era uma figura já conhecida em meios acadêmicos - talvez menos por sua importância intelectual do que pelas afiliações institucionais-religiosas próximas à C. Maurras (Ladouze, 1990 e Laffay, 2015). D'Alleaume o articulador do 2º Congresso Internacional de Criminologia, grande evento que aconteceria no mesmo ano, quatro meses após a Conferência dos psicanalistas.

D'Alleaume pedia ajuda aos psicanalistas encomendando-os um método de aplicação das disciplinas criminológicas já existentes, como a biologia, a sociologia e a psicologia, método que uma vez instaurado permitisse supostamente solucionar qualquer crime, tomando do poder judiciário a função da instrução judicial e dispensando o uso da confissão (Sauvagnat, 2002).

[1] Doutor pela Universidade Paris Diderot, membro do PSILACS/UFMG, email:renatosarieddine@gmail.com



Vamos passar rapidamente pela evolução histórica do judiciário indicada por Lacan, localizando sua relação com o inconsciente. Buscaremos indicar a relação da ideologia da criminologia com o status da confissão na instrução. Lacan retoma essa história a partir do ordálio, passando pela tortura judicial e sua abolição no seguinte trecho sobre o qual faremos algumas reflexões em seguida:

> Começando nas sociedades religiosas pelas provas do ordálio ou do juramento solene, o culpado se revela pela força de uma crença para a qual ele oferece seu destino, no julgamento de Deus. Na medida em que a provação [a produção de prova] determina a personalidade jurídica do indivíduo, se exige sempre mais e mais o engajamento [do réu] na confissão. Por isso, a evolução humanista do Direito na Europa gestado a partir do Direito romano descoberto pela Escola de Bolonha, até a captação de toda a justiça pelos legistas reais e a universalização da noção do Direito das Gentes, coincide no tempo e no espaço, com a difusão da tortura inaugurada em Bolonha, como meio de provação do crime. [...]
> É que o desprezo da consciência manifesto no reaparecimento generalizado dessa prática [a tortura judicial] como procedimento de opressão, nos esconde qual fé na humanidade ele supõe como procedimento de aplicação da justiça. Se foi precisamente quando nossa sociedade promoveu os Direitos Humanos, ideologicamente fundados na abstração de seu ser natural, que a tortura judicial foi abandonada, não foi por um abrandamento da moral, o que seria difícilmente sustentável na perspectiva histórica do séc. XIX. É que esse novo homem, abstraído de sua consistência social, não é mais crível nos dois sentidos desse termo; ou seja, não sendo mais pecaminoso, não se pode dar fé à sua existência como criminoso, ou à sua confissão. (Lacan 1966/1950, p. 138-139)

Abrimos agora nossos comentários a respeito dessa passagem. Após a queda do Império Romano por volta do século V, o sistema de produção de provas baseado na tortura judicial foi substituído pelo ordálio, até que, na passagem do século XII para o XIII (Harang, 2017), a tortura judicial foi retomada a partir de Bolonha. Na atualidade, é verdade, o significante tortura remete a uma prática criminosa e descontrolada, quando foi retomada, contudo, era regulamentada, limitada e fiscalizada. À época, esse método de instrução judicial não era sequer chamado de tortura, mas de "questão". O juiz que conduzia o rito não podia permitir que o réu fosse ferido, ao contrário do que se chamava efetivamente por tortura e que se aplicava juridicamente como pena.
À época, o juiz não podia condenar sem prova, mesmo em posse de um forte conjunto de indícios e testemunhos auxiliares, e estando por isso intimamente convencido da culpabilidade do acusado. A tortura como meio de produção de provas era então justificada como um método de extração da verdade jurídica e, caso o réu resistisse, ele deveria ser inocentado e liberado.

Entendemos hoje que qualquer abordagem judicial dessa natureza é por inúmeros motivos indefensável e deve ser combatida por todos os meios. A abolição da tortura judicial, no entanto, não foi motivada exatamente por uma sensibilidade à dignidade humana, ou "por conta de um abrandamento dos costumes", como afirmou Lacan (1966/1950a, p. 138). Ela também não foi abolida porque se entendeu que essa prática era desnecessária para a efetividade da justiça na manutenção do laço social, mas simplesmente porque a palavra do sujeito (a confissão) não tinha mais qualquer relevância para a nova concepção da justiça.

A mudança de pensamento promovida na modernidade transformou também o sentido da justiça. Pois, se até a Idade Média sua função principal era a manutenção do laço social, ela foi subvertida e passou a servir ao controle social do mercado da mão de obra. Lacan faz referência aos trabalhos de Georg Rusche para afirmar que "Uma civilização na qual os ideais serão sempre mais utilitários, engajada como é no movimento acelerado da produção, não pode conhecer mais nada da significação expiatória do castigo." Ele ainda completa afirmando que "Os ideais do humanismo [que aboliram a tortura judicial] se anulam no utilitarismo" (Lacan, 1966/1950a, p. 137).

A tortura judicial começou a ser abolida no século XVIII, menos por uma sensibilidade humanista do que por uma transformação utilitarista das instituições, o que se traduziu no direito penal pelo que Jallamion (2003) chamou de uma "artimanha" do judiciário. Até determinado momento da Idade Média, a confissão era um instrumento de liberação da palavra, que se traduzia no discurso religioso como uma ferramenta de extração do mal de dentro do criminoso. Em termos psicanalíticos, Reik (1997) descreve a confissão como o primeiro movimento permitindo a associação dos elementos inconscientes e o ato. A confissão também simboliza o arrependimento, contudo ela precisa repetir em palavras o ato, trazendo de volta os afetos da situação.

A abolição da tortura passou simplesmente a ignorar o sentido da confissão, permitindo ao juiz condenar sem provas, mas simplesmente baseado em sua convicção íntima. Essa mudança privou o judiciário de sua prioridade expiatória, reservando seu uso como um instrumento do utilitarismo econômico. O assunto levantado por Lacan é mais complexo do que podemos desenvolver aqui, mas para concluir, no entanto, nos limitamos a deixar essa breve passagem do texto de Rusche:

> A história do regime das penas se sucede nas diferentes épocas caracterizadas pelo recurso privilegiado à sistemas de punição bastante distintos. A penitência e a multa eram as penas de predileção do início da Idade Média. Ao final da Idade Média, contudo, elas foram gradualmente substituídas por um sistema cruel fundado no castigo corporal e a pena de morte, substituída pela privação de liberdade a partir do séc. XVII. (Rusche, 1994, p. 126)



Essa privação de liberdade era desde então exercida de tal maneira, salientou Rusche, que apesar de agradar ao gosto dos humanistas, não era menos terrível que a pena capital.

Referências

Harang, F. (2017). *La torture au Moyen Âge. Parlement de Paris XIVe-XVe siècles.* Paris: PUF.

Jallamion, C. (2003). Entre Ruse du Droit et Impératif Humanitaire : La Politique de la Torture Judiciaire du XIIe au XvIIIe Siècle. In *Archives de politique criminelle*, n. 25, pp. 9-35. https://doi.org/10.3917/apc.025.0009.

Lacan J., Cénac M. (1966/1950a) Introduction théorique aux fonctions de la psychanalyse en criminologie, In *Écrits*, Paris: Seuil, pp. 125-149.

Laffay, A. (2015). "PIPROT d'ALLEAUME, Gabriel-Marie", *Dictionnaire biographique des frères prêcheurs*. Notices biographiques. journals.openedition.org/dominicains/860

Laudouze, A. (1990). *Dominicains français et Action française, 1899-1940: Maurras au couvent*. Paris: Les éditions ouvrières.

Reik, T. (1997). *Le besoin d'avouer* (Sylvie Laroche e Massimo Giacometti Trads.). Paris: Éditions Payot & Rivages. Publicado originalmente em 1973.

Rusche (1994/1933), Conditions sociales et régime des peines au bas Moyen Âge. In Kirchheimer, O. e Rusche, G. *Peine et structure sociale. Histoire et "théorie critique" du régime pénal.* Paris: Cerf, pp. 126-144.

Sauvagnat, F. (2002), Jacques Lacan et la criminologie en 1950 in Quatro, nº 75. ECF Belgique, pp. 42-49.

Zafiropoulos, M. (2001) Lacan et les sciences sociales, ou le déclin du père. Paris: PUF.



SEDICIOSOS *PERULEROS:* UMA ANÁLISE DO DISCURSO JURÍDICO-POLÍTICO DAS REBELIÕES DE GONZALO PIZARRO (1544-48), FRANCISCO HERNÁNDEZ GIRÓN (1553-54) E LOPE DE AGUIRRE (1560-61) NO PERU

Aline Alves Lemes[1]

Introdução

A presente análise busca apresentar um recorte do mestrado[2] através da compreensão dos discursos jurídico-políticos mobilizados por três rebeldes *peruleros*[3] no século XVI, são eles: Gonzalo Pizarro, Francisco Hernández Girón e Lope de Aguirre.

Para José Antonio Maravall (1975), as alterações sociais ocorridas no período Barroco não podem ser analisadas como eventos isolados entre si, ou simples conflitos pontuais, mas precisam ser compreendidas como uma espécie de sintoma da crise social que afetou todo o século XVII. Nesse sentido, as rebeliões que ocorreram no Peru ao longo do século XVI também devem ser investigadas a partir da perspectiva de uma profunda crise que se abateu sob o Império Espanhol durante a época das conquistas.

Essa crise produziu uma visão em torno do território andino, no qual o Peru seria então uma terra de homens sediciosos, irrequietos e traidores. Até mesmo os administradores da Coroa Espanhola partilhavam desses sentimentos, em uma carta escrita pelo juíz da Audiência Real, o Doutor Bravo Saravia, ao Conselho das Índias em 1553, ele alega "la gente de esta tierra por su maldad o del cielo o del suelo no quiere ni ley ni rey ni verdad ni hombre virtuoso yo estoy mal quisto en este reyno por decir las verdades" (LEVILLIER, 1922, p. 78). Essa perspectiva era reforçada pela crença de uma suposta "cultura rebelde" com origens na

---

[1] Mestranda em História – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por meio da bolsa de mestrado (processo 2023/07701-6.). E-mail para contato: alineal.lemes@gmail.com.

[2] Esse recorte baseia-se na dissertação de Mestrado intitulada "Entre peruleros e pícaros: as experiências rebeldes de Gonzalo Pizarro, Francisco Hernández Girón e Lope de Aguirre no Peru do século XVI", defendida dia 14 de Abril de 2026. E foca especialmente nos resultados obtidos da análise do terceiro capítulo.

[3] Palavra utilizada para se referir aos espanhóis que se encontravam no Peru. SALINERO, Gregorio. *Hombres de mala corte. Desobediencias, procesos políticos y gobierno de Indias en la segunda mitad del siglo XVI*, traducción de Manuela Águeda García Garrido, Madrid, Cátedra, 2017.



Espanha, assim, os chamados *peruleros* eram vistos como homens insurgentes, e o Peru um "laboratório de rebeldes" (SALINERO, 2017).

Entende-se então que essas rebeliões que eclodiram por todo território eram fruto de uma verdadeira insatisfação e frustração com a Coroa Espanhola e sua atuação além-mar. Os conquistadores que se assentaram no território andino viam-se como a elite do local, pois foram os primeiros a chegarem ali, instaurando as bases administrativas iniciais em nome da Coroa, mas o Império Espanhol começou a notar o perigo crescente que esses homens representavam para seu projeto de domínio, e por isso intentaram barrar de todos os modos a influência desses conquistadores no Peru.

Assim, as disputas por poder foram tomando rumos cada vez mais drásticos, desde as batalhas entre os partidários de Francisco Pizarro contra os de Diego de Almagro, até a instauração das *Leyes Nuevas* de 1542 que foram o estopim para uma sucessão de revoltas no território.

Para conter os agitados ânimos que as disputas pizarristas e almagristas geraram, que culminou na morte do Marquês Francisco Pizarro e seu ex -aliado Diego de Almagro, a Coroa Espanhola decidiu enviar ao Peru um administrador, Cristóbal Vaca de Castro. Contudo, o imperador e rei Carlos V havia concedido à Francisco Pizarro o governo do território, e que em caso de sua morte, o herdeiro de Pizarro ficaria com o mandato, contudo o herdeiro legítimo era seu filho *mestizo,* Gonzalo Pizarro Yupanqui, ainda uma criança. Assim, sua tutela juntamente com o governo do território estaria sob responsabilidade do parente mais próximo, que nesse caso era Gonzalo Pizarro, o único da família que se encontrava no Peru (ZANELLI, 2014). Ao eleger Vaca de Castro, a Coroa barrava os planos de Gonzalo Pizarro de governar o Peru. Pizarro então, depois de ter se frustrado em busca de *El Dorado*[4], e ter perdido o governo do território, decidiu voltar para sua *encomienda*[5] em Quito.

[4] Gonzalo Pizarro fez parte da expedição de 1541 rumo à Amazônia em busca do famoso El Dorado, juntamente com o Capitão Francisco Orellana, narrada por Frei Gaspar de Carvajal, na famosa obra *Relación del nuevo descubrimiento del famoso río Grande*, escrito por volta de 1542-1543. Todavia, a jornada não teve sucesso, acabaram voltando ao Peru sem qualquer sinal de ouro e pedras preciosas, no seu retorno Gonzalo Pizarro fica sabendo da notícia trágica da morte de seu irmão, Francisco Pizarro, pelas mãos dos partidários de Diego de Almagro. Essa jornada de Gonzalo Pizarro foi essencial para construção e consolidação de sua imagem como grande líder, e que posteriormente foi essencial na rebelião alçada por ele. ZANELLI, Carmen Teresa. La tierra de la Canela y la forja del héroe: el caso de Gonzalo Pizarro en los 'Comentarios' del Inca Garcilaso. *Hipogrifo.* Volumen: 2. (pp. 159 - 171), 2014.

[5] A *encomienda* foi uma estratégia utilizada desde a chamada Reconquista Ibérica para premiar os homens responsáveis pelas conquistas, no qual a Coroa concedia ao conquistador - encomendero - o direito de explorar o trabalho indígena e de cobrar tributos, em troca era responsável pela catequização e proteção dos povos



Por um breve momento a perspectiva de paz parecia chegar finalmente às terras andinas, entretanto, a ilusão se foi tão rapidamente quanto chegou, os ventos agitados novamente começavam a soprar, pois em 1542 a Coroa Espanhola outorga uma série de ordenanças reais que ficaram conhecidas como *Leyes Nuevas*, e que foram responsáveis pela criação da Audiência Real de Lima, da Audiência Real da Guatemala e Nicarágua, bem como a proibição da escravidão indígena, e a regulamentação das *encomiendas* (MELÉNDEZ, 2005).

Essas medidas tomadas pela Coroa Espanhola ao mesmo tempo que visavam conter os abusos cometidos pelos conquistadores contra a população indígena, originário dos debates feitos pelo frei dominicano Bartolomé de las Casas (MARTÍN, 2015), também buscavam limitar o domínio dos conquistadores no território americano, freando as disputas por poder que pipocaram no Peru.

Contudo, essas leis tiveram efeito contrário da tão esperada paz que a administração espanhola buscava, Cristóbal Vaca de Castro, não foi capaz de lidar com toda reação negativa que as ordenanças causaram nos *conquistadores-encomenderos*, esses homens alegavam que as leis eram injustas, e prejudicava aqueles que mais empreenderam esforços durante as conquistas para o Império Espanhol. Além disso, Vaca de Castro sofria acusações de enriquecimento ilícito e de beneficiar a família Pizarro durante sua administração (SALINERO, 2017). Sendo assim, o administrador foi destituído de sua função e enviado à Espanha para ser julgado e preso.

Novamente a Coroa Espanhola tinha de escolher um administrador para lidar com o território que ameaçava entrar em ebulição, assim, o primeiro vice-rei do Peru foi escolhido, Blasco Núñez Vela, acompanhado por quatro juízes[6], com o objetivo de garantir a paz e instaurar as novas leis.

A rebelião de Gonzalo Pizarro

Antes mesmo de adentrar propriamente o território andino, o vice-rei Vela decidiu aplicar as novas leis, com intuito de mostrar sua eficiência para Coroa, chegou até mesmo ignorar o conselhos dos membros da Audiência Real de Lima que diziam para ele agir com cautela,

indígenas A instituição das *encomiendas* foi essencial para o desenvolvimento da nascente sociedade hispano-indígena, e fez com que os conquistadores se sentissem como a elite administrativa do território. BRUNKE, José de la Puente. *Encomienda y encomenderos en el Perú. V Centenario del descubrimiento de América*. Sevilla, 1992.

[6] Eram eles: Licenciados Diego Vázquez de Cepeda, Pedro Ortíz de Zárate, Pablo Lissón de Tejeda e Juan Alvarez, membros da então Audiência Real de Lima, instaurada com as Leis Novas de 1542. DRIGO, Ana Laura. Gonzalo Pizarro: Liderazgo Y Legitimidad Bajo Su Dirigencia En El Perú (1544-1548). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras, 2005.

para ir conhecendo o local primeiro antes de aplicar as leis, mas Núñez Vela em sua ânsia por cumprir com a tarefa incubida à ele, não levou em conta os alertas dos juízes.

Os *conquistadores-encomenderos* que se sentiram altamente prejudicados pelas leis tentaram pleitear e negociar com o vice-rei, mas esse se demonstrou inflexível, ignorando o apelo desses homens. Assim, os conquistadores e outros homens decidiram reunir forças, juntando-se com outras cidades como La Plata, Huamanga e Arequipa em busca de apoio e fortalecimento de sua causa, e buscando um representante que pudesse dar voz aos seus reclames (DRIGO, 2005).

Gonzalo Pizarro que se encontrava na província de Charcas, recebeu inúmeros pedidos através de cartas para que tomasse a liderança do movimento contra a aplicação das *Leyes Nuevas* (1542). Dessa maneira, Pizarro via a chance de não só interceder pela causa dos conquistadores, mas de fazer suas demandas, especialmente às que tinham relação com o governo do território. Justamente por ter participado nos processos de conquistas do Peru, Gonzalo Pizarro ganhou a simpatia de muitos dos homens que se queixavam do novo vice-rei e das leis, tornando-se a grande referência entre eles.

A primeira via de negociação de Gonzalo Pizarro e seus homens com o vice-rei e com a Coroa Espanhola foi a das súplicas, um dispositivo jurídico muito utilizado na Idade Média, na intenção de revogar alguma lei tomada como injusta, "en las Indias la súplica se convirtió en una estrategia muy frecuentemente utilizada por los súbditos. La rebelión de Gonzalo Pizarro giró alrededor de aquel derecho" (ANGELI, 2015, p. 110). Contudo, o vice-rei permanecia irredutível, recusando qualquer proposta por parte dos *peruleros*. Essa atitude austera de Blasco Núñez Vela gerou até mesmo conflitos dentro da Audiência Real de Lima, pois os juízes discordavam veementemente de suas ações no Peru, e esses ministros passaram a defender as demandas dos conquistadores (ANGELI, 2015).

Assim, enquanto Gonzalo Pizarro ganhava popularidade em todo território andino, o vice-rei perdia cada vez mais apoio, e como sua posição rigorosa entrava em conflito com os anseios dos conquistadores, não tardou para que as batalhas armadas fossem alçadas, tendo Gonzalo Pizarro como líder, os homens saíram em disputas pelo Peru contra as tropas reais. Uma importante camada que apoiava Pizarro tratava-se daqueles homens recém chegados ao Peru, que foram para as Américas em busca da ascensão social, das riquezas e que viam na rebelião "sus posibilidades de cumplir su sueño de ser señor" (ALDANA RIVERA, 2018, p. 194).

O ápice dos enfrentamentos se deu na batalha de Iñaquito, em janeiro de 1546, nela o exército rebelde superou o tamanho das forças reais ([1617] GARCILASO DE LA VEGA, 1963), e então o vice-rei Blasco Núñez Vela foi capturado e posteriormente foi morto pelos

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

insurgentes. Ele foi decapitado e teve sua cabeça exibida brevemente em praça pública - o mesmo fim que os rebeldes tiveram depois -, contudo Gonzalo Pizarro ordenou que o corpo fosse enterrado, e que as cerimônias cristãs fossem devidamente aplicadas para respeitar o falecido vice-rei (DRIGO, 2005).

Com a morte do vice-rei Vela, Gonzalo Pizarro tornou-se então o governador das terras do Peru, fazendo as reformas que achava necessárias, e indicando seus companheiros de revolta para cargos administrativos.

No momento que a Coroa Espanhola soube do ocorrido tratou de enviar novamente outro representante ao território, o escolhido foi o licenciado Pedro de La Gasca. Foi conferido a La Gasca plenos poderes para que ele pudesse pacificar e ordenar o local. O licenciado tinha obtido grande fama durante a Inquisição, sendo reconhecido como um exímio negociador (SALINERO, 2017), além disso a Coroa concedeu a La Gasca a capacidade de distribuir o perdão real aos homens que se juntassem a tropa do rei, bem como, oferecer as *encomiendas* em troca de apoio.

Ao chegar no Peru, La Gasca usou de uma estratégia totalmente diferente da que o falecido vice-rei tentou, enquanto um demonstrava inflexibilidade, o outro preferiu as vias da negociação. Assim, Pedro de La Gasca afirmava compreender os motivos da rebelião de Gonzalo Pizarro e seus homens, condenava a implacabilidade do falecido vice-rei, "por deservirle ni desobedecerle, sino por defenderse los de esa provincia del rigor y aspereza de Blasco Núñez" (BUESO, 1964, p. 386). Assim, o vice-rei seguia de cidade em cidade com sua política de perdão, e suas negociações, angariando rebeldes para o lado real.

Apesar dessa estratégia, Gonzalo Pizarro e seu bando não cessaram suas lutas, o argumento agora não era mais o de combate às novas leis, que em sua maioria havia sido revogada pelo rei para apaziguar os conflitos, mas sim do direito de serem ouvidos, a maioria daqueles homens estiveram nas fases iniciais das conquistas e viam seus privilégios se esvaindo aos poucos, reclamavam seus méritos e exigiam da Coroa Espanhola a recompensa devida por seus esforços.

O alcance da rebelião de Pizarro era notável, havia muitos rumores e burburinhos sobre a possibilidade de Gonzalo se consagrar rei do Peru, e apesar do rebelde afirmar sua lealdade a coroa, nunca rejeitou a possibilidade de governar o local, sem necessariamente cessar seus laços com a Coroa.

Contudo, apesar dos anseios de governar o Peru, o exército rebelde de Gonzalo Pizarro perdia suas forças, seduzidos pelas promessas do vice-rei La Gasca, foram abandonando as fileiras rebeldes. O conflito armado foi inevitável e em 8 de abril de 1548 ocorreu a

famigerada batalha de Jaquijahuana, no qual o vice-rei Pedro de La Gasca conseguiu cercar os rebeldes e capturar Gonzalo Pizarro (DRIGO, 2005).

Assim, restava ao rebelde pagar por seus atos de traição contra Coroa, que para impor seu poder, decidiu utilizar o líder insurgente como exemplo a não ser seguido, do que aconteceria com aqueles que atentassem contra o poder real, e assim, Gonzalo Pizarro teve o fim que seus homens deram ao vice-rei Blasco Núñez Vela. Pizarro foi degolado, sua cabeça posta em uma jaula de ferro e exibida na praça pública de Lima, juntamente com a de outros rebeldes ([1617] GARCILASO DE LA VEGA, 1963).

A rebelião de Francisco Hernández Girón

Parecia então que com a punição de Gonzalo e com o fim da rebelião a paz finalmente recairia sobre o Peru, mas esse sentimento foi novamente passageiro, os homens que lutaram a favor da Coroa em troca das repartições das *encomiendas* agora esperavam sua recompensa, mas o vice-rei Pedro de La Gasca logo se deu conta de que não iria conseguir cumprir com suas promessas. Esses homens que juraram lealdade ao rei desde o começo dos conflitos encontravam-se insatisfeitos com o fim da rebelião, pois perceberam que os melhores recompensados eram os ex-rebeldes.

Na realidade, antes mesmo de ser morto por Pedro de La Gasca, o rebelde Gonzalo Pizarro já havia "amaldiçoado" o vice-rei, "no deseo de vos otra venganza que la que tendrá al repartir la tierra, que yo teniéndola toda jamás pude contentar de seis hombres a uno" (LOREDO, 1941, p. 215). Inclusive, quando capturou o soldado das forças reais conhecido como Francisco Hernández Girón, na batalha de Afiaquito (SALINERO, 2017), ele deixou Girón ir, mas antes o alertou sobre La Gasca, "tengo por cierto el licenciado de la Gasca [..[] querrá engañar al señor adelantado y a vuestra merced" (BUESO, 1964, p. 46-47).

De fato, Francisco Girón havia sido um dos homens leais ao lado real desde o início dos conflitos, e lhe fora prometido, pelo vice-rei, uma parcela da repartição das *encomiendas* de Guaynarima, porém o acordo não foi cumprido por La Gasca, no fim, Girón ficou com a *encomienda* de Jaquijahuana, bem menor do que a outra, causando uma tremenda insatisfação naquele homem que havia sido tão fiel ao rei.

Assim como Francisco Hernández Girón, muitos outros homens se encontravam descontentes com a atuação do vice-rei, porém Pedro de La Gasca acreditava - ou ao menos era a imagem que ele buscava passar para Coroa - que havia pacificado o Peru, e em 1550 retornou rapidamente para Espanha, "deixadas las cosas del Perú en buena orden y asiento,

y limpia aquella tierra de infieles y bulliciosos, y descargada de todo género de gente, y temida y respetada la Audiencia y justicia" (BUESO, 1964, p. 10).

Entretanto, em 1553, as frustrações entre os que foram leais à Coroa chegaram em seu ápice, e alguns homens liderados por Francisco Hernández Girón, decidiram alçar sua própria rebelião contra a Coroa Espanhola. Assim, o primeiro ato que tiveram foi de invadir a festa de casamento do sobrinho do arcebispo de Lima[7], Jerónimo de Loaysa, pois tinham como alvo o *corregidor* Gil Ramirez que se encontrava no local. Girón teria entrado na festa, juntamente com setenta soldados, proclamando: "'¡Biba el rey, libertad, libertad!'" ([1615] AYALA, 2002, p. 431).

Depois da confusão, que terminou com a morte de três homens - servidores reais -, Francisco Girón mandou seus homens para as outras cidades em busca de apoio em sua revolta. Cusco, Huamanga e Arequipa foram as primeiras a apoiar o *levante*, e todas elas seguiam o líder Francisco Hernández Girón, pois assim como Gonzalo Pizarro, ele seria o responsável por levar as queixas dos *encomenderos* até o rei.

Segundo Girón, seu intuito era "defender su libertad: y procurar su justicia" ([1571] FERNÁNDEZ, 1913-14, p. 53), alegando que as súplicas feitas em nome dos conquistadores eram ignoradas pelos ministros das Audiências, no discurso de Girón também estava presente a questão do mérito, para eles os homens que demandavam serem ouvidos eram os responsáveis por gastar todo seu "suor, sangue e lágrimas" na conquista do território, e por isso tinham direito a recompensas, que não haviam sido feitas propriamente por parte da Coroa.

Dessa maneira, o discurso da rebelião de Girón assemelha-se a de Gonzalo Pizarro, para os rebeldes trata-se de uma questão de justiça, de estarem frustrados com a questão dos méritos, e de darem vazão à essas insatisfações por meio da luta armada contra Coroa Espanhola, em especial, questionando a atuação dos representantes reais.

A primeira estratégia de Francisco Girón foi a de enviar cartas aos cabildos pedindo que aderissem à rebelião, mas também não se limitou à essa ação, e já conduzia uma tropa rebelde para batalha (1617] GARCILASO DE LA VEGA, 1963).

Do lado real, o arcebispo de Lima - Jerónimo de Loaysa -, aquele que teve a festa de casamento do sobrinho invadida pelos insurgentes, foi o escolhido para ser o líder das tropas reais contra os rebeldes, ao lado do juíz Hernando de Santillán y Figueroa da Audiência de

[7] O sobrinho de Jerónimo de Loaysa, Alonso de Loaysa, ia se casar com Dona Maria Castilla, neta do encomendero Baltasar de Castilla.

Lima, o arcebispo também tinha o apoio do *corregidor* e general do exército Alonso de Alvarado (SALINERO, 2017).

A primeira vez que as tropas se enfrentaram foi em Pachacamac, com derrota para o lado rebelde, todavia isso não foi suficiente para enfraquecer a rebelião, que ganhou diversos apoiadores, "en Huamanga, el guardián del convento franciscano, Antonio de Herrera, proclamó que el capitán general podía reinar de forma legítima en esos reinos como el mismísimo rey" (SALINERO, 2017, p. 454), Girón não encarava com bons olhos esses tipos de comentário, e afirmava não ter intenção nenhuma de ser rei, apenas de ter suas demandas atendidas, e de ter justiça.

Posteriormente, outra batalha surgiu, desta vez em Villacuri, e foi a primeira grande vitória do lado insurgente, com os ânimos agitados a tropa rebelde segue em direção à Cusco ([1571] FERNÁNDEZ, 1913-14). Em maio de 1554, na batalha de Chuquinga, novamente os revoltosos alcançam a vitória, dessa vez deixando as forças reais devastadas, um conflito muito sangrenta, "el trauma de las cuantiosas pérdidas humanas y materiales es catalogado incluso como la peor pérdida militar española desde la llegada de los conquistadores al Perú" (NÚÑEZ, 2023, p. 3).

As tropas reais seguiram em retirada ao vale de Jauja, esse local era essencial na economia hispano-indígena que se estabelecia no território, além de ser caminho para centros importantes como Potosí, Cusco e Lima, era também por onde passava os despachos de alimentos e do comércio entre a costa e as cidades andinas (NÚÑEZ, 2023). Nesse momento as tropas reais contaram mais ainda com a ajuda dos indígenas[8], que tinham um amplo conhecimento geoespacial, a etnia que mais atuou junto às tropas do rei forma os indígenas *guanca*. Assim, aliando-se aos indígenas o exército real e utilizando-se da velha tática da Coroa para angariar homens - promessa do perdão real - fazendo com que os rebeldes perdessem muitos aliados, foi em Pucará em outubro de 1554 que as tropas reais tiveram sua grande vitória, capturando então o líder rebelde Francisco Hernández Girón.

Girón fora levado para Lima, diante da Audiência Real, e os juízes Bravo de Saravia e Altamirano foram responsáveis pelo julgamento do insurgente ([1571] FERNÁNDEZ, 1913-14). Em seu depoimento, Francisco Hernández Girón, explicou os motivos de sua

[8] Ao contrário da rebelião de Gonzalo Pizarro, na rebelião de Francisco Hernández Girón há uma grande quantidade de relatos sobre a atuação indígena, tanto nas crônicas de Felipe Felipe Guamán Poma de Ayala e do Inca Garcilaso de la Vega, mas também uma série de "reclames" feitos por caciques à Audiência de Lima, que se encontram no Arquivo Geral das Índias.NÚÑEZ, Darío Flores. La participación indígena durante la revuelta de Francisco Hernández Girón (1553-1554). El caso de los indios del valle de Xauxa. *e-Spania- Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*, 2020. hal-04008025, 2023.

rebelião, desde sua trajetória atuando nas forças reais contra a revolta de Gonzalo Pizarro até o último momento em Pucará antes de ser capturado, reforçou que sua própria insurreição ocorreu porque tinha como objetivo a justiça, liberdade e a honra daqueles conquistadores que tanto lutaram em nome da Coroa e do Império. Da mesma forma como Gonzalo Pizarro angariou simpatias na sociedade peruana, Francisco Girón também havia deixado uma boa impressão nos homens, mesmo com sua rebelião, "la mayor parte de la gente deseaban que Francisco Hernández se conservase" ([1571] FERNÁNDEZ, 1913-14, p. 55).

Mas o desejo que Girón ficasse vivo não condizia com a punição de lesa majestade da qual o rebelde foi acusado, e assim, seu fim também foi o mesmo de Gonzalo Pizarro, Francisco Hernández foi decapitado[9], sua cabeça posta em uma jaula de ferro e levada para praça de Lima, ficando exposta juntamente "a los cráneos de Gonzalo Pizarro y Francisco de Carvajal" (SALINERO, 2017, p. 412).

As batalhas sangrentas que ocorreram na rebelião de Francisco Hernández Girón marcaram o imaginário daquela sociedade, bem como a punição recebida pelo líder do movimento, eram todos sinais para inibir qualquer possível *levante* que ocorresse, a Coroa então afirmava novamente seu poder frente aos conquistadores.

A rebelião de Lope de Aguirre

Todavia, não tardou para que o território se agitasse novamente, em 1561, Lope de Aguirre, enquanto se rebelava contra Coroa Espanhola, escreveu uma carta ao rei Felipe II lembrando dos acontecimentos da batalha de Pucará, fazendo uma declaração audaciosa, "hoy fuera Francisco Hernández (Girón) Rey del Perú"([1561] AGUIRRE, 1987, p. 137). Sete anos após a morte de Francisco Hernández Girón, e suas ações ainda continuavam vivas no coração dos revoltosos. Mas Lope de Aguirre em toda sua ousadia, vai além do que Gonzalo

[9] Francisco Hernández Girón havia feito um pedido antes de morrer, queria ser lembrado por "sua força positiva (como o leão), por sua astúcia (como a raposa) e por ser caçado (como o veado) (tradução minha)" (BROSSEDER, 2019, p. 296). Isso porque Girón era altamente supersticioso, e tinha tendência nas batalhas que se deram de sua rebelião a pedir ajuda espiritual, aficionado pela cosmovisão andina, ele consultava *hechiceros* ([1571] FERNÁNDEZ, 1913-14). Para maior compreensão desse tópico recomenda-se a leitura de: BROSSEDER, Claudia. "Unsettling and Unsettled Readings: Occult Scripts in 16th-Century Lima and the Challenges of Andean Knowledge". In: *A Companion to Early Modern Lima*, (Leiden, The Netherlands: Brill, 2019.

Pizarro e Francisco Girón propuseram em suas rebeliões, Aguirre e seus homens - marañones[10] - declaram seu desejo de se desvencilhar da Coroa Espanhola e do rei Felipe II. Lope de Aguirre era um experiente homem no território peruano, em 1544, no nascer da rebelião de Gonzalo Pizarro ele lutava ao lado do bando real, sob ordens Melchor Verdugo (GALSTER, 2011, p. 29). Em 1553, reaparece no motim de Sebastián de Castilla, mas dessa vez atuando pelo lado rebelde. O *levante* de Castilla foi rapidamente dispersado, e os revoltosos considerados traidores receberam uma oferta de perdão real, mas para ganhar ele seria necessário lutar ao lado da coroa em outra rebelião que despontava no Peru, a de Francisco Hernández Girón. Assim, Lope de Aguirre volta às fileiras reais, ao lado de Alonso de Alvarado, para batalharem contra Girón.

Na batalha de Chuquinga, em 1554, no qual o exército insurgente foi vitorioso, Aguirre foi gravemente ferido na perna. Depois desse enfrentamento e até o ano de 1559, as atividades de Aguirre são desconhecidas. Enquanto a Coroa continuava colhendo os frutos das insatisfações, frustrações, e dos dramas que as revoltas trouxeram para o território andino.

Assim, para dar conta dos ânimos irrequietos que rondavam os *peruleros,* a administração espanhola teve a ideia de dispersar possíveis *levantes* através da tática de *descargar la tierra* (PASTOR, 1988, p. 287), que nada mais era do que implantar expedições pelo Peru, e se no primeiro momento das conquistas essas expedições serviram para encontrar novos território e riquezas, agora esse objetivo era secundário - ao menos para Coroa -, pois o importante era espalhar os homens pelo local, evitando possíveis complôs que poderiam levar a novas e mais intensas rebeliões.

Em 1559, o vice-rei Andrés Hurtado de Mendoza, conhecido como Marqués de Cañete, autorizou novamente outra expedição em busca de *El Dorado*[11], no coração da Amazônia. O comando da jornada foi dado ao Capitão Pedro de Ursúa, e ele foi responsável por angariar o financiamento da sua viagem, "buscando gente y dineros para se acabar de aviar; y entre algunas personas le prestaron unos á mil y otros á dos mil pesos, y otros más y menos" ([1562] ALMESTO, 1986, p. 14).

Antes mesmo de iniciar a expedição as tensões começavam a surgir, com conflitos que resultaram na morte de alguns dos homens antes mesmo de adentrarem a selva amazônica, "prognósticos de que a expedição não acabaria bem, porque começou com sangue" (NEIRA, 2013, p. 14). Todavia, mesmo com as dificuldades e o mau agouro os homens seguiram

[10] Nome pelo qual os expedicionários ficaram conhecidos na rebelião de Lope de Aguirre na selva Amazônica. JOS, Emiliano. *La Expedición de Ursúa al Dorado, la rebelión de Lope de Aguirre y el itinerario de los 'Marañones'*. Edição facsímil publicada en 2022, 1927.

[11] Como visto anteriormente, a primeira expedição foi de Gonzalo Pizarro e o Capitão Orellana em 1541.

viagem, e em setembro de 1560 juntamente com soldados e provisões o capitão Ursúa partiu em busca da mítica cidade dourada. Mas a sorte não parecia estar do lado daqueles expedicionários, pois logo no início do rio *Marañón* eles enfrentaram uma grande enchente no qual perderam homens, e boa parte das provisões que tinham angariado a tanto custo para prosseguir naquela longínqua viagem.

Apesar das perdas, os homens continuaram com seus objetivos, adentrando rumo ao desconhecido território amazônico. Mas, a natureza selvagem, os nativos que apareciam e guerreavam com os viajantes e a falta de ouro foram aos poucos desencorajando os homens, que já nutriam sentimentos de frustração e insatisfação por todo contexto ocorrido no Peru. Dessa maneira, os conflitos que pareciam pequenos começaram a aumentar, culminando na morte do Capitão Pedro de Ursúa.

Os expedicionários alegavam que Ursúa não estava mais preocupado em cumprir com a missão incubida à ele pelos representantes da Coroa, e reclamavam da má administração dos poucos recursos que sobraram depois da enchente que se abateu sobre eles, assim no ápice das tensões, em um ato planejado por um sujeito de nome Lope de Aguirre - no primeiro dia do ano de 1561 - eles assassinaram o Capitão e seus apoiadores.

Sabendo que esse ato era um crime, e que poderiam até mesmo ser acusados de traição por matarem um representante da Coroa, Lope de Aguirre propõe aos seus homens que eles "assinem um 'informe' que justifique a morte de Ursúa pelas razões já mencionadas" (NEIRA, 2013, p. 16). Após as assinaturas, foi proposto que um dos expedicionários - D. Fernando de Guzmán - fosse escolhido como príncipe de "Terra Firme[12] e Peru e Governador do Chile", negando assim a autoridade do rei Felipe II de Espanha.

Dessa maneira, aquela expedição que tinha como objetivo encontrar o mítico *El Dorado* ganha outro propósito, o de retornar ao Peru, alçar uma rebelião e coroar um novo governante,

> La substitución de un objetivo mítico de descubrimiento y conquista épica por otro de sublevación y secesión son la base sobre la que el discurso narrativo de la rebelión va a ir articulando una representación cualitativamente distinta de la realidad social de la conquista (PASTOR, 1988, p. 296).

Apesar da mudança de liderança e de objetivos, os viajantes continuavam com suas animosidades, os conflitos não cessaram, as desconfianças aumentaram na realidade. E assim,

[12] Terra Firme se refere à uma região da coroa espanhola intitulada "Província de Tierra Firme" que abrange a costa do Pacífico da Colômbia, e as regiões da Costa Rica e Nicarágua. CASTILLO, Bernal Díaz del. A Conquista da Nova Espanha, Londres: Penguin Books, 1963.

Lope de Aguirre decide matar Dom Fernando de Guzmán, alegando que assim como Pedro de Ursúa, ele também não havia conseguido cumprir com o prometido ao assumir a liderança da expedição (NEIRA, 2013).

Aguirre então torna-se o novo líder, mas não abdica para si o título de príncipe. Em 20 de julho de 1561, eles chegaram na Ilha de Margarita, atual Venezuela, onde a deserção de alguns homens resultou na Coroa descobrindo sobre a rebelião e sobre os planos de Lope de Aguirre e seu bando de dominar o Peru. O governador da Venezuela, Pablo Collado, fica responsável por perseguir os rebeldes e dar fim aos planos do expedicionários (JOS, 1950).

Em outubro de 1561, ao encarregar uma missão ao seu companheiro Custodio Hernández, Aguirre é traído (GALSTER, 2011). Assim, sem chances de fugir, e sabendo que será capturado pelas forças reais, Lope de Aguirre deixa seu último registro, a famosa carta ao rei Felipe II. Nessa mesma carta Aguirre menciona o rebelde Francisco Hernández Girón, como ele poderia ter reinado o Peru caso fosse vitorioso em Pucará, além disso, Aguirre explica um pouco das ações tomadas por seu bando rebelde, "la sensación de injusticia lleva a Aguirre a negar obediencia al rey" (GALSTER, 2011, p. 68). Na carta ainda destaca suas críticas aos representantes da Coroa, e até mesmo ao rei em si. Por fim, declara-se como um rebelde até a morte.

De fato, Lope de Aguirre, assim como todos os rebeldes apresentados tiveram o mesmo fim, a decapitação e a exposição da cabeça em praça pública, contudo, dado a gravidade dos atos de Aguirre e seu bando, a Coroa Espanhola executou uma *Damnatio memoriae* contra o rebelde, buscando através da punição, força física e simbólica acabar com os resquícios de revolta no Peru.

Mas afinal, quais discursos jurídico-políticos foram utilizados e replicados pelos rebeldes para justificar os atos que resultaram em suas mortes? Os sonhos dourados do início das conquistas foram dando lugar às frustrações, ilusões e dificuldades do território americano, dos embates com a Coroa Espanhola e das disputas por poder. Assim, na tentativa de dar sentido aos atos rebeldes, esses personagens utilizaram-se de todo um aparato jurídico e político com raízes no Medievo, trazendo as questões da distância, da representação real, da lealdade, do pacto entre súditos e rei, e até mesmo da soberania.

Justificativas Rebeldes

Gonzalo Pizarro, Francisco Hernández Girón e Lope de Aguirre, basearam suas rebeliões em diversos argumentos, todavia, alguns deles foram comuns aos três personagens, esses



homens revoltosos tiveram seus pontos de convergência na questão da distância entre as Américas e a Espanha.

Essa distância se mostrava tanto física, da lonjura entre os dois continentes, quanto afetiva - da presença do rei -, tornando-se uma das bases que moldou os conflitos ocorridos no Peru. Não só os rebeldes queixavam-se dessa ausência do rei no território e da distância física, mas os próprios administradores reais viam esse problema como uma grande barreira no estabelecimento das leis e da ordem. Por muito tempo vista como o inimigo número um (BRAUDEL, 1995) dos que desejavam comandar impérios além-mar, a distância tornou-se um obstáculo a ser superado pela Coroa Espanhola.

Para os rebeldes esse espaço afastado ora podia ser negativo, pois eles alegavam que somente aqueles que estiveram no Peru, e que passaram pelos percalços que o território proporciona poderiam entender sua situação, ora podia ser positivo, pois dava a liberdade de articulação para além dos olhares controladores da monarquia.

Além disso, é nessa época que surge uma das grandes iconografias políticas da modernidade (RAMÍREZ BARRIOS, 2020), a analogia entre o Sol e o rei. Da mesma maneira que o astro rei irradia sua luz por toda terra, o monarca, através de seu domínio, deveria iluminar seus súditos por todo território.

Para Lope de Aguirre a distância era perigosa, em sua carta ao rei Felipe II, ele alerta que por causa da ausência real, e da supervisão da Coroa, os homens que mandam cartas, e dirigem-se ao rei, facilmente engana o monarca, pintando uma imagem ilusória, e que por estar longe do mundo andino, o rei não percebe que está sendo enganado ([1561] AGUIRRE, 1987). Além disso, Aguirre ainda pontua que tanto Carlos V como Felipe II estão em terras tão distantes, que nenhuma angústia se abate sobre eles, diferentemente do que ocorre aos *peruleros,* "mira, Rey y Señor, que no se puede llevar con título de Rey justo ningún interés de estas partes donde no aventuraste nada" ([1561] AGUIRRE, 1987, p. 141).

Gonzalo Pizarro e Francisco Hernández Girón partilharam também dessa mesma mentalidade, argumentavam que a ausência real fazia com que os administradores da Coroa fossem as autoridades do território, mas esses homens - segundo os rebeldes - muitas das vezes enganavam o monarca.

Assim, a Coroa em busca de resolver esses problemas que a distância trazia, encontrou resposta na representação real. Nesse caso, representar o rei seria a maneira de suprir sua presença nos territórios distantes, seja por meio do fluxo de documentos, pelo selo real e pela implementação das Audiências Reais, a autoridade do monarca se fazia presente. Desse modo, o rei deveria então fazer o papel de um ator político, com objetivo de conquistar e conservar poder (BALANDIER, 1994).



Através de um passado coletivo, tradições e costumes a Coroa construiu formas de legitimar seu poder. As representações simbólicas, imagéticas e da força física de seu poderio influenciavam na manutenção do poder real, e na obediência e lealdade dos súditos.

Mas esse aparato jurídico-político instaurado pela Coroa em terras andinas encontrou diversas críticas por parte dos conquistadores, em especial dos rebeldes, que acusavam os representantes reais - vice-reis, administradores, ministros - de não preservarem o bem-comum daquela sociedade, de agirem em interesse próprio e de ignorar as queixas dos conquistadores.

Se por um lado a coroa apoiava seu poderio nas teatralidades das relações sociais, nas representações do poder, por outro os rebeldes acusaram as falhas desse mecanismo, articulando a distância em prol de suas lutas, estabelecendo seus próprios poderes, e na firme recusa em abrir mão dos privilégios conquistados até aquele momento.

Foi assim na rebelião de Pizarro, no qual o principal alvo foi o vice-rei Blasco Núñez Vela e sua inflexibilidade ao impor as *Leyes Nuevas,* que acabou por gerar as disputas entre os *encomenderos* e as autoridades, culminando na morte de Vela. Posteriormente, quando o licenciado Pedro de La Gasca assume o vice-reino do Peru, apesar de dar fim a rebelião de Gonzalo Pizarro, La Gasca foi alvo das críticas daqueles que se mantiveram leais à Coroa e não foram devidamente recompensados, e dessa maneira foi o estopim para a insurreição de Francisco Hernández Girón.

Por outro lado, os representantes reais em uma tentativa de minimizar sua culpa pelas rebeliões alegavam que na realidade eram os *peruleros* que tinham essa natureza irrequieta, que os faziam rebelar, ocultando o crescente descontentamento social do local, e as dificuldades que o Novo Mundo representava.

Pizarro, Girón e Aguirre foram todos acusados de traição e lesa majestade, todavia, em seus escritos alegam terem sido fiéis e leais ao rei, todos três rebeldes alegam ser vassalos do monarca e que cumpriam seu dever. O que essa lealdade tão ressaltada pelos revoltosos evidencia são as relações entre os súditos e o rei, que baseavam-se ainda nas noções advindas do Medievo, através da "práctica y el linguagem del clientelismo" (FEROS, 1998, p. 20). Uma sociedade no qual o respeito, a obediência e a ordem eram essenciais na relação entre o rei e seus homens. Desde a linguagem para se referir ao monarca até o chamado pacto medieval, no qual o rei oferecia recompensas e proteção, em troca da lealdade e dos trabalhos dos súditos, um pacto que não indicava equidade entre as partes, mas era bem conhecido e estabelecido nas relações. Ambos mecanismos fizeram parte da sociedade do Medievo e foram transferidos para as Américas, e posteriormente, foram apropriados pelos rebeldes para reivindicar sua parte nos méritos e justificar seus *levantes*.



Para Gonzalo Pizarro, tratava-se de tudo que ele e seus irmãos fizeram na conquista do território peruano, reafirmando ter cumprido a tarefa de conquistador e sua parte neste pacto medieval. Para Francisco Hernández Girón, era a falta de reconhecimento por parte das autoridades reais que se negavam a ouvir os reclames daqueles que sempre foram leais à Coroa, novamente o pacto não estava sendo concretizado pela parte do monarca. Por fim, para Lope de Aguirre a quebra do pacto foi o maior argumento para não só alçar a rebelião, mas também por se desnaturalizar do rei espanhol.

Além disso, nessas rebeliões as lealdades dos homens eram deveras negociáveis, visto que uma das formas da Coroa angariar homens para tropa real era a oferta do perdão, e principalmente da distribuição das *encomiendas*.

Apesar dos três rebeldes divergirem quanto à intensidade e radicalidade de seus projetos insurrecionais, o que eles fizeram foi trazer à tona questionamentos em torno da legitimação do poder real, e consequentemente em torno da soberania, em quem ela reside, no monarca ou no povo.

As discussões em torno da soberania tiveram seu ápice com a tese de Jean Bodin em sua obra *Les six livres de la République* (1576), no qual o autor consolidou a soberania como uma categoria do mundo jurídico-político, universalizando-a. Segundo Bodin, a soberania deveria estar na figura do rei, que mandaria nos súditos, e esses deveriam ser inquestionavelmente obedientes, revelando assim um poder absoluto.

Contudo, antes da consolidação da teoria política sobre a soberania por parte de Jean Bodin (1576), os debates em torno dessa temática já ocorriam, especialmente no mundo ibérico, cujos temas acerca da liberdade natural dos homens, a questão do consenso da comunidade política e as origens do poder eram frequentemente discutidos. Os teóricos ibéricos, em especial os da Escola de Salamanca, tinham uma visão diferente da consolidado por Bodin, o que demonstrava as divergência de uma concepção filosófica e política entre a modernidade ibérica e a modernidade do norte da Europa (DOMINGUES, 1997).

Os pensadores da Escola de Salamanca, Francisco de Vitória, Francisco Suárez, Domingo de Soto, Juan de Mariana entre outros, acreditavam, de modo geral, que "todo o poder político reside legitimamente no corpo da comunidade. É esse corpo que transfere a soberania a um governante por meio de um ato de consentimento"[13]. Apesar das nuances entre cada uma das teorias, compreendia-se que a soberania residia então no povo, na

[13] Esse trecho trata-se de uma tradução minha, o original é: "All political power resides legitimately in the body of the community. It is this body that transfers sovereignty to a ruler through an act of consent". QUIJADA, Mónica, "From Spain to New Spain: Revisiting the Potestas Populi in Hispanic Political Thought", *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, n. 24, 2008, p. 195.

comunidade política, que então consentia o governo ao monarca. Contudo, se esse monarca não cumprisse para garantir o bem-comum, a comunidade política poderia tomar providências para que essa soberania voltasse para suas mãos (QUIJADA, 2005).

Para Francisco Suárez (1548-1617), a legitimidade do poder tinha relação com o consentimento por parte da comunidade, e não com a origem divina e absoluta do poder real. Domingo de Soto (1494-1560), partilhou da mesma premissa, reforçando ainda o papel de cada indivíduo na formação da sociedade, e seus direitos. Para Juan de Mariana (1536-1624), apesar do povo conceder o poder ao rei, o monarca era limitado pelas leis, e caso o rei agisse contra o bem-comum, essa concessão poderia ser revogada.

Essa interpretação ibérica da soberania, da concessão e da natureza do poder foi uma importante base jurídica e política para os insurgentes, que se apropriaram dessas ideias para levantar questões sobre a justiça no Peru e justificar suas rebeliões. Não necessariamente os rebeldes referidos tinham de fato lido esses teóricos, mas a circulação das ideias e do que elas representavam, bem como as diversas formas que foram apropriadas evidenciam a influência dessas discussões teóricas na prática da realidade do Novo Mundo.

Assim, nesta breve exposição, o que foi possível perceber a partir da argumentação jurídico-política dos rebeldes, é que esses homens já tinham uma certa bagagem trazida do mundo Ibérico, com suas expectativas e seu imaginário de riqueza e ascensão social, o Novo Mundo abria o horizonte de possibilidades à esses homens, e de fato, durante os primeiros momentos das Conquistas, eles foram a grande autoridade em nome da Coroa, e para esses conquistadores foram concedidos uma série de benesses, porém, com a necessidade do Império Espanhol de afirmar seus domínios, e consequentemente seu poderio, através da imposição de controle e limite na atuação dos conquistadores, esses homens se sentiram altamente frustrados e insatisfeitos, que encontraram nas rebeliões uma forma de articular suas demandas e impor suas vozes, baseando suas argumentações de acordo com seus referenciais Medievais, mas que se encontravam no meio desse Novo Mundo, representante da modernidade.

Referências bibliográficas e fontes

[1561] AGUIRRE, Lope de. Carta de Lope de Aguirre à Felipe II. In: VÁZQUEZ, Francisco. *El Dorado: crónica de la expedición de Pedro de Ursua y Lope de Aguirre.* Introducción y notas de Javier Ortiz de la Tabla. Madri: Alianza Editorial, 1987, pp. 136-143.



[1562] ALMESTO, Pedrarias de. Relación verdadera de todo lo que sucedió en la Jornada de Omagua y Dorado que el gobernador Pedro de Ursua fue a descubrir por poderes y comisiones que le dio el visorey Marqués de Cañete, desde el Pirú por um río que llaman de Amazonas, que por otro nombre se dice el río Marañón el cual tiene su nascimiento en el Pirú, y entra en el mar cerca del Brasil. Trátase asimismo del alzamiento de don Fernando de Guzmán y Lope de Aguirre y de las crueldades de estos perversos tiranos. In: CARVAJAL, G.; ALMESTO, P. & ROJAS, A de. *La aventura del Amazonas*. Ed. de Rafael Díaz. Madrid: Historia 16, 1986.

[1571] FERNÁNDEZ, Diego. *Primera y segunda parte de la historia del Perú.* Madrid: Biblioteca Hispania, 1913-1914.

[1615] POMA DE AYALA, Guamán. *Nueva Crónica y Buen Gobierno.* México, Siglo XXI. Edición Crítica de John Murra y Rolena Adorno. Traducciones y análsisi textual del quechua por Jorge L. Urioste, 1980.

[1617] GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Historia General del Perú. Segunda Parte de los Comentarios Reales de los Incas*. Buenos Aires, Emecé Editores, 1963.

ALDANA RIVERA, S. Cañete del Perú, ¿para la defensa del reino? Un caso de burocracia y negociación política, siglo XVI. *Andes*, [S. l.], v. 19, n. 1, 2018.

ANGELI, Sergio Hernán.. "Palabras que no fueron olvidadas": la pervivencia del discurso jurídico medieval en el alzamiento de Gonzalo Pizarro (Perú, 1544–1548). *Revista Jurídica de la Universidad Autónoma de Madrid*, Madrid, v. 2, n. 26, p. 101–124, 2015.

BALANDIER, Georges. *El poder en escenas: de la representación del poder al poder de la representación*. Barcelona: Paidós, 1994.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. 2 v.

BROSSEDER, Claudia. "Unsettling and Unsettled Readings: Occult Scripts in 16th-Century Lima and the Challenges of Andean Knowledge". In: *A Companion to Early Modern Lima,* (Leiden, The Netherlands: Brill, 2019.



BRUNKE, José de la Puente. *Encomienda y encomenderos en el Perú.* V Centenario del descubrimiento de América. Sevilla, 1992.

BUESO, Juan Pérez de Tudela. D*ocumentos relativos a Don Pedro de la Gasca y a Don Gonzalo Pizarro.* Madrid, Real Academia de la Historia, 1964, tomos I e II.

DOMINGUES, Beatriz Helena. T*radição na modernidade e modernidade na Tradição: A modernidade ibérica e a Revolução Copernicana*. Rio de Janeiro/Juiz de Fora: COPPE/UFRJ, 1997.

DRIGO, Ana Laura. *Gonzalo Pizarro: Liderazgo Y Legitimidad Bajo Su Dirigencia En El Perú (1544-1548).* Trabalho de Conclusão de Curso. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras, 2005.

FEROS, Antonio. Clientelismo y poder monárquico en la España de los siglos XVI y XVII. *Relaciones*, Zamora, v. 19, n. 73, p. 16–49, 1998.

GALSTER, Ingrid. *Aguirre o la posteridad arbitraria.* Bogotá: Editorial Universidad del Rosario; Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2011.

LEVILLIER, Roberto. *La Audiencia de Charcas. Correspondencia de Presidentes y Oidores*. Tomo I. Madrid: Imprenta de Juan Pueyo, 1922.

LOREDO, Rafael. Alardes y derramas. *Revista Histórica*, 14, Lima,1941.

MARAVALL, José Antonio. *La cultura del Barroco: Análisis de una estructura histórica*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1975.

MARTÍN, Tomás Torregrosa. *Las Leyes Nuevas y su aplicación en el Perú.* Trabalhos de Conclusão de Curso, Universidad de Alicante, Departamento de Historia Medieval,Historia Moderna y Ciencias y Técnicas Historiográficas, Valência, Espanha, 2015.

MELÉNDEZ, Raúl. Orígenes del derecho indiano hasta las Leyes Nuevas. *Mañongo*, no. 24, pp. 111-120, 2005.



NEIRA, Hernán. *O indivíduo inquietante sob o signo de Lope de Aguirre*; tradução de Luci Collin. Curitiba, Ed: UFPR, 2013.

NÚÑEZ, Darío Flores. La participación indígena durante la revuelta de Francisco Hernández Girón (1553-1554). El caso de los indios del valle de Xauxa. *e-Spania: Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*, 2020, hal-04008025, 2023.

QUIJADA, Mónica, "From Spain to New Spain: Revisiting the Potestas Populi in Hispanic Political Thought", *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, n. 24, 2008.

RAMÍREZ BARRIOS, Julio Alberto. *El sello real en el Perú colonial: poder y representación en la distancia.* Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla – Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú, 2020.

SALINERO, Gregorio. *Hombres de mala corte. Desobediencias, procesos políticos y gobierno de Indias en la segunda mitad del siglo XVI*, traducción de Manuela Águeda García Garrido, Madrid, Cátedra, 2017.

ZANELLI, Carmen Teresa. La tierra de la Canela y la forja del héroe: el caso de Gonzalo Pizarro en los 'Comentarios' del Inca Garcilaso. *Hipogrifo*. Volumen: 2. (pp. 159 - 171), 2014.



NENHUMA A MENOS: O CORTEJO DE RUA DAS MADALENAS NA LUTA COMO PERFORMANCE POLÍTICA E MEMÓRIA

Ízide Fregnani[1]
Juliane Di Paula Queiroz Odinino[2]
Ryanny Guimarães[3]

Introdução

Este trabalho relata a experiência do Cortejo #Nenhuma a Menos em sua edição de 2026, performance realizada pela Madalenas na Luta Teatro das Oprimidas/ EsTePo de Florianópolis, que ocorre todos os anos desde 2017. Trata-se de uma experiência fruto do teatro do oprimido/teatro das oprimidas de Augusto Boal/Bárbara Santos cujo mote é a denúncia e a reflexão sobre as formas de combate de violência contra as mulheres, onde encontra sua forma mais extrema na prática do feminícidio. Estruturado em três atos principais — a evocação das vítimas, o corpo que cai representando a violência sistemática de gênero e o renascer coletivo pela força das mulheres organizadas — o cortejo revelou o potencial transformador da estética corporal e sonora ao ocupar o espaço público. Busca-se neste relato destacar as dimensões éticas, estéticas e políticas que se dão no processo de construção da performance que todos os anos é atualizada. Também propomos uma reflexão sobre a experiência de ocupar o espaço público da rua, como possibilidade de denunciar e evocar o público para somarem-se a essa luta, por meio da arte, da compreensão do corpo político e da constituição da coletividade em forma de rede.

[1] Educadora popular, curinga em teatro do oprimido em EsTePo - Escola de Teatro Político em Santa Catarina - Brasil. Email: izifreg@gmail.com
[2] Professora doutora na Faculdade Municipal de Palhoça - Santa Catarina, Brasil . Email:juliane.odinino@fmpsc.edu.br
[3]Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil. E-mail: ryanny.guimaraes@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



Teatro das Oprimidas na rua: espaço público em disputa

O Cortejo de Rua #Nenhuma a Menos é uma performance político-cultural organizada pelas Madalenas[4] na Luta de Florianópolis, grupo de mulheres integrantes do coletivo EsTePo - Escola de Teatro de Político, que tem acontecido todos os anos desde 2017 para o 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. O teatro do oprimido é uma metodologia teatral e política e pedagógica criada pelo brasileiro Augusto Boal (1991) nos anos 1960, que visa transformar o espectador em protagonista da ação cênica e social. Fazendo uso de jogos e técnicas para desmecanizar o corpo e a mente, permite que pessoas ditas oprimidas ensaiem alternativas para situações de opressão do cotidiano. O Teatro das Oprimidas foi inicialmente idealizado por Bárbara Santos (2010), discípula de Boal, portanto decorrente e parte deste método, porém com a ênfase em estabelecer estéticas feministas que respondam às nossas demandas (às demandas de opressões contra as mulheres). Consiste num processo estético investigativo que valoriza tanto a perspectiva subjetiva quanto à abordagem contextual (social, política e histórica) do problema encenado, permitindo explorar e revelar os mecanismos de opressão envolvidos na situação, em sua perspectiva micro e macrossocial. A partir das experiências do teatro das oprimidas, foi criada uma rede internacional denominada Ma(g)dalenas, a qual o presente grupo integra. O coletivo EsTePo, do qual decorrem as Madalenas de Florianópolis, realiza semanalmente encontros onde são realizados ensaios, jogos teatrais e estudos sobre o teatro e as questões políticas e sociais relacionadas às injustiças e opressões. Para as Madalenas, coletivo composto apenas por mulheres, cis ou trans, do grupo, a especificidade são as violências estruturais e contextuais de gênero. Neste sentido, o cortejo é construído com base nas vivências das mulheres integrantes das Madalenas de forma a relacionar com as opressões estruturais de uma sociedade marcadamente machista, heterocisnormativa, patriarcal e misógina.

O ponto de partida do cortejo é a memória: no primeiro ato, as participantes caminham em fila e, a cada batida de tambor, (uma de nós) pronuncia o nome de uma mulher assassinada. As vítimas lembradas atravessam décadas e territórios: Margarida Alves, sindicalista rural morta na Paraíba em 1983, Brenda dos Santos Batista, morta pelo namorado em Porto Alegre em 2026. Já nesse primeiro momento fica evidente a pluralidade da luta: estão ali Carol Campelo, jovem lésbica de 21 anos torturada no Maranhão, Daiane Gria Sales, adolescente

[4] Integram a Rede Ma(g)dalena Internacional, que surgiu nos anos 2000 no Rio de Janeiro como modalidade do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, sendo denominado Teatro das Oprimidas, idealizado por Bárbara Santos por tratar diretamente das violências contra a mulher e hoje presente nas Américas Central e do Sul, Europa e África. Ver: https://teatrodelasoprimidas.org/red-magdalena/

indígena kaingang de 14 anos violentada no Rio Grande do Sul, Mãe Bernardete, liderança quilombola baleada na Bahia, Hala Rashid Abd Al-Ati, mulher palestina assassinada em Gaza, e Alessandra Abdala, professora morta pelo ex-marido em Florianópolis.

Os atos seguintes ampliam essa perspectiva para além dos casos individuais. O cortejo convoca a memória de mulheres negras que perdem filhos(as) para o extermínio da juventude tornada deliquente, de moradoras de periferia atingidas pela violência policial, de vítimas do tráfico e de abuso sexual, de crianças em situação análoga à escravidão e de "crianças mães", lembrando os 7 mil partos de crianças com menos de 14 anos registrados em 2025. O movimento LGBTQIAPN+ é nomeado diretamente, assim como a realidade de pessoas trans e travestis, num país que lidera os índices mundiais de assassinatos desse grupo. A luta, portanto, é apresentada como necessariamente interseccional: não há feminismo possível sem enfrentar o racismo, a LGBTfobia, a exploração de classe, a violência territorial.

O encerramento transforma a denúncia em celebração coletiva. No 5º ato, cada participante oferece a mão à seguinte, nomeando um movimento, da Marcha das Mulheres Negras ao movimento estudantil, das mulheres indígenas às benzedeiras e guardiãs de sementes, até que o círculo se fecha e o corpo que havia caído é erguido por todas, simbolizando a união da luta das mulheres de forma coletiva e organizada. Na ciranda final convidamos o público a se integrar, tornando porosa a fronteira entre performance e participação. O cortejo funciona, assim, como uma costura pública de resistências diversas: a mensagem é que nenhuma mulher, negra, indígena, trans, lésbica, periférica ou camponesa, deve ser deixada para trás.

Pensar juntas a violência doméstica, o feminicídio de lideranças quilombolas, o assassinato de mulheres trans e a morte de uma idosa palestina é um gesto que recusa qualquer hierarquia entre as dores e reconhece que a opressão se alimenta da fragmentação das lutas. É nesse sentido que o cortejo dialoga com o pensamento de Judith Butler. No seu livro "Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia", a autora sugere que a política de gênero precisa fazer aliança com outras populações também precarizadas. Assim, a filósofa estadunidense nos faz entender a importância de não resumir a luta a determinadas identidades, mas, sim, que seja uma luta que busca ampliar o significado daquilo que nos referimos quando falamos em "nós". Ainda segundo a autora, vivemos um momento em que muitas pessoas expostas a diversas condições de insegurança, como por exemplo, aquelas em situação de rua, veem sua possibilidade de futuro desmoronarem na medida em que o neoliberalismo dissolve as estruturas da social-democracia e impõe uma lógica empreendedora que responsabiliza cada indivíduo por sua própria sobrevivência, como se a interdependência entre as pessoas fosse um problema a ser superado e não um

valor a ser defendido (Butler, 2018, p. 78). A luta, portanto, assevera Butler nesse livro, mesmo diante de uma precariedade diferentemente distribuída, é a de que as vidas devem ser todas igualmente vivíveis (Butler, 2018).

A seguir, dispomos algumas fotos do cortejo que indicam, respectivamente: (i) o momento em que estamos em marcha contando a história de mulheres vítimas de feminicídio e (ii) o corpo que cai, onde marcamos a silhueta. Estes atos são muito importantes no cortejo, porque eles refletem o nosso gesto de tornar memoráveis as mortes de mulheres e deixar em espaço público essa marca em tom de solenidade e denúncia.



Figura 1 - Denúncia de mulheres vítimas de feminicídio. Fonte: arquivo das Madalenas na Luta de Florianópolis/SC, 2026, fotografia por Clécio Dias.



Figura 2 - O corpo que cai. Fonte: arquivo das Madalenas na Luta de Florianópolis/SC, 2026, fotografia por Clécio Dias.



O Cortejo #Nenhuma a Menos constitui, assim, uma performance político-cultural que articula memória, denúncia e aliança. Ao evocar mulheres assassinadas de diferentes territórios, identidades e contextos sociais, o ato público transforma a lembrança das mortes em gesto coletivo de resistência, evidenciando que as violências de gênero se entrelaçam a outras estruturas de opressão, como o racismo, a LGBTfobia e as desigualdades de classe e território. Nessa costura de lutas diversas, o cortejo performa, no espaço público, uma política de alianças que recusa a fragmentação das dores e afirma a necessidade de ampliar o "nós" das lutas feministas, reivindicando condições para que todas as vidas sejam igualmente vivíveis. Em seu último ato, o coletivo se organiza em ciranda e convida o público feminino para integrar-se, onde é entoada a canção "companheira me ajude que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor", hino que se tornou lema de movimentos de mulheres, inicialmente as camponesas e de luta por ocupação. Ao final, a performance evoca de forma poética e lúdica, a importância da união como possibilidade de superação das injustiças e violências que acometem igualmente todas as mulheres.

Escolhas do cortejo e seus significados estéticos

As escolhas do cortejo têm um significado estético, da indumentária, pintura no rosto aos atos, a ideia é escolher cada um dos elementos cênicos a partir do seu significado político. Faixas, cartazes, inscrições corporais e vestimentas compõem uma estética de protesto que materializa diferentes pautas feministas. Frases como "aborto legal" aparecem escritas nos nossos corpos e roupas, ampliando o caráter comunicativo da performance e transformando os próprios corpos em superfícies de enunciação política.

Entre esses elementos, usamos a cor vermelha, presente nas inscrições feitas com tinta nos rostos das Madalenas e na marca na mão de uma das madalenas. O vermelho remete simbolicamente à violência física sofrida por mulheres no espaço doméstico e nas ruas, evocando o sangue derramado pelas vítimas de feminicídio e outras formas de agressão. Ao estampar essa cor nos corpos durante o cortejo, nós queremos tornar visível aquilo que frequentemente permanece oculto ou silenciado na vida cotidiana, transformando a denúncia da violência em gesto estético e político. Além disso, as camisetas pretas indicam nosso luto pelas mulheres vítimas de feminicídio.

Outra cor recorrente na performance é o verde, representado pelos lenços usados ao redor do pescoço das participantes. Esse símbolo, associado à chamada "onda verde" que se difundiu a partir das mobilizações feministas argentinas, representa a luta pela descriminalização e legalização do aborto seguro e gratuito na América Latina. Ao incorporar

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



esse elemento ao cortejo, nós, Madalenas, conectamos a denúncia da violência de gênero à reivindicação pelos direitos reprodutivos e pela autonomia sobre os corpos das mulheres, evidenciando que o enfrentamento dessas violências também passa pela disputa política em torno do controle estatal e religioso sobre a reprodução e a sexualidade feminina.
A ciranda cantada no hino das companheiras convida a todas as mulheres a integrarem essa luta através do espírito da sonoridade e da mensagem de esperança em forma desta prática popular, cuja memória de infância evoca um tempo em que os corpos podiam sentirem-se livres e entregues pela presença do brincar de mãos dadas.

O corpo político das Madalenas

Ao pensar nas relações entre corpo e cidade no contexto do ato-performance, recorremos à ideia de território. Para Rita Segato (2005, p. 196), território é um espaço que foi apropriado, percorrido e demarcado, um campo sob controle de um sujeito, seja ele individual ou coletivo, marcado pela identidade de quem o ocupa e, por isso, inseparável das noções de domínio e poder.

Nesse sentido, a cidade pode ser entendida como o espaço onde a vida se desenrola e que mantém uma ligação direta com o corpo e com a história inscrita nele. A própria cidade pode ser pensada como um corpo: um corpo-território. Da mesma forma, os corpos femininos também podem ser compreendidos como territórios: espaços sobre os quais atuam forças que buscam colonizá-los e controlá-los, conforme discute Verónica Gago (2020).
Entretanto, esses corpos não permanecem passivos diante dessas pressões. Eles respondem a elas de diferentes maneiras e com intensidades variadas, produzindo formas de resistência. Essas reações, por sua vez, podem tensionar e reconfigurar o próprio corpo-cidade. O cortejo nas ruas consiste na última etapa do processo do Laboratório Madalena, uma construção colaborativa tecida por meio de discussões, dinâmicas e jogos teatrais onde se desencadeiam atos provocadores de reflexão, reveladores de subjetividades e impulsionadores de ativismo.
A proposta parte da experimentação, se orienta e é atualizada ano a ano desde o primeiro cortejo de 2017 quando o coletivo de teatro político de Florianópolis, convida outras militantes mulheres de organizações políticas para uma imersão em oficinas para juntas investigarem, experimentarem e produzirem uma forma estética de intervenção nos espaços públicos. (junto com representantes das Madalenas do CTO do Rio de Janeiro, o experimentaram, construíram e saíram às ruas pela primeira vez). O pano de fundo continua sendo até hoje a centralidade da denúncia, da rememoração e da ressignificação por meio da



lembrança das diferentes mulheres vítimas da forma de violência mais extrema que é ter a vida ceifada por sua condição de serem mulheres.

A ideia de cada uma e todas elas sermos cada uma e todas nós é fio condutor da política e da estética das oprimidas deste laboratório. Conforme já alertava Augusto Boal, infelizmente não é possível eliminar todos os resíduos da ideologia dominante, porém é necessário "aprender, inventar e desenvolver outras normas de convivência para desaprender os padrões patriarcais profundamente enraizados" (Santos, 2019, p. 313). A violência contra mulher é identificada e problematizada em suas múltiplas dimensões, oriundas de uma estrutura machista, misógina e patriarcal que opera no controle de nossos corpos e subjugação de nossas identidades. Compreender e desvelar esse dispositivo de dominação e estigmatização configura-se como o primeiro passo para a preparação do cortejo, a partir das vivências teatrais que partem das experiências das (especta-)atrizes, sendo reconhecidas em sua dimensão social e política.

Todos os anos o grupo convida novas integrantes a fazerem parte e endossar o movimento, através de uma nova imersão com duração de alguns dias de laboratório, via chamada voltada para mulheres interessadas em participar de uma nova oficina para o cortejo das Madalenas do corrente ano. Todo o processo de elaboração e experimentação cumpre o objetivo da Rede Madalenas a qual, conforme Santos (2019) busca reunir mulheres para, a partir de suas realidades, entender as armadilhas do patriarcado, investigar os mecanismos de funcionamento do machismo e do sexismo e abrir espaço para olhar as principais fragilidades e desafios. Ainda no decorrer do processo, são propostos jogos teatrais que sintonizam com o sentido de mudança e esperança, denominado como "renascer", cuja inspiração é presentificada pela memória de figuras femininas que simbolizam a sabedoria e a resistência, sobretudo de nossa ancestralidade. O último ato da grande roda evoca a união das mulheres como símbolo máximo da luta e da força das mulheres, reconhecidas pelo sentido de apoio mútuo e autocuidado, simbolizada pela estética de resistência da prática popular da ciranda. É nesse momento final, que no cortejo o público é convidado a dar as mãos e endossar essa coletividade de mulheres, unidas pela sororidade, pelo reconhecimento e autoafirmação de nossa identidade, onde reivindicamos "nenhuma a menos", como possibilidade de ação política transformadora deste cenário.

Considerações finais

A experiência de todo o processo tanto de construção quanto da vivência do cortejo nas ruas indicam que a performance promoveu diálogo, sensibilização e tensão na recepção do

público transeunte. Cabe destacar que houve reações contrárias à mensagem da performance, como falas do tipo "vai lavar uma louça", o que revela as barreiras interpostas por uma sociedade marcadamente machista e misógina que naturaliza o lugar das mulheres, confinadas e servindo através do trabalho doméstico, ou seja, que não às ruas. Ao mesmo tempo, provocou empatia e identificação com pessoas se emocionando e integrando-se à ciranda final, cumprindo seu objetivo enquanto teatro político de realizar a denúncia enquanto convida e mobiliza o público para ser agente de transformação no combate à violência contra as mulheres, no empoderamento e no engajamento da luta contra o sexismo e a dominação patriarcal.

Assim, o teatro das oprimidas vai na direção do estabelecimento de estratégias de transformação, em diálogo com a população e em consonância com ações em rede. Conforme o Manifesto da Rede Madalenas Internacional, a metodologia do Teatro do Oprimido/Teatro das Oprimidas consiste em nossa ferramenta de pesquisa, de criação e de luta. Desenvolvemos nossa expressão por meio de produções artísticas que representam nossas perguntas e propostas, no caso a indignação contra as múltiplas violências que acometem historicamente as mulheres e o levante através da força da coletividade, também simbolizada pela estética da ludicidade e da ternura em forma de homenagem/feminagem, por meio dos elementos cênicos da ciranda em que é entoada e da rosa vermelha deixada sob a marca do corpo "caído". As madalenas em sua rede de atuação vem cumprindo seu objetivo de lutar contra as injustiças, a submissão, todas as formas de violência em prol do direito ao território, à palavra e ao corpo, ao prazer, a autonomia, o pertencimento e à liberdade, por meio da conscientização em forma de arte e luta.

Referências

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

SANTOS, Bárbara. **Teatro das Oprimidas.** Rio de Janeiro: Casa Philos, 2019.



SEGATO, Rita Laura. **Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez.** Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 2, p. 265–285, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/s0104-026x2005000200003.



PÁGINAS DE PROGRESSO: O ALMANAQUE COMO DISPOSITIVO DE LEITURA E MODERNIDADE NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Omar Sufen Filho[1]

No alvorecer do século XX, o Estado de São Paulo vivenciava um período de intensa efervescência económica e transformações urbanas, impulsionadas pela hegemonia da cultura cafeeira e pelo início de um processo de industrialização acelerado. Nesse cenário, a proliferação de materiais impressos tornou-se um reflexo das aspirações de progresso e civilidade das elites e de uma burguesia urbana em formação.

O almanaque transcende a sua função meramente utilitária de guia comercial. Observadas pela ótica da História da leitura, os almanaques funcionam como como mediadores culturais que educavam o gosto e os hábitos de um público heterogéneo. No entanto, a materialidade do objeto, que intercala anúncios de luxo com poesias líricas, sugere que o sentido da leitura era moldado por práticas de distinção social e pela urgência dos novos tempos da cidade.

Este artigo propõe observar especificamente os Almanaques, analisando sua forma de atuação como um dispositivo de modernidade, consolidando o hábito de leitura de uma classe urbana emergente que buscava sintonizar-se com a civilidade europeia através de uma escrita fragmentada e utilitária, revelando-se como um pilar de afirmação da identidade do interior paulista no contexto da modernização brasileira.

O avanço da urbanização paulista e a expansão da imprensa no início do século XX

O Estado de São Paulo passou por uma profunda transformação entre o final do século XIX e o início do século XX. Nesse período, a economia cafeeira, voltada para a exportação, atingiu seu auge. O café, conhecido como "ouro preto", tornou-se o principal motor da prosperidade regional: enquanto era comercializado nos mercados internacionais, ingressavam vultosos recursos financeiros, consolidando a posição de São Paulo como centro dinâmico da economia nacional.

[1] Formado em História pela Universidade Federal do Mato grosso do Sul – Campus de Três Lagoas em 2025, aluno do Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campus de Três Lagoas. Contato: omar.sufen@ufms.br.



Esse crescimento econômico também veio atrelado a uma forte imigração e da urbanização, com as cidades do interior do Estado de São Paulo em seus nascimentos ou patente desenvolvimento. Junto a essa modernização, houve também um aumento da alfabetização da população, por conseguinte um aumento do público leitor (SILVA, 2023, p. 02). Contudo, a produção literária propriamente dita ainda era demasiado custosa para os padrões brasileiros da época, a difusão de textos, ideias e conhecimentos como um todo encontrava suporte em meios alternativos, como jornais, cartões postais e, sobretudo, almanaques, que se tornaram instrumentos centrais de circulação cultural e de formação de leitores.

Guias indispensáveis, os almanaques se tornaram presentes no cotidiano de uma população que se inseria no meio urbano e necessitava de orientação para não se perder no fluxo intenso advindo da modernidade. Se o modo de viver do passado era através de observação dos astros e das estrelas, agora o novo cidadão tinha como olhar o novo modo de viver, e o periódico auxiliava ao informar sobre transportes, repartições públicas, comércio e horários. Nesse sentido, preconiza Henry Martins Silva:

> Em formato de anuário, tais almanaques eram ligados às atividades mercantis, trazendo informações variadas sobre negócios, tais como cambio, transportes, impostos, repartições públicas e índice de profissões. (SILVA, 2023, p. 04)

Ademais, os Almanaques também serviam de propaganda das cidades, demonstrando seu desenvolvimento regional, exibindo orgulhosamente a região para ser vislumbrada como símbolo da civilidade e do avanço que tomava conta do interior paulista.

O Almanaque como um artefato de comunicação cultural

Uma fusão de literatura, informativo, revista e jornal, o almanaque ganha destaque também pela sua facilidade de produção, no qual abarca uma variedade de conteúdo, funcionando como um espaço de aprendizado para cultura impressa onde se testavam combinações inéditas de textos literários, informações úteis e reclames comerciais (CRUZ, 2000, p. 58)

Do ponto de vista material, os almanaques eram geralmente publicações anuais, de formato relativamente pequeno e portátil, facilitando sua circulação e consulta. Utilizavam papel de qualidade variável, dependendo do público-alvo e do preço de venda pretendido. Muitos apresentavam capas coloridas e ilustrações internas, elementos que ampliavam sua atratividade visual e facilitavam a comunicação com públicos menos familiarizados com a leitura prolongada. A organização interna seguia geralmente uma estrutura reconhecível:

calendário anual com as festas religiosas e civis, informações astronômicas, seguidos por seções diversas que variavam conforme o perfil específico de cada publicação.

O que distingue os almanaques brasileiros do final do século XIX e início do século XX é justamente a incorporação substancial de conteúdos literários e recreativos. Contos, crônicas, poesias, charadas, anedotas, curiosidades históricas e geográficas ocupavam porção significativa das páginas, tornando o almanaque não apenas um instrumento prático, mas também um objeto de entretenimento e fruição estética.

Nas primeiras décadas do século XX, esses almanaques urbanos passaram por uma transformação radical: incorporaram tecnologias de fotografia e cores, transformando-se em "álbuns ilustrados" e artigos de luxo. Os almanaques passaram a ser financiados pelas elites políticas e econômicas locais com o objetivo de servir como propaganda oficial para atrair investidores e apagar qualquer traço de um passado considerado bárbaro, projetando uma imagem de progresso e civilização nos moldes europeus.

Esta combinação revela uma estratégia editorial sofisticada: ao reunir o útil e o agradável, o almanaque conseguia justificar sua presença permanente no lar, sendo consultado por suas informações práticas e folheado por prazer nas horas de lazer. Nesse sentido:

> O almanaque, esse livro periódico que segundo Nelson Weneck Sodré era 'o livro de um país que não tinha ainda público para suportar a impressão de livros', ajuda a compreender a natureza da cultura impressa naqueles primeiros momentos de sua emergência e diversificação". (CRUZ, 2013, pág. 57)

Os gêneros literários presentes nos almanaques adaptavam-se às condições específicas de leitura. Havia textos breves, que podiam ser lidos em uma única sessão: contos curtos, crônicas, poemas, narrativas anedóticas. Esta adaptação formal não significava simplificação ou empobrecimento estético, mas reconhecimento das práticas reais de leitura de públicos que liam em condições diversas, frequentemente em momentos fragmentados do dia, entre outras atividades.

A circulação destes exemplares em boticas e armazéns garantia uma penetração profunda no tecido social, servindo de ponte entre a cultura escrita e as camadas que ainda preservavam marcas da oralidade. No entanto, ao analisar a publicidade (que oferece vinhos finos, pianos e telefones) revela que o interlocutor preferencial não era a camada mais baixa, mas uma burguesia interessada em exibir a sua pertença ao mundo cultural.



A literatura nos almanaques e a formação de leitores

A expansão da cultura impressa no interior paulista na virada do século XIX para o XX encontrou nos almanaques o seu principal veículo de difusão. Publicações de caráter híbrido que traziam novas formas de contar ao misturar utilidade cotidiana, comércio e literatura. Para compreender essa dinâmica, traz-se três obras a serem estudadas e que ilustram tal situação: o *Almanach Campinense* para 1881, organizado por Henrique de Barcellos e Antonio Sarmento,; o *Almanach do Rio Claro* (1906), editado por Conrado L. Krettlis e o *Almanach do Amparo* (1907), concebido por Jorge Pires de Godoy.

A contribuição literária nessas obras revela uma cuidadosa estratégia de mediação por parte de seus organizadores. Longe de serem um mero aglomerado de textos aleatórios, a seleção reflete a adaptação da escrita à velocidade e à técnica da vida moderna. O *Almanach Campinense*, por exemplo, assumia explicitamente essa divisão ao segmentar sua obra em "Interesse geral" contendo calendário, informações sobre transporte público, expediente , legislação dentre outros, e uma "Parte recreativa", preenchida com artigos literários e históricos. A presença de seções interativas dedicadas a charadas, logogrifos e enigmas, presentes de forma massiva nas edições de Campinas, Rio Claro e Amparo, exigia uma leitura ágil e fragmentada, mimetizando o ritmo acelerado das máquinas e da própria tipografia.

Essa "literatura da velocidade" tem uma observância interessante no que diz respeito a parte mais voltada ao entretenimento ao público, intercalava anedotas humorísticas e conselhos práticos com a poesia, com uma grande gama de textos curtos entre propagandas.

O almanaque Campinense, pode ser interpretado inclusive pela ótica vanguardista, tendo em vista a abertura de espaço notável para a autoria feminina, publicando textos das autoras, conforme demonstrado logo no início:

> AUTORAS dos artigos assignados neste Almanach
> As exmas. senhoras:
> D. Alexandrina Sarmento (pag: 342)
> D. Anna d'Azevedo (pags: 113, 119, 149, 170, 242, 262)
> Braziliana (pag. 148)
> D. Maria do Carmo Baptista dos Santos (pag. 121)
> D. Josephina Sarmento (pag. 271)
> D. Oralia Cabral Leite (pag. 173)

Contudo, a eficácia desse projeto esbarra na operação de imprimir seu próprio mundo, sua própria escrita e mensagem para o leitor (DARNTON, 1986, p. 277). Embora o editor

projetasse um leitor ideal que absorveria a cultura letrada, a prática real da leitura é frequentemente subversiva. No emaranhado visual dessas publicações, onde um soneto ou um ensaio divide espaço com tabelas de preços de aluguel de carros, tarifas de estradas de ferro, ou grandes anúncios de secos, molhados e ferragens, o leitor detinha o poder de ignorar a erudição em favor do consumo imediato da informação comercial. Assim, o almanaque formava leitores pela familiarização diária com o impresso, tornando a leitura uma engrenagem indissociável da vida moderna.

Considerações Finais

A análise conjunta dessas três obras demonstra que os impressos no interior paulista transcenderam a simples utilidade informativa. Num cenário de vertiginosa transformação urbana, econômica e social, refletido na imensa listagem de companhias, estradas de ferro, associações e telégrafos documentados em suas páginas, estes artefatos funcionaram como espelhos das aspirações de uma burguesia que buscava alinhar-se aos ideais de civilidade europeia e urbanização.

Mais do que informar sobre a chegada de malas do correio ou os horários dos trens da Companhia Mogyana, as publicações atuaram como dispositivos de distinção social. A sua curadoria literária educava o gosto de um público heterogéneo, ao mesmo tempo em que a publicidade delineava os contornos de um novo estilo de vida baseado no consumo civilizado e importado. O *Almanach Campinense*, o *Almanach do Rio Claro* e o *Almanach do Amparo* não apenas registraram a história do progresso regional, mas foram agentes ativos na formação de uma identidade paulista moderna, provando que a democratização do acesso ao texto ocorreu em forte sintonia com as estratégias de consolidação de uma elite urbana em formação.

Referências

BARCELLOS, Henrique de; SARMENTO, Antonio. **Almanach Campinense para 1881**. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1881.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.



CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

DARNTON, Robert. Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica. In: **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GODOY, Jorge Pires de. **Almanaque de Amparo**. Amparo, 1907.

KRETTLIS, Conrado L. (Org.). **Almanach do Rio Claro**. Ano I. Rio Claro: Typ. Conrado, Movida a Tracção Electrica, 1906.

PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

SILVA, Henry Martins. Os tempos da cidade. **Revista História (São Paulo)**, São Paulo, SciELO, 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SÜSSEKIND, Flora. **Um cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



ESTADOS NOVOS, «CULTURAS NOVAS»: A GESTÃO DA CULTURA NO ESTADO NOVO DE SALAZAR E NO ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS

Natane Rincon Azevedo[1]

Este artigo objetiva comparar a gestão da cultura em dois regimes ditatoriais, o Estado Novo português e o Estado Novo brasileiro. O Estado Novo português (1933-1974) existiu durante três períodos da História do Brasil: o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), um curto período republicano e a Ditadura Militar (1964-1985). Portanto, optou-se por comparar apenas as duas primeiras décadas do Estado Novo, em Portugal, com o caso brasileiro.

Autores como Torgal (2009), Ferreira (2024) e George (2024) apontam que há mudanças significativas tanto no regime português quanto na gestão da cultura a partir dos anos 1950, ainda mais porque, conforme George (2024), a questão colonial se torna central para o Estado Novo. Assim, optou-se por delimitar a comparação com as décadas de 1930 e 1940, que correspondem também ao período do Estado Novo brasileiro. "Como foram estabelecidas as gestões da cultura no período? Quais foram os usos e as apropriações da cultura?" são as duas questões centrais.

Para compreender esse uso da cultura, recorre-se ao método História Comparada. Conforme Barros (2014), esse método demanda um recorte geminado de espaço e tempo para comparar realidades socioeconômicas, políticas ou culturais diferentes. Assim, procura-se pelas semelhanças e diferenças entre os objetos comparados. Dessa maneira, examina-se como uma questão ocorreu em mais de duas realidades histórico-sociais.

De acordo com Kocka (2003), a História Comparada possibilita: identificar as questões e os problemas que poderiam ser perdidos ou negligenciados; clarificar os perfis individuais por meio do contraste com outros; compreender particularidades, também permite questioná-las; perguntar e responder questões causais; e, por fim, distanciar-se da própria história ao observar histórias e culturas alheias. Já para Rüsen, "uma cultura específica é entendida como a combinação de elementos compartilhados por outras culturas. Desse modo, a especificidade das culturas é realizada pelas diferentes constelações dos mesmos elementos" (2006, p. 121). Em outras palavras, busca-se os "componentes básicos e reconstruí-los como

[1] Jornalista (FASAM), especialista em História e Cultura (UFG), Mestra em História (UFG), Doutoranda em História (UFG). Bolsista PDSE. E-mail: natyrincon@gmail.com



uma relação e uma síntese específica de vários elementos" (RÜSEN, 2006, p. 121 e 122). Portanto, a comparação intercultural identifica os *critérios de sentido e significado históricos*, que podem ser princípios implícitos ou pressuposições. Esse é o objetivo da comparação a seguir.

A cultura no Estado Novo em Portugal

De acordo com Torgal (2009), a expressão "Estado Novo" só passou a ser utilizada nos discursos oficiais a partir de 1932. Para o autor, deve-se distinguir o pensamento de Antônio de Oliveira Salazar da prática e da construção do regime, que contou com diferentes matrizes de pensamento de salazaristas, que "afirmando-se católicos, não se importavam de cruzar a sua doutrina com filosofias originárias de outros quadrantes ideológicos da «direita revolucionária»" (TORGAL, 2009, p. 171). Nesse sentido, Cardoso e Santos (2023) resumem esse período:

> A decepção generalizada culminou com uma revolução protagonizada por militares em 28 de Maio de 1926, os quais suspenderam a Constituição Portuguesa, dissolveram o Parlamento e instauraram uma ditadura militar suportada por uma estrutura constitucional provisória. [...] Uma das personalidades designadas para o Governo foi um jovem professor universitário de Coimbra, António de Oliveira Salazar (1889-1970), que assumiu o Ministério das Finanças. [...] Salazar prosseguiu na sua trilha de consolidação do poder, tendo sido em 1930 entronizado como líder do partido único, a União Nacional. Em 1933 foi aprovada uma nova constituição política que cessou a ditadura militar e instaurou outro regime político ditatorial intitulado como Estado Novo, que somente terminaria com a revolução democrática de 25 de Abril de 1974. Apoiado pelo partido único, Salazar foi conduzido ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros, passando a deter o poder efetivo e instigando o programa ideológico que marcaria o Estado Novo até ao seu termo. O Estado Novo português caracterizou-se pelo seu conservadorismo tradicionalista, católico, nacionalista e imperialista. (CARDOSO, SANTOS, 2023, p. 3).

A aprovação da Constituição de 1933 foi um momento fundamental para o estabelecimento do Estado Novo. O Estado Novo de Salazar tinha como lema "Deus, Pátria e Família"[2], usando o passado de Portugal de forma propagandística, buscando a legitimação do regime no império português, no conservadorismo, no corporativismo, na defesa dos valores morais

[2] O mesmo lema foi adotado pelos integralistas brasileiros.



católicos e no discurso nacionalista. Assim como na Era Vargas brasileira, o Estado Novo português fez várias obras públicas, seja das vias de comunicação/transporte, seja dos serviços básicos (escolas, hospitais, universidades), planos urbanísticos e de habitação social. Ambos – Estado Novo português e Estado Novo brasileiro – se inserem em um contexto preponderante de regimes totalitários, muitos dos quais podem ser classificados como fascistas.

> A sua fundação e consolidação ocorreu durante a chamada «época dos fascismos», pelo que a instauração de um regime fascista em Portugal inseriu-se dentro de um amplo movimento de chegada ao poder de regimes autoritários que percorreu toda a Europa, com exceção da França, do Reino Unido e dos países do Norte da Europa. Este fenómeno foi desencadeado pela crise do modelo liberal, pelas crises económicas, pela emergência e afirmação de novos grupos sociais (pequenos sectores da burguesia que iam ganhando predominância social) e pela reação das classes dominantes ao movimento operário e ao comunismo que surgiram com a Revolução Bolchevique, na Rússia. Assim, na década de 20, começaram a germinar pela Europa as ideologias do tipo autoritário que encontraram eco, sobretudo, nas classes intermédias, mas que tiveram o apoio das classes dominantes para se poderem impor: na Itália, em 1922; em Portugal, em 1926; na Alemanha, em 1933; na Áustria, em 1934; na Grécia, em 1935; e em Espanha, em 1936, entre muitos outros exemplos. Assim, o Estado Novo constitui uma alternativa política e ideológica autoritária tecida pelas elites tradicionais ao que consideravam ser o fracasso do liberalismo e da sua evolução democratizante, a República. (FERREIRA, 2024, [online]).[3]

Esse regime fazia uso da história, da memória e dos heróis nacionais. "O êxtase do Estado Novo foram as comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, promovidas pelo regime ditatorial em 1940 sob sugestão de Salazar" (CARDOSO, SANTOS, 2023, p. 5), dessa forma, associava-se a "eventos de altíssima carga simbólica na memória popular portuguesa, e a sua integração no imaginário coletivo" (CARDOSO, SANTOS, 2023, p. 5). Além disso, a censura também era institucionalizada:

> Instituições de prática repressiva foram, assim, organizadas ou reorganizadas, dado que as suas origens vêm da Ditadura e até, com uma feição diferente, porque integradas numa ordem liberal, da Primeira República. Pelo decreto-lei n.º 22.756,

[3] Os *ebooks* portugueses foram adquiridos na edição para o *Kobo*, o que impediu o conhecimento de uma paginação – ou posição – exata.



> de 29 de Junho de 1933 (que alterou o citado decreto-lei n.º 22.469), as comissões de censura passaram a estar subordinadas à Direcção-Geral dos Serviços de Censura, directamente dependente do Ministério do Interior, e, em 29 de Agosto do mesmo ano, pelo decreto-lei n.º 22.992, foi criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), ligada ao mesmo ministério. A PVDE — que depois de 1945 (decreto-lei 35.046, de 22 de Outubro de 1945) se intitulará, numa primeira operação de cosmética, Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) — reunia numa só polícia duas instituições já realmente existentes: a Polícia de Defesa Política e Social e a Polícia Internacional. (TORGAL, 2009, p. 195 e 196).

Torgal (2009) afirma que tão importante quanto a repressão para a manutenção do regime, foi a reprodução ideológica por meio das instituições recém-criadas, além do controle dos meios de comunicação – como a imprensa, o rádio e o cinema. Esse controle foi exercido pelo "Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Criado pelo decreto-lei n.º 23.054, de 25 de Setembro de 1933, tinha, na verdade, um alto significado, como se pode ver através da legislação e da sua prática, centrada no intelectual do primeiro modernismo, António Ferro" (TORGAL, 2009, p.199). A SPN atuava tanto nacional como internacionalmente, cabia-lhe coordenar a divulgação de informações, manter o espírito de unidade do Estado, controlar os meios de comunicação e subjugar a cultura.

Dessa maneira, comandada por António Ferro, a SPN buscava "dar um sentido «nacional» a toda a cultura, entendendo por «nacional» o que era a ideologia do Estado Novo" (TORGAL, 2009, p. 201). Similarmente, Ferreira (2024) pontua que a vida cultura das cidades era marcada pela tensão entre a repressão e as expressões artísticas. "Eventos culturais eram controlados e censurados, para que não colocassem em causa o regime e se mantivessem de acordo com a ideologia do Estado Novo. Apesar disso, houve resistência criativa" (FERREIRA, 2024, [online]).

O Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação foi criado em 1940, "constituído pelos directores do SPN e dos Serviços de Censura, estes ligados ao Ministério do Interior, e pelo presidente da Comissão Administrativa da Emissora Nacional de Radiodifusão" (TORGAL, 2009, p. 286), com as reuniões sendo presididas pelo presidente do Conselho, em outras palavras, pelo próprio Salazar. Em 1944, a SPN seria renomeada para Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Diversas instituições culturais, como o Teatro do Povo/Teatro Nacional Popular, a rádio estatal Emissora Nacional, a Direcção dos Serviços de Censura, a Inspecção-Geral dos Espectáculos e o Museu de Arte Popular, eram subordinadas ao órgão. O cinema, por sua vez, adquiriu

um papel propagandístico, seguindo os interesses do governo. Vale apontar que António Ferro também presidia o Sindicato Nacional dos Jornalistas.

> O SPN, criado em 1933, era dirigido por António Ferro, em dependência direta de Salazar, e devia ater-se a tudo o que fosse nacional, numa perspetiva assumidamente nacionalista e propagandista, ocupando-se tanto da política cultural como da imagem do regime e da adesão popular. A partir de 1944 ocupar-se-á também das políticas de turismo, informação e censura, sendo renomeado SNI. [..] Segundo o decreto-lei fundador, incumbia-lhe organizar «manifestações nacionais e festas públicas com intuito educativo ou de propaganda», combater a «penetração no nosso País de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional» (ou seja, das ideias mais progressistas ou cosmopolitas), fomentar a «vida do espírito» no sentido do «desenvolvimento de uma arte e de uma literatura acentuadamente nacionais» e, por fim, recorrer à radiodifusão, ao cinema e ao teatro como meios difusores. Em termos mais latos, cabia-lhe «integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação», enquanto «complemento da indiscutível obra de ressurgimento». A esta «missão» chamará Ferro «política do espírito». (MELO, 2024, [online]).

Na organização do Estado Novo, a cultura também estaria presente em projetos como as Casas do Povo, as Casas dos Pescadores e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), que uniam educação, cultura e lazer para os portugueses – desde que seguissem as regras do regime. Melo (2024) considera que a oposição ao Estado Novo esteve presente – numa ascensão duradoura até o fim do regime – na literatura, enquanto houve uma maior integração aos ideais do Estado Novo nas artes plásticas e na arquitetura. "Ainda assim, subsiste algum experimentalismo vanguardista e afirmam-se novas correntes artístico-literárias, como os modernistas da revista Presença (1927-40), os neorrealistas, os surrealistas, todos contrários à ditadura" (MELO, 2024, [online]). Nesse sentido, havia uma disputa entre o moderno do discurso desenvolvimentista e a valorização do tradicional, do rural e do católico no discurso oficial.

Assim, "o regime consegue aliciar muitos modernistas para conciliarem formulações de vanguarda com a exaltação do nacional, do historicista, do tradicional e da sugestão folclórica. Na educação, a escola oficial torna-se um espaço central" (MELO, 2024, [online]). Isso se deve, em parte, a ligação de António Ferro com a primeira geração de modernistas, com os quais convivera na revista *Orpheu*. Assim, usava as premiações para atraí-los. Por mais que os artistas pudessem não compartilhar dos valores do regime, ainda se atraíram pelo apoio "do próprio Estado, através do SPN, dos seus espaços (galeria, estúdio, mostras), catálogos, encomendas, prémios e do Museu de Arte Popular, que serviria de fonte nacional de



inspiração" (MELLO, 2024, [online]). Por sua vez, quem recusava compromissos estatais sofria consequências, "uma quase condenação à precariedade e à integração nos reduzidos, embora marcantes, espaços alternativos de exposição e consagração" (MELLO, 2024, [online]). Outra opção seria o exílio.

> O modernismo conservador advogado pelo salazarismo para as artes plásticas também marcou a arquitetura. Tal abordagem — facilitada pelo ecletismo de percurso da maioria dos profissionais de então — está patente, desde logo, naquilo que ainda hoje é reconhecido como o estilo «português suave», que assentava na adaptação do modernismo ao gosto nacionalista (marcas tradicionalista, clássica e historicista), produzindo edifícios de linhas modernas pontuados (ou «disfarçados») por beirais e acabamentos de sabor palaciano e/ou rústico, quando não por escalas de baixa dimensão. [...] A Exposição do Mundo Português (1940), porto efémero de paz no meio de uma Europa em guerra, será marco decisivo no envolvimento de arquitetos e artistas modernistas na construção de uma fachada nacionalista. (MELO, 2024, [online]).

Assim como Melo (2024), Ferreira (2024) considera que Salazar associava a cultura popular com a cultura rural, enquanto a cultura urbana seria um reflexo da degenerescência civilizacional da modernidade. "A ideologia do Estado Novo era conservadora, autoritária e fortemente influenciada pelo pensamento católico, o que teve impacto significativo sobre a cultura" (FERREIRA, 2024, [online]). Assim, valoriza-se a ruralidade, pois "advém da ideia de que nela se conserva o tradicional, o conservadorismo, a ordem antiga, uma ideia historizada da Nação. Vai assim constituir-se uma «cultura popular» nacionalista, ruralista, etnográfica e corporativa" (FERREIRA, 2024, [online]). Isso pode ser notado na seleção do patrimônio histórico e artístico. A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) foi criada em 1929, sendo dirigida pelo engenheiro militar Henrique Gomes da Silva (1890-1969) por cerca de trinta anos.

> Em 1929, três anos após a revolução militar, foi criada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), reunindo os serviços estatais que promoviam a edificação e desenvolvimento das obras públicas, que englobava também as de índole patrimonial. [...] Refletindo a componente fortemente nacionalista do Estado Novo, os conjuntos medievais classificados foram claramente favorecidos para as intervenções da DGEMN, visto que eram considerados testemunhos das origens pátrias e traduziam eventos emblemáticos da história nacional. (CARDOSO, SANTOS, 2023, p. 9 a 11).[4]

[4] Classificados têm o mesmo sentido de "tombados" em relação ao patrimônio.

O Estado Novo português tinha uma predileção por monumentos medievais, pois "eram considerados testemunhos das origens pátrias e traduziam eventos emblemáticos da história nacional" (CARDOSO, SANTOS, 2023, p. 10 e 11). Cardoso e Santos (2023) apontam que tanto no Estado Novo português quanto no Estado Novo brasileiro, intervenções eram feitas nos monumentos para remover as alterações feitas ao longo do tempo e recuperar suas características originais.

O barroco português, que influenciou a arte colonial brasileira, ganharia destaque nos projetos de casas econômicas, voltadas para a classe média apoiadora do regime. Assim, inseria-se a ideia da *casa portuguesa*, encabeçada por Raul Lino (1879-1974), arquiteto responsável pelos bairros econômicos fundados pelo regime na sua fase inicial. Esse ideal da *casa portuguesa* buscava inspiração em um modelo rural, particularmente das grandes propriedades, das quintas e dos solares. Portanto, através do movimento *a casa portuguesa*, o Estado Novo português usou esse estilo barroco como um legítimo representante do nacional. No Brasil, haveria uma escolha semelhante no campo do patrimônio, com a arte colonial sendo a mais selecionada para tombamento.

A cultura no Estado Novo do Brasil

Getúlio Vargas assumiu o poder no Brasil após a Revolução de 1930. Na época, as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo alternavam a escolha dos presidentes da República. Porém, São Paulo rompeu o acordo com a escolha de Júlio Prestes para a presidência. Assim, foi fundada a Aliança Liberal, unindo lideranças de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, incluindo Vargas – que até então fora um ministro do governo. Prestes ganhou a eleição, sob grande contestação dos adversários,

> A revolução eclodiu em outubro e, no dia 3 de novembro, Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório da nação. De imediato o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechados, os governadores de estado depostos e a Constituição de 1891 revogada. Vargas passou a governar por meio de decretos-leis. (PANDOLFI, 2019, posição 186 a 190).

Diferentes correntes políticas integraram o governo Vargas. Oligarquias dissidentes, liberais, integralistas (os fascistas) e, em bem menor medida, comunistas. Getúlio Vargas foi eleito indiretamente presidente pelo congresso nesse ínterim, mas não poderia concorrer à reeleição – não permitida pela Constituição de 1934. Em 1937, preparava-se o cenário para eleições



presidenciais em janeiro de 1938, com José Américo de Almeida, Armando Salles de Oliveira e Plínio Salgado sendo os principais candidatos.

Nesse contexto, o Plano Cohen foi fundamental para garantir a permanência de Vargas no poder. Esse foi um plano falso divulgado na imprensa, acusando os comunistas de tentarem um golpe de estado. Entretanto, esse documento foi elaborado pelos integralistas para incitar as suas milícias fascistas contra os comunistas. Segundo Napolitano (2024), não há comprovação de participação do governo, mas foi usado para justificar o autogolpe de Getúlio Vargas. Em setembro de 1937, o Congresso Nacional aprovou o "estado de guerra. Em outubro, políticos defenderam a continuidade de Vargas" (NAPOLITANO, 2024, p. 114). Assim, Getúlio Vargas realizou um autogolpe em 10 de novembro de 1937, cuja duração iria até 1945.

O núcleo de poder era composto por militares, industriais e elites regionais. Enquanto isso, as oligarquias na política se readaptaram "a uma nova dinâmica política e administrativa, mais centralizadora, por parte do Estado" (NAPOLITANO, 2024, p. 118). Assim, o núcleo militar e civil "que comandava o Estado Novo se pautava por uma ideologia autoritária que procurava fortalecer a burocracia e o patriotismo cívico, sem mobilizar as massas a partir de milícias civis ou de um partido único e centralizado" (NAPOLITANO, 2024, p. 119). Nesse sentido, diferenciava-se do Estado Novo de Salazar, que fizera uso de milícias e possuía um partido único. Durante a Era Vargas, houve a criação de diversos órgãos federais:

> Inúmeros órgãos, institutos e conselhos foram criados ao longo do Estado Novo, com o objetivo de controlar, fiscalizar e definir padrões nacionais. O mesmo deve ser considerado no âmbito da produção cultural e simbólica, em que vários órgãos foram implantados, especialmente dentro do recém-criado MES e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), tendo sido, muitas vezes, concorrentes e adversários, caracterizando uma disputa interburocrática, no interior da sociedade política. [...] Assim, para se alcançar a modernização almejada, era imperativo que a "vontade nacional" fosse colocada acima dos interesses de classe, com o que se justificava a adoção de um governo forte e centralizador como forma de capacitar o Estado para agir contra o fantasma da fragmentação social e como guardião do interesse nacional. Esse Estado identificava-se com o "interesse público", como se veria nos discursos de diferentes agentes que, de alguma forma, partilhavam do universo político e cultural naquele momento. (CHUVA, 2017, p. 112 e 113).

Dessa maneira, nas décadas de 1930 e 1940, havia mais de uma dezena de instituições culturais federais. "O regime varguista assumiu uma posição predominante no âmbito da

produção cultural, lutando pelo monopólio dessa produção e tornando-a um importante veículo para o fortalecimento do poder político do Estado" (CHUVA, 2017, p. 117). Nesse período, havia conflitos burocráticos e ideológicos no governo, "em que diferentes interesses entraram em disputa pelo domínio da área cultural no seio da sociedade política" (CHUVA, 2017, p. 117).

Para Chuva (2017), havia uma disputa principalmente entre dois departamentos, com visões diversas do objetivo da cultura: 1) uma promocional, que objetivava um nacionalismo cultural e uma cultura voltada para a educação, do Ministério da Educação e da Saúde (MES); 2) outra censora, uma espécie de autoritarismo cultural e propagandístico, comandada pelo Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (MJNI). "Embora as duas frentes tenham frequentemente entrado em conflito, a censora nunca anulou inteiramente a promocional. Para o autor, os aspectos de promoção da política cultural da era Vargas teriam sido mais duradouros do que os de censura" (CHUVA, 2017, p. 118), pois influenciaram as políticas culturais após o fim do Estado Novo.

Além disso, havia um grande debate sobre nação e nacionalismo no meio intelectual desde a década de 1920, encabeçado pelos modernistas, sendo que muitos "acreditaram na possibilidade de transformação e reformas baseadas no projeto político-cultural implantado no começo da década de 1930, em nível federal, e, com a ascensão do Estado Novo, mantiveram-se integrados" (CHUVA, 2017, p. 115) a burocracia estatal. Essas figuras públicas, em geral relacionadas à cultura, contribuíam para legitimar as políticas públicas do governo. "O Estado investiu quantidade significativa de recursos financeiros, pela primeira vez e por meio de suas novas agências e dos intelectuais nelas engajados, como se pode notar com o aumento gradativo do orçamento do MES" (CHUVA, 2017, p. 116). Há uma semelhança na forma como Brasil e Portugal usaram figuras públicas para a sua legitimação. Porém, diferencia-se pelo caso brasileiro ter contado com o apoio majoritário das diversas correntes artísticas.

Se o grupo vinculado ao MES via a cultura pela ótica da educação, os seus opositores buscariam pela propaganda e censura. Nesse sentido, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é uma criação do Estado Novo, cuja inspiração nazifascista é clara, afinal "compartilhava muitas das ideias postas em prática nesses regimes: legislação social, propaganda política, representação corporativista, e até mesmo o antissemitismo se fez presente em certas esferas, sobretudo na política de imigração" (CAPELATO, 2019, p. 2364). Os intelectuais do MES possuíam uma composição ampla, como liberais e alguns comunistas. O DIP, por sua vez, era liderado por integralistas, como o diretor Lourival Fontes, e os colaboradores Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho.

Esse órgão possuía também versões estaduais, responsáveis por censurar os veículos de comunicação regionais. "Intelectuais esses conhecidos pelo pensamento centralista e autoritário, que viria a imprimir um rígido controle nos meios de comunicação. É esse grupo que vai imprimir as linhas mestras da política cultural direcionada às camadas populares" (VELLOSO, 2019, p. 2608). Portanto, apesar do Estado Novo português também utilizar a cultura de uma forma semelhante ao MJNI/DIP, diferentemente do caso brasileiro, o conflito se dava entre governo e resistência, enquanto o conflito no Brasil ocorria dentro do próprio Estado. Dessa maneira,

> O período do Estado Novo é particularmente rico para a análise da relação entre os intelectuais e o Estado, já que nesse mesmo período se revela a profunda inserção desse grupo social na organização político-ideológica do regime. [...] Destacar o vínculo dos intelectuais com esse projeto significa evidenciar a relação entre propaganda política e educação no Estado Novo. Apresentando-se como o grupo mais esclarecido da sociedade, os intelectuais buscam "educar" a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime. Dentro do projeto educativo há que se distinguir dois níveis de atuação e estratégia: o do Ministério da Educação (dirigido por Gustavo Capanema) e o do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (encabeçado por Lourival Fontes). Entre essas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho, visando a atingir distintas clientelas: o Ministério Capanema volta-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as mais distintas manifestações das culturas populares. Essa diversidade de orientação na política cultural transparece na própria composição dos intelectuais nos referidos organismos. O Ministério Capanema reunia um grupo ligado à vanguarda do movimento modernista: Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete), Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Mário de Andrade. (VELLOSO, 2019, p. 2598 a 2608).

O DIP controlava a propaganda governamental. Além disso, através da censura, subordinou a imprensa em veículo de propagação da ideologia do Estado. "Coagir a sociedade por dentro", esvaziar a legitimidade dos outros canais culturais foram estratégias amplamente utilizadas" (VELLOSO, 2019, p. 2797 a 2803). A ideologia oficial se tornou "capaz de unificar e dar coesão às diferentes visões do mundo social, que são por natureza fragmentárias. O Estado aparece, então, como o único interlocutor legítimo para falar com e pela sociedade" (VELLOSO, 2019, p. 2809).

Uma estratégia fundamental foi, além de censurar, também premiar: "Censuras e recompensas fazem parte de um mesmo sistema, através do qual o regime controla os meios

de comunicação" (VELLOSO, 2019, p. 2860). Por exemplo, houve um aumento da quantidade de revistas literárias e artísticas, enquanto escritores comunistas e/ou associados a esquerda, como Jorge Amado, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos foram perseguidos e até mesmo presos. A censura no mercado editorial impedia a publicação de autores contrários ao regime.

Assim, com visões distintas da função da arte, havia quase uma separação entre a cultura popular (controlada pelo DIP) e a cultura erudida (destacada pelo MES). Essas diferenças não impediriam que houvesse "um repertório comum de ações, de procedimentos que entraram em funcionamento nas construções dos campos do patrimônio, do folclore, da educação física e do canto orfeônico durante o Estado Novo" (OLIVEIRA, 2019, p. 7182). O meio de comunicação mais popular era o rádio, "divulgando diferentes manifestações da cultura do povo e sempre buscando ampliar seu público. Foi fábrica de ídolos e mitos" (OLIVEIRA, 2019, p. 7411). Nesse contexto, o governo se aproveitou disso, seja na transmissão dos comícios, seja na criação do programa *A hora do Brasil*, o rádio possibilitava a "propaganda do governo e, como já foi mencionado, de construção de uma identidade nacional, na medida em que podia reunir simbolicamente todos os brasileiros, que juntos passariam a imagem de uma comunidade harmoniosa em que todos participam" (OLIVEIRA, 2019, posição 7295 a 7400). Novamente, há uma semelhança na busca pela criação de uma noção harmônica da nação. Porém, há de se apontar que em Portugal reforçava-se uma visão idealizada, enquanto no Brasil buscava-se construir o próprio conceito do que seria a nação.

Se o DIP atuava na propaganda radiofônica, a visão do MES se voltava ao uso do veículo como meio educativo, com grande influência do intelectual e dono de rádio Roquette-Pinto. Similarmente, o cinema também se dividia entre esses dois órgãos. Portanto, o governo esforçava-se "no sentido de recorrer às expressões das culturas populares como canal de difusão da ideologia oficial" (VELLOSO, 2019, p. 2917). O governo, inclusive, se apropriaria de festas populares como o Carnaval, que deixaria de ser de iniciativa popular e passaria a ser organizado pelas prefeituras.

De acordo com Soihet (2019), o governo buscava "voltar-se para o povo em suas mais genuínas e espontâneas manifestações e aspirações, fonte das tradições mais puras deste país, base da nação que se pretendia reconstruir" (SOIHET, 2019, p. 6834). Isso possibilitava a conquista do espaço público por manifestações populares que até então sofriam resistência do governo, mas também servia "a união entre elites e massas e que, com a junção entre natureza e cultura, por intervenção da política, faria a integração tão sonhada, expressando a visão de uma sociedade harmônica" (SOIHET, 2019, p. 6844). Esse é o caso do futebol, do

carnaval e do samba, transformados em símbolos nacionais durante o Estado Novo, graças à atuação do DIP.

Vale à pena relembrar que, apesar da disputa pelo controle da cultura e da educação, DIP e MES atuavam pelo mesmo governo. Uma iniciativa que uniu "os dois lados" foi a idealização da figura do bandeirante. A produção intelectual integralista valorizava bastante essa figura, como na obra significativa a *Marcha para o Oeste*, de 1940, do integralista Cassiano Ricardo. Os bandeirantes saíram de São Paulo e "desbravaram" o país – e, se nesse processo mataram inúmeros indígenas, pouco importava para aqueles que os viam como heróis. Afinal, sejam os indígenas ou as camadas populares, estes eram vistos como irracionais, contribuindo para o mito dos heróis que desbravaram essas terras "selvagens". Dessa forma, o mito foi utilizado para uma integração política, "Francisco Campos defende a técnica intelectualista de utilização do inconsciente coletivo para o controle político da nação" (VELLOSO, 2019, p. 2829). Assim, os agentes do Estado Novo recorriam "aos dramas épicos, narrativas heroicas, lendas e crônicas. O civismo e a exaltação aos valores pátrios compõem inevitavelmente o pano de fundo sobre o qual se desenrolam essas narrativas" (VELLOSO, 2019, posição 2844). Nesse sentido, ao procurar as raízes da brasilidade, o Estado Novo usou a cultura como instrumento de doutrinação, consagrando tradições, mitos dos heróis nacionais e criando símbolos que representariam toda a nação brasileira, similarmente ao que ocorreu em Portugal.

O grupo do DIP e o grupo do MES também disputaram pelo controle da construção do patrimônio histórico e artístico nacional. Antes da criação da Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), as instituições estatais que controlavam esse tema possuíam conexões ideológico-partidária com o grupo do DIP e com os integralistas. É o caso da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), controlada pelo Museu Histórico Nacional (MHN), que estava sob comando do integralista Gustavo Barroso. As primeiras intervenções foram feitas nesse contexto.

Porém, uma parte considerável dos arquitetos modernistas brasileiros "procuravam intervir na realidade brasileira através de atuação no serviço público, mais precisamente nas repartições do Ministério da Educação e Saúde, comandado por Gustavo Capanema" (CAVALCANTE, 1999, p. 180). Esse seria o grupo vencedor na disputa pela definição do patrimônio artístico e histórico nacional.[5] O ministro Gustavo Capanema "soube perceber o potencial de sua aliança com os modernos no trato dos monumentos, fossem estes os

[5] Um fator determinante para essa "vitória" foi a construção da nova sede do MES, em que o ministro Gustavo Capanema escolhera jovens arquitetos modernistas – como Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

testemunhos do passado, fossem as grandes obras do presente" (LONDRES, 2001, p. 86). O ministro articulou o grupo responsável pela nova instituição. O anteprojeto ficou por conta do escritor Mário de Andrade, em 1936, enquanto Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu a gestão. Andrade dirigiu o Sphan entre 1936 e 1967. Na sua gestão, predominou a seleção de patrimônios arquitetônicos e representantes da arte colonial brasileira. Andrade percebia a arte colonial como "hereditariedade feliz da arquitetura popular portuguesa" (ANDRADE, 1986, p. 88). Assim,

> É interessante notar, a despeito das diferenças, o fato de que na consolidação do projeto historiográfico e patrimonial desenvolvido pelos modernos sob a batuta de Lucio Costa há uma valorização do colonial, do jesuítico e das raízes portuguesas que serviu a ênfase na unidade. Essa ênfase, em detrimento de "qualquer feição plural da nação" como defendia Mário de Andrade (Chuva, 2009, p.207), procurou estabelecer a "identificação de uma arte brasileira que pudesse se enquadrar na classificação tradicional da história da arte no mundo ocidental" (SILVA, 2019, p. 609 e 610).

Portanto, durante uma parte significativa do século XX, a visão do patrimônio histórico e artístico brasileiro valorizava principalmente a herança portuguesa a arte colonial era considerada a legítima representante da arte brasileira. O ideal de nação buscava inspiração em Portugal. Afinal, essa arte era herdeira do barraco português, que também foi utilizado pelo Estado Novo português no projeto das *casas portuguesas*. Curiosamente, ambos os regimes buscaram no barroco a feição da arquitetura nacional.

Considerações Finais

Embora haja semelhanças entre o Estado Novo brasileiro e o português, cada regime possuía características diferentes que influenciaram na gestão da cultura. Havia uma maior coesão entre os objetivos do Estado Novo português para o campo cultural, além de um maior controle de Salazar – que chegava a participar das reuniões. Getúlio Vargas, por sua vez, permitia – sob rígido controle, censura e repressão – diferentes correntes político-ideológicas dentro do seu governo, que buscaram espaço no campo cultural, em uma eterna disputa pelo controle das instituições e do próprio ideal de nação sendo construído. Nesse sentido, a cultural em Portugal refletia um olhar para um passado rural, católico e medieval. No Brasil, há um olhar voltado para a período colonial português, mas também um maior espaço para o "novo" e o "moderno" trazidos pelo modernismo.



Bibliografia

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Rodrigo e seus tempos.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

BARROS, José D'A. **História Comparada.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo:** o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. N. **O tempo do nacional-estatismo** [recurso eletrônico]: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARDOSO, Luiz A. F. SANTOS, Joaquim M. R. dos. Estado Novo Português e Estado Novo Brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o patrimônio Arquitetônico (Décadas de 1930 e 1940). **Anais do Encontro Internacional ArquiMemória 4:** sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador, 14-17 mai. 2023.

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas, arquitetura e patrimônio.** In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FERREIRA, Ana Sofia. **Entre a Tradição e a Modernidade** – A vida quotidiana no Estado Novo. Lisboa: Presença, 2024.

GEORGE, João Pedro. **A cultura no fim do regime e no pós-25 de Abril (1960-2000)**. In: PINTO, António Costa. MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História Cultural Contemporânea**. Portugal: 1808-2000. Lisboa: Objectiva, Fundación MAPFRE, 2024.

KOCKA, Jürgen. **Comparison and Beyond.** History and Theory, 42, feb. 2003, p.39-44.



LONDRES, Cecília. **A invenção do patrimônio e a memória nacional**. In: BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

MELO, Daniel. **A cultura do Estado Novo (1930-1960).** In: PINTO, António Costa. MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História Cultural Contemporânea.** Portugal: 1808-2000. Lisboa: Objectiva, Fundación MAPFRE, 2024.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil república:** da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2024.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Sinais da modernidade na era Vargas:** vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. N. **O tempo do nacional-estatismo** [recurso eletrônico]: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930:** as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. N. **O tempo do nacional-estatismo** [recurso eletrônico]: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

RÜSEN, Jörn. **Historiografia comparativa intercultural.** In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Joana M. de C. **A construção do nacional Ricardo Severo e a Campanha de Arte Tradicional no Brasil** (1910-1930). Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n. 68, mai/ago 2019, p. 597-629.

SOIHET, Rachel. **O povo na rua:** manifestações culturais como expressão de cidadania. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. N. **O tempo do nacional-estatismo** [recurso eletrônico]: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos, Estado Novo:** Ensaios de História Política e Cultural. 2 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.



VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.** In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. N. **O tempo do nacional-estatismo** [recurso eletrônico]: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



AS BANDAS DE CONGOS NO ESPÍRITO SANTO

Vinícius de Aguiar Caloti[1]

Introdução

O congo, no Espírito Santo, configura um dos mais expressivos complexos culturais de matriz afro-indígena no sudeste brasileiro. Manifestação que articula devoção religiosa, música, dança, indumentária e organização social comunitária, o congo é protagonizado pelas chamadas "bandas de congo" – grupos que performam em festas de santos, fincadas de mastro, cortejos, rodas e eventos diversos. Este artigo, derivado de pesquisa de doutorado, tem por objetivo descrever e analisar a organização, a instrumentação e as práticas dessas bandas, evidenciando sua relevância como patrimônio cultural capixaba e discutindo os mecanismos de transmissão, pertencimento e reinvenção da tradição.

A pesquisa que fundamenta o texto baseou-se em observação participante, entrevistas com mestres de congo, tais como Mestre Tagibe, Mestra Darinha, Mestre Jeffinho, Mestre Cidiney, Mestre Ezequiel, Dona Benedita, entre outros, levantamento bibliográfico e análise documental. O recorte territorial abrange municípios da Grande Vitória - Cariacica, Serra, Vila Velha, Viana, Vitória e menções a localidades do norte e sul do estado, como Linhares, Aracruz, Fundão, Conceição da Barra e Alegre.

O complexo cultural do congo

Definição e abrangência

A cultura do congo é um universo que conecta atores, conceitos, linguagens, locais, práticas e objetos em torno da devoção a São Benedito, São Sebastião, Nossa Senhora da Penha, Santo Expedito, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, dentre outras entidades. Trata-se de uma devoção cujos ritos constituem exercícios de cores, danças, formas, movimentos, música, sensações, sentimentos e sons. As bandas de congo são o frontispício desse complexo: fora delas, o congo não se manifesta.

[1] Dourando em História Social pela UERJ. CV: https://lattes.cnpq.br/0136238997778525. Técnico em Assuntos Educacionais do IFNMG – Araçuaí. E-mail: aguiar0caloti@gmail.com



Os seus integrantes, os congueiros, conectam sua prática a categorias como "compromisso", "devoção", "fazer o que se sabe", "legado", "obrigação" e "tradição". Outra categoria central é o senso de pertença: "ser do congo". Essa condição é frequentemente descrita como ínsita ao indivíduo, algo que lhe é ensinado ou transmitido desde a infância, mas também como um "devir" – uma transformação constante. Para muitos, "nascer no congo" significa nascer em comunidades congueiras, ainda que seus familiares próximos não pertençam diretamente à devoção. Para outros, o congo é um "chamado", uma "descoberta", uma "vocação" ou mesmo uma "autopoiese" (Maturana; Varela, 1980) – uma autoconstrução diante das adversidades da vida.

Transmissão e territorialidade

A continuidade das tradições sucede no seio das famílias e das comunidades congueiras, frequentemente organizadas como famílias extensas. A transmissão é predominantemente oral, por meio da participação nas atividades do congo com pais e avós desde a tenra infância. Bandas mirins desempenham papel crucial nesse processo. Em Cariacica, existe a banda mirim Mestre Cemir, vinculada à banda adulta Mestre Tagibe, assim como a banda para-folclórica da APAE de Cariacica, fundada pelo saudoso Mestre Prudêncio em 1993. Essas bandas mirins revelam uma forma de atuação familiar, havendo excepcionalmente aquelas formadas em escolas e entidades sociais consideradas "para-folclóricas" por seus detentores (Name; Ortigão, 2020).

O território do congo não se limita a fronteiras administrativas. Em Cariacica, a "grande região de Roda D'Água" é reconhecida como berço de diversas bandas. Entretanto, bandas de congo são encontradas do norte ao sul capixaba, na maioria dos 78 municípios, ocupando espaço significativo em segmentos sociais como meios de comunicação e artes. Atualmente, estima-se cerca de 62 bandas ativas, concentradas precipuamente nas cidades de Serra e Cariacica.

Bens associados e rituais

Como bens associados ao congo, incluem-se as bandas, suas funções ou cargos internos, bandeiras, estandartes, instrumentos, narrativas, mastros, toadas e vestes. Os rituais centrais envolvem as fincadas de mastro, frequentemente antecedidas de cortadas, escondidas e puxadas de mastro ou puxadas de barco em localidades litorâneas, seguidas das derrubadas ou retiradas de mastro. Além das festas próprias, algumas bandas participam de eventos

voltados para outros santos de devoção. Destacam-se encontros como o Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'água em Cariacica, chamado por alguns congueiros de "Festa da Penha" ou "Carnaval da Roça"; o encontro de grupos folclóricos da Festa do Caboclo Bernardo em Regência, Linhares; as fincadas de Fundão, Jacaraípe, Piabas-Irundi, Timbuí, ademais de participações em cultos católicos devocionais. Na maioria dos casos, os ritos assumem a forma de cortejos e procissões, embora sejam comuns as rodas de congo, influenciadas talvez por jongos e caxambus no sul e norte do estado. Há também apresentações sem cunho devocional, em escolas, eventos públicos e privados.

As bandas de congo: organização, funções e indumentária

Composição e estrutura

As bandas de congo são conjuntos musicais típicos do Espírito Santo. Apresentam-se em festas de santos, sobretudo em homenagem a São Benedito e São Sebastião, destacando-se nas puxadas de mastro. Os agrupamentos são constituídos por número variável de pessoas, geralmente perpassam de quinze a trinta membros que cantam, dançam e tocam em louvor aos oragos das igrejas locais e aos santos, apresentando-se devidamente uniformizados. Usualmente, os homens trajam camisas e calças compridas; as mulheres usam blusas e saias rodadas, ostentando bandeiras e estandartes que apontam, respectivamente, para a identificação do grupo e do santo de devoção.

As funções internas apresentam variações regionais, mas podem ser descritas de forma abrangente como: - Mestres ou Capitães de Congo: regentes da banda. Em Cariacica, prefere-se "mestre" a "capitão". O mestre pode não ser o coordenador ou presidente que efetua funções logísticas de associação civil, mas sim "o dono do congo", o detentor do bem ou o legatário. - Dançarinas ou bailarinas: incluem Rainhas, por vezes chamadas Cabundás, Princesas, porta-bandeiras e porta-estandartes. - Congueiros ou conquistas: tocadores de instrumentos. Podem ser casaqueiros, batedores de tambor ou cuiqueiros, conforme o instrumento que tocam.

- Cantor ou puxador: responsável por iniciar as toadas; em algumas bandas, essa função é do próprio mestre. - Apoio, cambão, festeiro, fogueteiro, guardião do mastro: funções auxiliares. Os cambões, por exemplo, são aqueles que puxam o barco nas agremiações litorâneas, como n'algumas na Serra. Os guardiões de mastro, característicos da Barra do Jucu, Vila Velha, usam coletes próprios e cuidam do mastro com zelo especial, frequentemente por promessa.



Cabe-nos destacar que nenhuma dessas funções existe em todas as bandas; há grande diversidade organizacional.

O papel do mestre de congo

No comando das agremiações, os mestres fazem uso do apito para coordenar ritmo, andamento e mudanças de música. Em Cariacica, alguns mestres usam também a buzina (megafone de metal) para projetar o canto. O mestre pode tocar bumbo, caixa, casaca, chocalho, cuíca, tambor ou triângulo. Excepcionalmente, Mestre Zuza da Banda de Pedrolândia, em Linhares, toca clarinete. Na Barra do Jucu, os mestres não usam apito: iniciam cantando à capela e dão os primeiros toques de caixa ou tambor de marcação. Em certas bandas, o mestre rege com um bastão ornamentado com fitas coloridas – artefato operado por mulheres apenas na Banda de Guaxe, Linhares.
A presença feminina na liderança, embora minoritária, é significativa. A Banda de Congo São Sebastião de Linhares V é orquestrada pela benzedeira, Mestra de Congo e rezadeira Dona Elízia Cardoso. A Banda de Congo Unidos de Boa Vista, em Cariacica, é regida pela Mestra Darinha, primeira e única mestra de congo da região. Dona Darinha relatou que seu pai e seu tio, ambos mestres, não se exasperaram quando ela quis "apitar na banda" e apropriou-se da buzina. Esses casos revelam negociações de gênero no interior de estruturas patriarcais.

Mulheres, benzedeiras e parteiras

A função social das mulheres nas comunidades congueiras oscila entre papéis tradicionais de filhas, mães e esposas e papéis de destaque como benzedeiras, cuidadoras, parteiras e rezadeiras. As tradicionais rainhas de congo costumam advir de famílias de anciãs-benzedeiras e parteiras. Segundo Dona Astrogilda, Rainha da Banda de Congo de Vila do Riacho, em Aracruz, as crianças nascidas por parteiras "nascem batizadas". As parteiras fazem o parto e benzem as crianças em exaltação a São Benedito, para que cresçam com força e saúde. Algumas bandas foram estabelecidas por intuição de matriarcas, como a Banda de Congo Amores da Lua de Santa Marta, em Vitória), cuja necessidade de criação proveio de Dona Cecília Rosa Azevedo, bisavó do Mestre Ricardo Sales. Em Araçatiba, Viana, a banda foi nomeada em homenagem à benzedeira e parteira Mãe Petronilha, que foi parteira do Mestre Ademir, que se orgulha de ser "afilhado" de São Benedito.

Indumentária e identificação visual

A indumentária dos congueiros, vulgarmente chamada uniforme, exibe um padrão inspirado em certo "civismo de parada", com brasões nas mangas e no peito, listras nas laterais das calças e chapéus iguais para todos. As camisas são as peças que mais experimentam atualizações; muitas bandas reformulam-nas anualmente. As estampas trazem as cores da banda, o nome, os santos de devoção e, por vezes, representações icônicas de mestres e rainhas falecidos.

Bandeiras e estandartes são os principais adereços. Carregá-los constitui grande distinção. As performances das dançarinas com bandeiras e estandartes são fator relevante na apreciação das manifestações. Quase todas as bandas têm sua "paleta de cores oficial", algumas associadas aos santos, por exemplo, azul e branco para São Benedito. As cores se manifestam nas bandeiras, uniformes, vestimentas e instrumentos, particularmente nos tambores, embora não constituam um sistema rígido.

Nomes das bandas e pertencimento

Os nomes das bandas frequentemente remetem aos santos padroeiros, tais quais São Benedito, São Sebastião, Santo Expedito, Nossa Senhora da Conceição, etc; acompanhados ou não do nome do lugar. Outros nomes fazem alusão a localidades, mestres antigos, rainhas, assim como na Banda Mãe Petronilha, Araçatiba ou são específicos como Bandeira 1, Timbuí - Fundão, Amores da Lua e Panela de Barro, Vitória, Cultura Congo, Serra e Raízes da Barra, Barra do Jucu - Vila Velha. No cotidiano, as bandas são frequentemente identificadas apenas pelo nome da localidade de origem.

"Ser do congo" geralmente significa haver nascido em uma família ou comunidade congueira. Entretanto, é possível "entrar no congo" e participar ativamente. Em algumas bandas, a pessoa se torna "membro efetivo" após cinco a dez anos de participação, passando por uma espécie de batismo. O exemplo do Mestre Jeffinho da Banda de Congo São Sebastião de Taquaruçu e da APAE de Campo Grande ilustra essa possibilidade: ele não nasceu em família congueira, mas aprendeu o mister há 25 anos após um trabalho de capoeira em Taquaruçu, criando "amor pelo congo".



Instrumentos musicais das bandas de congo

Panorama geral

A instrumentação basilar das bandas de congo capixabas é constituída por tambores e casacas, aos quais se somam apito, bombo, caixa-clara, chocalho, cuíca, pandeiro e triângulo. Tambores e pelo menos uma casaca são imprescindíveis para a denominação do conjunto. O contingente de instrumentos varia conforme a banda. Na Serra, as bandas abarcam em média dez a vinte congueiros. Em Roda D'Água, Cariacica, o número de músicos oscila em torno de quinze, excluindo cantores. Em Vitória, há bandas com dez tocadores; na Barra do Jucu, Vila Velha, excedem vinte músicos. Famílias menores podem ter apenas oito tocadores. Predomina o número de tambores em relação ao de casacas. Chocalhos podem ser únicos ou formar naipes de três ou quatro. A cuíca também pode ser única ou parte de um naipe, como na Banda de Congo Santa Isabel, Roda D'Água, que inicia suas músicas sob cadência de um naipe de cuícas graves.

Os tambores

Os tambores são o principal instrumento, responsáveis pelo ritmo. Sem eles, a banda fica descaracterizada. Nas religiões de matriz africana, o tambor constitui instrumento de comunicação com o mundo espiritual. No período pré-abolição, foi usado como meio de comunicação, agenciamento de fluxos de subjetividade (Deleuze; Guattari, 2008) e linguagens cifradas, inclusive na promoção de revoltas contra o regime escravista.
A confecção dos tambores aproveita barris reciclados chamados "barrica", "ancorote" ou "corote". Retira-se o fundo, estica-se o couro, amiúde de boi e fixa-se por aros ou pregos. O processo de flexibilização da pele por água é ancestral. Atualmente, encontram-se dois tipos principais: tambores de barrica e tambores de "oco de pau" escavados em tronco maciço. Em Cariacica, a maioria é de ancorote e barrica, exceto nas bandas Mestre dos Mestres Prudêncio Resgate Cultural e Cia Cumby, ambas pertencentes ao Mestre Ezequiel, que usam apenas oco de pau. Na banda Mestre Tagibe há alguns exemplares de oco de pau.
Uma taxonomia proposta pelo artesão Zuilton Ferreira (*apud* Santos, 2013) divide os tambores em três tipos: - Candango: maior, som mais grave, usado para marcação. - Congo: médio, conduz o ritmo principal. - Dongo: menor, conhecido como tambor de repique, executa viradas e repiques. Em Cariacica, o candango é raro, mas bastante utilizado nas bandas da Serra e na Banda Mãe Petronilha de Araçatiba, Viana. A sonoridade dos tambores



é pujante, articulando acordes que variam conforme diâmetro, encurvamento, espessura das paredes e tipo de couro.

As casacas

A "casaca", também chamada reco-reco de cabeça esculpida, cassaca, cansaca, canzá, ganzá, caracaxá ou reque-reque é um instrumento idiófono de madeira ou bambu. Consiste num cilindro com superfície dentada numa das partes; ao resvalar essa área com uma vareta de madeira, produz-se som estridente e característico. O Dicionário Banto no Brasil (Lopes, 1998) afirma que "casaca" deriva de "canzá", com origem no reco-reco de bambu. O formato simula um corpo humano com cabeça e pescoço esculpidos, frequentemente com traços grotescos (Neves, 1980).

A casaca evidencia forte influência africana, embora alguns folcloristas capixabas atribuam-lhe origem indígena. Em Serra, o Mestre-Artesão Domingão produz casaca com madeira "tagibubuia". Os Tupiniquim de Aracruz também usam madeiras nativas. Mestres de Congo Ezequiel, Ceir e Tagibe confeccionam suas casacas com bambu e taquara das matas do Mochuara, em Cariacica. As bandas de Cariacica não possuíam casacas até os anos 1970 (Mazôco, 1993; Tagibe, 2013). Hoje, a casaca goza de grande prestígio, preenchendo pausas e contratempos da marcação dos tambores, acrescentando textura e complexidade rítmica. O naipe de casacas opera sob o mesmo princípio dialético de "base-repique" dos tambores.

Cuíca, bombo e caixa-clara

A cuíca, também alcunhada puíta, roncador, tambor-de-onça, é de origem africana. Confeccionada com madeira escavada ou metal e pele sintética, apresenta haste presa à membrana interna; ao friccionar a haste com um pano úmido, produz som grave e roncado. O termo pode ser hibridismo entre o banto *mpwita* (tambor de fricção) e o tupi "cuíca" (marsupial). Em Cariacica, a presença da cuíca é variável: Mestre Tagibe afirma que sua banda dispõe de sete tambores e duas cuícas, além de apito, buzina e chocalho.

O bombo é um cilindro recoberto por duas membranas, funcionando como contrabaixo dos tambores. Pode ser de madeira ou de tronco oco, bem como na Banda Panela de Barro, Vitória. A percussão é feita com maceta revestida de tecido ou pele. Substitui o primeiro-tambor em algumas bandas. A caixa-clara, tarol ou tambor militar tem parede circular, aros metálicos e esteira metálica. Pode ser industrial ou artesanal. É percutida com duas baquetas

de ponta fina. Numa incursão à Barra do Jucu, ouvimos Mestre Ezequiel chamar a caixa-clara de "caixa de guerra".

Apito, chocalho, pandeiro, triângulo e outros

O apito é usado para "fazer marcação", isto é, dar andamento, iniciar e acabar músicas, corrigir desvios. Em muitas bandas, o apito é o instrumento condutor. Exceções incluem a caixa-clara na Barra do Jucu e as cuícas em Roda D'Água. O chocalho, canzá, caracaxá, maracá, xequerê é comum em culturas indígenas e afro-brasileiras. Nas bandas de congo, são usados chocalhos industriais de alumínio ou flandres com grânulos internos.
O pandeiro e o triângulo ou ferrinho aparecem em algumas bandas. O triângulo emite som agudo e trêmulo. De maneira exótica, há registros de flauta na Banda de São Benedito e São Sebastião de Nova Almeida, Serra e sanfona na Banda de São Benedito de Praia de Graça Aranha, Colatina. Eventualmente, violão, caxixi ou sopros participam de festejos, mas não simbolizam a tradição central.

Ciclo rítmico, toadas e melodia

A base rítmica bantu

O ciclo rítmico de quatro pulsos (*time line*) é componente estrutural do samba, do maracatu, do frevo, do samba-de-roda, da habanera cubana, do tango argentino, do rag-time norte-americano. Essa célula, de matriz bantu, guarda relação com as tribos do antigo Reino do Congo e com a cultura musical dos Luba, inscrita na região Zaire-Angola. Foi difundida mundialmente, chegando à Índia, Israel e Rajistão. No congo capixaba, a célula rítmica semicolcheia-colcheia-semicolcheia é recorrente tanto nos tambores quanto nas casacas, especialmente nos repiques.
O repique ou "quebradão" é uma curta cadência instrumental, podendo ser coletivo, solo ou bricolagem. Tem função diferencial: pode induzir pausas ou prolongamentos vocais, influenciando dança e prosódia. A expressão "quebrar o ritmo" é costumeira. O repique é atribuído à contribuição africana, distanciando-se das antigas descrições de musicalidade indígena como "lúgubre e monótona".



Melodia e tonalismo

A melodia cantada pelas bandas é quase sempre tonal e de cariz europeu, afigurando herança musical portuguesa. O tonalismo estrutura a música popular brasileira, sendo constante no folclore. A influência negro-africana no âmbito melódico ocorre indiretamente, atuando sobretudo no plano rítmico. O ritmo, na acepção de Scliar (1986), é a "ordem geral do movimento" e, para Magnani (*apud* Name; Ortigão, 2020), a "ordem suprema da música". Na música brasileira de influência bantu, o ritmo e a organização das durações são os fatores singularizantes.

Peças de congo, toadas e improviso

As composições poéticas cantadas são chamadas "canções", "cantigas", "peças de congo" (em Cariacica), "jongos" ou "toadas". Muitas adotam a antiga forma do rondó (esquema a-b-a-c-a-d...a), associada à dança homônima provençal, sendo comum em improvisações. Lins (2009) afirma que cantar o improviso equivale ao repique instrumental para o congueiro: "as asas nas quais evolam o sentimento".

Os versos improvisados remetem a ações passadas, paixões, eventos recentes, podendo ter caráter laudatório ou cifrado para comentar fatos locais de grande repercussão. As temáticas abrangem amor, cotidiano, curiosidades anedóticas, devoção, irreverência, mar, natureza, história e trabalho.

Exemplos de toadas:

- Louvor a São Benedito: "Oi que santo é aquele / que vem lá de fora / é São Benedito / na sua charola". Variação antiga em Jerônimo Monteiro: "co'a bunda de fora"). - Promessa à Penha (versão de Cariacica): "Iaiá você vai à Penha? / Me leva ô, me leva / Eu vou tomá capricho / meu bem vou trabaiá / Eu tenho uma promessa a pagá / Essa promessa que eu tenho a pagá / É pra Santa Padroeira, ela vai me ajudá."
- Viagem: "Quebra, quebra gabiroba, / Quero ver quebrar / Ô quebra lá que eu quebro cá / Quero ver quebrar / Aqui não tem, aqui não há. / É na Bahia que eu vou achar." - Despedida: "Quem vai embora sou eu / quem vai embora eu sou / quando a porteira bater / o boiadeiro sou eu". Usual em Roda D'Água e Taquaruçu.

Andamento e variações regionais

A maioria das toadas é cantada em andamento único. Nas bandas da Serra e entre os Tupiniquim de Caleiras Velha, em Aracruz, predomina o *allegro molto*, andamento animado e rápido. Já em Cariacica, os mestres Cidiney, Cemir, Ezequiel e Tagibe concebem o andamento mais tradicional, avaliando que bandas de outras regiões, que tais Serra e Vila Velha "parecem escolas de samba" devido à celeridade. Há também "toadas lúgubres e monótonas", "toadas de trabalho e do quotidiano", "toadas de viagem" e "toadas de chegada e despedida".

Considerações finais

As bandas de congo do Espírito Santo constituem um patrimônio cultural vivo, que integra devoção católica popular, heranças africanas e indígenas, organização comunitária familiar e reinvenção contínua. Sua estrutura organizacional reflete hierarquias, devido aos mestres, capitães, rainhas e funções auxiliares que expressam tanto a divisão sexual do trabalho quanto espaços de protagonismo feminino, manifestando benzedeiras, parteiras, mestras. A instrumentação, especialmente tambores e casacas, revela sínteses técnicas e simbólicas de longa duração, enquanto o ciclo rítmico bantu e o tonalismo europeu coexistem em uma estética própria.

A transmissão oral e a participação desde a infância garantem a continuidade, mas a abertura a "entrantes", como Mestre Jeffinho, mostra a capacidade de incorporação de novos agentes. O reconhecimento de mestres como patrimônios vivos (UNESCO, década de 1990) e a existência de bandas para-folclóricas (como na APAE) indicam tanto políticas de salvaguarda quanto processos de folclorização e ressignificação.

Preservar o complexo cultural do congo implica valorizar seus agentes: mestres, rainhas, congueiros, artesãos de tambores, seus rituais: fincadas, cortejos, rodas e seus territórios simbólicos: Roda D'Água, Barra do Jucu, comunidades de Serra, Aracruz, Linhares, etc. A pesquisa contínua e o registro etnográfico são ferramentas indispensáveis para que essa tradição não apenas se mantenha, mas continue a se reinventar como expressão de fé, identidade e resistência cultural capixaba.



Referências

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2008.

LOPES, Nei. Dicionário da Antiguidade Africana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LINS, Jaceguay. O Congo no Espírito Santo: Uma panorâmica das bandas de congo. Vitória: EDUFES, 2009.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. Autopoiesis and cognition: The realization of the living. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1980.

MAZÔCO, Eliomar Carlos. O Congo de Máscaras. Vitória (ES): UFES – Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1993.

NAME, José Otavio Lobo; ORTIGÃO, Elisa Ramalho. Congo do Espírito Santo: Celebrações e Formas de Expressão. Dossiê de Pesquisa com vistas ao registro do Congo do Espírito Santo como Patrimônio Imaterial Nacional. Vitória: Iphan-ES/UFES, 2020.

NEVES, Guilherme Santos. Bandas de Congo. Rio de Janeiro: MEC/Secretaria de Assuntos Culturais/FUNARTE, 1980. Cadernos de Folclore nº 30.

SANTOS, José Elias. Processos organizativos e identidade afrobrasileira: A transmissão cultural do congo em Cariacica/ES. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SCLIAR, Esther. Música - Prática de Ensino - Aula: 1ª a 4ª séries. Porto Alegre: MusiMed, 1986.

TAGIBE, Mestre. Banda de Congo Mestre Tagibe - Roda D'agua - Cariacica. Entrevistador: Fábio Carvalho. Publicação no YouTube por: Fábio Carvalho. 13 de dezembro de 2013. Vídeo (26min54s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GK8C28m6MlQ&t=518s>. Acesso em: 13 de outubro de 2024.



OS (DES)CAMINHOS DO SABER: O GINÁSIO MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI E A ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL

Paulo Tiago Fontenele Cardoso

Introdução

Como o recorte temporal da presente pesquisa cruza com o período do Regime Civil-Militar brasileiro, consideramos oportuno fazer alguns apontamentos sobre aquele momento, com o intuito de perceber possíveis influências, ou não, da política e da legislação educacional na trajetória do Ginásio Municipal de Piracuruca-PI.

Nesse sentido, o presente capítulo traça uma discussão sobre as transformações políticas oriundas da Ditadura Civil-Militar, com suas implicações diretas e indiretas na organização e na legislação educacional. A estruturação do Ginásio de Piracuruca, com as devidas proporções e especificidades, deve ser entendida, também, no seio da legislação nacional. Além disso, o capítulo realiza a análise da cultura e do cotidiano escolar do Ginásio nesse período, buscando compreender o cotidiano dos sujeitos que experimentavam e praticavam os espaços do prédio escolar.

Entre o pensar, o aprender e o obedecer: a legislação educacional a partir de 1964

É oportuno mencionar que, a partir de 1964, o país começou a vivenciar um período turbulento e sombrio em sua história, pois foi instaurado o Regime Civil-Militar, com duração até 1985. Foram muitas as implicações nos diferentes âmbitos: políticos, econômicos, sociais, culturais e, dentre tantos acontecimentos, transformações na educação formal.

Nessa perspectiva, Acacia Kuenzer destacou que:

> A legislação educativa é toda reformulada, economistas de plantão passam a fazer sucesso como educadores e em nome da eficiência de todo sistema são elaborados planos de toda a sorte. Do primário à pós-graduação, nada fica sem o dedo dos planejadores. A grandiosidade das propostas, em contraposição aos modestos resultados obtidos, acelera a crise de credibilidade do Planejamento Educacional e dos planejadores, de tal sorte que a consciência dessa inadequação se dá muito antes da percepção da crise global do modelo de desenvolvimento (Kuenzer, 1989, p. 41).

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



Os anos que se seguiram, durante o Regime Civil-Militar, foram marcados por uma concepção e políticas economicistas e capitalistas da Educação, com valorização do preparo de alunos e professores para o mercado, com ênfase e incentivos à iniciativa privada. Tais políticas não se restringiram apenas aos grandes centros urbanos, sendo suas ações percebidas, sobretudo, nos processos educacionais em todo o país, especialmente em sua legislação.

Mesmo nas cidades pequenas do interior do Brasil, ainda sem acesso aos meios mais dinâmicos de comunicação da época, como a televisão[1], as ideias e notícias que permitiram que o golpe militar acontecesse e a ditadura civil-militar fosse implantada no país se disseminavam com facilidade, tendo setores da igreja católica como principais responsáveis por trazer dentro de suas práticas e discursos essas ideias à população. Em Piracuruca, nos inícios da década de 1960 a igreja católica, representada na cidade pelo padre Monsenhor Benedito Cantuária, disseminava para a população discursos sobre tudo o que esta via como uma ameaça à ordem, à moral, à civilidade e à fé. Tais discursos eram voltados para uma reação contra o comunismo, que era visto como uma ameaça à nação brasileira, mas também contra evangélicos, que desde a década de 1950 chegavam ao município e começavam a implantar suas igrejas.[2]

O poder que a Igreja Católica ainda exercia sobre a população em Piracuruca, na época, também pode ser observado nos acontecimentos que antecederam o golpe para a implantação da ditadura civil-militar em março de 1964. Nessa época, espalham-se pelo Brasil, a começar pelos grandes centros urbanos e econômicos, as passeatas públicas denominadas *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Tais passeatas foram organizadas por setores conservadores da sociedade brasileira, em reação a uma suposta e gradativa "implantação do comunismo" no Brasil pelo presidente João Goulart.[3] A igreja católica no Brasil, tendo parte do clero como incentivador do movimento, apoia-se no ideário de perseguição do socialismo à autoridade da igreja, aos seus representantes e

[1] As transmissões televisivas iriam chegar à Piracuruca apenas em 07 de abril de 1970, com o sinal da TV Ceará. Antes desse acontecimento a cidade se abastecia de notícias através dos poucos aparelhos de rádio que existiam e pelas notícias divulgadas pela Amplificadora Pio XI.

[2] A primeira igreja evangélica de Piracuruca, foi fundada pelo casal de missionários irlandeses Wesley e Winnie Gould, no ano de 1954. A criação dessa igreja gerou embates com a igreja católica de Piracuruca na época, lideradas principalmente por Monsenhor Benedito Cantuária e Padre Ximenes.

[3] João Belchior Marques Goulart, nasceu em São Borja-RS em 1 de março de 1919. Conhecido popularmente como Jango, foi um advogado e político brasileiro, tendo sido o 24.º presidente do Brasil, de 1961 a 1964, quando foi deposto pelos militares no Golpe de Estado de 1964. Faleceu na Argentina, na cidade de Mercedes em 6 de dezembro de 1976.

consequentemente à fé cristã. Pelas fotografias da época, observa-se que eram passeadas que reuniam milhares de pessoas, geralmente ocupando as principais vias públicas das cidades, com marchantes sustentando faixas, cartazes e plaquetas onde estavam escritas palavras de ordem ou de apoio ao movimento que tiraria do poder o presidente João Goulart.

Na fotografia abaixo, pertencente ao site Memorial da Democracia, podemos visualizar através do enquadramento feito pelo fotógrafo muitos dos elementos constitutivos dessas marchas. Nela vemos em primeiro plano duas mulheres e um homem, mas as mulheres estão em posição centralizada na foto. Nota-se que são católicas, pois juntas seguram um grande rosário, e uma delas ainda carrega um rosário menor pendurado em sua mão junto com a bolsa. Parte importante desse enquadramento é a faixa em tecido carregada por dois homens, com o lema do movimento "MARCHA DA FAMILIA COM DEUS PELA LIBERDADE", pois está escrita em letras maiúsculas, representado assim a autoridade dos que marcham sobre a ameaça socialista. Outro aspecto observado na fotografia é o tecido branco da faixa, uma cor neutra, mas que também representa a paz. O branco em oposição à cor vermelha associada ao comunismo representaria o período conturbado e "ameaçador" por qual o país passava, mas que brevemente seria finalizado com a saída do presidente e suas ideias associadas ao mal. Assim, Deus à frente das lutas para estabelecer a paz, a moral e a ordem, recolocaria o país no lugar. Essa era a tônica das elites brasileiras, no período que antecedeu o golpe civil militar de marco de 1964.

Foto 26 – Marchadeiras com rosários nas mãos abrem protesto no Rio de Janeiro



Fonte: Site Memorial da Democracia[4].

[4] https://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango. Acesso em 18 de julho de 2024.

Em Piracuruca, também foi realizada uma passeata com as características descritas acima, também de apoio ao movimento contra o comunismo, mas também em comemoração à queda do presidente João Goulart, pois o golpe já havia acontecido[5]. Tal passeata foi organizada pelos setores políticos do município e teve o representante da igreja católica à frente de sua realização. Vale lembrar que nesse mesmo período de início da ditadura civil-militar, Monsenhor Benedito, além líder espiritual para os católicos de Piracuruca, era ao mesmo tempo diretor do Ginásio Municipal de Piracuruca. Desse modo, percebe-se que, em algum momento, os discursos a favor do golpe de 1964 e a educação no município estavam interligados. Acrescenta-se a isso o fato de a paróquia ser proprietária de uma amplificadora (Amplificadora Pio XII), único meio de comunicação mais abrangente que a cidade possuía. Pouco se sabe ainda sobre essa passeata realizada possivelmente em abril de 1964 em Piracuruca. Porém, temos o relato do Desembargador Luís Gonzaga Brandão de Carvalho, que presenciou as articulações para o movimento, assim,

> Lembro-me bem no verdor de meus 16 anos de idade, na então longínqua e provinciana querida cidade de Piracuruca, quando se solidificou o movimento revolucionário de 31 de março. A cidadezinha de antanho, ficou um alvoroço desmedido aprovando o golpe, porque seriam extirpado o comunismo e a subversão da ordem capitaneada pelos esquerdistas da época; fazendo valer o primado da democracia e da ordem! Logo após, fomos todos chamados pelos poderes constituídos da municipalidade, à frente à Igreja Católica Apostólica Romana, tendo como pároco o Monsenhor Benedito Cantuária de Almeida e Sousa que presidia em longa procissão" A Marcha com Deus com o Povo pela Liberdade", em verdadeiro desfile cívico por toda a cidade envolvendo a população urbana e os partidos de direita que defendiam o movimento revolucionário. Era uma amálgama de política e fé, uns entoando cânticos religiosos, outros cantando o Hino Nacional Brasileiro[6].

O modo como a os setores conservadores da política e da igreja católica receberam a confirmação do golpe de Estado foi elucidativo para que a passeata fosse convocada e acontecesse nos moldes das que antecederam à implantação da ditadura. Temos conhecimento de apenas dois registros fotográficos dessa passeata em Piracuruca até agora. Porém, é possível que existam outras fotografias pertencentes a arquivos particulares, das quais ainda não temos conhecimento, visto que a cidade, nessa época, já contava com um

[5] As marchas que aconteceram após o golpe, receberam o nome genérico de Marchas da Vitória.
[6] "A Revolução de 31 de Março de 1964" – Des. Brandão de Carvalho. https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/sem-categoria/a-revolucao-de-31-de-marco-de-1964-des-brandao-de-carvalho/. Acesso em 29 de julho de 2024.

fotógrafo[7] residente, responsável por registrar a maioria dos eventos públicos e particulares. Possivelmente, a fotografia a ser analisada foi registrada pela lente do fotógrafo Raimundo Costa.

Foto 27 – Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em Piracuruca-PI em abril de 1964



Fonte: Arquivo particular de Domingos Demerval[8]

Na fotografia, podemos observar a Marcha da família com Deus pela Liberdade realizada em abril de 1964, vista a partir do cruzamento da Avenida Coronel Pedro de Brito, com a rua Senador Gervásio. Notamos que o fotografo enquadrou em sua lente apenas sujeitos ligados à política local e representantes do clero, pois podemos ver no canto esquerdo da fotografia um homem segurando uma faixa, o que significa que o início da passeata já havia passado pelo campo de visão do fotógrafo. Em primeiro plano, podemos ver o prefeito da cidade, José Mendes de Moraes (Geroca) e sua esposa. Nota-se que as autoridades políticas e religiosas são ladeadas por representantes da força policial do município, representado assim a conjuntura do Estado a partir daquele momento: ordem, força e moral. Atrás das autoridades, perfila-se a mocidade estudantil de Piracuruca, observando que a primeira escola a se representar no desfile é o Ginásio Municipal de Piracuruca, com duas alunas vestidas

[7] Raimundo Costa, nasceu na cidade de Acaraú-CE em 12 de dezembro de 1919. Estabeleceu-se em Piracuruca no ano de 1958 e nesse mesmo período prendeu a fotografar exercendo esse oficio até o ano de 2004. Faleceu em Piracuruca no dia 30 de janeiro de 2008.

[8] Uma versão colorizada da fotografia pode ser acessada na conta de Instagram, Fotos Históricas de Piracuruca, https://www.instagram.com/p/CKuDBs2AnIr/. Acesso em 20 de julho de 2024.

com a farda de gala[9], sustentando ao alto uma faixa com os dizeres: Os comunistas não têm PATRIA, DEUS e nem FAMÍLIA. A bandeira oficial do Ginásio também é vista na fotografia logo atrás da faixa. Observa-se que, para fazer o registro nesse ângulo o fotógrafo deveria estar postado em alguma estrutura que lhe proporcionasse altura, como, por exemplo, em cima de um muro. Tal estratégia significa que a foto foi encomendada. Autoridades, policiais, religiosos e estudantes, representando o futuro do país, ocupam um lado inteiro da avenida, a população caminhando à contramão ocupa o lado oposto. Ao fundo vê-se o prédio do Ginásio Municipal e partes da avenida Landri Sales (na frente do Ginásio) ainda sem pavimentação, mas com muitas pessoas a acompanhar a passeata, o que sugere que o percurso da marcha usou o trajeto das antigas procissões da padroeira, visto que foi idealizado pelo padre do município. A maioria das pessoas na fotografia segura ou sugere balançar bandeirolas brancas, numa nítida alusão à pacificação do país com o novo governo que surgia.

Foto 28 – Faixa exposta no percurso da Marcha da Vitória, Piracuruca, 1964.



Fonte: Página Piracuruca Túnel do Tempo.[10]

A fotografia também foi produzida no período da realização desse evento em comemoração à instalação da ditadura no país. Nela vemos uma faixa de tecido com os dizeres: "Os democratas Piracuruquenses prestam suas homenagens às Forças Armadas do Brasil que

[9] A farda de gala foi instituída no Ginásio Municipal de Piracuruca em 1961 e era usada apenas nos eventos especiais em que a escola participava. Apenas duas escolas em Piracuruca tiveram farda de gala: o Patronato Irmãos Dantas e o Ginásio Municipal de Piracuruca.

[10] Disponível em: https://www.facebook.com/408687795908738/photos/pb.100063665377695.-2207520000/657205627723619/?type=3 Acesso em 34 de julho de 2024.

defenderam heroicamente a nossa Democracia". A faixa estava exposta da rua principal da cidade, aquela que recebia maior movimentação, pois era local de passagem para quem entrava ou saía da cidade até os anos 1970.

O que se pretende aqui, ao mostrar e descrever as fotografias desse momento na história da cidade de Piracuruca, é entender que as ações e participações que ajudaram a implantar um regime de repressão, violência e torturas no Brasil não aconteceram apenas nos grandes centros urbanos da época, com a associação de políticos, grupos empresariais e os setores conservadores do Sudeste, como é comum ser pensado. Mas, diferentemente disso, teve nas pequenas cidades do interior do Brasil um apoio relevante para o seu surgimento e manutenção. Nessas cidades, os arranjos e conjunturas vigentes na sociedade até mesmo facilitaram a sustentação dos governos ditatoriais pelas duas décadas seguintes, como o coronelismo, o baixo índice de escolarização e o nível de pobreza do local, o que contribuiria para a atuação de mecanismos de controle, medo e doutrinação a favor do governo vigente. As relações entre educação no Ginásio Municipal de Piracuruca e a aproximação com o regime que se implantou no Brasil a partir de 1964 podem ser entendidas através de aspectos externos à educação, como a ligação do estabelecimento desde o início de sua fundação com a presença de sujeitos ligados ao clero católico e aos setores conservadores na sua gestão e corpo docente. Pode também ser observada através da legislação brasileira sobre educação e também os documentos que regiam a instituição internamente. Desse modo,

> O contato com a documentação escolar tem-nos permitido conhecer o funcionamento desta instituição escolar tanto no campo das relações entre professores, alunos e comunidade como também na parte formal da escola com as notas, registro de alunos e de professores que ali ministravam aulas. Documentos importantíssimos para a compressão do cotidiano da escola e dos sujeitos envolvidos no processo educativo (Almeida; Silva, 1982, p. 7).

Assim, tomando como base as falas das autoras, ao pesquisarmos nos documentos do antigo Ginásio Municipal, principalmente na documentação sobre a legislação escolar, analisamos alguns pontos presentes nessa documentação, que pudessem indicar não só o momento histórico vivido pelo Brasil a partir de meados da década de 1960, mas, as implicações diretas sobre a comunidade escolar. A documentação referente ao Ginásio Municipal de Piracuruca, apesar de não ser muito vasta, pois muito material não foi preservado, é composta por documentos como quadros de horários, avisos, editais de matrículas, regimentos internos, portarias, fotografias, livros e fichas de matrículas. No tópico, analisaremos especificamente

os regimentos internos, principalmente os que surgiram a partir de 1964, interrelacionando-os com outras fontes documentais da escola.

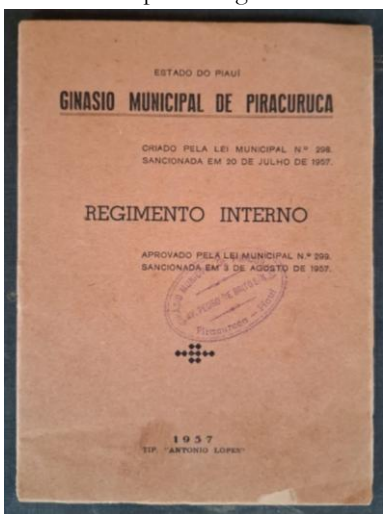
O Regimento Interno é o documento mais importante da escola. É o primeiro documento interno a ser produzido quando do funcionamento de um novo estabelecimento de ensino. Por ser um documento normativo, nele estão todas as regras, direitos e deveres de todos que compõem a comunidade escolar, definindo a organização pedagógica, disciplinar e administrativa da escola. Assim, os regimentos internos do Ginásio Municipal, ao estarem em conformidade com a legislação da época e acompanhando os momentos políticos do Brasil, nos possibilitam fazer algumas observações sobre alguns de seus capítulos e artigos. Desse modo,

> No espaço escolar registra-se historicamente, a presença de um conjunto de regras que devem ser obedecidas para que o processo de ensino aprendizagem se desenvolva configurando-se como um acordo, escrito ou tácito, que orienta as relações entre discentes, docentes e a comunidade escolar. Na verdade, essas regras disciplinares estão dispostas em políticas educacionais ou presentes nas praticas cotidianas da sociedade, tornando-se o professor o mediador desse contrato pedagógico, em que os conflitos precisam ser evitados, a submissão garantida, estabelecendo padrões de comportamento e normas a serem seguidas pelo educando (Carvalho; Moraes; Carvalho, 2019, p. 25).

Do recorte delimitado na pesquisa, existem quatro regimentos internos referentes ao objeto estudado: os Regimento Internos de 1957, 1964[11], 1965 e 1967. O único que foi impresso em gráfica na forma de livreto foi o de 1957, possivelmente para ser distribuído entre professores ou alunos, pois possui o formato 16cm x 11cm, possibilitando fácil acesso a consultas. Impresso na Tipografia Antonio Lopes, o regimento tinha capa e contracapa na cor rosa e 16 páginas, que continham 10 capítulos e 32 artigos. Nas primeiras páginas trazia a lei de criação do Ginásio e a lei que aprovava o regimento. Na última página, são indicado os jornais onde o regimento do Ginásio Municipal foi publicado.

[11] Possivelmente existiu um outro Regimento Interno entre 1957 e 1964, pois, o Regimento Interno de 1964 traz aditivos que não se encaixam nos mesmos artigos do regimento de 1957.

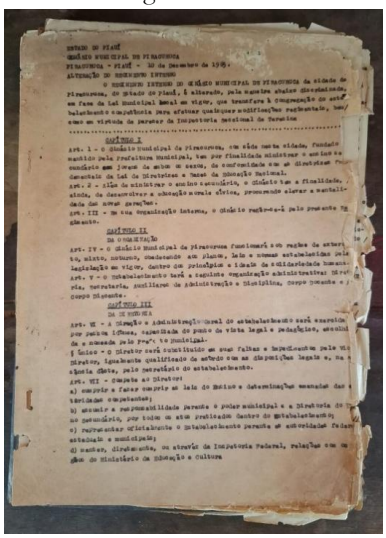
Foto 29 – Capa do Regimento Interno de 1957



Fonte: produzido pelo autor

Os outros três regimentos não tiveram todo esse cuidado com a estética e apresentação. Estão apenas datilografados e suas folhas unidas umas às outras por grampos e percevejos de metal. Isso significa que eram documentos que não tiveram certa circulação pela comunidade escolar, com consultas restritas nos ambientes administrativos da escola. O de 1964, traz apenas aditivos que alteram o regimento anterior. É composto 5 folhas de papel datilografadas com alterações dos capítulos X e XI, compreendendo os artigos 28 ao 55. O regimento de 1965 possui 10 páginas datilografadas, 11 capítulos e 54 artigos. O regimento de 1967, possui mesma quantidade de páginas, capítulos e artigos do regimento anterior, é acrescido apenas de um inciso no artigo XXXV. Assim, é interessante observar que no primeiro ano do regime civil-militar, os regimentos internos do Ginásio Municipal não passam por mudanças significativas no capítulo referente a sua função como estabelecimento de ensino.

Foto 30 – Regimento Interno 1965



Fonte: produzida pelo autor

O Regimento Interno de 1957, logo no início, deixa explícito que a intenção de sua existência como instituição de ensino secundário não está pautada apenas na formação intelectual dos jovens de Piracuruca, mas também tem "a finalidade, ainda, de desenvolver a educação moral e cívica, procurando elevar a mentalidade das gerações" (Piracuruca, 1957, n.p.). Era para os redatores do regimento um projeto a longo prazo. A noção de "salvar" a sociedade através da elevação das mentalidades, não apenas pelos conhecimentos adquiridos através das disciplinas, mas sim aliando esse conhecimento à ideia de amor e dedicação à nação e moralidade aplicada aos aspectos da vida dos estudantes, podem ser vistas já nesse momento como pequenos elementos que iriam contribuir para as mudanças na política brasileira nos anos próximos. Podemos acrescentar ainda o fato de que a escola naquele momento estava surgindo no seio de uma sociedade que acarretava deficiências ligadas ao baixo índice de escolarização e à quantidade massiva de não alfabetizados. Nesse sentido, o Ginásio funcionaria como um formador e disseminador de intelectuais que proporcionariam o crescimento não só nas capacidades inteligíveis, mas da sociedade de forma geral. Essa mesma premissa aparece novamente nos regimentos de 1964, 1965 e 1967, sem nenhuma alteração, na ideia de que, elevar as mentalidades era algo que estava funcionando, assim sem necessidade de mudanças de planos.

Um outro aspecto do Regimento Interno de 1957, é o artigo XVIII que traz o que era vedado ao professor. Nesse artigo, além de não poder dar conhecimento prévio aos alunos sobre os

pontos da prova e de não poder fumar durante as aulas, o professor também era proibido de aplicar penalidades aos alunos além daquelas já previstas no artigo XXVI do próprio regimento. Esse artigo, incluído no capítulo "Das Penalidades", estabelecia que, pela inobservância de seus deveres, o aluno estava sujeito às seguintes sanções: admoestação e repreensão em aula, aplicadas pelo professor; retirada da sala de aula, com comunicação imediata à direção do estabelecimento; repreensão reservada pelo diretor; suspensão com perda de provas; ou cancelamento da matrícula. Proibir os professores de aplicar penalidades aos alunos significava, portanto, uma ruptura com alguns métodos utilizados nas escolas de ensino primário, que por vezes recorriam a castigos, penalidades e punições como parte do processo educacional.

> O abrandamento das práticas disciplinares, de forma a suprimir os castigos corporais das sanções prescritas pelos regulamentos escolares, substituindo-os por penalidades de cunho moral, possui complexas relações com a ideologia e as práticas sociais típicas de uma sociedade em transformação que, paulatinamente, substituiu a antiga "ética paternalista cristã" pela ética capitalista, alicerçada pelos valores liberais (Carvalho; Moraes; Carvalho, p. 34).

Desse modo, o ginásio como uma escola de grau médio, tendo como premissa "elevar as mentalidades das gerações futuras" como vimos anteriormente, estava muito mais alinhado aos valores liberais pautados nas liberdades individuais. É interessante ressaltar que o texto do artigo se manteve inalterado até o regimento de 1967. Porém, no decorrer das discussões sobre os regimentos do Ginásio Municipal veremos que a ideia de liberdades individuais por vezes esteve alicerçada no controle e vigilância.

O texto do Regimento Interno de 1964 já é bem maior em relação ao de 1957. Isso pode ser explicado devido às demandas que foram surgindo com o passar dos anos; por isso o acréscimo de capítulos e artigos que tratassem de aspectos que não tinham sido mencionados no primeiro regimento. Nesse Regimento, elementos de ordem moral e política já são mencionados nos artigos, como no exemplo do artigo 29, que trata das necessidades de dar ou aceitar transferências. Assim, pelo texto do referido artigo as transferências seriam dadas ou aceitas em qualquer tempo do ano por motivos como mudança de residência, motivos de saúde, e incompatibilidade disciplinar ou psicológica. Porém, as transferências para a escola ficariam condicionadas à existência de vagas disponíveis e a antes disso à apreciação de ordem moral sobre o requerente. Desse modo, percebemos a presença já de forma bem aberta da repressão imposta pelo regime político brasileiro da época no texto do documento norteador do Ginásio Municipal. Não é mencionado como seria feita essa apreciação moral, quais

critérios seriam usados e nem quem participaria dela, sugerindo algo que não seria público, mas necessário para que a imagem da instituição não fosse descreditada. Além disso, em outro ponto do regimento, no artigo 50, ainda tratando sobre transferências, o texto acrescenta que a direção do estabelecimento não poderia negar transferência ou matrícula a qualquer aluno por motivos de ordem política, religiosa, ética ou social.

Referências

ALMEIDA, Maria Susana Mikui; SILVA, Celeida Maria Costa de Sousa e. Os arquivos escolares e a formação da memória educacional da Escola Estadual 26 de Agosto em Campo Grande – MS (1936-1982). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal,2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875807_85dc04948bee2cfeb5e989d9d8d4381e.pdf Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; MORAES, Grinaura Medeiros de; CARVALHO, Bruna Katherine Guimarães. Dos castigos escolares à construção dos sujeitos de direito: contribuição de politicas de direitos humanos para uma cultura de paz nas instituições educativas. **Revista Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 24-46, jan. / mar., 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/VsQCNTCYmvRFfXM5W7ZtPvS/abstract/?lang=pt Acesso em 20 de fevereiro de 2025.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; MORAES, Grinaura Medeiros de; CARVALHO, Bruna Katherine Guimarães. Dos castigos escolares à construção dos sujeitos de direito: contribuição de políticas de direitos humanos para uma cultura de paz nas instituições educativas. **Revista Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 24-46, jan. / mar., 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/VsQCNTCYmvRFfXM5W7ZtPvS/abstract/?lang=pt Acesso em 20 de fevereiro de 2025.

KUENZER, Acacia Zeneida; GARCIA, Walter; CALAZANS, Julieta. **Planejamento e educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989, p. 41.



PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Lei nº 299, de 3 de agosto de 1957. Aprova o regimento interno do Ginásio Municipal de Piracuruca. Piracuruca, PI. 3 ago. 1957.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



DIGNIDADE, IGUALDADE E DISCURSO JUDICIAL. A CONSTRUÇÃO DO DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Adriana Dias Vieira[1]
Carlos Alberto Lima de Almeida[2]

Introdução

O presente artigo insere-se no campo do Direito Antidiscriminatório e tem como objeto a análise do papel do discurso judicial na construção de um paradigma jurídico orientado à promoção da igualdade inclusiva, tomando como referência a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Parte-se do reconhecimento de que o Direito contemporâneo, especialmente no âmbito dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, não se limita à aplicação normativa de tratados e princípios abstratos, mas se constitui como espaço de produção de sentidos, no qual se definem os contornos da dignidade humana, da igualdade e da própria ideia de justiça.

Nesse contexto, a investigação delimita-se à análise das decisões da Corte Interamericana enquanto práticas discursivas institucionais, buscando compreender se tais decisões operam apenas como instâncias de aplicação normativa ou se produzem transformações discursivas capazes de redefinir a gramática jurídica da igualdade na América Latina. A partir dessa delimitação, o problema de pesquisa pode ser formulado nos seguintes termos: em que medida o discurso judicial da Corte Interamericana participa da construção do Direito

[1] Doutora em Teoria e História do Direito pela Faculdade de Direito da *Università degli Studi di Firenze* em 2015, doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba em 2012, Mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Coordena o ÍMÃ - Laboratório de Pesquisa em Direito, Inovação e Cultura - , grupo de pesquisa e extensão. Professora Associada III da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFF). E-mail: advieira@id.uff.br

[2] Doutor e Mestre em Política Social (UFF). Doutor em Educação (UFF) e Mestre em Educação (UNIVERSO). Estágio de Pós-doutorado em Direito (UERJ). Pós-doutorando em Direito (UFF). Estágio de Pós-doutorado em Política Social (UFF). Estágio de Pós-doutorado em Educação (FFP/UERJ). Professor Permanente do Programa de Mestrado em Economia Solidária e Desenvolvimento, professor do curso de Direito, Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas e Professor do Curso de Direito da Univassouras, Campus Maricá. Professor do Curso de Direito da AFYA Unigranrio, Campus Duque de Caxias. Presidente da Comissão de Direito Antidiscriminatório da OAB/RJ. E-mail: carlosalberto.limadealmeida@gmail.com

Antidiscriminatório como paradigma jurídico e quais são os efeitos dessa construção para a promoção da igualdade inclusiva.

A resposta a essa questão exige um deslocamento teórico que permita compreender o Direito para além de sua dimensão normativa, incorporando sua dimensão discursiva. É nesse ponto que se estabelece o diálogo central deste artigo com a investigação desenvolvida por Adriana Dias Vieira em sua tese de doutoramento, a qual constitui o principal referencial teórico desta análise. A partir desse diálogo, adota-se a compreensão de que a dignidade humana não se apresenta como um conceito fixo, universal e estabilizado, mas como uma categoria atravessada por tensões discursivas, marcada por ambiguidades, deslocamentos e disputas de sentido no interior do campo jurídico.

Essa perspectiva conduz ao reconhecimento de que a centralidade da dignidade humana no discurso jurídico contemporâneo não implica estabilidade semântica, mas evidencia sua condição de conceito aberto, cuja operacionalização depende de práticas interpretativas situadas. Nesse sentido, o Judiciário não atua como mero aplicador de normas previamente estabelecidas, mas participa da própria construção do Direito, na medida em que define, por meio da linguagem judicial, os contornos da dignidade e da igualdade. A distinção entre discursos consonantes e dissonantes, desenvolvida pela primeira autora, permite evidenciar a instabilidade dos sentidos jurídicos e o caráter disputado do campo jurídico, no qual diferentes racionalidades normativas coexistem e se tensionam. A dignidade humana, nesse cenário, deixa de operar apenas como fundamento normativo e passa a constituir um objeto de disputa discursiva no interior do próprio Direito.

Esse referencial teórico articula-se diretamente com a proposta de pesquisa desenvolvida pelo segundo autor no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal Fluminense, cujo foco recai sobre a consolidação do Direito Antidiscriminatório como paradigma jurídico orientado à promoção da igualdade inclusiva nas decisões do Poder Judiciário brasileiro a partir de 2022. Parte-se, nesse projeto, da hipótese de que a intensificação da judicialização de conflitos envolvendo discriminação e desigualdades estruturais reposiciona o Judiciário como instituição central na mediação dessas tensões, produzindo racionalidades decisórias que ultrapassam a lógica da igualdade formal e se orientam por uma compreensão material e inclusiva da igualdade.

A articulação entre essas duas frentes de investigação permite compreender a jurisprudência interamericana como espaço privilegiado de observação dessas transformações. Nesse sentido, são selecionados quatro casos paradigmáticos julgados pela Corte Interamericana, que evidenciam diferentes dimensões da construção discursiva da igualdade. O caso *Ximenes Lopes vs. Brasil*, de 2006, evidencia a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade

institucional. O caso *Atala Riffo e filhas vs. Chile*, de 2012, enfrenta a discriminação por orientação sexual e tensiona padrões morais majoritários. O caso *Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador*, também de 2012, reconhece a centralidade dos direitos coletivos e da identidade cultural dos povos indígenas. Por fim, o caso *Guevara Díaz vs. Costa Rica*, de 2022, apresenta-se como marco na explicitação do Direito Antidiscriminatório como categoria jurídica e paradigma interpretativo orientado à igualdade inclusiva.

A análise desses casos permite evidenciar a evolução do discurso judicial da Corte, desde decisões que, embora sensíveis às desigualdades, ainda não mobilizavam explicitamente a categoria do Direito Antidiscriminatório, até a consolidação de uma racionalidade decisória que reconhece a igualdade inclusiva como parâmetro interpretativo central. Esse movimento revela a existência de um campo em disputa, no qual diferentes concepções de dignidade e igualdade coexistem, se confrontam e se transformam ao longo do tempo.

Nesse ponto, torna-se possível estabelecer um diálogo crítico entre o trabalho desenvolvido pela primeira autora e os desdobramentos mais recentes do campo jurídico. Quando da elaboração de sua tese, a categoria Direito Antidiscriminatório ainda não se encontrava consolidada nos termos que passam a emergir, especialmente a partir de 2022. Ainda assim, sua análise antecipa, em nível teórico, as condições de possibilidade desse paradigma, ao evidenciar a dimensão discursiva do Direito e a instabilidade dos sentidos jurídicos da dignidade. Observa-se, assim, a continuidade de um campo de disputas que, ao se reconfigurar, incorpora novas categorias sem eliminar as tensões estruturais que o caracterizam.

No que se refere à metodologia, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza empírico-analítica, combinando a análise documental das decisões da Corte Interamericana com a análise jurídico-discursiva inspirada na tradição semiolinguística da Análise do Discurso. Essa escolha metodológica permite examinar não apenas o conteúdo normativo das decisões, mas também os modos de produção de sentido, as racionalidades decisórias e os efeitos institucionais da linguagem judicial, compreendendo o discurso jurídico como prática social situada.

A partir desse percurso, o artigo busca contribuir para o diálogo entre teoria do direito, estudos empíricos e direitos humanos, evidenciando que a construção do Direito Antidiscriminatório não se realiza apenas no plano normativo, mas também, de forma decisiva, no plano discursivo, no qual se definem os limites e as possibilidades da igualdade inclusiva no contexto contemporâneo.

No que se refere aos procedimentos de revisão textual, registra-se que foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI, baseada em

modelo de linguagem de grande escala (GPT), como instrumento de apoio técnico. Sua utilização limitou-se à revisão ortográfica, gramatical e à adequação formal do texto às Regras de Formatação de Originais do 8º Ciclo Ibero-americano de Diálogos Contemporâneos – 8º CIDC, não tendo sido empregada para a elaboração de conteúdo teórico, construção argumentativa ou análise jurídica. Ressalta-se que toda a concepção intelectual, desenvolvimento analítico e responsabilidade pelo conteúdo do artigo são integralmente atribuídos aos autores.

Desenvolvimento

A opção por iniciar o desenvolvimento do presente estudo com uma breve exposição de decisões paradigmáticas da Corte Interamericana de Direitos Humanos não decorre de uma escolha meramente descritiva ou expositiva, mas de uma decisão metodológica orientada à construção do problema teórico que sustenta a análise. Parte-se da compreensão de que a jurisprudência interamericana constitui um campo privilegiado de observação das transformações contemporâneas do Direito, especialmente no que se refere à reconfiguração dos sentidos da dignidade humana e da igualdade no interior do discurso judicial.

Nesse sentido, a apresentação dos casos não se destina à reconstrução exaustiva de seus fatos, fundamentos ou conclusões, tampouco à elaboração de um inventário jurisprudencial. Ao contrário, busca-se mobilizá-los como dispositivos analíticos, capazes de revelar deslocamentos na linguagem jurídica e de evidenciar a emergência de novas racionalidades decisórias. A função dessa estratégia consiste em oferecer ao leitor um ponto de entrada concreto para a reflexão teórica que se seguirá, sem que se perca de vista que o objetivo central do artigo não é a descrição das decisões, mas a compreensão dos sentidos que elas produzem no campo jurídico.

Nesse contexto, o caso *Ximenes Lopes vs. Brasil* (2006) inaugura um primeiro movimento relevante de inflexão na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao conferir centralidade à condição concreta de vulnerabilidade na definição da responsabilidade estatal. A morte de Damião Ximenes Lopes, pessoa com deficiência mental submetida a tratamento em instituição psiquiátrica vinculada ao sistema público de saúde, expõe um cenário marcado por violência institucional, negligência e ausência de garantias mínimas de proteção.

A relevância do caso não se limita à responsabilização do Estado pelas violações aos direitos à vida e à integridade pessoal, mas reside na forma pela qual a Corte articula a relação entre vulnerabilidade, institucionalização e dever de proteção. A deficiência mental deixa de ser

tratada como dado periférico e passa a constituir elemento estruturante da análise jurídica, orientando a construção de um padrão decisório que exige do Estado um dever reforçado de cuidado. A decisão, nesse sentido, desloca o eixo da responsabilidade estatal para além da atuação direta de seus agentes, alcançando contextos em que o Estado, ainda que indiretamente, assume posição de garante.

Esse movimento permite evidenciar uma primeira reconfiguração da linguagem jurídica. A dignidade humana deixa de operar como referência abstrata e passa a ser construída a partir das condições concretas de existência, o que implica reconhecer que a proteção de direitos exige a consideração das estruturas institucionais que produzem e reproduzem situações de vulnerabilidade. A decisão, assim, não apenas qualifica juridicamente os fatos, mas contribui para a visibilização de práticas historicamente naturalizadas, especialmente no campo da saúde mental, reconduzindo-as ao âmbito das violações de direitos humanos.

Na sequência, o caso *Atala Riffo e crianças vs. Chile* (2012) aprofunda esse processo de deslocamento ao enfrentar diretamente a dimensão normativa e simbólica da discriminação. A retirada da guarda das filhas de Karen Atala Riffo, fundamentada em sua orientação sexual, revela a persistência de padrões heteronormativos no interior do discurso jurídico, que operam como critérios implícitos de legitimação de decisões estatais.

A importância do caso reside na forma como a Corte desestabiliza esses fundamentos discursivos. Ao rejeitar a utilização de estereótipos, presunções abstratas de risco e concepções morais majoritárias como justificativas legítimas para restrições de direitos, a decisão redefine os parâmetros da igualdade, exigindo um nível mais rigoroso de fundamentação para diferenciações baseadas em categorias historicamente marginalizadas. A orientação sexual é reconhecida como dimensão protegida da vida privada e elemento constitutivo da dignidade humana, insuscetível de fundamentar restrições de direitos.

Esse movimento evidencia uma transformação relevante na compreensão da igualdade. Ela deixa de ser concebida apenas como proibição formal de discriminação e passa a incorporar uma dimensão material, sensível às dinâmicas sociais que produzem exclusão. Ao nomear determinadas práticas como discriminatórias, a Corte não apenas aplica normas existentes, mas participa ativamente da redefinição dos contornos da igualdade e da dignidade no campo jurídico, evidenciando o caráter performativo do discurso judicial.

Por sua vez, o caso *Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador* (2012) amplia ainda mais essa racionalidade decisória ao introduzir a dimensão coletiva da dignidade e da igualdade, vinculando-as à proteção da identidade cultural e à autodeterminação dos povos indígenas. A autorização estatal para a exploração petrolífera em território tradicional, sem consulta prévia, livre e informada, revela uma forma de violação que transcende a esfera individual,

atingindo diretamente as condições de existência de um povo enquanto sujeito coletivo de direitos.

A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos desloca a compreensão tradicional do direito de propriedade ao reconhecê-lo como direito complexo, indissociável da relação espiritual, cultural e material que os povos indígenas mantêm com seu território. O território, nesse contexto, não é apenas espaço físico, mas condição de possibilidade da reprodução sociocultural, da memória coletiva e da própria identidade do grupo.

É nesse cenário que o direito à consulta prévia assume centralidade. Longe de ser concebido como mero requisito procedimental, ele é afirmado como mecanismo de participação política e expressão da autonomia dos povos indígenas, devendo ser realizado de forma prévia, de boa-fé e culturalmente adequada. A ausência de consulta, portanto, não constitui simples irregularidade formal, mas violação estrutural que implica a invisibilização de modos de vida e formas de conhecimento historicamente marginalizadas.

Esse deslocamento revela uma dimensão epistêmica da desigualdade, na medida em que evidencia que determinadas formas de conhecimento são sistematicamente excluídas dos processos decisórios estatais. Ao reconhecer essa exclusão, a Corte amplia o alcance da proteção dos direitos humanos, incorporando a diversidade cultural como elemento constitutivo da dignidade e da igualdade.

Tomados em conjunto, os casos Ximenes Lopes, Atala Riffo e Sarayaku permitem identificar um movimento progressivo de densificação do conteúdo dos direitos humanos no âmbito interamericano. Esse percurso não se apresenta como linear ou homogêneo, mas como expressão de um campo em disputa, no qual diferentes concepções de dignidade e igualdade coexistem e se tensionam. Ainda assim, é possível perceber a emergência de uma racionalidade decisória que se afasta de uma leitura formal e abstrata do Direito e se orienta por uma compreensão mais situada, sensível às condições concretas de vulnerabilização e às estruturas de poder que atravessam o campo jurídico.

É precisamente nesse ponto que os casos analisados revelam sua função analítica mais relevante. Eles permitem deslocar a leitura da dignidade humana como fundamento normativo estável para compreendê-la como espaço de disputa discursiva, no qual se definem, de maneira contingente e situada, os contornos da igualdade. Esse deslocamento não apenas evidencia a dimensão produtiva do discurso judicial, mas também cria as condições de possibilidade para a emergência do Direito Antidiscriminatório como nova racionalidade decisória, cuja explicitação se tornará mais evidente na jurisprudência interamericana a partir de 2022.

Na sequência desse percurso, o caso *Guevara Díaz vs. Costa Rica* (2022) assume papel decisivo na consolidação da categoria Direito Antidiscriminatório no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A controvérsia envolve a exclusão de uma pessoa com deficiência intelectual de concurso público para provimento de cargo no Ministério da Fazenda, não obstante seu desempenho satisfatório no processo seletivo, evidenciando a atuação de mecanismos decisórios que, sob a aparência de neutralidade, reproduzem práticas discriminatórias.

A relevância do caso, para os fins deste estudo, não reside apenas no reconhecimento da violação ao direito ao trabalho e ao princípio da igualdade, mas, sobretudo, na forma pela qual a Corte explicita a existência de discriminação, inclusive em sua dimensão indireta ou encoberta. Diferentemente do que se observa em decisões anteriores, nas quais a discriminação emerge como elemento a ser identificado a partir do confronto entre fatos e normas, aqui ela se apresenta como categoria estruturante da própria análise jurídica, orientando a construção do raciocínio decisório desde o início.

Nesse sentido, a Corte reconhece que a condição de pessoa com deficiência não apenas integra o rol de categorias protegidas, mas exige uma abordagem específica, fundada na remoção de barreiras e na promoção de condições efetivas de igualdade. A decisão incorpora, de forma mais sistemática, o modelo social da deficiência, segundo o qual a exclusão não decorre exclusivamente de limitações individuais, mas das estruturas sociais e institucionais que impedem o exercício pleno de direitos. Essa perspectiva permite deslocar o foco da análise da capacidade do indivíduo para a adequação das instituições, exigindo do Estado a adoção de medidas positivas de inclusão.

Ao mesmo tempo, a Corte explicita a relação entre igualdade e não discriminação como eixo estruturante do sistema interamericano, reconhecendo que o princípio da igualdade não se esgota na proibição de distinções arbitrárias, mas impõe ao Estado o dever de criar condições reais de inclusão, especialmente em relação a grupos historicamente vulnerabilizados. Nesse contexto, a discriminação é compreendida não apenas como ato isolado, mas como fenômeno que pode se manifestar de forma estrutural, inclusive por meio de decisões aparentemente neutras que produzem efeitos desproporcionais sobre determinados grupos.

Esse ponto representa um avanço significativo em relação aos casos anteriormente analisados. Em Ximenes Lopes, a vulnerabilidade orienta a responsabilização estatal; em Atala Riffo, a desconstrução de estereótipos redefine os parâmetros da igualdade; em Sarayaku, a dimensão coletiva e cultural dos direitos amplia o alcance da proteção jurídica. Em Guevara Díaz, esses elementos são retomados e reorganizados em uma estrutura

decisória mais explícita, na qual a discriminação deixa de ser apenas um efeito identificado a posteriori e passa a constituir o núcleo da análise.

A decisão evidencia, assim, um grau mais elevado de maturidade na construção da racionalidade decisória interamericana. O que antes se apresentava como conjunto de deslocamentos parciais e não sistematizados passa a assumir a forma de um paradigma interpretativo mais definido, orientado à promoção da igualdade inclusiva. A categoria Direito Antidiscriminatório, ainda que não formalmente nomeada como tal, emerge de maneira clara na estrutura argumentativa da decisão, articulando igualdade material, reconhecimento da diferença e enfrentamento de desigualdades estruturais.

Além disso, o caso revela uma preocupação mais acentuada com a atuação das instâncias internas de proteção de direitos. A Corte não se limita a reconhecer a violação decorrente da decisão administrativa, mas também problematiza a atuação das autoridades judiciais que, ao analisarem os recursos interpostos, deixaram de enfrentar de forma substantiva a alegação de discriminação, limitando-se a reproduzir argumentos formais baseados na discricionariedade administrativa. Esse aspecto reforça a compreensão de que a efetividade do Direito Antidiscriminatório depende não apenas da existência de normas protetivas, mas da capacidade das instituições de reconhecer e enfrentar práticas discriminatórias em suas múltiplas manifestações.

A leitura conjunta dos casos permite identificar um processo de amadurecimento da jurisprudência interamericana. Esse processo não se desenvolve de forma linear, mas por meio de deslocamentos progressivos que ampliam o alcance da proteção jurídica e refinam os instrumentos de análise. Se, nas decisões anteriores, a Corte já apontava para a necessidade de considerar as condições concretas de vulnerabilidade, desconstruir estereótipos e reconhecer a diversidade cultural, é no caso Guevara Díaz que esses elementos passam a se articular de maneira mais sistemática, permitindo a identificação de uma racionalidade decisória orientada ao enfrentamento da discriminação.

Desse modo, o caso de 2022 não deve ser compreendido como ruptura, mas como ponto de consolidação de um percurso já em curso. A decisão torna explícito aquilo que, nos julgados anteriores, se apresentava de forma implícita ou fragmentada, conferindo maior densidade teórica e coerência interna à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. É nesse movimento que se torna possível afirmar a emergência do Direito Antidiscriminatório como categoria analítica e como paradigma jurídico, cuja compreensão exige a consideração da dimensão discursiva do Direito e de seu papel na produção dos sentidos da igualdade.



Conclusão

O percurso desenvolvido ao longo deste artigo permite compreender que a construção do Direito Antidiscriminatório no âmbito da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos não se apresenta como resultado de um movimento abrupto ou isolado, mas como expressão de um processo progressivo de densificação da igualdade material e de reconfiguração dos sentidos da dignidade humana no interior do discurso judicial. A análise dos casos examinados evidencia que a Corte, ao enfrentar situações concretas de vulnerabilização, desloca o eixo da decisão de uma perspectiva formal e abstrata para uma abordagem sensível às condições estruturais que produzem e reproduzem a discriminação.

Esse movimento encontra respaldo no caminho que vem sendo delineado na doutrina contemporânea, a qual tem reconhecido o Direito Antidiscriminatório não apenas como um conjunto de normas protetivas, mas como campo jurídico dotado de racionalidade própria, orientado à promoção da igualdade inclusiva e ao enfrentamento das desigualdades estruturais. Tal compreensão, conforme indicado no projeto de doutorado do segundo autor, implica reconhecer que a igualdade não pode ser reduzida à sua dimensão formal, exigindo a consideração dos marcadores sociais da diferença e das assimetrias de poder que atravessam a realidade social e condicionam o acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento.

A consolidação dessa categoria, tal como evidenciada na jurisprudência interamericana, expressa não apenas um avanço no plano normativo, mas também uma transformação no modo de pensar e aplicar o Direito. Trata-se de uma mudança de racionalidade que reposiciona o Poder Judiciário como instituição central na mediação das desigualdades estruturais, exigindo do juiz uma atuação interpretativa mais sensível aos contextos sociais e às condições concretas dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, o Direito Antidiscriminatório não se limita à resolução de litígios individuais, mas projeta efeitos institucionais mais amplos, influenciando práticas decisórias, orientando políticas públicas e contribuindo para a redefinição dos parâmetros de justiça no campo jurídico.

É nesse horizonte que se insere a proposta de doutoramento do segundo autor, desenvolvida sob a orientação da primeira autora, evidenciando a continuidade e o aprofundamento de um campo analítico inaugurado no período de seu doutoramento. Se a investigação da primeira autora permitiu compreender a dignidade humana como campo de disputa discursiva, marcado por ambiguidades, tensões e deslocamentos de sentido, o que se propõe, no momento atual, é avançar na análise das formas pelas quais essas disputas se reorganizam em torno de uma racionalidade jurídica orientada ao enfrentamento da discriminação estrutural.



A pesquisa a ser desenvolvida no âmbito do doutorado parte, assim, da hipótese de que, a partir de 2022, observa-se no contexto brasileiro um movimento de incorporação progressiva, ainda que desigual, das categorias do Direito Antidiscriminatório nas decisões do Poder Judiciário. Esse movimento, longe de se apresentar de forma homogênea, revela avanços pontuais, resistências institucionais e disputas paradigmáticas que tornam necessária uma análise empírica rigorosa das racionalidades decisórias mobilizadas nos julgados.

Nesse contexto, o conjunto de reflexões desenvolvido neste artigo não se esgota em si mesmo, mas instiga o aprofundamento da investigação no plano empírico, especialmente no que se refere aos possíveis impactos dessa racionalidade nas decisões judiciais brasileiras. Trata-se de examinar em que medida o discurso judicial nacional passa a incorporar, ainda que de forma implícita ou fragmentada, elementos do Direito Antidiscriminatório, e quais são os efeitos dessa incorporação para a efetivação da igualdade inclusiva, para o acesso à justiça e para a proteção de grupos historicamente vulnerabilizados.

Sem avançar sobre essa análise, por não constituir objeto do presente artigo, cabe registrar que o cenário institucional brasileiro já apresenta sinais relevantes dessa transformação, como evidenciado pela elaboração, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, de protocolos de julgamento com perspectiva de gênero e de raça. Tais instrumentos indicam a incorporação institucional de parâmetros interpretativos sensíveis às desigualdades estruturais, apontando para a necessidade de investigações específicas sobre sua efetiva utilização nos julgados e sobre seus impactos nas racionalidades decisórias.

Desse modo, a análise aqui desenvolvida permite afirmar que o Direito Antidiscriminatório se consolida como categoria analítica relevante para a compreensão das transformações contemporâneas do Direito, ao mesmo tempo em que evidencia a centralidade do discurso judicial na produção dos sentidos da igualdade. Ao articular a dimensão discursiva da dignidade humana com a emergência de uma racionalidade jurídica orientada à igualdade inclusiva, o estudo contribui para o diálogo entre teoria do direito, jurisprudência internacional e pesquisa empírica, abrindo caminhos para investigações futuras comprometidas com o enfrentamento das desigualdades estruturais e com a realização da cidadania no contexto brasileiro.

Referências

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Ximenes Lopes vs. Brasil.* Sentença de 4 de julho de 2006 (Mérito, Reparações e Custas). San José, Costa Rica: Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2006. Série C, n. 149. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_149_por.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.



CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Atala Riffo e filhas vs. Chile*. Sentença de 24 de fevereiro de 2012 (Mérito, Reparações e Custas). San José, Costa Rica: Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2012. Série C, n. 239. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_239_por.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador*. Sentença de 27 de junho de 2012 (Mérito e Reparações). San José, Costa Rica: Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2012. Série C, n. 245. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_245_por.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Guevara Díaz vs. Costa Rica*. Sentença de 22 de junho de 2022 (Mérito, Reparações e Custas). San José, Costa Rica: Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2022. Série C, n. 453. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_453_esp.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

FREITAS, Felipe Simor de; SQUEFF, Tatiana A. F. R. Cardoso. *Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos*: teoria e casos concursados. São Paulo: Editora JusPodivm, 2025.

VIEIRA, Adriana Dias. *Os sentidos da noção de dignidade humana em disputa*: consonâncias e dissonâncias discursivas no campo jurídico. 2014. Tese (Doutorado em Teoria e Storia dei Diritti Umani) – Università degli Studi di Firenze.

ALMEIDA, Carlos Alberto Lima de. *O Direito Antidiscriminatório como paradigma jurídico de promoção da igualdade inclusiva nas decisões do Poder Judiciário brasileiro a partir de 2022*. 2026. Projeto de pesquisa (Doutorado em Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2026.



REPRESENTAÇÕES DO PASSADO E DESAFIOS DO PRESENTE: O PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA ILHA DA MARAMBAIA – RJ NA LUTA POR DIREITOS

Fabiana Helena da Silva[1]

No século XIX, a Ilha da Marambaia, localizada na cidade de Mangaratiba, no Rio de Janeiro, abrigou fazendas de café, e foi local de engorda de negros traficados do continente Africano (Silva, 2025, p. 9). Com o fim do processo escravagista no Brasil, a população remanescente permaneceu na ilha, na condição de libertos e donos da terra pois, segundo eles, o proprietário da ilha distribuiu as terras verbalmente entre as famílias que atualmente formam o Quilombo da Marambaia. Nas últimas décadas, a Marambaia passou por muitos processos relacionados à sua titularidade, que vão desde questões relacionadas à sua venda e acúmulo de dívidas, até o confisco das terras pela União, processo que resultou na implementação de uma base naval da Marinha do Brasil na ilha na década de 1970 (Alves e Arruti 2010, p. 54). Depois da chegada da Marinha, teve início uma disputa interna da ilha entre ela e os moradores do quilombo. Esta disputa foi encerrada somente no ano de 2015 com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Condutas - TAC (Alves e Arruti, 2010, p. 100; Yabeta, 2014, p. 212). Antes do TAC, os moradores viveram décadas de forte repressão militar, alguns foram expulsos, outros processados por invasão de terras da União (Silva, 2025, p. 24).

Construo este texto a partir de recortes da pesquisa de mestrado e da pesquisa atual de doutorado. Meu trabalho tem como base o acompanhamento do cotidiano (Das e Poole, 2004, p. 5) dos moradores da ilha, tendo como foco os documentos trocados entre eles e a Marinha, instituição que divide este espaço físico com eles. Durante este longo período convivendo com os ilhéus da Marambaia, percebo o quanto as mulheres foram afetadas pelas questões políticas e sociais, tanto por parte do Governo Brasileiro na era Vargas quanto pelo Estado, através da Marinha do Brasil. Mesmo afetadas elas seguem assumindo cargos importantes na comunidade, construindo agência, reconstruindo memórias, remontando espaços de cultura e dentre outras muitas causas, lutando pela implementação do ensino de qualidade dentro da ilha. Por conta disso, este recorte dá destaque à história de mulheres.

[1] Mestra e Doutoranda em Ciências Sociais PPGCS/UFRRJ. E-mail: fabianasilva@ufrrj.br

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e todas as pessoas citadas neste trabalho deram ciência e concordaram em participar.

Minha primeira ida à Ilha da Marambaia foi em 2021, nesta ocasião, atravessei para verificar a viabilidade de desenvolver minha pesquisa de mestrado na comunidade e, para implementar um projeto de leitura de editais de acesso ao ensino superior, projeto pensado elaborado em conjunto com Rita. Ela sempre muito preocupada com a questão do ensino na ilha e com a necessidade de formar os jovens no ensino superior, uma moradora da comunidade que conheci no continente, que se tornou minha principal interlocutora neste campo e mediadora dos trâmites burocráticos de entrada na ilha, junto à Marinha do Brasil, detentora do controle desde 1971.

Neste primeiro dia conversei com três lideranças femininas a Jaqueline presidenta da Associação dos Remanescentes de Quilombolas da Ilha da Marambaia, Rita e Dona Lídia, também membras da diretoria. Apesar de me conhecerem "do lado de lá", do continente, elas de forma muito franca me disseram que estavam cansadas de serem pesquisadas, e que na verdade gostariam de "passar para o lado de lá". Entendi esta frase como um desabafo daqueles que se viam sempre como os pesquisados, os objetos de pesquisa dos outros, o pude constatar ao longo da convivência com os quilombolas durante o desenvolvimento do projeto de leitura de editais.

Apesar de tudo, recebi o aval para a pesquisa, contudo, desenvolvemos primeiro o projeto de editais com os interessados a acessar à faculdade. Inicialmente escolhemos o edital da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ, nos reunimos da sede da associação de moradores em muitos encontros, lá fizemos as inscrições, realizamos a leitura minuciosa, seguida dos simulados. Neste momento, meio que indiretamente, comecei a obter dados para a pesquisa, pois de acordo com o edital era necessário a escrita de um memorial descritivo, no qual o candidato deveria falar da sua relação com seu território. Tivemos alguns momentos de dificuldades, alguns jovens travaram na escrita, foi quando Rita convidou as mulheres que estavam na cozinha da associação preparando nosso almoço e falou da dificuldade dos jovens, Dona Lídia, Dona Dulce e Dona Vânia Guerra. Mulheres que já atuaram na pesca com registro de pescadoras, que já foram parteiras, assistentes de parto, agricultoras, cuidadoras e hoje descansam do trabalho, realizando voluntariados na associação de moradores da ilha.

Estas mulheres atuaram como mediadoras deste processo de escrita, muitas memórias foram relembradas, fragmentos das histórias locais das famílias, dos acontecimentos. A identidade quilombola é construída a partir desta relação com o território e as mulheres mais velhas atuaram como "mediadoras da manutenção desta identidade grupal" (Barros, 1989, p. 13).

Miriam Barros (1989), explica em seu texto como a memória coletiva carrega as histórias vividas e que os mais velhos atuam como mediadores da manutenção da identidade. Sobre este mesmo aspecto, Bosi (1999, p. 481) descreve que diante da impossibilidade de uma ação produtiva laboral por parte do idoso, recordar parra a substituir este fazer, o que para a pessoa idosa culmina em uma função social importante.

Essas autoras constroem seu pensamento sobre memória individual e coletiva baseadas no pensamento de Halbwachs (1990, p. 23), que por sua vez acreditava que a memória era fundamentalmente coletiva e não um processo puramente um processo puramente individual, presente nos grupos sociais e transmitidas de uma geração para outra. Para Halbwachs (1990, p. 30), nossas lembranças são reconstruídas em família, dentro de grupos religiosos ou profissionais de forma interdependente, formando a base da identidade de um grupo e do indivíduo.

Dentre as histórias recordadas pelas mais velhas, a implementação de uma escola técnica para homens em 1939, chamada Escola Técnica Darcy Vargas e a entrada da Marinha em 1971, foram o ponto de partida para algumas discussões a respeito da situação das mulheres, contexto no qual muitas famílias decidiram sair da ilha, especialmente no final da década de 1960, quando a escola de pesca, que havia levado consigo um grande aparato para atender os mais de quatrocentos alunos de toda costa brasileira (Silva, 2025, p. 21) dava sinais de falência, as fábricas e os demais serviços gradativamente deixaram de existir, e diante desta exclusão, ausência do poder público e falta de perspectiva, muitas famílias quilombolas deixaram a ilha definitivamente.

Diante deste cenário as mulheres grávidas, quando atingiam os sete meses de gestação precisavam deixar a ilha, para não correrem o risco de entrar em trabalho de parto, e precisarem atravessar às pressas. Muitas dessas mulheres não retornaram mais para a ilha pela falta de assistência de saúde, necessária ao recém-nascido. Diversas famílias foram embora pois não havia mais escola e nem hospital, e muitos chefes de família perderam o emprego por conta do fim do comércio na ilha, assim como dos serviços essenciais (Silva, 2025, p. 27). Este fato explicou, por exemplo, o motivo pelos quais a partir da década de 1970 os nascimentos passaram a ocorrer fora da ilha. Apesar de ser constatado que não existia hospital, conhecer o contexto, foi muito importante.

A reconstrução dessas memórias foram surgindo à medida que as redações eram lidas, e as mais velhas percebiam a presença de lacunas. Como numa tentativa de reascender as memórias e de construir um texto mais robusto, com mais detalhes. Para Bosi (1999, p. 478) este papel assumido pelos idosos é uma tarefa vital que permite que eles mantenham uma coesão pessoal com sua identidade, diante das mudanças sociais que enfrentam.



Algumas pessoas deixaram a ilha compulsoriamente, um exemplo deste fato é a história de Dona Sebastiana, nascida em 1918 na Praia do Sítio. Devido à ausência de serviços de saúde na ilha, ela precisou ser internada para tratar problemas cardíacos no Hospital Aluísio de Castro, no Humaitá em 1997. Neste mesmo período os militares realizaram inspeções[2] na ilha e encontraram a casa dela trancada. Consideraram que Dona Sebastiana tivesse abandonado a residência, mesmo diante dos avisos emitidos pelos familiares. Para piorar sua situação, sua casa que originalmente era de estuque, havia sido reformada pelo seu filho Lino, utilizando alvenaria, segundo ele a partir de uma autorização verbal do comando do CADIM. Dona Sebastiana foi punida severamente com a expulsão, na época ela era uma senhora de 82 anos.

Benjamim (2011) ao descrever sobre as formas de violência e legitimação por parte do Estado, faz a crítica aos meios e os fins e diz que o Estado faz uso do direito positivo, forma pela qual sanciona a violência que pratica. Benjamim (2011, p. 135) se propõe a pensar a violência para além deste círculo de validação legitimação do Estado, o mesmo que fez Dona Sebastiana lutar por anos sem nunca mais conseguir retornar à sua casa na Marambaia.

A perda de direitos relacionados à permanência no território e a precarização da vida feminina no continente

O projeto de leitura de editais contou com a participação de quilombolas conhecidos como "de fora", fruto deste processo de saídas da ilha já explicado neste texto. Em muitos momentos durante o nosso convívio, esses assuntos vinham à tona, seja pela leitura das redações ou por conversas casuais durante o almoço, ou outra atividade qualquer. Relatos sobre os avós que saíram da ilha para seus pais estudarem, seguido da impossibilidade de retorno imposta pela Marinha. Em meio a essas conversas, as mulheres mais velhas da ilha, relembravam questões desta época em que a Marinha ia nas casas para ver se estavam ocupadas e se não estivessem, a casa era lacrada. O que era um problema para algumas gestantes, que deixavam a ilha aos sete meses, para ter o bebê no continente. No geral, casos hospitalares como o de Dona Sebastiana, era sempre uma preocupação coletiva.

Entre 1996 e 1998, a Marinha do Brasil iniciou diversas ações judiciais de reintegração de posse, alegando que os moradores eram invasores de suas terras na Ilha da Marambaia, sendo acusados de invasores de terras da União, sofreram ameaças e violências. Sem apoio jurídico

[2] Essas inspeções eram realizadas pela Marinha porque havia uma proibição de construção de novas casas, reformas ou ampliações nas moradias já existentes. Os filhos da ilha que se casavam, moravam junto com seus pais, ou se apertavam em pequenos cômodos dentro da casa de seus sogros.

e em sua maior parte não-alfabetizadas, foram aos poucos sendo condenados neste processo e progressivamente expulsos (Silva, 2025, p. 42). Para Benjamim (2011, p. 133) a violência possui caráter mantenedor, a forma como faz uso do sistema jurídico a fim de se preservar e validar as leis a seu favor, "a violência que mantém o direito, é uma violência que ameaça" (Benjamim, 2011, p. 133).

As mulheres que migraram para o continente, sem estudo e sem qualificação profissional – pois não tiveram acesso ao ensino profissional ofertado na ilha - conseguiam emprego como empregadas domésticas. Por não terem energia elétrica no quilombo, muitas delas não sabiam manusear equipamentos domésticos, como ferro elétrico ou liquidificador, e se lançaram na precariedade do trabalho (Silva, 2025, p.30).

A realidade na ilha era muito diferente do continente, os moradores não possuíam energia elétrica, infraestrutura e saneamento. Viviam sem aparelhos eletrônicos, sem o conforto de um ventilador, de uma geladeira e outros tipos de eletrodomésticos, até mesmo sem algumas ferramentas. Mas a energia elétrica estava presente nos empreendimentos erguidos pelo Estado, como a antiga vila dos professores, atualmente a Vila Militar.

As mulheres que saíram da ilha, para fugir de uma precariedade tiveram suas vidas ainda mais precarizadas.

Neste aspecto, Crenshaw (2002, p. 176) reflete sobre o efeito causado pela discriminação interseccional, que coloca a mulher em uma situação na qual ela é afetada por outros sistemas de subordinação:

> A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos em que forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum a ponto de parecer um fato da vida, natural, pelo menos imutável, este pano de fundo (estrutural) é, muitas das vezes, invisível (Crenshaw, 2002, p. 176).

Talvez estas questões estejam na gênese do processo no qual mulheres executando funções subalternizadas ou trabalhos domésticos, seja percebido como um fato natural, sobretudo se essas mulheres forem negras. Bernardes e Brandão (2021), ao fazerem críticas ao sujeito universal, tomam como exemplo a imagem da mulher do terceiro mundo como sujeito singular, permanentemente oprimido no qual a diferença de classe e raça são desprezadas. Para essas autoras o feminismo deve ser operacionalizado a partir de uma perspectiva decolonial, de forma que as experiências das mulheres marginalizadas ultrapassem fronteiras

e construam uma aliança feminista real, como forma de pôr fim ao discurso feminista colonizado.

Com a negação do acesso das mulheres à formação profissional implementada na Marambaia, o Grupo Escolar Municipal da ilha instaurou uma formação voltada para elas, relacionada à limpeza e à preparação de pescado, tudo muito semelhante aos afazeres domésticos (Alves, 2010, p. 11). O modelo de sociedade presente neste contexto, previa o papel social da mulher como mantenedora da recuperação da fadiga do companheiro, a fim de que ele servisse ao capital. Para Bernardes e Brandão (2021, p.116), o capitalismo depende do trabalho de cuidado e laços sociais, em geral mantido por mulheres sem renumeração para manutenção da força de trabalho masculina. "O capitalismo soube se apropriar das relações de patriarcado para aprofundar seu processo de exploração e acumulação de riquezas" (Moreira e Amaral, 2021, p.6).

O processo de evasão "voluntária" de algumas famílias para o continente esteve relacionado à exclusão das mulheres na escola técnica. Excluídas do processo formativo da escola de pesca era uma política de estado, excludente ao feminino. O papel da mulher naquela sociedade em construção seria outro. Em suas reflexões sobre o capitalismo neoliberal Silvia Federici (2019, p.137), pontua o quanto a expansão capitalista, teve como objetivo operar de forma integrada, no processo de destruição de qualquer atividade econômica não orientada para o mercado como é o caso da agricultura de subsistência e da pesca não predatória praticada pelos ilhéus. O desmantelamento contínuo dos sistemas de propriedade comum de terras, a privatização e a comercialização de recursos naturais são estratégias do capital para desvalorização do trabalho reprodutivo diante da expansão das relações monetárias (Federici 2019. p.137).

Quando as políticas internacionais distribuem benefícios de forma desigual e ignora o impacto do capitalismo e da colonialidade, a agenda internacional de direitos humanos acaba perpetuando novas formas de injustiça especialmente contra mulheres pobres do sul global (Bernardes e Brandão (2021, p. 116-117). Em suas reflexões sobre o capitalismo neoliberal Silvia Federici (2019, p. 137), pontua o quanto a expansão capitalista, teve como objetivo operar de forma integrada, no processo de destruição de qualquer atividade econômica não orientada para o mercado como é o caso da agricultura de subsistência e da pesca não predatória praticada pelos ilhéus. O desmantelamento contínuo dos sistemas de propriedade comum de terras, a privatização e a comercialização de recursos naturais, são estratégias do capital para desvalorização do trabalho reprodutivo diante da expansão das relações monetárias (Federici 2019. p.137).

Durante nossas rodas de conversa no grupo de leitura, e posteriormente durante a pesquisa, ouvi das mais velhas sobre as muitas mulheres que ao deixaram a comunidade quilombola, fizeram contato com tecnologias, energia elétrica, televisão. Sobre o encantamento da vida na cidade, mesmo que estivessem realizando funções subalternizadas, essas mulheres estariam experimentando uma novidade impensada para a Marambaia, que só veio ter energia elétrica em 2014, através do Programa Luz para Todos. Este afastamento do território ocasionou a perda direitos adquiridos pelos quilombolas que residem na comunidade.

A trajetória de Dona Didi parece ter sido uma das raras exceções de sucesso, Dona Dilete Alves, carinhosamente conhecida como Dona Didi, de 86 anos. Nasceu na Marambaia no final da década de 1930, é enfermeira de formação, aposentada, católica, viúva e moradora de Itacuruçá, distrito de Mangaratiba e ponto de embarque para Marambaia. Nossa amizade teve início quando me tornei cliente do brechó da Igreja de Sant'Anna. Em nossas conversas, Dona Didi falou sobre seus movimentos de saída e retorno para a ilha, Silva (2025):

> "Nasci na Marambaia, saí de lá com quinze anos, depois fiz curso de auxiliar de enfermagem e voltei pra trabalhar lá, trabalhei naquele hospital da Marambaia. Depois que eu estudei eu voltei, ainda tinha parentes lá na Marambaia, meu pai já tinha saído da Fundação Getúlio Vargas e foi embora pra Itaguaí, depois eu me casei, saí da ilha, meu marido trabalhava na Fundação Cristo Redentor, mas não lá na ilha, aí eu tive que sair e vir para o continente com ele" (Silva, 2025, p. 29-30).

O relato de Dona Didi corrobora com a ideia de que a falta de escolarização para as mulheres fez com que algumas famílias saíssem voluntariamente da ilha:

> "Lá na escola da ilha fazia até a quinta série, depois a admissão, hoje em dia tem outro nome. Estudava a quinta série, depois fazia a admissão, hoje em dia é assim, estuda e depois faz o ginásio, no meu tempo era admissão" (Silva, 2025, p.30).

Dona Didi saiu para estudar, retornou para trabalhar e novamente saiu para estabelecer família no continente. Vale lembrar que sua trajetória de vida segue a linearidade dos acontecimentos da ilha. A implementação da escola excludente às mulheres fez com que a Didi deixasse da ilha para completar seus estudos e se formar em enfermagem. Em contrapartida, o grande aparato em torno da escola fez com que a Dona Didi retornasse para trabalhar como enfermeira no hospital da ilha. Dona Didi teve outras experiências profissionais no continente, onde constituiu família, laços, residência fixa.

Sobre ser quilombola, percebi que o reconhecimento da sua identidade quilombola era algo que ela não reivindicava. Nas poucas vezes em que eu consegui tocar neste assunto, ela fazia alguns cortes dizendo: "Eles são quilombolas". Talvez ter vivido a rigidez de tantos sistemas, cujo objetivo principal era anular o vínculo do quilombola com o território, tenha surtido alguns efeitos na vida de Dona Didi em relação a reconhecer-se como quilombola

Vânia Guerra em 2007, ocasião em que era presidente da associação de moradores, deu uma entrevista, a qual exibiu em uma revista chamada Existimos, nesta ocasião ela dizia que, muitas mulheres "mudaram seus hábitos de vestir, de se portar, constituíram famílias e criaram laços permanentes no continente, fizeram contato com o continente e suas modas – alisamento no cabelo, outras roupas, costumes e valores". Da família da Dona Vânia, três jovens estão na universidade, fruto do projeto de leitura, sua neta e dois sobrinhos. Da família da Dona Dulce até o momento são duas, sua nora e sua neta. Ao todo, desde 2021, o projeto de editais ajudou a dezoito participantes acessarem a universidade. Estudantes que lutam por melhores condições de vida na ilha e pela implementação da escola de ensino médio.

Os quilombolas "de fora" que acessaram a universidade através deste coletivo de estudo, não usufruem dos mesmos direitos enquanto universitários. A Bolsa Permanência[3] do Governo Federal, é ofertada aos estudantes quilombolas que comprovam residência dentro da comunidade quilombola. Da mesmo forma o acesso ao ensino via cotas – recém-criadas e demais direitos conquistados ao longo dos últimos anos para quilombolas. Todos esses candidatos foram aprovados no curso de Licenciatura em Educação do Campo, e em ordem decrescente, ocupam desde o sétimo ao primeiro período. Esses estudantes universitários atualmente realizam pesquisas em seu território, organizam eventos acadêmicos de extensão. Conseguiram através da escolarização "passar para o lado de lá" e sabiamente encontraram as frestas por onde facilitam a passagem dos seus pares.

Considerações finais

A memória das mulheres mais velhas auxiliou os participantes do projeto de leitura de editais a reescreverem a sua própria história, e a conseguirem pontuação ideal para aprovação na escrita do memorial. Os anos de repressão e apagamento pelo qual elas passaram, culminou na fragmentação da memória coletiva, que pode ser reconstituída em grupo, o que elas

[3] Auxílio financeiro de R$ 1.400,00 para indígenas e quilombolas. Estes valores têm por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial estudantes indígenas e quilombolas em Instituições federais.



lembravam, o que os jovens ouviram de seus pais, o que alguns escreveram. Em meio a tantas mudanças na vida das mulheres mais velhas, não apenas no aspecto laboral, estar presente em atividades da associação como voluntárias na confecção do almoço coletivo, estar presenta na roda de conversas, compartilhar suas lembranças vai de encontro às elaborações de Barros (1989) e Bosi (1999).

Esses mesmos laços sociais que agem sobre a vida das mulheres, também foram por muitos anos amarras, que as prenderam a um contexto social de trabalho não-renumerado, de exclusão da formação escolar técnica e a empurrou para uma vida precária no continente com raríssimas histórias de sucesso como a de Dona Didi, contextos que necessitam de uma análise pelo viés decolonial e não pelo prisma universalista do feminismo ocidental, o que Bernardes e Brandão (2021) procuram trazer em seu texto sobre a reprodução social do capitalismo.

A luta feminina na ilha reflete a sociedade em que vivemos. A escolarização dos jovens sempre foi uma preocupação da Rita, e parece estar a cargo das mulheres pensar a educação como uma forma de atravessar não apenas o mar, mais de romper barreiras e alcançar outros espaços através do saber. Fazer uso da mobilidade enquanto direito de ir e vir, cerceado por muitos anos pela Marinha, que até os dias atuais controla e regula a mobilidade das pessoas, fazendo uso da violência mantenedora (Benjamim, 2011), validada nas legislações que atuam em seu favor. "Passar para o lado de lá" para esta comunidade não é apenas uma metáfora, é romper a margem criada pelo Estado, é encontrar as brechas para sair de um sistema perverso, do qual essa comunidade negra é remanescente em nosso país.

Referências

ARRUTI, José Maurício. Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia. Rio de Janeiro, Koinonia/ Projeto Egbé, - Territórios Negros, 2003.

ALVES, V. Z.; ARRUTI, J. M. A. P. Antiga Escola da Marambaia: História e memória de uma experiência do ensino industrial da pesca (1939 – 1970). Rio de Janeiro, 2010, 122p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BARROS, Myriam Lins de. Memória e Família. Estudos Históricos, vol.2, n.3, p.29-42, 1989



BENJAMIN, Walter. "Para uma crítica da violência" In: *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades, ed. 34, 2011, pp. 121-156.

BERNARDES, M. & BRANDÃO, A. A (in)justiça de gênero na agenda internacional de direitos humanos: um diálogo crítico entre os feminismos decolonial e materialista In: *Direitos humanos: entre captura e emancipação* / Bethania Assy, Márcia Nina Bernardes e Antonio Pele (organizadores). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021, pp. 107-140.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade. Lembranças de velhos. 7 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

DAS Veena; POOLE, Deborah. "State and its margins: comparative ethnographies". In: Das, V.; Poole, D. (org). Anthropology in the Margins of the State. Santa Fe: SAR Press. pp. 3-33, 2004

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925 (ou a edição em português: *Os quadros sociais da memória*. São Paulo: Vértice, 1990).

MOREIRA, R. C.; AMARAL, M. M. B. P. Mulheres do MST e a práxis do feminismo camponês popular. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, 2021, Florianópolis: UFSC, 2021. v. 1. p. 1-12.

SILVA, F. H. da. Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia: Protagonismos, Resistências e Agenciamentos da Vida Cotidiana. 2025. 83p. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

WEBER, Max. Política como vocação. In: WEBER, Max. Ciência e política. Porto Alegre: Martin Claret, 2015. p. 61-139.



YABETA, Daniela. Marambaia: história, memória e direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro (C.1850 – tempo presente). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2014.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



OS AGRICULTORES DE CULTIVO ILÍCITO DE CANNABIS SOB A ÓTICA DO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1940-1980)

Lilian da Rosa[1]

Introdução

A planta da cannabis vem passando por um processo de transição no cenário mundial em termos dos marcos regulatórios, refletindo uma mudança de paradigma nas políticas de substâncias psicoativas, impulsionada pela ineficácia dos modelos proibicionistas implantados no século XX. Diversos países, como Canadá, Uruguai, países membros da União Europeia e alguns estados norte-americanos, legalizaram a planta para fins industriais, recreativos e/ou medicinais, gerando um aumento no interesse científico e político acerca dos impactos dessa substância.

No caso brasileiro, também é possível observar um conjunto de transformações no campo jurídico, político, econômico e social em torno da planta da cannbis. Segundo Brandão (2017), com a redemocratização, na década de 1980, uma nova realidade se configura em torno da *Cannabis*, em que a dimensão da liberdade e da garantia dos direitos humanos passam a ser enfatizadas. Desde então, ocorre uma mobilização pública em favor de um uso adulto dessa planta, como também, em favor de suas propriedades medicinais (ZANATTO, 2016) e industriais (ROSA, 2024). Apesar dos avanços, o seu cultivo só é permitido em situações específicas voltados à pesquisa ou à produção de medicamentos (POLICARPO, 2019). O porte para uso pessoal, por sua vez, não pode exceder 4 gramas e o excesso é caracterizado como tráfico (BRASIL, 2024). Esse panorama revela, na prática, um conjunto de avanços e contrassensos.

Contudo, tal cenário contrasta com a realidade predominante ao longo do século XX, que pode ser caracterizado como o "século da proibição". Emergente no início do século XX, o pribicionismo foi inicialmente articulado no cenário internacional por meio conferências internacionais que buscavam estabelecer diretrizes comuns para a regulação das drogas. Um marco neste processo foi a conferência que ocorreu em Xangai, em 1909, que ficou conhecida como a primeira convenção internacional sobre o controle de entorpecentes. Nela foram discutidas e elaboradas algumas recomendações, ainda que sem peso legal, para uma

[1] Doutora em Desenvolvimento econômico pela Universidade de Campinas, atualmente é pesquisadora colaborada na Universidade de Brasília. Contato: lilianrosa.rs@gmail.com



lenta diminuição do comércio mundial de opiáceos. Tal decisão não teve um efeito direto, mas a conferência foi o gérmen e o exemplo para outras que se sucederam (ESCOHOTADO, 2007). Dois anos mais tarde, desta vez em Haia, na Holanda, os principais países do cenário mundial começaram as negociações sobre a regulação comercial da cocaína e do ópio, bem como de seus derivados (heroína, morfina, codeína) (RODRIGUES, 2004). Já em 1925, na Conferência de Genebra sobre Drogas, organizada pela Liga das Nações Unidas, a *Cannabis* entrou pela primeira vez na lista das substâncias proibidas.

No plano interno, o Estado brasileiro criou uma série de leis e instituições com esse propósito de proibir as drogas, de um modo geral, e a cannabis, em particular: em 1932, sancionou o Decreto-Lei Nº 20.930 para proibir o uso, a venda e o consumo de *Cannabis indica* (BRASIL, 1932). A Lei de 1932 é a primeira e mais detalhada com abrangência nacional[2]. Em 1936, o Governo Federal fundou a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE) para fortalecer e legitimar o combate às substâncias "entorpecentes"; um pouco mais tarde, foram criadas as Comissões Estaduais de Fiscalização de Entorpecentes (CEFEs) para garantirem maior atuação de repressão às drogas nos Estados da Federação (Carvalho, 2013); e, por fim, em 1938, o Estado Brasileiro sancionou o Decreto-Lei nº 891 de 25/11/1938 para proibir o plantio, a colheita e a exploração do cânhamo e de *Cannabis sativa* e *indica* (BRASIL, 1938). Convêm ressaltar que, para garantir o cumprimento dessa legislação, o Inciso 1º do Artigo 2 do referido Decreto instituiu que as plantas desse gênero seriam destruídas pelas autoridades policiais[3].

Na emergência da proibição o Estado brasileiro intensificou as práticas de repressão ao uso, comércio e cultivo da planta, em paralelo ocorreu o aumento da estigmatização de grupos étnico-raciais, populações específicas e classes sociais historicamente associadas a esse consumo, em especial as camadas mais pobres. Relatos de época como os produzidos por Décio Parreira (1951) e pelo médico e político Rodrigues Dória, cujas atuações contribuíram

[2]Todavia, não foi a primeira lei no Brasil a proibir o uso desta substância psicoativa. No período Imperial, as Câmaras municipais das cidades do Rio de Janeiro (em 1830), de São Luís (em 1866), de Santos (em 1870), e de Campinas (em 1876) promulgaram legislações locais objetivando coibir o uso e a venda desta droga. Entretanto, tratavam-se de iniciativas isoladas (Viera Filho 1978; Vidal, 2008; Rosa, 2019).

[3] Esse conjunto de leis romperam com usos históricos da planta no Brasil. Ao longo da história, a *Cannabis* já esteve presente com diferentes finalidades na sociedade brasileira: como fibra têxtil (o cânhamo era matéria-prima na produção de sacarias e tecidos), como medicamento (os cigarros *Grimault* eram indicados como tratamento de várias doenças), como elo com o sagrado (era considerada uma substância mágica em rituais religiosos) e também como psicoativo capaz de alterar a consciência (nesse último caso, conhecida como diamba, liamba, maconha, entre outras denominações) (Carneiro, 2015; Saad, 2018; Brandão, 2017; Rosa, 2019).



para a consolidação de um discurso proibicionista (SAAD, 2018), embora preconceituosos e com questionáveis afirmações sobre os efeitos da planta, fornecem uma descrição geral alguns usos dessa planta. De acordo com o relato ocular de Dória (1958), nesse período, a *Cannabis* era utilizada por "feiticeiros" – "pretos africanos ou velhos caboclos" – e por pescadores – que durante a pesca fumavam "em grupo para se sentirem mais alegres, dispostos ao trabalho e menos penosamente vencerem o frio e as agruras da vida do mar". Ainda segundo esse testemunho ocular, a maconha era utilizada como substância psicoativa para a interação social. Nesse caso, Dória se apresenta como uma testemunha ocular, inclusive. Segundo ele, feirantes do município de Propriá, ao encerrarem o trabalho cotidiano, fumavam a erva e depois interagiam entre si com desafios poéticos. O autor também menciona o uso de maconha em "bordeis", quartéis e prisões.

No contexto de consolidação do proibicionismo, a imprensa também atribuiu maior centralidade à cannabis, acompanhando de forma sistemática o processo de intensificação das restrições legais. Os jornais passaram, assim, a registrar, informar e mesmo a difundir narrativas sobre a inserção da planta na ilegalidade, documentando práticas relacionadas ao uso, ao comércio e ao cultivo agora ilícito, auxiliando para a construção de enquadramentos discursivos e contribuindo para moldar a opinião pública em torno da planta no contexto da ilegalidade.

A produção da imprensa em torno da cannabis ao longo do século proibicionista têm se constituído, ela própria, em objeto de investigação acadêmica. Nesse campo, estudos recentes têm se dedicado à análise das representações sociais construídas pelos meios de comunicação, com ênfase na figura dos usuários. Os trabalhos de Fraga, Martins e Rodrigues (2020), Rosa e Fraga (2022) e de Maia (2022), trazem uma abordagem em torno dos usos históricos da planta, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX. Já trabalhos como os de Rodrigues e Ferraz (2018) analisam como a imprensa tem se posicionado diante das disputas em torno do reconhecimento do uso terapêutico e, mais recentemente, nos enquadramentos associados aos processos contemporâneos de regulamentação e reconfiguração dos mercados da cannabis. Os trabalhos de Rosa (2019), Santos (2019) e Rosa e Fraga (2023) e Rosa (2025) concentram esforços na análise sobre como a imprensa aborda o tema da produção da cannabis, deslocando a análise para o espaço em que a planta é cultivada, ou seja, no espaço rural. Em consonância com estas últimas pesquisas, este trabalho avança sobre as representações da imprensa em torno dos produtores da planta, por meio da análise das notícias do jornal Diário de Pernambuco.

Ao compreender a imprensa como fonte de pesquisa, Luca (2005) considera que os jornais também são considerados fontes de pesquisa sob a ótica de testemunho histórico, ou seja,

um agente participativo na construção da própria história, dado que na produção de uma notícia o "objeto" é desenhado conforme o interesse, a emoção e o pensamento de uma época e conforme as perspectivas morais dos redatores – os quais redigem uma notícia com vistas a atingir um determinado público .Nesse sentido, as representações do mundo social são construídas de maneira que determinadas percepções de mundo se mantenham, seja para legitimar um projeto reformador ou seja para justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas. Deste modo, as percepções sociais não se mostram como discursos neutros, mas sim ligadas à produção de estratégias e práticas que tendem a impor certa autoridade e concepção de mundo. Assim, focar a análise nos conflitos de "classificações ou de delimitações" é também direcionar a análise em pontos de afrontamentos nas construções sociais (CHARTIER, 1990).

A escolha do Diário de Pernambuco como fonte de pesquisa se justifica pelo fato de que este jornal dedicou significativa atenção aos cultivos ilícitos de cannabis que ocorreram em determinados locais dos estados Sergipe, Alagoas e Pernambuco, possibilitando a construção de uma base de dados de longo prazo, entre 1940 e 1980. A análise das notícias sobre os envolvidos com cultivos ilícitos de cannabis publicadas pelo Diário de Pernambuco permitiu a identificação e a sistematização dos grupos sociais envolvidos nesta atividade em quatro categorias analíticas distintas. Essa tipologia foi construída a partir da identificação de padrões recorrentes nas narrativas jornalísticas, possibilitando compreender a diversidade de agentes, práticas e posições sociais associadas à agricultura da cannabis no período em questão.

Para analisar essas categorias, o texto foi dividido em quatro partes, além desta introdução e da conclusão. A primeira parte, analisa o que, a partir das notícias, denominei como política maconhada. Nela se evidencia a participação de políticos, coronéis e grandes proprietários que utilizavam o cultivo para manutenção de poder local e redes de clientelismo. A segunda narrativa detém-se sobre os fazendeiros e grandes proprietários de terras, conferindo um tom mais pragmático e impessoal à cobertura. Paralelamente, o jornal descrevia os pequenos agricultores pobres como matutos desinformados, uma terceira narrativa que engloba parceiros, arrendatários e pequenos proprietários empurrados à ilegalidade pela vulnerabilidade socioeconômica. Por fim, na quarta forma de representação, o jornal destacava a emergência dos operários da maconha, para descrever o trabalhador que vendia sua mão de obra no cultivo ilícito. Conclui-se que o Diário de Pernambuco não apenas informava sobre os envolvidos com os cultivos ilícitos, mas buscava moldar a percepção pública sobre o tema.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



Política maconhada: a participação de políticos, coronéis e grandes proprietários

As notícias do Diário de Pernambuco apontam que pessoas influentes na sociedade pernambucana e alagoana se envolveram com a produção ilegal de maconha. O modo como o jornal retratava esses sujeitos permite identificá-los como supostos proprietários de terra e indivíduos com força política na esfera local. De certo modo, esse jornal foi o primeiro e praticamente o único periódico de Pernambuco que abordou esse assunto de forma recorrente entre 1957 e 1981. As primeiras matérias com esse tipo de denúncia apareceram em 1957 e se intensificaram nos primeiros anos da década de 1960.

Já na perspectiva do Diário de Pernambuco, os políticos do interior estavam tão envolvidos com o plantio de maconha que, para defender seus interesses, sempre que necessário, impediam a polícia de continuar o trabalho de busca e de destruição das plantações. Do que a presente tese mapeou, o jornal utilizava três artifícios diferentes para defender seu ponto de vista quanto a isso. No primeiro deles, em geral fruto de um procedimento mais investigativo, o jornal costumava ser categórico em denunciar os envolvidos, inclusive fornecendo os nomes, e não poupava críticas, como no caso da série de três notícias do repórter Fernando Luis Cascudo. No segundo deles, supostamente com informação de terceiros, o jornal não explicitava uma crítica contundente, mas ressaltava as desavenças existentes entre os representantes da segurança pública e os políticos do interior, no que concernia ao combate de maconha.

Como é possível observar, nesse tipo de matéria, o Diário de Pernambuco representava os políticos do interior como pessoas que utilizavam sua influência política em benefício próprio e que, quando se envolviam com os plantios ilícitos de maconha, eram capazes de realizar ameaças para protegê-los. Por outro lado, o jornal costumava retratar os agentes de segurança pública como homens, em defesa da sociedade e do bem comum, que se indignavam com a situação, mas que nem sempre tinham força para o enfrentamento. Independentemente da veracidade de todos os tipos de denúncia feitas pelo Diário de Pernambuco, aos poucos, as narrativas de envolvimento de políticos e coronéis com a agricultura de maconha se propagaram pela sociedade e se tornaram um tema de debate nas diferentes esferas. A própria classe política utilizava esse discurso sempre que necessário. Uma das justificativas do deputado Getúlio Moura apresentada no texto do projeto de Lei nº 3.295-65, para a permanência dos cultivos de maconha no campo era justamente porque, no Brasil, em

especial no Nordeste, havia criminosa tolerância com os plantadores de maconha, protegidos pelo nefasto coronelismo que ainda imperava nos sertões[4].

De modo geral, o Diário de Pernambuco apontava que esses chefes políticos atuavam de dois jeitos: (1) cultivavam a maconha em suas terras ou (2) protegiam agricultores que plantavam maconha em suas terras. No primeiro, em reportagens do jornalista Luis Fernando Cascudo, os políticos envolvidos foram denunciados explicitamente como os responsáveis pelo plantio e a produção de maconha. No segundo, eles participavam indiretamente, uma vez que permitiam os plantios em suas terras e até saíam em defesa de seus "correligionários" quando esses eram descobertos pelas autoridades de combate à maconha. A respeito dessa última forma de atuação, o jornal explicitava que muitas vezes isso ocorria porque havia uma certa relação de dependência entre o dono da terra e o plantador de maconha – o primeiro necessitava de voto e de apoio da massa para se manter em postos de poder e o segundo necessitava de terra, proteção e favores políticos.

Além disso, o Diário de Pernambuco relacionava os políticos e proprietários envolvidos na produção de maconha com um certo coronelismo. O emprego do termo "coronel" para caracterizar esses possíveis produtores, de certa forma, representava uma insatisfação do jornal com a classe política e proprietária de terras pernambucana e se configurava como um meio do jornal fazer clara oposição a essa classe, dada que nessas reportagens a utilização do referido termo era sempre empregada de forma depreciativa. Como o termo "coronel" suscitou e ainda suscita um amplo debate historiográfico, antes de seguir com a análise dos jornais, os próximos parágrafos fazem uma pequena digressão sobre o assunto.

Dentre os vários estudos que tratam especificamente sobre esse tema, "Coronelismo, enxada e voto", de Vitor Nunes Leal, traz que o coronelismo perdurou ao longo de toda a Primeira República (1889-1930), devido à falta de centralização do poder do Estado. Para esse autor, o coronelismo foi uma forma peculiar do poder privado de se adaptar à nova conjuntura socioeconômica e de manter seus interesses. Na prática, ocorria uma troca de proveitos entre o poder público – que começava a se fortalecer – e os chefes locais, muitos deles proprietários de terra – que perdiam espaço frente a essa tentativa de centralização política. Esse pacto deu origem a um sistema baseado em uma trama de relações de poder que interligava os políticos locais (municípios), os governadores dos Estados e o presidente da República, de modo que esses três poderes formavam um sistema (LEAL, 2012).

[4] Conforme texto do Projeto de Lei nº 3.295 de 1965, trabalhado na tese de doutorado de Rosa (2019) e no capítulo Análise preliminar dos projetos de lei visando à desapropriação de terras com plantios de maconha durante a ditadura civil-militar, no livro De maconha à cannabis: Entre política, história e moralidades.



Embora Leal defenda que o coronelismo tenha sido um sistema que terminara em 1930, alguns autores defendem que determinados resquícios dessa estrutura sobreviveram à Revolução de 1930 e ao processo de redemocratização de 1945. Auxiliadora Ferraz de Sá (1974) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), por exemplo, analisaram as ações de alguns líderes políticos no interior do sertão pernambucano e interpretaram tais ações como a readaptação e a permanência do coronelismo. De acordo com as autoras, mesmo em face dos mencionados desdobramentos políticos, os "novos coronéis" procuravam manter uma rede de favores, alianças e compromissos políticos, em conjunto com a concentração da propriedade da terra e da centralização de toda uma rede de subordinados.

Nesse sentido, para o corpo editorial do Diário de Pernambuco, a figura do coronel, enquanto detentor de poder local, ainda estava bastante presente no sertão nordestino. Nas notícias, esse coronel representava proprietários de terra, políticos e "senhores absolutos" de certas áreas sertanejas. De acordo com o jornal, nos casos associados à agricultura ilegal de maconha, essa figura desfrutava de tanto poder que era capaz de interferir nos processos de investigação, a tal ponto que as autoridades de segurança pública tinham dificuldades para realizar o combate aos plantios ilícitos em espaços de domínio de um coronel. Esse tratamento dado pelo jornal aos poderosos da maconha não é mero detalhe. Outras figuras que exerciam poder no campo pernambucano não usufruíam da mesma estatura pejorativa

As notícias que relacionavam os coronéis e os políticos com a produção de maconha diminuíram consideravelmente no final da década de 1960 e praticamente desapareceram ao longo da década de 1970.

Fazendeiros e grandes proprietários de terras, parceiros e arrendatários

Em 1968, surgiu uma nova representação no Diário de Pernambuco para os grandes proprietários de terra envolvidos com essa agricultura ilícita. A partir dessa data, esses grandes produtores passaram a ser denominados como "fazendeiros", o que dava enfoque ao tamanho das propriedades e não mais ao seu *status* político. De acordo com a presente catalogação, essa nova denominação aparece pela primeira vez no dia 30 de janeiro do respectivo ano (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30/01/1968, p 7). Desde então, foi utilizada até 1981, recorte final desta pesquisa. As notícias se tornaram bem mais pragmáticas, com a presença de poucos detalhes sobre os envolvidos, o que transmitia a impressão de neutralidade do jornal. Em geral, grande parte delas só informava que a polícia havia descoberto e destruído uma certa quantidade de maconha em uma dada fazenda. O nome

do proprietário da terra as vezes era divulgado. Segue abaixo uma transcrição desse tipo de notícia:

> Federais apreendem maconha em fazenda
> Agentes da Polícia Federal apreenderam ontem, na Fazenda Várzea Grande, em Belém de São Francisco, 7.120 pés de maconha [...]. O fazendeiro Cicero Moreira de Moraes, proprietário da terra foi preso e autuado em flagrante (Diário de Pernambuco. 13 de julho de 1974, p, 12).

O caráter mais vago, ou com menos detalhes, dessas notícias sugere uma falta de informação em relação aos casos de destruição ou mesmo um certo desinteresse do jornal na busca por dados mais consistentes. Apesar disso, as notícias divulgadas pelo Diário de Pernambuco, ao longo da década de 1970, ainda indicam que grandes proprietários de terra estavam envolvidos com o cultivo de maconha.

Matutos desinformados: pequenos proprietários de terra, arrendatários e

Além do envolvimento de políticos, coronéis e fazendeiros com o cultivo ilícito de maconha, o Diário de Pernambuco também apontava o envolvimento de pessoas de classes mais baixas da sociedade, as quais por sua vez, também merecem uma análise pormenorizada. Diferente dos casos anteriores, essa associação nem sempre era direta. Um traço comum entre as matérias desse tipo era que quase sempre apresentavam a descoberta de plantios ilícitos em sítios e pequenas porções de terra**.**

Uma parte significativa dessas matérias com a indicação de sítios e pequenas propriedades foi divulgada entre o final da década de 1950 até a segunda metade da década de 1970. Essas notícias geralmente denunciavam plantios ilícitos em Municípios como Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, Buíque, Bom Conselho, Tupanatinga, Águas Belas, Orobó e Correntes – todos do agreste alagoano e pernambucano. Nesse ponto, convêm lembrar que, segundo Manuel Correia de Andrade, 85% dos proprietários de terra no agreste eram pequenos proprietários, caracterizados como sitiantes. Nesse contexto, como o jornal chamou esses espaços de sítios e pequenas porções de terra, e dado que os mesmos se localizavam em municípios do agreste, é muito provável que tais plantadores de maconha fossem pequenos proprietários de terra envolvidos com o cultivo ilegal.

A categoria de pequenos proprietários aqui abordada englobava não apenas os donos de uma propriedade agrária como também toda uma categoria de pequenos produtores distribuídos entre pequenos proprietários de terras, parceiros e arrendatários. Enfim, um conjunto de

categorias típicas da organização econômica e social do Nordeste, constituídas ainda no século XIX que se estenderam até meados do século XX, conforme abordado por Manuel Correia de Andrade (1983).

Ao longo de todo o período deste estudo, a quantidade de notícias do Diário de Pernambuco que indicava a presença de agricultura de maconha em sítios variou de 4 na década de 1960[5] a 31 na década de 1970[6]. Ao longo desta última, as matérias que abordavam a destruição de maconha em sítios perderam espaço para aquelas que traziam a destruição em fazendas. Além disso, o modo como o jornal representava essa categoria de produtores também variou. Em algumas matérias, eles eram apresentados sem muitos detalhes enquanto outras eram extensivamente trabalhados, algumas vezes objetos de 3 a 4 reportagens.

Na produção de maconha, uma característica que une os parceiros, os arrendatários e os pequenos proprietários é a aparente organização do trabalho em torno da mão de obra familiar. De 250 casos de destruição de maconha catalogados, pelo menos 100 deles ressaltavam a participação de familiares como os responsáveis pelos plantios. Os laços de parentescos mais comuns eram irmãos e cunhados. Aparentemente, os parceiros e os pequenos proprietários plantavam maconha em um sistema de agricultura familiar, no qual cada membro da família desempenhava seus trabalhos conforme a necessidade do momento. Embora a maconha não fosse produzida para a subsistência e sim para o comércio, Furtado (1981) ressaltou que uma unidade de subsistência é aquela que produz dois terços ou mais da produção para o autoconsumo.

Outra característica que os unia era a forma de representação dada pelo Diário de Pernambuco. Entre 1948 e 1976, os pequenos produtores, os parceiros e os arrendatários receberam todos a mesma designação: "matuto desinformado". Em conjunto com essa expressão, o jornal evidentemente produziu uma narrativa em torno deles. Para isso, o corpo editorial utilizava o discurso de autoridades públicas que atuavam na repressão à maconha. Um exemplo dessa construção pode ser observado em uma matéria de 1971. De acordo com

[5] Conforme notícias publicadas no Diário de Pernambuco: Delegado de Águas Belas apreendeu considerável quantidade de maconha. Diário de Pernambuco. 1/10/1960, p 10; Cultivador de maconha preso e a "erva maldita" queimada. **Diário de Pernambuco**. 21/09/1961. P 7; Polícia de Bom Conselho apreende partida de maconha. Diário de Pernambuco. 03/10/1964, p, 7; e (26/07/1969, p, 8).

[6] Baseado nas seguintes notícias: (6/05/1979, p, 24); (27/05/1971, p, 24) (1/05/1979, p, 5); (02/08/1971, p, 24); (01/08/1971, p 24); (21/07/1971, p, 24); (14/10/1971, p, 28); (19/12//1971, p 60); (05/03/1971, p, 24); (06/08/1971, p, 24); (7/08/1971, p, 24); (10/08/1971, p, 24); (4/08/1971, p, 24); ; (10/08/1971, p, 24); (1/01/1972, p, 59); (07/07/1972, p, 24); (12/07/1972, p, 24); (23/07/1971, p 24); (12/07/1972, p, 24); (8/09/1972, p, 28); (23/07/1972, p, 28) (29/09/1972, p, 24); (8/05/1973, p, 24); (9/05/1973, p, 20); (12/05/1973, p, 24); (11/12/1973, p, 12); (15/05/1973, p, 24); (19/05/1973, p, 20); (29/08/1975, p 14); (25/11/1975, p, 14); (3/12/1975, p 4); (23/12/1977, p, 15).

esta, um agricultor disse para o delegado Genivaldo Fonseca, da Delegacia de Costumes de Recife, que não sabia que o seu cultivo se tratava de maconha e que era proibido. Diante desse e de outros casos similares, o delegado Fonseca acreditava que muita gente no interior cultivava maconha sem saber que cometia um crime. Por conta disso, ele programou uma série de palestras nas principais cidades do interior do Estado, a fim de alertar os agricultores sobre a questão da maconha e a fim de esclarecer que em uma próxima batida eles não poderiam alegar ignorância. Nessas palestras, ele também informava as penalidades que os contraventores estariam sujeitos, advertindo-os ainda do mal que praticavam destruindo a vida de jovens inexperientes. No geral, segundo o delegado, quando a polícia chegava em locais com plantio ilícito, encontrava agricultores pobres e inofensivos, meros instrumentos nas mãos de traficantes inescrupulosos que lhes ofereciam dinheiro. Nesses casos, para evitar injustiças, o delegado fazia essa campanha de esclarecimento para que futuramente pessoas inocentes não pagassem pelos culpados (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 12 de novembro de 1971. P 22).

De modo geral, a representação criada pelo jornal em torno desses "matutos desinformados" buscava destacar a simplicidade do homem do campo, as características do sertão e da vida do sertanejo. O termo "matuto" era designado para aqueles agricultores que possuíam pouco conhecimento científico, ou seja, aquelas que porventura não sabiam reconhecer e diferenciar a semente de *Cannabis* das sementes de gergelim ou de alfafa, por exemplo. Nesse sentido, o termo "matuto desinformado" girava em torno do seu desconhecimento sobre o que era produzido em sua própria propriedade ou, em alguns casos, sobre o que ele mesmo cultivava. Por outro lado, a expressão "matuto" também evidencia uma conotação pejorativa utilizada pelo jornal ao se referir a esses pequenos agricultores, como se eles não desenvolvessem ao longa da vida uma sabedoria própria em relação à prática da agricultura e aos cultivares agrícolas. De certa forma, o termo "matuto" pode ser comparado ao termo "jeca", bastante utilizado até 1930 por moradores de centros urbanos para se referir preconceituosamente aos moradores do campo.

Ainda assim, na maior parte das reportagens, o jornal colocava os sertanejos como constantes vítimas dos traficantes de maconha que visavam diminuir seus riscos. De maneira geral, no Diário de Pernambuco, as representações em torno dessa categoria de produtores de maconha não sofreram mudanças abruptas ao longo do período analisado. Essas representações apenas sofreram mudanças abruptas bem próximo do final da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980. A partir de então, o jornal começou a associar esse pequeno produtor à imagem de um traficante, consciente de seu ato ilícito.



Operários da maconha: mão de obra remunerada

Ao longo do período analisado, os trabalhadores assalariados compunham outra categoria social relacionada ao cultivo de maconha. Diferente dos atores sociais apresentados anteriormente, os assalariados só tinham sua força de trabalho para vender, ou seja, não possuíam terra e nem controle sobre o processo produtivo. Dois tipos foram identificados: os administradores e os trabalhadores exclusivamente contratados para as lavouras de maconha.

A agricultura de maconha, no final da década de 1970, com a inserção de trabalhadores assalariados em regime temporário, passava por um momento de reorganização do seu sistema produtivo. A mão de obra contratada exclusivamente para essa atividade ilícita surge pela primeira vez nas páginas do jornal, mais precisamente, em 9 de março de 1978.

Este trabalhador assalariado temporário aparentemente era contratado para realizar determinadas tarefas no contexto da atividade ilegal. Como esse trabalhador só recebia sobre os dias que desempenhava alguma função, no restante de seu tempo livre, ele possivelmente procurava outros serviços, fosse uma atividade legal ou até mesmo outra lavoura de maconha.

Em julho de 1978 o jornal publicou duas reportagens destacando o tema por meio de uma fala do delegado Wladmir Cutarelli, na qual havia comparado o valor pago pelos fazendeiros em atividades lícitas e o valor pago pelos produtores de maconha. Segundo Cutarelli, em tempos normais, um fazendeiro pagava cerca de Cr$ 40,00 enquanto um produtor de maconha cerca de Cr$ 100,00 por dia (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 02 de julho de 1978, p, 18).

De acordo com essas duas reportagens, um "operário da maconha" recebia de duas a três vezes mais do que a média paga por outras atividades agrícolas da região, como a cebola. Essa maior remuneração provavelmente ocorria porque havia uma série de riscos associados à agricultura ilícita, que variava desde confrontos violentos até uma possível prisão em caso de flagrante. Ainda assim, muitos trabalhadores, dada a falta de renda e de oportunidades na região, aparentemente aceitavam os riscos. Embora extrapole a periodização da tese, uma reportagem de fevereiro de 1984 traz um bom exemplo sobre a questão da mão de obra assalariada no contexto do plantio ilícito. Segundo a notícia, no Município de Casa Nova, a polícia prendeu 12 das 20 pessoas que trabalhavam em uma plantação de maconha com 162 mil metros quadrados, próxima ao lago de Sobradinho e toda irrigada (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 25 de fevereiro de 1984, p, 8)

De maneira geral, o Diário de Pernambuco mencionava a presença da mão de obra assalariada no plantio de maconha por meio de falas de delegados de polícia ou de representantes da segurança pública. Diferente dos agricultores classificados como "matutos", esses trabalhadores assalariados eram representados de forma mais crítica, dado que algumas reportagens até os classificavam como traficantes, mesmo que, possivelmente, muitos deles na verdade fossem meros agricultores com poucos recursos ou mesmo sem-terra. Ao se tornarem diaristas nos cultivos ilegais, e sem deterem os meios de produção (as sementes, a terra, os utensílios de trabalho, por exemplo), esses agricultores se tornavam uma espécie de proletário rural que só tinha sua força de trabalho para vender. Nesse contexto, a agricultura ilegal de maconha se aproxima mais de uma produção capitalista, dado que a mão de obra, em troca de um salário, torna-se uma mercadoria passível de venda como outra qualquer. Porém, também é verdade que, dadas as condições de ilegalidade, essa agricultura não oferecia direitos trabalhistas e muito menos garantias na existência de eventuais problemas.

Conclusão

A proibição da maconha no Brasil ocorreu de forma gradual. Em relação à maconha, o artigo 1º do capítulo I do Decreto nº 20.930 de 11 de janeiro de 1932, classificou a Cannabis indica como substância tóxica e a proibiu. Já o Decreto-Lei nº 891 oficializou uma série de mudanças significativas no âmbito das drogas. Cânhamo, Cannabis sativa, Cannabis indica e todas as denominações vulgares do gênero, constavam na lista do primeiro grupo, considerada a das substâncias mais perigosas e proibidas em território nacional. Além disso, o Estado também criou instituições públicas como a CNFE e as CEFEs responsáveis pelo combate do que a partir de então ficou oficialmente caracterizado como droga ilegal. A justificativa foi de que era necessário dotar o país de uma legislação capaz de regular eficientemente a fiscalização dos entorpecentes e de atualizar a legislação brasileira com as mais recentes convenções sobre o tema.

A vigência de uma época de contrassensos nas políticas públicas sobre as chamadas drogas ilegais não evitou, no final das contas, a consolidação de um novo modo de ver e entender a Cannabis, respaldado sobretudo pela parcela proibicionista da população e pelas legislações sancionadas. Ao se tornar uma mercadoria ilícita muitos agricultores do sertão pernambucano e do Agreste alagoano viam na agricultura de maconha uma renda viável, apesar de todos os riscos implícitos.



Ao analisar esses agricultores o Diário de Pernambuco produziu quatro narrativas associadas a estes grupos. A primeira, denominada como política maconhada, evidencia a participação de políticos, coronéis e grandes proprietários que utilizavam o cultivo para manutenção de poder local e redes de clientelismo. A segunda narrativa detém-se sobre os fazendeiros e grandes proprietários de terras, conferindo um tom mais pragmático e impessoal à cobertura. Paralelamente, o jornal descrevia os pequenos agricultores pobres como matutos desinformados, uma terceira narrativa que engloba parceiros, arrendatários e pequenos proprietários empurrados à ilegalidade pela vulnerabilidade socioeconômica. Por fim, na quarta forma de representação, o jornal destacava a emergência dos operários da maconha, para descrever o trabalhador que vendia sua mão de obra no cultivo ilícito. Ao final, conclui-se que o Diário de Pernambuco não apenas informava sobre os envolvidos com os cultivos ilícitos, mas buscava moldar a percepção pública sobre o tema.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. *Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017. Tese (Doutorado).

CARVALHO, Jônatas. *Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil: a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (1936–1946)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

CHARTIER, R. 1990. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, DIFEL, 239 p.

DÓRIA, José Rodrigues da Costa. Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício. In: *MACONHA: coletânea de trabalhos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.

ESCOHOTADO, Antonio. *Historia general de las drogas*. Madrid: Espasa Calpe, 1996. Edição digital.

LUCA, T. R. 2015. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 111-153 p.



FRAGA, Paulo Pontes. A economia do plantio extensivo de cannabis no Brasil e as estratégias de repressão. In: FRAGA, Paulo Pontes; CARVALHO, Maria do Carmo (org.). *Drogas e sociedade: estudos comparados Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. v. 1, p. 140–155.

FRAGA, Paulo Pontes. Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de cannabis no polígono da maconha. *Especiaria (UESC)*, v. 9, p. 95–118, 2007.

FRAGA, Paulo Pontes; RODRIGUES, Luzânia Barreto; MARTINS, Rogéria. Justicia juvenil, drogas y sentencias judiciales: el menor de edad como categoría política. *Estudios Sociológicos*, v. 39, p. 67–98, 2021.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MAIA, Gustavo Junqueira Costa. *A maconha no Brasil através da imprensa: cânhamo, cannabis, pango e diamba nos jornais antes da proibição (1808–1932)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em História Social).

PARREIRAS, Décio. Canabismo ou maconhismo: estudos brasileiros. In: *MACONHA: coletânea de trabalhos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951. p. 331–386.

POLICARPO, Frederico. O debate em torno da maconha no Brasil: um breve panorama das controvérsias e disputas atuais. In: FRAGA, Paulo Pontes; CARVALHO, Maria do Carmo (org.). *Drogas e sociedade: estudos comparados Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira: da Colônia à Primeira República*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

RODRIGUES, Aline de Oliveira; FERRAZ, Flávio Carvalho. Contribuições da psicologia para o debate sobre drogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 36, e36nspe, p. 1–9, 2018.

RODRIGUES, Thiago. *Política e drogas nas Américas*. São Paulo: Educ; FAPESP, 2004.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ROSA, Lilian. *Terra e ilegalidade: agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938–1981)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019. Tese (Doutorado).

ROSA, Lilian; FRAGA, Paulo César Pontes. O avanço da justiça sobre os agricultores de maconha em Belém de São Francisco na década de 1980. *Tempo Social*, v. 36, p. 239–259, 2024.

ROSA, Lilian; FRAGA, Paulo Pontes. Ações policiais de combate à cannabis nas páginas do *Diário de Pernambuco* (1938–1981). *Revista de História da Unisinos*, v. 27, p. 188–201, 2023.

ROSA, Lilian da. *Análise preliminar dos projetos de lei visando à desapropriação de terras com plantios de maconha durante a ditadura civil-militar*. De maconha à cannabis: Entre política, história e moralidades. 1ed.Juiz de Fora: EDUFJF, 2023, p. 135-149.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. *Dos velhos aos novos coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1974.

SANTOS, Stênio. *O sinistro fantasma das drogas: discursos e repressão em Pernambuco nos idos da ditadura (1964–1976)*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2019. Dissertação (Mestrado).

SIGAUD, Lygia. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1986.

ZANATTO, R. Maconha e associativismos: modelo para o Brasil (?). In: COLETIVO DAR (org.). *Dichavando o poder: drogas e autonomia*. São Paulo: Autonomia Literária, 2006.

Fontes analisadas

Câmara dos Deputados (Brasil). *Projeto de Lei nº 3.295 de 1965*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=CD684637FD5B3F7767360F38543F664D.proposicoesWeb1?codteor=1194937&filename=Dossie+-PL+3295/1965. Acesso em: 10/02/2020.



Câmara dos Deputados (Brasil). *Decreto nº 20.930 de 11 de Janeiro de 1932*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20930-11-janeiro-1932-498374 publicacaooriginal-81616-pe.html. Acesso em: 10/02/2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 891, de 25 de novembro de 1938. Aprova a Lei de Fiscalização de Entorpecentes. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0891.htm. Acesso em: 12 abr. 2026.

Câmara dos Deputados (Brasil). *Lei Nº 175 de 7 de janeiro de 1936*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-175-7-janeiro-1936-505857-publicacaooriginal-76071-pl.html. Acesso em: 10/02/2020.

Hemeroteca Nacional. Polícia vai incinerar hoje maconha apreendida no interior do Estado. *Diário de Pernambuco*. 30/01/1968, p 7.

Hemeroteca Nacional. Federais apreendem maconha em fazenda. *Diário de Pernambuco*. 13 de julho de 1974, p, 12

Hemeroteca Nacional. Delegado de Águas Belas apreendeu considerável quantidade de maconha. *Diário de Pernambuco*. 1/10/1960, p 10.

Hemeroteca Nacional. Cultivador de maconha preso e a "erva maldita" queimada**.** *Diário de Pernambuco*. 21/09/1961. P 7.

Hemeroteca Nacional. Polícia de Bom Conselho apreende partida de maconha. *Diário de Pernambuco*. 03/10/1964, p, 7.

Hemeroteca Nacional. Campanha de esclarecimento vai mostrar maconha a agricultores. *Diário de Pernambuco*. 12 de novembro de 1971. P 22.

Hemeroteca Nacional. Maconha: tráfico que destrói pessoas para enriquecer marginais. *Diário de Pernambuco*. 02 de julho de 1978, p, 18.



Hemeroteca Nacional. Federal apreende maconha. *Diário de Pernambuco*. 25 de fevereiro de 1984, p, 8.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.



GEMPA 10 ANOS: GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER DE PALHOÇA PESQUISA E EXTENSÃO

Juliane Di Paula Queiroz Odinino[1]

Introdução

O GEMPA é uma abreviação de Gênero e Empoderamento da Mulher de Palhoça, uma iniciativa que surgiu em 2015 com a participação das ações de extensão da FMP - Faculdade Municipal de Palhoça cujo objetivo desde então tem se guiado para a conscientização de mulheres cis e transgênero sobre sua condição histórico-social, seus direitos e a importância da luta pela igualdade e combate ao sexismo no contexto de uma sociedade marcadamente machista e patriarcal. Suas atividades iniciaram com a oferta de formação para a comunidade e lideranças comunitárias no formato de extensão na própria FMP, vinculada ao setor de extensão da instituição, a COPER - Coordenação de Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social, por meio de um convênio interinstitucional entre diversas entidades governamentais. No decorrer dos anos, o GEMPA foi incorporando, além da extensão, a pesquisa através do oferecimento de grupos de estudos, em especial voltados às temáticas de combate à violência contra a mulher, os quais culminaram desde a produção de audiovisuais a inúmeros trabalhos de conclusão de curso. Dada a necessidade de dar maior visibilidade ao debate, tanto o teatro como o cinema foram utilizados como possibilidade de levar a mensagem para além dos muros da instituição, através da esquete "Teatro da mãe oprimida" (exibida de 2016 a 2019) e da realização de um filme de longa metragem intitulado "Matripotência: a revolução do cuidado" (2022). Além disso, foram oferecidos cursos de capacitação para mulheres voltados para a geração de renda, com o projeto Pufes do Bem em parceria com a comunidade do Brejaru, desde 2017. No decorrer da pandemia, o núcleo manteve suas atividades por meio do grupo de estudos com o Ciclo Maria Maria, que depois foi intitulado Ciclo Miriam Maria, em homenagem à professora da FMP Miriam Branco que teve a vida ceifada em decorrência da pandemia. Na sequência, as atividades continuaram por meio de realização de rodas de conversa no horário da pré-aula, contribuindo também com disciplinas da graduação e da Faculdade da Maturidade. O GEMPA nunca encerrou suas atividades desde então, entre suas últimas ações está a realização de oficinas de teatro comunitário com as mulheres do Projeto

[1] Professora doutora na Faculdade Municipal de Palhoça - Santa Catarina, Brasil. Email: juliane.odinino@fmpsc.edu.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



Mulheres em Ação, de uma região de grande vulnerabilidade social em 2025, cuja parceria já se dava desde sua criação com o projeto Pufes do Bem. O GEMPA também neste último ano participou da organização do curso das Promotoras Legais Populares, uma iniciativa nacional e interinstitucional que visa formar mulheres lideranças de suas comunidades para luta e reivindicação de seus direitos com conscientização, auxílio, orientação e mobilização social. Por gênero se tratar de uma temática interdisciplinar e se constituir como uma categoria relacional, as ações deste núcleo dialogam com todos os grupos e núcleos da faculdade, com quem tem mantido ao longo de sua trajetória um diálogo profícuo, bem como constituindo-se como tema transversal dos cursos de graduação e da pós oferecidos pela faculdade. Como atividade de extensão tem mobilizado estudantes e comunidade na realização de ações e na promoção de reflexão acerca da discrepante desigualdade entre homens e mulheres que assola nossa sociedade. Como pesquisa busca subsidiar as produções dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos cursos oferecidos pela instituição. O presente artigo traça um panorama da história do núcleo ao longo destes dez anos, com destaque às suas principais ações no campo da pesquisa e extensão, além de apresentar as bases teóricas que sustentam e direcionam suas práticas e reflexões.

Trajetória

No final de 2014 diversas entidades governamentais do município de Palhoça diretamente ligadas a questões envolvendo a condição da mulher perceberam a fragilidade de conhecimento específico sobre o assunto na região, o que não colaborava para uma atuação em prol da mudança da condição de dependência e vulnerabilidade social de muitas mulheres. De 2015 a 2016, por meio de uma ação de extensão, a Faculdade Municipal de Palhoça, juntamente com outras entidades governamentais do município ofereceram cursos e palestras de formação para a comunidade conforme demanda do ICESPE – Instituto Catarinense de Estudos Sociais Políticos e Econômicos, com o objetivo de apresentar conceitos e despertar o empoderamento da mulher, oriundo da temática: "Sem as mulheres, os direitos não são humanos". Foram atingidas nesta etapa, oferecida em três módulos, cerca de 150 pessoas. Estas ações visaram promover o debate sobre a situação das mulheres, encorajar a formação de coletivos e desenvolver ações que buscassem atingir tais objetivos na região. Surgiu enquanto curso semestral em julho de 2015, oferecido em módulos com o intuito de apresentar conceitos e oferecer formação, orientação, atualização e ampliação do conhecimento acerca da abordagem de gênero e do reconhecimento do papel e da participação da mulher na sociedade e na região. O curso continuou a ser oferecido em



demais módulos no decorrer do ano de 2016, aos sábados, aberto à comunidade e também voltado aos alunos e às alunas das graduações da instituição. Com certificação de 60 horas, o curso foi dividido em módulos ministrados por professoras/es convidados da área de Gênero, Educação, Direito e Saúde da Mulher sendo oferecidos quinzenalmente aos sábados nas dependências da FMP. Esta primeira edição contou com a participação de cerca de 50 mulheres de diversos setores sociais. Devido à grande procura foi lançada uma segunda versão em 2016, no mesmo formato e com mesmo alcance de público. Foram ao todo três módulos desde 2015, um por semestre. Desta experiência muitas mulheres se tornaram lideranças em suas comunidades, tendo maior participação política em suas áreas de atuação, passando a integrar coletivos e a se organizarem em iniciativas comunitárias, partidos políticos e movimentos sociais, a exemplo do Mulheres em Ação.

A partir desta iniciativa surgiram outras frentes de ação. Coletivos foram sendo constituídos, como o COMDIM - Conselho Municipal da Mulher do Município de Palhoça, criado em 2016 com atuação até a presente data. E o grupo de mulheres da comunidade do Frei Damião e Brejaru, de baixo IDH cuja principal fonte de renda dos moradores é a reciclagem, o "Mulheres em Ação". Este último projeto passou a produzir pufes com garrafa PETs para ampliação da renda das mulheres a partir de suas realidades. Para tanto foi oferecida uma formação pela FMP com seus colaboradores, além da realização de debates acerca das questões feministas e de raça. Nesse mesmo período, a FMP auxiliou com a solicitação da cessão de um terreno da prefeitura nas proximidades da sede do projeto para a consolidação de uma horta comunitária, em funcionamento até os dias atuais.

No final de 2016, o coletivo percebeu a necessidade de constituição de um grupo de multiplicadoras que pudesse, preferencialmente por meio da linguagem artística, levar e sensibilizar outros públicos e ampliar territórios de discussões de gênero e de combate às discriminações e violência contra a mulher. Assim, como desdobramento, o Curso Gênero e Empoderamento da Mulher passou a se denominar GEMPA - Gênero e Empoderamento da Mulher de Palhoça se consolidando como uma atividade de ensino, pesquisa e extensão da FMP, atuando com a comunidade acadêmica e seu entorno. Assim, no segundo semestre de 2016, o curso focou na formação de multiplicadoras que já tinham atuado nas versões anteriores, contando com a participação de quatro professoras do quadro docente da faculdade e uma parceria com a Companhia de Teatro Bruxos da Corte e as Madalenas/Es.Te.Pô de Florianópolis. Buscou-se nessa ocasião, através do rico processo de debate e estudo acerca da condição da mulher, construir uma esquete a partir das realidades das participantes, a qual se pautou em questões acerca da violência cotidiana sofrida pelas mesmas. Por meio da linguagem teatral, no ano seguinte foi possível realizar apresentações

nos mais diferentes espaços, com o objetivo de conscientizar o máximo de pessoas possível, seguido da promoção de rodas de conversa com a população, a partir dos temas apresentados.

No decorrer de 2016 a 2019, o GEMPA manteve o grupo bastante atuante junto à comunidade de Palhoça, com apresentações e aprofundamento de seus estudos acerca das múltiplas violências sofridas pelas mulheres. O grupo também se aprofundou nos estudos do Teatro do Oprimido, método criado por Augusto Boal, utilizado para a construção da esquete teatral e para a promoção do diálogo com o público. O teatro político como ferramenta de transformação ensaia possibilidades de combate deste cenário de violência e opressão. Paralelamente, ocorria desde então a ação de assessoramento e oferecimento de oficinas junto à comunidade do Frei do Damião, por meio do já referenciado projeto Pufes do Bem (confecção de pufes com garrafas pets que eram comercializados em feiras e em diferentes espaços) e das rodas de conversa que visavam tanto tratar de questões teóricas acerca dos estudos feministas como ser um espaço de troca e escuta das realidades das envolvidas sobre sua condição social enquanto mulher entre outros marcadores sociais. Além da participação em feiras e eventos como o Fazendo Gênero 11 e 13o. Mundo das Mulheres, ambos realizados na UFSC em 2017, houve a participação em diversas mostras culturais com o Teatro da Mãe Oprimida e exposição na feira dos movimentos sociais do projeto das Mulheres em Ação com os Pufes do Bem.

Em 2018, além dos encontros presenciais ocorridos com professores convidados/as, o GEMPA participou no dia 8 de março deste ano do evento organizado pela ONG Anitas Libertas que ocorreu no Centro de Florianópolis, no TCE (Tribunal de Contas de Santa Catarina) que teve como intuito premiar Mulheres que faziam a diferença na sociedade. O GEMPA foi convidado a participar por conta do reconhecimento do impacto social do Projeto de confecção de Pufes do Bem. O GEMPA também esteve presente neste mesmo ano na 1a Semana da Diversidade: a educação transforma por uma escola sem LGBTfobia, promovida pela Escola Básica Estadual Irmã Maria Tereza, com uma roda de conversa sobre Teoria Queer para mais de quinhentos estudantes do Ensino Médio.

Nos idos de 2020 e 2021, com o cenário da pandemia, o GEMPA passou a realizar encontros online, com o Ciclo de Estudos Feministas Maria Maria. O grupo se organizou em três Ciclos de estudos desde abril de 2020 inicialmente promovido na modalidade à distância, por conta do contexto pandêmico, com encontros quinzenais via Meet, voltados à comunidade acadêmica em geral, cujo objetivo sempre fora aprofundar os estudos acerca dos feminismos negros e decoloniais. Grande parte destes encontros foi desde então gravadas e disponibilizadas no canal da Faculdade Municipal de Palhoça do Youtube. Tratava-se de uma

iniciativa interinstitucional estabelecida inicialmente entre UDESC e FMP, entre os grupos de pesquisa e extensão NEABI/Faculdade Municipal de Palhoça e NEAB/Universidade do Estado de Santa Catarina, Laborei/Universidade do Estado de Santa Catarina, Literalise/Universidade Federal de Santa Catarina além da parceria com a Companhia de Teatro Os Bruxos da Corte de Palhoça/SC e a Produtora Cinematográfica Werk Filmes. Os encontros do Ciclo buscaram num primeiro momento aprofundar os estudos da coleção Feminismos Plurais organizados por Djamila Ribeiro (2019), passando pela obra de Grada Kilomba (2019) até culminar na obra de Oyèrónké (2021), com foco na crítica ao racismo heteropatriarcal e da afirmação da diversidade decorrentes "[...] de perspectivas que atravessam a reflexão, a ação política e cultural de mulheres negras, indígenas e homens negros que trazem em comum a insurgência desses grupos subalternizados frente aos modos de subjetivação consagrados pelo racismo, sexismo e o desafio de construção de novos imaginários restituidores da plena humanidade." (Carneiro apud Ribeiro, 2019, p. 23). Constituindo-se como grupo de estudos aberto a toda comunidade, incorporando além dos núcleos e laboratórios das principais universidades públicas da região outros grupos com representantes de movimentos sociais, como Unegro/SC e o coletivo 8M (O oito de março, que agrega inúmeros movimentos em prol da luta feminista) passaram a compor o grupo de estudos. Nos últimos tempos, o Ciclo Mirian Maria Maria passou a incorporar o nome Mirian devido a perda de uma das colegas idealizadoras do projeto, professora doutora Mirian Branco, acometida pela COVID 19, na época coordenadora do NEABI - Núcleo de Estudos Afro Brasileiro e Indígena da FMP. Entre as principais autoras abordadas destacam-se Carla Akotirene, Grada Kilomba, bell hooks, Beatriz Nascimento, Djamila Ribeiro, Joyce Berth entre outras.

Assim, as reflexões culminaram no desejo de uma produção audiovisual que pudesse garantir ampla difusão das reflexões decorrentes do grupo de estudo ao retratar experiências práticas concretas entre diferentes saberes ancestrais para públicos cada vez mais diversificados. O Ciclo Maria Maria continuou com suas atividades de forma ativa e persistente até 2022, porém por mais que fosse aberto à comunidade em geral, devido à complexidade teórico-conceitual das referidas obras, acabava atingindo em sua maioria pessoas interessadas ligadas ao ensino superior. O intuito de realização do documentário vinha no sentido de oportunizar maior difusão e visibilidade desses outros saberes e formas de sociabilidade, promovendo reflexões acerca de uma afirmativa e inovadora maneira de compreender o papel social da mulher partindo do conceito africano de matripotência, da cultura iorubá. A obra "A invenção das mulheres" da nigeriana Oyeronké Oyewumí (2021) posteriormente se tornou um filme documentário produzido pelo GEMPA por meio de recursos do edital de cultura

da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. A produção deste documentário realizado com mulheres lideranças da região, concebidas como matripotentes por se destacarem em suas comunidades pela exaltação da dimensão do cuidado e da responsabilidade social em suas práticas comunitárias. O documentário audiovisual com duração de cerca de 50 minutos tratou sobre as experiências de quatro lideranças negras e/ou indígenas femininas da região da grande Florianópolis que vinham atuando ativamente em suas comunidades nas áreas da cultura, da religiosidade e da luta por direitos. Tal documentário buscou dar visibilidade a mulheres cujas trajetórias têm sido ao longo da história pouco reconhecidas e valorizadas e, ao mesmo tempo, difundir inovadoras sociabilidades através de suas experiências de vida que vão na contramão do modelo hegemônico da noção de liderança, reconhecimento e prestígio, característicos de uma sociedade constituída por um grupo privilegiado reconhecido como branco, eurocentrado, consumista, urbano, desenvolvimentista, cristão, machista e patriarcal. Em linhas gerais, o documentário versa sobre os cotidianos de mulheres lideranças enredadas nas complexas relações tecidas nos seus territórios, cujo cuidado mútuo as fazem desfrutar dessa posição de destaque e reconhecimento comunitário. Foram realizadas muitas exibições desde sua estreia no Museu da Escola Catarinense, passando pelo CEU das Artes de Palhoça, na própria FMP além de ampla divulgação, pois o video encontra-se disponível gratuitamente no canal do youtube da Werk Filmes.

Na sequência, o grupo de estudo se manteve pós pandemia ao longo dos anos acontecendo presencialmente no horário da pré-aula, aberto a toda comunidade nas dependências da FMP. Por se tratar de um tema interdisciplinar foi ampliando sua rede incorporando novas frentes e parcerias. Foi iniciada a produção de um video junto à comunidade acadêmica sobre violência doméstica, cujas imagens e dados vem sendo coletados desde 2017 a partir de depoimentos reais, em parceria com a produtora Werk Filmes. Além das discussões das obras, o Ciclo Mirian Maria produziu um curta para participar do festival do minuto, intitulado Xeque Mate da Rainha em parceria com a companhia Bruxos da Corte com a temática da violência doméstica, também disponível no canal da produtora parceira.

Em 2023, o GEMPA continuou suas ações com a segunda edição do video documentário Matripotência: a Revolução do Cuidado em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História da UDESC com edital de cultura contemplado. A partir de uma necessidade de aprofundamento pelo viés da pesquisa e da possibilidade de criação de narrativas audiovisuais, neste referido período o projeto foi novamente submetido e aprovado, dessa vez com o intuito de produzir uma websérie fazendo uso de conceitos decoloniais e dos estudos do feminismo negro, do Brasil e do mundo. O aprofundamento nesta etapa mirava



às reflexões acerca das múltiplas possibilidades de configurações de corpo, gênero e suas múltiplas percepções de mundo. As ações iniciaram com o grupo com a exibição e debate do video documentário Matripotência: A revolução do cuidado. A websérie iria contemplar a participação de diferentes lideranças em seus territórios com seus corpos dissidentes e resistentes, porém devido a problemas no acesso ao recurso as atividades tiveram que ser interrompidas.

Em 2024, o documentário foi exibido na Mostra Audiovisual do Fazendo Gênero 13, evento feminista internacional que acontece na UFSC. Já em 2025, o GEMPA retomou suas atividades artísticas com o teatro comunitário no comunidade do Brejaru, com as Mulheres em Ação, em parceria com o Es.Te.Pô - Escola de Teatro Político de Florianópolis que por meio do Teatro do Oprimido promove conscientização e transformação social através da contestação das injustiças sociais. Tais ações também participaram do II Simpósio Regenerar Mundos: Práticas Artístico-pedagógicas de Pesquisa-Extensão no Capitaloceno no eixo Práticas cênicas no nexo entre o sócio-histórico e o cosmológico.

Nessa ocasião surgiu o núcleo Es.Te.Pô surgiu através do GEMPA como uma ampliação das ações da rede de Escolas de Teatro Político de Florianópolis, com o intuito de debater e produzir teatro de caráter crítico. Tal atividade de caráter extensionista busca consolidar um coletivo de teatro político inicialmente com mulheres periféricas ligadas ao Projeto Mulheres em Ação, situado no bairro Brejaru, em Palhoça. Por meio da formação crítica, da valorização de suas trajetórias em saberes e culturas locais, emancipatória em relação ao combate às violências e opressões sofridas pelas mulheres, em sua maioria, negras, mães, imigrantes, faz-se uso do teatro-fórum do Teatro das Oprimidas com o objetivo de levar reflexões sócio-históricas e ambientais para diferentes espaços educativos, culturais e de movimento social como possibilidade de transformação social por meio do corpo político.

Além dessa ação, no decorrer deste último ano, o GEMPA participou ativamente da organização do curso das Promotoras Legais Populares do município de Palhoça. Este último compõe um grande projeto mobilizado por várias frentes institucionais, da sociedade civil e dos movimentos sociais que busca formar mulheres lideranças com o objetivo de contribuírem ativamente em suas comunidades na luta e na garantia de seus direitos fundamentais, como moradia, saúde, igualdade salarial, promoção da soberania alimentar, ações sustentáveis, combate às violências e discriminações de gênero, raça e classe social. Os encontros aconteceram no CEU das Artes em Palhoça, quinzenalmente aos sábados de abril a dezembro de 2025, com alguns desses momentos em ocupações, comunidade indígena, projetos sociais, além da realização de visitas a orgãos públicos. O curso formou cerca de cinquenta mulheres e pretende dar continuidade no ano seguinte.



As ações do grupo desde então vem atingindo direta e indiretamente um público de mais mil pessoas, tem contribuído para formar lideranças contando com o apoio de uma rede de coletivos feministas como 8M/SC, Marcha Mundial das Mulheres garantindo um constante diálogo com as principais lideranças comunitárias da região . Assim, desde seu nascimento o núcleo almeja também continuar desenvolvendo as ações de extensão, pesquisa e aprofundamento através dos grupos de estudos presenciais no horário da pré-aula e também online. A ideia é que tais ações possam subsidiar as pesquisas seja nos trabalhos de conclusão de curso de Pedagogia e Administração que a faculdade oferece à noite, seja na pós graduação. O grupo de estudo online criado na pandemia intitulado Ciclo Miriam Maria encontra-se atualmente em vias de ser retomado com o fortalecimento das redes e consolidação de parcerias interinstitucionais.

Debate teórico

Desde o início, a discussão sobre o papel da mulher na sociedade e a discussão sobre o empoderamento feminino têm sido temas centrais na atuação do GEMPA. Na primeira versão da proposta, o objetivo do projeto consistia em "Desenvolver e despertar o Empoderamento da mulher, oferecendo formação, orientação, ampliação e atualização sobre a sua atuação e sua importância no contexto social, cultural, econômico e político em nível municipal, estadual, nacional e internacional." (Relatório de Extensão, 2015). Com a participação de professores colaboradores da instituição desde seu início foram abordados temas como saúde da mulher, combate à violência contra as mulheres, a representação das mulheres nas mídias, gênero e raça, direitos das mulheres entre outros. Com a ampliação e diversificação de suas ações, houve a necessidade de definir com maior precisão teórica alguns dos principais conceitos que o subsidiariam em seus princípios norteadores. Tornou-se necessário primeiramente partir de uma definição comum sobre os conceitos de gênero e empoderamento presentes no título do núcleo. Gênero enquanto categoria analítica então é compreendida pela sua dimensão científica e relacional, daí a necessidade de ser tomada a partir dos jogos de poder atravessados pelos intrincados marcadores sociais. Em linhas gerais, gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, os quais são resultantes de construções sociais dadas a partir das diferenças sexuais. De acordo com Leite (2011, p. 15), "[...] O conceito foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social", ou seja, padrões histórico-culturais atribuídos a homens e mulheres. Portanto, a identidade de gênero relaciona-se com o modo como determinado sujeito se identifica na sociedade. Os estudos de gênero contemplam uma abordagem complexa onde

combinam-se aspectos biológicos, sociais, culturais e psíquicos. Tal definição também foi utilizada para difundir o conceito na escrita da Base Curricular do Município de Palhoça (2019), cujo texto inicial deste documento se apresenta sob o título: "Educação para a diversidade de gênero", no capítulo sobre "Diversidade e Inclusão". Vale destacar que o GEMPA teve uma participação crucial para a escrita deste documento, considerado um marco para introduzir essa discussão nos currículos escolares.

Já o termo Empoderamento vem pautando-se nas ideias de teóricas do empoderamento que o compreendem como a união entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, ou seja, algo em si contestador e revolucionário na sua definição. Com o aprofundamento deste conceito, outros temas também passaram a fazer parte das discussões do nosso grupo de estudos como interseccionalidade, racismo estrutural, branquitude, masculinidades, lesbiandades, mulheres indígenas e ribeirinhas, afetividade e sexualidade. O grupo de estudos pôde aprofundar especificamente esse conceito através do Ciclo Miriam Maria pela leitura e discussão da obra de Berth (2019) que o define como "Empoderar (...) é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras." (Berth, 2019, p. 19).

Foi justamente no decorrer dos grupos de estudos que o Núcleo passou a promover leituras e debates de autoras feministas exaltando a dimensão da interseccionalidade. Devido ao caráter político, social e identitário, compreender os múltiplos e intrincados atravessamentos que caracterizam os sujeitos e suas posições sociais, tem sido colocado como aspecto central para compreender a condição social do que convencionou-se denominar culturalmente como "mulher". Esta representação é oriunda de uma concepção promovida por sujeitos históricos, reais e concretos ao invés de figuras abstratas, universais que teriam supostamente alguma "essência". Ainda no contexto dos grupos de estudos, Akotirene (2019) contribuiu muito para o debate através da compreensão de que "A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias." (2019, p. 14). Neste sentido, as mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe. Esta compreensão é de suma importância para a constatação das múltiplas identidades que povoam os sentidos do que é ser mulher em nossa sociedade.

No decorrer dos estudos do Ciclo Mirian Maria, as discussões sobre o feminismo negro ampliaram ainda mais os horizontes de nossas reflexões. Os estudos sobre a obra "A invenção das mulheres" de Oyewùmí (2021) permitiram lançar luz sobre o conceito iorubá de Matripotência. As práticas retratadas no documentário produzido sobre este tema são

compreendidas pela dimensão ética do cuidado coletivo, interpelados pelas reflexões da socióloga nigeriana em sua tese de doutorado de que trata sua obra. Trata-se de uma poética da resistência, pois tal cosmopercepção, noção que a autora nigeriana defende, de reprodução da vida se contrapõe à lógica dominante patriarcal. Foi decorrer do processo de pesquisa que se buscou ouvir os saberes de mulheres líderes de suas comunidades e abriu para o grupo outras referências de estudos que desse conta da complexidade simbólica, das performances a suas poéticas do corpo. Desse modo, tais dimensões foram sendo incorporadas nos estudos, como a complexidade das corporeidades, bem como a dimensão de amefricanidade defendida por Lélia Gonzalez (2018), até a busca por compreender as marcas da colonialidade, como as flechas do tempo (Simas; Rufino, 2019) que inscrevem nos corpos e nas cidades, poéticas da resistência encantadas nas culturas populares. O conceito de matripotência refrata o olhar acerca das relações por meio dos múltiplos sentidos sensoriais para além da ênfase na visão, se opondo sobretudo às pré-noções dos papéis sociais de gênero - especialmente em relação a maternidade, paternidade. Deste modo, tem proporcionado outros e inovadores modelos concretos de organização social, de resistência às estruturas opressoras, exploradoras e violentas decorrentes do patriarcado pós-neoliberal e cisheteronormativo que estabelece perversamente os locais e hierarquias de poder social, econômico e político. Tal conceito vem cada vez mais ganhando notoriedade nos estudos e no contexto dos movimentos negro, feminista e decolonial, por exaltar à ideia da maternidade negra na tradição filosófica e ancestral, pela qual a sociedade se organiza para além da lógica hegemômica vigente. Pela cosmopercepção iorubá, o sentido da matripotência surge no momento do nascimento, pelo qual nascem as duas entidades que a compõem: o bebê e a Íya. Assim, aquela que é lançada à condição de Iyá possui destaque e reverência em sua comunidade sendo dotada de poder de decisão e prestígio na ocupação dos espaços públicos e privados, ao exaltar valores de equidade e justiça social. Na cultura africana, a prole não é somente da mãe de sangue, mas de toda a comunidade, assim matripotência relaciona-se a esta dimensão da coparticipação do coletivo nas práticas de cuidado mútuo e comunitário.

Para finalizar, tão fundamental para as ações de difusão artística e política do GEMPA foi a realização de um teatro comunitário desenvolvido num primeiro momento com a comunidade acadêmica (de 2016 a 2019) e mais recentemente (2025) com o coletivo de mulheres periféricas do projeto Mulheres em Ação. A técnica utilizada foi o do Teatro do Oprimido/Teatro das Oprimidas. O Teatro do Oprimido (TO), criado por Augusto Boal (1975), é um método teatral que transforma o espectador passivo em "espect-ator" ativo, usando o teatro como ferramenta para discutir, ensaiar e agir na transformação da realidade social, democratizando a produção teatral e dando voz aos oprimidos para que eles próprios

busquem soluções para seus problemas. Possui uma vertente que é o Teatro das Oprimidas que foi sistematizado por Bárbara Santos (2019), uma discípula de Boal, que passou a compreender o processo como uma variação do Teatro do Oprimido mas com ênfase nas questões sociais enfrentadas pelas mulheres, a partir de suas especificidades que até então ficavam ofuscadas no contexto dos grupos mistos. Por meio da formação crítica, de valorização de suas trajetórias em saberes e culturas locais, e emancipatória em relação ao combate às violências e opressões sofridas pelas mulheres das comunidades, em sua maioria, negras, mães, atuantes na informalidade, imigrantes e de grande vulnerabilidade social, o Teatro da Oprimida (Santos, 2019) problematiza e escancara tais contradições. Em linhas gerais, o Teatro das Oprimidas aprofunda de forma teórica e prática a partir das vivências corporais as questões de gênero e outros marcadores sociais da diferença. Traz um debate interseccional para a cena teatral, questionando lógicas sexistas, machistas, racistas, heteronormativas, entre outras pautas opressivas. O teatro político assim fundamentado buscou dar visibilidade para as vivências e identidades culturais das mulheres. Para que pudessem ocupar através da arte um lugar de destaque para a resistência e saída criativa, inovadora e antenada às suas realidades culturais através dos modos de fazer diversos proporcionados pelos jogos teatrais, ao mesmo tempo que busca instrumentalizá-las para a mudança social a partir de suas realidades concretas. O Teatro das Oprimidas historicamente desde a década de 1990 se consolidou como uma grande rede internacional e na experiência do GEMPA se vinculou ao grupo Es.Te.Pô - Escola de Teatro Político de Florianópolis, constituindo-se como um braço deste coletivo em Palhoça.

Considerações finais

O grupo de estudos vem ao longo desses últimos dez anos realizando ações bastante significativas do ponto de vista da reflexão e da conscientização acerca da condição da mulher, com atenção especial à nossa região. De uma necessidade local de proporcionar vivências e oportunidades para o público feminino da região de Palhoça, o GEMPA por meio de parcerias interinstitucionais vem somando e se fortalecendo com suas redes de apoio bastante atuantes com os movimentos das mulheres entre outros coletivos e grupos de estudos das principais universidades da região da grande Florianópolis. Desde então, vem cumprindo sua função de extensão ao romper os muros da faculdade e oportunizar o protagonismo de suas acadêmicas, fazendo uso de diferentes linguagens como a artística e a intelectual em busca de compreender as dinâmicas sociais que envolvem gênero entre outras categorias que definem e classificam os sujeitos em nossa cultura. Neste sentido, vem



incentivando a produção acadêmica por meio de pesquisas que culminam com a publicação de artigos científicos e produção de trabalhos de conclusão de curso com o objetivo de compreender de perto e com a participação da comunidade nossas realidades sociais, no combate às inúmeras opressões e violências tanto concretas como simbólicas e na promoção da equidade, da inclusão e da justiça social. Sendo a FMP uma faculdade pública e gratuita cuja mantenedora é a prefeitura de Palhoça, o impacto social na comunidade é a melhor forma de devolutiva para o município ao proporcionar melhores condições de vida por meio da conscientização das mulheres e promoção de sua autonomia e empoderamento, tanto as da comunidade acadêmica como da região, sobretudo as de maior vulnerabilidade social, como as mulheres da comunidade do Frei Damião. Além é claro da contribuição na escrita de documentos norteadores como a Base do Município de Palhoça, uma importante conquista para este campo. Compreendendo-se no campo da resistência, primeiro passo para a mudança social, suas ações vem na esteira da luta pelo fortalecimento e incentivo da produção intelectual acadêmica e como parte das ações de extensão, em defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que essas possam daqui para frente contar cada vez mais com o apoio institucional da faculdade.

Referência bibliográfica

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018

BASE CURRICULAR do Município de Palhoça. Palhoça: Editora FMP, 2019

BERTH, Joice. Empoderamento. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.

BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013



KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, A. M. P. Educação, gênero e sexualidade: entreolhares e problematizações. In: LEITE, A. M. P.; ROSA, R. M. (org.). Educação, escola e violências. Florianópolis: UFSC, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização e introdução de Alex Ratts. São Paulo: Zahar, 2021

OYEWUMI, Oyèrónkẹ́. A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Santos, B. (2019). Teatro das Oprimidas: estéticas feministas para poéticas políticas. Casa Philos

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



COVID-19 E SUAS RELAÇÕES COM A GRIPE ESPANHOLA: O CONTEXTO BRASILEIRO

Larissa Mendanha Cabral[1]

Introdução

A covid-19 foi um grande obstáculo para todo o mundo, uma doença que chegou sorrateira e se espalhou subitamente, contaminando milhões de pessoas e consequentemente levando a óbito cerca de vinte milhões de indivíduos em todo o mundo. No Brasil, o discurso negacionista por parte dos governantes (de vereadores a senadores, de prefeitos ao presidente da República) contribuiu para que o impacto da pandemia fosse maior que em outros países. Traçamos aqui, uma análise comparativa entre a COVID-19 e a epidemia de H1N1, mais conhecida como Gripe Espanhola, que grassou o mundo no final da década de 1910. Nesse sentido, utilizaremos a obra '*A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*' e notícias recentes para respaldar o estudo.

Em 31 de dezembro de 2019, o escritório da Organização Mundial de Saúde (OMS) na República Popular da China trouxe uma declaração da Comissão Municipal de Saúde que na cidade de Wuhan, havia casos de 'pneumonia viral'. Logo, no dia 9 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas declaram que o surto é de corona vírus (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus[2] – Sars-Cov2). A primeira morte foi relatada em 11 de janeiro. O primeiro caso do novo coronavírus fora da China, foi encontrado em Tailândia já em 13 de janeiro, e assim, como já sabemos, espalhou-se para todo o mundo, chegando no Brasil em fins de fevereiro[3].

Enfim, uma doença pandêmica que voltou a assustar o mundo após cem anos de Gripe Espanhola. O medo do desconhecido, da infecção e da morte, a sua gravidade e sem saber o seu tempo de duração, agravando ainda mitos e informações equivocadas (Schmidt et. al, 2020); atualmente sabemos seus efeitos e sintomas, ainda há muito para a comunidade

---

[1] Doutoranda em história pela Universidade Federal de Goiás, sendo orientada pelo professor doutor Yussef Deibert Salomão de Campos. E-mail: larissamendanha.mendanha@hotmail.com

[2] Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2.

[3] Essas, e mais informações podem ser encontradas no site do World Health Organization. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline#event-100. Acesso em 19 de novembro de 2025.



científica pesquisar. O novo coronavírus se espalhou rapidamente e os números de mortos só cresceram nos primeiros meses, sendo a única solução imediata, o isolamento social.
Os governos de todo o mundo se mobilizaram e se sensibilizaram com a doença, passaram a pensar em projetos para diminuir a sua propagação; nos países europeus e asiáticos vimos o isolamento e medidas mais rigorosas como tentativa de achatar a curva de contaminação diminuindo assim a utilização dos leitos nos hospitais que seriam insuficientes dado o nível de pessoas contaminadas sendo internadas. Em contrapartida, o governo brasileiro e o estadunidense, ambos de extrema direita, preferiram minimizar e/ou negar os impactos da doença, e consequentemente, estão entre os países que mais morre pessoa no mundo, estando os EUA em primeiro lugar e ocupando o segundo lugar, o Brasil.
Jair Bolsonaro foi eleito em 2018 sem ter participado dos últimos debates na TV e com a ajuda das fake news que ele mesmo apoiou a propagação. Sempre que aparecia era para fazer declarações violentas, atacar seus adversários, e trazer soluções simples para problemas complexos. Bolsonaro mostrou-se despreparado e desprovido de qualquer inteligência e solidariedade, tendo trinta anos de carreira política sem nenhum feito mensurável, esteve a todo o tempo votando contra a população menos favorecida, aprovando, em 28 anos como deputado, apenas dois projetos sem relevância. (Avritzer, 2020).
Traçamos aqui um paralelo entre a Gripe Espanhola[4] e a Covid-19 no Brasil, seus negacionismos – histórico e científico – e como nosso país lidou e lida com uma pandemia, algumas questões que permanecem e outras que mudaram cerca de 100 anos após o surto de H1N1[5].

Gripe espanhola como história apenas do passado?

No século XIX a Segunda Guerra Mundial e o genocídio nazista fez surgir a história do tempo presente, as negações em cima dos horrores que aconteciam nos campos de concentração, mobilizou historiadores a trazer à tona a verdade dos fatos, sendo uma forma de destacar a moral e a ética dentro da história; até então para os teóricos da área o pesquisador deveria ter uma certa distância temporal do fato que seria trabalhado, e que a história "imediata" era encargo dos jornalistas. (Boutier; Julia, 1998, p. 30)

[4] O nome mais popular da doença é gripe espanhola, pois muitas informações sobre a doença foram transmitidas pela imprensa espanhola; porém havia variados codinomes, também fora chamada de bailarina pela população da época, pois na concepção o vírus bailava e atingia a todos. (Schwarcz; Starling, 2020).
[5] O vírus H1N1 do tipo A, afeta suínos causando-lhes problemas respiratórios, sendo capaz de infectar humanos em contato próximo. (Greco; Fonseca, 2009)

René Rémond (2006) afirma que a história do tempo presente exige o mesmo rigor, concentração, atenção e dedicação para ser desenvolvida, dos demais períodos históricos; ou seja, não há diferença entre escrever a história do tempo presente e trabalhar e escrever sobre períodos passados. Vemos que diferença teoria não há, porém, o historiador do tempo presente deve estar sempre atento as mudanças e atualização de temas; deixando também, como Rémond (2006) aponta, o caráter exclusivo dos arquivos, tendo que buscar novas fontes para a pesquisa, como é o caso das fontes orais, desenvolvendo a crítica dos depoimentos.

Dialogando com Rémond, Chartier (2006, p. 215) coloca a história do tempo presente como invejável por pesquisadores modernistas, pois não é uma pesquisa embasada em pessoas mortas, "mas um encontro com seres de carne o osso que são contemporâneos daquele que lhes narra a vida" havendo recursos documentais inesgotáveis, e ainda a oportunidade do historiador fazer seu próprio arquivo. "(...) a história do tempo presente é um bom remédio contra a racionalização a *posteriori*, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar." (Rémond, 2006, p. 209).

Uma das funções do historiador é explicar ao mundo os fatos que vem acontecendo e porque eles se desencadeiam de tal forma, sempre fazendo a relação temporal passado, presente e futuro. O historiador tendo amplos temas para desenvolver sua pesquisa, escolhe um acerca do qual irá trabalhar. Sendo este artigo uma análise de um fato do tempo presente – que é aquele do qual estamos próximos do acontecimento ou vivenciando, que é o nosso caso – tem pretensão ampliar o debate – já iniciado por pesquisadores de várias áreas – sobre como a Covid-19 impactou o Brasil e o mundo, e como o governo brasileiro se portou frente a doença. A Covid-19 é uma das diversas crises sanitárias das quais o país já enfrentou[6].

Com essas motivações de retratar, explicar e entender um acontecimento corrente, as historiadoras Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling lançaram em outubro de 2020 o livro *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, trazendo à tona uma doença que levou o mundo ao caos sanitário, e neste século, novamente nos vimos em uma crise sanitária com a Covid-19. De cem anos pra cá a tecnologia avançou juntamente com o desenvolvimento médico, mas isto não nos torna menos vulneráveis a novos vírus – que estão sempre em mutação – e doenças, muito pelo contrário, o nível de propagação é muito maior pelo fato de o mundo estar conectado, a gripe espanhola e a covid nos mostram exatamente isto. As autoras então, trazem o tema à tona subitamente, justamente por conta dos fatos momentâneos.

[6] Desde o descobrimento do Brasil, em 1500, enfrentou-se vários surtos de doenças: varíola, febre amarela, peste bubônica, entre outras.



Sendo assim, indago: por que o tema da gripe espanhola voltou com toda a força e no meio de uma pandemia de Covid-19? Desde a confirmação da nova doença, os jornais e pesquisadores trouxeram à tona o caso da Bailarina. Quais motivos levaram as historiadoras Schwarcz e Starling a desenvolver tão rapidamente e de forma minuciosa o livro citado acima?

As pesquisadoras analisaram diversas fontes para compor o trabalho, visando esclarecer o trajeto que o vírus fez até chegar ao país e como foi adentrando e devastando por onde passava, levando em consideração as condições sociais, políticas, culturais e de modernização/urbanização do período (ou falta delas). A gripe espanhola desfez toda aquela ideia da república moderna brasileira, deixando exposto todas as complicações que existiam à época, além de muitos negarem a intensidade da moléstia, que muitas vezes fora equiparada a uma gripe comum, até começar a assolar o país.

A Espanhola, segundo Schwarcz e Starling (2020), provavelmente surgiu nos Estados Unidos da América – lá se tem os registros dos primeiros casos que se tem notícia – seguiu para a Europa, chegando também no Brasil através de navios de pessoas recrutadas da Primeira Guerra Mundial, inicialmente pelo litoral entre agosto e setembro de 1918, se espalhando rapidamente por todo o país. A covid-19, por sua vez, alastrou sua contaminação, como vimos um pouco acima, mais rapidamente, justamente por conta dessa conexão global, rapidez de transporte e fluxo de pessoas, e uma população mundial muito maior que ade 1918. Estima-se que a gripe espanhola levou a morte entre 20 e 50 milhões de pessoas no mundo; a covid até então, já matou cerca de dois milhões de pessoas.

Durante a gripe espanhola, as cidades brasileiras viraram um caos, como apresentado por Schwarcz e Starling (2020), o Brasil tinha uma grande deficiência na organização sanitária e no sistema de saúde, não sendo feita nenhuma estratégia para atender a população adoecida, em outubro de 1918 a Diretoria-Geral de Saúde Pública declarara que não era possível controlar a doença. Citando o caso da cidade de Porto Alegre, "De um dia para o outro, a rua da Praia amanheceu vazia, bares e cafés ficaram desertos, casas comerciais fecharam as portas (...) os colégios trancaram seus portões" (p. 207), tendo falta de abastecimento de alimentos e medicamentos, e brusca alta nos preços; não havia mais coveiros para se fazer os enterros, as mortes eram tantas que não havia caixões suficientes, era necessário se fazer grandes valas. Nas outras grandes cidades brasileiras não era muito diferente, havendo distribuição de produtos alimentícios para o povo; já os abastados, muitos saíram da cidade em buscar de "ares mais saudáveis". (Schwarcz; Starling, 2020).

Para o coronavírus, o isolamento social nos primeiros meses foi aplicado no Brasil, porém, com várias dificuldades de diversos níveis. Em 2019 atingíamos a margem de 12,6 milhões

de desempregados no país, chegando a 13,8 milhões durante a pandemia (Alvarenga; Silveira, 2020).Vimos pequenos empresários – que consequentemente tinham alguns funcionários – falindo por conta da obrigatoriedade do fechamento de diversos estabelecimentos por força dos governadores dos estados brasileiros: bares, restaurantes, comércio em geral, escolas, entre outros – não sem antes os comerciantes baterem o pé, e tentar recorrer em vão – trabalhadores autônomos tiveram diversas complicações pois a obrigatoriedade nos estados brasileiros do isolamento e o medo da doença nos três primeiros meses não permitiu as mobilizações nas ruas do país.

> O distanciamento social tem sido buscado por meio do confinamento domiciliar da população. Parte da presunção de que todas as pessoas possuem um local de residência, em condições minimamente adequadas, para um período relativamente longo de isolamento. Porém, as condições de moradia da população brasileira estão bem distantes desta expectativa. (...) O Brasil conta com um déficit habitacional em ritmo crescente nos últimos anos, chegando a 7,5 milhões em 2018. Temos 4 milhões de famílias vivendo em domicílios sem banheiro, 35 milhões vivendo sem acesso a água tratada (e um número ainda maior sujeito a acesso intermitente) e 100 milhões sem rede de esgoto. Uma boa parte dessas condições habitacionais precárias se concentram em territórios de favela, nos quais somam-se outros tipos de carência, como serviços adequados de transporte, saúde, educação, segurança etc. (Pires, 2020, p. 8)

As classes menos favorecidas são, de fato, as mais prejudicadas em relação a pandemia. Junto à todas essas complicações, o governo federal buscou oferecer o Auxílio Emergencial como uma válvula de escape aos problemas financeiros dos desempregados e autônomos de baixa renda, porém, o valor do programa além de baixo, nem todos que necessitam foram contemplados, levando em conta a alta excessiva nos preços dos alimentos – sendo a maior desde 2002[7].

Com todos estes problemas, o presidente vai a público e declara que a doença é apenas uma "gripezinha" e que temos que continuar a nossa vida, que os governadores deveriam permitir a reabertura do comércio, sem preocupações, e que o SUS está preparado para receber "prováveis vítimas". (BBC News Brasil, 2020) Essa foi a primeira das várias declarações de Jair Bolsonaro diminuindo o impacto da doença, elegendo remédios de "cura" sem comprovação científica como a cloroquina - que inclusive traz vários efeitos colaterais, podendo levar a morte –com isto, incentivou e financiou a produção do remédio; temos

[7] Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/08/alta-dos-alimentos-no-ano-e-a-maior-desde-2002-veja-itens-que-mais-subiram.ghtml. Acesso em 22 de dezembro de 2020.

estoque de cloroquina, enquanto a vacina ficava cada vez mais distante por conta do desprezo do presidente a comunidade científica nacional e internacional, que estão trabalhando na vacina desde o surgimento da doença.

Os remédios "milagrosos" sempre estiveram presentes na história, principalmente se tratando de momentos críticos da saúde. Durante a gripe espanhola, vários medicamentos ou soluções "curáveis" foram utilizadas "Antitérmicos, analgésicos, antissépticos, sangrias e purgativos (...) rezas, passes, banhos quentes, xaropes milagrosos e tantas outras tentativas". (Schwarcz; Starling, 2020, p. 44).

Bolsonaro esteve a todo o momento contra as comprovações científicas e as medidas de prevenção da doença. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, estava seguindo todas as medidas que deveriam ser tomadas, inclusive Mandetta nomeou uma equipe de especialistas com grande experiência no SUS para compor sua equipe no ministério, o que não era comum no governo Bolsonaro, já que o presidente nomeava quem bem entendesse a cargos de grande importância. Sendo assim, o ministro foi contra o que o presidente pregava, em consequência disto foi dispensado de seus serviços pelo mesmo, que colocou em seu lugar Nelson Teich, médico que tinha experiência com a rede privada de saúde, não tinha dimensão do SUS. O então ministro atendeu as especificações do Bolsonaro, porém, quando o presidente quis impor a cloroquina, Teich chega à seu limite, e pede demissão, ficando menos de um mês no cargo. (Avritzer, 2020) Assumindo Eduardo Pazuello, que por fim, atendera a demanda bolsonarista.

Jair Bolsonaro não negou apenas a doença, mas também sempre foi contrário as comprovações científicas apresentando suas opiniões que partem apenas do princípio do achismo, emanando ignorância. Desde a chegada da enfermidade no Brasil, o presidente participou e incentivou aglomerações, como é o exemplo da manifestação a favor de seu governo no dia 15 de março de 2020, sem o uso de máscara e ainda afirmando que não era necessário à sua utilização por falta de serventia.

Nos primeiros dias de janeiro de 2021, não havia nenhum programa ou preparação para a vacinação, só tentativas dos governadores e da comunidade científica pública brasileira, ainda tendo que enfrentar as colocações de Bolsonaro, enquanto em outros países como Estados Unidos da América e Inglaterra, começaram a vacinação em dezembro de 2020.

Analisado por Schwarcz e Starling (2020), houve negação da gripe espanhola por parte do médico Samuel Libânio, diretor de Higiene do estado de Minas Gerais, os moradores da cidade ignoravam as notícias que chegavam do Rio de Janeiro, e também os jornalistas confiavam no que julgavam ser as condições de higiene ideal da cidade. Libânio tinha grande experiência em questões de vacinação em parte do país, já havia participado e incentivado



diversas campanhas, e mesmo assim, a gripe não lhe foi considerada; todos os dias chegavam notícias da condição alarmante da capital federal, Libânio afirmara que era uma gripe comum, e não havia motivos para acionar medidas preventivas. Belo Horizonte julgava-se uma cidade salubre, sendo de construção planejada, o que segundo as autoras pode ter deixado o médico ainda mais confiante em sua posição. (Schwarcz; Starling, 2020). Em contrapartida, a realidade:

> A chegada da epidemia embaralhou o espaço urbano e, de muitas maneiras, expôs as consequências da segregação às vistas de todos. Nos bairros populares, bem como na zona rural, havia carência de água, luz, calçamento, esgoto. (...) 70% dos habitantes de Belo Horizonte viviam na periferia. (...) proliferaram as "cafuas", casebres com paredes de pau a pique, telhado de capim e piso de terra batida, e a questão da moradia popular tornou-se um problema permanente – aliás, até hoje. (Schwarcz; Starling, 2020, p. 203).

Aqui podemos perceber o grande contraste, que ainda permanece atualmente nas cidades brasileiras, principalmente nos grandes centros urbanos. De fato, as cidades brasileiras foram crescendo desordenadamente, rapidamente e sem planejamento, em que existem setores mais abastados, que é uma menor área ainda planejada e com saneamento básico, e a maior parte é onde vive a periferia, comunidades, pessoas que moram em casebres, e em condição de rua; muitas delas sem acesso à condições básicas como água tratada, luz e esgoto, e muitas outras que foram submetidas aos calamitosos serviços prestados pelas empresas privadas.

Samuel Libânio não prosseguiu com seu comportamento irresponsável, muito menos deu prosseguimento as suas ideias negacionistas, quando a doença chega a BH e começam a aparecer os primeiros problemas, a Diretoria de Higiene traçou seu projeto para conter a doença, o médico não mediu forças para tentar resolver o infortúnio. (Schwarcz; Starling, 2020).

Ainda sim, o nosso país tem o Sistema Único de Saúde (SUS), que é o único no mundo com tamanha abrangência, já em 1918 o nosso país não tinha nem um projeto de saúde concretizado pelo governo federal. O SUS é universal e igualitário, sendo construído no Brasil através das lutas sociais, é um direito de todo brasileiro.

Sem grandes surpresas – pois os cientistas brasileiros ligados as Universidades públicas sempre foram engajados e reconhecidos mundialmente pelos seus feitos – no dia 12 de



janeiro, o Instituto Butantan[8] de São Paulo, anunciou a eficiência da vacina que está sendo desenvolvida em parceria com o laboratório chinês Sinovac[9], tendo eficácia global de 50,38%, sendo maior que o recomendado pela OMS, que é de 50%. (Machado, Pinhoni, Figueiredo). Mesmo o governo federal com a figura do presidente, ignorando e não investindo em pesquisas para um mais rápido desenvolvimento da vacina, ela chegou no Brasil, e foi aos poucos adentrando às cidades. Como o próprio presidente afirmara "Não é mais barato investir na cura do que na vacina[10]?". Com toda clareza vivenciou-se um momento atípico no mundo, e o Brasil não teve um presidente com postura e conhecimento para lidar com os problemas do país; se tivéssemos tido ao menos um governo concentrado em fazer o país avançar, o país não teria passado por tantas complicações.

Países subdesenvolvidos como o nosso, encararam a doença de forma responsável, o grande exemplo é a China, onde tudo começou:

> O fato é que, quase quatro meses depois do início da pandemia, a China, embora ainda grogue, tenta se reerguer, enquanto os Estados Unidos continuam na lona. Até 17 de abril, os americanos representavam 31% dos casos confirmados e 23% das mortes por covid-19 no mundo. Os chineses respondiam, respectivamente, por 4% e 3% — fruto da mão pesada com que as autoridades lidaram com a pandemia, incluindo a imposição de um inédito cordão sanitário em Wuhan — cidade de 11 milhões de habitantes onde foram descobertos os primeiros casos do novo coronavírus — e o uso de tecnologia invasiva para rastrear infectados (tecnologia que, agora, inspira líderes mundo afora). (Yoshida, et al., 2020)

Com a China aprendemos a lição de que um governo forte, interessado, unido e engajado para resolver os problemas, é de suma importância e o que fez dar certo para combater a doença, a situação não era nada razoável se tratando de uma pandemia. A China tem uma população de cerca de 1,4 bilhão de habitantes, enquanto o Brasil tem pouco mais de 200 milhões. Trazemos o governo chinês como um grande exemplo para o mundo, porém, o

[8] Criado em 1899, instalado na fazenda Butantan em São Paulo por iniciativa pública estadual, inicialmente era um laboratório para produção de soro antipestoso, por conta de um surto de peste bubônica; sendo hoje, um destacado centro de pesquisa biomédica. Disponível em: https://butantan.gov.br/institucional/historico. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

[9] Com sede em Pequim, criada há 27 anos, tendo grande prestígio pela eficiência de suas vacinas utilizadas ao redor do mundo. Disponível em: Acesso em: http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/12/pioneirismo-em-vacinas-e-escandalos-quem-e-a-sinovac/. 21 de janeiro de 2021.

[10]https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-nao-e-mais-barato-investir-na-cura-do-que-na-vacina-26102020. Acesso em 27 de janeiro de 2021.

objetivo deste artigo não é tratar da China e como ela lidou com a covid-19, e sim mostrar a irresponsabilidade do governo brasileiro quanto a forma de encarar a doença, e como já dito, estivemos no ranking de países em que mais morreram pessoas pela moléstia.

Conclusão

Comparamos os erros cometidos durante a gripe espanhola no Brasil, e agora a Covid-19, algumas coisas permanecem ao longo da história, ainda mais à época tendo no governo um grupo negacionista, que ignorou a ciência e a nossa história. O tema da gripe voltou com muita força, pois foi uma das maiores pandemias já vivenciadas no mundo, tendo sintomas parecidos com a Sars-Cov-2, porém, sabemos que a bailarina matou muito mais gente, também pelas condições sanitárias da época.
Alguns grupos e cientistas brasileiros chegaram a negar ou minimizar os efeitos da gripe espanhola, e com a história, vimos uma intensa devastação; e mesmo após termos passado por essa doença tão violenta, quando a Covid-19 surgiu, a reação não foi muito diferente, alguns grupos, até mesmo o presidente e seus ministros negaram, e deram prosseguimento a essa ideia, e o resultado está para todos verem, no Brasil 700 mil mortes.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica:** a crise do governo Bolsonaro. São Paulo: toda via livros, 2020.

BOURTIER, Jean. JULIA, Dominique. **Passados recompostos:** campos e canteiros da história. Editora UFRG, FGV, 1998.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 215-218.

FARIAS, Magno Nunes. LEITE JUNIOR, Jaime Daniel. **Vulnerabilidade social e covid-19:** Considerações a partir da terapia ocupacional social. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Paulo, vol. 28, n. 4, 2020.



GRECO, Dirceu B. FONSECA, Marise. **Influenza A (H1N1)**: histórico, estado atual no Brasil e no mundo, perspectivas. Revista Médica de Minas Gerais vol. 19, n. 2, 2009, pág. 132-139.

RÉMOND, René. Algumas questões ao alcance geral à guisa de introdução. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 203-210.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19:** propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília. 2020. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes. Acesso em: 20 dez. 2020.

SCHMIDT et. al. **Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID19).** Revista Estudos Psicológicos, Campinas, vol.37, maio de 2020.

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. **A bailarina da morte:** a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Fontes

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. Desemprego no Brasil atinge recorde de 14,4% no trimestre encerrado em agosto, diz IBGE. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/30/desemprego-no-brasil-sobe-para-144percent-em-agosto-diz-ibge.ghtml. G1, 30 de out. de 2020. Acesso em: 22 de dez. 2020.

BBC NEWS BRASIL. Assista ao pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre crise do coronavírus. Youtube, 24 de mar. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zuBs0NVr-70. Acesso em: 22 de dez. 2020.



MACHADO, Lívia. PINHONI, Marina. FIGUEIREDO, Patrícia. Vacina CoronaVac tem eficácia global de 50,38% nos testes feitos no Brasil, diz Instituto Butantan. São Paulo, 12 de jan. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/12/vacina-coronavac-tem-eficacia-global-de-504percent-nos-testes-feitos-no-brasil-diz-instituto-butantan.ghtml. Acesso em: 21 de jan. de 2021.

YOSHIDA et al.. A China venceu e vai liderar o mundo após o coronavírus? Disponível em: https://exame.com/revista-exame/a-china-venceu/. Acesso em: 30 de jan. 2021.



UM ACERVO AMAZÔNICO EM PORTUGAL: CULTURA MATERIAL E MEMÓRIA INDÍGENA NA COLEÇÃO DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA (ARF) NO MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Giovanna Flameschi Angeloni[1]

O acervo da coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira (ARF)[2], pertencente tanto ao Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (MCUC) como à Academia de Ciências de Lisboa (ALC), é uma das mais antigas e completas coleções Amazônica Brasileira do século XVIII. A coleção do MCUC contém, atualmente, 162 peças - conforme o banco de dados do MCUC.

A formação da coleção, neste caso, respondeu à história de subjugação dos povos originários pelo sistema colonial. No ambiente museológico moderno, essa relação foi amplamente reforçada, cuja lógica colonialista de possuir "objetos" e retirar suas agências, até hoje apresenta desdobramentos. Os "corpos de penas"[3], por exemplo, retirados de seus contextos e entendidos somente como adorno, quando de arte, endossam esse enviesado ponto de vista. Podemos compreender que os "corpos de penas" são também artísticos, porém é necessário pontuar que não são somente isso.

Nos anos 80, 90 do século XX, sob o olhar antropológico da etnografia contemporânea, os estudos no campo da museologia passaram a ser revisitados e, pesquisas que apresentavam

[1] Mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade São Paulo (FAU - USP). Graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH -USP). Integrante do Laboratório de Estudos Decoloniais FAU-USP e pesquisadora associada ao Projeto Jovem Pesquisador FAPESP Fase 2: Barroco ao Sul. A América Portuguesa na Geografia Artística Global.

[2] Alexandre Rodrigues Ferreira, de origem baiana, nasceu em 27 de abril de 1756. Iniciou seus estudos na Universidade de Coimbra em 1786, atuando como Preparador de História Natural. Em 1778, retornou à Lisboa e em 1780 tornou-se membro da Real Academia das Ciências de Lisboa, trabalhando no Real Museu da Ajuda até 1783. Indicado por Domingos Vandelli para uma missão científica ultramarina - a pedido de Martinho de Mello e Castro, então ministro dos Negócios e Domínios Ultramarinos - foi nomeado naturalista encarregado de realizar a Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá.

[3] O termo "Corpos de Penas" (ANGELONI, 20025) dialoga com o conceito de "Artes Plumárias", no entanto, nos possibilita ir além das noções de "Arte" em seu aspecto ocidentalizante. Compreender a agência indígena por meio de suas artes, em diálogo com os saberes tradicionais, é uma maneira de salientar a agência dos povos indígenas como sujeitos históricos, para além do lugar de escravizados e tutelados, como geradores de um conhecimento sensível, artístico, criativo e, sobretudo, ancestral.

a cultura material indígena como objeto de estudo, passaram a receber contribuições da antropologia da arte. Os corpos-objetos, portanto, tomam novos vôos: expressam ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais.

Dessa forma, como uma coleção colonial - há quase dois séculos e meio em território estrangeiro - pode ser objeto de estudo para compreendermos formas de memórias e agências indígenas? Para esboçarmos nossa argumentação, teremos como estudo de caso uma parte da coleção de plumária, oriunda dos povos Munduruku da região do Tapajós-Santarém (PA).

Contexto da Viagem Filosófica na Amazônia

As chamadas Viagens Filosóficas[4] Portuguesas caracterizaram-se, em partes, pelo levantamento/espólio que representasse uma porção dos recursos naturais, minerais, da flora e da fauna, para além dos registros etnográficos e paisagísticos (FARIAS, 2001). Nesse sentido, associado ao colecionismo da "cultura material" dos povos nativos, os "objetos" eram, sob o olhar dos naturalistas, uma espécie de espólio exótico. Enviados em grandes quantidades para Europa, a fim de serem expostos nos Gabinetes de Curiosidades (e, posteriormente, nos museus de História Natural), seu intuito era de exibir e materializar a exoticidade do "Novo Mundo" e suas culturas (PATACA, 2011); assim como construir uma estrutura material a disposição das disciplinas de História Natural.

Por outro lado, Chagas (apud CUNHA, 1991) defende que a *Viagem Filosófica à Amazônia (1782-1793)* liderada pelo Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreia - que percorreu as capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá - teria como principal objetivo demarcar as fronteiras da América Portuguesa em suas porções mais orientais como terrirótios em torno do Rio Negro, Uauepés, Solimões, Javari, Madeira e Guaporé. Nesse sentido, inserida no interior do processo de colonização ainda em curso, a viagem é marcada por estratégias políticas para o estabelecimento e manutenção das vilas coloniais. Ou seja, para além de um projeto das ciências naturais, a expedição tinha como objetivo ser um projeto político e econômico de exploração da região Amazônica.

Associadas às dinâmicas de reorganização/desorganização de aldeias anteriormente assentadas pelos jesuítas – originalmente aldeias indígenas, esse processo abrangia a "integração"/descimentos de populações indígena nessas vilas, em paralelo e em

[4] Viagens financiadas pela Coroa Portuguesa no século XVIII, que ocorreram tanto no Brasil quanto em Angola, Moçambique e Cabo Verde.



complementaridade à dominação territorial (ALMEIDA, 2010; BOTESI, 2023, ANGELONI, 2025). Dessa maneira, a reorganização dos corpos nativos agia como respaldo à reorganização, dominação e exploração territorial. Essa violência sistêmica pode ser observada em todo o processo da Viagem Filosófica, atravessada pelo contexto político-histórico do colonialismo portugues, e marca a origem da coleção ARF.

A Expedição aportou em Belém do Pará em outubro de 1783. Os meses de novembro e dezembro do mesmo ano foram dedicados aos estudos na Ilha de Marajó. Entre janeiro 1784 e março de 1785, a Viagem seguiu para Cametá, Baião, Alcobaça e Pederneiras, registrando os rios que desaguam no Amazonas, como também paisagens da serra de Paituna e os trabalhos artísticos dos povos indígenas de Monte Alegre (MARTINS, 2023, 2024) e Santarém. Entre fevereiro e agosto de 1785 a expedição alcança o Rio Branco, circulando pela Capitania do Rio Negro e visitando as vilas de Tomar, Santa Isabel, São Gabriel da Cachoeira, e os rios: Uapés e Içana. É nesse momento da Viagem em que é registrado o Diário do Rio Negro. Em dezembro de 1785 retornou a Barcelos e permaneceu até maio do ano seguinte.

Em 1º de maio de 1786 a Expedição parte novamente para o Rio Branco e retorna para Barcelos em agosto, se fixando na vila por 2 anos. Em agosto de 1788 se direcionam para o Rio Madeira, chegando à cachoeira de Santo Antônio em 30 de Janeiro de 1789 e em Vila Bela (atual Porto Velho, em outubro de 1789. Seguindo para a capitania de Mato Grosso, chegaram à gruta do Inferno em 1790. No entanto, o retorno a Belém ocorreu somente em 1792 e, para Lisboa, no ano seguinte, em 1793. Durante todo o período da Viagem foram enviadas remessas de caixas contendo "objetos", exemplares vegetais, minerais, animais, desenhos e descrições das regiões por onde a Expedição do Naturalista passou.

A Catalogação da Coleção de plumária

Enviado inicialmente ao Gabinete de História Natural de Lisboa e posteriormente ao Museu da Ciência da Universidade de Coimbra e Academia de Ciências de Lisboa, importa mencionar que a primeira vez em que a coleção foi catalogada data de 1983. Realizada por Thekla Hartmann e pela conservadora da coleção no período, Maria do Rosário Martins - o tomo "Viagem ao Brasil" (2005, vol, 1 e 2), organizados por Soares e Ferrão, integra a coleção ARF do MCUC e da ACL. A catalogação à época foi elaborada tendo em vista a relação de objetos enviados ao Real Museu de História Natural de Coimbra (1809) e no documento manuscrito de Alfredo Moller, organizado entre 1910 e 1912. Temos, em relação à plumária,

a seguinte relação de corpos-objetos[5]: **Um Colar/Karorap**[6] (ANT.Br.153); **Uma Testeira/Akeri** (ANT.Br.154); **Quatro Coifas/Akeri-Kahá** (ANT.Br.163; ANT.Br.168; ANT.Br.170 e ANT.Br.183); **Seis Diademas** (ANT.Br.156; ANT.Br.160; ANT.Br.161; ANT.Br.162; ANT.Br.169 e ANT. Br.182); Três **Aros emplumados** (ANT.Br.157; ANT.Br.158 e ANT. Br.159); **Uma Dragona** (ANT.Br.171); **Dois Quadros** (ANT.Br.164 e ANT.Br.181); **Quatro Fios** (ANT.Br.173; ANT.Br.175; ANT.Br.176 e ANT. Br. 177); **Duas Faixas Emplumadas** (ANT.Br.178 e ANT.Br.179).

Tabela 1. Descrição dos povos por Thekla Hartmann (2005)

Povos	*Identificação N° Inventário*	*Quantidade*
Munduruku?	ANT.Br.156;ANT.Br.157;ANT. Br.158; ANT.Br.159; ANT. Br.160;ANT.Br.161;ANT.Br.162; ANT.Br.169; ANT.Br.182	9
Munduruku	ANT.Br.153;ANT.Br.154;ANT. Br.168; ANT.Br.170; ANT. Br.178; ANT.Br.179; ANT.Br.183	7
Arara?	ANT.Br.163;ANT.Br.172;ANT. Br.173; ANT.Br.175; ANT.Br.177	5
Arara? Munduruku?	ANT.Br.174; ANT.Br.176	2
Passé? Munduruku?	ANT.Br.164; ANT.Br.181;	2
Sem indicação	ANT.Br.165,ANT.Br.166; ANT. Br.167; ANT.Br.171	5

Tabela autoral, 2025. Fonte: Hartmann (apud Soares, Ferrão, 2005, vol.2)

Corpo e agência

Vale destacar que os "corpos-objetos" (BARRETO, 2009, 2021, 2024; ALVES, 2020; OLIVEIRA, 2022; NOBRE, 2019) não são somente materiais e artesanatos. Considerados como corpos vivos, transmitem ideias, comportamentos, são símbolos socioculturais e agenciam práticas sociais. A noção de como a plumária transforma indivíduos em diferentes momentos da vida social - por exemplo nos voos xamânicos dos pajés, na construção dos

[5] A descrição segue como **nome do objeto** e **número de inventário,** entre parênteses. **ANT,** significando "Antropologia" e **Br**, "Brasil". Aqui não constam as flechas emplumadas e pentes de cabelo.
[6] Nome em língua Munduruku dos corpos-objetos de penas presente em Natterer (1825) e Rodrigues (1885).



corpos políticos dos caciques e em festividades, dialoga com os conceitos já assentados sobre a maneira animista de transformar o corpo, base para nossos estudos sobre os "corpos de penas" (DESCOLA, 2010, 2023). O corpo - seja ele humano, animal, vegetal ou "objeto" - seria então uma "roupagem", uma forma física de uma condição interior "universal".

Quando analisadas as histórias dos tempos antigos, os "objetos" eram também os corpos ou partes dos corpos de seres humanos primordiais (VAN VELTHEM, 2010; SANTOS-GRANERO, 2009; LAGROU, 2009, 2012, 2016, 2023): "No final dos tempos míticos – o momento da transformação –, eles se tornavam constituintes de corpos de seres humanos "outros": os não-humanos." (SANTOS-GRANERO, 2009, p. 7. Tradução nossa). Quando abordamos a biografia dos corpos-objetos, esses são compreendidos como extensões de processos de vida no meio social (RIBEIRO, 1986; SANTOS-GRANERO, 2009; GELL, 2018) agenciando processos históricos individuais e coletivos (BARRETO 2009; LIMA, LIMA, BARRETO, 2020; MARTINS, 2020; 2024). No caso da coleção, os corpos de penas se apresentam como agentes históricos relevantes nas zonas de contato dos finais do século XVIII (PRATT, 1991; BOAST, 2009; MARTINS, 2020). Nesse sentido, as noções sobre a corporalidade estão diretamente atreladas às relações sociais desencadeadas pelos "corpos-objetos".

No entanto, para verificar tais relações é imprescindível o diálogo com o saber tradicional indígena. Segundo Célia Tupinambá e Tonico Benites: "as peças falam, mas nem todo mundo escuta. Você precisa ser mediadora dessa peça" (TUPINAMBÁ, TUPINAMBÁ, PAVELIC, 2024, p.260). Evidencia-se aqui a importância de haver o diálogo entre a "cultura material" e o saber e a memória dos povos indígenas (TUPINAMBÁ, TUPINAMBÁ, PAVELIC, 2024, p.260), ou seja, entre o indivíduo e o corpo-objeto, possibilitando ainda, diálogos na atualidade.

Nosso estudo de caso será pautado nos corpos de penas dos povos Munduruku da coleção e a relação com a memória e história oral desse povo.

Corpos de Penas e Memória dos Povos Munduruku na Coleção de ARF



Fig. 1. DESENHOS de gentios, animais quadrúpedes, aves, anfíbios e peixes.Armas, instrumentos musicais e mecânicos, vestidos, ornatos e utensílios domésticos dos mesmos gentios [etc]. Ilustração da expedição filosófica do Pará, e Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: Copiadas no Real Jardim Botânico. [S.l.: s.n.], [17--]. 112f. BN Digital

De acordo com Hartmann (1994), a iconografia a seguir acompanha a respectiva legenda: "Índio de tribo não identificada". Analisando, no entretanto, o conjunto de "objetos" de penas que estão representados na iconografia: *Putá* (RODRIGUES, 1885 apud SCHLOTHAUER, 2014) ou *butà* (NATTERER; PEIXOTO, 1825 apud SCHLOTHAUER, 2014) – cetro cerimonial - podemos identificar que é um indígena Munduruku **(Figura 1).**
O Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira cita o espólio Munduruku entre 1784-85, a caminho de Santarém, assim como contatos esporádicos com esse povo ao longo da viagem ao Rio Madeira.

> Vão pois com a dita cabeça, uma enfiada de dentes, huns poucos de colares, e braceletes de pennas que tudo vinha junto com a cabeça em uma caixa, sem poder-se a respeito disto saber mais por agora, do que viera de Santarém a tal caixa daqui sete, ou 8 dias de viagem (...) (Ferreira, 1983, pp. 22-23)

Dentre os corpos de penas Munduruku citados por Ferreira e aqueles que se encontram na coleção, oriundos de Tapajós-Santarém (FERREIRA, 1983, pp. 22-23), os *Akeri-Kahá* (coifas), detiveram nossa atenção. Mediante à análise comparativa, notamos que há entre eles

diferenças substanciais – que se manifestam em sua composição por meio do formato, tamanho e seleção das penas utilizadas **(Figura 2 e 3).** Todos apresentam características próprias, diferenciando-se entre si. Ademais, em uma sociedade cujo fazer manual é central, esses corpos ganham ainda mais personalidade.

A coloração singular entre os *Akeri-Kahá*, é um dos pontos essenciais para abordarmos identidade e memória em uma coleção de arte plumária. De acordo com Pressman (1991, p.78), é por meio das histórias orais que se acessam os significados simbólicos atreladas à coloração das penas das aves em determinados corpos-objetos. Entre os Munduruku, a explicação das colorações vermelha, amarela associado ao azul nos "objetos" não são arbitrárias: elas são representativas dos clãs desse povo e estariam relacionadas à agência da Águia, em conjunto com outras aves.



Fig. 2. Conjunto *Akeri -Kahá* da Coleção. Foto: Angeloni, 2025.

De acordo com Burum Munduruku (1977, vol.1 p.190 -217) os *Akeri-Kahá* são intrínsecos às suas lógicas de sociabilidade - especialmente a construção de amizade e inimizade.

Ocorrendo na história "A maloca velha do veado branco" (BURUM, 1977) o Akeri aparece próximo ao momento de maior tensão da história e atrelado a eventos festivos ou rituais, com destaque a abundância e segurança alimentar: "Vamos fazer capacete! Assim mesmo podemos comer muito. Tem tudo: tem mingau de castanha, xibé, tem tudo" ((BURUM, 1977, p.199).

De acordo com Dias (2021), Furtado (2022), Leopoldi (2016), Loures (2017) e Munduruku (2019), a organização social dos Munduruku atualmente é pautada por meio de sistema clânicos-familiares chamados *"Diwat"* (FURTADO, 2022, p.114) definidos entre "vermelhos e brancos" **(Figura 4)**, evidenciados por meio da plumária. Para além das lógicas de filiação familiar, era por meio dos corpos de penas que também se estabelecia e definia a separação social, agenciando também a configuração físico-espacial das malocas (KAPFHAMMER, 2013; ANGELONI, 2025).



Fig. 3. "Na aldeia Missão Cururu, Pajé e guerreiro de clãs diferentes, o clã vermelho e o clã branco". Foto: Rosa Maria Loures, 2014. Fonte: Loures, 2017.

> (...) Arcelino é o de cor "esbranquiçada" e sua linhagem é "Dace", que significa em português "harpia" ou "gavião-real", a maior águia da Amazônia. Durante sua juventude, conheceu Kaba Remug'um (in memoriam) ou Luzia Kaba Munduruku, em português.Ela pertencia ao clã "avermelhado" e ao sub-clã "Kaba", denominação dada a uma espécie de papagaio (MADALOSSO, 2021).

As *Pariua-ẽ*[7] **(Figura 5)** (SCHLOTHAUER, 2014) - cabeças troféu emplumadas – outro corpo-objeto emplumado, presentes até hoje nas ontologias e histórias Munduruku, desempenhavam um papel significativo nas narrativas de origem e de fundação das primeiras

[7] Identificada no banco de dados do MCUC como ANT.Br.83. Por questões éticas optamos por não adicionar fotografias.

aldeias Munduruku. Relacionava ainda à organização e realização de festividades que agregavam outras aldeias Munduruku. Ou seja, estamos falando de corpos de pena que configuram construção de um território ancestral e de laços sociais e políticos abrangentes (FURTADO, 2022; LEOPOLDI, 2016), conectando espaços e paisagens.



Fig. 4. Iconografia *Pariua-á* (cabeça trofeu). Fonte: Schlothauer (2014)

Em "As serpentes que roubaram a noite e outros mitos" de Daniel Munduruku em (2001), o autor nos conta sobre a origem dos Munduruku, sendo os primeiros homens que apareceram na terra, aqueles que fundaram a maloca de *Acupary*.

> "Certo dia, entre os homens da maloca de Acupary, surgiu Karu Sakaibê, o Grande Ser" (Munduruku, 2001, p.11). Karu foi responsável por ensinar ao povo de Acupary, "a arte da caça, a arte de unir-se aos animais a serem caçados de modo que aprendessem quais deles já estariam preparados para servir de alimento" (Munduruku, 2001, p.11). Certo dia, em que Karu Sakaibê voltou da caçada de mãos vazias, pediu a seu filho Karu Taru para que fosse ver os vizinhos de Acupary para pedir que repartisse a caça que "abateram tanta que já não sabem o que fazer com ela" (Munduruku, 2001, p.11). Entretanto os homens de Acuapry não quiseram dividi-la, enviando somente peles e penas dos animais caçados. Percebendo que aqueles homens e mulheres não o honrrariam, o pai Karu ficou furioso. Pegou, então, as penas que haviam-lhe enviado e fincou-as uma a uma, pacientemente, ao redor da maloca de Acupary. E com um gesto brusco, acompanhado de três palavras encantadas , Karu transformou em porcos bravos todos os habitantes de Acupari – não só os homens que se tinham mostrado cruéis, mas também as mulheres e as crianças. Em seguida olhando para as penas que havia fincado em redor da Aldeia, ergueu a mão e moveu-a de um lado para o outro no horizonte a esse apelo inaudível ao ouvido humano, moveram-se as montanhas e o terreno se localizava maloca transformou-se numa enorme

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



> Caverna. Ainda hoje os munduruku acreditam piamente que às vezes escutam, da entrada dessa gruta além da qual ninguém arrisca penetrar, gemidos humanos que confundem com grunhidos de porcos (MUNDURUKU, 2001, p.14).

Atualmente, as "cabeças troféus emplumadas" se fazem presentes na memória dos Munduruku, sendo recorrentes nos discursos de resistência e demarcação dos territórios Munduruku (HENRIQUE, OLIVEIRA, 2021). Assim, podemos refletir sobre o peso e relevância que ainda possuem. Mesmo não sendo mais produzidos, ainda são resgatados sob outras vias.

Conclusão

Pensarmos a trajetória de vida (BARRETO, LIMA, 2021) dos "corpos de penas", a partir da análise da coleção ARF - em articulação com as noções de agência e memória indígena - é uma maneira sensível e metodologicamente potente para o estudo de corpos-objetos etnográficos e das artes indígenas. Para além de deslocar do lugar tradicional e eurocêntrico sobre os estudos de cultura material, essa abordagem favorece a revalorização desses acervos sob uma nova perspectiva. A partir do diálogo com epistemologias indígenas é possível propor reflexões críticas sobre os processos de expropriação colonial e musealização de "objetos", evidenciando múltiplas agências.

Ao destacar os corpos-objetos - que após o espólio/sequestro, passam por diversas ressignificações - acarreta reconhecer suas complexidades como, por exemplo, as múltiplas camadas sobrepostas de interpretações, "de inflexões de significados e de denominações" (DOPKE. 2004, p.35). Considerar essas camadas implica, necessariamente, reconhecer suas agências, compreendendo-os não como entidades estáticas, mas sim como participantes ativos em redes de relações históricas e contemporâneas. Tal perspectiva é relevante para os estudos atuais sobre história da arte sob perspectivas de/contra-colonial ao tensionar categorias eurocêntricas e ampliar os regimes de inteligibilidade sobre as produções indígenas.

Retomar e refazer essa trajetória, à luz dos conhecimentos e saberes tradicionais é, portanto, essencial para a restituição desses "objetos" a seus contextos originários. A partir do estudo de coleções e, sob a perspectiva da longa duração Braudeliana, a plumária ainda revela sua potência enquanto formas de resistência política, memória e produção de saberes na atualidade.



Bibliografia

Fontes - Manuscrito

Roteiro das viagens que fez pelas Capitanias do Pará Rio Negro Mato Grosso e Cuiabá. Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem acompanharão os desembargadores Joaquim José codina e o jardineiro Botânico Agostinho Joaquim do Cabo", Biblioteca da Ajuda (Lisboa) cota 54- XI- 27 15, 478 (1783-1791)

Fontes - Impressas

FERREIRA, Alexandre Rodrigues.Viagem Filosófica. Memórias (antropologia). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. 1974

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luana. Munduruku e Pariwat: relações em transformação. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010

ALVES, Marcony Lopes . Revisitando os alter egos: figuras sobrepostas na iconografia Konduri e sua relação com o xamanismo. BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. SÉRIE CIÊNCIAS HUMANAS , v. 15, p. 1, 2020.

ANGELONI, Giovanna Flameschi. Arte plumária das culturas indígenas da Amazônia na coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. 2025. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. doi:10.11606/D.16.2025.tde-10032026-153000. Acesso em: 2026-04-09.

AMARAL, Ana Rita; MARTINS, Maria do Rosário; MIRANDA, Maria Arminda. 2013. O contexto museológico da antropologia na universidade de Coimbra: uma síntese histórica (1772 -1933). Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.



BARRETO, Cristiana. 2004. Gifts from the past: the material culture of ancient Amazonia. In:(Org.) BARRETO, Cristiana; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Amazonia, Native Traditions. São Paulo, Brasil- Connects. 2024, p.115-130

_____. Meios místicos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia Antiga. (Tese Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi: 10.11606/T.71.2009.tde-30042009-095746. Acesso em: 2025-03-31.

BARRETO, Cristiana; BORGES, Adélia. 2010. As culturas são feitas para dialogar? In: Pavilhão das Culturas Brasileiras. Puras Misturas. Editora Terceiro Nome, pp. 208 - 227

BARRETO, Cristiana. Modos de figurar o corpo. In: Antes de Orellana. Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica. Stéphen
Rostain editor, Quito, Ecuador, 2014.

BARRETO, Cristiana; MARCONI, Alves. Birds of prey in ancient Amazonia: predation and perspective in ceramic iconography. In: WALLIS, Robert J. (ed.). The art and archaeology of human engagement with birds of prey: from prehistory. London: Bloomsbury Academic, 2023, p. 152–165.

BENITES, Sandra. Viver na língua Guarani Nhandeva (mulher falando). (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. 2018

BOAST, R.B. Neocolonial collaboration: museum as contact zone revisited. Draft, 2009. p. 1-17.

BOTTESI, Anna. The invention of Indigenous America: the role of the Atlantic circulation of objects in the production of global imaginary on indigenous peoples in Brazil. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55530. Acesso em: 31 mar. 2025.

BURUM, Martinho. Aypapayu_um_um ekawen: histórias dos antigos: lendas mundurukús. Brasília, DF: Summer Institute of Linguistics (Inst. Linguístico de Verão), 1977. v. 1. 265 p



CUNHA, Manuela da; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Amazônia: Etnologia e História Indígena. 1993

CUNHA, O. R. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Uma análise comparativa de sua viagem filosófica (1783-1793). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991

DESCOLA, Philippe. 2023. As formas do visível: uma antropologia da figuração. Kalil, Mônica. São Paulo: Editora 34, 768 pp.

DOPCKE, Wolfgang. Como chegou a "arte africana" à Alemanha? Ideias sobre museus etnológicos e o colonialismo. In: Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2004, ano 26, n.1. 35 pp.

DIAS, Bárbara do Nascimento. Com os espíritos dos antigos: a luta do povo Munduruku do médio Tapajós pelo território e pela vida. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), 2021

FARIAS, Miguel Figueira de. A Imagem útil. Editora: Universidade Autónoma de Lisboa. 2001. 266 p.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem ao Brasil. A Expedição philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso. (Org. Soares, José Paulo Monteiro; Ferrão, Cristina), vol. III, Kapa Editorial, 2007.

FURTADO, Lucas Antunes. ESPINHOS NO PÉ: MOVIMENTO INDÍGENA MUNDURUKU PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA TI KWATÁ- LARANJAL/AM. (Tese de Doutorado em Educação, Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará), BELÉM-PA, 2022.Disponível em: <https://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/teselucasfurtado. pdf> Acesso em 16 de julho de 2025

GELL, Alfred. Arte e agência. São Paulo: Ubu. 2018.

HARTMANN, Tekla. Ethographic Testimony. In: Memórias da Amazônia. Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra. 1994.



HENRIQUE, M. C., & OLIVEIRA, R. M. (2021). Os 'cortadores de cabeças': a memória como patrimônio dos Munduruku. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 16, n. 2, doi: 10.1590/2178-2547-GOELDI-2020-0049. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xHCMDM778W8Y5LT7RnbSTnD/> Acesso em 17 de julho de 2025

KAPFAMMER, Wolfgang. A dança das cabeças: os Munduruku no século XIX. In: AUGUSTAT, Claudia (Org.). Além do Brasil: Johann Natterer e as coleções etnográficas da expedição austríaca de 1817 a 1835 no Brasil. Viena: Kunsthistoriches Museum. 2012

LAGROU, Els. Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação. Belo Horizonte: Editora C/Arte. 2009

LAGROU, Els (org.). No caminho das miçangas. Um mundo que se faz de contas. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 2016

LAGROU, Els. 2011. Existiria uma arte das sociedades contra o Estado? Revista de Antropologia, São Paulo, v. 54, n. 2, 2012. doi: 10.11606/2179-0892.ra.2011.39645. Disponível em: https://revistas.usp.br/ra/article/view/39645. Acesso em: 31 mar. 2025.

LAGROU, Els. Por uma Antropologia Gráfica Reversa: Desenho e Conhecimento na Antropologia. SOCIOL. Antropol. Rio de Janeiro, V.13.03: e230052, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752023v1333> Acesso em 02/04/2025

LEOPOLDI, José Sávio. A guerra implacável dos Munduruku: elementos culturais e genéticos na caça aos inimigos. Avá [online]. 2007, n.11, pp.171-191. ISSN 1851-1694. Disponível em: <https://www.scielo.org.ar/ cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&-format=iso.pft&lang=e&nextAction=lnk&indexSearch=AU&exprSearch=LEOPOLDI,+JOSE+SAVIO> Acesso em 11 de junho de 2025

LIMA, Marcelle R. de Sousa; LIMA, Helena; BARRETO, Cristiana. 2020. História de vida de uma urna marajoara. Revista de Arqueologia, v. 33, n. 3, p. 396-418.



LOURES, Rosa Maria Santana Paes. Governo KARODAYBI: O movimento Ipereğ Ayu e a resistência Munduruku. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia) — UFOPA, Santarém, Pará, 2017

MADALOSSO, Giovanna; FRANZIN, Lígia; Urani, Rayane (Org). Testemunho enviado pelo filho de Arcelino, Honésio Dace Munduruku. 2021. Disponível em : <https://inumeraveis.com.br/arcelino-dace> Acesso em 09 de abril de 2026

MARTINS, Renata Maria de Almeida. 2023. Louças e panos da terra: modelando e tecendo re-existências nas missões jesuíticas da Amazônia. Esboços: Histórias Em Contextos Globais, v. 30, n. 53, p. 68-80. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-7976.2023.e93889. Acesso em: 01 jul. 2024.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. 2024. Lacquers of the Amazon: Cuias, Cumatê and Colours by Indigenous Women in Grão-Pará in the 18th Century. Heritage, v. 7, n. 9, p. 4855-4880. Disponível em: https://doi.org/10.3390/heritage7090230. Acesso em: 31 mar. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. As serpentes que roubaram a noite e outros mitos. São Paulo: Editora Peirópolis, 1. ed., 56 p. 2001

MUNDURUKU, Jair Boro. Caminhos para o passado: Oca?Õ, AgÕkabuk e cultura material Munduruku. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) — Universidade Federal do Oeste do Pará. 2019

OLIVEIRA, Erêndira. Estéticas da transformação: iconografia e estilo da cerâmica polícroma da Amazônia . 2022. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.71.2022.tde-17022023-150330. Acesso em: 2026-04-09.

PATACA, Ermelinda. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808). Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 125-138, 2011.



PRATT, M. L. Arts of the Contact Zone. Profession, p. 33-40, 1991. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/25595469. Acesso em: 1 abr. 2025.

PRESSMAN, Jon F. (Org.) 1991. The Mythological Origins of Avian Coloration. In: REINA, Ruben F.; KENSINGER, Kenneth M. The gift of birds. Featherwork of Native south American Peoples. University of Pennsylvania: University Museum of Archeology and Anthropology, 1991.

RIBEIRO, Darcy. Arte índia. In: RIBEIRO, Darcy (Ed.). Suma Etnológica Brasileira. Vol. 3: Arte índia. Petrópolis: Vozes, Finep, 1986. p. 29-64. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/suma:vol3p11-27. Acesso em: 01 jul. 2024.

_____. A linguagem simbólica da cultura material. In: RIBEIRO, Darcy (Ed.). Suma Etnológica Brasileira. Vol. 3: Arte índia. Petrópolis: Vozes, Finep, 1986 b, p. 11-27. Disponível em: http://www.etnolinguistica. org/suma:vol3p11-27. Acesso em: 01 set. 2024.

SILVA, Emerson Nobre da. Objetos e imagens no Marajó antigo: agência e transformação na iconografia das tangas cerâmicas. 2017. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.71.2018.tde-19022018-143407. Acesso em: 2026-04-09.

SANTOS-GRANERO, Fernando (ed.). The Occult Life of Things: Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood. Tucson: The University of Arizona Press, 2009.

SCHLOTHAUER, Andreas. Munduruku and Apiaká Featherwork in the Johann Natterer Collection. Archiv Weltmuseum Wien, p. 132–161, 2014.

TUPINAMBÁ, Glicéria. O feitiço do fio e a busca do manto Tupinambá. (Dissertação de mestrado no programa de pós-graduação antropologia social pela universidade Federal do Rio de Janeiro). 2025

TUPINAMBÁ, G.; TUPINAMBÁ, J.; PAVELIC, N. "Mais do que objetos": duas lideranças e pesquisadoras Tupinambá em busca dos seus "ancestrais" na França. Argumentos: Revista do Departamento de Ciências Sociais da UNIMONTES, Montes Claros, v. 21, n. 1, p. 250–



278, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.46551/issn.2527-2551v-21n1p.250-278. Acesso em: 31 mar. 2025.

VELTHEM, Lucia Hussak Van. Trançados indígenas norte amazônicos: fazer, adornar, usar. Revista de Estudos e Pesquisas – FUNAI, Brasília, v. 4, n. 2, p. 117–146, dez. 2007.

VELTHEM, Lucia Hussak Van. Artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e dos artefatos. Textos Escolhidos de Cultura e Artes Populares, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 55–65, 2010

VELTHEM, Lucia Hussak Van. The woven universe: Caribe Basketry. In: NEVES, Eduardo Goés; BARRETO, Cristiana; McEWAN, Colin. Unknown Amazon. Londres: British Museum. 2021, p.198 -213



AFONSO ARINOS E DARCY RIBEIRO: OS INTELECTUAIS E O PESO DA GERAÇÃO

Laurindo Mekie Pereira[1]

O objetivo do trabalho é examinar o peso da variável geração nas formulações dos intelectuais. Para tanto, pesquiso as intervenções de Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) e Darcy Ribeiro (1922-1997) nos anos 1960, conjuntura em que tiveram destacada atuação.

O texto está dividido em três partes: 1) breve apresentação dos autores-objeto do trabalho, 2) algumas considerações teóricas sobre os estudos dos intelectuais e 3) um olhar sobre as convergências entre o pensamento de Afonso Arinos e Darcy Ribeiro.

Os personagens

Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Paracatu/MG no ano de 1905. Era filho de dois troncos familiares poderosos na política mineira. Sua mãe, Sílvia de Miranda Cesário Alvim, era filha de Cesário Alvim, um dos principais nomes das oligarquias mineiras. Do lado paterno, os Melo Franco tinham longa trajetória de exercício do poder político e econômico desde os primeiros tempos da Brasil independente (Pereira, Cardoso, 2020).

Arinos formou-se em Direito e enveredou pela carreira diplomática, seguindo os passos do pai, Afrânio de Melo Franco. Atuou também como advogado, escritor e jornalista. Em 1943, foi um dos signatários do Manifesto do Mineiros, documento de crítica pública ao Estado Novo.

Grande parte dos nomes presentes no Manifesto de 1943 estava novamente reunida em 1945, na fundação da União Democrática Nacional/UDN, o partido que nascia com uma grande frente de oposição à ditadura de Vargas. Os irmãos Melo Franco – Afonso e Virgílio – se tornaram figuras de proa da UDN (CPDOC/FGV, Pereira, 2020)

Em seus primeiros momentos, a UDN era bastante heterogênea porque congregava diversos segmentos descontentes com o regime varguista. A linha golpista se manifestaria após as derrotas eleitorais, a primeira em 1945, quando Eduardo Gomes perdeu as eleições para

[1] Professor da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes desde 2000. Integra o quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História/PPGH e Desenvolvimento Social/PPGDS. Bolsista FAPEMIG.

Gaspar Dutra (PSD), e em 1950, quando o mesmo candidato foi batido por Getúlio Vargas, do PTB (Benevides, 1981; Chaloub, 2015, p. 20, 27)

Afonso Arinos começou sua carreira político-partidária como deputado federal por Minas Gerais (1947-1950). Nos anos 1950, migrou para o Rio de Janeiro, elegendo-se para sucessivos mandatos na Câmara Federal. Em 1951, foi aprovado projeto de sua autoria que tornava a discriminação racial uma contravenção penal. A norma ficou conhecida como Lei Afonso Arinos (CPDOC/FGV).

Paralela à atividade parlamentar, Arinos desenvolveu a carreira de professor, galgando, via concurso, a cadeira de Direito Constitucional na Universidade do Brasil. As conquistas intelectuais e políticas iam se somando, fazendo de Arinos uma referência central nos debates públicos. Em 1958, foi eleito Senador da República e também imortal da Academia Brasileira de Letras (CPDOC/FGV).

No interior da UDN, Afonso Arinos era um dos principais nomes do "liberalismo dos bacharéis", distinto do "liberalismo de Carlos Lacerda". Os bacharéis udenistas davam grande valor ao Direito na definição dos caminhos que o país deveria tomar. Porém, não operavam com a ideia de uma estrutura jurídica isolada, imune à política. Na verdade, postulavam a centralidade da razão política condicionando a formulação de leis e também a dinâmica econômica. (Chaloub, 2015, p. 33).

Entre os bacharéis, Jorge Chaloub aponta uma subdivisão: a) liberalismo conservador e b) liberalismo modernizante.

O primeiro era integrado por nomes como Afonso Arinos, Prado Kelly e Milton Campos. Seus objetivos eram a "reconstrução de uma tradição nacional imaginada, que foi violada pela emergência de lideranças pouco afeitas aos seus valores, mas pode ser retomada pela ação virtuosa de elites através do direito." (Chaloub, 2015, p. 33).

Os modernizantes eram menos aristocráticos e estavam menos apegados as heranças do passado. Nesse segmento estavam, entre outros, Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro (Idem).

Em 1961, Afonso Arinos tornou-se, por nomeação do então presidente Jânio Quadros, Ministro das Relações Exteriores. Sua gestão se destacou pela chamada "Política Externa Independente", materializada na aproximação com o bloco socialista, reconhecimento do Governo Fidel Castro e condenação do colonialismo na Ásia e África (Vizentini, 2003; CPDOC/FGV)

A renúncia de Jânio Quadros devolveu Arinos às lides do Congresso Nacional, onde era um dos nomes mais influentes da UDN. Na vigência do Gabinete de Brochado da Rocha, entre julho e setembro de 1962, voltou ao comando do Itamarati.

Foi voz constante nos debates que precederam ao golpe de 1964, inclusive em publicações na imprensa, nas quais se colocava como uma voz moderada, que conclamava seus pares do bloco à direita à fazerem concessões com vistas ao evitar um desfecho trágico para a democracia no país. Não foi ouvido, como a história mostrou. Também não é inocente nesse capítulo. Foi favorável ao golpe e usou seu capital simbólico para justificar o ato de força (Franco, 2005).

***

Darcy Ribeiro também era mineiro. Nasceu em Montes Claros, em 1922, filho de D. Fininha Silveira, professora, e Reginaldo Ribeiro, integrante de uma das mais proeminentes famílias na política local e regional (Pereira, 2002). Na pacata cidade norte-mineira dos anos 1920 e 1930, as fronteiras entre a política, a economia e a cultura eram muito porosas, quase indiscerníveis. O poder político parecia tudo absorver. O antes desmesurado poder privado estava em declínio, mas conservava força residual, estabelecendo relações de troca com as estâncias estadual e federal, configurando a engrenagem coronelista, conforme os clássicos estudos de Victor Nunes Leal e José Murilo de Carvalho (Carvalho, 1999; Leal, 1978).

Em suas memórias, além de suas travessuras infanto-juvenis, Darcy Ribeiro descreve a dinâmica social marcada pelas fortes desigualdades. Exemplo emblemático é a presença de criadas e criados, em sua maioria pessoas oriundas da zona rural que trabalham nas casas das famílias ricas na cidade em troca da moradia e alimentação. Nas palavras de Darcy: "Não eram empregados nem parentes, eram simplesmente criados, apenas. Salário nunca viram" (Ribeiro, 2014, p. 104). Eram "pagos" com roupas usadas e "corte de chita". Tinham "direitos quase como a gente. Apenas quase" (Idem).

Em 1939, Darcy Ribeiro se mudou para Belo Horizonte/MG para estudar Medicina, conforme desejo da sua família. No entanto, enveredou-se pelas ciências humanas. Migrou para São Paulo, onde cursou Antropologia, área na qual atuaria ao longo da vida, incluindo a vivência entre os indígenas no Mato Grosso, Pará e Maranhão por cerca de 10 anos (Ribeiro, 1997).

Os tempos de estudante foram também de aprendizado político. Darcy se tornou militante do Partido Comunista – PCB. Embora tenha ficado mais conhecido pela participação em governos trabalhistas, João Goulart (1961-1964) e Leonel Brizola (no Rio de Janeiro, entre 1983 e 1987), a experiência entre os comunistas é reclamada pelo autor como um de suas mais significativas marcas, materializadas no engajamento e no sentimento-compromisso com os segmentos subalternos (Ribeiro, 1997).

Na segunda metade dos anos 1950 Darcy Ribeiro, de forma gradativa, foi se tornando um agente político no interior das estruturas do Estado, especialmente no Ministério da

Educação. Foi nessas démarches que ele se aproximou do professor Anísio Teixeira, de quem se tornaria grande aliado nas lutas pela Lei de Diretrizes Básicas da Educação, nas campanhas contra o analfabetismo, na batalha pela escola pública e na criação da Universidade de Brasília ((Bomeny, 2001, 219-220; Xavier, 1989).

Mas foi nos anos 1960 que Darcy Ribeiro vestiu de vez sua pele de político, para usar seus termos. Foi ministro da Educação e, depois, Chefe da Casa Civil do Governo Goulart em um dos períodos mais conturbados da história da República no Brasil. Nessa época, Darcy se tornou um dos grandes formuladores da cultura política trabalhista, conforme tese de Edi de Freitas Cardoso Júnior (2021). Para os objetivos desse texto, Darcy era, em contraponto a Afonso Arinos, uma abalizada e representativa voz do bloco nacionalista-reformista.

Abordagens

Há muitas formas de se definir um intelectual. A escolha por um conceito pode ser condicionada, entre outros fatores, pelas especificidades do objeto. No caso em questão – estudar o pensamento de Afonso Arinos e Darcy Ribeiro – opto pela categoria proposta por Noberto Bobbio, a saber, o intelectual é aquele que maneja símbolos, não faz coisas. E, prossegue o autor italiano, está engajado do debate político. (Bobbio, 1997).

De forma semelhante, Jean-François Sirinelli (2003) define os intelectuais como os mediadores da cultura, a exemplo de professores, jornalistas, escritores, artistas. Essa é sua definição mais ampla, assim como a primeira de Bobbio. O autor francês também postula uma segunda acepção, recortando os mediadores a partir do critério do engajamento. Em ambos os casos, nota-se convergências entre os dois autores e a pertinência para o presente estudo.

As formulações e intervenções de um intelectual tem sempre uma dimensão social, coletiva. Nenhuma abordagem sobre o tema desconsidera isso. O que varia, de uma leitura para outra, é o peso que se confere a cada variável. Em Gramsci (2004), ressalta-se a classe social a que pertence o "agente organizador" (o intelectual), em Mannheim (1968), o vínculo comum de formação escolar e a natureza policlassista inerente à composição da camada dos intelectuais. Para Pierre Bourdieu (2004), o condicionante decisivo é dado pelo microcosmo, o campo de poder em que se moves os personagens.

Por sua vez, Sirinelli (2003) enfatiza as redes de sociabilidade e a geração. Atenho-me de forma mais detida ao segundo ponto, aos chamados efeitos ou solidariedade da idade. Para além de um corte cronológico, a exemplo de ano de nascimento, a geração se define, na

leitura do autor, como a experiência comum de estratos demográficos reunidos por um "acontecimento fundador". (Idem, p. 255).

Faço ligeira adaptação na proposta para pensar em fatos e/ou processos diversos que marcam uma geração. No caso brasileiro, a vivência comum de pensadores e agentes políticos de um conjunto intenso de transformações sociais e políticas em um curto período de tempo, concretamente, a industrialização e urbanização do Brasil entre 1940 e 1960, a passagem de um modelo oligárquico para uma democracia de massas, a sucessão de golpes e contragolpes de Estado, a emergência de novos ou radicalização de outros movimentos sociais.

É precisamente nesse ponto de intersecção que se encontram os personagens aqui examinados. Não ignoro as outras variáveis e suas implicações, motivos pelos quais escolhi fazer primeiro um breve relato da biografia de Arinos e Darcy para salientar as diferenças de formação, vinculações sociais e ideológicas. A convergência que aponto a seguir seria, na minha hipótese, característica daquela geração de intelectuais. Longe de significar um apagamento das diferenças, ela é digna de estudo porque emerge, convive com essas dissimilitudes, parecendo-se com uma linha transversal.

O peso da geração

Na década de 1950, a universidade ainda não tinha o prestígio que viria a ter a partir dos anos 1960. Entidades como a Comissão Econômica para a América Latina/CEPAL, Instituto Superior de Estudos Brasileiros/ISEB e o Partido Comunista Brasileiro/PCB operavam como núcleos importantes do campo intelectual. Entres as três instituições, o ISEB era aquele que mais diretamente se colocava como agente de produção e difusão de ideias, certamente engajado, mas de forma mais difusa do que o PCB e sem a dimensão pretensamente técnica da CEPAL.

No interior do ISEB, não obstante as diferenças, era frequente a tese de que o desenvolvimento e/ou revolução nacional deveria ser precedida por um trabalho de formulação, construção teórica, literalmente uma ideologia que fosse instrumento para educar e mobilizar as demais pessoas (Toledo, 1997). Salta aos olhos a proeminência do papel dos intelectuais.

A visão de um povo carente de orientação articulava-se de forma direta com a tese de que caberia às elites – intelectuais e/ou políticas – produzir, difundir e inculcar as ideias adequadas ao futuro do país. Os conflitos políticos não deixam margem para qualquer dúvida

quanto às diferenças de conteúdo entre os projetos políticos. O ponto convergente é quanto a leitura que fazem do "povo" e do papel dos intelectuais.

Afonso Arinos e Darcy Ribeiro são bem representativos desse fenômeno intelectual e político. O udenista escreveu uma série de artigos para a imprensa entre 1963 e 1965 nos quais analisa a conjuntura nacional e, na condição de homem da elite, como ele mesmo diz, aponta caminhos. Para ele, uma das principais razões da crise seria a omissão e/ou escolhas erradas das elites. Coerente com esse diagnóstico, Arinos se dirige aos seus pares, chamando-os à tarefa que lhes cabe: um "esforço desinteressado de compreensão. Este esforço é um dever das elites. Sua ausência, no Brasil de hoje, excede os limites da indiferença, resvala pela traição" (Franco, 2005, p. 56).

Segundo Afonso Arinos, as elites à esquerda e à direita haviam abraçado soluções extremistas. Haveria também indícios de corrupção entre os dois segmentos. Na outra ponta estava o povo. Este seria moralmente correto. Seu problema era outro: são pessoas passíveis de se deixarem levar por ideologias, porque são "pobres, fanáticos e ignorantes". "E a gravidade da situação está em que, entre nós, ignorantes e pobres são a maioria" (Franco, 2005, p. 85).

O raciocínio de Darcy é muito semelhante. Em 1961, quando se inaugurava Brasília, ele, de forma muito criativa, escreve uma imaginária nova Carta de Caminha ao Rei de Portugal. Era uma estratégia para dar recados, pressionando o campo político para levar adiante o projeto Universidade de Brasília.

Darcy usa um tom salvacionista, colocando-se como porta-voz do povo. A causa que o move não seria pessoal, mas sim "pelos candangos que peço, no temor de que cresçam boçais, e pelo Brasil que, depois de padecer tanto governo com mentalidade de asfalto, não merece sofrer outros tantos com mentalidade de capim" (Ribeiro, 1960,198).

Leituras similares aparecem em outros documentos produzidos por Darcy Ribeiro no período (Ribeiro, 1962; Ribeiro, 1963 *apud* Cardoso Júnior, 2021, p. 90). Mais emblemático, porém, são trechos de entrevistas concedidas no exílio no Uruguai, após a deposição em 1964.

Em uma delas, conduzida pelo seu amigo Angel Rama, Darcy se refere aos intelectuais brasileiros e, depois ao restante da população, as "terribles deficiencias" do país, porque, dos 80 milhões de brasileiros, "sólo 20 acceden a la expresión cultural e pueden contribuir al desarrollo del país, porque son los únicos que pueden educarse." (Rama, 1964, p.190).

Em outra entrevista, aborda questões econômicas, critica os "intelectuales e universitarios" que se restringem ao trabalho acadêmico (Ribeiro, 1969, p. 194) e, antes de terminar, fala do desafio de se integrar



> enormes masas que non tienen nada, que no pertenecen a la nación, porque no son alfabetizados ni tienen los medios para el trabajo permanente, ni tienen los medios para el mínimo cuidado de la salud de sus hijos, ni son capaces de formarse una idea de su propria nación (Ribeiro, 1969, p. 197).

Feito esse diagnóstico, o autor se coloca como parte da solução: "formular (…) un proyecto nacional global, capaz de movilizar el esfuerzo de toda la población del país para la constituición de una economia para si y para el progreso de toda la población." (Ribeiro, 1969, p. 198).

***

A rigor, Afonso Arinos e Darcy Ribeiro fazem raciocínios muito similares: povo limitado, carente de orientação; intelectuais com o dever de liderar, formular, orientar. O conteúdo dos projetos é distinto, a representação do povo, o papel dos intelectuais e a presunção dirigista, em alguma medida autoritária, são praticamente as mesmas. Esse traço parece comum a maior dos intelectuais daquela conjuntura, como uma espécie de marca da geração, sinal de um tempo social compartilhado.

As trajetórias posteriores, de Afonso Arinos e Darcy Ribeiro, evidenciariam profundas distinções, talvez a ponto de contaminar a leitura de suas formulações e intervenções no período recortado para a presente reflexão. A pesquisar. Mas, nesse caso, seria tema para outro texto.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. *A UDN e o Udenismo*: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Bobbio, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Unesp, São Paulo, 1997.

Bomeny, Helena. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. UFMG, Belo Horizonte, 2001.

Bourdieu, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Cardoso Júnior, Edi de Freitas. *"O Brasil que há de ser!": Darcy Ribeiro e cultura política trabalhista no governo João Goulart*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.



CARDOSO, Antônio Dimas; PEREIRA, Laurindo Mekie. Na linha de frente do movimento de 1930: Virgílio de Melo Franco In: *Intelectuais e a modernização no Brasil* : os caminhos da Revolução de 1930. Montes Claros : Editora Unimontes, 2020, p. 98-124.

Carvalho, José Murilo de. *Pontos bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada:* a UDN e a República de 1946. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2015.

Franco, Afonso Arinos de Melo (2005): *Evolução da crise brasileira*. (2ª ed.). Topbooks, Rio de Janeiro.

Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. (Vols1,5). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Mannheim, Karl . *Ideologia e utopia*. Zahar, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

Mattos, André Luís Lopes Borges. *Darcy Ribeiro: Uma trajetória (1944-1982)* (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

Miceli, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

Pereira, Laurindo Mekie. *A cidade do favor:* Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

Rama, Ángel. Darcy Ribeiro: una generación brasileña. *In:* Coelho, Haydée Ribeiro (Org.). *Las memórias de la memória: El exilio de Darcy Ribeiro en Uruguay. Entrevistas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.
Ribeiro, Darcy. *O indigenista Rondon*., Rio de Janeiro: Coleção Aspectos, 1958.



Ribeiro, Darcy. *Centro Brasileiro e Pesquisas Educacionais*. Rio de Janeiro: Universidade de Brasília, 1962.

Ribeiro, Darcy. La industrialización recolonizadora [Entrevista]. *In:* Coelho, Haydée Ribeiro (Org.). *Las memórias de la memória: El exilio de Darcy Ribeiro em Uruguay. Entrevistas* (pp. 26-28). Belo Horizonte: FALE/UFMG, (Obra original concedida em *Víspera*, nº 3, Montevideo), 1969/2003.

Ribeiro, Darcy. *Testemunho*. Brasília: Senado Federal, 1991.

Ribeiro, Darcy. Segunda carta de Pero Vaz de Caminha, a el-rei, escrita da novel cidade de Brasília com a data de 21 de abril de 1960. *In: Ensaios insólitos*. Fundar, Brasília: UnB, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Sirinelli, Jean-Françoi. Os intelectuais. *In:* Rémond, René (Org.). *Por uma história política*. FGV, Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 231-262.

Toledo, Caio Navarro de. *ISEB:* Fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1997.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano:* o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.
www.cpdoc.fgv.gov.br

Xavier, Libânia Nacif. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 1999, v. 80, n. 194, pp. 81-92, jan./abr.



CAROLINA EM DOIS TEMPOS: DIÁRIO E DOCUMENTÁRIO COMO TESTEMUNHOS DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Diego Vinicius Filo Moreira

Introdução

Este artigo apresenta os resultados parciais de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGLETRAS/CPTL). O objetivo geral é desenvolver uma proposta pedagógica interdisciplinar que utilize a obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus, em diálogo com o documentário *Favela, a vida na pobreza* (1971), dirigido por Christa Gottman-Elter, como recursos didático-literários para o ensino de História no Ensino Fundamental II. O estudo articula texto literário e linguagem cinematográfica aos objetivos de aprendizagem estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especificamente no que tange à compreensão das transformações urbanas, sociais e culturais do Brasil contemporâneo e à problematização das trajetórias da população negra na sociedade brasileira pós-abolição.

Quarto de Despejo representa um marco singular na literatura brasileira do século XX. Trata-se de um testemunho visceral da marginalidade urbana no Brasil da metade do século, narrado por uma voz que permanecia sistematicamente silenciada nos círculos letrados do país: a de uma mulher negra, favelada e catadora de papel que transformou cadernos encontrados no lixo em páginas de denúncia social e resistência literária (Castro; Machado, 2007). A questão central que orienta a pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: quem tem o direito de narrar a pobreza? Carolina Maria de Jesus respondeu essa pergunta na prática — sem permissão, sem mediação, com cadernos encontrados no lixo.

A articulação proposta é o diálogo da obra de Carolina com o documentário alemão *Favela, a vida na pobreza* (1971), dirigido por Christa Gottman-Elter. Este documentário raro foi proibido no Brasil durante a ditadura militar e permaneceu inédito até 2014, quando foi exibido pela primeira vez na íntegra pelo Instituto Moreira Salles (IMS), responsável por sua localização e restauração na Alemanha. O filme apresenta Carolina de volta às ruas de São Paulo onze anos após a publicação do livro, compondo uma performance da própria vivência narrada em seu famoso diário.



Justificativa e relevância pedagógica

A escolha de *Quarto de Despejo* como eixo articulador da proposta pedagógica justifica-se por seu potencial singular de mobilizar múltiplas competências e habilidades previstas pela BNCC. A obra constitui um documento histórico privilegiado para o cumprimento da habilidade (EF09HI18), que demanda a descrição e análise das relações entre transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964. Os diários de Carolina, escritos entre 1955 e 1960, oferecem um testemunho direto do processo de metropolização acelerada de São Paulo, dos fluxos migratórios campo-cidade, da formação das periferias urbanas e da consolidação de uma geografia urbana profundamente segregada.

Paralelamente, a obra dialoga com a habilidade (EF09HI17), que requer a identificação e análise de processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946. Carolina viveu e escreveu durante o período democrático entre 1946 e 1964, atravessando os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Seus diários registram, sob a perspectiva das classes populares, a política desenvolvimentista, a inflação galopante, as crises políticas e as transformações nos hábitos de consumo — fenômenos que os livros didáticos frequentemente narram apenas pelo viés das elites.

No cumprimento das habilidades (EF09HI03) e (EF09HI04), a obra revela seu potencial pedagógico mais radical. A trajetória de Carolina — neta de pessoas escravizadas, migrante mineira, trabalhadora informal, moradora de favela — materializa com dramática precisão os resultados de uma abolição inconclusa, que libertou formalmente os escravizados sem lhes garantir terra, trabalho, educação ou cidadania plena. A própria existência do livro como produção literária de uma mulher negra e favelada desafia as narrativas que reservam à população negra apenas papéis subalternos na história cultural brasileira. Como aponta Perpétua (2014, p. 21):

> A escrita de Carolina Maria de Jesus inaugura um novo momento na literatura brasileira, em que a fala sobre a pobreza não vem mais mediada pelo olhar letrado e distanciado, mas emerge da própria experiência de quem vive a marginalização.

A presença crescente de *Quarto de Despejo* nas listas de leituras obrigatórias dos principais vestibulares brasileiros reforça sua importância pedagógica e torna indispensável o desenvolvimento de práticas de leitura crítica e contextualizada em sala de aula.



Fundamentação teórica

A pesquisa se sustenta em dois eixos teóricos complementares: o letramento literário e o letramento histórico.

Letramento, segundo Soares (2009, p. 07), é mais que alfabetizar: é ensinar a ler e escrever em um contexto onde escrita e leitura façam sentido e façam parte da vida do aluno. O letramento histórico, como explica Silva (2011, p. 14), consiste na capacidade adquirida de fazer uma leitura crítica e reflexiva a respeito de eventos históricos, redefinindo, quando necessário, as impressões sobre o passado e trazendo novos significados para os sujeitos. Rocha (2020, p. 287) radicaliza essa perspectiva ao defender que:

> O letramento histórico ocorre quando o conhecimento histórico concretizado narrativamente e a reflexão sobre o tempo transformam aquele que aprende, através de mediações culturais em que a escrita é constituinte. Assim, não existe um, mas possíveis letramentos históricos.

O letramento literário, na perspectiva de Cosson (2006), compreende a leitura como uma prática social capaz de formar leitores sensíveis, críticos e conscientes de seu papel no mundo. Sua proposta organiza-se em sequências — básica e expandida — que contemplam etapas de motivação, introdução, leitura e interpretação, permitindo que os estudantes desenvolvam progressivamente autonomia leitora, repertório crítico e sensibilidade estética.

Fundamentar a proposta no letramento literário de Cosson significa comprometer-se com uma abordagem que não reduz a literatura a pretexto para conteúdos históricos, mas que reconhece sua especificidade estética e seu potencial formativo singular. No caso específico de *Quarto de Despejo*, isso implica reconhecer que, para além de seu valor documental e testemunhal, a obra possui qualidades literárias que merecem ser exploradas: a construção da voz narrativa, as estratégias retóricas de denúncia, o uso da linguagem — que mescla oralidade e registro escrito —, a estruturação temporal do diário e a elaboração poética da experiência da fome e da exclusão.

A articulação entre texto literário e documentário cinematográfico mobiliza o campo da Literatura Comparada. Como explica Carvalhal (2003, p. 45-47), esse campo ampliou seu campo de atuação incorporando perspectiva interdisciplinar, a começar por suas relações interartísticas com diversas formas de expressão, como o cinema. Nesse processo, importa considerar as obras como independentes — como explica Gualda (2010, p. 204), a obra cinematográfica não é apenas uma tradução da literária, sendo ambas independentes, mas ao mesmo tempo intimamente relacionadas.



A pesquisa recorre ainda a Chartier (2002, p. 17) para compreender que as percepções do social não são discursos neutros: elas produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Essa perspectiva é central para a análise comparativa entre as duas obras: enquanto Carolina narra a favela de dentro, como sujeito que vivencia cotidianamente a precariedade, o documentário — mesmo quando pretensamente objetivo — carrega o olhar externo, mediado por escolhas estéticas e ideológicas que merecem ser problematizadas em sala de aula.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa se desenvolve em quatro etapas complementares.
A primeira consiste na revisão bibliográfica sistemática sobre Letramento Literário, Letramento Histórico, Ensino de História e Literatura Comparada. A segunda é a análise comparativa entre *Quarto de Despejo* e o documentário *Favela, a vida na pobreza*, investigando como diferentes linguagens — literária e cinematográfica — constroem representações da pobreza, da marginalização e da favela. Esta fase examina questões como autoridade narrativa, lugar de fala, estratégias retóricas e visuais, e os diferentes efeitos políticos e éticos que emergem quando a favela é narrada de dentro ou observada de fora.
A terceira etapa é a implementação prática com alunos do Ensino Fundamental II na Escola Estadual Luiz Lopes de Carvalho, no município de Três Lagoas-MS. Nesta etapa, constroem-se sequências didáticas estruturadas a partir de Cosson (2006), articulando as etapas de motivação, introdução, leitura e interpretação de forma a valorizar tanto a especificidade estética da literatura quanto seu potencial de formação crítica.
A quarta e última etapa é a produção de material pedagógico — planos de aula, roteiros de leitura, propostas de atividades e instrumentos de avaliação — que possa ser efetivamente utilizado por professores de História e Literatura no Ensino Fundamental II, buscando reduzir a distância entre universidade e escola básica.

Considerações finais

Carolina Maria de Jesus nasceu em 1914, em Sacramento, Minas Gerais, filha de trabalhadores rurais e descendente de pessoas escravizadas. Com apenas dois anos de escolarização formal, migrou para São Paulo, estabelecendo-se na favela do Canindé, às margens do rio Tietê (Meihy, 1998, p. 85). Ali, sustentando sozinha três filhos através da

catação de materiais recicláveis, registrava cotidianamente a dureza da fome, da violência e do abandono estatal. Carolina não apenas documentou a miséria; ela a interpretou, criticou e poetizou, assumindo-se como sujeito pleno de conhecimento e expressão artística.

A importância histórica de *Quarto de Despejo* transcende sua excepcional recepção editorial — a obra vendeu mais de cem mil exemplares nos primeiros anos (Castro; Machado, 2007, p. 11) — e se mostra na radical ruptura epistemológica que representa. Para a comunidade negra brasileira, a trajetória de Carolina constitui simultaneamente inspiração e denúncia: demonstra a potência criativa e intelectual que resiste mesmo nas condições mais adversas, afirmando a humanidade plena de corpos historicamente relegados à subalternidade (Evaristo, 2005, p. 54), e revela a perversa continuidade das estruturas escravocratas em uma sociedade que, formalmente abolicionista desde 1888, mantém populações negras confinadas em territórios precarizados.

Após o sucesso inicial, Carolina foi progressivamente marginalizada pelo campo literário brasileiro e morreu em 1977, na pobreza, praticamente esquecida. Contudo, nas últimas décadas, sua redescoberta crítica revelou dimensões antes negligenciadas de sua escrita. Reconhece-se hoje não apenas o valor documental de seus diários, mas também sua sofisticação estética e sua contribuição para uma tradição literária afro-brasileira que reivindica autorrepresentação e protagonismo narrativo.

Esta pesquisa propõe que *Quarto de Despejo* não seja tratada pela escola como curiosidade ou documento sociológico, mas como literatura de alto valor estético e como parceira pedagógica ativa na formação de leitores críticos. A articulação com o documentário de Gottman-Elter — objeto audiovisual ainda pouco estudado academicamente — oferece uma oportunidade singular de desenvolver, simultaneamente, competências de leitura crítica, consciência histórica e compromisso ético com a justiça social. Carolina Maria de Jesus, que das margens insistiu em narrar, denunciar e sonhar, torna-se assim não apenas objeto de estudo, mas parceira pedagógica na formação de cidadãos conscientes de seu papel na construção de uma sociedade menos desigual.

Referências

CANDIDO, A. (2004). O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

CANDIDO, A. (2006). *Literatura e sociedade:* estudos de teoria e história literária. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.



CARVALHAL, T. F. (2003). *Literatura comparada.* 4. ed. São Paulo: Ática.

CASTRO, E. M.; MACHADO, M. N. M. (2007). *Muito bem, Carolina!* Belo Horizonte: C/Arte.

CHARTIER, R. (2002). *A história cultural entre práticas e representações.* 2. ed. Miraflores-PT: DIFEL.

COLOMER, T. (2007). *Andar entre livros:* a leitura literária na escola. São Paulo: Global.

COSSON, R. (2006). *Letramento literário:* teoria e prática. São Paulo: Contexto.

COSSON, R. (2014). *Círculos de leitura e letramento literário.* São Paulo: Contexto.

DALCASTAGNÈ, R. (2012). *Literatura brasileira contemporânea:* um território contestado. Viterbo: Editora Horizonte.

EVARISTO, C. (2005). Da representação à auto representação da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira,* Brasília, ano 1, n. 1, ago., p. 54.

GUALDA, L. C. (2010). Literatura e Cinema: elo e confronto. *Matrizes,* ano 3, n. 2, jan./jul.

JESUS, C. M. (2014). *Quarto de despejo:* diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática.

MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. (1994). *Cinderela negra:* a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MEIHY, J. C. S. B. (1998). Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. *Revista USP,* São Paulo, v. 37.

PELLEGRINI, T. (2003). *Literatura, cinema e televisão.* São Paulo: Senac/Itaú Cultural.

PERPÉTUA, E. D. (2014). *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus.* Belo Horizonte: Nandyala.



ROCHA, H. (2020). Letramento(s) histórico(s): uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de história. *Revista Territórios & Fronteiras,* Cuiabá, v. 13, n. 2, jul.-dez., p. 280-300.

SILVA, M. A. (2011). Letramento no Ensino de História. *Cadernos de História,* Belo Horizonte, v. 12, n. 17, 2. sem.

SOARES, M. B. (2009). *Letramento: um tema em três gêneros.* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

STAM, R. (2006). Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade. *Ilha do Desterro,* Florianópolis, n. 51, p. 19-53, jul./dez.

ZILBERMAN, R. (2012). *A leitura e o ensino da literatura.* Curitiba: Intersaberes.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



ECOS DE UANGA E ILUNDO: PRÁTICAS E SABERES FEMININOS EM ÓSCAR RIBAS[1]

Luiz Augusto Pinheiro Leal[2]
Maianne Caroline da Silva e Silva[3]
Carlos Henrique Silva Lobo[4]

Introdução

A língua e a história oficial, além da administração e das armas dos colonizadores portugueses, foram instrumentos que garantiram não apenas a dominação colonial, mas se mantiveram após a independência de Angola. Contudo, ainda no processo de lutas pela independência, a produção literária sobre o país evidenciava que a cultura e as relações de gênero também dariam base para se constituir o que viria a ser o nacionalismo angolano. Elas carregavam em si os elementos culturais do colonizador, mas também expressavam identidades e ações culturais dos colonizados. Através do estudo de contos produzidos por autores de diferentes origens, relacionados com a cultura popular ou com o cotidiano das lutas anticoloniais, analisamos algumas produções literárias sobre Angola. Observamos que, ao mesmo tempo em que os contos evidenciam o processo de homogeneização linguística, eles carregam consigo a experiência da cultura nativa e das relações de gênero como uma das bases de resistência contra a dominação colonial. Tratava-se de uma forma de transmissão de conhecimentos que não passavam pelas páginas da imprensa colonial, mas permitiam uma circularidade de saberes populares, no mundo literário, que favorecia a reorganização da identidade que viria a constituir a Angola independente. Neste artigo serão analisados os contos disponíveis nas obras Ecos da minha terra, Uanga e Ilundu, de Óscar Ribas (RIBAS, 2004). Ao mesmo tempo em que os contos evidenciam o processo de homogeneização

[1] Esta comunicação é parte da pesquisa que resultou no artigo Leal, Luiz Augusto Pinheiro; Silva, Maianne Caroline da Silva; e Lobo, Carlos Henrique Silva. "Contos tradicionais de Angola: nacionalismo, cultura e gênero em Óscar Ribas, Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025)..

[2] Luiz Augusto Pinheiro Leal (augustoleal@ufpa.br). https://orcid.org/0000-0002-0145-5379. Universidade Federal do Pará.
[3] Maianne Caroline da Silva e Silva (maiannecss@gmail.com). https://orcid.org/0009-0002-9564-6498. Universidade Federal do Pará.
[4] Carlos Henrique Silva Lobo (machadodeassis1999@gmail.com). https://orcid.org/0009-0006-8254-861X. Universidade Federal do Pará.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

linguística, eles carregam consigo a experiência da cultura nativa e das relações de gênero como base de resistência contra a dominação colonial. Quando as fontes são nativas, como na literatura, é possível encontrar uma forma de transmissão de conhecimentos que não passava pelas páginas da imprensa colonial, mas permitia uma circularidade de saberes populares, no mundo literário. Os contos coletados ou produzidos por Óscar Ribas permitem compreender, a partir de aspectos culturais, o protagonismo feminino em relação ao nacionalismo angolano. Eles ocupam as temáticas abordadas em tais línguas, do ponto de vista, respectivamente, do colonizador e do colonizado (PADILHA,1995, p.10). Cada obra apresenta particularidades em relação à condição feminina. Contudo, algumas delas nos permitem verificar com mais atenção a situação social e cultural das mulheres dentro do processo de colonização: elas revelam o privilégio atribuído aos homens através da lógica do patriarcado.

Oscar Ribas e os episódios "transplantados da vida real"

Óscar Bento Ribas nasceu em Luanda em 17 de agosto de 1909. Filho de pai português, Arnaldo Gonçalves Ribas, natural da Guarda (Portugal), e de mãe angolana, Maria da Conceição Bento Faria, natural de Luanda. Sendo bastante dedicado aos estudos, Ribas dominava os diferentes níveis da língua portuguesa. Estudou os anos primários e secundários em Luanda. Após uma estadia em Portugal, onde estudou aritmética comercial, regressou a Angola e empregou-se na Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade. Residiu sucessivamente nas cidades de Novo Redondo (atual Sumbe), província do Kwanza Sul, e Benguela, em Ndalantando. Também residiu na província de Bié. O emprego na Direção dos Serviços de Fazenda possibilitou a Ribas viagens por quase todo o interior de Angola (CALIVALA, 2015, p. 3). O contato com diversas experiências culturais lhe favoreceu a coleta inicial de material para sua produção intelectual.

Óscar Ribas tornou pública a sua produção intelectual através da publicação das novelas[5] *Nuvens que passam*, *Resgate de uma falta*, *Flores e espinhos*. *Lirismo, Ensaio e contos*. Em um segundo momento de suas produções, o autor revela interesse sobre temáticas culturais. Ribas lança ao público *Uanga (feitiço): Romance folclórico angolano* e *Ecos da minha terra: Dramas angolanos*. Ainda no período em que Angola estava imersa no processo colonial, Ribas se dedicou ao registro

[5] Conforme observado por David E. Calivala (2015), Óscar Ribas deu início à sua trajetória literária com a publicação de duas novelas. Entretanto, foi a partir de seu interesse pela cultura popular angolana que emergiram obras de cunho etnográfico, como *Ilundo: Divindades e ritos angolanos* e *Temas da vida angolana: Aspectos sociais e culturais*, entre outras produções significativas do etnógrafo.

dos costumes populares angolanos. Religiosidade, alimentação, associações populares, danças carnavalescas e literatura tradicional angolana estavam no foco de interesse do estudioso. Surgem a partir desse interesse as obras, *Ilundo: Divindades e ritos angolanos*; *Missosso, I vol. Literatura tradicional angolana*; *Missosso, II vol.*; *Missosso, III vol.*; *Alimentação regional angolana*; *Izomba. associativismo e recreio*; *Sunguilando: Contos e instantâneos*; *Quilanduquilo. Contos e instantâneos*; *tudo isto aconteceu. Romance autobiográfico*; *A praga*; *Cultuando as musas. Poesias*; *Dicionário de regionalismos angolano*; *Temas da vida angolana. Aspectos sociais e culturais*.

Diferente do movimento folclórico europeu, que considerava as práticas populares sujeitas ao desaparecimento, "Ribas compreendia certos costumes, que definia como 'tradicionais', como sobrevivências ou cristalizações do passado" (MARZANO, 2020, p. 14). Elas deveriam ser modernizadas, em sua perspectiva, pois iriam incluir Angola na modernidade. Veremos adiante que tal perspectiva tinha um sentido particular às limitações de produção do intelectual angolano. Defender abertamente a autonomia cultural, em meio ao processo colonial, seria passível de grave censura pelos colonizadores. Cabe considerar que a fundamentação teórico-ideológica de Ribas evidencia as condições de produção de conhecimento de seu tempo, segundo Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco:

> Ribas foi influenciado por uma visão histórico-filosófica positivista, que o levou a usar determinadas categorias, como as de "raças adiantadas" e "raças atrasadas", o que, entretanto, não invalida, de maneira alguma, sua grande contribuição como artesão etnográfico de Angola [...] Embora tenha vivido até 2004, Ribas teve sua escrita e sua forma de pensar marcadas, principalmente, pelo contexto histórico da primeira metade do século XX, período em que o positivismo e o evolucionismo ainda influenciaram muitas visões e conceitos não só em Angola, mas em outras partes do mundo. Isso explica o fato de que categorias de conhecimento como "atraso", "decadência", "gentes ignaras", "não civilizados", "incultos" tenham sido usadas por ele para descrever a sociedade angolana negra (SECCO, 2010, pp. 193-195).

Assim, a produção literária de Óscar Ribas, apesar de, como muitos críticos apontaram, ter fundamentos e matrizes do ideário positivista, revela uma preocupação sincera de registrar e preservar os costumes populares dos angolanos. Estes, por sua vez, constituem as raízes da identidade nacional do país. Ainda segundo Secco, Óscar Ribas estruturou em suas obras uma coletânea de provérbios e cosmologias com o intuito principal de assegurar a transmissão dos conhecimentos ancestrais. Estes já eram repassados de geração em geração, em especial por mulheres idosas das aldeias, mas poderiam se perder com o tempo. A preocupação de Ribas com a preservação da cultura local era pautada em sua observação

sobre as transformações dos costumes e a introdução de novos hábitos, impostos pelo processo de colonização, que estava contribuindo para o desaparecimento de muitas práticas e saberes populares.

Sendo Ribas um assimilado, trabalhava a serviço da administração portuguesa como folclorista. Ele não manteve uma vida política ativa durante o processo de luta armada em Angola. Pelo contrário, recebeu benfeitorias e méritos do governo português por seu trabalho de pesquisa sobre cultura popular. Segundo Sousa, "ele próprio tinha a nítida noção que era usado como contraponto à contestação intelectual da época, enquanto exemplo de um escritor mulato a quem a Administração da Colônia disponibiliza meios para trabalhar" (SOUSA, 2009, p. 44). Como intelectual angolano, Óscar Ribas viveu entre dois mundos: o português e o angolano, movendo-se em um espaço de ambiguidades. Outros intelectuais, também assimilados, se encontravam nessa situação. No contexto literário da época, a poesia era a forma que predominava. A partir das décadas de 50 e 60, as temáticas que seriam mais abordadas estavam voltadas para questões políticas que tratassem de soberania angolana. Ribas escolheu trilhar um caminho diferente de resistência ao processo de colonização. Longe de seguir as tendências de luta no campo do conhecimento, ele se empenhou "na afirmação de uma angolanidade que explora nas suas diferentes vertentes: literatura oral, religião tradicional e estudo da língua quimbundo" (Idem, p. 41). Tal estratégia resultou em uma extensa e diversificada produção literária e etnográfica sobre a cultura popular angolana. Diferente da lógica colonial, que valorizava a sustentabilidade do poder através de representações masculinas no campo do saber, Ribas valorizou, como fontes sobre a cultura popular angolana, as vozes femininas. A maior parte da sua produção intelectual foi fundamentada em depoimentos de mulheres que faziam parte do seu convívio. Em muitas de suas obras, Ribas apresenta agradecimentos às suas colaboradoras. Foram as vozes dessas mulheres que o ajudaram na passagem da oralidade para a escrita. No ano de 1952, o autor já se encontrava impossibilitado de manter individualmente as suas investigações. Além da cegueira, que o acometeu ainda muito cedo, havia o empecilho de não saber falar algumas das línguas do interior de Angola. Eram suas primas, tias, amigas e esposa que narravam e traduziam histórias para o etnógrafo. No final de cada conto, Óscar Ribas quase sempre situa o leitor sobre qual pessoa contribuiu com a narrativa. Em *Ecos da minha terra*, o autor inicia seu livro agradecendo às pessoas que contribuíram com seus estudos. Eram todas mulheres:

> À memória das minhas inesquecíveis colaboradoras – Maria da Conceição Bento Ribas Faria (minha mãe), Rita Manuel (sogra de meu irmão Joaquim), Virginia Francisca dos Santos (sogra de meu irmão Mário), Adelina João Rodrigues (amiga íntima de minha mulher) – a cuja dedicação tanto devo pela extraordinária

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



> prestação de narrativas, informações para o arquivo e divulgação da cultura angolana, a minha reiterada homenagem e gratidão, pois suas participações representam o pilar de minha obra (RIBAS, 2004, p. 6).

A referência a todas essas mulheres nos convidam a refletir sobre a literatura e sua capacidade transformadora. Por meio de contos, como os presentes na obra de Óscar Ribas, diversas experiências culturais angolanas foram registradas e disponibilizadas para gerações seguintes. Esses contos, transmitidos oralmente, desempenharam um papel crucial na preservação da cultura e na resistência à colonização. Cabe então compreender, a partir da análise de um de seus importantes escritos, o papel das mulheres nesse contexto de redescoberta da identidade angolana e a imagem do feminino disposta nas suas narrativas. A obra escolhida foi *Ecos da minha terra*, pois buscava evidenciar "dramas da vida angolana", como bem identifica o subtítulo dado pelo autor. Os contos disponibilizados na obra revelavam uma Angola periférica e desolada, tocada pela violência da colonização. Sobre o material coletado, e sua ambientação, o autor apresentava um alerta: "Os contos, ou, antes, dramas, que enfeitam esta obra, não reproduzem o produto de imaginação, mas episódios transplantados da vida real" (Idem, p. 11). Haveria uma crítica ao projeto colonial na ênfase dada à dramaticidade das experiências que seriam relatadas.

Ecos da minha terra: questões de gênero além da literatura

Ecos da minha terra foi publicado originalmente em 1952 e apresenta o cenário cultural de Angola em dois períodos: o pré-colonial e o colonial. Conforme Pereira (2011), a obra simboliza uma importante descrição do contexto angolano a partir de uma reunião de contos que mostram a reprodução da violência e da exclusão social numa Angola periférica e desolada pela colonização. O passado pré-colonial, apresentado em alguns dos contos, seria uma estratégia utilizada pelo autor para a afirmação da identidade angolana. Segundo Chaves, "nesse novo tempo de aspereza, nostalgicamente se impõe como recurso o regresso a um período outro, onde se podiam plantar as sementes de uma nova ordem" (CHAVES, 200, p. 248). O livro é constituído por dez contos: *Damba Maria, Mbangu a musungu, Gente do mar, O ladrão e o feiticeiro, Noite de saudades, Hebu, Miado que enternece, Qual dói mais? A praga* e *Os humildes*. Neste artigo, será analisado o conto *Damba Maria* por seu potencial de informações que evidenciam as relações de gênero, classe e raça no contexto colonial de Angola. O conto foi narrado a Óscar Ribas, ainda em sua infância, por uma amiga de sua mãe, então recém-



chegada de Benguela. Depois, Ribas voltou a ouvir a mesma narrativa, já na juventude, por uma prima sua que também havia vivido na mesma cidade. O contexto da narrativa do conto *Damba Maria* é o período colonial. Sua ambientação estaria situada nos arredores da vila de Catumbela, sede de um grande mercado, como explicita o autor:

> Na época em que discorreu este episódio, a pitoresca vila de Catumbela constituía um grande mercado, aonde numerosas caravanas de negros, carregados de borracha, cera, marfim, mel e outros gêneros gentílicos, acorriam na mira de permutar com o europeu, recebendo, em troca, a apreciada aguardente, pólvora, armas, fazendas e outros produtos. Mas a escravatura – essa mácula do passado – formava o manancial mercantil, tão propício ao branco como ao preto (RIBAS, 2004, p. 17).

No trecho citado, o narrador descreve a paisagem da vila ligada ao comércio de vários produtos. O conto tem como protagonista Damba Maria, uma mulher que foi vendida por seu tio e acabou amancebada com um colono. Sua vida era marcada pela servidão severa ao seu senhor. No conto, Maria é descrita como uma mulher negra e submissa, uma "mercadoria pensante", um "farrapo de alma" cuja obediência era a única coisa a oferecer no mundo em que vivia. Na voz do narrador, era disso que dependia sua sobrevivência. Mesmo assim, "apesar da servidão, Maria não deixou de ascender ao primeiro degrau do Progresso: com o convívio, a tanga foi substituída por panos, e a higiene preencheu uma lacuna nas suas obrigações" (Idem). Observa-se que a tanga, vestimenta tradicional é incluída no conto como um elemento de atraso. Durante o processo de colonização, era preciso diferenciar os colonizados assimilados dos indígenas. O controle das vestimentas era utilizado como um elemento de diferenciação. Percebe-se que a imposição de normas culturais e sociais transformou profundamente a identidade dos povos colonizados, especialmente das mulheres. Além disso, os indígenas, para a administração portuguesa, eram vistos como selvagens, primitivos e incultos. Por isso, o termo indígena também foi utilizado para manter distinções raciais, sociais, culturais e econômicas nas colônias. A segregação racial era uma forma de garantir os privilégios exclusivos aos colonizadores.

Óscar Ribas, sendo um etnógrafo nascido em contexto colonial, reflete em sua obra os ideais daquele contexto. Em seus argumentos aparecem a valorização de categorias coloniais hierarquizadoras, a exemplo do progresso e da civilização. A substituição das vestimentas nativas pelas europeias não foi apenas um fenômeno estético, mas uma estratégia de controle social e de apagamento cultural. A administração portuguesa estabeleceu rígidas distinções entre os assimilados e os indígenas, utilizando a linguagem colonial para classificar os últimos

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

como selvagens. Essas distinções foram reforçadas por meio da imposição da vestimenta, de calçados e da língua portuguesa. Os elementos culturais angolanos eram vistos como símbolos de atraso e, consequentemente, seu uso justificaria a segregação. Ribas, ao narrar que a "tanga foi substituída por panos", insere-se nesse contexto discursivo, reforçando uma visão de progresso atrelada à europeização das vestimentas das mulheres angolanas. Era uma forma de subjugação colonial do corpo feminino. Como observa Silva:

> O processo de colonização intensifica e impõe "modelos e jogos de hegemonia e poder" para a sustentação da dominação, buscando "civilizar" as mulheres e/ou "arrancá-las" do estado "selvagem" e introjetá-las mais profundamente no estado de silenciamento e de subalternização (SILVA, 2019, p. 71.).

A ideia de avanço civilizatório, longe de ser neutra, serviu para legitimar hierarquias raciais e sociais dentro das colônias. As mulheres, especialmente, foram alvo central desse processo, pois suas roupas e comportamentos eram vistos como marcadores de uma incivilidade que deveria ser erradicada. O controle de seus corpos, por meio da vestimenta, simbolizava não apenas sua subjugação, mas também a própria conquista colonial. Como Silva (2019) atesta, a colonização operava por meio da imposição de códigos europeus, transformando profundamente as relações sociais e identitárias das populações subordinadas. Dessa forma, ao analisar a posição de Ribas como escritor assimilado, torna-se essencial compreender como sua obra reflete os dilemas e contradições de seu tempo. Entre dois mundos, sua escrita carrega as marcas do pensamento colonial, reforçando a ideia de que a modernidade exigia a renúncia aos símbolos tradicionais. Assim, percebemos que a realidade de Maria, retratada no conto, ilustra as muitas situações de violências vividas pelas mulheres angolanas no contexto da dominação portuguesa. Buscou-se arrancar à força suas identidades e dignidades, pois isso fazia parte do processo de colonização.

No conto, a narração nos situa que a vida de Maria muda com a chegada inesperada de um patrício[6]. Ele, mesmo sendo membro da elite angolana e possuidor de muitos bens, era um homem negro. Estando em uma caçada, buscou matar sua sede na propriedade em que Maria residia. Ao trazer a água, Maria disse para ele erguer o chapéu. Ela iria colocar o líquido nele. Incrédulo, o ricaço recebe esse ato como um insulto. Maria, ao perceber sua indignação, tentou explicar, toda trêmula, que o copo estaria à disposição apenas do colono, por ordens dele. Humilhado, o homem se afastou.

[6] Forma como Óscar Ribas se referia a outro angolano, mesmo sendo de classe abastada. "Era um patrício, mas um senhor, respeitável pela espessura de bens" (RIBAS, 2004, p. 18).



> Pelo caminho, passou lesto, seu cérebro irradiava fogo. Ah! Beber água pelo chapéu, ele, o possuidor de várias xitacas, o patrão de vários escravos! Mulheres não lhe faltavam: as concubinas ascendiam a dez, e quando lhe apetecia, era só procurar outras! Os brancos apertavam-lhe a mão e tratavam-no por amigo! Ah! Nunca ninguém o desfeiteara! Ninguém, ninguém! Só aquela negra, aquela matumba, o ferira com a desconsideração Maldita cretina! (Idem, p. 190)

A indignação do patrício era reflexo de uma sociedade que excluía e diferenciava pela cor da pele. A negação do copo que servia apenas ao branco revelava que todo o dinheiro que o caçador possuía não lhe conferia o direito de ser equiparado a um colono europeu, considerado racialmente superior. A colonização possibilitou que pensamentos como estes constituíssem uma dura realidade para a vida dos angolanos, mesmo os já assimilados. Sobre esse tema, Bhabha situa a complexidade da identidade em contextos coloniais a partir de Frantz Fanon (BHABHA, 1998, p. 104-170). Para ele, o processo psicológico empreendido pelo colonizador ao colonizado apresenta a divisão e a ambivalência da identidade. Isso significa que ela, na percepção de Fanon, vivenciada em espaços coloniais, passa por uma constante fragmentação. Não é fixa. Trata-se de uma condição em que sujeitos subalternos são frequentemente excluídos e silenciados. Afinal, "A luta contra a opressão colonial não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua ideia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado" (Idem, p. 71).

Fanon (2008), por sua vez, além de denunciar o colonialismo, procurou, através da psicanálise, compreender os pressupostos teóricos, a alienação extrema e os conflitos impostos pela colonização aos sujeitos dominados. Nessa lógica psíquica, o autor lança a pergunta "o que quer o homem negro?". No processo de desenraizamento e apagamento de memórias, os sujeitos colonizados ficam em um espaço de não lugar. Ser negro é ter o olhar do outro direcionado para si, um olhar que oprime. Nesse meio, o colonizado carrega o peso do fetichismo, da diferença, situações que o afastam de si na tentativa de assimilar o que é do outro sem nunca poder fazer parte deste mundo. Na tentativa de fazer parte do mesmo mundo do colonizador, e com o peso do racismo, fetichismo e exotismo, o patrício buscou meios para se vingar da situação experimentada junto a Maria. Esta que, obediente ao seu patrão, o humilhou ao servir água em seu chapéu.

O ato de Maria, que apenas seguia ordens, foi determinante para o fim trágico que teria na narrativa. Ao refletir sobre o episódio experimentado, Maria logo compreendeu que algo ruim poderia lhe acontecer, pois havia ferido a integridade e honra daquele homem. Maria relembra sua infância e como foi vendida pela primeira vez por seu tio. Sua infância é descrita

como uma fase de liberdade, onde podia brincar com outras crianças sem medo. Mas seu tio a levou para a cidade, com a promessa de roupas novas, e a vendeu. Daí as expressões "mercadoria pensante" e "farrapo de alma", delimitadas por Ribas, tenham se fixado no pensamento atribuído a Maria.

Este trecho é crucial para entender o contexto de Angola na transição da primeira para a segunda metade do século XX. Retomando a argumentação de Rita Chaves, o passado é retratado na literatura angolana como uma forma de retomada cultural e identitária pelos intelectuais do país. O conto *Damba Maria* se destaca por essa relevância. Sobre essa questão, Chaves considera que:

> No corpo desse programa, a noção de passado aparecerá também em ligação com a infância, fase da vida em que o desenho da exclusão social se revela atenuado. Para além da referência ao estreito contato com a mãe, matriz primordial na literatura de Angola, seja a própria, seja como metonímia da terra africana, o universo infantil é retomado como um mundo em comunhão, onde o código da cisão não tinha se projetado (CHAVES, 2000, p. 248).

O impreciso interior de Angola, de onde Maria era oriunda, é referenciado como um lugar onde a colonização não chegou de forma direta. Todavia, nesse dia, Maria percebeu que foi vendida: "Maldito tio! Maldito tio que a vendera! Maldita raça que não amava seus filhos!" (RIBAS, 2004, p. 24). No conto, a protagonista lembra como chegou à casa de seu senhor e como sua inocência foi destruída, tendo sido ela transformada em sua amante. A história de Maria ilustra a realidade vivida por muitas mulheres negras que foram violentadas pelo colonizador de todas as formas possíveis. No fim, Maria é vendida por seu amo ao caçador, a quem ela ofereceu água em um chapéu. A imagem do feminino disposta nesse conto retrata a vida da maioria das mulheres negras que viveram em momentos de exclusão e escravidão. Apesar de a protagonista deste conto ser uma mulher, sua trajetória no período não teve o final feliz que muitos estão habituados a ler nos contos ocidentais. O patrício, após comprar ela do colono, a mata em um ato de vingança. Mais do que uma questão racial ou de classe, a ação inclui uma ação de feminicídio. O caçador não poderia fazer o mesmo com o colono branco. Contudo, o privilégio de ser homem e rico permitia que ele pudesse fazer o que quisesse com o corpo feminino sob dominação colonial. A interseccionalidade entre classe, raça e gênero se evidenciava como mais um elemento a ser considerado nas abordagens sobre a história das mulheres angolanas.

Observamos, a partir desse conto, que a coleta de contos realizada por Ribas favoreceu os estudos em torno da influência colonial na cultura angolana, abrindo possibilidades para

compreender as relações de gênero no país. Desse modo, Óscar Ribas foi um intelectual que prestou grande contribuição na recolha etnográfica dos aspectos da cultura angolana, tornando-se um dos precursores da literatura moderna em Angola. Os contos recolhidos têm possibilitado que sejam construídas narrativas em torno das temáticas de relações entre cultura e gênero, em virtude dessas histórias conterem fatos das vivências, costumes, referências históricas, valores, ancestralidade e modos de conduta. Segundo Carmen Lúcia Tindó Secco, "os novos intelectuais de Angola, em 1948, e a revista *Mensagem*, em 1951, evidenciaram a necessidade de redescobrir Angola" (SECCO, 2010, p. 195). Por meio da coleta de contos de tradição oral, Ribas voltou-se ao passado, buscando uma Angola livre da influência do colonizador, conforme almejavam os intelectuais que rompiam com Portugal.

Além disso, Óscar Ribas ficou conhecido por seu trabalho de coleta de contos, canções, provérbios, adivinhas, rituais religiosos, poesias, estórias, tendo se destacado os três volumes de *Missosso* (WITTMANN, 2012, p. 64). A expressão que dá título às obras consiste em "uma forma especial e absolutamente angolana de contar estórias da terra, povoadas por homens e animais da terra, cortadas por cantos da terra e penetradas por entes misteriosos" (PADILHA, 2007, p. 54). Essa forma narrativa, profundamente enraizada na cultura popular, provê a matéria-prima que alimenta e enforma a oralitura produzida por Ribas. Como trata-se de um elemento que permeia toda a obra de Ribas, cabe uma explicação sobre este conceito. Conforme Fonseca (FONSECA, 2016, pp. 12-23), a palavra oralitura designa o ponto de transição onde a oralidade, em sua fluidez e efemeridade, se estabiliza no registro escrito, preservando a memória coletiva por meio da palavra. A autora propõe uma dialética intrínseca entre oralidade e oralitura, em que a primeira atua como um vasto repositório ancestral, sustentado pelas práticas de transmissão intergeracional, enquanto a segunda se apresenta como ferramenta de fixação, transformação e circulação desses saberes na esfera literária. Nesse sentido, a oralitura exerceria um papel fundamental não apenas na preservação, mas sobretudo na renovação contínua dos elementos constitutivos da tradição oral, inaugurando novas perspectivas e ressignificações no panorama literário angolano. Foi desse modo que a história de Damba Maria, transmitida inicialmente apenas através da oralidade, chegou até os dias atuais. Ribas foi o responsável por transformá-la em oralitura. A condição feminina da personagem evidencia a complexa interseccionalidade entre gênero, classe e raça (CRENSHAW, 2004, pp. 7-16). A discriminação em Angola não se limitava à identidade racial, mas se agravava para mulheres negras, confrontadas com o peso cumulativo do racismo e do sexismo. Damba, bem como outras personagens dos contos, representa as muitas mulheres angolanas que desapareceram em seus múltiplos sofrimentos anônimos.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



Os resultados da análise dos contos indicam uma intrincada relação entre as dinâmicas culturais, em especial as de gênero, e as estruturas patriarcais profundamente enraizadas, que, por sua vez, refletem a aspereza da vida legada pelo processo de colonização. A explicitação destas interconexões visa fomentar uma maior conscientização sobre as forças que moldam a realidade social. Nesse contexto, as obras em questão elegem os musseques como palco central, retratando o cotidiano da população com o objetivo de trazer à tona as simbologias do presente que suscitam reflexões sobre o impacto duradouro da colonização e, mais especificamente, sobre a persistência da colonialidade no período pós-independência, revelando como o passado continua a moldar as experiências e as relações sociais contemporâneas.

Considerações finais

Os países africanos e que foram subjugados por muitos anos pela exploração colonial europeia carregam sequelas que perduram até os dias de hoje. Refletindo esse problema sob uma perspectiva de relações de gênero, é possível observar que a condição feminina também se manteve em um lugar subalterno na organização social pós-colonial. McClintock (2010) considera que "todos os nacionalismos têm gênero", e isso significa que o lugar de privilégio é sempre voltado para o sexo masculino. Geralmente as mulheres são apresentadas como símbolos da nação, mas apenas quando são mortas na luta pela autonomia nacional. Por isso, cabe ressaltar o lugar dessas mulheres em experiências e representações que alimentaram a constituição das identidades nacionais de Angola. A produção literária sobre o país evidenciava que a cultura e as relações de gênero também dariam base para se constituir o que viria a ser o nacionalismo. Elas carregavam em si os elementos culturais do colonizador, mas também expressavam identidades e ações culturais dos colonizados. Através deste trabalho, pretendi discutir a relação entre cultura e gênero por meio dos contos angolanos de Óscar Ribas, visando interpretar o processo de construção do nacionalismo angolano.
Óscar Ribas, mesmo não sendo um militante anti-colonial perseguido pela PIDE, teve uma importância imensa para a organização cultural do processo de independência. Seus trabalhos foram cruciais para o conhecimento daqueles intelectuais e artistas que buscavam, naquele período, redescobrir Angola em um passado distante da influência portuguesa nas terras angolanas. O escritor utilizou as brechas do sistema colonial para divulgar saberes culturais e ajudar na afirmação da identidade nacional de Angola. Com essa estratégia, ele conseguiu alcançar os diferentes setores da sociedade angolana. Partilhou informações sobre a cultura popular que a colonização havia tentado suprimir. Ribas acabou desempenhando um papel

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



fundamental na resistência cultural, mesmo sem estar diretamente envolvido com a luta armada. Suas narrativas ressaltam a exploração da intrínseca ligação entre cultura e relações de gênero. Elas dizem muito sobre as tradições culturais angolanas, sobre a colonização e mesmo sobre a colonialidade após a independência. Óscar Ribas, através da meticulosa reinterpretação de práticas e narrativas ancestrais orais, presentes nos *missossos*, legou um acervo fundamental para a compreensão do *ethos* angolano. Assim, "o trabalho de Ribas foi um dos que intensamente colaboraram para ajudar a configurar um perfil identitário de Angola" (WITTMANN, 2012, p. 64). No caso deste artigo, a atenção foi focada na temática das relações entre cultura e gênero a partir de contos de Oscar Ribas. De modo mais particular, sobre as condições femininas no contexto em que o patriarcado europeu estava sendo imposto pelas instituições coloniais e se mantendo durante o processo de independência.

Bibliografia

Bhabha, Homi K. "Interrogando a identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial". *In O local da cultura*, 104-170. Florianópolis: Repositório Institucional da UFSC, 1998. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1577.

Calivala, David E. "Óscar Ribas: uma viagem etnográfica em torno do romance *Uanga* (*Feitiço*)". Tese de doutorado, Universidade de Lisboa, 2015.

Chaves, Rita. "A literatura e o império lusitano: silêncio e palavra em tempos de exceção". *Revista Brasileira de História* 43, n.º 93 (2023): 61-83. https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-05.

Chaves, Rita. "O passado presente na literatura angolana". *Scripta* 3, n.º 6 (2000): 245-257. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6165988.

Crenshaw, Kimberlé. "A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero". *Cruzamento: raça e gênero* 1, n.º 1 (2004): 7-16. https://aiaangola.org/wp-content/uploads/2024/05/Kimberle-Crenshaw-interseccionalidade.pdf.

Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Traduzido por Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.



Fonseca, Maria Nazareth Soares. "Literatura e oralidade africanas: mediações". *Revista Mulemba* 14, n.º 2 (2016): 12-23. https://doi.org/10.35520/mulemba.2016.v8n15a5327.

Marzano, Andrea. "Angola: apontamentos para uma história social da cultura". *Africana Studia* 34 (2020): 13-31. https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/10502.

McClintock, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

Padilha, Laura Cavalcante. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana no século XX*. Niterói: EDUFF, 2007.

Pereira, Márcio Roberto. "Espaços de violência e do exílio social em *Ecos da Minha Terra*". *In Anais do 12.º Congresso Internacional Centro – Centros – Ética, Estética*. Curitiba: UFPR, 2011.

Ribas, Óscar Bento. (1951) Uanga (Feitiço). Romance folclórico angolano. Lisboa.

Ribas, Óscar Bento. (1958) Ilundo. Divindades e ritos angolanos. Luanda.

Ribas, Óscar Bento. *Ecos da minha terra: dramas angolanos*. Luanda: Edições Maianga, 2004.

Secco, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. "Óscar Ribas e as literaturas da noite: a exímia arte de sunguilar". *Navegações* 3, n.º 2 (2010): 193-199. https://revistaseletronicas.pucrs.br/navegacoes/article/view/8441.

Sousa, Maria Teresa de Jesus Cardoso Pinto de. "Óscar Ribas: a oralidade que se escreve". Tese de doutorado, CLEPUL, Lisboa, 2009.

Wittmann, T. "O realismo animista presente nos contos africanos: Angola, Moçambique e Cabo Verde". Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.



O CORPO FEMININO NA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980: A MORENIDADE DO CORPO BRONZEADO EM FORTALEZA (CE)

Diocleciana Paula da Silva[1]

Ao longo dos séculos, o corpo é pensado e representado (CHARTIER, 2002) por valores culturais, sociais e econômicos, seja nu ou vestido (CORBIN, 2008). Além de uso de adornos, roupas e estilos de vida que podem ser adquiridos com dinheiro, o corpo se tornou um elemento de diferenciação no mundo burguês, pois as dimensões corporais, pele, cabelos demandam um poder aquisitivo constante, gerando um consumo permanente.

> As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de perceção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classe sociais; aspiram a universalidade, mas sempre são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros, produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo legitimar escolhas (CHARTIER, 2002, p.17).

Corpo e cor andam juntas na formação da identidade nacional, tendo passado por um período de silencio sobre cor e raça refletida no AI-5[2] durante o regime militar. Com a abertura política na metade dos anos 1980, passamos a vivenciar um fenômeno social de culto ao corpo bronzeado e a praia, o "corpo bem-feito" bronzeado de sol. A cultura de massa adere a causa e promove músicas, matérias, novelas, revistas, programas de TV e rádio sobre o corpo e cor, principalmente feminina.

Nesse sentido, o apelo midiático a uma cor de pele bronzeada pelo sol marca a década por sua irreverência na exposição corporal, principalmente feminina, e através da padronização

---

[1] Historiadora, professora formadora de EaD em história, doutoranda do programa de pós-graduação em história da UFSC. Esse artigo é parte de uma discussão feita na tese que se encontra em processo de pesquisa de fontes. dioclecianapaulasilva@gmail.com

[2] Durante o regime militar no Brasil (1964-1985) foram implementados os Atos institucionais (AI) para conter as divergências populares contra o governo. Dentre os Ais o número 5 considerado o mais duro do regime, proibia a discussão sobre cor e raça em benefício da mestiçagem e democracia racial (PEDRETTI, Lucas. Dançando na mira da ditadura, bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970. Rio de Janeiro/ Arquivo nacional, 2022.

do bronzeamento como uma moda e estilo de vida a serem seguidos, criando uma expectativa de sensualidade e poder nas mulheres que tinham a pele bronzeada.

Assim, esse artigo tem como problemática refletir sobre os marcadores da mídia para a construção do imaginário da morena bronzeada, como referência de identidade nacional, reforçando a premissa da democracia racial, destacada pelo regime militar. As fontes utilizadas são as revistas Capricho e jornais locais que propagam a beleza morena de sol, o padrão fenótipo de beleza a ser almejada.

Sendo o Brasil um país miscigenado por três grupos raciais (indígenas, negros e brancos), tal mesma mistura é alvo de discussões e racialidade.

Considerando a ciência da eugenia na metade do século XIX e os seus impactos na historiografia brasileira, cria-se um ideia de que o Brasil teria uma democracia racial devido sua ausência de conflitos diretos entre os grupos raciais e pelo processo de branqueamento da sociedade, tendo como projeto do governo o incentivo às relações interraciais entre negros e imigrantes europeu.

Nesse contexto, Gilberto Freyre na sua obra Casa Grande e Senzala (1933) enaltece a mulata brasileira, resultado da mistura de negro com branco, como um símbolo de sensualidade sexual que foi vendido com ideologia para o mundo ocidental. Contudo, a mulata ficou estigmatizada como símbolo de sensualidade voltada para o sexo, caracterizado como o seu maior "atributo".

Em sua historiografia, a formação brasileira foi pautada pela miscigenação dos três povos, o que nos trouxe muitos elementos de conflitos, diante da classificação da ciência eugenista em povos superiores e inferiores. Aos superiores a mistura não se aplica como uma racialidade, nem se usa essa denominação para os europeus.

> O termo miscigenação é um termo problemático, porque não falamos de miscigenação entre duas pessoas brancas. Uma pessoa branca da França que se casa com uma pessoa branca da Alemanha e tem um filho, ninguém vai dizer que o filho é miscigenado. Porque ser branco é a norma, é a regra. Falar de miscigenação é antecipar o fato de que o elemento indígena, negro ou asiático é o elemento adverso, é o ponto fora da curva, o elemento dissonante daquilo que é a regra da beleza, intelecto e competência. O próprio termo tem como pressuposto que eu tenho uma norma e uma dissonância, quando sabemos que em termos raciais não temos diferença nenhuma. (Alessandra DEVULSKY, 2021, sem p.)

A racialização da miscigenação brasileira se dá na morenidade, que terá dois momentos distintos, o de Freyre (1933) na primeira república em que a mulata se restringe a uma Hiper sensualização no imaginário masculino, mas sem inclusão social. O segundo momento será nos



anos 1980 se ampliando para as negras de pele clara, que bronzeam ao sol, usado termo de corpo dourado.

> Morenidade parece ser uma espécie de palavra de ordem na cidade, a conquista de uma cor considerada a perfeição do corpo. O que por sua vez, indica um aspecto essencial ao charme da praia: é o locus por excelência da exibição corporal. O corpo seminu de seres humanos de ambos os sexos no mesmo local, sendo estes em sua maioria inteiramente estranhos uns aos outros, configura uma situação sui generis. (FARIAS, 2002 pag. 264)

A morenidade de sol dos anos 1980 parece ter um propósito de unidade no padrão de beleza, corpo e cor que se constrói na praia, criando uma distinção social de quem tem a pele dourada pelo sol.

> (...) A praia dessa forma, é uma experiencia coletiva que une o máximo de descontração com o máximo de estranheza, realizando-se num espaço aberto, público, gratuito.
> Além dessas considerações gerais sobre a associação entre praia e corpo, falar de praia é falar também de um aspecto físico específico: a cor. (FARIAS, 2002 pag. 264)

Farias faz uma análise sobre o uso da praia para a construção de uma tonalidade de pele bronzeada que marca uma identidade nacional. A cor produz uma sensualidade que será propagada nos anúncios publicitários, nas colunas de beleza de revistas femininas, nas músicas, nas novelas e nas Mídias como um todo.
Nesse artigo, vamos problematizar anúncios e matérias que incentivam as mulheres de pela clara a ser a morena de sol. Essa sensualidade também será construída em torno de apagamento ou correção dos fenótipos raciais negros e indígenas em truques de beleza ou mesmo intervenções medicas.



Figura 1 Revista Capricho janeiro de 1980

Os bronzeadores são uns dos produtos mais divulgados na publicidade de revistas, ao mesmo tempo que explica sobre o uso mostra o efeito sensual que vai produzir nas mulheres que usarem. Vejamos que o jogo das duas cores, a original a mostra pelas marcas do chamado decalque, um adesivo que cria uma tatuagem provisória de sol. A dualidade entre o dourado ocasionado pelo sol e a cor natural clara é símbolo de sensualidade. O decalque no seio nos mostra exposição corporal feminina.

> Normalmente, as afro-brasileiras de origem mista ou com características físicas mais europeias são consideradas mais atraentes. Além disso, em geral as mulheres de visível ascendência africana são construídas como não sexualizadas e, frequentemente, como trabalhadoras assexuais ou, ao contrário, como prostitutas [19]. A aparência não apenas carrega um peso diferencial para homens e mulheres, mas diferentes estereótipos relacionados às mulheres negras se apoiam em crenças sobre sua sexualidade. Essas ideias remontam às noções de identidade nacional, usando raça, gênero, sexualidade e cor como fenômenos interseccionais (HILL COLLINS, 2020, p.44).

O conceito de beleza brasileira que se construiu no período, favoreceu a afro-brasileira de pele clara que transita nos dois espaços das camadas sociais. Os conselhos de beleza e corpo propagados na revista são pautados características individuais relacionadas a racialização. O bronzeamento é uma ferramenta que traveste momentaneamente a negra de pele clara.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

Contudo, o discurso proferido busca uma unidade na cor, como uma identidade inata da brasileira.

O mito da democracia racial ao longo da década de 1980 se fortificou dentre outros elementos com essa morenização que podemos considerar atualmente como uma parditização da sociedade, termo atual que está sendo muito discutido pela sociedade, principalmente nas redes sociais. Se temos a morena de pele clara que bronzeia nos anos 1980 temos a parda clara atual que fica no meio entre brancos e negros.

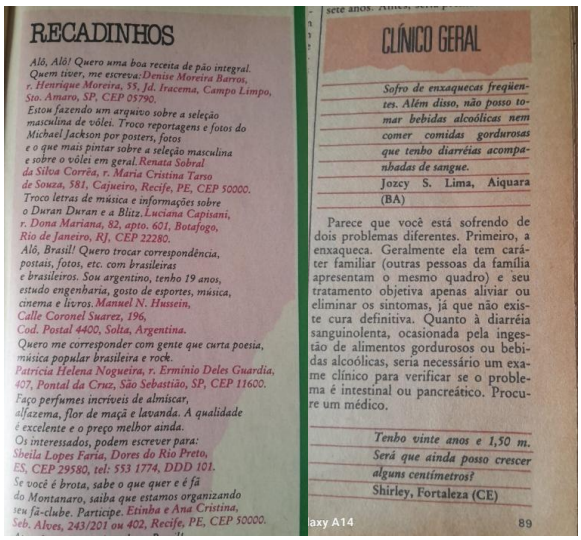
As revistas femininas para mulheres jovens na década de 1980, trazem nas suas colunas de embelezamento o bronzeamento e está em boa forma. Somente a cor não basta para ser a morena brasileira. A revista Capricho, da editora Abril, criada nos anos 1950 para as mulheres modernas da época e vai se transformando ao longo do tempo até ser a revista da "gatinha" gíria para as jovens dos anos 1980 (MIRA, 2001)

Como o século XX os periódicos são muito utilizados como meio de comunicação entre os estados, principalmente no Sudeste mais desenvolvido que dita comportamentos e estilos de vida, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. As revistas promovem um fascínio de saber o que acontece no centro cultural do país e a moda. A intimidade que a leitora tem com seu exemplar mostra sua influência.

As revistas trazem elementos mais particulares, pois são de conteúdo específico e ricas em imagens e artigos que vão formando opinião e uma identidade.

> "Através de uma narrativa do "eu", a leitora pode fortalecer seu ego, recuperar sua autoestima e tentar realizar em sua vida as mudanças que a própria revista e o próprio movimento das mulheres lhe propõem. Porém nos anos 80 e 90, o valor e controle de si estarão cada vez mais relacionados ao corpo. (..) A construção da auto-imagem, da identidade feminina (e masculina, como veremos), deixa de se referir apenas á moda e seus artifícios para inscrever-se mais profundamente no corpo, na forma física. (MIRA, 2001, pág. 146)

A revista Capricho tem uma comunicação com todas as regiões do país, podendo ser constatada nas colunas abertas para as leitoras se expressarem, seja elogios, dúvidas, conselhos relacionados a beleza, corpo e comportamento. Observamos várias colunas em que permite a comunicação entre revista e leitoras, o que evidencia a sua grande influencia sobre as mulheres no período.



RECADINHOS

Alô, Alô! Quero uma boa receita de pão integral. Quem tiver, me escreva: Denise Moreira Barros, r. Henrique Moreira, 55, Jd. Iracema, Campo Limpo, Sto. Amaro, SP, CEP 05790.
Estou fazendo um arquivo sobre a seleção masculina de vôlei. Troco reportagens e fotos do Michael Jackson por posters, fotos e o que mais pintar sobre a seleção masculina e sobre o vôlei em geral. Renata Sobral da Silva Corrêa, r. Maria Cristina Tarso de Souza, 581, Cajueiro, Recife, PE, CEP 50000.
Troco letras de música e informações sobre o Duran Duran e a Blitz. Luciana Capisani, r. Dona Mariana, 82, apto. 601, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22280.
Alô, Brasil! Quero trocar correspondência, postais, fotos, etc. com brasileiras e brasileiros. Sou argentino, tenho 19 anos, estudo engenharia, gosto de esportes, música, cinema e livros. Manuel N. Hussein, Calle Coronel Suarez, 196, Cod. Postal 4400, Solta, Argentina.
Quero me corresponder com gente que curta poesia, música popular brasileira e rock. Patrícia Helena Nogueira, r. Erminio Deles Guardia, 407, Pontal da Cruz, São Sebastião, SP, CEP 11600.
Faço perfumes incríveis de almíscar, alfazema, flor de maçã e lavanda. A qualidade é excelente e o preço melhor ainda. Os interessados, podem escrever para: Sheila Lopes Faria, Dores do Rio Preto, ES, CEP 29580, tel: 553 1774, DDD 101.
Se você é brota, sabe o que quer e é fã do Montanaro, saiba que estamos organizando seu fã-clube. Participe. Etinha e Ana Cristina, Seb. Alves, 243/201 ou 402, Recife, PE, CEP 50000.

CLÍNICO GERAL

Sofro de enxaquecas freqüentes. Além disso, não posso tomar bebidas alcoólicas nem comer comidas gordurosas que tenho diarréias acompanhadas de sangue.
Jozcy S. Lima, Aiquara (BA)

Parece que você está sofrendo de dois problemas diferentes. Primeiro, a enxaqueca. Geralmente ela tem caráter familiar (outras pessoas da família apresentam o mesmo quadro) e seu tratamento objetiva apenas aliviar ou eliminar os sintomas, já que não existe cura definitiva. Quanto à diarréia sanguinolenta, ocasionada pela ingestão de alimentos gordurosos ou bebidas alcoólicas, seria necessário um exame clínico para verificar se o problema é intestinal ou pancreático. Procure um médico.

Tenho vinte anos e 1,50 m. Será que ainda posso crescer alguns centímetros?
Shirley, Fortaleza (CE)

89

Figura 2 Revista Capricho, out 1984 págs. 101 e 89

Nessas duas colunas "Recadinhos" e "O Dr. Responde" podemos constatar o alcance da revista, nas demais regiões e até na Argentina. Observamos a diversidade de estados, marcando a força ideológica da revista sobre suas leitoras na construção de um padrão de beleza morena de sol para as mulheres mestiças de pele clara, constatando nossa problemática.

Ao longo da década de 1980, as temáticas da revista são justamente o embelezamento do corpo, cor bronzeada, comportamento e cultura que vão estar relacionada com o estilo de vida que evidencia o corpo, principalmente o feminino.

A tonalidade da pele bronzeada é um ponto que está sempre sendo discutido nas páginas da revista, seja por ser pouco ou em demasia os conselhos de voltam para uma tonalidade única, como na coluna: Bonita sob o Sol de janeiro de 1982


O bronzeado mais bonito é aquele que deixa uma tonalidade dourada, e não escura demais. Este, normalmente, deixa a pele mais espessa e acentua os defeitos do rosto. É preciso lembrar que é aos 15 anos que se começa a preparar a pele dos 40-50. Portanto, nada de exageros se quiser ter uma pele bonita mais tarde. Desfrute do sol, sim, mas com muita moderação.

Figura 3 Coluna Bonita sob o Sol, Capricho jan 1982

Os conselhos da coluna, evidencia que o bronzeamento tem um limite, o tom dourado que não pode ser ultrapassado e se tornar escuro, justificado por efeitos negativos como "pele mais espessa e acentua os defeitos do rosto". A pele espessa se relaciona com a pele negra e os "defeitos do rosto" seria encoberto pelo tom claro e dourado? As modelos da revista são sempre mulheres jovens de pele clara, salvo uma discussão especifica sobre a pele negra, que nunca estão nas capas e sim, dentro de determinados pontos.

Há uma linha tênue entre os tons de bronzeamento entre ficar com o tom dourado e o mais escuro, denotando outra raça que fica subliminar na matéria. Podemos considerar que há um direcionamento de classe e raça a ser atingido pela editora.

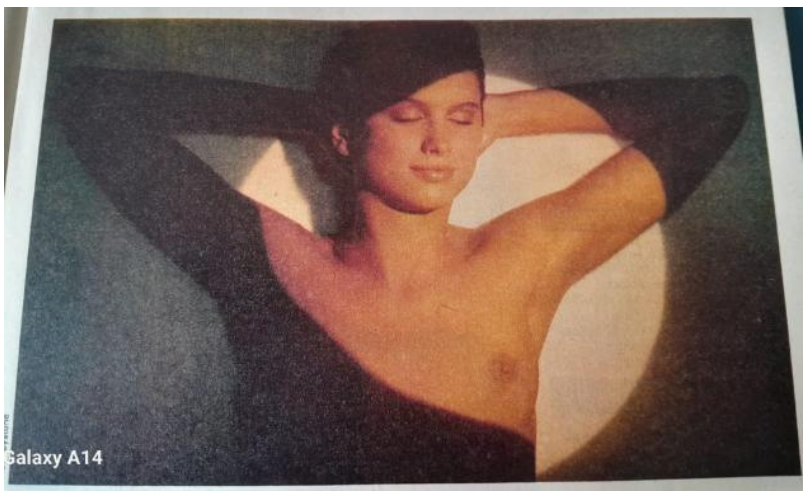


Figura 4 Capricho, Bonita sob o sol jan, 1982 pag 53

O incentivo ao bronzeamento tem sempre uma referência de mulher jovem de pele clara, o discurso se posta hegemônico na beleza e sensualidade que o tom dourado proporciona as mulheres. Vejamos que essa imagem reforça a exibição do corpo, no caso com o seio a mostra e uma tonalidade dourada que as mulheres pardas claras conseguem ao sol. O fenótipo branco da modelo incentiva as mulheres da mesma cor a busca tonalidade bronzeada brasileira.


Bonita sob o sol

Declare guerra à celulite

Existe uma relação direta entre a boa circulação e a eliminação das toxinas que provocam a celulite. Esta eliminação pode acontecer através da transpiração, da urina e das fezes. O que fazer na praia?
● Você pode usar cremes à base de parafina (Parafinil, da Dermabel), que ajudam a intensificar o calor do sol nas regiões afetadas, e assim combater a celulite pelo processo de eliminação pelos poros.
● Outra sugestão é sentar-se na praia e cobrir-se da cintura para baixo com areia — espécie de sauna.
● Ótimo ainda é caminhar na beira d'água, deixando as ondas baterem nas coxas, culote e nádegas, dificultando o andar. A água do mar contém algas marinhas e iodo, excelentes no combate à celulite. Portanto, se está numa praia, nada melhor do que aproveitar.

Figura 5 Capricho, Bonita sob o sol jan 1982 pag.52

Mesmo sendo o bronzeamento para mulheres mestiças que mudam a tonalidade ao sol, nas páginas da revista, não há mulheres mulatas escuras, somente brancas e pardas claras. Os elementos trabalhados nas imagens da revista, além da pele, temos as formas corporais sensuais, o corpo nu ou seminu, como podemos ver na imagem acima.

Esse formato nos leva a refletir que para além da divulgação do bronzeamento há um recorte social e racial. Mulheres que frequentam a praia, utilizam dos recursos de bronzeamento e academia para tonalizar o corpo, se distingue das demais que estão fora desse estilo, mas que também almejam.

O discurso da revista é de universalidade já que seu alcance é global, considerando a interação entre leitora e editora. Contudo, há uma invisibilidade do grupo negro e indígena, que não são mencionados e nem apresentados nas imagens e nas colunas. A revista trabalha com elementos racializados dentro de uma perspectiva de identidade nacional, buscando misturar elementos "mestiços" nas mulheres de pele clara, dando uma perspectiva de branqueamento brasileiro.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



Figura 6 Capricho, transforme seu rosto, agt, 1982 pag 46

Na coluna transforme seu rosto, faz parte de uma interação entre revista e leitora, são escolhidas através de cartas enviadas para a editora Abril. A transformação e análise são feitas por profissionais de beleza, que prometem realçar o que tem de melhor e disfarçar os chamados "pontos fracos". O perfil das leitoras apresentadas são mulheres com fenótipos mestiços de pele clara. Podemos observar nas análises e transformações que o padrão de beleza é o branco com destaques para os traços miscigenados como corte de cabelo.

Na análise de Dirce Helena seu ponto forte são o "nariz delicado", "boca perfeita" e "rosto oval". Ou seja, fenótipos do padrão europeu que são muito enaltecidos como de alta beleza física. Os pontos fracos são contornáveis com maquiagem. O corte de cabelo ondulado demarca moda vigente. Nas duas imagens mostram os traços raciais do nariz que é mencionado como negativo e o cabelo não será mencionado porque está dentro do padrão da moda vigente, cabelos ondulados, crespos ou encaracolados, nunca encarapinhados e nem lisos.

As leitoras que são escolhidas também são todas brancas com fenótipos mistos que são apontados como forte e fracos pela coluna.



Figura 7 Capricho, transforme seu rosto, agt , 1982 pág. 44



Figura 8 Capricho, Transforme seu corpo agst,1982 pag 42

Vejamos que as duas leitoras que tiveram a transformação são brancas e uma loira. Mara Ziravello, tem seus pontos forte, "cabelo volumoso", "dentes bonitos" e "olhos claros" Dentre seus pontos fracos está o "nariz largo". Aurea Gomes Lopes, tem seus pontos forte "olhos expressivos e "sorriso aberto". Seus pontos fracos, "nariz largo" e "cabelos lisos"
A análise das leitoras se pauta em fenótipos raciais negros e brancos. O nariz largo destacado negativamente nas duas mostra a racialização, o cabelo liso como ponto fraco denota a moda vigente que busca reforçar a mestiçagem colocando os cabelos crespos no topo da moda em detrimento dos lisos considerados fora da moda.
Dirce Helena já tem de positivo o "nariz delicado" e as duas de negativo o "nariz largo". Considerando que o nariz é um dos critérios de racialização de um povo, nos evidencia a mestiçagem das três leitoras transformadas. Contudo, os profissionais fazem uma análise racializada para minimizar os traços negroides como o nariz.



Os critérios utilizados pelos profissionais nos revelam que há uma busca de reforçar a mestiçagem nas mulheres de pela clara. Ao classificar pontos fracos e fortes racializando os traços negroides como o nariz largo, incentiva as outras leitoras a reconhecer que seu nariz largo é um ponto fraco de beleza e que pode ser minizado por truques de beleza.
Se ao longo do século XX a beleza esteve relacionada a maquiagem e roupas que marcam o corpo nas suas, ora mais vestida ou menos vestida como a minissaia. Nos anos 1980 essa regra do vestuário muda completamente e temos o corpo como a própria moda. A beleza vai estar no tom de pele, as formas corporais, de ambos os sexos, mas o corpo feminino será o mais exibido na sociedade em geral.

> O mito da beleza foi institucionalizado nas duas últimas décadas, como um transformador das mulheres e a vida publica. Ele liga a energia feminina à máquina do poder, alterando essa máquina o mínimo possível para aceitar a energia. Ao mesmo tempo, da mesma forma que o transformador, ele reduz a energia feminina em seu ponto de origem. Age assim para garantir que a máquina do sistema de fato recebe a energia das mulheres de uma forma conveniente à estrutura do poder. (WOLF, pag.31. 2018)

Naomi Wolf, faz uma reflexão sobre o mito da beleza feminina no aprisionamento das imagens nas duas últimas décadas do século XX. Com a tecnologia e ciência voltada para a construção de corpos padronizados a um tipo beleza que será vendido como moda, faz com que as mulheres busquem incessantemente uma imagem perfeita. Imagens que são construídas pelos truques de fotografia nos anos 1980 e 90 Photoshop anos 2000 e a Inteligência Artificial (IA) na atualidade. Esses elementos reforçam a estrutura de poder patriarcal capitalista, nos anos 1980 busca a unidade mestiça na morenidade.

Conclusão

Durante a virada do século e consolidação da comunicação instantânea inaugurada pela internet, abrindo um leque de possibilidades para as sociedades e na mudança de paradigmas cristalizados desde a idade moderna, criando formas de se pensar os métodos científicos, principalmente na ciência histórica. O giro decolonial, principalmente na América latina, descortinou muitos elementos que estavam invisibilizados pelo eurocentrismo e o sistema mundo (BALLESTRIN, 2013)
Segundo Jurandir Freire Costa (2004), dentre fatores que elevaram o culto ao corpo físico no final do século XX, está o político da época o "desinvestimento nos temas políticos tradicionais tais como conflitos de classe, sociedade e estado, deslocou os interesses para



questões da esfera social como conflitos raciais, sexuais e geracionais" gerando um debate em que as diferenças biológicas se tornaram fundamentais para a construção de identidades pessoais e sociais. (COSTA,2004)

Diante da dinâmica do século XXI, as fontes históricas sofreram maior ampliação, graças a uma releitura empreendia pela história global, nos levando a rever os métodos de pesquisa em história. Esse novo olhar do historiador está presente nas "novas" e "velhas" fontes, que passaram desapercebidas ou mesmo invisibilizadas pelo olhar do outro.

Desses temas identitários que premeiam a sociedade no final do século XX a especificidade do corpo bronzeado dos anos 1980 nos instiga a uma reflexão sobre esse momento de construção de uma identidade racializada num contexto da mestiçagem.

Um outro olhar dado para as revistas nos descortina vários elementos de distinção e racialização como o apresentado nesse artigo. O discurso da morenidade de sol em pessoas pardas claras e escuras com imagens de mulheres branca. O alcance das publicações da revista nos releva que há a propagação da morena de sol nas mulheres de pele clara invisibilizando a mulher negra e parda escura. Essa escolha da revista nos leva a crê que há um projeto ideológico de afirmação da democracia racial e ainda o suposto branqueamento do Brasil, pois a morena de sol nas revistas são mulheres pardas de pele clara.

A sensualidade é trabalhada na cor bronzeada e nas formas, o corpo exposto nas páginas da revista quando se refere ao bronzeamento deixa explicito o apelo midiático da sedução da cor. Contudo, nas páginas das revistas somente as pardas claras são apresentadas, o que nos faz refletir que também afirmam além da democracia racial, o branqueamento da brasileira.

A pesquisa de tese se encontra em andamento e esse artigo teve como objetivo fazer uma análise sobre o discurso da revista e suas imagens. Um discurso moreno em imagens brancas, racialização dos fenótipos das mulheres que aparecem na revista, como um forte elemento de afirmação do branqueamento e democracia racial. A morena brasileira se transforma na dourada de sol e símbolo de sensualidade e beleza brasileira, invisibilizando os demais grupos, negros e indígenas.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp 89-117.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.



CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Difel: 2002

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs). **História do corpo 3.** As mutações do olhar. O Século XX. Petrópolis, RJ. Vozes 2008.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Trad. Rane Souza-SP, Boitempo, 2020.

COSTA. Jurandir Freire. **O Vestígio e Aura:** corpo e consumismo na moral do espetáculo. RJ. Ed Garamond, 2004.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021. (Djamila Ribeiro).

FARIAS, Patrícia. **Corpo e Classificação de cor numa praia carioca** in: GOLDENBERG, Mirian. Nu e Vestido: Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro/ São Paulo. Ed. Record, 2002

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade:** Presentismo e Experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas:** a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

PEDRETTI, Lucas. **Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970**. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional, 2022

WOLF, Naomi. **O Mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos, 2018



GOLPES E FRAUDES DIGITAIS NA SOCIEDADE CONECTADA: ARTE, PODER E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Carla Gonçalves Távora[1]

Introdução

A expansão das tecnologias digitais no Brasil transformou práticas sociais, econômicas e comunicacionais, ao mesmo tempo em que inaugurou novas dinâmicas de poder no ambiente virtual, como os Golpes e as Fraudes digitais. Esses fenômenos apresentam estruturas complexas de poder, manipulação e controle das questões criminais sobre o meio digital. Diniz; Muggah e Glenny (2014) explicam que o Brasil enfrenta ameaças cibernéticas com motivação econômica.

Os Golpes e Fraudes Digitais são considerados estelionato, conforme o Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848/1940, no Art. 171, como: "Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento" (BRASIL, 1940). Em outras palavras, o Golpes e Fraudes Digitais são o estelionato da Era Digital com práticas para induzir a vítima ao erro para obter uma vantagem (TÁVORA et al., 2025).

Os Golpes e as Fraudes Digitais são práticas de manipulação sofisticadas por causa da evolução tecnológica ao se aproveitar de vulnerabilidade e desigualdade sociais perante à falta de literacia digital. Este estudo analisa a trajetória dos crimes cibernéticos no país, compreendendo-os como fenômenos históricos que refletem desigualdades no letramento digital, produzindo vulnerabilidades que afetam diferentes grupos sociais.

Com o crescimento exponencial do uso de tecnologias digitais na sociedade, paralelamente, surge os riscos à segurança com os Golpes e as Fraudes Digitais. Os ataques do cibercrime não são realizados de forma homogênea, mas incidem sobre as pessoas com maior vulnerabilidade informacional e social. Dessa forma, justifica-se a realização deste estudo para compreender os Golpes e as Fraudes Digitais para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e conscientização mais inclusivas e eficazes em busca da transformação social.

[1] Estágio Científico Avançado de Doutoramento em Engenharia no Centro de Investigação ALGORITMI (ALGORITMI) da Universidade do Minho/Portugal. Doutoranda em Mídia e Tecnologia na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/Brasil.



Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender os Golpes e as Fraudes Digitais como fenômenos históricos e sociais de uma sociedade conectada. Portanto, a pesquisa será desenvolvida por meio de um levantamento bibliográfico e análise de dados estatísticos para estabelecer relações entre o crescimento dos crimes digitais, as desigualdades no acesso e uso das tecnologias e as vulnerabilidades sociais decorrentes. Como parte do Projeto Educacional da Tese, aprovada pelo Comitê de Ética do Brasil n.º 76997524.8.0000.5663, para o desenvolvimento de uma ação educativa para a redução de fluxos financeiros ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado, conforme o Objetivo 16.4 da Agenda 2030.

O cibercrime no Brasil

A trajetória dos crimes cibernéticos no Brasil acompanha a popularização das tecnologias digitais, além dos dispositivos móveis e das redes sociais, assim, observa-se uma transformação na sociedade. Diante disso, as práticas criminais tornam-se mais sofisticadas e acessíveis para o executado e o alvo. Nesse contexto, emergem com maior intensidade os Golpes e as Fraudes Digitais.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) indiciou que ocorreu 426,8 mil registros em 2018 e atingiu 1,26 milhão em 2021, um aumento de 180% em 3 anos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) complementa que, em 2022, registrou 1,8 milhão de casos e, em 2023, alcançou 1,9 milhão. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025) informa que em 2024 totalizou 2.166.552 casos. Há um registro de 4 golpes digitais por minuto. Enquanto, roubos tiveram uma redução de 51% desde 2018.

Diante disso, a consolidação de plataformas digitais como espaços centrais da vida cotidiana ampliou a migração do crime para esses espaços, o que antes exploravam a falta de segurança na rua, atualmente, exploram as vulnerabilidades técnicas, comportamentais e emocionais dos usuários.

O Governo do Brasil construiu um Glossário de Tipologias de Fraudes e Golpes Digitais (2025) com 41 tipos de Golpes e Fraudes Digitais, o Quadro 1 apresenta esses tipos e suas práticas.



Quadro 1. Glossário de Tipologias de Fraudes e Golpes Digitais

Nº	Tipos	Práticas
•	Falsa Transação	Prática em que o criminoso, de má-fé, realiza uma transação ou solicita a prestação de um serviço e posteriormente apresenta contestação para receber o estorno do valor gasto sob falsa alegação de ter sido vítima de golpe, fraude ou coação.
•	Bilhete Premiado	Criminoso enganar a vítima alegando a existência de prêmio que pode beneficiá-lo. Em razão disso a vítima realiza transferências acreditando que está adquirindo bilhete premiado, pagando taxa para receber o suposto prêmio ou ajudando a pessoa que o abordou a resgatá-lo.
•	Clonagem de Tarja de Cartão	Criminoso instala artefato em terminais (como caixas eletrônicos e "maquininhas") para capturar dados de cartões de vítimas e os utiliza em transações indevidas ou não autorizadas. Essa situação ocorre inclusive em transações realizadas no exterior, onde ainda não há cobertura total de máquinas que efetuam a leitura de chip.
•	Conta Segura/Agência Investigada	O criminoso entra em contato com a vítima, se apresenta como autoridade policial e informa sobre uma suposta investigação envolvendo funcionários da agência com a qual a vítima mantém relacionamento. Em seguida, induz a vítima a transferir o saldo da conta-corrente para uma "conta segura", sob o argumento de preservar seus recursos.
•	Extorsão por Ameaça de Divulgação de Conteúdo Íntimo	Forma de chantagem em que o criminoso ameaça divulgar conteúdo íntimo ou sexual de outra pessoa (como fotos ou vídeos) para obter pagamentos de valores por pix ou criptoativos.
•	Extorsão/Coação	Vítima é constrangida mediante violência ou grave ameaça a realizar transações financeiras para conta bancária indicada pelo criminoso.
•	Extravio de Cartões	Criminoso extravia cartão da vítima junto ao serviço de correio, enganar a vítima para obter informações necessárias à sua liberação e efetua compras com o cartão.
•	Falsa Central	Criminoso contata a vítima por ligação telefônica, videochamada, SMS ou aplicativos de mensageria (WhatsApp) e se passa por representante de instituição financeira. Utilizando-se de diversas abordagens, como informar que há suposto alerta de compra em cartão, que há irregularidades na conta ou que dados cadastrados estão incorretos, o criminoso induz a vítima a realizar transações financeiras, instalar aplicativos maliciosos ou fornecer dados pessoais.
•	Falsa Dívida	Criminoso finge ser representante de determinada empresa ou instituição pública por telefone, página de Internet falsa, SMS, ou redes sociais. Neste contato é apresentada a necessidade de quitação de suposta dívida e solicitado à vítima que efetue o pagamento, podendo ainda ser oferecido desconto para a quitação.



•	Falsa Reserva	Criminoso entra em contato por meio do chat do site ou do aplicativo de reserva de hospedagem ou de restaurante. Fingindo ser gerente ou funcionário do estabelecimento ele afirma que é necessário realizar o pagamento total da reserva para evitar o seu cancelamento.
•	Falsa Taxa	Criminoso envia mensagens falsas informando a necessidade de pagamento de taxa para liberação de uma encomenda transportada via serviços de entrega (ex.: Correios) ou que se encontra na Alfândega. É usual que a mensagem contenha link com direcionamento para uma página falsa, imitando sites oficiais.
•	Falsa Venda	Criminoso divulga oferta falsa por meio de anúncio falso. Muitas vezes, é oferecida para a vítima a oportunidade de compra direta de bens e serviços por valores mais vantajosos, do que o anunciado.
•	Falso Advogado	O criminoso identifica processos vinculados à vítima e faz contato, podendo se passar por advogado ou representante do Poder Judiciário. Em seguida, induz a vítima a realizar transferências sob a falsa alegação de quitação de taxas processuais, recebimento de precatórios ou herança.
•	Falso Auxílio ou Caridade	Criminoso realiza abordagem presencial ou através de páginas falsas na Internet sobre supostas campanhas de caridade. Vítima é induzida a realizar transferências para instituição beneficiária, sendo que os dados informados foram adulterados para que a doação fosse enviada ao criminoso.
•	Falso Benefício Social	Golpista se passa por funcionário de instituição financeira ou órgão público e contata a vítima alegando que ela tem direito à aposentadoria ou outro benefício social. O criminoso solicita dados ou transferências financeiras para garantir o acesso ao suposto benefício.
•	Falso Contato do Reclame Aqui	O criminoso utiliza informações públicas de sites de registro de reclamações de consumidores para contatar a vítima, fingindo ser representante da instituição reclamada. Informa falsamente que o valor questionado será ressarcido, condicionando o pagamento à quitação de uma suposta taxa de serviço.
•	Falso Emprego	Criminoso se passa por empresa ou recrutador e divulga falsas vagas de emprego. As ofertas geralmente incluem salários altos e benefícios atrativos para a realização de tarefas simples, como responder a pesquisas ou realizar avaliações online. Depois de atrair a vítima, o criminoso pede informações pessoais ou financeiras, muitas vezes cobrando uma taxa ou comissão para garantir a vaga. O criminoso pode ainda pedir que a vítima assine documentos falsos para ter acesso aos seus dados.
•	Falso Empréstimo	Criminoso apresenta falsa proposta para contratação, renovação ou portabilidade de empréstimo. Geralmente é ofertada redução de juros ou de parcelas e a devolução de parte da diferença entre o empréstimo antigo e o novo. Vítima acredita na proposta, realiza o pagamento de taxas antecipadas



		ou transfere o valor do empréstimo para conta de terceiros mediante orientação do criminoso.
•	Fraude por Familiar/Amigo	O criminoso é pessoa conhecida (parente, colega etc.) da vítima e utiliza seus dados para a realização de transações sem o seu consentimento.
•	Falso Intermediador	Criminoso se apresenta como corretor ou intermediador confiável para compra de bens ou realização de investimentos. A vítima transfere dinheiro acreditando negociar com profissional legítimo. Por vezes, o criminoso convence comprador e vendedor a atuar como seus intermediários, podendo lesar tanto o comprador quanto o vendedor.
•	Falso Investimento	Criminoso atrai investidores, geralmente por sites da Internet falsos ou perfis fictícios em redes sociais, oferecendo oportunidades de investimento. Para conferir aparência de credibilidade, o criminoso pode usar comprovantes forjados, vídeos com depoimentos falsos, educadores financeiros fictícios, imagens manipuladas de contas bancárias e aplicativos que exibem rendimentos inexistentes. A vítima é induzida a aplicar recursos, pagar taxas para resgates ou comprar criptomoedas, acreditando em promessas de ganhos rápidos, vantajosos e de investimentos sem riscos.
•	Falso Leilão	Criminoso cria site de leilões falso, contendo inclusive fotografias de bens. Após efetuar o lance, a vítima recebe a informação de que venceu o leilão e recebe um termo de arrematação contendo instruções para a retirada do bem e pagamento. Após efetuado o pagamento a vítima não consegue mais contato com o criminoso responsável pelo leilão.
•	Falso Perfil de Redes Sociais ou Aplicativos de Mensagem	Criminoso cópia foto de perfil de redes sociais ou aplicativos de mensageria e, a partir de outro número de telefone, se passa pela vítima. São contatados amigos ou familiares, informado que o número de telefone foi alterado e solicitando envio de dinheiro (com base em razões diversas).
•	Falso Programa de Pontos	Vítima acessa página da Internet falsa acreditando que se trata de canal para resgate ou negociação de pontos em programas de fidelidade; e são efetuadas transações em favor do criminoso.
•	Falso Sequestro	Criminoso contata a vítima e informa, falsamente, que um parente da vítima foi sequestrado. É exigido pagamento para o resgate fictício
•	Fraude Cesárea	O criminoso intercepta o cartão encaminhado por serviços de correio à vítima. O chip original é substituído por versão falsa, sendo inserido o cartão adulterado em envelope a ser encaminhado à vítima.
•	Furto de Conta WhatsApp e/ou outros Aplicativos	O criminoso obtém acesso indevido à conta da vítima em aplicativos de mensageria ou redes sociais. De posse da conta, o criminoso assume a identidade da vítima e solicita valores para terceiros.
•	Golpe da Devolução de Pix	Criminoso faz uma transferência Pix para a conta da vítima. Alegando tê-la feito por engano, solicita que a vítima devolva o valor para outra chave Pix. Em seguida, o criminoso usa o Mecanismo Especial de Devolução (MED)

		para solicitar o estorno do valor original, fazendo com que a vítima devolva o dinheiro e seja debitada novamente.
•	Golpe da Maquininha com visor Danificado	Vítima utiliza "maquininha" para pagamento de compra com cartão e o equipamento apresenta visor danificado. O criminoso digita um valor superior ao que seria o devido, ou então passa mais de uma compra, sem que a vítima perceba. É comum que ocorra em situações como entregas legítimas de delivery, ou em abordagens falsas envolvendo a entrega de presentes ou encomendas, nas quais é solicitado o pagamento de uma suposta taxa de entrega.
•	Golpe da Troca de Cartão	Enquanto a vítima realiza um pagamento em "maquininha" ou utiliza um caixa eletrônico, o criminoso oferece ajuda e a distrai para trocar o cartão ou obter informações para realizar transações não autorizadas.
•	Golpe do Amor	Prática na qual o criminoso finge envolvimento afetivo com a vítima, cria laços de confiança e a convence a realizar transferências de valores.
•	Golpe do Boleto Adulterado	Criminoso envia boleto adulterado em nome de instituição financeira ou loja física ou virtual com a qual a vítima tem relação de consumo. O boleto modificado é pago e o pagamento creditado em conta distinta daquela do beneficiário original
•	Golpe do Motoboy	Criminoso liga para a vítima se passando por funcionário de instituição financeira e informa que o cartão da vítima foi clonado e precisa ser bloqueado. Informa que um motoboy buscará o cartão e que a vítima deve digitar a senha durante a ligação telefônica ou anotar a senha e entregá-la ao motoboy junto com o cartão. Muitas vezes é solicitado que a vítima corte o cartão para trazer mais confiança do procedimento, mas como o chip está intacto as transações ainda podem ser realizadas.
•	Golpe por Uso Indevido de Dados do Cartão	O criminoso usa dados do cartão da vítima (obtidos por vazamento, malware, *phishing*, violência ou invasão de conta) para fazer compras online.
•	Invasão de Conta	O criminoso obtém acesso indevido em um novo dispositivo às contas e aplicativos bancários, podendo ou não efetuar transações.
•	Mão Fantasma	O criminoso induz a vítima a instalar aplicativo de acesso remoto ou extensão maliciosa no navegador. Com o controle do dispositivo, obtém acesso a contas bancárias ou outros serviços e realiza transações financeiras indevidas em nome da vítima.
•	Maquininha de Cartão Infectada	Criminoso instala software malicioso em "maquininha" e captura dados do cartão de uma vítima durante compra em estabelecimento real. Os dados são enviados ao criminoso, que os utiliza para realizar transações fraudulentas.
•	Uso Indevido de Pagamento por Aproximação	Transação realizada pelo criminoso de forma presencial, por aproximação do cartão ou dispositivo móvel da "maquininha", sem inserção do cartão e sem que a vítima perca a posse do cartão

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

•	Retenção de Cartão em Caixa Eletrônico	Cartão da vítima fica retido durante utilização de caixa eletrônico, por meio de dispositivos físicos, e os dados são obtidos por meios ocultos, como teclado falso ou câmeras no caixa eletrônico para gravar a senha, ou ainda abordagem ou observação visual de criminosos. Após a vítima deixar o local, o criminoso retira o cartão do caixa eletrônico e realiza transações indevidas.
•	Sequestro Relâmpago	A vítima é mantida em cárcere por um curto período de tempo, geralmente com o objetivo de viabilizar a realização de saques bancários, transferências via PIX ou compras com cartões e aplicativos financeiros por criminosos, enquanto a vítima está sob ameaça ou coação.
•	Troca de Maquininha do Vendedor	Criminoso troca a "maquininha" de cartão do estabelecimento e a substitui por outra, com as mesmas características físicas, porém de outra titularidade. Assim, todas as transações feitas são destinadas ao criminoso.

Fonte: Governo do Brasil (2025).

Maia e Costa (2023) descrevem que os primeiros crimes digitais foram realizados por especialistas para arquitetar golpes em instituições financeiras, como o caso do Wabbit, um programa autorreplicante para a replicação de código, sem interesse malicioso. Outro ataque foi o Morris Worm em 1988, que se envolveu inadvertidamente e causou interrupções na rede. Portanto, os crimes digitais acompanharam a evolução tecnologia, contudo, atualmente, está em maior destaque por causa da facilidade de aplicação, dependência digital e ampla gama de oportunidades de ganho financeiro.

O cibercrime é intensificado por fatores estruturais, como a rápida expansão do acesso à internet sem o correspondente desenvolvimento do letramento digital. A inclusão digital ocorre de forma desigual, gerando um cenário de vulnerabilidade pela falta de competências necessárias para identificar riscos e práticas ilegais. O Quadro 1 mostra a profissionalização dos crimes cibernéticos, ou seja, uma rede organizada que utilizam os recursos tecnológicos avançados e estratégias sofisticadas para a aplicação do cibercrime, e essas práticas são atualizadas constantemente. O Glossário de Tipologias de Fraudes e Golpes Digitais (Quadro 1) já apresenta desatualização, uma vez que não abordou os Golpes e as Fraudes Digitais com a Inteligência Artificial, Sousa et al., (2025) apontam que a Inteligência Artificial Generativa está sendo utilizada como *deepfakes*, sendo um modo operado de fraudes e golpes online mais sofisticado.

A realidade da sociedade conectada

Os cibercrimes apresentam uma evolução histórico sobre o crime, no início, foi realizado pessoalmente, como nas ruas. Com a tecnologia, foi migrado para o meio digital,

possibilitando o alcance de maiores vítimas com maior anonimato (FIGUEIREDO & MIRÓ LLINARES, 2024). Dessa forma, a trajetória dos cibercrimes revela não apenas a evolução das tecnologias, mas também as desigualdades e fragilidades presentes na sociedade conectada (ANEKE; AKOMOLEDE & YUSUFF, 2025).

Nesta perspectiva, Bora (2025) explica que o Brasil enfrenta uma experiência de brutalismo digital pela falta de medidas robustas de cibersegurança e o uso generalizado de plataformas digitais inseguras o tornam um alvo ideal para cibercriminosos. O avanço tecnológico consolida ainda mais as desigualdades sociais e expõe a população a riscos maiores. Em outras palavras, a transformação digital, atividade criminosa e desigualdade no Brasil torna-se uma ferramenta de poder e um mecanismo de exploração sistêmica.

A tecnologia não atua apenas como meio neutro de comunicação, mas assume o papel de ferramenta para reforçar desigualdades e vulnerabilidades, além de possibilitar o controle social e potencializar estratégias de manipulação. Iuliana (2020) explica que com o anonimato do espaço digital, há um maior poder para a realização de atoa ilícitos, e as pessoas se sentem mais vulneráveis nesses espaços do que na rua com assaltantes, ladrões, etc.

O anonimato é o elemento central para as práticas de manipulação, controle e atividade criminosa, e com a possibilidade de agir sem identificação e responsabilização dos indivíduos, observa-se o fortalecimento de relações assimétricas de poder, onde os indivíduos usam estratégias tecnológicas para se beneficiam da impunidade. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025, p.20) afirma que no Brasil há uma "baixa capacidade do sistema de justiça de processar esses crimes garante a impunidade".

A baixa efetividade na punição dos crimes cibernéticos atua como um fator de incentivo para a continuidade e expansão das atividades ilícitas, perpetuando um espaço de poder para os agentes mal-intencionados explorarem as fragilidades e vulnerabilidade sociais. Kumah et al., (2023) apontam que a desigualdade social como um fator significativo que contribui para o cibercrime. Complementam Wongmahesak; Singh & Kaunert (2025) que a exclusão digital se manifesta na falta de habilidades necessárias para utilizar ferramentas digitais de forma eficaz, propagando desigualdades existentes e impedindo a capacidade dos indivíduos de se protegerem contra ameaças cibernéticas.

Na sociedade conectada é evidenciada pela desigualdade de acesso à internet até o domínio das tecnologias digitais, e o poder no espaço digital aproveita de grupos socialmente vulneráveis, os quais têm menor acesso à educação digital, tornam-se mais suscetíveis à desinformação, à manipulação e a crimes cibernéticos. Neste cenário, torna-se evidente a necessidade de iniciativas voltadas ao letramento digital, como forma de promover inclusão, autonomia e reduzir as assimetrias de poder que se manifestam no ambiente online.



A Educação

O combate ao cenário de poder dos agentes mal-intencionados é por meio de um programa de letramento digital para a capacitação dos indivíduos a reconhecer e evitar ameaças potenciais (ANEKE; AKOMOLEDE & YUSUFF, 2025). Diante disso, foi criado o Projeto Educacional vinculado à Tese, no qual foi concebido uma cartilha com abordagem artístico-educativo, estruturada como produto complementar de divulgação científica e conscientização social. O material apresenta linguagem acessível, elementos visuais e recursos estéticos que facilitam a compreensão do tema, ampliando o alcance da informação e promovendo maior inclusão comunicacional. A cartilha foi reconhecida como uma obra artística realizada pelo Laboratório de Poéticas Fronteiriças no Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil em 2025, sendo exposta de forma virtual no Panorama 6[2]. A cartilha continua em exposição no acervo de um museu virtual inovador.

A cartilha é composta por 25 páginas, a primeira página é a capa, a segunda página é o primeiro caso de golpe digital, o qual foi publicado no livro "*Exploring Cyber Criminals and Data Privacy Measures"* junto de Morgado; Albino; Lima; Távora e Bucchianico (2023)[3], sobre a idosa de 64 anos, vítima de golpe digital pelo smartphone no Brasil. A vítima recebeu uma ligação, a qual atendeu e acreditou que estava falando com a Gerente do Banco, sendo informada que a sua conta foi hackeada e que realizaram transferências. A suposta Gerente instruiu a vítima a contratar um empréstimo e realizar procedimentos de transferência, como a vítima estava assustada e nervosa realizou todos os procedimentos, perdendo R$1.500,00.

A terceira até a vigésima páginas promove orientações para identificar Golpes e Fraudes Digitais, como:

- Na terceira página: não divulgar ou falar dados pessoais (como nome completo, Registro Geral, Cadastro de Pessoas Físicas, número da conta do Banco, senhas, números do cartão de crédito ou débito); e que essa prática é conhecida como Engenharia Social, em que o criminoso busca obter informações da vítima, explorando a tendência natural das pessoas de confiarem umas nas outras.
- Na quarta página: os bancos não solicitam a realização de procedimentos (transferências, PIX, pagamento de boleto, empréstimo) no aplicativo ou website do

[2] Disponível em: https://www.voxels.com/spaces/52cb9352-660e-478a-8bca-0fad99f97910/play
[3] Mateus-Coelho, N., & Cruz-Cunha, M. (Eds.). (2023). *Exploring cyber criminals and data privacy measures*. IGI Global.

banco; e que os bancos não ligam para clientes, não mandam mensagens e não mandam links.

- Na quinta página: os bancos não solicitam informações pessoais e financeiras; e que qualquer pedido por celular deve ser desconfiado.
- Na sexta página: o Detran não solicita o pagamento de multas de trânsito por e-mail. Fique atento a sites falsos e suspeitos que podem estar tentando enganá-lo; e que a Receita Federal não solicita o pagamento de taxas para evitar que seu nome fique sujo.
- Na sétima página: existem casos de e-mails supostamente enviados pelos "Correios", informando que produtos ficaram retidos na alfândega e que você precisa acessar um link para pagar uma taxa e liberá-los; e que é importante desconfiar de e-mails supostamente enviados pelos "Correios".
- Na oitava página: é comum receber mensagens e WhatsApp de contatos se passando por bancos, solicitando que você acesse links ou baixe novos aplicativos bancários; e que essa prática não é autorizada e não faz parte dos procedimentos oficiais dos bancos.
- Na nona página: infelizmente, é comum receber mensagens, WhatsApp, propagandas na internet e e-mails de websites oferecendo produtos ou serviços à venda; e que essas são formas utilizadas por golpistas para alcançar possíveis vítimas.
- Na decima página: Por isso, compras em websites devem ser verificada a procedência dos mesmos, assim como procurar avaliações dos websites no Reclame Aqui[4]. Verificar o website no Site Confiável[5], pois, o mesmo verifica o tempo de registro. Os websites fraudulentos tem pouco tempo de registro, como dias ou semanas, por causa de denúncias;
- Na decima primeira página: o uso de cartão virtual é importante para a realização de compras pela Internet; nos aplicativos de bancos, é possível gerar vários cartões virtuais diferentes de forma contínua; e que você pode manter o cartão virtual bloqueado ou excluí-lo após a compra, o que impede o uso não autorizado por terceiros.
- Na decima segunda página: há pessoas que entram em contato para solicitar códigos; e que esse código permite o acesso e controle de aplicativos.

[4] https://www.reclameaqui.com.br/
[5] https://www.siteconfiavel.com.br/

- Na decima terceira página: lembrando que existem bancos que não solicitam senhas para a realização de transferências ou PIX; e que não repasse código para nenhuma pessoa, independente do motivo.
- Na decima quarta página: existem casos em que pessoas enviam e-mails ameaçando expor conteúdos íntimos, alegando ter instalado aplicativos de vigilância em celulares ou notebooks para capturar vídeos e fotos íntimas; e que esse golpe tem como objetivo assustar as pessoas, fazendo com que realizem pagamentos impulsivamente, sem refletir adequadamente sobre a situação.
- Na decima quinta página: o golpe do PIX ocorre pelo WhatsApp, onde alguém, desesperado, afirma ter feito um PIX errado e pede que você estorne o valor, utilizando ameaças para pressioná-lo a agir rapidamente; e que é fundamental não ceder a esse tipo de chantagem e verificar a situação diretamente, pois essa é uma tática comum para extorquir dinheiro das vítimas.
- Na decima sexta página: além disso, há o golpe do WhatsApp, em que golpistas utilizam fotos de amigos e familiares para solicitar dinheiro, ou se passam por empresas para oferecer "oportunidades" de investimento; e que se receber uma solicitação de ajuda financeira de um amigo ou familiar, entre em contato diretamente por meio de uma ligação.
- Na decima sétima página: o recebimento de boletos desconhecidos deve levantar suspeitas, e é essencial verificar a veracidade do débito com o emissor; e que essa é uma técnica utilizada para chamar a atenção por meio de faturas atrasadas e pendências.
- Na decima oitava página: um golpe popular é a ligação em que criminosos fingem ter sequestrado um “parente” e exigem dinheiro em troca da vida da pessoa; e que os idosos têm uma maior probabilidade de não lembrar desse tipo de golpe, o que os torna mais suscetíveis a acreditar nas ameaças e a se desesperar.
- Na decima nona página: é indicado pedir ajuda antes da realização de qualquer procedimento financeiro pela Internet; e que é importante desconfiar de todas as informações que surgem na Internet ou em função dela, como propagandas, links, mensagens, ligações, etc.
- Na vigésima página: é importante entender que os criminosos podem se passar por familiares, amigos, gerentes de empresas, etc., para conseguir convencer a vítima a realizar procedimentos financeiros.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

Na vigésima primeira página é um convite aos leitores para participar da pesquisa de Doutorado sobre Golpes e Fraudes Digitais, essa participação é importante para um maior entendimento sobre as práticas ilícitas realizadas pelos criminosos que estão em constante crescimento, e possibilitar a criação de produtos do Projeto Educacional da Tese. A vigésima segunda até a vigésima quartas páginas explica a escolha de tons da cartilha, como:

- Na vigésima segunda página: a escolha dos tons da cartilha está relacionada com as categorias de crimes de acordo com tipo e cor.
- Na vigésima terceira página: cifra azul representa crimes realizado por pessoas de classe econômica baixa; cifra rosa são crimes de contexto de homofóbico; cifra verde são crimes ambientais; cifra amarela são crimes executados por funcionário público; cifra dourada são crimes realizados pelas pessoas de alta sociedade.
- Na vigésima quarta página: cifra cinza são ocorrências registradas sem solução do Estado; e cifra negra são crimes que não chegam ao conhecimento do Estado.

A última página, vigésima quinta, é o agradecimento. A cartilha promove práticas seguras para o combate de Golpes e Fraudes Digitais no Brasil, contudo, mesmo com esse reconhecimento, a cartilha já apresenta desatualização devido ao crescimento de prática de cibercrime no país.

Por isso, foi também realizado durante o ano de 2025, oficinas na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Brasil), consolidando a cartilha como instrumento prático de formação e diálogo, e garantindo que novas práticas de cibercrime fossem abordadas, mantendo oficinas atualizadas mensalmente. A cartilha e as oficinas são ações necessárias que evidenciam a interseção entre arte e educação digital como estratégia pedagógica capaz de estimular o letramento digital, a reflexão crítica e a construção coletiva de saberes sobre segurança no ambiente virtual.

Nesse cenário, a Educação assume um papel fundamental como instrumento de transformação social e construção da cidadania, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento do letramento digital. Uma vez que os indivíduos passam a se expressar, interagir e participar socialmente por meio das tecnologias, a Educação é uma forma de formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres no ambiente online. Além disso, o letramento digital fortalece o sentimento de inclusão e pertencimento para reduzir desigualdades, ampliar oportunidades e fortalecer a participação social no ambiente digital.



Conclusão

Os Golpes e as Fraudes Digitais em uma sociedade conectada são um fenômeno de relações de poder, desigualdades e transformações históricas. A expansão das tecnologias digitais ampliou as possibilidades de comunicação e acesso à informação, paralelamente, as práticas ilegais e exploração de vulnerabilidades e desigualdades, e também evidencia a necessidade letramento digital.

As narrativas de medo, manipulação e controle reforçam desigualdades no ambiente digital. Além disso, o anonimato, a sensação de impunidade e as limitações na aplicação das leis favorecem o fortalecimento do cibercrime, consolidando o espaço digital como um campo de poder explorado por agentes mal-intencionados. O enfrentamento aos Golpes e Fraudes digitais no Brasil exige não apenas medidas técnicas e jurídicas, mas também abordagens educativas e culturais integradas, demonstrando o potencial da arte e literacia digital como meio de transformação social, promoção da segurança digital, identidade, pertencimento e cidadania.

O investimento em Educação e inclusão digital não é apenas uma estratégia de combate ao cibercrime, mas um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa, crítica e equitativa, principalmente, quando o cenário de Golpes e Fraudes Digitais não é um fenômeno Brasileiro, o mesmo está acontecendo em Portugal, o Centro Nacional de Cibersegurança Portugal (2025) informa que crime relacionado com a informática mais registado em 2024 foi a burla informática (golpe digital) com plataformas de pagamentos online, e também acessos/interceção ilegítimos e a falsidade informática foram os tipos da Lei do Cibercrime com mais registos em 2024.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

Aneke, C. E., Akomolede, O. T., & Yusuff, A. A. (2025). Impact of socioeconomic and political factors on cybercrime and digital insecurity in Nigeria: Emerging threats and responses. *Fuoye Journal of Criminology and Security Studies, 4*(2), 39-50.



Brasil. (1940). *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

Bora, S. S. (2025). Technolatry and Virtual Emotions in the Era of Digital Brutalism: Understanding the proliferation of Cybercrimes in Modern Brazil. *Sociologia*, 51(1), 95-124.

Centro Nacional de Cibersegurança Portugal. (2025). *Relatório cibersegurança em Portugal***.** Riscos & Conflitos, 6 ed., 104p. https://www.cncs.gov.pt/docs/rel-riscosconflitos2025-obcibercncs.pdf

Diniz, G., Muggah, R., & Glenny, M. (2014). *Deconstructing Cyber Security in Brazil:* Threats and Responses (Strategic Paper 11). Igarapé Institute: 11, 35p. https://igarape.org.br/wp-content/uploads/en/2014/11/Strategic-Paper-11-Cyber2.pdf

Figueiredo, B., & Miró Llinares, F. (2024). Digital life and crime trends in the global south: on the impact of increased Internet use on opportunities for crime. *Revista Espanola de Investigacion Criminologica*, 22(2), e863.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública***.** São Paulo: FBSP, 516p. https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública.* São Paulo: FBSP, 404p. https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2025). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública.* São Paulo: FBSP, 434p. https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf

Governo Federal do Brasil. (2025). *Glossário de Tipologias de Fraudes e Golpes Digitais***.** Plano de Ação Conjunta da Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancárias Digitais, Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2024, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Federação Brasileira dos Bancos. https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/alianca-nacional-de-combate-a-fraudes-bancarias-digitais/glossario_final_iniciativa_1-8_v10.pdf



Iuliana, S. A. (2020). Cybercriminals and the Victims of Cybercrime. *Jurnalul de Drept si Stiinte Administrative*, *2*(14), 127-136.

Kumah, P. K., Asiedu, H. B., Obeng, C., & Senior, F. A. O. (2023). Poverty as a Catalyst for Cybercrime: Evidence from Agona Swedru, Ghana. *Communications*, *10*(1), 1-10.

Maia, K. B., & Costa, C. H. F. (2023). Crimes cibernéticos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, *9*(10), 109-126.

Sousa, G. E. A., Maia, B. G., Lima Júnior, A. B., Abreu Mello, C. M., Sena, R. R., Aufiero, M. J. M., Aguiar, K. R., & Simas, D. C. S. (2025). O impacto da Inteligencia Artificial Generativa na sofisticação de fraudes e golpes online com uso de deepfakes no Brasil. *Revista DCS*, *22*(84), e3604-e3604.

Távora, C. G., Varajão, J. E. Q. A. S., Morgado, E. M., & Albino, J. P. (2025). A importância da Educação para golpes e fraudes digitais. *Caderno Pedagógico*, *22*(11), e19837-e19837.

Wongmahesak, K., Singh, B., & Kaunert, C. (2025). The complex interplay of generational differences, digital literacy, and cybercrime fear. *Asian Crime and Society Review*, *12*(1), 3-3.



DA PALAVRA INTERDITADA AO SILÊNCIO INSTITUÍDO: O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO EM JOÃO GOULART E JOÃO BATISTA FIGUEIREDO (1964-1979)

Deraçueide Alves de Sousa dos Santos[1]

Introdução

Após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e as tentativas de impedir à posse de Juscelino Kubitschek, em 1955, a democracia no Brasil mostrou-se frágil. Essa fragilidade revelava-se na tutela constante e na ameaça de intervenção das Forças Armadas, que se colocavam como uma alternativa não oficial. As instituições democráticas eram novas e enfrentaram muitos desafios.

Outro episódio que confirma esse desafio foi à própria transição de poder em 1961. Para que o vice-presidente João Goulart pudesse assumir a presidência, as regras do jogo precisavam ser alteradas às pressas com a adoção de um parlamentarismo de ocasião, provando que a Constituição cedia facilmente aos ventos militares.

A instabilidade era alimentada por uma polarização política radical e contínua. Forças de oposição, notadamente a União Democrática Nacional (UDN), mantinham uma postura frequentemente hostil e intransigente em relação aos governos de herança varguista. Como reconheceu posteriormente o ex-senador udenista Afonso Arinos, por trás do discurso legalista de seu partido, existia a recusa do setor conservador e militarista em aceitar a "fatalidade de certas mudanças" sociais no país. O Brasil operava sob pressões cruzadas insustentáveis. O governo de João Goulart ilustra perfeitamente essa hesitação imposta pelas circunstâncias operacionais: o poder Executivo via-se duramente espremido, de um lado, pelas demandas crescentes e independentes dos trabalhadores; do outro, pelas contradições da burguesia nacional e pela forte pressão do imperialismo norte-americano. Em meio a exigências estrangeiras para o cumprimento de programas de estabilização do FMI e a oposição à política externa independente do Brasil, o governo hesitava em suas respostas, tentando equilibrar forças antagônicas.

A democracia do período de 1946 a 1964 nunca se consolidou plenamente. Foi um laboratório político tenso que acabou sucumbindo à radicalização político-ideológica interna

[1] Doutoranda em História. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-amal: deracueide@gmail.com. Orientadora: Profa. Dra. Fernanda de Paula Ferreira Moi.

e aos esforços externos de desestabilização econômica, culminando no golpe de Estado que encerrou definitivamente essa experiência institucional.

Na perspectiva da Análise do Discurso da Linha Francesa, compreendemos que a memória não se constitui como um arquivo estático do passado, mas sim como um campo de batalha onde sentidos são disputados, silenciados e legitimados. É sob essa ótica que a Lei da Anistia de 1979 emerge não apenas como um marco jurídico de transição política, mas como um "acontecimento discursivo" fundamental. Sua função primordial foi instaurar uma nova ordem do dizer — e, consequentemente, uma ordem do calar — no cenário nacional, utilizando o aparelho estatal para moldar a percepção pública sobre o período de exceção.

A promulgação desta lei, sustentada pelo discurso da "reconciliação nacional", operou uma verdadeira política oficial de esquecimento. Mais do que um gesto de pacificação, ela instituiu um mecanismo de silenciamento estratégico que buscou equiparar opressores e oprimidos, diluindo as responsabilidades do Estado autoritário em uma névoa de perdão mútuo. Esse processo foi essencial para sustentar a narrativa da "abertura lenta, gradual e segura", evidenciando as estratégias de apagamento utilizadas pelo regime militar para gerir sua própria posteridade e bloquear, por décadas, a emergência da verdade histórica e das narrativas de resistência.

O presente trabalho propõe analisar essa conjuntura como um campo de disputas simbólicas onde a memória é, antes de tudo, um objeto de poder. Fundamentados nos conceitos de formação discursiva e poder simbólico, e à luz das teorias de Michel Foucault, Eni Orlandi e Pierre Bourdieu, investigaremos como o discurso hegemônico mobilizou a anistia para interditar o acesso ao passado traumático.

Para tanto, o corpus desta pesquisa confronta dois momentos cruciais: o discurso do presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil, que antecede o golpe, e o ato solene do general João Batista Figueiredo na sanção da Lei da Anistia, observando como o esquecimento foi transformado em estratégia de governamentalidade para gerir o dizer e o calar sobre a ditadura brasileira. O trabalho está dividido em três seções. Nós investigaremos a construção das narrativas que antecederam o golpe, na seção seguinte, a narrativa de legitimação da intervenção militar, e por último, a institucionalização do silêncio por meio da Lei da Anistia nº 6.683 de 28 de agosto de 1979.

A construção de narrativas: Discurso de Ruptura (O "Antes")

A influência militar na política brasileira transcende o movimento de 1964, remontando às raízes do regime republicano. A própria Proclamação da República, em 1889, resultou de



uma articulação entre civis e militares descontentes com a monarquia, culminando nos governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Posteriormente, as Forças Armadas mantiveram protagonismo durante a Era Vargas. No entanto, o ápice dessa intervenção ocorreu com a Ditadura Militar (1964-1985), período que se consolidou como o mais complexo e controverso envolvimento da instituição na governabilidade do país.

A eleição de Jânio Quadros representou um marco na República brasileira ao consolidar a primeira vitória de um candidato da oposição. Figura carismática e de postura apartidária, Jânio baseou sua plataforma em um forte discurso moralista voltado ao combate à corrupção. No plano externo, adotou a Política Externa Independente (PEI), marcada pela ambiguidade e pela tentativa de aproximação com o bloco socialista, o que inclui o posicionamento contrário ao bloqueio norte-americano a Cuba. No entanto, essa postura acirrou as pressões internas, culminando em sua renúncia em 25 de agosto de 1961, após apenas sete meses de governo. Embora o ato fosse, na realidade, uma estratégia política para retornar ao cargo com plenos poderes nos braços do povo, o plano fracassou: nem o Congresso, nem os militares se opuseram à saída, demonstrando pouca resistência à sucessão pelo vice-presidente, João Goulart.

Nesse cenário, o horizonte político de João Goulart orientava-se, fundamentalmente, pela superação do subdesenvolvimento brasileiro sob a égide do nacional-reformismo. Na prática, tal objetivo seria viabilizado pelas Reformas de Base, que incluíam reforma agrária, tributária, administrativa, bancária, educacional, com especial ênfase na revisão do estatuto do capital estrangeiro. Na concepção de Goulart, o êxito desse modelo dependia de uma postura diplomática autônoma, pautada por uma Política Externa Independente que evitasse a subordinação aos pólos antagônicos da Guerra Fria — cenário de intensa fragmentação geopolítica e ideológica entre o capitalismo estadunidense e o socialismo soviético. como corrobora Manzur

> Quando da renúncia de Quadros, Goulart encontrava-se em missão na China comunista, na tentativa de incrementar as relações comerciais e diplomá-ticas com aquele país, o que ilustra claramente as ações da diplomacia brasileira na moldura da PEI (MANZUR, 2014, p. 187)

A radicalização do projeto nacional-reformista atingiu seu ápice no Comício da Central do Brasil, momento em que João Goulart articulou uma narrativa de urgência histórica. Ao mobilizar o apoio às Reformas de Base como instrumento indispensável à reestruturação da ordem social, Jango despertou a reação imediata dos setores conservadores. Para esses grupos, o discurso consolidou a imagem de um líder que preteriu o rigor constitucional em



favor de uma mobilização popular direta, interpretada por seus opositores como uma afronta deliberada às instituições democráticas. Como se pode observar no discurso do presidente João Goulart, em 31 de março

> Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu presidente, na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país (GOULART, 1964)

O discurso proferido por Jango na condição de Presidente da República, ao utilizar termos como 'povo', 'sindicatos', 'amigos trabalhadores' e 'reforma agrária', gerou um impacto profundo nos militares, no empresariado e na imprensa. As palavras dirigidas às classes trabalhadoras em meio às tensões da Guerra Fria, redesenhou as fronteiras do seu governo e foram interpretadas como uma ameaça ideológica. Vale ressaltar que o Golpe Militar não foi um evento súbito, mas o desfecho de uma articulação golpista que já vinha sendo articulada desde a posse do presidente em 1961.

Na noite de 13 de março de 1964, com um público estimado em 150 mil pessoas, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, João Goulart se instituiu o líder do povo. Suas palavras refletem uma clara posição de enfrentamento ao Congresso Nacional. No discurso, Jango redefiniu o conceito de democracia:

> Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações (GOULART, 1964).

Conforme as reflexões de Foucault em *A Ordem do Discurso*, o dizer é rigorosamente regulado por procedimentos de controle e delimitação que visam conjurar seus poderes e perigos. O autor demonstra que a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada e organizada por sistemas de exclusão, evidenciando que nem todos possuem autorização para proferir qualquer enunciado em qualquer circunstância. Até mesmo o cargo de Presidente da República, embora detentor de uma posição de autoridade, está sujeito às regras de interdição e aos rituais de circunstância que regem o discurso político.

Nesse sentido, Eni Orlandi enfatiza que a formação discursiva, vinculada a uma formação ideológica e inserida em uma conjuntura sócio-histórica específica, é o que define as fronteiras do que pode e deve ser dito, funcionando como a materialidade onde a ideologia se torna concreta.



Nesse cenário, a análise de Pierre Bourdieu em *O Poder Simbólico* torna-se fundamental para compreender a eficácia política dos discursos. O autor postula que os sistemas simbólicos não são meras estruturas lógicas, mas instrumentos de conhecimento e comunicação que exercem um poder estruturante precisamente por serem estruturados. Para Bourdieu, o poder simbólico é uma forma de 'violência suave', que permite o *consensus* sobre o sentido do mundo social, contribuindo para a reprodução da ordem vigente sem o uso imediato da força física.

Assim, a integração lógica dos discursos funciona como condição para a integração moral da sociedade; a linguagem, investida de autoridade institucional, atua como um mecanismo silencioso de manutenção de hierarquias, transformando relações de força em relações de sentido e legitimando, soberanamente, o poder estabelecido."

O apoio dos Estados Unidos à elite dominante brasileira foi um fator determinante para a viabilização do Golpe de 1964. Este movimento golpista já vinha sendo planejado desde 1961, assim que Goulart tomou posse, e adquiriu contornos definitivos após o Comício da Central do Brasil. Naquele evento, o discurso presidencial confrontou as estruturas de poder consolidadas pela classe dominante, desafiando a ordem estabelecida. Como ressalta Macedo

> A insatisfação norte-americana em relação aos rumos do país sob a presidência de João Goulart vinha desde o início de seu mandato. Algumas posições de Jango, como colocar em prática uma série de reformas, entre elas a reforma agrária, e as de seus aliados, como o governador do Rio Grande do Sul à época, Leonel Brizola, que desapropriou duas companhias norte-americanas (ITT, do setor de telecomunicações, e Amforp, de energia elétrica), aumentou a crença nas informações, passadas por Gordon, de que o país caminhava para adotar o regime comunista (MACEDO, 2014)

Sob a perspectiva de Pierre Bourdieu, os sistemas simbólicos atuam como instrumentos de imposição e legitimação, que por meio da violência simbólica, respalda a dominação de uma classe sobre outra. Em um cenário de intensa polarização global pela Guerra Fria, o pronunciamento de Goulart foi estrategicamente classificado como perigoso. A construção da narrativa que priorizava o desenvolvimento soberano e a melhoria das condições de vida da população, foi distorcida e apresentada como uma ameaça à ordem moral e política. Como afirma Bourdieu

> É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os "sistemas simbólicos" cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para



> assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a "domesticação dos dominados" (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Em última análise, o Comício da Central do Brasil representou o ápice de um discurso de ruptura que, ao ignorar os rituais de circunstância e desafiar as fronteiras do que era 'permitido' dizer naquele contexto, desestabilizou o consenso simbólico mantido pelas elites e pelo capital estrangeiro. Sob a ótica foucaultiana, a palavra de Goulart tornou-se uma 'palavra interditada', cujo perigo precisava ser conjurado para a preservação da ordem.

Assim, a construção dessa narrativa nacional-reformista não apenas precipitou a ação física do Golpe, como também serviu de justificativa para a instauração de um novo regime discursivo. Com a deposição de Jango, encerra-se o ciclo da palavra insurgente para dar lugar a um período de reorganização institucional da fala e do silêncio.

Na seção seguinte, examinaremos como o Estado brasileiro, a partir de 1964, passou a estruturar dispositivos de controle que transformaram a censura e a repressão no que denominamos de 'silêncio instituído', consolidando-se até o governo de João Batista Figueiredo.

A construção de narrativas: legitimação do Golpe

A repercussão do discurso de João Goulart, realizado na sexta-feira, 13 de março de 1964, provocou o início de um dos períodos mais devastadores da História do Brasil. O cenário, no entanto, já era de extrema fragilidade, caracterizado por três pilares críticos: o isolamento político, evidenciado pela ausência de apoio no Congresso e por uma oposição cada vez mais articulada; a grave crise econômica, manifestada pela alta inflação e pelo decréscimo do PIB em 1963; e, por fim, o fator mais significativo, o anúncio das Reformas de Base, que acentuou o distanciamento entre os setores sociais e as Forças Armadas.

Uma sucessão de acontecimentos pavimentou o caminho para o golpe de 1964. Apenas seis dias após o comício de Jango, em 19 de março, cerca de 500 mil pessoas tomaram as ruas de São Paulo na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". O evento foi uma demonstração inequívoca de apoio civil à oposição e um forte protesto contra o governo federal e o avanço do comunismo. Durante o trajeto, os manifestantes exibiam cartazes com frases que sintetizavam a polarização do período, tais como: "Verde e amarelo, sem foice e sem martelo"; "Reforma com Deus e pela pátria"; "Democracia tudo, comunismo nada".

Essa parcela da população contou com o apoio de setores conservadores e religiosos, que viam no governo da época a representação de seus principais medos. Tal posicionamento pode ser observado no discurso de Benedito Mário Calazans — padre e então senador pela UDN — durante a manifestação.

> Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de [Leonel] Brizola [então deputado e aliado do presidente]. É padroeiro de Jango. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara [discurso da Central do Brasil de Jango], estipendiado pela corrupção. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia, e não o tiranismo vermelho (CALAZANS, 1964,)

No discurso de Calazans, observa-se o funcionamento do mecanismo de interdiscurso descrito por Eni Orlandi. O mecanismo interdiscursivo, como explica Orlandi (2009), opera por meio da convocação de memórias discursivas. Essa convocação se concretiza no jogo de palavras, citada no interior do discurso, como: São José/Família/tradição; Fidel Castro/Comunismo/Ameaça.

Ao convocar a figura de São José em oposição a Fidel Castro, o enunciador produz um efeito de sentido que retira a legitimidade institucional do governo de João Goulart, deslocando a luta política para uma cruzada moral e religiosa. Esse deslocamento é legitimado pela posição que Calazans ocupa, ou seja, pela dupla representação de duas grandes instituições, o Congresso e a Igreja. Como padre e senador, ele funde a autoridade divina à autoridade parlamentar, permitindo que seu discurso seja recebido não como uma opinião política isolada, mas como uma verdade institucional e sagrada que ressoa no imaginário da época.

Sob essa perspectiva, o 'povo' da Marcha é construído discursivamente como o detentor da 'verdadeira democracia', em oposição ao 'tiranismo vermelho' que silencia as demandas sociais em favor do pânico ideológico. O sentido produzido pela palavra “povo”, tanto no discurso do padre Calazans e no discurso de Jango, funciona como um significante em disputa. Como corrobora em

> Dirijo-me a todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas, mas também aos milhões de irmãos nossos que dão ao brasil mais do que recebem, que pagam em sofrimento, em miséria, em privações, o direito de ser brasileiro e de trabalhar sol a sol para a grandeza deste país (GOULART, 1964)



Enquanto no discurso de Jango o 'povo' é o sujeito coletivo das transformações sociais e o beneficiário das Reformas de Base, na fala de Calazans esse mesmo termo é ressignificado para representar uma classe média moralista e religiosa, que se coloca como a guardiã da ordem contra uma suposta ameaça externa.

A partir de março de 1964, o Brasil mergulhou em um processo discursivo onde palavras como "povo", "democracia" e "justiça social" tornaram-se o principal campo de batalha. O que para Jango era "justiça social", para os setores conservadores era interpretado como uma "ameaça aos destinos do Brasil", justificando, sob essa ótica, a intervenção militar como um ato de "salvação nacional". Na lógica da Análise do Discurso, o dizer não é um ato isolado, mas deve ser compreendido como resultado de processos discursivos sedimentados e institucionalizados.

Como bem aponta Eni Orlandi (2009), o sentido não está na palavra em si, mas na sua relação com a história e com o interdiscurso. A narrativa produzida em 1964, que legitimou a ruptura democrática, não ocorreu de forma isolada de seu contexto histórico; ela foi o ápice de camadas de sentidos acumulados — ou sedimentados — sobre o medo da subversão, a preservação da fé e a tutela militar como garantidora da ordem.

Essa sedimentação é o que permite a institucionalização do discurso. No contexto do golpe, a Igreja e as Forças Armadas funcionaram como os pilares dessa institucionalização, como afirma Castelo Branco em seu discurso de posse, "(...) na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social".

Para Michel Foucault (1970) o discurso é controlado por sistemas de exclusão que definem quem pode falar e o que pode ser dito com autoridade.

> É claro que sabemos, numa sociedade como a nossa, da existência de procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é o interdito. Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja (FOUCAULT, 1970, p. 2)

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, um golpe militar foi deflagrado contra o governo legalmente constituído de João Goulart. Diante da iminência do golpe, o então presidente da República, João Goulart, buscou apoio viajando do Rio de Janeiro para Brasília em 1º de abril de 1964. As prisões de Leonel Brizola e de Miguel Arraes, governador de Pernambuco,

fizeram-no desistir de um confronto contra os militares; ele seguiu para o exílio no Uruguai, de onde só retornaria ao Brasil para ser sepultado, em 1976.

Enquanto as negociações políticas em Brasília fracassavam e a pressão popular atingia o ponto de ebulição, o destino de João Goulart começou a ser selado nos quartéis. Na madrugada de 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, antecipando-se aos planos de seus pares, ordenou que as tropas da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, marchassem em direção ao Rio de Janeiro com um objetivo claro: a destituição imediata do governo.

O desfecho institucional do golpe ocorreu quando o presidente do Legislativo, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República, mesmo ciente da presença de João Goulart no Brasil. O país protagonizou um dos momentos mais controversos do golpe. Com o cargo oficialmente 'vago', em um movimento estratégico para consolidar a transição de poder aos militares, Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, foi empossado imediatamente como chefe do Executivo, conferindo uma aparência de legalidade à deposição.

A ascensão de Humberto de Alencar Castelo Branco à Presidência da República, em 15 de abril de 1964, ao lado do vice-presidente José Maria Alkmin, consolidou o rompimento com a ordem democrática anterior e marcou o início formal do Regime Militar no Brasil. Nesse contexto, o Ato Institucional nº 1 conferiu uma face de legitimidade jurídica à transição de poder, permitindo que a cúpula das Forças Armadas assumisse o controle do Executivo com o respaldo formal do Poder Legislativo, que na época se encontrava expurgado de vozes dissidentes por meio de cassações de mandatos."

O texto do AI-1 explicitava a natureza do novo regime ao afirmar, acerca dos agentes que deflagraram o movimento, o seguinte:

> A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo.

Dessa forma, a vitória do discurso conservador não se deu apenas pela força física, mas pela capacidade de silenciar sentidos divergentes e transformar uma interpretação ideológica em uma memória institucional. Esse processo de sedimentação é tão profundo que projeta seus efeitos para o futuro, influenciando, anos depois, a própria construção da Lei da Anistia. A ideia de "esquecimento necessário" ou de "conciliação" só pôde ser institucionalizada em 1979 porque o terreno discursivo já havia sido preparado pela sedimentação de uma ordem



que priorizava a estabilidade institucional em detrimento da justiça histórica. Esse fluxo discursivo, que nasce do medo e da polarização, reenvia a um novo estado de poder. Em 11 de abril, ao assumir a presidência, o Marechal Castelo Branco consolidou essa narrativa de "limpeza de sentidos".

Em seu discurso de posse, ele não apenas prometeu "restaurar a legalidade", mas buscou apagar as memórias do conflito ao afirmar que as Forças Armadas e o "Povo inteiro" haviam emanado em um "Movimento vitorioso". Utilizando o vocabulário democrático para batizar um regime de exceção, Castelo Branco demonstrou que o vencedor de uma disputa política é aquele que consegue, momentaneamente, estancar a deriva dos sentidos e impor sua própria versão da história como a única memória permitida. Esse trecho do discurso que corrobora o que está sendo analisado neste parágrafo

> Agora, espero em Deus corresponder às esperanças de meus compatriotas, nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados objetivos do Movimento vitorioso de abril, no qual se irmanam o Povo inteiro e as Forças Armadas, na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social (CASTELO BRANCO, 1964)

No cenário polarizado do Rio de Janeiro em março de 1964, o significante "povo" emerge como um campo de batalha simbólico. Para Bourdieu (1989) durante a transição política, o debate público tornou-se uma arena onde diferentes classes sociais travaram uma luta simbólica para impor visões de mundo alinhadas aos seus interesses. Quando os discursos sobre pacificação, perdão e reconciliação assumiram caráter legal, as elites econômicas agiram para preservar a sua hegemonia.

Em vez de recorrerem à força bruta, utilizaram a produção simbólica: por meio da imprensa, de pronunciamentos oficiais e de intelectuais conservadores, construíram narrativas de esquecimento e de ordem para abafar as tensões sociais. Nesse contexto, o embate em torno das palavras usadas para definir o passado recente refletia as desigualdades e as posições sociais reais. Ao legitimar essa história oficial, os porta-vozes da ordem estabelecida asseguraram, na prática, a manutenção intacta das estruturas de poder e do capital econômico.

Embora a palavra seja a mesma, seus sentidos deslizam drasticamente dependendo da formação discursiva em que é enunciada. De um lado, no Comício da Central, o "povo" no discurso do presidente João Goulart (Jango) é constituído pelo trabalhador rural e pelas classes populares, marcado pela desigualdade social e pela demanda por reformas de base.



Em contrapartida, na formação discursiva dos militares e dos setores conservadores — visível na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" — o "povo" é ressignificado como a classe média, ordeira e cristã. Aqui, a posição-sujeito (quem fala e de que lugar fala) determina o que é legitimado como verdade.

Os jornais da época funcionam como o espaço do interdiscurso ("um discurso puxa o outro"), onde essas vozes colidem. Segundo Orlandi (2009, p. 83) a análise revela não apenas o que foi dito, mas as regras do que podia ou não ser comunicado naquela conjuntura: a legitimação de um "povo" em detrimento do outro serviu de base ideológica para a ruptura democrática que se seguiria.

A estabilidade política no Brasil sempre dependeu da relação que o presidente mantinha com os militares e com a elite econômica. O termômetro era sua aproximação ou distância dos sindicatos e dos movimentos sociais. A manutenção da chamada “ordem” era fundamental para arregimentar o apoio das elites econômicas e militares. Existe um ponto de equilíbrio que é a chave para todo aquele que queira permanecer no poder no Brasil, para todo governo. E a equação fundamental é manter as forças sociais sob controle, nutrir bom relacionamento com os militares e ser generoso com as elites econômicas. Todo governo que, de uma forma ou de outra, desequilibrou esse complexo equacionamento, essa intrincada polarização, pendendo demais para um lado ou para outro, caiu.

A Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979: A Institucionalização do Silêncio

A etimologia da palavra anistia revela exatamente sua função política: a imposição do esquecimento. A palavra vem do grego antigo *amnestía*. A palavra *anistia* compartilha a mesma raiz etimológica da palavra amnésia**.** A escolha da palavra pode ter sido uma estratégia discursiva, com o intuito de prever as ações do ouvinte. Isso pode ser caracterizado como manipulação, ou seja, antecipar a aceitação dos sentidos de certas palavras no interior de um discurso.

Conforme aponta De Plácido e Silva (ano), a anistia, em sua acepção jurídico-penal, opera a extinção da punibilidade através do esquecimento oficial das infrações. No entanto, como adverte Paul Ricoeur (2007), esse 'esquecimento institucional' não apaga a memória traumática dos sujeitos; ele apenas impõe, via Estado, um silêncio sobre o passado em nome de uma pacificação política. No contexto de 1979, essa tensão se materializa no discurso do presidente João Batista de Figueiredo.

> Por isso mesmo, convertido em lei o projeto, apagar-se-ão os crimes e serão sustados os processos em curso. Até mesmo dos que a rigor, não estão a merecer o benefício de medida, como a anistia, de natureza eminentemente política. Quer o Governo, com isso, evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade. Certos eventos, melhor silenciá-los, em nome da paz da família brasileira (FIGUEIREDO, 1979)

Balestero (2018) ressalta que discutir a memória na contemporaneidade significa trazer à tona feridas ainda não cicatrizadas, porém indispensáveis para a construção do conhecimento histórico sobre a ditadura cívico-militar. Trata-se, na realidade, de um esforço para romper o silenciamento das atrocidades perpetradas contra parte da sociedade, alinhando-se à produção documental que expõe os crimes cometidos pelo Estado ditatorial.

Nessa perspectiva, a memória deixa de ser apenas um registro passivo do passado para se tornar um ato político de resistência. Ao confrontar o 'esquecimento institucionalizado' — muitas vezes amparado por mecanismos legais como a Lei da Anistia nº 6.683 de 1979, busca-se impedir que a barbárie seja normalizada ou diluída em narrativas de suposta 'pacificação'. Tal reconstrução histórica proposta não visa apenas o julgamento moral dos agentes da repressão, mas a garantia do direito à verdade. Evidenciar as torturas, os desaparecimentos e a censura tornam-se, portanto, a única via possível para consolidar uma democracia efetiva, assegurando que tais violações aos direitos humanos não encontrem, no silêncio do presente, terreno fértil para se repetir.

É justamente diante dessa complexidade que a trajetória analítica de um discurso requer rigor e sensibilidade ao interpretar a produção de sentidos. Essa precaução é fundamental, uma vez que, conforme aponta Orlandi (2009, p. 36), a significação não é estática: há um contínuo processo de deriva e ressignificação. Assim, interpretar esses discursos exige compreender que a relação entre sujeito e sentido é dialética e complexa, visto que ambos são constituídos e atravessados, simultaneamente, pela língua e pela história

É o que se pode observar no discurso do presidente João Batista, em 27 de Junho no Palácio do Planalto Brasília — Distrito Federal ao assinar Mensagem sobre a Anistia.

Proferidas palavras para se referir às autoridades presentes, como o vice-presidente da República, Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Ministros de Estado e Presidente da ARENA. O presidente iniciou seu discurso ressaltando a felicidade de cumprir uma promessa de campanha eleitoral, no caso, a assinatura de Mensagem do Executivo ao Legislativo. Ao analisarmos o pronunciamento oficial, notamos a construção de um efeito de evidência típico do discurso autoritário. O enunciado afirma: “Chama a atenção de todos,

pois, apesar de ser um ato rotineiro, este é relevante, é o único, porém, em sua intenção e seu alcance'". Sob a ótica de Orlandi, essa tentativa de classificar o envio do projeto como um 'ato rotineiro' busca apagar a historicidade do conflito, naturalizando a exceção. Como se observa no texto original

> Aqui nos reunimos para a assinatura de Mensagem do Executivo ao Legislativo. Ato simples, tantas vezes repetido. Este é o único, porém, em sua intenção e seu alcance. Chegou o dia de encaminhar ao Congresso o projeto de Lei de Anistia aos que hajam cometido crimes políticos ou conexos (Presidente João Batista, 1979)

O sujeito do discurso opera uma manobra semântica decisiva. Ao introduzir o termo 'crimes conexos' dentro de uma estrutura apresentada como 'rotineira', mas de 'alcance único', o Estado promove o silenciamento institucionalizado. O discurso finge dizer tudo (anistia para todos), mas, na verdade, interdita a possibilidade de dizer o essencial: a responsabilização pela barbárie, diluindo a tortura na generalidade da lei. Tal generalidade não é ingênua; ela serve à 'intenção' mencionada no discurso que busca fixar uma memória oficial de pacificação, enquanto a estrutura da língua trabalha para ocultar as contradições daquele momento histórico.

No decorrer do discurso, o presidente utiliza palavras que o coloca na situação das famílias que passaram pelo terror dos crimes cometidos pelos agentes do governo. O texto afirma 'Vi, na minha própria família, o amargor de ser órfão de pai vivo. Conheci as frustrações do soldado afastado da Pátria e de seu serviço, por delito político'. Sob a perspectiva foucaultiana, esse trecho evidencia a construção de um regime de verdade conveniente ao poder vigente. Ao colocar o "desterro do soldado" no mesmo nível da "tortura e morte", ele cria um regime de verdade onde não há algozes e vítimas, apenas "brasileiros feridos". Isso é essencial para justificar a Anistia "recíproca" (para os dois lados). Como se percebe no interior do discurso do presidente

> Vi, na minha própria família, o amargor de ser órfão de pai vivo. Conheci as frustrações do soldado afastado da Pátria e de seu serviço, por delito político. Bem conheço todo esse sofrimento (Presidente João Batista, 1979)

Ao afirmar ter vivido 'o amargor de ser órfão de pai vivo', o sujeito do discurso opera um deslocamento em sua posição-sujeito. Conforme a teoria de Orlandi, trata-se de um mecanismo de antecipação: o locutor prevê a resistência do interlocutor (as vítimas da ditadura) e tenta neutralizá-la, construindo para si uma imagem de 'vítima'. Essa manobra

discursiva visa produzir um efeito de identificação, apagando a assimetria de poder entre o Estado que matou e as famílias que perderam seus entes.

João Batista (1979) encerra seu discurso com a fala: "A anistia tem justamente esse sentido: de conciliação para a renovação. Dentro da continuidade dos ideais democratizantes de 1964, que hoje reencontram sua melhor e mais grandiosa expressão".

A fala final do presidente revela a luta pela imposição de uma memória discursiva hegemônica. Segundo Michel Pêcheux (1975, apud ORLANDI, 2009, p. 44) o sentido de uma palavra muda conforme a formação discursiva que a inscreve. É somente no interior da ideologia da Segurança Nacional que se torna possível enunciar esse processo histórico de 'ideais democratizantes de 1964' sem que isso soe como contradição. O discurso, portanto, trabalha ativamente na produção de um esquecimento ideológico: para que a anistia seja lida como a 'melhor expressão' desses ideais, é preciso apagar da memória coletiva a ruptura institucional e a violência de Estado, reescrevendo o passado (o golpe) como se fosse a gênese da democracia (a anistia).

Nesse fechamento, a estratégia discursiva atinge seu ápice ao propor uma 'continuidade' entre a ditadura e a democracia. À luz de Pêcheux e Orlandi, observa-se aqui o funcionamento do esquecimento como regulador do sentido (PÊCHEUX 1975, apud ORLANDI, 2009, p. 36). O enunciado tenta estabilizar uma memória onde 1964 não é lembrado pela repressão, mas por supostos 'ideais democratizantes'. A 'conciliação', nesse contexto, torna-se sinônimo de apagamento: o discurso oficial convoca a nação a esquecer as torturas e os desaparecimentos em nome de uma 'renovação'. Trata-se de um fechamento do arquivo histórico, onde a anistia não vem para reparar o passado, mas para legitimá-lo, impedindo que os sentidos da resistência rompam o bloqueio do discurso oficial.

Considerações finais

O percurso analítico empreendido neste trabalho permite concluir que a Lei da Anistia de 1979, longe de representar apenas um instrumento jurídico de pacificação, constituiu-se como a pedra angular de uma política de esquecimento institucionalizado. Ao confrontarmos a discursividade de João Goulart no Comício da Central do Brasil com o ato sancionador do general João Batista Figueiredo, evidenciou-se o abismo cavado pelo regime de exceção: onde o primeiro discurso anunciava a urgência das reformas e a participação popular, o segundo operou, sob o manto da legalidade e da "união nacional", a interdição da memória traumática e a legitimação de uma impunidade recíproca.

À luz da análise do Discurso, ficou demonstrado que o Estado autoritário não se limitou a reprimir corpos, mas empenhou-se em gerir sentidos. A retórica da "abertura lenta, gradual e segura" funcionou, na prática, como uma estratégia de governamentalidade bourdieusiana, onde o poder simbólico foi mobilizado para impor uma simetria falsa entre a resistência democrática e o terrorismo de Estado. O silenciamento, conforme teorizado por Orlandi, não foi apenas a ausência de palavras, mas uma política ativa: calou-se a ruptura proposta em 1964 para que se pudesse falar, em 1979, de uma conciliação que nunca existiu de fato para as vítimas.

Portanto, conclui-se que a transição democrática brasileira, tutelada pelos discursos de ordem e esquecimento, deixou um passivo histórico que reverbera até o presente. A anistia, ao bloquear a emergência da verdade, perpetuou estruturas autoritárias no seio da democracia. Desconstruir esses enunciados é, assim, uma tarefa contínua e necessária; pois, enquanto a memória for tratada como concessão e não como direito, o "esquecimento" continuará a ser a ferramenta mais eficaz de dominação política no Brasil.

Referências

ABRAÃO, Paulo. A lei de anistia no Brasil: as decisões do STF e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. (Para a parte jurídica do artigo).

AQUINO, Maria Aparecida de. BRASIL: Golpe de Estado de 1964. Que Estado, País, Sociedade são esses?. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 29, n. 01, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL, Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Rio de Janeiro. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm >.

_____. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

_____. Presidente (1964: João Goulart). *Discurso de posse*. Brasília, 01 jan. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br.



_____. Presidente (1964: Humberto de Alencar Castelo Branco). *Discurso de posse*. Brasília, 15 abril. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br.

_____. Presidente (1979-1985: João Batista de Oliveira Figueiredo). *Discurso Lei da Anistia*. Brasília, 27 de junho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br.

DEPARTAMENTO DE ESTADO. Telegrama do Embaixador no Brasil (Gordon) ao Departamento de Estado, Rio de Janeiro, 28 de março de 1964. Relações Exteriores dos Estados Unidos, 1964-1968, América do Sul e Central; México, vol. XXXI, doc. 187. Disponível em: https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d194?utm Acesso em: 28 de Maio de 2025.

FERREIRA FONSECA, Erisson Jordan; DA SILVA, Jaqueline Maria; OLIVEIRA, Almir Almeida de. Análise do Discurso: Uma análise do discurso presente na capa da revista Veja São Paulo de 27 de Janeiro de 2021. Diversitas Journal, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, 2023. DOI: 10.48017/dj.v8i1.2085. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2085. Acesso em: 31 mar. 2026.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo edições loyola 2009

_____, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009

GOOGLE. Gemini (versão [inserir versão, ex: Pro/Flash]). [Large language model]. Disponível em: https://gemini.google.com.

GRECO, Heloisa Amélia. Dimensões fundacionais da luta pela anistia. 2003. 559 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), Belo Horizonte, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva.* (Fundamental para entender como o grupo social constrói o que deve ser lembrado).



MACEDO, Danilo. Governo Norte-Americano Participa do Golpe Militar no Brasil. Jornal Digital Agência Brasil. Brasília-DF, 31 de março de 2014. https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/governo-norte-americano-participa-de-golpe-militar-no-brasil

MANZUR, Tânia Maria P. G. A Política Externa Independente (Pei): Antecedentes, Apogeu e Declínio. Lua Nova, São Paulo, 93: 169-199, 2014

MARQUES, Welisson; FERNANDES, Cleudemar Alves. A noção de substância da linguística à análise do discurso: percursos e possibilidades. Linguagem em (Dis)curso, v. 13, n. 1, p. 187–206, jan. 2013.

NAPOLITANO, Marcos. A história política do golpe de 1964 e do regime militar: balanços e perspectivas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 16, n. 42, p. e0301, 2024. DOI: 10.5965/2175180316422024e0301. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180316422024e0301. Acesso em: 31 jan. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios & procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

_____. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. São Paulo: Unicamp, 2007

PETRI, Verli; PENGO, Carla . A História das Palavras "Justiça" e "Anistia" e seus respectivos funcionamentos no discurso político brasileiro do Século XXI. Caderno de Letras, n. 41, p. 441-460, 20 fev. 2022

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.



RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson**.** O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. 350 pp.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SILVA, De Plácido e Vocabulário Jurídico / atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes – 31. ed.–Rio de Janeiro: Forense, 2014

TELES, Janaína de Almeida. Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VICK, Mariana. Dia a dia do golpe: a marcha da família com Deus pela liberdade. Jornal Digital Nexos. São Paulo, 18 de março de 2024. https://www.nexojornal.com.br/serie/2024/03/18/marcha-familia-deus-liberdade



DO RISO À RESISTÊNCIA: REPRESENTAÇÕES DO PODER FEMININO EM LISÍSTRATA E LISA, A MULHER LIBERTADORA

Emily Nicole Morelli[1]
Dolores Puga[2]

O teatro se configura como um importante instrumento de reflexão política e social, desse modo sua implementação é carregada de crítica capaz de tensionar estruturas de poder e promover questionamentos sobre a realidade vivida. A construção do protagonismo feminino no teatro, quando analisada em perspectiva histórica comparada, revela não apenas transformações estéticas, mas sobretudo deslocamentos profundos nas formas de resistência política e simbólica. A partir do diálogo entre *Lisístrata* e *Lisa, a Mulher Libertadora*, é possível observar como o feminino, inicialmente inscrito em um espaço de representação mediado, passa a se afirmar como sujeito ativo de enfrentamento às estruturas de poder. No contexto da Grécia Antiga, a inserção de mulheres como agentes de ação coletiva em *Lisístrata* configura uma ruptura significativa no plano simbólico. Ainda que essa representação esteja ancorada em um imaginário masculino, sua força reside naquilo que ela permite enunciar: a possibilidade de intervenção feminina em uma esfera da qual historicamente foi excluída. Criada por Aristófanes, a peça se baseia no cenário político da pólis de Atenas no contexto do primeiro golpe oligárquico que garantia o acesso ao teatro e sendo uma arte teatral age com o intuito de impor uma crítica social para a sociedade de modo livre e deslocado das imposições sociais.

Ao organizar uma greve sexual e ocupar um espaço político central, as mulheres deslocam os limites entre o privado e o público, transformando práticas cotidianas em instrumentos de ação política. Essa dinâmica evidencia que o protagonismo feminino não emerge apenas como uma inversão de papéis, mas como uma forma de resistência construída a partir das

[1] Graduada em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. (emily_n@ufms.br).
[2] Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora Associada do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPTL), Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMS/CPTL), líder do Grupo de Pesquisa Usos e Desusos das Linguagens Artísticas e vice-líder do Grupo História Antiga e Usos do Passado: novas perspectivas entre o passado e o presente, integrante do ATRIVM / UFMS - Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade. (dolores.puga@ufms.br).

próprias condições de marginalização. Como apontado por Pompeu (2011, p.78), as mulheres assumem o papel de porta-vozes de uma reorganização social, ainda que essa reorganização esteja, em certa medida, vinculada à restauração de uma ordem anterior.

No entanto, o que se destaca não é apenas o objetivo final da ação, mas o processo pelo qual essas personagens se articulam coletivamente, reconhecendo sua própria capacidade de intervenção, as representações femininas, portanto, devem ser compreendidas como parte de um imaginário produzido no interior de uma tradição teatral específica. De acordo com James (2019, p.5), tais representações não refletem diretamente a experiência histórica das mulheres atenienses, mas se inserem em um conjunto de construções simbólicas elaboradas a partir de perspectivas masculinas. Isso não diminui sua relevância analítica, mas exige que sejam interpretadas como elementos de uma linguagem cômica situada, e não como evidências de práticas sociais efetivas. Nesse sentido, podemos concluir que a figura da mulher se fazia presente dentro das peças de Aristófanes mas não geram preocupação enquanto sua figura em si visto que sua representação apresentava apenas tensões referentes aos aspectos sociais de Atenas e a partir da figura delas Aristófanes se expressava grotescamente e fantasiosamente com cenas propositais de exaltação dessa selvageria presente no íntimo dos corpos femininos de acordo com o imaginário masculino.

> "Lisístrata é, antes de mais, uma personagem utópica, dotada de qualidades que habitualmente se associam ao arsenal masculino: corajosa e decidida, inteligente e imaginativa, capaz de defender, com argumentos sólidos, um plano arrojado e controverso. Em toda esta força de uma personalidade de comando, contrasta com as companheiras, mulheres comuns, a quem só um pulso tirânico pode conduzir na via do êxito (OLIVEIRA e SILVA, 1991, p.226)".

Entretanto, a peça não apresenta uma imagem homogênea das mulheres. Ao contrário, evidencia tensões internas ao grupo feminino, especialmente no que diz respeito à manutenção da greve e ao compromisso com a ação coletiva, esse aspecto revela a complexidade da representação, afastando-a de uma idealização do feminino e aproximando-a de uma construção marcada por ambiguidades. O corpo feminino, nesse contexto, assume papel central. A greve sexual funciona como principal instrumento de ação, evidenciando a relação entre desejo, ausência e poder. No entanto, essa mobilização não deve ser interpretada como ruptura com as estruturas sociais, mas como utilização dessas mesmas estruturas como meio de intervenção. A eficácia da estratégia reside justamente na maneira como a peça constrói a dependência masculina em relação ao corpo feminino, transformando-a em elemento de pressão.



A relação entre o feminino e o espaço doméstico também permanece como elemento estruturante. Mesmo ao ocupar a Acrópole, as mulheres são frequentemente associadas a práticas cotidianas, o que reforça a ideia de que sua intervenção na esfera pública está vinculada à necessidade de restabelecer a ordem doméstica. Essa associação evidencia que o protagonismo feminino não se dá pela ruptura com esse universo, mas pela sua reconfiguração no interior da narrativa.

> "Em Lisístrata, Aristófanes recorreu a diversos paradigmas míticos, que afirmam a competência das mulheres em aconselhar a cidade com um discurso justo, pois elas repõem os homens e ainda revigoram a pólis através dos rituais de fertilidade próprios do sexo feminino. Também foi buscar, certamente, nas origens da comédia, o coro antagônico de velhos e mulheres, reunindo-o, no final, em um conjunto hermafrodito, para elaboração dos planos de guerra e de sexo, que se equacionam na construção da imagem Acrópole= mulheres, e na inversão dessa imagem que é mulher= cidades, que representa a reconciliação personificada em uma bela jovem com as cidades da Grécia em seu corpo. Mas essa nova imagem tem uma dimensão política maior, por abranger não só Atenas, mas as cidades gregas, especialmente as que eram limítrofes dos conflitos entre as duas principais cidades guerreiras, Atenas e Esparta. As mulheres, simbolicamente, humanizaram a acrópole ateniense, para, em seguida, dela saírem politizadas. O que se pode afirmar de Lisístrata é que ela, antes de tudo, traz uma proposta de vida com os mais altos valores de família, nela incorporados homens e mulheres nas suas tendências naturais, e de paz para a Grécia, nela incorporados atenienses e espartanos com suas respectivas características". (POMPEU, 2011, p. 91).

Portanto, na comédia antiga, como se observa em Lisístrata de Aristófanes, a mulher é frequentemente utilizada como um instrumento cômico para fins políticos ou sociais maiores. A presença feminina na cena teatral não reflete exatamente uma mudança de status real das mulheres na Atenas clássica, mas sim uma licença artística usada para provocar o riso, questionar a lógica do poder vigente e, muitas vezes, expor o absurdo das estruturas dominadas pelo masculino.

Ao deslocar a análise para *Lisa, a Mulher Libertadora*, observa-se um contexto radicalmente distinto. Produzida durante a ditadura militar brasileira, a obra se insere em um cenário caracterizado por restrições às liberdades políticas e pelo controle das expressões culturais. Nesse ambiente, o teatro adquire um papel específico como espaço de elaboração simbólica e crítica das condições vigentes. A apropriação de elementos da narrativa de *Lisístrata* por Augusto Boal não implica uma simples reprodução de seu conteúdo, mas uma reconfiguração orientada pelas demandas do contexto brasileiro que pode ser compreendida

como um processo de ressignificação, no qual referências da Antiguidade são mobilizadas para dialogar com questões contemporâneas.

A releitura de Lisístrata por Boal, durante os anos de repressão no Brasil, desloca o foco da guerra externa para os conflitos internos vividos por mulheres em contextos de opressão múltipla: de classe, de gênero e de poder político. A peça, em sua adaptação brasileira, adquire novas camadas de sentido ao ser incorporada em práticas como o Teatro Fórum, permitindo que o público participe ativamente da cena e proponha soluções para as situações apresentadas. Essa ressignificação, além de aproximar o texto clássico das questões contemporâneas, amplia sua potência crítica ao enfatizar o protagonismo feminino como eixo de transformação.

Nesse caso, a figura feminina assume uma posição central na organização da ação dramática, articulando-se diretamente com a crítica às estruturas de poder presentes no contexto da ditadura. Diferentemente da peça antiga, na qual a ação das mulheres se insere em um registro cômico específico, em Boal essa ação é construída em diálogo com uma prática teatral voltada à intervenção social. A proposta do Teatro do Oprimido, conforme discutido por Sinisterra (2002, p. 75), redefine a relação entre cena e público, ao buscar envolver o espectador como participante do processo teatral. Nesse sentido, a presença de uma protagonista feminina não se limita à construção narrativa, mas se articula com uma forma de encenação que enfatiza a participação e a reflexão coletiva.

Nesse sentido, o protagonismo feminino no teatro deve ser analisado como uma forma de representação situada, cujos significados variam de acordo com o contexto. Em *Lisístrata*, ele se articula com a crítica à guerra e à organização da pólis; em Boal, com a reflexão sobre o poder e a participação política. Dessa forma, a análise comparativa evidencia que o feminino, longe de constituir uma categoria fixa, é continuamente reconstruído no interior das práticas culturais. Sua presença no teatro não apenas reflete as condições sociais, mas também contribui para a elaboração de formas de pensar essas condições. Assim, ao considerar as especificidades de cada obra, torna-se possível compreender como o protagonismo feminino é mobilizado de diferentes maneiras, assumindo funções distintas em cada contexto histórico. Essa abordagem permite evitar generalizações e reconhecer a complexidade das representações analisadas, evidenciando o papel do teatro como espaço de construção simbólica e reflexão social.

A comparação entre as duas obras, portanto, não deve ser orientada pela busca de equivalências, mas pela identificação das condições que tornam possível a emergência dessas representações em seus respectivos contextos. Conforme Detienne (2004,p 58), o exercício comparativo implica reconhecer tanto as diferenças quanto os deslocamentos que ocorrem

quando elementos de uma tradição são retomados em outra. No caso em questão, observa-se que, em ambos os contextos, o feminino é mobilizado como elemento estruturador da ação dramática. No entanto, os sentidos atribuídos a essa mobilização variam significativamente. Em *Lisístrata*, ela opera como recurso cômico para abordar a guerra; em *Lisa, a Mulher Libertadora*, integra uma proposta de crítica às condições políticas contemporâneas.

A partir da perspectiva da História Cultural, o teatro pode ser compreendido como um espaço de produção de representações que participam da construção de sentidos sociais. Chartier (1985, p.16) destaca que tais representações não apenas refletem práticas, mas também contribuem para organizá-las simbolicamente. Assim, a análise das personagens femininas deve considerar não apenas suas ações no interior das obras, mas também os modos pelos quais essas ações são estruturadas e significadas.

A convergência analítica entre *Lisístrata*, de Aristófanes, e *Lisa, a Mulher Libertadora*, de Augusto Boal, permite concluir que a figuração do feminino no espaço cênico opera como um dispositivo de mediação política, capaz de tensionar as estruturas de poder vigentes por meio da inversão e da ressignificação simbólica. No entanto, a eficácia dessa análise reside na compreensão de que o protagonismo feminino não constitui uma categoria universal ou trans-histórica, mas sim uma construção situada, cujos contornos são delimitados pelas condições de produção e pelas finalidades retóricas de cada horizonte histórico. Aristófanes instrumentaliza o corpo feminino e a ocupação da Acrópole como metáforas da desordem da *pólis* para denunciar a imperícia da administração masculina e o desgaste provocado pela Guerra do Peloponeso. O desfecho da obra, ao reconciliar os opostos sob o signo da paz, reafirma a função do teatro como espaço de restauração do equilíbrio social, onde o feminino atua como o elemento utópico que permite enunciar o que, na esfera política real, permanecia interditado.

Em contrapartida, a releitura proposta por Augusto Boal sob a égide da ditadura militar brasileira promove um deslocamento fundamental: a transição da representação cômica para a práxis pedagógico-política. A conclusão que se depreende desse processo de recepção clássica é que a "Lisa" de Boal não apenas reitera o mito grego, mas o reconfigura sob a ótica do Teatro do Oprimido. Nesse contexto, o protagonismo feminino é mobilizado como uma categoria de resistência multifacetada, articulando as tensões de gênero às opressões de classe e ao autoritarismo estatal. A obra deixa de ser um objeto de contemplação passiva para tornar-se um fórum de intervenção, onde a figura feminina centraliza o debate sobre a agência do sujeito frente às estruturas de dominação.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A partir disso, a análise comparada, fundamentada nos pressupostos da História Cultural, evidencia que o teatro não apenas reflete as tensões de sua época, mas as organiza simbolicamente. Enquanto em Aristófanes o feminino é um recurso de distanciamento e sátira para a manutenção da ordem, em Boal ele se torna um vetor de conscientização e transformação social. Portanto, a presença da mulher no drama histórico revela-se como um elemento de constante ressignificação, cujo estudo permite apreender os limites e as possibilidades da ação política em diferentes configurações de poder.

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. ***A história cultural entre práticas e representações***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ Difel, 1985.

DETIENNE, Marcel. ***Comparar o Incomparável***. Aparecida, SP: Ideias & Letras. 2004.

JAMES, Sharon L. ***A Comédia Antiga e a vida das mulheres: encontrando a história social e vendo o presente na Comédia Clássica***. Phaos: Revista de Estudos Clássicos, v. 19, p. e019009-e019009.

OLIVEIRA F.; SILVA M. F. ***O teatro de Aristófanes***. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.

POMPEU, Ana Maria César. ***A construção do feminino em Lisístrata de Aristófanes***. Revista letras, v. 83, n. 1, 2011.

SINISTERRA, José Sanches. ***Dramaturgia da recepção***. Folhetim, Rio de Janeiro, n. 13, p. 75. 2002.



ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: OSCAR DIAS CORRÊA E O GOVERNO JOÃO GOULART (1961–1964)

Samuel Davi Rocha Santos[1]

Introdução

No Brasil, os anos 1960 foram marcados pelos grandes embates políticos e pelos conflitos institucionais que resultaram na deposição do Presidente da República João Belchior Marques Goulart, bem como no início da ditadura militar brasileira que somente seria encerrada em 1985. Naquela conjuntura, existia um claro embate entre dois projetos políticos distintos: o projeto reformista e necionalista, adotado por Goulart e o projeto de corte liberal, adotado por parte dos segmentos militares e, em especial pelos políticos udenistas, como por exemplo Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Bilac Pinto, Milton Campos, dentre outros.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as memórias do político e intelectual Oscar Dias Corrêa (UDN/MG) com relação ao governo João Goulart entre 1961 e 1964. Oscar foi um dos mais fervorosos opositores de Goulart no âmbito da Câmara dos Deputados, imputando sempre ao então Presidente a acusação de que o mesmo estaria levando o Brasil rumo à "comunização". O período em questão, que marca o nosso recorte temporal, compreende a renúncia do Presidente Jânio Quadros, o governo Goulart no regime parlamentarista e presidencialista e o golpe civil-militar de 1964. Utilizamos aqui o conceito de golpe civil-militar nos termos expostos por Marcos Napolitano (2025, p. 9) que defende a ideia que o golpe de 1964 foi resultado de uma ampla coalizão "civil-militar, conservadora e antirreformista". Nesse sentido, nos termos da historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2006, p. 7): "a memória expressa em testemunhos e obras memorialísticas tornou-se um instrumento relevante, na medida em que oferece ao historiador a possibilidade de distinguir os mecanismos de interpretação dos fatos políticos e investigar os usos do passado".

[1] Graduado em Direito pelas Faculdades Santo Agostinho (FASA). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Graduando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Especialista em Direito Constitucional e Tributário pela Faculdade Metropolitana (FAMEESP). Pesquisador ativo do Grupo de Pesquisa e Estudos do Pensamento Autoritário da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), vinculado ao CNPq. Bolsista: FAPEMIG. Contato: samuel-rocha1999@hotmail.com

Para que possamos chegar aos fins desejados em nosso trabalho, utilizaremos como fonte primária a entrevista de Oscar Corrêa a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) pertencente ao projeto Memória Política de Minas e publicado nos anos 2000. Subsidiariamente, recorreremos ainda a o depoimento concedido por Corrêa ao historiador Alisson Mascarenhas Vaz, incluído no livro Duas visões da política mineira: depoimentos de Oscar Dias Corrêa e Pio Soares Canedo, publicado em 1997.

As memórias de Oscar Corrêa podem ser classificadas como inseridas dentro do campo pertencente a memória conservadora, que compreende ainda a memória liberal, a respeito da conjuntura política brasileira da década de 1960, representada sobretudo pelos setores militares, bem como pelos atores políticos vinculados especialmente a União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Social Democrático (PSD).

Como aponta o historiador Michel Pollak (1989), as memórias estão em constante disputa, refletindo os embates entre diferentes narrativas acerca do passado. Nesse sentido, ainda de acordo com Pollak (1989), a memória pode ser compreendida como um campo de luta, um espaço de lutas constantes onde diferentes grupos disputam o direito de conferir ao passado um determinado sentido. Ferreira (2006) aponta a existência, com relação à figura e ao governo de João Goulart, de uma memória ligada aos conservadores e uma memória ligada às esquerdas. As memórias desses dois segmentos, que são heterogêneos, estão sempre em disputa no presente, uma vez que a narrativa dos fatos e os sentidos atribuídos são constantemente reinterpretados por cada um desses grupos.

Importante destacar que, como aponta Ferreira (2006, p. 10), "o que se observa é que, tanto entre os adversários, quanto entre a maioria dos aliados, a imagem que se construiu de Jango foi quase sempre muito negativa e profundamente marcada por posicionamentos político-ideológicos de curto prazo". Os conservadores apontam que Jango seria um indivíduo fraco, despreparado para chefiar o Executivo nacional e, de uma forma ambígua, estaria trabalhando para que o Brasil se tornasse um país comunista nos termos da Revolução Cubana de 1959. Já às esquerdas acusam Goulart de ser um conciliador em meio a interesses distintos, incoerente em determinados momentos, incapaz de analisar os cenários conjunturais, bem como alguém que não apresentava uma posição sólida e concreta, ainda existiam aqueles, mesmo à esquerda, que acusavam Goulart de golpismo.

Apesar das disputas acerca da memória relativa aos anos 1960, conservadores e vozes à esquerda possuem uma visão, em determinados aspectos, negativa com relação ao governo de Goulart, o que coloca o líder trabalhista em uma posição singular quando comparado com outros presidentes da história brasileira como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.



Contudo, na operação intelectual que busca compreender e dar sentido ao passado, entendendo as disputas que marcam as memórias acerca do governo Goulart, torna-se importante uma diferenciação entre história e memória. De acordo com Júlio Pimentel Pinto (1998), a memória é uma elaboração subjetiva acerca do passado construída a partir do presente, já a história é uma operação crítica e dotada de racionalidade que busca a problematização do passado e dos fatos históricos.

Desta forma, Marieta de Moraes Ferreira observando o ofício dos historiadores diante das diferenças claras entre história (enquanto disciplina científica) e memória, ressalta que:

> [...] os historiadores têm como dever de ofício estabelecer diferenças entre a memória e a história, entre a história vivida e a história como operação intelectual. É como esse compromisso que se deve enfrentar o desafio de deslindar os mecanismos de construção das memórias, de captar conflitos, de compreender o que é selecionado para ser lembrado e o que é relegado ao esquecimento (Ferreira, 2006, p. 8).

Diante o exposto, compreendendo as disputas acerca da memória com relação ao governo de João Goulart, buscaremos analisar a memória liberal, inserida dentro da memória conservadora (Ferreira, 2006), a partir das percepções e interpretações de Oscar Dias Corrêa, importante voz nos quadros oposicionistas frente ao governo de Jango, como era conhecido o Presidente João Goulart. Esperamos contribuir para uma melhor análise acerca das memórias que envolvem a política brasileira da década de 1960, em especial a memória de Oscar Corrêa frente à figura de João Goulart, histórico inimigo da UDN.

Oscar Dias Corrêa E O Governo João Goulart

Nascido na cidade de Itaúna/MG em 1° de fevereiro de 1921, Oscar Dias Corrêa atuou de forma destacada em diferentes campos sociais. Foi advogado, professor universitário, político, magistrado, tradutor e escritor. De acordo com o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Caio Mário da Silva Velloso, "Oscar foi um mundo" (VELLOSO, 2016, s/p). No campo político, Corrêa ingressou na UDN em 1945 e, em 1947, foi eleito para a Assembleia Estadual Constituinte. Em 1955, tornou-se deputado federal, exercendo três mandatos consecutivos na Câmara dos Deputados, onde atuou como vice-líder e líder da UDN. Sendo vinculado ao grupo que ficou conhecido como "Banda de Música", foi ainda secretário-geral da UDN em âmbito nacional. Durante toda sua trajetória política Oscar esteve vinculado à

UDN, sendo sua ligação ao partido udenista o aspecto mais notório de sua vida pública no campo político.

Oscar Corrêa, atuando como Deputado Federal foi um dos grandes nomes da oposição ao governo de João Goulart, líder trabalhista, vinculado ao Partido Trabalhista Brasiliro (PTB) no qual ele era o presidente da agremiação partidária e considerado herdeiro político de Getúlio Vargas. Jango, como era conhecido, representava para os quadros udenistas os dois grandes males que deveriam ser efetivamente combatidos na política brasileira: o varguismo e o comunismo (BENEVIDES, 1981).

Adversário da UDN que encarnava as duas frentes de combate dos udenistas, João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja (RS), no dia 1º. de março de 1919, formou-se em direito em 1939, porém não exerceu a advocacia. Na década de 1940 torna-se uma figura próxima a Getúlio Vargas, já destronado do poder após o fim da ditadura do Estado Novo. Jango, inicia sua trajetória política como Deputado Estadual constituinte pelo Rio Grande do Sul, sendo introduzido no campo político pelo próprio Vargas, "percebendo claramente seu potencial de liderança, expresso pela grande popularidade de que desfrutava no município e por sua facilidade de relacionamento com as pessoas humildes" (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001). Na década de 1950 foi eleito Deputado Federal, se tornou presidente do diretório nacional do PTB e chegou a ser Ministro do Trabalho durante o governo de Vargas no período entre 1953 e 1954. Nesse sentido, "a auréola de grande líder de massas só o envolveria a partir de junho de 1953, com sua nomeação para o Ministério do Trabalho, cargo que assumiu em junho de 1953" (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001).

Goulart ganhou notoriedade e se destacou em virtude de sua importante ligação com o movimento sindical, bem como em sua capacidade de negociação, "de forma a manter as reivindicações trabalhistas sob controle" (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001). Atuando como ministro do trabalho, Jango chegou a preparar estudos que seriam levados ao Congresso nacional para que fosse viabilizado um aumento salarial que resultaria na duplicação dos salários dos trabalhadores, atendendo a uma importante demanda, tendo em vista o crescente custo do aumento de vida. Contudo, após pressão da oposição e de setores militares, que já apontavam Jango como sendo um agitador social próximo aos comunistas, acabou sendo exonerado.

Importante destacar que Goulart foi um dos grandes responsáveis em conduzir o PTB rumo ao reformismo de cunho nacionalista após o suicídio de Vargas, passando a ter diálogo com o PCB que apoiava as pautas sociais reformistas e nacionalistas. A boa relação de Goulart

com setores à esquerda foi utilizada pela oposição em especial na década de 1960, onde o temor frente ao comunismo aumentava consideravelmente.

Além disso, João Goulart foi eleito vice-presidente da República em 1955 na chapa formada juntamente com Juscelino Kubitschek, revivendo a aliança PTB-PSD, sendo novamente eleito à vice-presidência na eleição seguinte, sendo Jânio Quadros eleito Presidente da República. Entre 1946 e 1964, nos termos da constituição, a eleição para os cargos de presidente e vice aconteciam de forma separada, o que possibilitou a vitória eleitoral para dois candidatos adversários, uma vez que Quadros foi inclusive apoiado por setores liberais e conservadores.

Goulart ascende ao poder após a renúncia de Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961, que havia sido eleito com apoio da UDN, em 1961, alegando ter sido vencido pelas "forças da reação" e pelas "forças terríveis" que impediam o progresso do Brasil. A posse de Goulart ocorre somente no dia 7 de setembro de 1961 após graves conflitos políticos e institucionais, em virtude da resistência de caráter golpista de parte das Forças Armadas, bem como de políticos conservadores como Carlos Lacerda (UDN/GB). A posse somente foi possível mediante a chamada "solução parlamentarista" que alterou a forma de governo, saindo do presidencialismo para o parlamentarismo, a fim de que Goulart assumisse a presidência com poderes limitados. Dessa forma, Goulart chega ao poder após grande mobilização na esfera política e civil, com destaque para a "Campanha da Legalidade" liderada por Leonel Brizola (PTB), governador do Rio Grande do Sul, tendo apoio de setores das Forças Armadas e da sociedade civil (FERREIRA, 2022).

Acerca da memória conservadora relativa ao governo João Goulart é ambígua e paradoxal. Os conservadores, como demonstra o trabalho de Ferreira (2006) estruturam suas memórias em dois eixos distintos: Ora Jango é visto como um indivíduo fraco, incapaz, manipulável e de poucas virtudes, ora é visto como uma ameaça que estaria em busca de instalar no Brasil uma "República Sindicalista", bem como possibilitaria que o país se tornasse comunista. O udenista Oscar Dias Corrêa apresenta em suas memórias os dois eixos estruturadores acima destacados, acerca do governo Goulart.

Na visão de Oscar Corrêa, João Goulart não estava preparado para ocupar o cargo de Presidente da República. Corrêa aponta que Jango era "inteligente" e ao mesmo tempo "sem formação cultural". Em seus termos: "O Jango não estava preparado para ser presidente da República. Ele, toda a vida, foi um peão gaúcho, com a vida dele, um homem inteligente, sem nenhuma formação cultural, cercado de sujeitos que queriam explorar o seu prestígio, porque ele era um homem aparentemente simpático" (MINAS GERAIS, 2000, p. 584).

Oscar prossegue, falando acerca de Goulart, que o mesmo era alguém "fraco" e seria influenciado negativamente por outras pessoas, como por exemplo o seu cunhado Leonel Brizola, que tinha posições e discursos considerados, naquela conjuntura, como sendo mais exaltados. Oscar diz: "Era fraco, dominado por aquele pessoal do tipo Brizola. O Brizola dominava o Jango, assim como os outros elementos que o cercavam. Então, o governo do Jango foi, sobretudo, um governo em que ele não governou. Governaram os outros por ele" (MINAS GERAIS, 2000, p. 584-585). Oscar chega a dizer que Goulart "fez muitas bobagens, influenciado pelo Sr. Leonel Brizola" (MINAS GERAIS, 2000, p. 612). Em outro momento da entrevista concedida por Oscar à ALMG, ele diz: "Então, o Jango era despreparado, cercado por sujeitos que achavam que bastava dizer que se ia fazer alguma coisa, que ela seria feita" (MINAS GERAIS, 2000, p. 571).

O político udenista coloca dúvidas até mesmo na carreira política de João Goulart, ressaltado que, em sua opinião, o líder trabalhista era incapaz de ser Presidente da República e que o seu ingresso na política somente teria começado após Getúlio Vargas o ter nomeado como Ministro do Trabalho em 1953: "Jango não tinha preparo intelectual nem político para ser presidente da República. Ele só foi político porque o Getúlio o nomeou ministro do Trabalho e, com isso, deu-lhe prestígio, e ele se firmou como sindicalista que explorava os pelegos da vida sindical brasileira" (MINAS GERAIS, 2000, p. 585). A ligação de Goulart com Vargas alarmava os setores udenistas e o fantasma varguista aparece, por vezes, nas memórias dos políticos ligados à UDN. O fantasma de Vargas inviabilizaria Jango. Para Oscar Corrêa, João Goulart "era um homem sabido, com a matreirice getuliana, mas sem a classe, a competência e a habilidade do Getúlio" (MINAS GERAIS, 2000, p. 612).

Na interpretação de Oscar Corrêa, João Goulart carecia de preparo intelectual, político e cultural para exercer a Presidência da República, sendo caracterizado como um líder pessoalmente inteligente, porém frágil e suscetível à influência de seu entorno político. Corrêa atribui a figuras como Leonel Brizola um papel determinante nas decisões governamentais, sustentando que o governo Goulart teria sido conduzido, em grande medida, por terceiros. Ademais, Oscar questiona a trajetória política de Goulart, vinculando sua ascensão à nomeação como Ministro do Trabalho por Getúlio Vargas, o que, em sua visão, lhe conferiu certa projeção sem a devida qualificação. Nesse sentido, embora reconheça em Goulart certa astúcia associada ao legado varguista, Corrêa o considera destituído da competência e habilidade de Vargas.

A visão de Oscar, contudo, como veremos, revela uma ambiguidade recorrente nas memórias conservadoras: ao mesmo tempo em que descreve Jango como um líder fraco e incapaz de governar, lhe é atribuído potencial para conduzir o país a uma ameaça comunista. A

ambiguidade mostra a construção de uma narrativa que, ao desqualificar sua capacidade individual, amplifica o perigo político representado por seu governo, transformando-o em figura inábil e, ao mesmo tempo, em agente de um projeto ideológico percebido como subversivo e desestabilizador da ordem nacional.

Para além das críticas que enfatizavam uma suposta falta de preparo de João Goulart, bem como a influência que Jango sofria por parte de outros políticos considerados mais radicais pelas lentes conservadoras, a ameaça vermelha é um importante argumento que organiza a visão dos opositores liberais e conservadores (FERREIRA, 2006). João Goulart era associado ao comunismo com maior força desde sua passagem pelo Ministério do Trabalho durante o governo de Vargas, muito em virtude de sua boa relação com os comunistas e sua facilidade de negociação com o movimento sindical. Ademais, Jango foi responsável por aproximar o PTB ao PCB. Como aponta Lucília de Almeida Neves Delgado (2022), militantes comunistas até se candidataram utilizando a legenda petebista.

Na visão dos conservadores, João Goulart "representava uma ameaça, pois seu governo possibilitaria a entrada do comunismo no país e a instauração de uma *República Sindicalista* [...] Jango era o Kerensky brasileiro. Essa alusão à fase preparatória da Revolução Russa pressupunha que Jango estaria comprometido com a implantação de políticas defendidas pela esquerda radical" (FERREIRA, 2006, p. 11). A temática acerca da "República Sindicalista" aparece nas memórias de Oscar Dias Corrêa associada ao comunismo. Nos termos de Oscar: "Tínhamos a certeza de ele queria instalar no Brasil uma república sindicalista. Chamavam-no de "comunistóide"" (MINAS GERAIS, 2000, p. 732).

Na entrevista concedida ao historiador Alisson Vaz, acerca das Reformas de Base encampadas pelo governo Goulart, Corrêa aponta que:

> As reformas de base do João Goulart eram uma tentativa para se instalar no País uma república sindicalista, que ele pretendia desde o tempo em que foi ministro do Trabalho do Getúlio. Sabíamos que o Jango não era confiável, e não tinha rumo certo: era um despreparado para exercer a presidência da República, um homem com muitos problemas, inclusive familiares. De forma que não merecia confiança (VAZ, 1997, p. 186).

Nas palavras de Oscar percebe-se mais uma vez a ênfase na ideia de "República Sindicalista", bem como aspectos relativos ao "despreparo" de Goulart no exercício da chefia do Poder Executivo. Oscar prossegue ressaltando que: "as reformas de base, nós sabíamos que, no fundo, o que ele queria era assumir a liderança das esquerdas no País para, em seguida, implantar um regime ditatorial. Não merecia confiança, e as reformas de base eram uma

desculpa para o estabelecimento da república sindicalista" (VAZ, 1997, p. 186). Para Oscar, era notório os aspectos autoritários de Goulart que remetiam ao varguismo acrescido do medo relativo ao comunismo.

Oscar Corrêa pontua ainda que desde 1963 os udenistas acreditavam que Jango tinha um plano continuísta em curso expresso pela ideia da suposta "República Sindicalista": "Já se sabia, perfeitamente, que o Jango estava tramando a tal república sindicalista. Já estávamos tranqüilamente informados de que ele estava procurando um jeito de continuar no poder, na base da república sindicalista" (MINAS GERAIS, 2000, p. 580).

Apesar da expressão "República Sindicalista" aparecer nas memórias de Corrêa sempre associada ao contexto político dos anos 1960, imputando a Goulart uma faceta comunista com planos articulados para que o mesmo pudesse se manter no poder e, talvez, repetir o governo ditatorial de Vargas nos tempos de Estado Novo. A expressão em si, como aponta o historiador Jorge Ferreira (2024), ganha destaque no cenário político nacional nos anos 1950. Nesse contexto, os conservadores e liberais brasileiros se sentiam ameaçados pelo regime de Perón na Argentina e usavam o caso argentino para combater o João Goulart que estava ascendendo politicamente, ocupando a pasta do Trabalho. O governo de Perón era marcado pela proximidade com o movimento sindical. Para Jorge Ferreira:

> Sem golpes de Estado, Perón ascendera ao poder pela mobilização do movimento sindical e pelo voto dos trabalhadores. O seu partido, com vitórias eleitorais seguidas, tinha maioria no parlamento e os adversários, insistindo no palavreado antiperonista, resistiam para não desaparecer do cenário político. Com o respaldo das Forças Armadas, amplo apoio popular e praticamente imbatível nas urnas, o líder argentino passou a exercer poderes ditatoriais, mesmo que em um regime formalmente liberal-democrático (FERREIRA, 2024, p. 138).

Não obstante, na fomentação da oposição ao líder trabalhista brasileiro, que era acusado de ser "um agitador" favorável às greves, e que tinha uma conduta próxima a adotada pelo "peronismo" argentino em virtude de sua ligação com o movimento sindical e boa relação com os comunistas, como ressalta Jorge Ferreira:

> "o termo "peronismo" necessitava ser traduzido para a realidade brasileira, expressando, com maior clareza, a ameaça que representava para as instituições democráticas. O presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife e parlamentar do PTB, Wilson de Barros Leal, foi quem ofereceu às oposições a necessária tradução. Ao elogiar a atuação de Goulart no Ministério, o sindicalista disse que, nas próximas eleições, os trabalhadores, votando no PTB, poderiam eleger um



> parlamento que representasse seus interesses de classe, constituindo, assim, uma "República sindicalista" (FERREIRA, 2024, P. 138).

No contexto da década de 1950, "os planos já estariam traçados: eleger maioria parlamentar no Congresso, reformar a constituição e, por fim, dar todo o poder aos sindicatos, sob as lideranças de Goulart e Vargas" (FERREIRA, 2024, p. 140).

O uso da expressão "República Sindicalista" aparece nas memórias de Oscar Corrêa associada aos anos 1960 como uma forma de justificar o seu apoio ao golpe civil-militar de 1964 que depôs João Goulart que "já estava passando dos limites e iria passá-los, porque ele queria uma república sindicalista e iria fechar o Congresso (MINAS GERAIS, 2000, p. 592). Nesse sentido, a queda de Jango encontra forte respaldo, nas memórias conservadoras, no discurso anticomunista. Para Oscar Corrêa, combater o comunismo significava defender as instituições e a ordem democrática. De acordo com Laurindo Mekie Pereira (2023, 0. 11) "o anticomunismo e a defesa da democracia se destacam nos argumentos de Oscar Dias Corrêa. A rigor, no discurso anticomunista então vigente, eram faces da mesma moeda porque, nessa leitura, o comunismo seria oposto ao regime democrático".

Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta (2020), ocorreu durante a década de 1960 o segundo grande surto anticomunista no Brasil. "Entre 1961 e 1964 [...] o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante, sendo a fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março" (MOTTA, 2020, p. 255).

Ainda segundo o autor, a eclosão anticomunista nessa conjuntura em especial foi influenciada por fatores nacionais e internacionais. No plano internacional, em 1959 ocorreu a chamada Revolução Cubana, que levou a América Latina "ao centro da Guerra Fria". Já no plano nacional, observava-se o crescimento das organizações de esquerda. "O fato era visível não só pela reestruturação do PCB, que começava a se recuperar das crises e cisões decorrentes da "desestalinização", mas no surgimento de novas organizações esquerdistas como Ação Popular (AP), Ligas Camponesas e Política Operária (Polop), por exemplo." (MOTTA, 2020, p. 256-257). Nesse sentido, Rodrigo Motta (2020, p. 257) destaca ainda que "no limiar da década de 1960, as bandeiras esquerdistas começaram a empolgar novos contingentes sociais, para além de intelectuais e ativistas sindicais. Militantes católicos leigos e grandes quantidades de líderes estudantis fortaleceram o campo esquerdista, engrossando os movimentos favoráveis a transformações sociais".

A ascensão de Goulart, considerado como o grande líder da ala mais à esquerda do PTB garantiu contornos mais fortes ao temor anticomunista por parte dos conservadores. Durante o governo João Goulart, Oscar atuou na "Banda de Música" da UDN, sendo

classificado com um dos "arautos do anticomunismo" no interior dos quadros udenistas (BENEVIDES, 1981).

Justificando o seu apoio a deposição de Jango em virtude do risco supostamente iminente de implantação da "República Sindicalista" em termos revolucionários, Oscar ressalta que o golpe civil-militar de 31 de março foi na verdade uma " uma contra-revolução para impedir a implantação da república sindicalista do Jango" (MINAS GERAIS, 2000, p. 623).

Ainda que os grupos que compuseram o golpe fossem heterogêneos e não tivessem um projeto unificado para o Brasil, Oscar diz, enfatizando mais uma vez o fator anticomunista: "Nenhum de nós tinha projeto nacional. Todos nós tínhamos nosso programa de partido, cada um queria fazer o programa do partido, que era o seu projeto nacional. Nem as forças se uniram. Não houve encontro de forças para fazer projeto algum. Todo mundo queria tocar o Brasil para frente da melhor maneira possível e tirar o Jango, que tentava a "comunização"" (MINAS GERAIS, 2000, p. 623).

Na visão de Oscar Corrêa, o próprio João Goulart foi responsável por sua deposição, em razão de suas posições nas crises que ocorreram em especial entre 1963 e 1964. Para Corrêa:

> O Jango fez a Revolução para nós, quando quebrou a hierarquia das Forças Armadas e deu força aos sargentos, aos amotinados do Automóvel Clube. Quem fez a Revolução de 1964 foi o Sr. João Belchior Marques Goulart e o Sr. Leonel Brízola. Todos sabiam que Brizola não merecia confiança. Ele queria dar o golpe, valendo-se do cunhado (MINAS GERAIS, 2000, p. 624).

A leitura de Corrêa sugere que as ações do então presidente, especialmente o apoio a setores subalternos das Forças Armadas, como sargentos e movimentos considerados insubordinados, como o do Automóvel Clube, teriam contribuído para a quebra da hierarquia militar, vista como essencial pelos altos comandos. Conforme ressalta Ferreira (2006, p. 27-27):

> as demonstrações de força materializadas nos levantes militares - revolta dos marinheiros e dos sargentos, no comício da Central do Brasil (13-3-1964) e na manifestação Automóvel Clubes forneceram elementos para que se intensificasse a conspiração entre os opositores e se espalhassem as correntes de pânico, divulgando uma ideia de caos, desordem e de marcha inevitável do Brasil para o comunismo.

Soma-se ao exposto acima o fato de que:

> Os discursos feitos na época por Leonel Brizola, Francisco Julião, Miguel Arraes e muitos outros líderes do PTB e do PCB mostram que havia uma crença de que era possível acelerar o processo de transformação social e de que existiam forças organizadas na sociedade capazes de sustentar esse processo. Com essa postura, as forças de esquerda faziam crer a seus opositores que estavam prontas para tomar o poder, quando na verdade estavam muito longe disso, como ficou evidenciado mais tarde - e não apenas pela postura de Jango de não querer resistir, mas porque as forças de esquerda, por sua fragmentação, por seus cálculos equivocados, não dispunham de recursos (FERREIRA, 2006, p. 26)

Nesse sentido, infere-se que essas atitudes criaram o ambiente propício para a reação dos militares, culminando no golpe de 1964. Trata-se, portanto, de uma visão que transfere parte da responsabilidade pelo golpe ao próprio governo deposto, refletindo uma leitura política alinhada à justificativa dos setores que apoiaram a intervenção militar.

Mesmo diante das memórias conservadoras, torna-se importante frisar que "muitos daqueles que escreveram sobre o período que antecedeu o golpe de 64 afirmam que não havia uma real possibilidade de implementação de uma revolução de esquerda no Brasil, e que o fantasma do comunismo era um mero pretexto para justificar um golpe militar desejado há muito por setores radicais de direita" (FERREIRA. 2006, p. 25). Contudo, em virtude da conjuntura internacional e nacional, o temor de muitos atores políticos daquele contexto era genuíno (MOTTA, 2021). Era o caso de Oscar Corrêa (PEREIRA, 2023).

Considerações Finais

A memória dos atores políticos liberais e conservadores, referentes ao governo de João Goulart, apresentam ambiguidades e paradoxos relevantes quando analisadas mais atentamente. O sentido atribuído ao passado pela memória conservadora imputa a Goulart a acusação de que o líder trabalhista agia conscientemente para a implantação do comunismo no Brasil através da "República Sindicalista", mediante sua vinculação com os movimentos sociais, em especial o sindical, bem como sua boa relação com os comunistas. Em certos momentos Jango é visto inclusive com pretensões ditatoriais que remetem a sua ligação com Getúlio Vargas. Temia-se que Goulart repetisse Vargas criando uma nova ditadura semelhante ao Estado Novo. Contudo, "em contraste com essa visão de que Goulart e seus aliados comunistas estavam articulados e com uma organização consistente, delineia-se outra representação de Goulart como indivíduo fraco e despreparado para exercer a presidência da República" (FERREIRA, 2006, p. 12).

Nessa perspectiva, as memórias de Oscar Dias Corrêa acompanham de perto esse padrão interpretativo, incorporando ambiguidades semelhantes às presentes no discurso conservador sobre o governo de João Goulart. Em seus relatos, é possível perceber uma oscilação constante: ora Goulart aparece como um líder sem firmeza, incapaz de controlar seus aliados e de conduzir o país em meio à crise; ora surge como alguém dotado de intencionalidade política, associado a um suposto projeto de transformação social de caráter radical. Essa dupla caracterização, os dois eixos estruturantes da memória conservadora, longe de ser acidental, revela uma forma de construir sentido sobre o passado que combina desqualificação pessoal com a atribuição de perigo político.

Desta forma, ao mesmo tempo em que enfraquece a imagem de Goulart como governante, também o insere no centro de uma narrativa que busca explicar e, em certa medida, legitimar, a ruptura de 1964, reiterando as tensões e contradições já observadas em outras memórias do período.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Partidos políticos e frentes parlamentares**: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2022.

DICIONÁRIO **histórico-biográfico brasileiro** pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil militar de 1964. In. Ferreira Jorge & Delgado, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2022.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: Getulismo, PTB e cultura política popular (1945–1964). Civilização Brasileira, 2024.



FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Oscar Dias Corrêa**. Belo Horizonte: ALMG, 2000. (Coleção Memória Política de Minas, 4, v. 1, 2).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. **Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2015.

PEREIRA, Laurindo Mekie. Democracia com limites: a trajetória de Oscar Dias Corrêa (1945-1966). **In: História (São Paulo)**, v. 42, p. e2023027, 2023.

PINTO, Julio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 17, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Oscar Dias Corrêa, Jurista, Intelectual, Político, Juiz. 15 de fevereiro de 2016. Disponível em: < http://www.editorajc.com.br/oscar- dias-correa-jurista-intelectual-politico-juiz/ >. Acessado em: 05 de abril de 2026.

VAZ, Alisson Mascarenhas. **Duas visões da política mineira:** depoimentos de Oscar Dias Corrêa e Pio Soares Canêdo. Belo Horizonte: BDMG, 1997.



ENTRE O TRAUMA E A URGÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PRESENTISMO NA NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA DO BRASIL SOBRE O HAITI CONTEMPORÂNEO

Lucy Victoria Chimilowski[1]

No exercício historiográfico da escrita da história, observa-se que a delimitação do objeto de estudo frequentemente transcende o arbítrio subjetivo ou o mero interesse intelectual do pesquisador. A produção do conhecimento histórico é atravessada por condicionantes estruturais, epistemológicas e institucionais que orientam e, por vezes, restringem o olhar do historiador.

A ausência de determinadas abordagens ou temas não decorre apenas de uma escolha deliberada, mas reflete as tensões entre a disponibilidade documental, as demandas sociais de memória e os paradigmas teóricos dominantes em cada época. Assim, o silêncio sobre certos processos históricos revela tanto sobre a prática historiográfica quanto sobre as narrativas explicitamente construídas, exigindo uma análise crítica sobre as lacunas e as invisibilidades que moldam a compreensão do passado e sobre a maneira como a história constrói representações.

É fato que a História detém o que podemos entender como o "poder" de criar representações a partir das fontes. Michel Foucault (2013) amplia a noção de "poder" ao conectá-la diretamente ao desejo que um determinado grupo ou instância possui, ou almeja possuir, a verdade ou domínio sobre os discursos de uma área específica. Para o autor, deter as "verdades" sobre um campo de saber, disciplina ou ciência significa exercer o poder, o que se traduz, na prática, na capacidade de controlar a produção discursiva sobre essa determinada área de conhecimento. Essa relação estabelece que o saber não é neutro, mas uma ferramenta de regulação social. Ao definir o que é verdadeiro ou falso, as instituições e grupos dominantes conseguem delimitar as fronteiras do que pode ser dito e por quem. Assim, a produção do conhecimento torna-se um mecanismo de exclusão e validação, onde o controle sobre o discurso permite a manutenção de hegemonias e a moldagem das práticas sociais dentro de uma estrutura de saber-poder. "O discurso não é simplesmente aquilo que

[1] Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Correio eletrônico para contato: victoriachimilowski@gmail.com



traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 2023, p. 10).

A produção do conhecimento histórico não está imune às dinâmicas de poder, pelo contrário, a eloquência conferida a determinados temas, em contraste com o silenciamento deliberado de outros, atua como um mecanismo de controle sobre quais narrativas devem ou não ser consolidadas no campo científico. Essa correlação entre saber e poder torna-se evidente ao problematizar o objeto do presente artigo: a representação do Haiti na historiografia brasileira recente, especificamente no recorte temporal abordado, que são os anos entre 2010 e 2025. A análise da produção revela que o país caribenho é abordado predominantemente sob três eixos temáticos distintos, os quais, embora relevantes, apresentam entre si extensas lacunas temporais. Tais hiatos demonstram como a fragmentação do olhar historiográfico pode perpetuar invisibilidades, restringindo a compreensão da história do Haiti.

Metodologia

A metodologia consistiu no levantamento bibliográfico de produções historiográficas em torno do tema Haiti[2]. O instrumental utilizado se baseou na perspectiva de pesquisa de André Cellard (2008, p. 299), na qual a análise documental qualitativa consistiu em interrogar o documento como um objeto socialmente construído, e não como uma verdade neutra. O método estrutura-se em cinco dimensões críticas: a compreensão do contexto de produção, a identificação dos interesses e da posição dos autores, a verificação da autenticidade da fonte, a observação da natureza do texto e a análise do conteúdo e conceitos internos. O método de Cellard propõe que o pesquisador desconstrua a lógica do documento para revelar os sentidos e silenciamentos nele contidos.

A metodologia desta pesquisa pauta-se também nas diretrizes de Tânia Regina de Luca (2020), que propõe uma análise rigorosa das práticas de pesquisa em História. A revisão bibliográfica não será tratada apenas como um levantamento de títulos, mas como uma investigação sobre a própria escrita da história, ou seja, a operação historiográfica. Seguindo a perspectiva da autora, as obras selecionadas sobre o Haiti entre 2010 e 2025 serão analisadas considerando seus suportes de publicação e os contextos que permearam a produção desses discursos.

[2] A revisão bibliográfica foi produzida durante a disciplina de Seminários de Pesquisa, cursada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Os resultados foram compilados em um artigo ainda não publicado.

A análise do material produzido acerca do tema, o Haiti, foi realizada por meio da busca de artigos científicos, livros, teses e dissertações produzidos na área da História. Buscou-se identificar, em teses e dissertações publicadas entre 2010 e 2025, a quantidade de trabalhos sobre o Haiti e quais temas foram abordados. Da mesma forma, realizou-se a coleta e uma seleção qualitativa em artigos científicos e livros que tratam especificamente sobre o país. A análise qualitativa baseou-se na forma como o Haiti aparece nessas produções, visto que nem todos os trabalhos levantados têm o país como foco central. Muitas obras com temas correlatos citam o Haiti como exemplo para fundamentar suas teses, como o uso da Revolução Haitiana como base narrativa, e esses casos foram devidamente comentados. Assim, embora a gama de trabalhos seja numerosa, priorizou-se a leitura e o detalhamento temático daqueles que são específicos sobre o Haiti, analisando como e de que maneira esses livros e artigos abordam o assunto.

Optou-se por uma pesquisa qualitativa, os dados foram obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, considerando os aspectos relevantes levantados pelos seus respectivos autores para obter essa visão geral. Foram utilizados diversos portais de busca, o Google Acadêmico, devido ao seu vasto arquivo de documentos, foi necessário aplicar um filtro mais extenso e específico. Já em outras plataformas, como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior[3] (CAPES)[4] e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES[5], o processo foi mais simples. Utilizou-se um conjunto padrão de palavras-chave sem a necessidade de um afunilamento tão rígido quanto o exigido pelo Google Acadêmico.

A partir das seguintes palavras-chave: "Haiti, Haitiana, Haitiano", o filtro temporal de 2010 à 2025 e o filtro para a área de Ciências Humanas, foram encontrados 31 artigos científicos, dos quais 4 foram selecionados e extraídos de busca realizada no Portal de Periódicos da Capes. Foram levantadas 15 dissertações de Mestrado e 3 Teses de Doutorado extraídos de busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, mas a análise se debruçou apenas sobre os artigos e livros. O resultado da busca por artigos no Google Acadêmico foi realizada com a aplicação de um filtro mais extenso e específico com mais palavras-chave,

[3] A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC), que exerce uma função essencial no desenvolvimento acadêmico brasileiro, sendo o principal agente de expansão da pós-graduação (mestrado e doutorado) em todos os estados do país. Retirado de: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao. Acesso em: 8/4/2026.

[4] Acesso ao Portal de Periódicos da CAPES via endereço eletrônico: https://www.periodicos.capes.gov.br

[5] Acesso ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES via endereço eletrônico: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/

devido ao seu vasto arquivo de documentos, foi necessário aplicar um filtro mais extenso e específico, sendo as palavras chave: "Haiti, Haitiana, Haitiano. Caribe. História. Historiografia. Livro." Mesmo com um filtro mais afunilado, o resultado foi de 422 itens, entre livros, artigos e entre outros, de várias áreas do conhecimento disponíveis em diversas plataformas de busca como Scielo e Scopus. Foram encontrados vários materiais produzidos principalmente pelos campos das Ciências Sociais, Antropologia, Letras e Linguagens e também pelo Direito. Já as produções historiográficas se delimitaram a um número menos significativo em comparação a estes, resultando em 9 trabalhos selecionados, sendo 2 livros e 7 artigos.

Como critérios de exclusão, foram analisados os livros e artigos científicos, dos quais foram selecionados materiais com autoria proveniente de historiadores, escritos em Português e publicados no Brasil. O principal procedimento técnico utilizado para a realização da pesquisa foi a seleção e a identificação dos trabalhos relacionados à temática, bem como a verificação das áreas de produção e essencialmente as produções de acesso aberto. Após a seleção e análise os materiais foram divididos em três grupos de discussão, conforme apontado nos eixos temáticos obtidos.

Os eixos temáticos

No recorte temporal de quinze anos analisado, destacam-se marcos significativos na história haitiana, com ênfase no sismo de 2010. Dada a vasta repercussão internacional e a mobilização humanitária desencadeada por esse desastre, a hipótese inicial do levantamento bibliográfico previa um ápice na produção de trabalhos historiográficos voltados às dimensões ambientais e socioambientais. Contudo, tal premissa não se confirmou no que tange à emergência do terremoto como objeto central de pesquisa acadêmica. Em contrapartida, observou-se que o evento foi incorporado à produção historiográfica de forma distinta da antecipada, servindo como um referencial que será detalhado na análise do terceiro eixo temático obtido durante a investigação.

O primeiro eixo concentrou-se na Revolução Haitiana, interpretada como um paradigma de resistência e um marco fundamental para a construção de subjetividades e sociedades negras na América Latina. Nesse contexto, o Haiti é frequentemente evocado por sua potência histórica no período colonial e pelo estopim que suas lutas de independência representaram para o restante do continente. A obras de João Vitor Valeriano (2024), Marco Morel (2017), Alexandre Almeida Marcussi (2018) e Bethania Pereira (2025) revelam que a Revolução Haitiana não tem sido tratada apenas como um evento militar, mas uma complexa disputa



transnacional sobre os sentidos de liberdade e cidadania que desafia as fronteiras entre a colônia e a metrópole. Enquanto Valeriano demonstra, através da *Gazette de Saint-Domingue*, como a elite branca tentou sequestrar e limitar o discurso iluminista de cidadania para preservar o sistema escravista em 1791, Marcussi, ao analisar a leitura de *Os Jacobinos Negros*, publicado em 1938, por Cyril Lionel Robert James, expõe o dilema inverso vivido por Toussaint L'Ouverture: a tentativa de realizar uma libertação negra que, paradoxalmente, permanecia ancorada nos modelos de progresso e "civilização" franceses.

Essa tensão entre a agência negra e os modelos eurocêntricos é o que Morel (2017) ressignifica através do conceito de "haitianismo", mostrando que, enquanto os líderes haitianos lutavam para definir sua soberania entre a disciplina econômica e o idealismo jacobino, no Brasil, essa experiência circulava de forma subversiva, servindo como uma referência multifacetada que inspirava tanto o terror das elites quanto a admiração de setores letrados e revolucionários. Assim, os três autores convergem ao evidenciar que o Haiti forçou uma reavaliação radical do Iluminismo: se para a imprensa colonial de Valeriano a cidadania era excludente e para o Toussaint de Marcussi ela era um ideal trágico de vinculação europeia, para o Brasil de Morel ela se tornou um "não dito" ensurdecedor que provou ser impossível dissociar a soberania nacional do protagonismo das populações escravizadas.

Entretanto, observa-se uma lacuna narrativa considerável entre o período pós-independência e o início do século XXI, no qual historiografia nacional parece negligenciar os desdobramentos sociopolíticos haitianos entre 1804 e 2004, criando um hiato de dois séculos. O interesse acadêmico só é retomado a partir de 2004, com a implementação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)[6], liderada pelo Brasil, tal interesse constitui o segundo eixo de pesquisas relacionadas ao Haiti. Como é o caso dos trabalhos desenvolvidos pelos historiadores Bianca Pereira Bittencourt (2013), Fernando Velozo Gomes Pedrosa (2013) e Emerson do Prado Oliveira (2021) que propõem uma análise profunda que articula a reflexão teórica com uma sólida fundamentação contextual e historiográfica. Embora as produções do segundo eixo temático ainda não terem sido analisadas com profundidade na presente pesquisa, é possível perceber por uma análise inicial que ambas possuem, para além de uma abstração conceitual, estudos ancorados na realidade

[6] A MINUSTAH foi a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, uma operação internacional de paz que teve o Brasil como seu principal pilar entre os anos de 2004 e 2017. Durante esse período, o país enviou um contingente expressivo de cerca de 36 mil militares, mantendo o comando da Força Militar sob a liderança de generais brasileiros de forma ininterrupta. A atuação dessas tropas buscava garantir a ordem durante os processos de transição política e, sobretudo, para coordenar os esforços de reconstrução e estabilização do Haiti após o catastrófico terremoto de 2010. Informações retiradas de: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf. Acesso em: 9/4/2026.



prática através de um exame minucioso da Minustah, utilizando a missão no Haiti como o estudo de caso central para validar as premissas discutidas.

O terceiro eixo é constituído após o terremoto de 2010, quando a produção historiográfica brasileira passa a dar relevância para o processo de imigração de haitianos para o Brasil. Desta maneira, o terceiro eixo volta-se para as crises humanitárias, as instabilidades políticas e, consequentemente, os fluxos migratórios e a formação de comunidades haitianas em território brasileiro, como é o exemplo do trabalho da historiadora Taíse Staudt (2019).

A articulação intelectual estabelecida pelas historiadoras Fabiana Bezerra Nogueira (2015), Loudmia Amicia Pierre Louis (2023), Taíse Staudt (2019) e Katia Cilene do Couto (2018) que constituem o terceiro eixo temáticos de pesquisa, consolida um campo de resistência acadêmica que propõe, como premissa fundamental, a superação da visão eurocêntrica e colonial para a compreensão das dinâmicas haitianas. Em seus trabalhos, as autoras convergem para a ideia de que o Haiti e sua vasta diáspora não podem ser lidos através da lente do "branco-europeu-civilizado", a qual historicamente distorceu a imagem da primeira república negra do mundo.

Nesse sentido, Pierre Louis e Nogueira dedicam-se a uma reivindicação urgente por uma revisão crítica, tanto no âmbito da historiografia tradicional quanto nas narrativas propagadas pela mídia hegemônica, com o objetivo de interromper o persistente isolamento simbólico ao qual o país foi submetido. Paralelamente, Couto e Staudt estruturam o suporte metodológico necessário para essa transição analítica, utilizando ferramentas como a História Oral e a análise geográfica para fundamentar o reconhecimento do Haiti como um elemento vivo, pulsante e indissociável da atual configuração social e demográfica brasileira.

Ao confrontar essas diferentes perspectivas, a análise realizada nessa pesquisa indicou uma mudança significativa de paradigma nas produções do terceiro eixo temático: o sujeito haitiano deixa de ser percebido meramente como uma vítima passiva ou um sobrevivente de catástrofes naturais recorrentes. Ele é reposicionado como o legítimo herdeiro de protagonismo revolucionário ancestral, que não se encerrou em 1804, mas que continua a ser ativamente exercido no cotidiano das inclusive das migrações. Esse protagonismo manifesta-se por meio da mobilidade transnacional, do vigor das memórias compartilhadas e de uma resistência política e cultural contínua contra as estruturas de subalternidade impostas pelo território estrangeiro e pela colonialidade tanto do existir quanto do saber.



A narrativa das tragédias como eixo central da trajetória haitiana

Essa configuração historiográfica revela uma persistente tendência de "ancoragem" do Haiti em eventos de grande impacto disruptivo. De um lado, a narrativa é frequentemente tracionada por um passado glorioso e revolucionário, que ressalta a singularidade da independência haitiana, de outro, observa-se uma fixação no presente imediato, invariavelmente marcado por profundas mazelas e vulnerabilidades sociais. Ao priorizar esses pólos extremos, a historiografia brasileira acaba por confinar a complexa trajetória do país a uma lógica binária de excepcionalidade ou de tragédia perpétua. Tal fenômeno não apenas limita a compreensão da densidade histórica haitiana, como também estabelece um diálogo direto com os conceitos da História do Tempo Presente, ao evidenciar como a percepção do passado é moldada e restringida pelas urgências e crises do contemporâneo.

Embora a historiografia atual contemple campos fundamentais para a compreensão da trajetória haitiana, nota-se a persistência de lacunas significativas em períodos e temáticas cruciais. Existe uma carência de investigações que se debruçam sobre o intervalo pós-revolucionário, que se estende desde a consolidação da independência em 1804 até o ano de 2004, momento em que o debate acadêmico e político passa a se concentrar majoritariamente na atuação da MINUSTAH.

Somado a esse vácuo temporal, observa-se que as abordagens sobre o sismo de 2010 carecem de uma perspectiva mais profunda quando o evento é tomado como objeto central de pesquisa. Na maioria dos trabalhos, o terremoto é tratado de forma pontual, sendo reduzido a um mero evento catalisador que impulsionou o fluxo migratório e a formação da diáspora haitiana em direção ao Brasil, como utiliza Staudt (2019):

> A partir do terremoto ocorrido no início do ano de 2010, as condições do país e da população para manter as exigências mínimas de sobrevivência se tornaram mais complexas, gerando a necessidade de buscar de maneira urgente tais condições em outros países. A partir desses movimentos, o Brasil se torna rota mais frequente de passagem haitiana. (STAUDT, 2019, p. 7)

Dessa maneira, perde-se a oportunidade de realizar uma problematização mais extensa e detalhada que considere as complexas questões ambientais e as múltiplas possibilidades de análise oferecidas pelo campo da História Ambiental. Ao focar nesses extremos, a trajetória haitiana é confinada a uma lógica de excepcionalidade ou tragédia, dialogando com a História do Tempo Presente, autores como François Hartog (2013), sobre o "presentismo", onde o autor explica que:



> O presentismo pode, assim, ser um horizonte aberto ou fechado: aberto para cada vez mais aceleração e mobilidade, fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante. A isso, deve-se ainda acrescentar outra dimensão de nosso presente: a do futuro percebido, não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos. Deste modo, a crise na qual estamos nos debatendo, hesitantes, demanda aprofundar a reflexão. Certamente o presentismo não basta para dar conta dela (e não pretende isso), mas talvez ele venha ressaltar os riscos e as consequências de um presente onipresente, onipotente, que se impõe como único horizonte possível e que valoriza só o imediatismo. Longe de toda nostalgia e das afirmações peremptórias, minha ambição ontem, assim como hoje, era dedicar-me, juntamente com outros e com algumas questões de historiador, a entender a conjuntura. (HARTOG, 2013, p. 15)

A ideia se complementa com as discussões de Henry Rousso (2016), o autor indica que o contemporâneo exige sensibilidade às demandas do "agora" que ressignificam o passado. Embora as reflexões teóricas de Hartog e Rousso tenham como foco primordial os traumas e os desdobramentos sociopolíticos oriundos da Segunda Guerra Mundial, suas premissas sobre o tempo histórico e a memória oferecem ferramentas analíticas robustas para uma releitura da realidade caribenha. Ao estabelecermos uma ponte conceitual entre esses autores e a historiografia haitiana, torna-se possível transcender uma visão linear e simplista dos fatos, compreendendo que os eventos ocorridos no Haiti não devem ser interpretados meramente como marcos temporais isolados ou datas estáticas em um cronograma. Pelo contrário, essa transposição teórica permite encarar a trajetória do país como um encadeamento de conjunturas complexas e multifacetadas, onde o passado e o presente se entrelaçam de maneira indissociável na composição da história local. Sob essa ótica, cada ruptura ou crise deixa de ser um ponto isolado para ser entendida como parte de uma densa trama de permanências e transformações que definem a identidade e as estruturas sociais do Haiti.

No Brasil, a demanda política da missão militar e da imigração reativaram o interesse por pesquisas que abordam os temas contemporâneos que toma como os acontecimentos históricos como mera "justificativa" e não de maneira mais complexa, corroborando a tese de François Dosse (2013):

> O acontecimento é compreendido duplamente como sugere sua etimologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis . Podemos até dizer que a ideia deleuziana segundo a qual "o possível não preexiste, ele é criado pelo acontecimento" vem se impondo, embora tivéssemos o hábito,



> até hoje, de privilegiar o antes do acontecimento, a sedimentação causal que parecia suscitar a sua irrupção." (DOSSE, 2013, p. 6)

O autor concorda sua argumentação com Didier Alexandre (2004) que diz que:

> O acontecimento pode ser um fenômeno natural, catastrófico ou ínfimo, ou um fenômeno socio-histórico, que afeta a coletividade. Mas enquanto esse acontecimento não se reflete no presente de um sujeito e, portanto, enquanto o sujeito não elabora sua compreensão, ele continua sendo um puro fenômeno. (ALEXANDRE, 2004, p. 179) [7]

Ambos os autores discorrem sobre a proximidade do historiador com o objeto e sua carga de memória. Urge, portanto, superar essa visão dicotômica para compreender o Haiti além da precariedade atual ou do fato catastrófico como mero causador de tal condição.

A historiografia do Haiti é frequentemente articulada em torno de marcos temporais fundamentados em tragédias. A primeira grande ruptura trágica remonta ao período colonial, especificamente à chegada dos espanhóis e ao subsequente processo de conquista e exploração. Embora a Revolução Haitiana surja como o marco de ruptura com esse sistema, a narrativa histórica muitas vezes enfatiza a violência da colonização como o ponto de partida desse ciclo. Recentemente, a historiografia tem se empenhado de forma rigorosa em desconstruir e desmistificar o imaginário eurocêntrico que, por séculos, negligenciou a complexidade da Revolução Haitiana. Essa visão hegemônica, pautada por um viés colonialista, buscou reduzir o levante revolucionário a uma mera explosão de violência desmedida, perpetrada por um povo supostamente incapaz de se organizar sob os moldes das normas ditas "civilizadas". Através dessa lente distorcida, a barbárie era erroneamente apresentada como a única forma de regulação social possível para os insurgentes, servindo como uma justificativa simplista e determinista para explicar as sucessivas crises e os desafios enfrentados no estabelecimento da política e das instituições estatais no período pós-revolucionário.

Ao aprofundar essa crítica, os novos trabalhos historiográficos revelam como tal narrativa operava para silenciar a agência política e a sofisticação estratégica dos revolucionários haitianos. Em vez de um caos irracional, o que se observa é uma contestação profunda da ordem escravocrata, cujas dificuldades políticas subsequentes derivam muito mais do isolamento diplomático e das pressões externas do que de uma propensão inerente à desorganização. Assim, a revisão desse pensamento busca restaurar a dignidade histórica do

[7] Tradução do original em francês feita por mim.

Haiti, posicionando sua revolução como um evento intelectual e politicamente deliberado, que rompeu com a lógica de dominação imposta pela Europa.

A segunda tragédia delineada manifesta-se no período pós-revolucionário. Na historiografia brasileira, observa-se um hiato produtivo um "limbo" acadêmico sobre os quase duzentos anos de independência haitiana, carecendo de análises densas que transcendam a visão da instabilidade. Esse período é frequentemente reduzido a uma sucessão de crises sociais, revoltas e assassinatos políticos. Tal perspectiva historiográfica acaba por marginalizar o país, rotulando-o como um território intrinsecamente "não pacificado" e dominado por facções ou gangues. Essa estigmatização serve, por vezes, como justificativa retórica para intervenções externas sob o pretexto de uma "missão de paz", que é o caso da MINUSTAH, fundamentada na premissa de que o Haiti seria uma nação incapaz de manter uma ordem política perene.

A terceira tragédia é marcada pelo terremoto de 2010. No entanto, nota-se uma particularidade no campo de estudos: o desastre natural não se consolidou como o objeto central de uma historiografia voltada para a memória ou reconstrução nacional, mas sim como um vetor para o estudo da imigração haitiana para o Brasil.

Conclusões

Existe uma lacuna significativa de pesquisas dedicadas aos testemunhos e memórias dos sobreviventes do terremoto, especialmente quando comparada ao volume de produções sobre outros eventos traumáticos globais, como o Holocausto. Essa assimetria no interesse acadêmico levanta questionamentos sobre a seletividade da escuta historiográfica: a quais sujeitos os historiadores decidem dar voz e quais métricas balizam esse interesse.

Portanto, este artigo propõe a necessidade tanto de historicizar as memórias dos imigrantes haitianos no Brasil, quanto de desenvolver pesquisas tomando as questões ambientais como objeto direto de pesquisa. Evita-se, assim, a falácia de reduzir o evento de 2010 a uma mera catástrofe ambiental. É imperativo refutar a imagem do Haiti como um "presente falido" ou um local fadado ao fracasso. O Haiti é um território de lutas, resistências e disputas políticas complexas que não podem ser reduzidas à criminalidade. Tratar o país como um experimento inviável ignora o seu pioneirismo histórico como a primeira nação a romper com o colonialismo através de uma revolução negra, desafiando a lógica de que o projeto de autonomia haitiano estaria destinado à falência.



Referências

ALEXANDRE, Didier. « Le parfait de l'événement ». In *Que se passe-t-il ?*, édité par Sabrina Parent, Michèle Touret, Didier Alexandre, et Madeleine Frédéric. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2004.

BITTENCOURT, Bianca Pereira. O Brasil no Século XXI: Princípio da Não Indiferença: Direitos Humanos e Poder na MINUSTAH. 2013. 200 (f.) Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2013.

CELLARD, A. *A análise documental. In: POUPART, J. et al.A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 295 - 316. Petrópolis, Vozes, 2008.

COUTO, Katia Cilene do. Relações Históricas Entre Brasil E O Caribe: O Caso Dos Imigrantes Haitianos/ Historical Relations Between Brazil And The Caribbean: The case of Haitian immigrants. *Revista Brasileira do Caribe*, 9 Abr 2019.

DE LUCA, Tânia Regina. *Práticas de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2020.

DOSSE, François. Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp. 2013.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. *O anticolonialismo como tragédia: "Os jacobinos negros" entre a História e a política*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, p. 95–122, 2018.

MOREL. Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Paco: Jundiaí, 306 pp. (2017)



NOGUEIRA, Fabiana Bezerra. "Haiti, lugar da barbárie e do terror." *XXVIII SIMPÓSIO* (2015).

OLIVEIRA, Emerson do Prado A estabilização do Haiti : a ótica da mídia haitiana em torno da atuação do Brasil na MINUSTAH. 2021. 118 (f.) Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. – Curitiba, 2021.

PIERRE LOUIS, Loudmia Amicia. *O Caribe insular e o Haiti como objeto de estudo histórico no Brasil (2010-2022)*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, *[S. l.]*, v. 23, n. 35, p. 199–228, 2023.

PEDROSA, Fernando Velozo Gomes. República Dominicana e Haiti: Tropas Brasileiras em Missões de Paz (1965-2005). 2013. 202 (f.) Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2013

PEREIRA, Bethânia Santos. Revolução Haitiana: A revolução de escravizados que abalou o mundo. Curitiba: Juruá, 2025.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANTOS. Marcos Paulo Amorim dos. *Resenha | A Era das Abolições sob perspectiva da Revolução Haitiana*. Varia Historia, v. 41, e25051, 2025.

STAUDT, Taíse. Sou Diáspora: construção social e mobilidade através da memória de haitianos no Brasil. RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, 2022.

VALERIANO, João Vitor. Circulação de ideais de liberdade e cidadania no Haiti revolucionário: um estudo a partir do periódico Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire (1791). Temporalidades, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 375–395, 2024.



EPISTEMICÍDIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: O APAGAMENTO DE CORPOS QUEER EM MOÇAMBIQUE E A RECUPERAÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS

David Almeida Francisco Houana[1]

Introdução

Inicio este artigo afirmando que o tema central carrega o peso da nossa experiência vivida porque somos corpos que não existem para o Estado Moçambicano. Não no sentido literal, evidentemente, mas no sentido epistémico e político que importa. Quando a Política Nacional de Igualdade de Género (PNIG) de Moçambique afirma fundamentar-se no princípio de existência binaria na natureza na sociedade (República de Moçambique, 2018), ela não está apenas descrevendo uma realidade, mas sim produzindo uma realidade onde apenas corpos cisgénero e heterossexuais são pensáveis, governáveis e dignos de protecção estatal, apartir duma naçao masculizada.

Esta pesquisa nasce da urgência existencial de compreender os mecanismos através dos quais o Estado Moçambicano, mesmo após descriminalizar a homossexualidade em 2015, continua a operar um epistemicídio sistemático contra pessoas LGBTQ+, pelo aplico o conceito de epistemicídio conforme elaborado por Boaventura de Sousa Santos (2007) para narrar sobre o assassinato de conhecimentos, saberes e formas de existência, bem como para argumentar de que forma que as políticas públicas de género não apenas negligenciam, mas tambem apagam activamente as epistemologias queer[2] locais, as histórias de resistência e as múltiplas formas de viver género e sexualidade que sempre existiram em territórios africanos.

Como pessoas queers moçambicanas, vivemos na intersecção de múltiplas violências: a violência física nas ruas, a violência simbólica nos discursos públicos e mais insidiosa, a violência epistémica das políticas que me tornam inexistente. Esta investigação é, portanto, simultaneamente académica e política, analítica e existencial. Recusamos a pretensa

[1] Mestrando em Genero e Desevolvimento pela Universadae Eduardo Mondlane.

[2] Judith Butler, em Gender Trouble: Feminism and the Subversivo of Identity (1990), estabelece "queer" como um olhar crítico às normas fixas de identidade. Queer não é ser lésbica, gay ou bissexual; não é ser trans ou cis; não é ser qualquer identidade específica. Queer é um argumento contra o normativo, contra a suposição de que as identidades são fixas, estáveis e naturais. Queer é uma crítica à própria ideia de identidade. (LOURO, 2022, p.8).



neutralidade que historicamente serviu para deslegitimar os saberes produzidos a partir dos corpos que sofrem a opressão.

É objecto de estudo compreender como que as identidades queer são construídas, vividas, mantidas e resistidas nas perspectivas num contexto de não inclusão nas politicas de género, bem como de que forma a intersecção entre as categorias de sexo, o género, patriarcado, a idade, o capital politico – partidário, a colonialidade e o status social contribuem para oprimir e marginalizar pessoas com identidades queers no contexto da construção de politicas publicas, quais as estratégias de (ré)existência que pessoas queers tem usado para se manterem vivas, quem produz as politicas publicas de género e desenvolvimento, qual o seu local de fala? No acto de produção das politicas, sujeitos LGBTQIA+ são pensáveis? Que espaços os corpos queers ocupam e ocuparam nas sociedades moçambicanas e africanas pré-coloniais, coloniais, pós - colónias e na actualidade? Posto isso, A pergunta que orienta este artigo: Como as políticas públicas de gênero são delineadas em Moçambique? Em que extensão elas provocam um silenciamento de corpos e saberes queer? Quais epistemologias africanas podem (ou devem) ser recuperadas a fim de que o Estado moçambicano promova uma verdadeira inclusão social e política das pessoas queer?

Metodologia

Iniciamos esta secção afirmando algo, esse artigo pode ser rejeitado pela academia tradicional: este artigo não poderia ser escrito por outra pessoa. Não porque outros investigadores não tenham competência técnica, mas porque o lugar de fala importa radicalmente quando se trata de epistemicídio. Como argumenta Djamila Ribeiro (2017), o lugar de fala não é sobre quem pode ou não falar sobre determinado tema, mas sobre de onde se fala e como as experiências localizadas em diferentes posições sociais produzem diferentes saberes. E falamos desde o lugar de corpos que são apagados pelas políticas que analisamos. Falamos desde a experiência de ler a PNIG e nos pessoas queer não nos encontrar em nenhuma linha, em nenhum objectivo, em nenhuma meta. Falamos desde o activismo queer moçambicano, desde as conversas clandestinas em bares de marginalizados e encontros solidários (festas queer de Yuck Miranda), desde os funerais de amigues que não resistiram à violência, a homofobia, a transfobia, a pobreza, fome e ao HIV SIDA, falamos a partir dos apoios mútuos que partilhamos com as putas da baixa da cidade de Maputo.

Esta é uma metodologia encarnada (HARAWAY, 1988), que reconhece que todo conhecimento é situado, parcial e localizado. Crticamos a ficção da objectividade universal que historicamente serviu para deslegitimar saberes produzidos por corpos marginalizados.



Como observa bell hooks (1989), a margem pode ser simultaneamente um lugar de opressão e um lugar de resistência, um espaço de onde se produz crítica radical.

Este artigo baseia-se numa análise bibliográfica crítica do discurso dividido em dois corpus inter-relacionados que passamos a descrever:

Corpus 1 – Produção Académica e o Estado da Arte: Literatura sobre estudos de género em Moçambique (Casimiro, Arthur, Osório); Teorias queer africanas (Macharia, Ekine, Muñoz); Estudos pós-coloniais e descoloniais (Oyěwùmí, Lugones, Santos, Mbembe) e a Interseccionalidade (Crenshaw, Collins, Akotirene, Laisse)

Corpus 2 – Políticas Oficiais: Política Nacional de Igualdade de Género (2006, 2018); Estratégia de Género do Sector Agrário (2005); Planos Nacionais de Acção para o Avanço da Mulher (2007-2024); Constituição da República de Moçambique (2004, revisão 2018) e o Código Penal (revisão 2015)

Corpus 1 – Produção Académica e o Estado Da Arte:

Epistemicídio: Matando Saberes e a Colonialidade do Género e a Interssecionalidade

A questão do apagamento epistémico não é algo novo, mas é um fenómeno que já existe e que vem sendo denunciado por vozes que foram sistematicamente silenciadas há muito tempo, tal como os homossexuais, transexuais, mulheres, negros e outras categorias interseccionais subalternizadas. Sojouner Truth em 1850 durante a convecção dos direitos das mulheres se questiona o seguinte, ˝não sou eu uma mulher?˝, ela coloca essa indagação justamente porque o feminismo não abarcava as questões das mulheres negras e existia de igual modo uma opressão estrutural que retirava portanto a condição de humanidade aos negros e as mulheres negras.

Virando a Bussola a Moçambique observamos que a construção das políticas publicas de género PNIG (2018) não abarca nós corpos queer com identidades Sexuais contra-normativas e identidades de género não binarias com isso passo a parafrasear Sojouner Truth, e me questiono, não seremos nos pessoas LGBTQIAPN+ seres realmente seres humanos diginos de ser incluidos efetivamente em Moçambique?

Boaventura de Sousa Santos (2007) demonstra como o projecto colonial não foi apenas uma ocupação territorial, mas fundamentalmente uma ocupação epistemológica. O colonialismo produziu o que ele denomina o pensamento abissal, uma linha invisível que separa o que é considerado conhecimento válido (ciência, filosofia, direito ocidentais) do que é relegado ao domínio do não-conhecimento, da superstição, da irracionalidade. Tudo o que fica do outro

lado da linha é considerado inexistente, invisível, dispensável. Argumento que esta mesma lógica opera nas políticas de género moçambicanas.

Quando a PNIG adopta uma ontologia binária de género (homem/mulher - macho/fêmea), ela não está simplesmente ignorando outras identidades; está operando um epistemicídio activo: declarando que apenas um tipo de conhecimento sobre género aquele fundamentado na biologia, na heteronormatividade cristã, na família nuclear patriarcal que é válido e portanto, merece reconhecimento estatal. Como observa Sueli Carneiro (2005, p. 97), ao trazer Boaventura de Souza, o epistemicídio é a negação ao negro da condição de sujeito de conhecimento, fenómeno esse da negação do sujeito do conhecimento se pode observar nos corpos queer racializados em Moçambique. Estendemos este argumento: o epistemicídio queer e LGBTQIAPN+ em Moçambique é a negação sistemática de que pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trassexuais, Homossexuais, Interssex, e não-binares e contra-normativas possam ser sujeitadas de conhecimento, de políticas, de direitos. Somos objectos de discursos (médicos, religiosos, criminais e desvios de escapes para crises sociopolíticos), mas nunca sujeitos de enunciação legítima sobre nossas próprias vidas.

Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (1997) revolucionou os estudos africanos ao demonstrar que o género, tal como o conhecemos hoje, não era a categoria primária de organização social em muitas sociedades pré-coloniais africanas. No contexto iorubá que ela estuda, a senioridade (idade relativa) era mais determinante que o sexo biológico. O género, argumenta Oyěwùmí, é uma invenção colonial imposta através de estruturas administrativas, legais e religiosas europeias. María Lugones (2008) expande esta análise no conceito de colonialidade do género, argumentando que o sistema moderno de género com sua rígida divisão binária, heterossexualidade compulsória e hierarquias patriarcais foi um fenómeno reforçado pelo dominio colonial que destruiu formas fluidas e diversas de vivenciar corporalidade, sexualidade e relações sociais que existiam em sociedades não-ocidentais.

Aqui reside o problema que atravessa a nossa análise: quando políticas moçambicanas invocam a natureza ou a cultura africana para justificar a exclusão de pessoas LGBTQ+, estão reproduzindo a herança colonial a heteronormatividade rígida compulsória, a patologização da homossexualidade, a ideia de que apenas dois géneros "naturais" existem foi reforçado pelo legado o colonial, como por exemplo o Código Penal de 1886 de Portugal, as missões católicas impuseram ainda o casamento cristão monogâmico como única forma legítima de união, com essa imposição da heteroafetividade como padrão rígido na vivencia afectiva, nos construímos novas estratégias de sobrevivência, onde nossas sexualidades pudessem ser discretamente vivida mesmo com novos contornos da clandestinidade imposta, aqui nota um elemento de analise, se na época pré-colonial a nossa existência não



constituía uma questão nos territórios que compõem Moçambique actualmente, podemos dizer que a colonização transformou-nos em sujeitos corporizados, passamos portanto a ter corpos cujos o género e a sexualidade desviava a moral aceite, com isso, poderíamos ser violados, presos, abusados e excomungados da vida social daquele tempo e isso pode se olhar com o fenómeno da opressão de Interseccionalidade[3].

Nós sujeitos queer com categorias sociais menorizadas, fomos feitos para não questionar o pouco que nos temos, somos corpos construídos para não confrontar quem produz e reproduz a nossa opressão, para não contestar as políticas que nos apagam e nos contentarmos com a nulificação sistemática. Argumentamos ainda que a opressão contra nós homossexuais não pode ser entendida apenas pela lente da homofobia, ou apenas pela lente do colonialismo, colorismo, cor de pele ou apenas pela lente da pobreza ou nossa espiritualidade ou estado sorológico e outras categorias que permeiam as nossas experiencias humanas e socias. É na intersecção destas categorias que se constrói da experiência do sujeito: somos marginalizados por ser queers e por ser africano num mundo onde "direitos LGBTQ+" são frequentemente instrumentalizados como marcadores de colonização cultural ocidental; somos marginalizadas por sermos pobres numa economia que torna a sobrevivência queer ainda mais precária; somos marginalizadas por não ter acesso ao capital político que permitiria influenciar as políticas que nos excluem.

Pressupostos: Que concepções de natura e normal são assumidas?

Silêncios: Que temas nunca aparecem?

Relações de poder: Quem tem autoridade para falar sobre género?

Somos seguidores e seguidoras de Achille Mbembe (2002) ao tratar arquivos não como repositórios neutros de factos, mas como tecnologias de poder que organizam, classificam e legitimam certas narrativas enquanto suprimem outras. O arquivo colonial, incluindo documentos legais, relatórios administrativos, textos missionários criaram categorias de género e sexualidade que ainda estruturam políticas contemporâneas. Mas nos perguntamos, como ler epistemologias africanas de género quando o próprio arquivo foi construído para apagá-las? Sigo a metodologia de leitura a contrapelo de Walter Benjamin: buscar nas margens, nas contradições, nos silêncios eloquentes, nas memórias orais não-documentadas, as práticas e saberes que resistiram à codificação colonial.

[3] Penso a Interseccionalidade a partir dos trabalhos de Kimberlew Crenshaw (1989), Karla Akotirene (2019), Patricia Collins (2021, 2022), Silma Birge (2021), Nilza Laice (2021) essa é uma ferramenta metodológica e analítica que demarca a inseparabilidade estrutural de diversas formas de opressão: racismo, capitalismo, orientação sexual, género, classe, capacidade, religião, etnia, idade, entre outras, e facilita a compreensão das divisões sociais que afectam principalmente as pessoas racializadas e marginalizadas.



Epistemologias Queer Moçambicanas e Africanas

Um dos argumentos usados para justificar homofobia em África é que a suspeita de que a homossexualidade seria uma importação ocidental, estranha às culturas africanas autênticas. Este argumento é mobilizado por líderes políticos, religiosos e até por alguns sectores da sociedade civil moçambicana, entretanto estudos como os de Marc Epprecht (2008), no monumental Heterossexual Africa? Demonstra através de evidências históricas, antropológicas e arqueológicas que práticas de género e sexualidade não-heteronormativas existiram em diversas sociedades africanas pré-coloniais. Relações entre pessoas do mesmo sexo foram igualmente documentadas entre guerreiros Zulu, em cerimónias de iniciação, em padrões de residência.

Os terceiros géneros eram reconhecidos em várias sociedades: os Mashoga em Mombaça, os Yan Daudu no Norte da Nigéria Fluidez de género em lideranças espirituais: curandeiros/as que atravessavam fronteiras de género, Casamentos entre mulheres documentados entre os Nuer, Igbo, Nandi e outros grupos, onde mulheres de alto status casavam com outras mulheres para perpetuar linhagem. Keguro Macharia (2018), intelectual queniano, vai além: argumenta que a própria pergunta sobre se homossexualidade existia na África pré-colonial" já está contaminada por pressupostos coloniais. Ela assume que Homossexualidade (categoria sexológica ocidental do século XIX) é universal, os Africanos precisam "provar" que não são heterossexuais naturalmente e o ónus da prova está nos marginalizados, não nos normalizadores Afirmamos ainda em nossas palavras que no sul de Moçambique existem figuras denominada Xintavana, que são epistemologias Tsongas usadas para nomear sujeitos do sexo masculino que preformam um género socialmente lido como mulher e Tombe Xinga Djaia para nomear fêmeas biológicas que preformam características lidas como de homem ou também homens que tem jeito feminino ou pessoa trans.

Macharia propõe que invoquemos outras linguagens, outros quadros epistémicos. Não perguntar havia homossexuais?, mas que formas de intimidade, corporalidade, erotismo, co-habitação, vinculação existiam? Como eram nomeadas em línguas africanas antes de serem traduzidas/traídas pelo vocabulário colonial?

Moçambique possui mais de 40 grupos etnolinguísticos. Cada um possui cosmologias, ontologias, formas de organizar parentesco, género, sexualidade. A colonização portuguesa tentou apagar esta diversidade, impondo o português como língua administrativa e o catolicismo como religião oficial. Trabalhos de antropólogos como Alcinda Honwana (2002) sobre rituais de iniciação no Sul de Moçambique mostram uma fluidez de género nos ritos. Jovens passam por períodos de transformação onde adoptem performances de género

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

diferentes das quotidianas. Há nesses rituais papéis que atravessam as categorias "masculino/feminino" impostas colonialmente.

Seundo Teresa Cruz e Silva (2001), as curandeiras tradicionais em Gaza ou tinyangas (curandeiras) que viviam em uniões com outras mulheres, reconhecidas e respeitadas comunitariamente. Estas uniões não eram nomeadas com vocabulário de homossexualidade porque operavam numa economia afectiva diferente, não sobre orientação sexual individual, mas sobre alianças, cuidado, autoridade espiritual. Apesar da pesquisadora Alcinda Honwana trazer uma perspectiva endógena moçambicana profunda sobre a temática do unhanga (curanderismo), inclusive a sexualidade dos mesmos, as bases que orientam os seus estudos estão assentados na antropologia e não na teoria queer ou estudos de género e sexualidade.

Argumentamos ainda que o epistemicídio colonial tentou reprimir e apagar estas categorias documentadas por Tereza Cruz e Silva e impôs a tradução forçada onde qualquer intimidade entre pessoas do mesmo sexo tornou-se sodomia, vício contra a natureza, ironicamente punida durante a ocupação colonial português em Moçambique. Qualquer desvio da feminilidade/masculinidade colonial tornou-se perversão. O que estamos a recuperar não é um Moçambique ou África idealizada onde "todos aceitavam tudo". Recuperamos as evidências históricas de que existia diversidade de práticas, de arranjos, de nomeações que foi activamente destruída pela colonialidade e que esta destruição continua quando políticas contemporâneas invocam a natureza ou a cultura africana para justificar exclusão e que sobreviveram e sobrevivem ate a contemporaneidade, aqui nós aplicamos o olhar queer pós questionamos as normas fixas de identidade.

O cristianismo por sua vez, trazido pelas missões católicas portuguesas, foi um dos principais vectores de imposição heteronormativa em Moçambique. Como documenta João Paulo Borges Coelho (1998), as missões operaram como braços do Estado colonial, impondo: Casamento monogâmico cristão como única forma legítima de união, a criminalização de práticas "pagãs" incluindo poligamia, rituais de fertilidade, a educação segregada por sexos, onde raparigas aprendiam domesticidade e rapazes agricultura/ofícios e códigos de vestimenta que marcavam diferença binária de género. O Código Penal português de 1886, aplicado às colónias, criminalizava "vícios contra a natureza", linguagem directamente ligada à teologia católica sobre "lei natural". Homossexualidade tornou-se não apenas crime, mas pecado, doença, abominação. Esta herança não desapareceu com a independência em 1975.



Os Mecanismos do Epistemicídio: Como Políticas Apagam Existências

A PNIG fundamenta-se na "existência de machos e fêmeas na natureza". Esta aparente obviedade é, na verdade, uma operação epistémica violenta que reduz género a sexo biológico, ignorando décadas de teorias feministas e teorias queer demonstrando que género é uma construção social, não determinação biológica, assume binariedade natural ignorando assim pessoas intersexo, que nascem com características sexuais que não se encaixam no binário macho/fêmea. A própria biologia desmente o binário que a política afirma.

Naturaliza heterossexualidade: Se machos e fêmeas existem naturalmente, implica que atracção entre eles também é natural, tornando qualquer outra forma de desejo antinatural. Como argumenta Butler (1990; 1993), esta naturalização é performativa: não descreve uma realidade pré-existente, mas produz a realidade que afirma descrever. Ao declarar que apenas dois géneros "naturais" existem, a política produz a marginalização de todos os corpos que não se conformam. A PNIG fala repetidamente de "mulheres" como categoria universal. Mas de quais mulheres se fala?

Kimberlé Crenshaw (1991) demonstrou como feminismos brancos ocidentais historicamente assumiram uma "mulher universal" que, na prática, era branca, classe média, heterossexual, cisgénero. Esta universalização apaga as experiências específicas de mulheres negras, trabalhadoras, lésbicas, trans. Em Moçambique, o mesmo fenómeno: a PNIG assume uma "mulher moçambicana" que é: Cisgénero, Heterossexual, Casada ou aspirante ao casamento (com homem), Mãe ou desejosa de maternidade, Vinculada à família heterossexual.

Onde ficam as lésbicas? Elas são mulheres, mas suas necessidades específicas – discriminação por famílias que as tentam curar através de estupros correctivos; vulnerabilidade económica por não terem maridos provedores; exclusão de programas de saúde reprodutiva que assumem heterossexualidade cmo categoria completamente invisíveis. Onde ficam as mulheres trans? Elas experienciam misoginia E transfobia, mas são consideradas "homens" pelo Estado, excluídas de qualquer protecção. Este mecanismo opera através do que Gayatri Spivak (1988) chama violência epistémica da categoria universal: ao criar uma categoria pretensamente inclusiva ("mulheres"), apaga-se a diversidade interna, beneficiando apenas o subgrupo mais privilegiado. Sobre a PNIG olha não apenas oque diz, mas o que ela não diz nas suas páginas do documento, como o exemplo das palavras LGBTQ+, LGBT, LGBTI (nenhuma variação), Homossexual, gay, lésbica, Trans, transgénero, não-binário, Intersex, Orientação sexual, Sexualidade, Identidade de género, Diversidade sexual, Diversas identidades, Diversidade de Género.



Partindo da analise bibliográfica e olhar critico ao discurso a aplicaremos o método "What's the Problem Represented to be?" (WPR) de Carol Bacchi (2009) para interrogar as políticas: que problema a PNIG afirma estar resolvendo? Que pressupostos sustentam esta representação? Que fica de fora? Que efeitos discursivos e materiais esta representação produz? Este método é ontológico e epistemologicamente compatível com os quadros teóricos queer, pós-colonial. Combino esta análise com a Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003), focando em:
Linguagem e nomeação: Que termos são usados? Quem são os ausentes? Onde estão os excluídos?

Corpus 2 - Políticas Oficiais:

A PNIG 2018: Construindo Um Problema Binário

Quando abrimos a Política Nacional de Igualdade de Género de 2018 e estratégia de sua implementação, encontramos logo no preâmbulo a afirmação fundacional que estrutura todo o documento: "A política fundamenta-se no princípio de existência de machos e fêmeas na natureza e na sociedade, e das diferentes necessidades e posições que homens e mulheres ocupam" (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2018, p. 5). Como população queer isso significa que nossas existências violam os "princípios da natureza". Esta não é linguagem neutra ou acidental; é violência epistémica codificada em linguagem de política pública. Posto isso, passamos a aplicar as questões WPR de Bacchi (2009): Que problema a PNIG representa?
A desigualdade entre homens (cisgénero) e mulheres (cisgénero), concebidos como categorias biológicas naturais e opostas.
Que pressupostos sustentam esta representação? Que Género é sinónimo de sexo biológico - falar de género é igual a falar somente dos direitos humanos das mulheres; Existem apenas dois sexos/géneros naturais; A heterossexualidade é o padrão universal; Desigualdade de género é apenas sobre relações homem-mulher ;Todas as mulheres são cisgénero e heterossexuais; Todos os homens são cisgénero e heterossexuais
Quem fica invisível e silenciado? Pessoas trans e não-binárias (que não se encaixam no binário macho/fêmea); Pessoas intersexo (que biologicamente desafiam o binário); Lésbicas (cuja opressão não é apenas por serem "mulheres", mas por desafiarem a heterossexualidade); Homens gay (cuja vulnerabilidade específica nunca é nomeada); Pessoas bissexuais, assexuais, pansexuais.



Que efeitos isto produz?

Efeitos Discursivos: Legitima-se uma ontologia de género onde apenas dois sujeitos existem. Qualquer outro corpo torna-se ontologicamente impossível no discurso estatal. Como argumenta Butler (1990), quando a matriz heteronormativa define quem são os "sujeitos" inteligíveis, ela simultaneamente produz "abjecção" corpos que não importam, que não são enlutáveis, que podem ser violentados sem consequências.

Efeitos Materiais: Pessoas LGBTQIAPN+ são excluídas de todos os programas derivados da PNIG: Programas de empreendedorismo para mulheres (lésbicas e mulheres trans excluídas); Programas de combate à violência doméstica (violência em casais do mesmo sexo invisibilizada); Programas de saúde reprodutiva (necessidades de saúde sexual LGBTQIAPN+ ignoradas); Programas de educação em género (perpetuando heteronormatividade) e nas Politicas Institucionais de Género

Estratégia de Género do Sector Agrário (2005): Quando a Terra Também é Heteronormativa

Existe uma questão, o poder da narrativa possui uma roupagem, ela é masculina, homem cisgénera e heterossexual e as vezes branco, qualquer corpo que rompe essa estética performativa teorizada por Judith Butler (1990), que no cerne é socialmente construída e mantida como ˝normal˝ e ˝natural˝ pelas humanidades num espaço-tempo delimitado esta sujeito ao apagamento identitário e a actos de vivência simbólica como o caso da exclusão nas diversas estratégias de género em diversos sectores, a titulo de exemplo da Estratégia de Género do Sector Agrário de 2005 do Ministério da Agricultura de Moçambique que tem como pano de fundo promover a igualdade de género e o empoderamento económico das mulheres no sector agrário e ignora a sujeitos com identidades marginalizadas. A Estratégia de Género do Sector Agrário (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2005) afirma promover "empoderamento económico das mulheres no sector agrário". Mas que mulheres?

Analisando percebemos que o documento, todas as 47 páginas assumem que ulheres agricultoras são: Casadas com homens, Mães de filhos biológicos, Em unidades familiares heterossexuais, Com necessidades definidas em relação aos "seus maridos", Onde estão as lésbicas rurais que cultivam terra colectivamente?, Onde estão as mulheres trans que trabalham na agricultura?, Onde estão as pessoas não-binárias que dependem da terra para sobreviver?

Não estão ausentes por acaso. Estão ausentes porque a epistemologia agrária do Estado não consegue pensar a produção fora da família heterossexual nuclear. Como demonstra Oyěwùmí (1997), esta própria concepção de "família" é colonial – muitas sociedades africanas organizavam produção através de linhagens matrilineares, sistemas comunitários, arranjos flexíveis que não dependiam de casais heterossexuais. O epistemicídio aqui opera através da naturalização da família colonial como a única forma de organização social pensável para acesso a recursos, crédito agrário, titulação de terra.

O Paradoxo Da Descriminalização (2015): Direitos Sem Políticas

A Constituição da Republica de Moçambique no capitulo 3 que versa sobre direitos, deveres e liberdades fundamentais apresenta no artigo 35 o princípio da universalidade e igualdade, onde diz que todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política. artigo 36 apresenta o princípio da igualdade do género que nas suas linhas diz que o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural. os cidadãos portadores de deficiência gozam plenamente dos direitos consignados na constituição e estão sujeitos aos mesmos deveres com ressalva do exercício ou cumprimento daqueles para os quais, em razão da deficiência, se encontrem incapacitados. Olhando com lentes de género, observo aqui um padrão, em nenhum momento a população vivencias LGTQIPN+ (homossexual, gay, lésbica; trans, transgénero, não-binário; intersex;) e os géneros imaginários do que seriam os moçambicanos é binarios Em 2015, Moçambique revogou os artigos do Código Penal que criminalizavam vícios contra a natureza, (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2015). Porem, a PNIG 2018 foi aprovado sem uma única menção a pessoas LGBTQ+. Como é um Estado que descriminaliza uma população pode depois a considere inexistente em suas políticas? Este paradoxo revela algo crucial: a descriminalização foi uma concessão legal mínima pressionada internacionalmente, mas não representou uma transformação epistémica e inclusiva. O Estado moçambicano continua a operar sob uma epistemologia heteronormativa mesmo após remover sanções penais. Aqui, a análise de Leticia Sabsay (2016) sobre homonacionalismo no Sul Global é iluminadora. Sabsay argumenta que os estados do Sul global frequentemente fazem concessões legais mínimas (descriminalização) para evitar pressões internacionais, mas resistem activamente à inclusão substantiva (políticas, educação, reconhecimento) porque isso seria visto como capitulação à "agenda ocidental", com isso, notamos

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



heteronormatividade torna-se portanto, perversamente, um marcador de soberania pós-colonial.

Considerações finais

Através da análise crítica da Política Nacional de Igualdade de Género (2006, 2018), da Estratégia de Género do Sector Agrário (2005) e do processo de descriminalização legal (2015), demonstrei que o epistemicídio queer em Moçambique não é acidental, mas estrutural. Opera através de três mecanismos interdependentes que se reforçam mutuamente: Primeiro, a naturalização biológica do binário de género, que reduz a complexidade das experiências humanas de corporalidade, identidade e desejo a uma suposta dicotomia natural "macho/fêmea". Esta operação, longe de ser descritiva, é performativa (BUTLER, 1990): ao declarar que apenas dois géneros "existem na natureza", as políticas produzem a realidade que afirmam descrever, tornando todos os outros corpos ontologicamente impossíveis no discurso estatal. O Segundo, a mecanismo cinge-se na universalização da categoria "mulher" como sinónimo de mulher cisgénero, heterossexual, inserida em estruturas familiares patriarcais. Esta universalização, como demonstrei através da interseccionalidade (CRENSHAW, 1991; AKOTIRENE, 2019), apaga sistematicamente as experiências específicas de lésbicas, mulheres trans, pessoas não-binárias, trabalhadoras do sexo beneficiando apenas o subgrupo mais privilegiado dentro da categoria "mulher" enquanto exclui todas as que desviam da norma heterossexual cisgénero. O terceiro mecanismo é o silenciamento estratégico, a ausência total de termos como LGBTQ+, orientação sexual, identidade de género, diversidade sexual em documentos que afirmam promover "igualdade de género". Este silêncio não é esquecimento; é tecnologia de poder (FOUCAULT, 1976) que produz inexistência política. Corpos queer não são meramente marginalizados, mas sim, são tornados impensáveis, ingovernáveis, impossíveis de serem sujeitos de políticas públicas.

Referências Bibliográficas

BACCHI, Carol. **Analysing Policy: What's the problem represented to be?** Frenchs Forest: Pearson, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research.** London: Routledge, 2003.



FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

YIN, Robert. **Case Study Research and Applications: Design and Methods.** 6th ed. Los Angeles: SAGE, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história.** In: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.** New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of Sex.** New York: Routledge, 1993.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as Critical Social Theory.** Durham: Duke University Press, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment.** New York: Routledge, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BIRGE, Sirma. **Intersectionality.** 2nd ed. Cambridge: Polity Press, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.



CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.** Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

HARAWAY, Donna. **Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective.** Feminist Studies, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HOOKS, bell. **Choosing the Margin as a Space of Radical Openness.** Framework: The Journal of Cinema and Media, n. 36, p. 15-23, 1989.

LAICE, Nilza Gomes de Oliveira. **A interseccionalidade na construção da heroína típica no romance Neighbours, de Lília Momplé**. In: BRAGA, Claudio R. V.; HAMILTON, Norma Diana (Orgs.). Narrativas Africanas e Afrodiaspóricas: dilemas contemporâneos. Campinas: Pontes, 2021, p. 75-106.

LAICE, Nilza Gomes de Oliveira. **A Narrativa de Lília Momplé: a figuração feminina no contexto histórico moçambicano da colonização e descolonização.** Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.LUGONES, María. Colonialidad y Género. Tabula Rasa, n. 9, p. 73-101, 2008.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: 2021

MBEMBE, Achille. **The Power of the Archive and its Limits.** In: HAMILTON, Carolyn et al. (Eds.). Refiguring the Archive. Dordrecht: Springer, 2002. p. 19-26.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SABSAY, Leticia. **The Political Imaginary of Sexual Freedom: Subjectivity and Power in the New Sexual Democratic Turn.** London: Palgrave Macmillan, 2016.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 78, p. 3-46, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the Subaltern Speak?** In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Eds.). Marxism and the Interpretation of Culture. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

EPPRECHT, Marc. **Heterosexual Africa? The History of an Idea from the Age of Exploration to the Age of AIDS.** Athens: Ohio University Press, 2008.

EKINE, Sokari; ABBAS, Hakima (Eds.). **Queer African Reader.** Dakar: Pambazuka Press, 2013.

MACHARIA, Keguro. **Frottage: Frictions of Intimacy Across the Black Diaspora.** New York: New York University Press, 2018.

MUÑOZ, José Esteban. **Disidentifications: Queers of Color and the Performance of Politics.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

ARTHUR, Maria José; MEJIA, Margarita. **Avaliação da Política de Género de Moçambique.** Maputo: SIDA, 2006.

CASIMIRO, Isabel. **Transformação nas Famílias: uma etnografia sobre relações de gênero em Moçambique.** [Dados completos de publicação necessários - obra citada incompleta no original].

COELHO, João Paulo Borges. **State Resettlement Policies in Post-Colonial Rural Mozambique: The Impact of the Communal Village Programme on Tete Province, 1977-1982.** Journal of Southern African Studies, v. 24, n. 1, p. 61-91, 1998.



CRUZ E SILVA, Teresa. **Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930-1974).** Basel: P. Schlettwein Publishing, 2001.

HONWANA, Alcinda. **Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique.** Maputo: Promédia, 2002.

CASIMIRO, Isabel Maria. Samora Machel e as Relações de Gênero. Estudos Moçambicanos, nº 21, Maputo, 2005, p. 55-84.

OSÓRIO, Conceição; MACUÁCUA, Ernesto. Os ritos de iniciação no contexto actual: ajustamentos, rupturas e confrontos. Construindo identidades de género. Maputo: WLSA Moçambique, 2013

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Estratégia de Género do Sector Agrário.** Maputo: Ministério da Agricultura, 2005.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique.** Maputo: Imprensa Nacional, 2004 [com revisões de 2018].

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Código Penal.** Maputo: Imprensa Nacional, 2015 [revisão].

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Política Nacional de Igualdade de Género.** Maputo: Conselho de Ministros, 2006.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Política Nacional de Igualdade de Género.** Maputo: Conselho de Ministros, 2018.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (2007-2009).** Maputo: Ministério da Mulher e Acção Social, 2007.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Estratégia de Implementação da Política Nacional de Igualdade de Género.** Maputo: Conselho de Ministros, 2018.



AFROBAROMETER. Round 6 Survey in Mozambique, 2014-2015. Disponível em: https://www.afrobarometer.org. Acesso em: 10 jan. 2026.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

BANZE, Áuria Ribeiro et al. Trends in HIV prevalence and risk factors among men who have sex with men in Mozambique: implications for targeted interventions and public health strategies.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



HISTÓRIA, PODER E REPRESENTAÇÕES NA REESTRUTURAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO REINO DO HUMBE (SUDOESTE DE ANGOLA)[1]

Paulo Pereira Oliveira Matos[2]
David Calei Salomão[3]

Introdução

Desde a consolidação da independência angolana, o país tem assistido a um processo gradual de reconfiguração das autoridades tradicionais e de reemergência de autoridades régias endógenas, em particular nas regiões onde o colonialismo havia produzido longos períodos de silenciamento político (GOMES, 2021). Neste contexto, reinos, chefaturas e outras formas de poder tradicional, longe de constituírem sobrevivências estáticas de um passado pré-colonial, tornaram-se objeto de processos ativos de restauração e restruturação, nos quais a memória histórica, a continuidade cultural e a mediação sociopolítica desempenham um papel central. Esses processos devem ser compreendidos como parte de dinâmicas históricas de longa duração, marcadas por uma reconfiguração colonial do poder e pelas negociações próprias do contexto pós-colonial (ARAGÃO et al., 2025, p. 2-5, 9; FLORÊNCIO, 2015, p. 122-127).

No sudoeste de Angola, a restauração do reino do Humbe constitui um caso particularmente elucidativo dessas dinâmicas. Historicamente marcado pelo amplo poder de suas autoridades régias (como o Rei Luhuna), por disputas internas entre postulantes ao trono no século XIX, pelas tentativas de interferência portuguesa na sua soberania, e pela suspensão prolongada da sua autoridade régia (desde 1905), o Humbe emerge no período pós-guerra civil como um espaço de recomposição e reconfiguração do poder tradicional. Iniciado em 2021, o processo para a restauração do reino envolve a mobilização de narrativas históricas, a definição de critérios de legitimidade, a criação de associações e a negociação contínua com o Estado angolano. Este é um processo complexo, que não pode ser reduzido nem à simples

[1] A investigação se insere no âmbito do projeto ERC *Starting Grant* CATTLEFRONTIERS, concessão nº 101076565, financiado pelo Conselho Europeu de Pesquisa.
[2] Doutorando em História pela Universidade de Gante, na Bélgica, em cotutela com a Universidade de Lisboa, em Portugal. Correio eletrônico: paulopomatos@gmail.com.
[3] Mestrando em Educação Superior pelo Instituto Universitário Sul-Americano – IUSUR. Correio eletrônico: salomaokali85@gmail.com.



restauração de uma ordem estabelecida antes das invasões portuguesas, nem à instrumentalização acrítica de uma tradição enraizada na cultura local.

Este artigo tem por objetivo analisar a restauração e a reestruturação contemporânea do reino do Humbe, a partir de uma perspectiva balizada pelas fontes históricas e pela bibliografia disponível sobre o tema. A pergunta central que orienta a investigação é: quais são os principais desafios, as tensões e as potencialidades da restauração e reestruturação do reino do Humbe enquanto projeto político-cultural no contexto pós-colonial angolano?

Ao colocar esta questão, procura-se compreender não apenas o modo como decorre o processo de restauração do reino, mas também os limites e as possibilidades que o atravessam. Ao focar no reino do Humbe, busca-se exemplificar desafios, tensões e potencialidades que estiveram, estão e estarão presentes nos demais processos de restauração das autoridades régias endógenas em Angola. Ainda que as dinâmicas históricas regionais sejam diferentes para cada uma das sociedades que habitam o país, é possível apontar similaridades e analogias entre os diversos processos de restauração já realizados ou ainda em curso.[4]

Metodologicamente, o estudo combina análises de fontes históricas escritas sobre o sudoeste de Angola; recolhas de história oral no Humbe, com membros da sociedade civil, autoridades tradicionais e atores centrais no processo de restauração do reino, incluindo a autoridade régia, Musamane Ildefonso Luís Lucas[5]; e na bibliografia disponível. As entrevistas realizadas são tratadas como fontes orais situadas, produzidas a partir de posições distintas dentro da sociedade Humbe (Nkumbi, na língua Olunkumbi), cujo valor analítico reside tanto no conteúdo informativo quanto nas formas de representação, legitimação e exercício do poder que produzem (VANSINA, 1985).

Ao adotar o eixo analítico história, poder e representações, o artigo parte do pressuposto de que os processos contemporâneos de restauração e restruturação das autoridades régias endógenas não podem ser compreendidos sem que se tenha atenção às formas pelas quais o passado é narrado, interpretado e mobilizado no presente. As narrativas históricas não se

[4] Entre as autoridades régias endógenas já entronizadas na região sudoeste de Angola, podem ser citadas o Ohamba (Rei) de Oukwanyama, Tatekulu Jerônimo Haleinge; o Ohamba do Ombala-Ya-Nalueque, Tatekulu Mário Shatipamba Nailenge; e o Ohamba do Ombala-Yo-Mungo, Tatekulu Zeferino Satona. Em outros casos, o processo de entronização das autoridades régias está a acontecer, como no caso do reino do Humbe e do reino do Evale.

[5] O termo Musamane, na língua Olunkumbi (língua falada pela população Ovankumbi), significa não apenas alguém de idade avançada, mas sobretudo sábio, detentor de inteligência, conhecimento, habilidades, atitudes, valores e competência. É o vocativo utilizado pelos Ovankumbi para dirigir-se à autoridade régia local (SALOMÃO, entrevista pessoal, 2025).



limitam a refletir uma realidade preexistente, mas participam ativamente da sua construção, estruturando visões legítimas do passado e do poder (CHARTIER, 1988, p. 14–16, 20–22). Nesse sentido, a história do Humbe constitui um recurso central na definição das regras, dos limites e das expectativas associadas à sua autoridade régia nos dias de hoje.

Esta investigação pretende contribuir para uma compreensão mais plural e contextualizada das sociedades africanas contemporâneas, nomeadamente sobre o povo Humbe (os Ovankumbi, na língua Olunkumbi), integrante do grupo etnolinguístico Nhaneca-Humbe (Nyaneka-Nkumbi, idem), realçando a perspectiva dos indivíduos da própria sociedade, com destaque para a recolha de história oral e a produção de conhecimento histórico. Segundo Mbembe (2001, p. 14-17), para compreender a África contemporânea é necessário prestar atenção às múltiplas temporalidades que compõem a experiência africana, bem como às formas próprias através das quais os sujeitos produzem sentido, se expressam simbolicamente e constroem a sua historicidade.

O artigo está organizado em quatro seções. A primeira seção apresenta uma contextualização geográfica, humana e econômica acerca do Humbe, ressaltando a relevância da pastorícia para esta sociedade. A segunda seção explicita as dinâmicas históricas relacionadas ao Humbe e à sua autoridade régia endógena. A terceira seção analisa o processo de restauração e reestruturação do reino, identificando os seus principais atores, dinâmicas e mecanismos, enquanto a quarta seção discute os desafios, as tensões e as potencialidades da autoridade régia no presente. A conclusão retoma a pergunta central e sublinha as contribuições do estudo para a compreensão das dinâmicas contemporâneas da autoridade régia endógena em Angola.

O Humbe em perspectiva geográfica, humana e econômica

O município do Humbe, principal centro político dos Ovankumbi, localiza-se na província do Cunene, no sudoeste de Angola, distando cerca de cento e vinte quilômetros da capital da província, a cidade de Ondjiva, e aproximadamente 1.300 quilômetros da capital do país, Luanda (Figura 1). Estende-se por 5.876 quilómetros quadrados, compreendendo seis povoações, sessenta e nove aldeias, dezenove sobados e um reino. Segundo dados do Censo Geral da População de 2024, o município tem uma população estimada em 198.400 habitantes (JORNAL DE ANGOLA, 2026).

As principais atividades econômicas do município são a pecuária (notadamente a bovina e a caprina) e a agricultura, principalmente as culturas de massango, massambala e milho (localmente denominado maçaroca). Situa-se na confluência de dois dos principais rios do

sudoeste angolano, o rio Cunene (de curso perene) e o rio Caculuvar (de curso intermitente), em uma posição estratégica que garantiu aos reis do Humbe, durante séculos, o controle do corredor de comércio proveniente do Leste, majoritariamente de marfim e pessoas escravizadas, direcionado ao embarque nos portos de Benguela e Moçâmedes (MATOS, 2024, p. 179; CANDIDO, 2013, p. 171-190; MAGALHÃES, 1785). Atualmente o município é governado pelo engenheiro António dos Santos Luhepo.

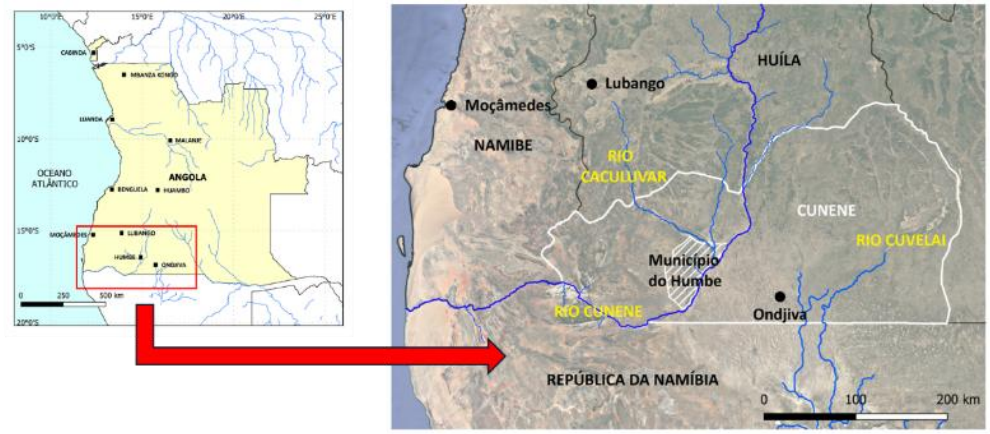


Figura 1 – Localização do município do Humbe, na província do Cunene, Angola. Fonte: elaborado pelos autores, utilizando dados vetoriais Database of Global Administrative Areas – GADM, disponível em https://gadm.org/.

De acordo com o censo demográfico realizado em Angola em 2024, identificaram-se como pertencentes ao grupo etnolinguístico Nhaneca-Humbe, em todo o país, um total de 1.996.150 pessoas. Destes, 235.063 indivíduos declararam falar a língua Olunkumbi. As maiores comunidades de falantes de Olunkumbi estão nas províncias do Cunene (50% do total de falantes), Huíla (31%) e Namibe (17%) (INE, 2024, p. 53, 118).

A pastorícia do gado bovino destaca-se na economia e na cultura dos Ovankumbi, tendo a sociedade desenvolvido sistemas sociais profundamente ligados ao boi, não apenas como recurso econômico, mas também como mediador simbólico das relações sociais. O gado bovino é um elemento central da cosmologia, do prestígio social, dos rituais e da transmissão de saberes (GOMES, 2012; ESTERMANN, 1971, p. 16-29).

Para o indivíduo Humbe (Munkumbi, em Olunkumbi), possuir bois é uma obrigação moral e social, um fato que condiciona o status do indivíduo perante a sociedade. De acordo com o professor Fernando Marcos Ângelo (2026), "Toda a vida por aqui [no Humbe] gravita em torno do gado bovino". Essa opinião é generalizada dentro da sociedade, sendo corroborada

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

pelo soba grande do município do Humbe, Júlio Mwendangula (2026), que ressalta que "nós consideramos o boi como um banco, qualquer situação (...) é tudo com o boi". Esse elo entre o indivíduo e o animal é também enfatizado pelo Rei, Musamane Ildefonso Luís Lucas (2025): "Sem gado [bovino], não existe um Munkumbi".

A criação bovina é feita de modo extensivo, estando os currais inseridos nos espaços das próprias habitações locais, denominadas quimbos. Os animais passam a noite recolhidos aos currais, e na parte da manhã são levados para pastar nas áreas adjacentes aos quimbos, por jovens pastores pertencentes ao seio familiar dos criadores de gado, notadamente os filhos, sobrinhos e outros indivíduos aparentados.



Figura 2 – Aspecto de um curral de bois em um quimbo Nkumbi, na localidade do Chiulo, município do Humbe, província do Cunene. Fonte: Arquivo pessoal do primeiro autor.

Os jovens pastores Ovankumbi começam a lidar com o gado muito cedo, por volta dos cinco aos sete anos de idade, assumindo a responsabilidade pelo trânsito dos animais entre os currais e as áreas de pastagens próximas. Durante o período seco, realiza-se a transumância, um movimento sazonal de pastores, com seus rebanhos bovinos, entre diferentes regiões geográficas ou climáticas. Buscam-se locais mais úmidos, nos quais o período chuvoso tenha se iniciado mais cedo, e onde tenha-se a certeza da existência de pastos e água superficial em abundância (ÂNGELO, entrevista pessoal, 2026).

Notas sobre a história do reino do Humbe até a perda de sua soberania

As primeiras referências escritas sobre o Humbe nas fontes portuguesas datam de 1769, quando o Governador-Geral de Angola, Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, recomendou em uma carta escrita ao Capitão-Mor de Caconda o estímulo ao comércio com

a região, evidenciando a sua relevância econômica (DELGADO, 1944, p. 138). Em 1785, o Governador de Benguela, Pedro Quevedo de Magalhães, destacou o poder militar e o controle exercido pelo reino do Humbe sobre as rotas de marfim e escravos provenientes do interior, sugerindo a sua ocupação militar (MAGALHÃES, 1785). Esses registros indicam que, ainda no último terço do século XVIII, o Humbe constituía uma entidade política coesa e soberana, com forte autonomia territorial e capacidade de regulação do comércio regional. Ainda que outras menções ao Humbe tenham sido feitas de forma pontual, notadamente relacionadas à sua participação em guerras no planalto da Huíla, pouco foi documentado sobre o reino ou sobre a região no primeiro terço do século XIX (DELGADO, 1944, p. 138-140). Entre as décadas de 1840 e 1850, Bernardino José Brochado, um comerciante português radicado na Huíla, redigiu um relato das suas viagens ao Humbe, com uma caracterização mais precisa e detalhada sobre a região. Brochado descreveu o Humbe como a região mais rica em gado do sul de Angola, e identificou a existência de diferentes unidades políticas no terreno, Humbe, Camba e Mulondo, que apesar da segmentação, aparentavam formar uma única nação em termos culturais e linguísticos (BROCHADO, 1855, p. 188).

A partir de meados daquele século, intensificaram-se as interações com os agentes coloniais, sobretudo no contexto das disputas sucessórias internas ao reino do Humbe. Em 1858, o Rei Tchingui solicitou o apoio português em um conflito contra um rival interno, abrindo espaço para uma intervenção direta nas dinâmicas políticas locais. O seu sobrinho, Tchipalanga, apoiado pelos portugueses, tomou o poder após assassinar o tio, mas veio a ser destronado ao contrariar os interesses coloniais, ilustrando uma precoce instrumentalização das sucessões régias no Humbe, ainda antes da sua conquista efetiva (DELGADO, 1944, p. 143; PÉLISSIER, 1997, p. 188–190).

A presença portuguesa consolidou-se de forma intermitente, com a instalação de um forte na localidade do Bole-Bole (margem direita do rio Caculuvar) em 1859 e a posterior retração administrativa nas décadas seguintes. Apesar da incorporação nominal do Humbe ao território colonial português, o reino manteve ampla autonomia até meados da década de 1880. A partir desse momento, uma sequência de revoltas locais desencadeou intervenções militares portuguesas mais sistemáticas. A primeira revolta (1885–1886), sob o reinado de Tchahungu, esteve relacionada à imposição de impostos e à circulação de forças militares portuguesas pelas terras do Humbe, enquanto os conflitos subsequentes revelaram tensões persistentes entre as autoridades locais e os agentes coloniais (DELGADO, 1944, p. 155–157; PÉLISSIER, 1997, p. 155–159).

Uma segunda revolta, ocorrida em 1891 marcou um ponto de inflexão decisivo na soberania do reino do Humbe. Após a deposição do Rei Tchahungu, os portugueses impuseram Tchoia

como Rei do Humbe, intensificando a ingerência nas estruturas políticas locais e agravando as rivalidades internas. Nesse contexto, Luhuna[6] emergiu como um líder da resistência local, mobilizando apoiantes e conduzindo ataques que culminaram na morte de Tchoia, dentro da própria residência real (Ombala). As operações militares portuguesas que se seguiram caracterizaram-se pela violência sistemática, incluindo a destruição de habitações, captura de populações e apropriação de gado, evidenciando uma crescente determinação em subjugar o reino (DELGADO, 1944, p. 164–165).

A ascensão de Luhuna marcou o início de uma resistência mais estruturada, o que inviabilizou tentativas posteriores de cooptação do poder local pelos portugueses. As campanhas da década de 1890 visaram, assim, desarticular não apenas a capacidade militar do Humbe, mas a própria base política e simbólica da soberania régia. A legitimidade do poder deixou progressivamente de assentar em normas internas e passou a depender do reconhecimento colonial, configurando uma transição para formas de dominação indireta. Esse processo atingiu o seu momento culminante com a chamada "guerra dos bois" (1897–1898), desencadeada pela imposição de medidas sanitárias sobre o gado bovino, nomeadamente as campanhas de vacinação conduzidas por veterinários portugueses, que geraram forte resistência entre as populações (PÉLISSIER, 1997, p. 172–177).

A revolta assumiu rapidamente uma maior escala com a intensificação da presença militar portuguesa no Humbe. Após um primeiro momento de sucesso das forças locais em repelir as tropas portuguesas, uma nova coluna expedicionária militar se deslocou ao Humbe em 1898, sob o comando do major Artur de Paiva, resultando na derrota dos Ovankumbi, com um elevado número de mortos, captura de chefes e apreensão massiva de gado (GUIMARÃIS, 1938, p. 32). Na sequência dessas campanhas, o território do Humbe foi reorganizado em chefaturas subordinadas à administração colonial, consolidando a fragmentação política e a dissociação entre legitimidade histórica e autoridade reconhecida.

Luhuna, embora não capturado, ficou afastado do exercício efetivo do poder até à sua detenção e morte, em 1905. A morte de Luhuna constitui, assim, um marco simbólico fundamental. Com ela, extingue-se a última referência viva a um poder régio central no Humbe, encerrando definitivamente o ciclo histórico do reino enquanto entidade soberana.

As campanhas militares portuguesas, a deposição e a morte de Luhuna em 1905, não devem ser interpretadas como episódios marginais, mas como momentos fundadores da dominação colonial portuguesa no sudoeste de Angola. A restauração contemporânea do reino do

[6] O nome original de Luhuna era Tchihuna, que em Olunkumbi significa "prenúncio do mal, por ter nascido com os dentes" (SALOMÃO, entrevista pessoal, 2025).



Humbe emerge, nesse sentido, como tentativa de recompor uma autoridade régia endógena destruída de forma precoce e deliberada, cuja memória foi preservada apesar de décadas de silenciamento político.

O processo de restauração do reino do Humbe: etapas, atores e mecanismos

A reestruturação contemporânea do reino do Humbe não ocorreu de forma espontânea nem imediata após o fim da guerra civil, mas resultou de um processo gradual, marcado por iniciativas locais, negociações internas e articulação com o Estado angolano. Trata-se de um percurso historicamente consciente, no qual os atores envolvidos procuraram responder simultaneamente à herança da destruição colonial da autoridade régia e às exigências políticas do presente.

Um primeiro momento desse processo consistiu na formação, em 2021, de uma associação voltada ao resgate dos valores culturais, das tradições e da identidade do Humbe. Denominada *Vankumbi Tupindukeni* (Vankumbi, vamos despertar), a associação foi constituída por diferentes membros da sociedade Ovankumbi, tendo sido registrada na cidade do Xangongo, província do Cunene. Desde então, a associação realiza reuniões presenciais e virtuais, bem como ações comunitárias, como as campanhas de doação de sangue no hospital Católico do Chiulo, no município do Humbe. A coordenação da associação ficou a cargo de Joaquim Benjamim Augusto, no cargo de presidente (SALOMÃO, entrevista pessoal, 2025).

Entre os temas debatidos nas reuniões da associação destacou-se a questão da restauração do reino do Humbe, em consonância com outros processos semelhantes em curso em diferentes regiões de Angola. Em consenso, os membros decidiram iniciar formalmente o processo, constituindo uma comissão responsável pela condução da restauração, inicialmente dirigida por Paulo Tchapupulwa. Ainda em 2021, a coordenação foi assumida por Ildefonso Luís Lucas; contudo, após a identificação de sua pertença a uma das linhagens reais, o que gerava incompatibilidade com a função, foi substituído, em 30 de julho de 2022, por David Calei Salomão.

No decurso do processo, procedeu-se à indicação de candidatos ao cargo de rei do Humbe. Considerando a longa interrupção da autoridade régia e a fragmentação política herdada do período colonial, tornou-se necessário estabelecer critérios de reconhecimento que articulassem linhagem, consenso comunitário e aceitação institucional. Definiu-se, assim, que apenas poderiam concorrer ao cargo de rei os indivíduos pertencentes às duas linhagens



historicamente reconhecidas como reais, Omukwalukuvo (ave, espécie de águia que vive à beira dos rios) e Omukwelao (os da sorte) (SALOMÃO, entrevista pessoal, 2025).

A escolha do rei do Humbe resultou desse equilíbrio entre legitimidade histórica e validação contemporânea, não sendo tomada como um dado automático, mas construída por meio de consultas, validações simbólicas e reconhecimento público. Na fase final do processo, realizada em 19 de agosto de 2023, concorreram diretamente ao trono João Ramos Baptista Mbangunete, representando a linhagem Omukwalukuvo, e Ildefonso Luís Lucas Tyonkela, representante da linhagem Omukwelao. Este último foi eleito com 120 votos, contra 96 do seu oponente.

A entronização do rei do Humbe, prevista para agosto de 2026, constituirá um momento-chave desse processo de restauração, não apenas enquanto ritual tradicional, mas também como um ato político performativo. Ao reinscrever a figura do rei no espaço público, a cerimônia afirmará a continuidade histórica do Humbe e marcará a sua reinserção no campo das autoridades régias endógenas em Angola.

Em conjunto, essas etapas evidenciam que a restauração do reino do Humbe não configura um simples retorno ao passado, mas um processo político situado, que mobiliza história, memória e instituições na recomposição de uma autoridade destruída de forma precoce pela conquista colonial. Essa dimensão processual, marcada por iniciativas locais, disputas internas e negociações externas, permite compreender tanto as fragilidades quanto a persistência do projeto régio no contexto contemporâneo.

Desafios, tensões e potencialidades da restauração do reino do Humbe

O processo de restauração e reestruturação contemporânea do reino do Humbe ocorre em um campo político e sociocultural marcado pela herança da invasão portuguesa, pela perda da soberania do Humbe, pela reconfiguração e fragmentação do poder tradicional durante o período colonial e pelas transformações do Estado angolano no período pós-guerra. Longe de constituir um processo linear ou consensual, essa reconfiguração é atravessada por desafios estruturais, tensões internas e externas, mas também por potencialidades que explicam a persistência e a vitalidade do projeto régio endógeno no presente.

Desafios estruturais

Um dos principais desafios enfrentados reside na descontinuidade histórica da autoridade régia endógena. Conforme apontado na seção anterior, a soberania do Humbe foi destruída,



de forma precoce, após uma sequência de campanhas militares portuguesas, e não conheceu continuidade institucional ao longo do século XX. Essa ruptura prolongada dificultou a definição de critérios de legitimidade, tornando necessária a construção de mecanismos contemporâneos de validação que combinaram a indicação de candidatos pertencentes às duas linhagens reais conhecidas (Ovakwalukuvo e Ovaukwelao), consenso comunitário em torno da eleição e o reconhecimento institucional do reino do Humbe.

Associado a esse problema está o desafio da fragmentação política herdada do período colonial. A substituição do reino por sobados submetidos aos postos administrativos portugueses produziu autoridades locais com legitimidades concorrentes, algumas das quais permanecem ativas no presente. A reestruturação do reino implica, assim, em negociar com chefaturas cuja autoridade foi historicamente construída em articulação com o poder colonial e, mais tarde, com o Estado independente. Esse processo gera resistências, ambiguidades e disputas em torno da hierarquia e da precedência política.

Outro desafio refere-se à articulação com o Estado angolano contemporâneo. A autoridade tradicional opera hoje num quadro jurídico e político que reconhece formalmente o Estado como detentor exclusivo da soberania. O reino do Humbe deve, portanto, reafirmar a sua legitimidade sem entrar em conflito direto com as estruturas estatais, posicionando-se como instância de mediação e não de governo alternativo, o que limita o alcance da autoridade régia e condiciona as suas formas de atuação.

Por fim, os desafios materiais e socioeconómicos são incontornáveis. A restruturação do reino envolve, entre outras coisas, a construção da Ombala do rei, o que está sendo feito em um terreno no município do Humbe, nas proximidades da Estrada Nacional 105. Estas e outras necessidades materiais são custeadas por contribuições realizadas diretamente pela sociedade civil.

Os desafios socioeconômicos da população do Humbe também são amplos, e envolvem sobretudo a pressão sobre a pastorícia tradicional: o acentuado crescimento demográfico, que causa uma redução da extensão de terras livres para pastagem; o aumento do furto e roubo de gado; as alterações climáticas que têm causado secas constantes; e a dificuldade de inserção económica da juventude (ÂNGELO, entrevista pessoal, 2026). Esses fatores causam constrangimentos que nem sempre podem ser combatidos ou minimizados diretamente pela autoridade régia.

Tensões entre história, poder e representação

Para além dos desafios estruturais, a restauração do reino do Humbe é atravessada por tensões constitutivas, que não podem ser simplesmente resolvidas, mas apenas geridas. Uma



dessas tensões manifesta-se na relação entre autoridade simbólica e poder político efetivo. A figura do rei do Humbe é investida de forte legitimidade histórica e moral, mas o seu campo de ação é limitado. Como afirmado na entrevista concedida pelo Musamane Ildefonso Luís Lucas (2025), o reinado contemporâneo não governa, orienta; não legisla, media. Essa redefinição do papel régio revela uma adaptação estratégica ao contexto pós-colonial, mas também expõe os limites da autoridade tradicional enquanto instância de decisão.

Existe ainda uma tensão entre unidade e pluralidade interna. A restauração do reino procura reconstruir o Humbe como entidade política e simbólica unificada, mas enfrenta a diversidade de linhagens, interesses locais e trajetórias históricas diferenciadas. O consenso em torno da figura do rei não elimina divergências quanto à interpretação da história, à hierarquia interna ou às prioridades próprias do projeto régio.

Por fim, a relação entre memória e representação constitui uma tensão analítica central. As narrativas sobre o passado, em particular sobre as campanhas portuguesas e sobre o reinado de Luhuna, não são simples reconstituições históricas, mas construções situadas que respondem a necessidades de legitimação do presente, em função de um projeto político contemporâneo.

Potencialidades da autoridade tradicional no presente

Apesar dos desafios e tensões identificados, a restauração do reino do Humbe revela potencialidades significativas. Uma das mais evidentes é a capacidade da autoridade régia de atuar como instância de mediação social. A proximidade do rei com a população local, e a sua articulação com o Estado angolano, tornam o reinado uma instância de mediação privilegiada, notadamente para questões relativas aos conflitos locais relacionados ao gado, aos problemas agrários e às relações familiares.[7] O reino do Humbe posiciona-se, assim, como parceiro institucional capaz de traduzir as demandas locais para o Estado e de difundir as orientações estatais junto das comunidades. Essa função é particularmente relevante em regiões periféricas, onde a presença estatal é irregular ou percepcionada como distante.

Outra potencialidade reside na produção de continuidade histórica e de sentido de pertença. Em um contexto marcado por deslocamentos, guerra e fragmentação social, a reativação do reino oferece uma narrativa de continuidade que reforça as identidades coletivas e liga o presente a um passado historicamente significativo. A centralidade da memória de Luhuna e

[7] Como exemplo da potencialidade mediadora das autoridades régias endógenas em Angola, cita-se a atuação recorrente do Rei dos Gambos na mediação e resolução de conflitos referentes ao furto e roubo de gado bovino e caprino naquela região, desde 2005 (NAMIBE, 2005).

da destruição da soberania do reino confere profundidade histórica ao projeto contemporâneo, transformando a restauração em um ato de reinserção política.

Por fim, a restauração cria espaços para inovação política. A combinação entre tradição, associativismo, escrita da história e uso estratégico da memória revela uma capacidade de adaptação que desafia leituras estáticas da autoridade tradicional. O reino do Humbe não emerge como réplica do passado, mas como forma híbrida de poder, simultaneamente histórica e contemporânea.

Conclusão

A restauração e a reestruturação contemporânea do reino do Humbe inscrevem-se num processo histórico de longa duração, marcado pela desarticulação colonial da autoridade régia e pelas sucessivas recomposições políticas que se lhe seguiram. A destruição da autoridade central no final do século XIX, intensificada pelas campanhas militares portuguesas e simbolicamente encerrada com a morte de Luhuna em 1905, produziu um vazio político duradouro, no qual a legitimidade régia tradicional foi dissociada das estruturas de poder efetivo. Nesse sentido, a reemergência atual do reino não representa nem a continuidade linear de uma tradição pré-colonial, nem a sua simples reinvenção, mas antes um processo historicamente situado de recomposição de uma autoridade interrompida, cuja memória permaneceu ativa no interior da sociedade Ovankumbi.

Os desafios, tensões e potencialidades identificados ao longo do artigo evidenciam que a restauração do reino do Humbe se desenvolve num campo político complexo, no qual se articulam memória histórica, disputas de legitimidade e constrangimentos institucionais. A necessidade de definir critérios de sucessão após décadas de descontinuidade, a coexistência com chefaturas herdadas do período colonial e a articulação com o Estado angolano contemporâneo impõem limites claros à autoridade régia. Ao mesmo tempo, as tensões entre autoridade simbólica e poder efetivo, entre unidade e pluralidade interna, e entre memória e representação revelam que o projeto régio é atravessado por dinâmicas que não podem ser plenamente resolvidas, mas apenas negociadas. Longe de fragilizar o processo, essas tensões constituem parte integrante da sua própria lógica de funcionamento.

Por outro lado, a persistência e vitalidade da restauração do reino do Humbe indicam a existência de potencialidades relevantes no exercício contemporâneo da autoridade tradicional. A capacidade de mediação social, a produção de continuidade histórica e a articulação entre tradição e formas associativas modernas demonstram que o reino opera como uma instância sociopolítica adaptativa, capaz de responder às demandas locais sem se

opor frontalmente às estruturas estatais. Assim, a restauração do Humbe deve ser entendida como uma forma específica de reconfiguração do poder no contexto pós-colonial angolano, na qual história, memória e política se entrelaçam na construção de uma autoridade que é simultaneamente herdeira do passado e produto das condições do presente.

Bibliografia

ÂNGELO, Fernando Marcos. Entrevista Pessoal. Humbe, 03 abr. 2026.

ARAGÃO, Nagayamma; SMANIOTTO COSTA, Carlos; DOMINGOS, Ruben; FRANCISCO, Job. The customary law and the traditional leadership power in Angola - their effects on territorial planning issues. *Urban Science*, v. 9, n. 207, 2025.

BROCHADO, Bernardino José. Descripção das Terras do Humbe, Camba, Mulondo, Quanhama, e Outras. *Annaes do Conselho Ultramarino*, Lisboa, série I, parte não official, nov. 1855.

CANDIDO, Mariana. *An Atlantic slaving port and the Atlantic World: Benguela and its hinterland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CHARTIER, Roger. *Cultural history: between practices and representations*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

DELGADO, Ralph. *Ao sul do Cuanza (Ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela)*. v. 2. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.

ESTERMANN, Carlos. A vida econômica dos bantos do sudoeste de Angola. Luanda: Junta Provincial de Povoamento de Angola, 1971.

_____. *Etnografia do sudoeste de Angola: grupo étnico Nhaneca-Humbe*. v. 2. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

FLORÊNCIO, Fernando. Un reino, dos reyes: diferentes legitimidades en Bailundo (Angola). *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n. 109, p. 119–139, 2015.



GOMES, Armindo Jaime. Ekwikwi V, reino do Mbalundu: por que a destituição do rei? *Portal Buala*. Disponível em: https://www.buala.org/pt/a-ler/ekwikwi-v-reino-do-mbalundu-porque-destituicao-do-rei-0.
Acesso em: 31 mar. 2026.

GOMES, Adriano Fernandes. *O gado na agricultura familiar praticada no sudoeste de Angola: meios de vida e vulnerabilidade dos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

GUIMARÃIS, Luiz Augusto de Pina. *Campanha do Humbe: 1897–98*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (ANGOLA). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2024: Resultados Preliminares*. Luanda: INE, 2024.

JORNAL DE ANGOLA. *Cunene: autoridades do Humbe apostam na redução de assimetrias regionais*. Disponível em: https://www.jornaldeangola.ao/noticias/2/regi%C3%B5es/660148/-cunene:-autoridades-do-humbe-apostam-na-redu%C3%A7%C3%A3o-de-assimetrias-regionais. Acesso em: 04 abr. 2026.

MAGALHÃES, Pedro José Correia de Quevedo Homem. *Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro*. Fundo do Conselho Ultramarino; série Angola, cx. 70, doc. 5. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. 24 fev. 1785.

MATOS, Paulo Pereira Oliveira. *"Terras desertas e selvagens": a região ao sul de Benguela no imaginário português (1750–1840)*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/61489. Acesso em: 20 dez. 2023.

MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.

MWENDANGULA, Júlio. Entrevista Pessoal. Humbe, 03 abr. 2026.

NAMIBE. Gabinete do Governador da Província do Namibe. Ofício no. 2188/GAB/1046/2005. Namibe, 2005.



PÉLISSIER, René. *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas, 1845–1941*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

REDINHA, José. *Distribuição Étnica de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1962.

SALOMÃO, David Calei. Entrevista pessoal. Ondjiva, 31 mar. 2025.

VANSINA, Jan. *Oral Tradition as History*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



IMIGRANTES QUE NUNCA IMIGRARAM: OS ITALIANOS DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL E SUAS REPRESENTAÇÕES

Miriam de Oliveira Santos[1]
Maria Catarina Chitolina Zanini[2]

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul começou na década de 1870, com cerca de 100.000 italianos se estabelecendo no Rio Grande do Sul até o final do século XIX. As primeiras levas de imigrantes vinham principalmente das regiões norte e, em menor número, do centro da Itália, sendo, em sua maioria, agricultores, católicos, pobres e que se estabeleceram em pequenas comunidades rurais, denominadas colônias (HEREDIA e ROMANATO, 2016). Vinham em família, acompanhados de vizinhos, parentes e outros emigrados italianos que, naquele contexto, ainda nem se sentiam italianos de fato, pois a Itália havia sido unificada há pouco. Sentiam-se, antes, pertencentes às localidades e regiões das quais provinham. Posteriormente, já no século XX, houve uma migração mais urbana vinda do sul da Itália e outra no início do século XX, motivada, também, pela Segunda Guerra Mundial (CONSTANTINO, 2000, 2010).

Nosso objetivo neste *paper* é apontar como a identidade de "italianos" perdura, não só pelo fato de a Itália adotar o "Jus sanguinis" enquanto critério definidor da cidadania, e se referir aos emigrantes do país como "Italianos *all'estero*", mas principalmente por meio da construção de pertencimento pela cultura e pelas memórias compartilhadas, oriundas da família e de seus coletivos. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental conjugada com as pesquisas etnográficas realizadas no Rio Grande do Sul por ambas as autoras desde 1997. As principais conclusões apontam para um fenômeno multifacetado que não permite escolher uma única razão para a sensação de pertencimento e identificação, mas um conjunto de elementos, dinâmicos, históricos e contextuais que conformam as identidades de italianos do Rio Grande do Sul, sem, contudo, excluir a identidade gaúcha e brasileira.

A imigração italiana para o sul do Brasil não deve ser compreendida apenas como um deslocamento geográfico, mas como um processo complexo de reestruturação social e construção identitária. Conforme aponta Machado (1999), a política de colonização do

[1] Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Professora Titular aposentada da UFRRJ.
[2] Professora Titular aposentada da UFSM. Pesquisador PqC CNPq



Império buscou ocupar o território por meio da pequena propriedade, o que deu origem a um campesinato étnico singular no sul do país (SEYFERTH, 1983). Nesse cenário, a "italianidade" não é um dado biológico, mas uma construção social contínua, uma "fronteira" que separa o "nós" (os descendentes de imigrantes) dos "outros" (luso-brasileiros ou outros grupos étnicos), conforme a perspectiva de Frederik de Barth (2000). Para Barth, os grupos étnicos constroem seus pertencimentos dinamicamente, pela seleção de sinais diacríticos, abertos e negociados. Antes de uma cultura *a priori*, os pertencimentos se constroem nas interações entre os diferentes, por vezes entre conflitos e tensões, em ressignificações que dialogam com passado, presente e futuro. Trata-se, com certeza, de um processo altamente político em que questões de poder se conjugam com domínios simbólicos também.

A Família e o Patrimônio como Eixos Centrais

Para os imigrantes italianos e seus descendentes, a família não é apenas uma unidade afetiva, mas também uma unidade de produção e um patrimônio a ser preservado e transmitido (ZANINI, 2004). Trata-se de um legado, termo muito usado pelos descendentes de imigrantes italianos ao narrarem o passado de seus ascendentes e suas trajetórias. Como destacam Woortmann e Woortmann (1990), o universo camponês, do qual se origina a maior parte desses imigrantes, é regido por lógicas de herança e sucessão que visam manter a integridade da terra, muitas vezes gerando tensões de gênero e também de geração. Brumer (2004) e Carneiro (2001) reforçam que, embora a mulher tenha papel fundamental na economia doméstica e na agricultura, as regras de herança frequentemente privilegiavam os filhos homens, o que define estratégias matrimoniais e de reprodução social específicas (BRUMER; ANJOS, 2008). Estes arranjos sobre a terra existiam no passado, bem como, ainda hoje, orientam determinadas escolhas de sucessão patrimonial entre os descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul.

A memória desse processo de ocupação é cristalizada em relatos como os de Lorenzoni (1975), que narram as dificuldades da chegada e a mística do trabalho árduo, por meio do qual foram construindo suas localidades, lavouras, casas e demarcando o novo espaço de vida no Brasil. Essa "ética do trabalho" se torna um marcador étnico, diferenciando o colono do "brasileiro" ou do "gaúcho" das estâncias (AZEVEDO, 1982). Especialmente para os camponeses pobres, fugindo de uma Itália empobrecida, na qual enfrentavam situações adversas, particularmente no Norte da Itália (FRANZINA, 2006), a emigração se tornou uma possibilidade de ascensão e também de sobrevivência. Conforme aponta Grosselli (1987), as moléstias, a fome, as más colheitas, de certa forma e a exploração na qual viviam,

fizeram com que os imigrantes italianos do final do século XIX e início do XX percebessem a Itália como uma mãe madrasta e América como um símbolo de ascensão e, talvez, riqueza. O sonho da propriedade da terra era um forte incentivo para a travessia e o enfrentamento de tudo o que ela implicava para aquelas famílias.

A família, como um trabalhador coletivo (TAVARES, 1984, p.34), possibilitou, por meio da venda do excedente da produção, pagar os lotes de terra (HEREDIA, 2001) e, posteriormente, comprar mais terra para reproduzir a condição camponesa, elemento muito importante na construção identitária dos imigrantes italianos também. Assim, num ciclo em que o pai era o responsável para organizar o trabalho, mas também administrar a renda, numa lógica de poupança e privação, a condição de proprietário se renova nos filhos e netos nascidos no Brasil. Privilegiando majoritariamente os homens, contudo.

Religiosidade, Comensalidade e Pertencimentos

A reprodução dos costumes e da religião foi o amálgama que permitiu a sobrevivência desse grupo em isolamento relativo. Battistel (1981) descreve como a paróquia e as festas religiosas funcionavam como centros de sociabilidade. As festas, como analisa Teixeira (1988), são momentos de "recado" simbólico, no qual a hierarquia social e a coesão do grupo são reafirmadas por meio do consumo ritualístico de alimentos típicos. A comida, aliás, é um dos símbolos mais persistentes da identidade: Santos e Zanini (2008) salientam que o preparo e o compartilhamento do alimento funcionam como um elo com o passado mítico e uma demarcação de pertencimento no presente. Como destacado por De Boni (1982), antes de vínculos culturais particulares, o que unia aquelas famílias migrantes era a catolicidade, o pertencimento ao universo cristão católico, que permitia que se compreendessem e pudessem conviver entre eles, mesmo falando dialetos diferentes e tenho costumes diversos. Da mesma forma, Beneduzi (2008) salienta o quanto o catolicismo fez parte do processo migratório no Rio Grande do Sul, num cenário de coesões e de conflitos. Com certeza ainda há muitos estudos que necessitam ser efetuados e que apontem também para a vida cotidiana e a vivência religiosa nas colônias italianas e que tragam recortes de gênero, geração e classe. A religiosidade dialogava com o mundo do trabalho, com a autoridade familiar, com a sexualidade e tantos outros elementos da vida daquelas famílias migrantes no Brasil. Como narra Julio Lorenzoni em suas memórias, publicadas em 1975, o catolicismo vivido e praticado no Brasil causou estranhamento nos emigrados. Contudo, a imensa vontade de praticar os ritos católicos se sentirem minimamente amparados em terras brasileiras fez com que a primeira missa na colônia gerasse imensa felicidade. Com o passar do tempo cada

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

localidade almejava ter sua capela, capitel, Igreja e, se possível, sacerdote. Assim, numa ordem simbólica reconfigurada no novo território, a religiosidade trazia amparo, conforto e alguma noção de estabilidade.

A comensalidade, seja a do cotidiano, nas casas ou aquela dos espaços públicos e mais ritualizados, procurava remeter ao mundo italiano das origens (LORENZONI, 1975), mesmo que alguns ingredientes ainda não estivessem disponíveis no Brasil. A reprodução e construção de um gosto (BOURDIEU, 2007) como italiano implica, também, o domínio de habilidades e saberes acerca da produção, consumo e distribuição de alimentos. Nesse sentido, observa-se o consumo das carnes, que aumenta bastante e que tende a ocupar um lugar privilegiado na alimentação considerada italiana também. Na região central do Rio Grande do Sul, a polenta e o risoto assumem papel importante nos consumos diários, muito mais do que as massas, contudo, sempre tendo como destaque alguma carne. O arroz e o feijão, a mandioca e outros alimentos também passam a ter um destaque muito importante nas mesas das famílias.

As comidas das festas contemporâneas, contudo, procuram reconstruir elementos do que seria uma comida da tradição ou dos antepassados, mesmo que a forma de fazer ou os ingredientes sejam contemporâneos. Pode-se dizer que para os descendentes os muitos modos de fazer e consumir não gera conflitos e que a busca por uma certa autenticidade é muito mais advinda pelas lógicas do turismo em que os clientes buscam experiências. Assim, valorizar e renovar modos antigos de fazer certos alimentos passa a ser vista como um diferencial na economia familiar. Nesse movimento, observa-se que reaprender a produzir alimentos na forma antiga traz valorização sobre o trabalho "dos antigos" e suas criatividades para alimentar as imensas famílias. De certa forma, esta redescoberta é um elemento importante de valorização étnica, do mundo das origens e dos antepassados.

O Estado e o Conflito Identitário

A relação com o Estado brasileiro com os imigrantes italianos e seus descendentes nem sempre foi pacífica. Durante o Estado Novo (1937-1945), a política de nacionalização impôs o silenciamento das línguas maternas, especialmente o italiano, o alemão e o japonês, e a repressão de manifestações culturais estrangeiras, bem como o fechamento de espaços de lazer, educação e sociabilidade. Em 1942, quando o Brasil entrou na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados e contra o Eixo, formado por Japão, Alemanha e Itália, os imigrantes e descendentes destas nacionalidades no Brasil passaram a ser perseguidos, vigiados e sofreram, em algumas localidades, a forte repressão da polícia. Zanini (2006) explora como



esse período deixou feridas profundas na memória dos descendentes, forçando uma readequação da identidade étnica que precisou se tornar, de certa forma, brasileira sem perder suas raízes peninsulares. Esse processo dialógico, tenso por vezes, resultou no que se chama hoje de "ítalo-brasilianidade" (ZANINI; SANTOS, 2017), uma construção identitária que negocia constantemente entre a herança europeia e a realidade brasileira, situacionalmente. Como sintetiza Seyferth (1990, 2000), o processo de assimilação não apagou a etnicidade, mas a transformou em uma ferramenta de afirmação social e política no cenário multicultural do Brasil meridional. No confronto com a lógica nacional brasileira, os grupos étnicos, dialogando com os acontecimentos históricos da sociedade mais ampla, mantiveram o que elegeram ser mais adequado, naquilo que puderem, em seus contextos específicos, se nas colônias ou nos centros urbanos.

Percebe-se que após os festejos do centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, em 1975, muitas famílias, já bem situadas socialmente, enriquecidas algumas, reuniram-se a intelectuais e religiosos para positivar e promover a noção de italianidade entre os gaúchos. Tal movimento resultou numa ampla e muito importante produção escrita sobre a migração italiana no estado, bem como no revival de construções identitárias compreendidas como pertencentes ao mundo italiano dos ancestrais. Tal movimento possibilitou também o nascimento de organizações étnicas, associações, cursos de línguas italianas e um novo contato institucional com as regiões italianas de origem dos emigrados que para cá vieram no final do século XIX e início do XX. Assim, pode-se dizer as houve a construção de italianidades diversificadas, dialogadas com outras construções identitárias, mas sempre remetendo ao mundo dos pioneiros, dos ancestrais.

Considerações Finais

A análise da presença italiana no Rio Grande do Sul permite compreender que a noção de "imigrantes que nunca imigraram" não constitui uma contradição, mas uma chave interpretativa potente para pensar a permanência simbólica da identidade étnica para além do deslocamento físico. Ao longo deste *paper*, evidenciou-se que a italianidade não reside apenas na experiência migratória original, mas sobretudo na sua contínua atualização por meio de práticas sociais, memórias e representações compartilhadas entre descendentes que, muitas vezes, já não vivenciaram diretamente o processo de imigração.

Partindo da perspectiva de Barth (2000), foi possível entender que esses processos de identificação se sustentam nas fronteiras simbólicas, nos sinais diacríticos, que distinguem o grupo, mais do que em conteúdos culturais fixos. Assim, elementos como família, religião,



alimentação, memórias e objetos não são apenas heranças passivas, mas recursos mobilizados ativamente na construção de pertencimento. A família, em especial, aparece como eixo estruturante, não apenas na reprodução econômica, mas também na transmissão de valores e narrativas que reforçam a continuidade do grupo ao longo das gerações (ZANINI, 2004; WOORTMANN; WOORTMANN, 1990). É por meio da família como valor, mas também como unidade produtiva, que a migração italiana no Brasil se delineou ao longo do século XX. Família, trabalho e religiosidade andavam juntas. Autoridade, disciplina para o trabalho e a expectativa na ascensão social consolidaram este processo migratório no Rio Grande do Sul.

Do mesmo modo, práticas religiosas e festivas salientam a capacidade de ressignificação cultural, funcionando como espaços privilegiados de sociabilidade e reafirmação identitária (BATTISTEL, 1981; TEIXEIRA, 1988). A comensalidade, por sua vez, revela-se como um dos marcadores mais duradouros da italianidade, articulando memória, afeto e distinção social (SANTOS; ZANINI, 2008). A construção de um gosto que remete ao mundo italiano das origens, mesmo que ressignificado, tem forte apelo identitário e também reforça a importância de se estudar espaços da vida cotidiana nas formações étnicas.

Entretanto, a identidade italiana no Brasil não se construiu de forma isolada ou imune a tensões. A intervenção do Estado, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945), evidencia como projetos de nacionalização impactaram profundamente essas comunidades, impondo limites, opressões e exigindo adaptações (ZANINI, 2005). Ainda assim, tais pressões não resultaram no desaparecimento dos pertencimentos ao mundo italiano das origens, mas em sua transformação, dando origem a formas híbridas de pertencimento, como a ítalo-brasilianidade (ZANINI; SANTOS, 2017).

Nesse sentido, a italianidade no Rio Grande do Sul deve ser compreendida como um fenômeno histórico amplo e dinâmico, e socialmente construído, marcado pela articulação entre continuidades e mudanças. Conforme Seyferth (1990; 2000), o processo de inserção dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira não implicou a dissolução de suas identidades, mas sua reconfiguração em novos contextos. Foram, antes de tudo, processos de negociação, envolvendo ressignificações e também silenciamentos. Este percurso deve ser observado e estudado situacionalmente também, para que se possa compreender como as italianidades foram se edificando, transmitindo e se atualizando.

Por fim, conclui-se que a persistência da identificação ao mundo italiano entre descendentes que nunca imigraram revela a força das dimensões simbólicas na constituição dos grupos sociais. Trata-se de uma identidade que se ancora no passado, mas se projeta no presente e também para o futuro (para as novas gerações), sendo continuamente reinventada, baseada,



como salienta Weber (1999), na crença em uma origem comum, a Itália. Assim, mais do que um legado estático, a italianidade constitui um campo dinâmico de significados, no qual memória, cultura e experiência social se entrelaçam para produzir sentidos duradouros e dinâmicos de pertencimento.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúcho**s. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1982.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-67.

BATTISTEL, Arlindo. **Colônia italiana: religião e costume**s. Porto Alegre: EST, 1981.

BENEDUZI, Luis Fernando. Imigração italiana e catolicismo. Entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 1-12, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. IN: DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio**. Os italianos do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: EST, Caxias: Universidade de Caxias, 1982. p.234-255



FRANZINA, Emilio**. A Grande emigração.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou Morrer** - Camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: EdUFSC, 1987.

HEREDIA, Vania B.M. **A imigração européia no século passado: o Programa de Colonização no Rio Grande do Sul.** Scripta Nova**,** n.94, 2001.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo (Org.). Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. 2 v.

LORENZONI, Julio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A inscrição dos imigrantes italianos na historiografia do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C.. (Org.). **Migrantes ao sul do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Italianos na cidade: a imigração itálica nas cidades brasileiras**. Passo Fundo: Editora UPF, 2000.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Bendito é o fruto: festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2015.

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 19, p. 255-284, 2008.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasi**l. Brasília: EdUnB, 1990.



SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 91, p. 31-63, 1993.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 395-417, 2011.

TAVARES, José Vicente. **Colonos do Vinho**. 2ª ed., São Paulo: HUCITEC, 1984.

TEIXEIRA, Sérgio Alves. **Os recados das Festa**s. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

TRUZZI, Oswaldo; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade nos interiores paulista e gaúcho: uma perspectiva comparada. In: ELMIR, Cláudio Pereira et al. (orgs.). **Imigração nas Américas: Estudos de História comparada**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018. p. 123-160.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** Brasília: Editora UnB, 1999. vol. 1, parte 2, cap. IV ("Relações Comunitárias Étnicas").

WOORTMANN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

WOORTMANN, Klaas. A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 129-137, 2004.

WOORTMANN, Klass; WOORTMANN, Ellen. **Amor e celibato no universo camponês**. Campinas: Nepo/Unicamp, 1990.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: EdUFSM, 2006.



ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O Estado Novo e os descendentes de imigrantes italianos: entre feridas, fatos e interpretações. In: DALMOLIN, C. (org.). **Mordaça verde e amarela.** Santa Maria: Palotti, 2005. p. 113-128.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A Família como patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de imigrantes italianos. **Campos Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 53-67, jun. 2004.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Ítalo-brasilianidade. **El Hilo de la Fabula**, Santa Fé, v. 17, p. 17-32, 2017.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



MASCULINIDADES CONECTADAS: UM OLHAR PARA PEDAGOGIAS CULTURAIS QUE CONSTITUEM PRÁTICAS DE HOMENS DENTRO DE UMA CIBERCULTURA DE GRAND THEFT AUTO – GTA

Mauricio Nazarete Lopes[1]
Ana V. Rodrigues[2]
Filomena Teixeira[3]

Introdução

Este trabalho tem o objetivo de analisar as pedagogias culturais sobre masculinidades (re)produzidas por homens, membros de um grupo do Facebook denominado "Viciados em GTA". Este é um dos maiores grupos destinado a jogadores/as brasileiros/as da série de videojogos *Grand Theft Auto* (GTA) e possui cerca de 177 mil membros. O GTA é um jogo de ação que utiliza uma linguagem violenta ligada ao universo do crime; entre os seus conteúdos, encontramos violências físicas e psicológicas, conteúdos sexuais, consumo de drogas ilícitas e de bebidas alcoólicas.

Cabe destacar que este estudo está ancorado nos campos teóricos dos Estudos Culturais e dos Estudos das Masculinidades, nas suas vertentes pós-estruturalistas, nas quais se analisam os géneros e as masculinidades como construções sociais e culturais. Além disso, analisamos os videojogos e as redes sociais, no caso desta investigação, o Facebook, enquanto artefactos culturais que possuem "currículo, exercem pedagogias, realizam governo e produzem sujeitos" (Maknamara, 2025, p. 182).

Desde os anos 1990, temos acompanhado uma série de transformações sociais e culturais proporcionadas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais. Inicialmente, o e-mail foi o

[1] Investigador do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG/Brasil) e do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro (UA/Portugal) pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil). Email: mauricionazarete@gmail.com
[2] Professora Associada do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro. Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores da Universidade de Aveiro. Email: arodrigues@ua.pt
[3] Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra. Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores da Universidade de Aveiro. Email: filomena@esec.pt

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



principal meio de aproximação entre os/as utilizadores/as da internet; posteriormente, a partir dos anos 2000, este cenário foi transformado pelo surgimento das redes sociais. Além disso, a democratização do acesso a computadores e telemóveis/smartphones permitiu que práticas culturais fossem construídas através das redes sociais digitais. Conforme afirma Edvaldo Couto (2013, p. 901), "através destas redes construímos subjetividades e sociabilidades, e redesenhamos os nossos modos de ser e viver".

Estas relações entre sujeitos e as tecnologias digitais que os conectam são denominadas, a partir de Pierre Lévy (1999), de ciberculturas. Para o autor, a cibercultura expressa o desejo de criar laços sociais que transcendem fronteiras geográficas, hierarquias institucionais ou relações de poder. Além disso, esta conexão constitui-se por meio de interesses partilhados, no lúdico, na troca de conhecimentos e na construção de processos colaborativos de aprendizagem (Lévy, 1999).

Nesse sentido, o grupo "Viciados em GTA" constitui-se como um ciberespaço dedicado a membros da cibercultura da série de jogos *Grand Theft Auto*; ou seja, um território dentro desta rede social no qual saberes, valores e pedagogias culturais relacionadas com esta cibercultura circulam e produzem significados para a constituição de sujeitos (Magalhães et al., 2024). Sabe-se, ainda, que os videojogos foram, culturalmente e durante muito tempo, pensados e produzidos por homens e para homens, reforçando, assim, modelos comportamentais associados a masculinidades tradicionais/hegemónicas (Moita, 2006; Gutierrez, 2019).

No caso do GTA, esta série de videojogos apresenta linguagens, valores e pedagogias associadas à violência, ao consumismo e a relações de poder que, historicamente, têm posicionado as mulheres de maneira sexista e misógina, através de enredos que as sub-representam e as sexualizam (Horvat, 2022; Lopes et al., 2025). Desta maneira, focar a nossa atenção na cibercultura de "Viciados em GTA" torna-se pertinente, pois nesse território/espaço transitam práticas e pedagogias culturais acerca das masculinidades que são produzidas, ensinadas e partilhadas entre os membros (homens e mulheres) deste grupo.

O Currículo Cultural não-escolar e as Pedagogias culturais das Masculinidades

Nos últimos vinte anos, no Brasil, temos acompanhado uma ampliação dos conceitos de educação e currículo proporcionada pelas teorias pós-críticas do campo do Currículo Cultural Não-Escolar. A partir deste movimento, o conceito de educação deixou de ser analisado como estando exclusivamente ligado aos processos educativos que ocorrem em escolas, espaços educativos formais ou institucionalizados (Oliveira et al., 2023). Em relação

ao Currículo, este "passa a ser visto na sua relação com a cultura" (Paraíso, 2010, p. 33). Ou seja, este conjunto de teorias favorece "[...] o reconhecimento de que no mundo contemporâneo novas configurações culturais têm concorrido com a escola pelo privilégio sobre a educação das pessoas" (Maknamara & Paraíso, 2013, p. 42).

Nesse sentido, as teorias pós-críticas dos Currículos Culturais aliam-se aos Estudos Culturais que, conforme Marlucy Paraíso (2012), "[...] defendem que existe pedagogia, modos de ensinar e possibilidades de aprender nos mais diferentes artefatos culturais, que se multiplicaram na nossa sociedade". Desta maneira, produzir uma investigação com as ferramentas teóricas do Currículo Cultural Não-escolar, na sua vertente pós-crítica, possibilita "ampliar os objetos curriculares, para investigar todo e qualquer artefacto cultural que ensina, procurando mostrar o currículo que eles apresentam" (Paraíso, 2012, p. 24).

Os artefactos culturais são analisados como qualquer objeto que produz, incorpora ou transforma significados de uma cultura. No entanto, os artefactos estão para além do entretenimento ou do consumo; são produtos culturais passíveis de pedagogização (Maknamara, 2025). Deste modo, as produções culturais, tais como músicas, filmes, programas de TV, séries, livros, notícias, publicidade, jogos eletrónicos e as redes sociais, são artefactos culturais permeados por valores, saberes, significados e pedagogias de um dado tempo e de uma determinada sociedade (Magalhães, 2012).

Relacionado às pedagogias culturais, estas dizem respeito "à capacidade de ensinar e à vontade de fazer aprender de um artefacto cultural" (Maknamara, 2025, p. 183); ou seja, à pedagogia que é exercida por este artefacto. As pedagogias culturais possibilitam despertar sentidos e promover aprendizagens alinhadas com uma determinada cultura, atuando diretamente na formação da identidade e da subjetividade dos sujeitos. Desta maneira, é na cultura que ocorrem as definições do que pertence ao universo das masculinidades ou feminilidades (Butler, 2014). Conforme Raewyn Connell (1995), desde muito novos, os homens são pressionados a agir e a sentir-se pertencentes a práticas culturais que os distanciem de comportamentos ditos "de mulheres", "de raparigas" ou das feminilidades. A família, a escola, os locais de trabalho, os grupos de amigos/as e, no caso desta investigação, a cibercultura de um jogo eletrónico, são agentes que convencionam e produzem pedagogias culturais sobre as masculinidades.

Judith Butler (2014), no seu livro "Problemas de Género", traz contribuições para os estudos das Masculinidades com o conceito de Performance de Género. A partir deste conceito, Butler (2014) menciona que a cultura atua na produção dos significados/sentidos das masculinidades nas sociedades. Nesse sentido, há uma série de práticas culturais e



aprendizagens que ocorrem em diferentes instâncias e que atuam na construção da subjetividade individual e coletiva a respeito das pedagogias das masculinidades.

Conhecendo o ciberespaço de "Viciados em GTA"

O Facebook é uma rede social que fomenta a ligação entre utilizadores por meio de páginas e grupos temáticos. Enquanto as páginas atendem a artistas, figuras públicas, empresas, marcas, organizações e instituições sem fins lucrativos, os grupos são definidos como um ambiente virtual de partilha sobre interesses comuns, abrangendo desde reuniões familiares até comunidades dedicadas a clubes de leitura, grupos para comercializar artigos e à cultura dos videojogos (Lopes et al., 2025). Neste cenário dos grupos, destaca-se o grupo brasileiro "Viciados em GTA", que atua como um ciberespaço dedicado à cibercultura da série de jogos eletrónicos Grand Theft Auto.

O GTA é um videojogo caracterizado por apresentar uma jogabilidade em mundo aberto, oferecendo aos/às jogadores/as diferentes possibilidades de exploração e interação. Devido ao seu enredo focado no universo do crime, com a presença de violências, conteúdos sexuais, consumo de drogas e de bebidas alcoólicas, este jogo é voltado para o público maior de 18 anos.

O grupo "Viciados em GTA", fundado em 2013, consolidou-se como uma das maiores comunidades dedicadas a esta série de jogos eletrónicos, tendo cerca de 176,9 mil membros em abril de 2026. Este ciberespaço reúne um público diverso de diferentes géneros, idades e classes sociais. As interações no grupo concentram-se maioritariamente na secção de discussão, onde os membros partilham notícias, suportes mediáticos e convites para partidas online no GTA V. Este fluxo constante de publicações e comentários constitui o material empírico desta investigação, o qual nos possibilita analisar as pedagogias culturais sobre masculinidades (re)produzidas por homens.

Estratégias Metodológicas

O material empírico será composto por cinco publicações e 114 comentários, que se encontram na secção de discussão do grupo. Estas publicações têm em comum a utilização de imagens da personagem Lucía, que será a protagonista de Grand Theft Auto VI, cujo lançamento está agendado para o final do ano de 2026. Como forma de divulgação, a Rockstar Games produziu dois trailers, o primeiro em 4 de dezembro de 2024 e o segundo em 6 de maio de 2025. O primeiro trailer apresentou Lucía, que será a primeira protagonista

feminina da era 3D desta série de videojogos, o que tem proporcionado uma euforia entre diversos fãs desta franquia.

A produção dos dados empíricos foi realizada através da navegação na secção de discussão do grupo "Viciados em GTA". É neste local que as publicações e comentários que apresentavam elementos pertinentes à análise das pedagogias das masculinidades eram (re)produzidos por membros desta cibercultura. Para preservar o material analisado, utilizou-se a metodologia de produção de registos através de capturas de ecrã (*screenshots*), armazenadas num ficheiro PowerPoint que funciona como um banco de imagens. As redes sociais são espaços dinâmicos nos quais as publicações e comentários podem ser eliminados ou removidos a qualquer instante; assim, os/as investigadores/as podem perder dados potenciais para análise. Desta maneira, esta metodologia de produção de registos auxilia no armazenamento desses dados (Magalhães et al., 2024).

A metodologia de análise de dados usada é a Análise Cultural, que visa problematizar as práticas sociais e culturais articuladas por relações de saber-poder num recorte específico de tempo e espaço (Amaral, 2017). Esta abordagem metodológica permite investigar artefactos culturais como dispositivos de subjetivação que legitimam certos modos de vida enquanto marginalizam outros, auxiliando a "pensar e desnaturalizar os significados sociais, as verdades sociais, que, de tão presentes no nosso quotidiano, já não questionamos" (Amaral, 2017, p. 77).

Assim, a análise não observa apenas a interpelação dos sujeitos, mas questiona como os mecanismos de poder operam para definir o que é normal ou desejável, utilizando a linguagem e os discursos que contribuem para a construção de sentidos e significados que posicionam socialmente os indivíduos, regulam condutas e produzem subjetividades (Magalhães et al., 2024).

Resultados e Discussão

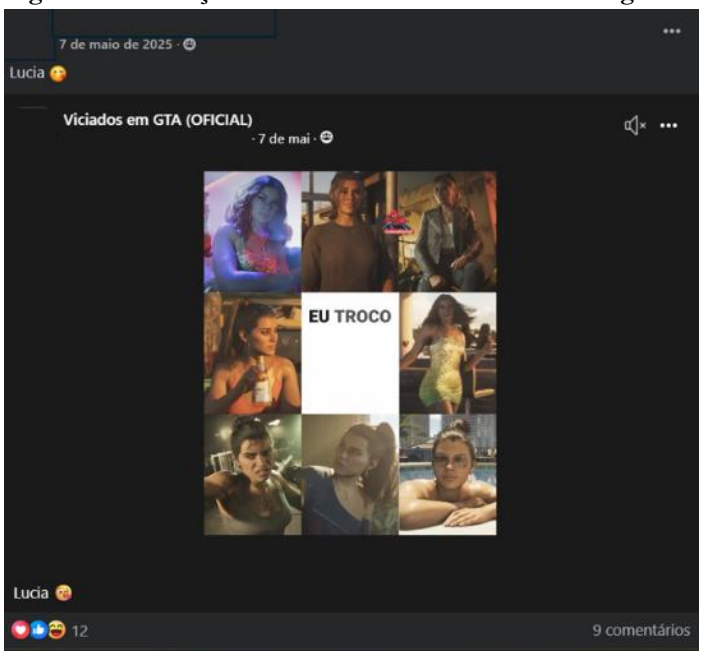
Nesta secção do texto, apresentamos as nossas análises e discussões a respeito das cinco publicações e 114 comentários analisados, que apresentam pedagogias sobre masculinidades a circular no ciberespaço de "Viciados em GTA". Nesse sentido, as publicações e os respetivos comentários analisados relacionam-se com práticas culturais que constituem pedagogias das masculinidades e que foram (re)produzidas por indivíduos do sexo masculino membros do grupo.

Ao analisarmos a primeira publicação, de 7 de maio de 2025, um homem faz uma postagem (Figura 1) com o texto: «Lucía» e um emoji a enviar um beijo com um coração, para além de acrescentar oito imagens que apresentam a personagem.

Nesta seção do texto, apresentamos nossas análises e discussões a respeito das cinco publicações e 114 comentários analisados e que apresentam pedagogias sobre masculinidades que circulam no ciberespaço de "Viciados em GTA". Nesse sentido, as publicações, e seus comentários, analisadas são relacionadas a práticas culturais que constituem pedagogias das masculinidades e que foram (re)produzidos por sujeitos homens membros do grupo.

Ao analisarmos a primeira publicação, no dia 7 de maio de 2025, um homem faz uma postagem (Figura 1) com o texto: Lucía e um emoji mandando um beijo com coração, além de acrescentar oito imagens que apresentam a personagem.

Figura 9. Publicação de 7 de maio de 205 com oito imagens da personagem Lucía de GTA VI.



Fonte: Captura de tela produzida pelo/as autor/as..

A publicação obteve nove comentários, e entre esses destacamos aqueles que apresentam as seguintes pedagogias sobre masculinidades:

Comentário 1: *"Vai ter muito casal se separando por causa dessa deusa kkk",* resposta: *"Casar é coisa do passado mano, mulher nenhuma é melhor que videogame"*;

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



Comentário 2: *"Mano na moral eu apaixonei numa mina que não existe kkkk"*, resposta: *"kkkk o tanto de mão peluda que vai ter quando esse jogo sair não tá escrito kkkk"*.

A publicação e os respetivos comentários apresentam pedagogias que constituem performances de masculinidades que hipersexualizam e objetificam a personagem do jogo. Ao utilizarmos os olhares teóricos do conceito de Performances de Género de Butler (2014), as performances produzidas por estes homens posicionam a personagem Lucía como um objeto sexual, de desejo e de consumo erótico, conforme as expressões "deusa", "apaixonei" e "mão peluda", esta última em alusão à masturbação masculina.

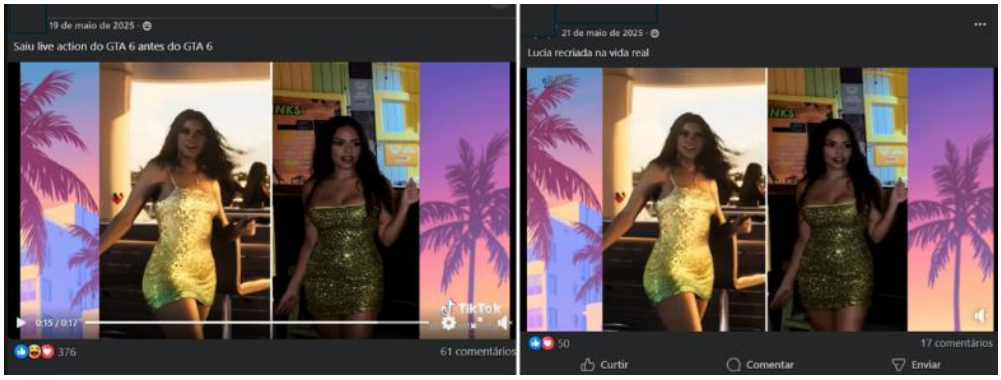
Além disso, nota-se nos comentários a presença de discursos que descartam a "mulher real" em favor da personagem fictícia ou do ato de jogar videojogos, como nos excertos: "o que vai ter de casal se separando" e "mulher nenhuma é melhor que jogar videogame". Neste caso, as pedagogias culturais das masculinidades (re)produzem discursos que consolidam estes homens enquanto sujeitos hegemónicos, nos quais estes valorizam o prazer de jogar videojogos e menosprezam as mulheres através de discursos sexistas (Connell, 1995). Desta maneira, nesta primeira análise, encontramos homens que (re)produzem práticas de virilidade e de poder masculino através do posicionamento das mulheres enquanto objetos sexuais, quando não existe esse desejo, estas são descartadas, como no caso da afirmação que menciona que o videojogo é melhor do que a mulher.

Na análise seguinte, também se verificam práticas culturais sexistas e de objetificação da mulher. Conforme destacamos na Figura 2, existem duas publicações produzidas pelo mesmo autor, que foram colocadas entre os dias 19 de maio de 2025 e 21 de maio de 2025. Em ambas, há a captura de ecrã de uma cena do trailer de GTA VI em que a personagem Lucía está num bar com um vestido amarelo e, ao lado, a presença de uma mulher "real" morena, também num bar, com um vestido semelhante ao da personagem. Na primeira publicação, o autor menciona: "Saiu live action[4] do GTA 6 antes do GTA 6" e, na segunda, afirma: "Lucía recriada na vida real". Isto é, o autor procura comparar a personagem, que é uma animação tridimensional, com uma mulher que representa a sua versão "real" ou "live

[4] O termo *live action* refere-se a produções cinematográficas ou audiovisuais realizadas com atores reais, em oposição a animações ou computação gráfica.

action". Cabe mencionar que a primeira publicação obteve 61 comentários e a segunda obteve 17.

Figura 10. Duas publicações de diferentes datas 19 de maio e 21 de maio de 2025, produzidas por um mesmo homem membro do grupo com as imagens de Lucía e uma mulher real representando a personagem.



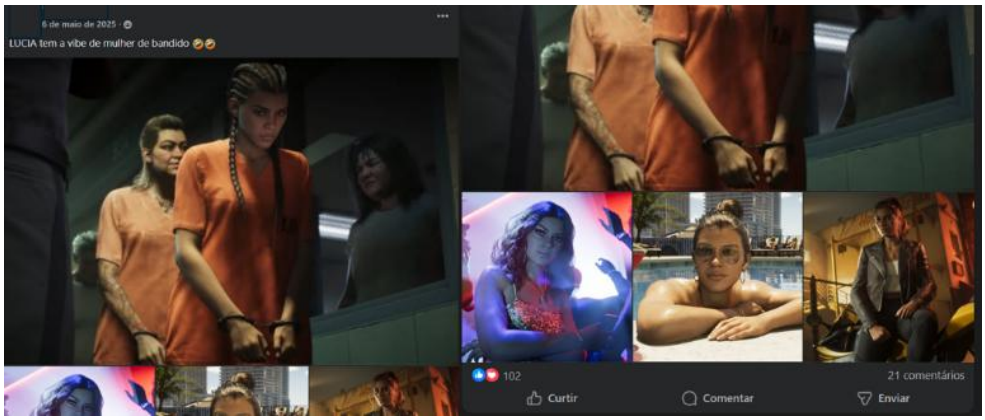
Fonte: Captura de tela produzida pelo/as autor/as.

Os comentários que destacamos para a análise que estão presentes nessas publicações são:
Comentário 3: "*Viva as latinas gostosas*"
Comentário 4: "*Quer entrar no Hype do GTA essa vagabunda, se f*, irei ejacular*";
Comentário 5: "*E o Duval?*" resposta: "*Chuparia o C* dela com a língua*";
Comentário 6: "*como diria o filosofo piton*", resposta: "*Tudo na vida depende de quanto você quer comer alguém*";
Comentário 7: "*A do jogo é mais bonita*", resposta: "*o maluco prefere boneco 3D*";
Comentário 8: "*GTA VI deixou todo mundo biruta*" resposta: imagem de uma garrafa com o símbolo de um produto líquido que repele pessoas LGBT.
De forma inicial, destacamos os comentários que também sexualizam e objetificam a personagem Lucía, como se observa em "viva as latinas gostosas", "irei ejacular" e "chuparia o c* dela com a língua". Se analisarmos a personagem, a própria produtora do videojogo já a constrói com um *design* que (re)produz práticas culturais históricas da representação corporal da mulher latina: um corpo curvilíneo, cintura fina e quadril largo. O videojogo atua como um artefacto cultural que apresenta uma "capacidade de ensinar e uma vontade de fazer aprender" (Maknamara, 2025, p. 183), assim, o comentário "viva as latinas gostosas!" (re)produz essa vontade de fazer aprender de um artefacto, através de um fetiche estético que muitos homens são ensinados a nutrir em relação ao corpo da mulher latina.

Existem também, entre os comentários, discursos misóginos, conforme o excerto "Quer entrar no hype do GTA essa vagabunda, se f*, irei ejacular", no qual o autor menospreza a mulher ao apelidá-la de "vagabunda", mas afirma que, ainda assim, se irá masturbar com a sua imagem. Além disso, verifica-se um discurso de ódio contra homossexuais através da resposta ao comentário 8, que utiliza a imagem de uma garrafa com o símbolo de um produto líquido que "repele" pessoas LGBT. Nesta segunda análise, destacamos as (re)produções de pedagogias das masculinidades que são associadas à masculinidade hegemónica (Connell, 1995), pois existem práticas que tencionam as relações de poder entre homens e mulheres, mas também tencionam as relações de poder dos homens com outros homens.

A nossa terceira análise apresenta uma publicação de 6 de maio de 2025, na qual um homem publica diferentes imagens da personagem Lucía (Figura 3). No entanto, de forma destacada, surge a personagem algemada com roupas de presidiária, seguida de uma imagem numa festa, outra na piscina e, por fim, uma sentada na cama do quarto. O texto da publicação menciona: "Lucía tem a *vibe*[5] de mulher de bandido", acompanhado de emojis que representam gargalhadas.

Figura 11. Publicação de 6 de maio de 2025 com imagens de Lucía e o texto Lucia tem a vibe de mulher de bandido.



Fonte: Captura de tela produzida pelo/as autor/as.

Os comentários destacados são:

Comentário 9: *"Mas ela é!", resposta: "Mas ela não precisava aparentar"*.

[5] O termo *vibe* é uma gíria adaptada do inglês *vibration* (vibração), utilizada para descrever a energia, a atmosfera ou a sensação geral de um lugar, pessoa, música ou momento.

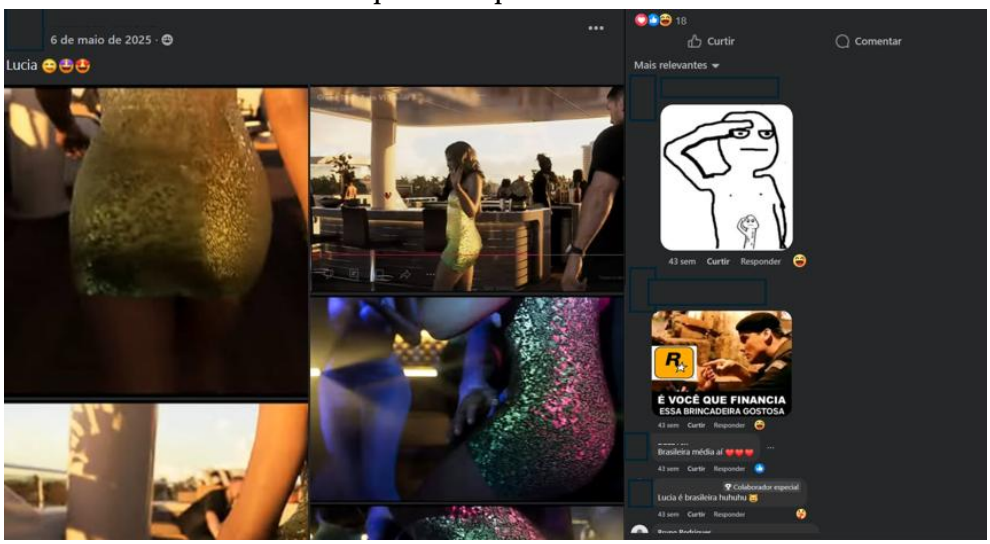


Comentário 10: *"Jason vai raspar o cabelo dela no final do jogo"*, resposta: *"no final do jogo teremos a escolha de raspar a cabeça dela ou mandar para vala"*;
Comentário 11: *"Será que no GTA VI terá a cambada de machos que jogaram com personagem de mulher no GTA V online?"* resposta 1: *"E duvida? No modo online tem muito personagem mulher controlado por macho"*; resposta 2: *"Se for para ficar horas vendo um personagem que seja mulher, melhor do que ficar vendo homem"*, resposta 3: *Vixe, sair do armário é bom!"*.
A publicação e os comentários apresentam características de como os artefactos culturais operam na construção de pedagogias culturais a respeito das (re)produções de masculinidades e feminilidades na cultura. Neste caso, são estimulados os sentidos e significados construídos na cultura relacionados com a "mulher de bandido". Cabe mencionar que esta expressão pode apresentar significações que também posicionam a mulher de forma inferior ao homem, o qual, dentro da cultura do crime, se constitui enquanto uma cultura machista.
Relativamente ao comentário 10, este apresenta significações relacionadas com as relações de poder e a violência, tanto física, quando psicológica, que permeiam os enredos e a cibercultura de GTA. A apresentação de falas que sugerem "raspar o cabelo" ou "mandar para a vala" (matar) Lucía demonstra a construção de uma pedagogia cultural na qual o homem é o detentor do protagonismo no jogo, e que a protagonista ficará à mercê das escolhas do seu companheiro, Jason. Esta noção de pedagogia da violência, construída por estes membros, reafirma modelos comportamentais tóxicos de homens, pois atuam como um mecanismo de governo de sujeitos que procura deslegitimar a presença ou o protagonismo feminino neste espaço que é, historicamente, "pensado por homens e para homens".

Já o comentário 11 apresenta falas que tensionam os homens que jogam com personagens femininas em GTA V e que irão jogar com a personagem Lucía em GTA VI. Nesse sentido, a partir do comentário e das respostas, podemos analisar que estes homens construíram as suas pedagogias culturais sobre masculinidades aliadas a significações homofóbicas e misóginas. Para eles, jogar com estas personagens seria o equivalente a "sair do armário". Segundo Gasoto e Val (2018), a cultura dos videojogos, historicamente, constituiu-se para representar os homens como aqueles que gostam de sangue, violência, vingança e glória, enquanto as mulheres possuem uma representação estereotipada. Este entendimento de que esta cultura de jogos eletrónicos é construída para os homens alimenta os comportamentos machistas e sexistas (re)produzidos por estes membros de "Viciados em GTA".
Tais práticas são reiteradas na análise da publicação a seguir. No dia 6 de maio de 2025, foram publicadas capturas de ecrã do trailer de GTA VI nas quais Lucía aparece com um vestido

amarelo num bar e, também, numa festa. Na cena, a personagem apresenta movimentos sensuais. A publicação apresenta o seguinte texto: "Lucía", acompanhado de três emojis: um a sorrir, outro a sorrir com estrelas nos olhos e o último também a sorrir, mas com corações nos olhos.

Figura 12. Publicação e comentários feitos no dia 6 de maio de 2025 em que Lucía aparece de forma sensualizada e os comentários reproduzem práticas machistas e sexistas.



Fonte: Captura de tela produzida pelo/as autor/as.

Produzimos esta última análise relacionada com esta publicação e com os respetivos comentários, mencionando como as pedagogias culturais da cibercultura de GTA constroem sentidos e significações nos homens que são membros e jogadores de GTA. Num dos comentários, verifica-se o uso de um meme que representa a excitação masculina através de uma imagem na qual tanto o homem como o pénis realizam o movimento de continência, como se estivessem prontos ou preparados para terem um ato sexual. Outro comentário utiliza também um meme, mas com a imagem do Capitão Nascimento, personagem do filme Tropa de Elite, para afirmar que a Rockstar Games "financia esta brincadeira gostosa".

As práticas culturais aqui representadas, através da utilização de imagens e/ou memes, demonstram performances masculinas (Butler, 2014) enraizadas na constituição destes homens, que são educados para objetificarem as mulheres e para reproduzirem práticas sexistas. Mesmo tratando-se de uma personagem fictícia, estes tomam-na como um objeto de consumo sexual. Através dos seus discursos, associam o vestuário e os movimentos



realizados pela personagem no trailer a uma "provocação" e, assim, reforçam, através das suas falas, as referidas performances de género.

Por fim, destacamos que, entre os saberes (re)produzidos através das pedagogias culturais das masculinidades presentes nos "Viciados em GTA", a sexualidade possui um destaque entre as práticas culturais que aqui foram analisadas. Conforme Foucault (1998, p. 177) afirma, a sexualidade atua como "um sistema de regras que define o que é permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito" entre os indivíduos membros deste grupo.

Considerações Finais

Para finalizar, a cibercultura de "Viciados em GTA" constitui-se como um currículo cultural não escolar que (re)produz significados sobre práticas de "ser e estar homem" neste ciberespaço. Através das publicações e comentários presentes nesse grupo, analisamos como os artefactos culturais e as redes sociais se constituem para além de espaços de lazer, constroem-se enquanto instâncias em que pedagogias sobre masculinidades são partilhadas, atuando na constituição de sujeitos e na construção de subjetividades.

As significações reproduzidas a respeito da protagonista de GTA VI, Lucía, apresentam a forma como estes homens (re)produzem as suas performances de género ou as suas masculinidades hegemónicas, através do uso de práticas culturais machistas e sexistas. Deste modo, os saberes (re)produzidos por estes homens constroem sentidos que tentam delimitar o posicionamento das mulheres e manter o domínio masculino dentro desta cibercultura.

Por fim, este estudo salienta que se deve continuar a analisar e a problematizar as pedagogias culturais sobre as masculinidades presentes nos espaços digitais, uma vez que estas reforçam práticas culturais de violência e desigualdade que transcendem o mundo virtual para o mundo real.

Referências

Amaral, C. (2017). *Literatura juvenil contemporânea LGBTI: Significados sobre identidades de gênero e sexuais* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (3ª). Civilização Brasileira.

Connel, R. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, *20*(2), 1–22. https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725



Couto, E. (2013). A infância e o brincar na cultura digital. *Perspectiva*, *31*(3), 897–916.

Foucault, M. (1998). *História da sexualidade I - A vontade de saber* (19ª edição). Graal.

Gasoto, A. C. G., & Vaz, T. R. D. (2018). *A mulher gamer: Uma análise da presença das mulheres nos jogos virtuais*. 1–21.

Gutierrez, E. J. D. (2019). Género y medios: ¿ Es posible la igualdad con los actuales videojuegos? Em T. Vilaça, A. C. Bortolozzi, C. R. Rossi, F. Teixeira, I. Chagas, I. Martins, P. R. M. Ribeiro, & P. Mendes (Org.), *Interação, interdependência e interssecionalidade em sexualidade e educação sexual*. CIEC.

Horvat, D. (2022). *Satire in GTA V* [Dissertação de Mestrado]. University of Zadar.

Levy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.

Lopes, M. N., Ribeiro, P. R. C., & Vargas, J. R. de. (2025). "Lambo, Mulher, Piscina e Dinheiro...": Pedagogias das masculinidades (re)produzidas em Grand Theft Auto (GTA). *Revista Diversidade e Educação*, *13*(2), 2194–2216.

Magalhães, J. C. (2012). *Corpos transparentes, exames e outras tecnologias médicas: A produção de saberes sobre os sujeitos homossexuais* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande.

Magalhães, J. C., Vargas, J. R. de, & Ribeiro, P. R. C. (2024). Análise cultural no Instagram: Uma estratégia metodológica potencial para pesquisar no ciberespaço. Em D. A. de Oliveira, L. C. Silva - Silva, & S. Sales (Org.), *Metodologias de Pesquisas Científicas no Ciberespaço/Cibercultura*. Appris Editora.

Maknamara, M. (2025). Formação como subjetivação: Docentes de ciências diante da cultura ecologista em espaços verdes urbanos. *Sisyphus, Journal of Education*, *13*(1), 176–196. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10076926



Maknamara, M., & Paraiso, M. (2013). Pesquisas pós-críticas em educação: Notas metodológicas para investigações com currículos de gosto duvidoso. *Revista FAEEBA*, *22*, 41–53.

Moita, F. M. G. da S. C. (2006). *Games: Contexto cultural e curricular juvenil* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal da Paraíba.

Oliveira, D. A. de, Ferrari, A., Souza, M. L., & Ribeiro, P. R. C. (2023). Sobre o queer podemos pesquisar em currículos e educação? Notas sobre expansões, obstáculos e imaginações. *Doxa: Revista Brasileira Psicologia e Educação*, *24*(1).

Paraiso, M. (2010). Currículo e formação profissional em lazer. Em H. F. Isayama (Org.), *Lazer em estudo: Currículo e Formação Profissional*. Papirus.

Paraiso, M., Meyer, D., & Paraiso, Marlucy. (2012). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: Trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. Em *Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação*. Mazza Edições.



SAPPHO E O GENERO PEPLUM: PODER E REPRESENTAÇÃO FEMININA

José Roberto de Paiva Gomes[1]

Introdução

Analisaremos o filme *Sappho, Vênus de Lesbos* (1960), dirigido por Pietro Francisci. A produção cinematográfica europeia teve a pretensão, na época, de rivalizar com as produções hollywoodianas, produzindo filmes de épicos históricos, dirigidos por diretores italianos. Estes filmes ficaram conhecidos como filmes *peplum* por imitar as indumentárias antigas greco-romanas nos figurinos e cenários. Neste sentido, questionamo-nos: mas qual o significado simbólico e social dado à sociedade feminina de Lesbos no filme? O modelo social recriado euforizaria ou disforizaria as categorias de gênero ou busca apontar as novas matrizes interpretativas presentes na historiografia contemporânea para categorizar as mulheres no discurso cultural.

Mariana da Silva Rodrigues de Lima e colegas ressaltam que a história das mulheres, ao ser incorporada na historiografia, expõe os mecanismos de invisibilização e estereotipagem que atravessam tanto os textos antigos quanto suas recriações modernas no cinema. De acordo com os autores: *"A invisibilidade do homoerotismo feminino em Sappho, Vênus de Lesbos reflete uma tendência histórica do cinema épico de disforizar relações sáficas, subordinando-as ao romance heterossexual"* (2021).

[1] Professor adjunto de História Antiga e Medieval da UERJ. Concluiu o Mestrado (2004) e doutorado pelo PPGHC/UFRJ (2015). Pôs-doutor pelo PPGH/UERJ (2019). Pesquisador colaborador do NEA/UERJ. Coeditor das revistas Jornal Philia, Fórum de Debates, Nearco e Enea com a Prof.ª Dr.ª Maria Regina Candido (NEA/PPGH E PPGHC/UFRJ). Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção cientifica, tecnológica e artístico-cultural são: Grécia e Roma, história das mulheres, educação no mundo antigo, mitologia, literatura clássica, atividade ritual, antropologia cultural, cultura material e numismática greco romana. Possui estágio de pesquisa supervisionado pelo Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra (2012) e pela École Française D'Athenes (2012). Atua como professor nos Cursos de Especialização em História Antiga e Medieval da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEHAM/UERJ) e Curso de Especialização em Patrimônio Educação e Cidadania (CEPEC CMCN/NEA-UERJ). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4162-6072



História Antiga e Cinema: as primeiras matrizes nos anos 50 e 60

As décadas de 50 e de 60 do século XX podem considerar-se o período áureo dos filmes épicos de matriz histórica centrados na Antiguidade clássica. Diversos contextos históricos foram recriados com a finalidade de desenvolver uma leitura "crítica" das épocas antigas e de suas conjunturas históricas por intermédio da imagem. Este modelo interpretativo começou a prevalecer a partir da década de 1960, quando as relações teóricas- metodológicas entre o cinema e história tornaram-se objeto de estudo sistemático pelos historiadores, principalmente Marc Ferro[2], no momento em que a historiografia ampliava seus horizontes e apresentava novos métodos e objetos de análise[3]. O cinema passa a desempenhar um papel educativo e estratégico pelo Estado. Como frisa Marc Ferro ao argumentar: *"... as autoridades públicas sentiram a força ideológica que o cinema poderia exercer nas massas e preocuparam-se logo em controlá-lo e colocá-lo a serviço do Estado..."*.

Na perspectiva de Peter Burke (1992: 9)[4] os testemunhos orais, a fotografia e o cinema passaram a ser vistos como passíveis de análise e também como registros. Os historiadores da Nova História devem vislumbrar nestes "novos" documentos históricos as representações da realidade. Como na perspectiva de Francisco Carlos Texeira (2004: 2)[5] o filme pode ser concebido como um texto, ou melhor, a junção de vários textos reunidos simultaneamente pelo roteirista[6].

Ainda de acordo com Marc Ferro (1976), o filme pode ser visto como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações podem virar um testemunho formulado na relação entre o autor, o tema e o espectador. Seguindo esta perspectiva, encontramos Monica Kornis (1992)[7], que coloca o imaginário pelo cinema, como histórico, especialmente o cinema de

---

[2] Cf. FERRO, Marc. *O filme: uma contra-análise da sociedade*. In: LE GOFF, Jacques.; NORA, Pierre. (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976: 201.

[3] Outro importante pesquisador sobre cinema é Pierre Sorlin, **Sociologie du Cinéma**, Paris, Aubier-Montaigne, 1977.

4 BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP. 1992.

[5] SILVA, F. C. T. *Guerras e cinema: um encontro no tempo presente*. In: **Tempo 16 UFF.** http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg16-5.pdf

[6] Como observa Francisco Carlos Teixeira da Silva, "o filme pode ser concebido como um texto, ou melhor, a junção de vários textos reunidos simultaneamente pelo roteirista" (SILVA, 2004, p. 2). Essa perspectiva reforça a ideia de que o cinema épico não apenas recria a Antiguidade, mas também formula discursos sociais contemporâneos.

[7] KORNIS, Mônica A. *História e Cinema um debate metodológico*. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.237-250.



ficção, sendo o caminho de abordagem para uma história *psicossocial*, não vislumbrada em documentos de época.

No caso dos filmes do gênero *"espada e sandália"* refletiam as preocupações da Guerra fria e os conflitos no extremo Oriente. Esses filmes eram produzidos, na Europa e nos Estados Unidos, apresentavam heróis fortes, enfrentando governos corruptos, que seduziam belas mulheres[8], o que era novidade para a sociedade dos anos 60[9].

O filme Sappho, Vênus of Lesbos (1960) e estilo "espada e sandália" nos anos 60

Analisaremos o filme Sappho, Vênus de Lesbos (1960), dirigido por Pietro Francisci e estrelado por Tina Louise e Kervim Mattheus[10]. Produzidos nas décadas de 1950 e 1960, os filmes de espada e sandália são inspirados em filmes bíblicos ou ambientados na Antiguidade[11]. Estes filmes eram muito populares na Itália nos anos 50 e 60[12]. O termo *peplum* refere-se às indumentárias usadas pelos personagens[13] .

[8] A crítica feminista contemporânea observa que os filmes de espada e sandália raramente concediam protagonismo pleno às mulheres, preferindo enquadrá-las como sacerdotisas, rainhas ou amantes que serviam de contraponto ao herói masculino.

[9]Segundo Jorge Manuel Neves Carrega (2003), o peplum foi um dos produtos mais populares da indústria cultural mediterrânea entre 1958 e 1964, mas reproduzia padrões patriarcais, colocando mulheres como figuras secundárias ou objetos de desejo, mesmo quando eram protagonistas. O autor destaca que "a popularidade do gênero se deveu à sua capacidade de transformar mitos antigos em espetáculo visual, mas quase sempre reforçando hierarquias de gênero".

[10] A história se passa na ilha de Lesbos, onde Sapho, a protagonista, se envolve em uma trama amorosa e política envolvendo Phaon, um oficial da guarda do rei e líder de uma revolta. O filme mistura elementos históricos com fantasias mitológicas típicas do gênero péplum, que é conhecido como filmes de espada e sandálias (sword-and-sandal). A produção tem duração de 97 minutos e conta com Tina Louise no papel de Sapho e Kerwin Mathews no papel de Phaon. Este filme é um exemplo clássico do gênero péplum, que teve grande sucesso na Itália especialmente nas décadas de 1950 e 1960, caracterizado por épicos históricos ou mitológicos com heróis musculosos e aventuras ambientadas na antiguidade greco-romana.

[11] O filme inexplicavelmente foi lançado nos Estados Unidos como The Warrior Empress (A rainha Imperatriz), nos anos 60 importados da Itália como foi um dos 300 espadas e sandálias épicos apresentados, em um período de três anos, após os sucessos dos filmes Hercules, com Steve Reeves.

[12] Os filmes *peplum* mais tarde foram sendo substituídos pelos filmes de faroeste em razão de serem mais baratos e tratarem sobre o velho oeste americano.

[13] HAMBURGUER, Esther (et. alli). 'Estudos de cinema Socine IX'. [S.l.]: Annablume Editora, 2008. O termo "peplum" foi popularizado por Jacques Siclier em 1962, e entre 1958 e 1964 estima-se que mais de 150 filmes do gênero tenham sido lançados. Eles seguiram um modelo de produção padronizado, acessível a todas as classes sociais, e se tornaram um dos símbolos da indústria cultural italiana, segundo o pesquisador Carrega (2023). Esses filmes foram produzidos em massa graças a acordos de coprodução entre países como Itália, França, Espanha e a antiga Jugoslávia, aproveitando o declínio da série B em Hollywood e a ausência da televisão em muitos lares europeus.



O termo surgiu na edição de maio de 1962 da revista *Cahiers du Cinéma*, no artigo "L'âge du péplum", do crítico francês Jacques Siclier, que usou metonimicamente a palavra *péplum*, ou seja, uma espécie de túnica feminina sem mangas e presa ao ombro, usada na Grécia Antiga, como uma peça de vestuário[14].

Os filmes *peplum*[15] valorizavam a força e a virilidade masculina, os filmes norte-americanos enfatizavam o culto ao corpo, colocando como atores principais fisiculturistas famosos como Steve Reeves, imortalizado como Héracles. A preocupação principal deste gênero de filme consiste em promover entretenimento baseado na ação, na aventura e no romance. O romance abordado por excelência é o romance heterossexual. O romance homossexual é sublimado. No filme a cena que poderia evidenciar o romance é disforizado quando a jovem apaixonada – Atthis[16] - se demonstra perturbada pela poetisa estar apaixonada por Phaon, o herói do filme.

Esta cena sobre o amor heterossexual entre Safo e Phaon será evidenciada pela documentação clássica[17]. Esta imagem é a leitura que Ovídio faz na Carta XV das Heroides e que parecesse que o roteirista do filme usa como imagem-objeto. Na carta escrita por Ovídio relata a paixão de Safo por Phaón e como, tendo sido abandonada por ele, teria se jogado ao mar na ilha de Lêucade. A alegoria do mito do salto estar relacionada com a libertação de um mal de amor incurável e que por vezes não teria um desfecho fatal, mas mágico com um efeito apotropaico (FERREIRA: 2006, 461)[18].

[14] De acordo com Carrega: *"O peplum transformou mitos antigos em espetáculo visual, mas quase sempre reforçando hierarquias de gênero, colocando a mulher como objeto de desejo ou sacerdotisa subordinada ao herói masculino"* (CARREGA, 2023, p. 140).

[15] O gênero peplum transformava mitos antigos em espetáculo visual, mas quase sempre reforçava hierarquias de gênero. Como destaca Carrega, "a popularidade do gênero se deveu à sua capacidade de transformar mitos antigos em espetáculo visual, mas quase sempre reforçando hierarquias de gênero" (CARREGA, 2023, p. 140). Assim, mesmo quando mulheres eram protagonistas, sua função narrativa permanecia subordinada ao herói masculino.

[16] O discurso de Atthis no filme nos deixa transparecer o discurso feminista da libertação das amarras de um senso moral construído pela cultura machista e a busca pela liberdade nos anos 60. No filme esta visão se torna disforizada pelo amor heterossexual. O roteirista por outro lado, deixa transparecer que este modelo de dominação masculina se mostra decadente, quando enfatiza um estupro de uma jovem por soldados do tirano de Lesbos e cujo castigo do general será a sua morte por leões, como uma forma de justiça moral.

[17] Cristiane Demarchi observa que "a tradição literária e cinematográfica frequentemente silenciou ou disforizou o homoerotismo feminino, subordinando-o ao romance heterossexual" (DEMARCHI, 2010, p. 5). Essa leitura se aplica diretamente ao filme, que apresenta Atthis como apaixonada por Safo, mas rapidamente desloca o foco para o romance heterossexual com Phaon.

[18] Luisa de Nazaré Ferreira descreve a poesia anacreôntica (fr. 31 Page) e Estrabão (test. 23) e Menandro (Fr. 258 KT) como referencias textuais que narram o salto de Safo.

O filme resgataria alguns referenciais temáticos comuns, o que explicaria os motivos da poetisa tentar o suicídio, como demonstram as imagens pictóricas dos pintores vitorianos conhecidos do público europeu. Como a cena em que Safo é encontrada pelas jovens na praia, como uma alusão alegórica ao salto. O filme ressaltaria o enredo ovidiano de uma mulher dominada pelo desejo amoroso.

A encenação do salto foi usada como um elemento de ação e suspense. Safo, desde Ovídio, simboliza uma feminilidade perigosa. Seu salto ritual para a morte perturbava a ordem vigente romana e aos comediógrafos da Grécia Clássica, porque fugia totalmente do padrão do *´eterno feminino',* simbolizado pela reclusão, o silêncio e a passividade. A morte era por amor não correspondido que fugia ao ideal de herói que morria para resgatar a honra e segundo que colocava a mulher como um ser de coragem e ativo, fugindo do modelo ideais formulados pelos gregos e romanos.

A finalidade da tortura simbolizada pelo salto ritual pode ser representada como a obtenção da regeneração da sexualidade, princípio do amor desordenado que subverte as hierarquias, cujo privilégio é legado somente as mulheres. Essa perspectiva será apresentada por um pintor do século XIX, Louis Ducis (1811)[19] que descreve a resgate de Safo do mar representando que Apolo poderia ter lhe proporcionado à cura para seu mal de amor.

De acordo com Cristiane Demarchi (2010) se torna um clichê, um modelo tipo de uma Grécia secular e exemplar. No filme a personagem Atthis, em suas ações age como um reforço homossexual, como aquela que ama Safo e que desenvolve o modelo de amante de mulheres, conhecido como tríbade. A narrativa fílmica parece seguir a narrativa ovidiana valorizando o amor de Safo pelo masculino tornando-a uma heroína-mãe ideal, mulher protetora e mantenedora da ordem e progenitora da família. O filme delimita os paradigmas de Safo (lésbica, sacerdotisa e mulher bem-nascida) como um "*dever social*" na medida em que contribuem para a construção da identidade feminina feminino tendo como ponto de referência os padrões de uma moral masculina.

No caso de "Saffo, Vénus de Lesbos," o filme destaca a figura histórica e lendária de Safo (Saffo), uma poetisa da ilha grega de Lesbos, conhecida por suas poesias líricas. A narrativa investe na combinação de romance e elementos históricos, com um toque de drama e

[19] Uma biografia é fornecida pela empresa Norton Simon Foundation, proprietária do quadro Sappho, que revive pelo canto e pela música, que descreve: Louis Ducis tornou-se um aluno de Jacques-Louis David em 1795. O dramaturgo conhecido Jean-Francois Ducis (1733-1817), o tio de Louis Ducis, referido amor malfadado de Safo em uma antologia de poemas.
(http://www.nortonsimon.org/collections/browse_title.php?id=F.1983.10.P)

rebelião política, típico dos filmes do gênero que costumam misturar fatos reais com ficção para criar um espetáculo visual e emocional[20].

A escola de Safo, aprendizado feminino e o modelo das "Show Girls"

O contexto histórico de Safo, a poetisa grega da ilha de Lesbos (século VII e VI a.C.), é marcado por sua origem aristocrática e sua relevância na educação e cultura das mulheres daquela época. Safo dirigia uma espécie de escola para jovens aristocráticas[21], onde ensinava poesia, música, dança e costumes para o casamento, com forte ligação ao culto de Afrodite, deusa do amor e da sexualidade. Sua poesia lírica, sensual e intimista contrastava com a poesia épica masculina da antiguidade, ressaltar o amor e a subjetividade feminina em meio a uma sociedade militarizada. Além disso, Safo é uma figura associada à libertação do feminino e à expressão da experiência erótica entre mulheres, o que influenciou termos como "lésbica" e "sáfica"[22].

O grupo de mulheres que cultuam a deusa Afrodite no filme parece reunir dois modelos que a sociedade de Lesbos no período arcaico grego poderiam ter o *thiasos* e a *parthenia*. O primeiro como um grupo de celebração específico que pode ou não ter um caráter religioso. O segundo representando como um grupo ritual vinculado à comunidade. As cerimônias rituais preparam a jovem para a vida adulta e o casamento. Este grupo divulgaria a feminilidade, a beleza, o talento e a aparência das jovens[23].

De acordo com Vrissimtzis (2001: 118), o círculo de Safo era conhecido como a casa das Musas. A poetisa se tornou famosa por desenvolver um modelo educacional que valorizava a intelectualidade feminina. Como parte da educação, as jovens participariam de festas cívicas, cerimônias religiosas e banquetes. Eram nas apresentações que as jovens moças

[20] Joana Maria Pedro (2005) destaca que a "virada de gênero" na historiografia brasileira permitiu reavaliar figuras femininas da Antiguidade, como Safo, não apenas como personagens literárias, mas como símbolos de resistência cultural. Essa abordagem ajuda a perceber como filmes como Sappho, Vênus de Lesbos refletem tanto os valores da Antiguidade quanto os debates sociais dos anos 1960.

[21] A historiografia contemporânea permite novas leituras sobre Safo. Joana Maria Pedro afirma *que "a virada de gênero na historiografia permitiu reavaliar figuras femininas da Antiguidade, como Safo, não apenas como personagens literárias, mas como símbolos de resistência cultural"* (PEDRO, 2005, p. 22). Nesse sentido, o filme de 1960 pode ser visto como um reflexo das tensões entre tradição patriarcal e os debates feministas emergentes da década.

[22] O relatório da UFAM sobre "Amor de mulheres na literatura" reforça que Safo é a primeira poetisa a escrever sobre relações homoeróticas femininas, mas sua imagem foi constantemente reinterpretada para se adequar às normas sociais, apagando ou minimizando sua dimensão lésbica.

[23] O filme foi rodado nos estúdios Cinecittà, em Roma, com cenários grandiosos e figurinos típicos do peplum. A produção buscou capturar a aura mítica da Grécia Antiga com coreografias e rituais que evocam a espiritualidade da época.

demonstravam suas habilidades físicas e corporais. Em Lesbos, as moças participavam de concurso de beleza (*kallisteia*) relembrando a narrativa mítica de Paris e as deusas (Afrodite, Atena e Hera) na Ilíada (XXIV, 25-30).

O filme de Pietro Francisci enfatiza o contexto educacional das jovens centradas nos jogos atléticos (a moda romana ou espartana), a atividade musical com instrumentos e coral e a tecelagem e os afazeres de uma esposa modelo ideal dentro do espaço privado. Contrariando a visão dos movimentos feministas dos anos 60. Mas pertinente a um modelo de talk-show usado pelo televisivo, as *Show Girls*, grupo de mulheres bonitas e versáteis em canto e dança com o objetivo de entreter o telespectador. No filme, Safo interpretada por Tina Louise faz um solo vocal declamando o "hino a Afrodite" (fr. 1). De acordo com Luisa de Nazaré Ferreira (2006, 476) os poemas de Safo transformados em composições musicais foi muito apreciado por músicos contemporâneos europeus e norte-americanos. Possivelmente, reportando ao sucesso de um poeta-músico italiano chamado Salvatore Quasimodo (1901-1968), que foi Prêmio Nobel em 1959.

A cena de Safo no filme recria a cena de um vaso que retrata a poetisa em um treinamento musical. A recriação de um imaginário feminino em Lesbos pode ser observado em uma *hydria* ateniense do Grupo de Polygnotos. Na cena, ao centro, uma figura sentada em uma cadeira alta é identificada como Safo, lendo um papiro desenrolado com inscrições, enquanto um grupo de jovens garotas encontra-se ao seu redor. A cena nos faz crer que este seria o modelo idealizado de educação de jovens moças nos anos 60 como uma alusão e um elogio à educação literária e musical essencial para uma boa mulher.

O filme recria o imaginário do grupo de Safo, tendo esta como uma jovem promissora, vencedora de competições educativas e sendo educada por uma mestra que aparece vestida com uma indumentária à moda cretense muito similar à deusa serpente cretense, simbolizando a deusa mãe terra. Os soldados do tirano também usariam trajes que teriam como emblema o duplo machado dos reis cretenses como uma alusão ao universo orientalizante da qual a Ásia Menor compartilhava. Muitos mais próximos dos reinos persas que dos helênicos no período arcaico.

Lesbos como uma sociedade oriental

Em termos de narrativa o rei *Melanchrus* – ou melhor, o tirano –, tem envolvimento direito com Alceu por questões políticas, como opositor político. Para alcançar o poder *Melanchrus* se associou ao irmão de Alceu. Ele será o responsável pelo primeiro exílio

do poeta e seus companheiros, enquanto o segundo afastamento é atribuído a Pittacus (DIOGENES LAERTIUS, **Life of Pittacus**, I-II).

A guisa de conclusão

O filme "Saffo, Vénus de Lesbos" é uma obra típica do gênero péplum, também conhecido como "sword-and-sandal" (espada e sandália). Esses filmes geralmente retratam histórias ambientadas na antiguidade clássica, incluindo mitologia grega e romana, períodos bíblicos, e eventos históricos épicos. São conhecidos por seus cenários grandiosos, figurinos elaborados, batalhas épicas e personagens heroicos.

O gênero péplum foi particularmente popular nos anos 1950 e 1960 na Itália, com diretores que buscavam recriar o esplendor da antiguidade para o público moderno, muitas vezes com foco em heróis musculosos como gladiadores, reis e guerreiros. "Saffo, Vénus de Lesbos" segue essa linha, destacando não só a figura feminina central, mas também o contexto de revolta e poder da época.

Assim, o filme se apoia em uma figura real, mas adapta sua história para o espetáculo visual e emocional característico do péplum, que prioriza a grandiosidade, a luta e o romance em contexto antigo. O filme Sappho, Vênus de Lesbos insere-se plenamente no gênero peplum, mas sua narrativa revela ambiguidades: ao mesmo tempo em que reforça padrões patriarcais, abre espaço para leituras feministas ao dramatizar a coragem de Safo e a tensão homoerótica com Atthis. Como observa Carrega (2023), o gênero buscava o espetáculo, mas também refletia os valores sociais de sua época.

Bibliografia

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP. 1992.

CARREGA, J. *O peplum e o cinema popular da Europa Mediterrânea*, **Revista Livre de Cinema**, v. 10, n. 2, abr-jun, 2023, p. 136-152,

DEMARCHI C. *Entre o excesso e o ideal: imagens de Safo na França da primeira metade do século XIX*. In: **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010.



FERREIRA, L. de N. *A influência de Safo na música, do séc. XVII aos nossos dias*. **Humanitas**, 58, 2006, 459-480.

FERRO, Marc. *O filme: uma contra-análise da sociedade*. In: LE GOFF, Jacques.; NORA, Pierre. (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976: 201.

HAMBURGUER, Esther (et. alli). **'Estudos de cinema Socine IX'**. [S.l.]: Annablume Editora, 2008.

KORNIS, Mônica A. *História e Cinema um debate metodológico*. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.237-250.

LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de; MARTINS, Ana Luzia Pereira; CONCEIÇÃO, Andrea da; COSTA, Isadora de Mélo Escarrone. *História das mulheres e historiografia brasileira: contextos, tendências e debates*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 85, 2025.

NASCIMENTO, J. *Cinema e ensino de história: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula.* In: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Abril/ Maio/ Junho de 2008 Vol. 5 Ano V nº 2. Disponível em: www.revistafenix.pro.br

PEDRO, Joana Maria. *História das mulheres e relações de gênero: balanço e perspectivas*. **Revista Brasileira de História, v. 25, n. 50**, p. 11-34, 2005.

SORLIN, Pierre Sorlin, **Sociologie du Cinéma**, Paris, Aubier-Montaigne, 1977.

SILVA, F. C. T. *Guerras e cinema: um encontro no tempo presente*. In: **Tempo 16 UFF.** http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg16-5.pdf

VRISSIMTZIS, Nikos A. **Amor, Sexo e Casamento na Grécia Antiga**. São Pulo: Odysseus, 2001



OKINKA PAMPA (UKA NHIMPAM): A RAINHA COMO UMA PERSONIFICAÇÃO DA (OKANTO) MULHER BIJAGÓ

Medilanda Eliseu Amós Tubento Sanca[1]

O presente texto constitui um sub-capítulo da dissertação do mestrado titulado "Matriarcado nos Arquipélagos do Bijagós na contemporaneidade", pesquisa feita em 2022, na Guiné-Bissau, concretamente nas ilhas que compõem o arquipélago.

Na historicidade africana, a presença de muitas rainhas, estadistas e guerreiras é verificada comumente. A resistência delas perante o regime colonial também é notada, quando se fala sobre o domínio estrangeiro que queria ser estabelecido nesses países. As mulheres Bissau-guineenses foram coadjuvantes na engenharia da luta de libertação juntamente com homens, além de constituírem suportes principais na manutenção das bases de luta, elas também participaram das guerrilhas e no teatro das operações de luta, através da criação de grupo de milícia feminina, afirma o estudo de Candé Monteiro (2013). E a conhecida Okinka Pampa, cujo nome é Uka nhimPam é uma dentre as muitas rainhas africanas que deixou legado importante para o continente africano, no país Guiné-Bissau e especificamente os Bijagós dos Arquipélagos.

Uma das caraterísticas do caráter matrilinear nas civilizações africanas, onde se evidencia a liderança de mulheres soberanas como Okinka Pampa e guerreiras:

Uka nhimPam (nome da rainha Okinka Pampa, na língua dos bijagós, que significa "alguém de muitos bens ou ainda tem em abundância", no caso dela, uma mulher que tinha reunido muitas condições de vida na ilha de Orango Grande, apelidado pelo nome Pampa principalmente pelas crianças. O título que ela carregava de Okinka tem o significado de sacerdote ou sacerdotisa que serve a "Balobá grande".

Na tradicional concepção de cultura africana os diferentes não se separam, mas se complementam e formam um só interligado. Fundamentado nessa cosmovisão, "os africanos desde a antiguidade compreendem que as coisas materiais e espirituais, assim como as pessoas não se separam, mas se complementam numa ação e formam a unidade" (CHAGAS, 2011, p.06). É o caso de Okinka, podendo ser uma mulher ou um homem, pois a categoria a sua etimologia corresponde a um título não constando necessariamente a uma distinção de gênero. Ou então os homens que são raptados para participar no ritual de iniciação das

[1] Doutoranda em Ciências Sociais- Programa de Pós graduação em Ciências Sociais-UFSM; medilanda.sanca@acad.ufsm.br

mulheres, assumindo assim a identidade feminina durante este processo. Ou ainda as mulheres que se comportam como homens no processo ritual da dança de defuntos quando o espírito encarna nelas.

Figura 1 Balobá garandi de Orango, na aldeia de Etikoga, ilha de Orango



Fonte: Arquivo da autora

A rainha Pampa pertencia a geração dos "Uam moto" ou donos da terra, tendo direito, assim, de governar a terra onde vivia, Orango Grande, depois da morte do seu irmão materno Dam Canhapam. Mesmo tendo essa autoridade, ela sendo mulher, achou que seria uma responsabilidade grande a função de governar a terra sozinha então solicitou ajuda de um homem, no caso seu outro irmão, para assumir a função de "Uam moto" enquanto ela continua como rainha na sua função, diferentes nas suas funções, mas com uma ligação na liderança para bem da comunidade.

Conta-se que ela sempre viveu por muitos anos como soberana, pois tinha uma liderança inquestionável de muita virtude, ética é uma preocupação com direito natural de todos. Razão essa também que levou a não condução duma guerra militarizada contra o regime colonial, diferente do seu falecido irmão que foi um grande guerreiro, dizem com caraterísticas de um guerreiro (alto, forte, cuja sabedoria na estratégia militar é invejável). Julia Pampa, nome cristão dada a ela, por sua vez realizou uma guerra pacífica baseada em negociações, com o regime colonial, munido de sabedoria e estratégia inimaginável na época, uma vez que a maioria dos povos étnicos guineenses enfrentavam o regime colonial por meio de guerras com armas e muita violência. Relatam que, a rainha uma vez teve informações de que tropas do regime invadiriam a ilha de Orango Grande, assim convocou todos os anciãos, a classe dos sábios, tradicionalistas, régulos e demais responsáveis pela comunidade, passou a informação que chegou até ela. Mas a rainha afirmou que não precisa de guerra armada para

libertar o seu povo, e que tinha outro plano para essa libertação, pois não haveria um local seguro para as crianças, mulheres, população toda, os animais, uma que no contexto em que viviam havia riqueza em abundância tanto dela rainha, quanto da própria população.

Na operação comandada pelo então Demba Djassi, ao atracarem no porto viram alguns homens com bandeira branca. Questionado o motivo da bandeira relatou a vontade da rainha, os homens conduziram Demba Djassi e sua comitiva até a aldeia, ressaltando que tropas da rainha já estavam na emboscada aguardado qualquer anomalia fora do plano, tinham ordem para atacar. Um dos destaques importantes também dessa negociação, foi o lugar realizado, a rainha alegou que tendo tropas do regime na aldeia trazia pânico para as pessoas decidiu estabelecer um lugar fora da aldeia.

A rainha ofereceu um número grande de vacas e bois para Demba Djassi e a sua comitiva, diz a história que começaram amarrar os bois desde o lugar da negociação até o porto, quem conhece a distância entre esses dois lugares entenderá a quantidade de bois. Essa mesma estratégia foi usada também para a libertação dos bijagós da ilha de Ganogo.

A rainha que não tinha filhos biológicos, mas isso não a tornava estéril pois, no contexto bijagó toda mulher é mãe por natureza, e tem obrigação com todas as crianças ao seu redor. Diz a história que: todas as sextas-feiras, todas as crianças da aldeia principal iam para casa dela, então ela tinha que cuidar delas, dando banho, alimentando e fazendo as brincar, contar histórias, adivinhações, Ao final da tarde os pais iam buscar e cada criança voltava com presentes dados por ela.

Em muitas sociedades africanas, mãe é a identidade preferida e o nome que as mulheres adultas escolhem chamar a si mesmas, também é evidente que as categorias mulher, esposa e mãe são representadas como diferentes umas das outras e evitam fusão, Oyěwùmí (2011, p. 13). Pois a categoria mãe transcende o maternal por uma gestação biológica, mas se firma na relação uterina vinculada ao sangue da linhagem "djorson" pertencente. Por isso que toda menina que nasce é uma mãe em potencial, mesmo não gestando um filho ou uma filha.

Por causa da matrifocalidade de muitos sistemas familiares africanos, a mãe é o eixo em torno do qual as relações familiares são delineadas e organizadas, Oyěwùmí (2000, p.07). Por meio da ligação uterina, a mulher (*Okanto)* delineia e organiza a comunidade de aldeia à ilha, estendendo assim a sua atuação em todos os espaços sociais. Para Silva (2000, p.81), entre os bijagós, nas relações entre os sexos, a posição que a *Okanto* ocupa é de extrema consideração e respeito, por causa da relação do parentesco matrilinear, mas também pela unidade familiar. Pois, define-se através dela a sucessão do trono ou das chefias, inclui-se nessa importância as cerimônias de iniciação por meio dela que dá a vida, que semeia, que

conhece os segredos da fertilidade, da terra. A essa *Okanto*, o seu ser estabelece a relação social, de poder, e da doação à vida humana.

A fama da rainha Julia Pampa também residia na comercialização de alguns produtos originários das ilhas dos bijagós, então ela estabelecia relações comerciais com ingleses e portugueses na época. Depois de muitos feitos, ações e notoriedade por todos, a rainha morreu no ano 1937, deixando assim muitos bens materiais, como ouro, animais, terras, muitas propriedades, alguns sepultados com ela mesma na casa dela.

Figura 2 Tumba da Rainha Okinka Pampa, no atual Museu de Orango Grande



Fonte: Arquivo da autora

Atualmente a rainha é homenageada de diferentes formas nas ilhas, principalmente na ilha de Orango Grande. Como a tradição oral predomina nas ilhas, a narração de história é uma das formas usadas para deixar o legado da rainha nas memórias dos que nasceram depois. Na rádio da própria ilha existe um programa específico só para esses momentos de contação de história da rainha, e mais outros saberes que perpassam a identidade dos bijagós. Mas também uma homenagem à rainha Pampa, dada pelo nome dela atribuído às instituições, como Jardim Pampa (uma creche idealizada pela própria neta da rainha). E na aldeia em que viveu, tem uma pequena placa na entrada, contando a história da rainha Pampa em três línguas (português, francês e inglês, esta possui uma função mais turística), nas manifestações culturais como carnaval e dentre outras.

Logo depois da independência do país em 1974, foi fundada uma fábrica de cerveja batizada com o nome “Cerveja Pampa”, apelidada de "a rainha das cervejas", mas passaram-se anos e a empresa fechou a sua porta.

Figura 3 Slogan Publicitária da Cerveja Pampa



Fonte: Arquivo do google

Na aldeia de Etikoga é onde se encontra até hoje a casa da rainha, apesar de passar por muitas mudanças, como incendios, mudança da aldeia velha para nova, próprias modificações que a casa sofreu e entre outras circunstâncias. A arquitetura da casa é diferenciada, com quatro portas, uma de entrada principal e uma casa redonda como era costumeiro, próxima a ‘Baloba Grande’ no centro da aldeia. A casa virou Museu da ilha de Orango Grande, onde foram sepultados todos os descendentes da família real daquela ilha, os irmãos da rainha, tios e sobrinhos. Ela se mantém pela administração dos netos da rainha. Normalmente, para entrar paga-se uma pequena taxa simbólica para manutenção do local, tem uma pessoa (o neto sobrinho) que faz uma excursão narrando a história da rainha e suas relações com a ilha de Orango e mais outras envolventes dessa narrativa histórica.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

Figura 4 Casa da Rainha Pampa, atual Museu de Orango Grande



Fonte: Arquivo da autora

Diz-se *"Uka nhimPam ka muri"* que quer dizer "a rainha não morreu". Existe um mito que circula nas e além das ilhas de que:

a rainha foi para o mar, para se manter presente. Ela se colocou na concha de um marisco, pescada pelas mulheres das ilhas para alimentação de todos. Assim ela se encontra entre os seus, bem presente. Na casca da concha tem um desenho que se parece com uma pessoa humana de sexo feminino, é esta que todos acreditam ser a rainha Uka nhimPam ou como apelidada, Pampa.

A rainha Pampa é lembrada com muito carinho pelos bijagós de Orango, pela vivência exemplar e dedicação ao serviço de toda comunidade. O amor pelas crianças, a sabedoria em resolver conflitos entre as pessoas comunidade, dona de muitas riquezas e muitos conhecimentos da vida. Ela também é conhecida por assumir o poder após a morte do seu irmão da parte materna, por perdurar na sua chefatura, mas também na resistência contra as investidas portuguesas e por perdurar por um longo período de tempo a manutenção da paz no reino da ilha de Orango Grande.

Referências Bibliográfica

CANDÉ MONTEIRO, A. O. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013.



CHAGAS, W. F. **A Condição Da Mulher Na África Tradicional**. III Seminário nacional de gênero e práticas culturais: olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa, Outubro-2011.

OYÈWÚMI, O. **Laços Familiares/Ligações conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas**. v. 25, n. 4, 2000.

OYÈWÚMI, O. **Jornada pela academia**. Tradução para uso didático de Oyèrónké Oyèwúmi: Journey Through Academie, por Aline Matos da Rocha. Revisão de Wanderson Flor do Nascimento. 2011.

SILVA, D. M. **Por entre as Dórcadas encantadas: os Bijagó da Guiné-Bissau**- São Paulo: Terceira Margem, 2000.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



REPRESENTACIONES SOCIALES Y PODER EN LA GESTIÓN DEL AGUA: UNA MIRADA HISTÓRICA A LA GOBERNANZA AMBIENTAL EN CONTEXTOS URBANOS IBEROAMERICANOS DESDE EL CINE

Mixzaida Yelitza Peña Zerpa[1]
Claritza Arlenet Peña Zerpa[2]

Introducción: El agua como campo de disputa política

La gestión del recurso hídrico en Iberoamérica se configura como un campo complejo que trasciende las dimensiones técnico-administrativas para inscribirse en un entramado de disputas políticas, simbólicas y culturales.

En las últimas décadas, los procesos de urbanización acelerada, la presión de modelos extractivistas y la creciente privatización de los servicios han transformado profundamente las formas de acceso, distribución y control de este vital líquido, bajo profundas reconfiguraciones que impulsan nuevas formas de desigualdad socioambiental. Ejemplo clave es el caso de Cochabamba, Bolivia, donde la construcción de una gran represa fue un elemento central del contrato de privatización firmado en 1999 (Bakker, 2010).

Desde la perspectiva de la ecología política, el agua no puede entenderse únicamente como un recurso natural, sino como un objeto socio-técnico atravesado por relaciones de poder, saberes en conflicto y procesos históricos de apropiación donde la circulación del agua es, en esencia, una circulación de poder. Tres elementos (agua, dinero y poder) que están vinculados materialmente; por consiguiente, controlar el flujo del agua implica controlar la ciudad misma (Swyngedouw, 2004). En este sentido, las representaciones sociales del agua juegan un papel fundamental en la legitimación o cuestionamiento de determinados modelos de gobernanza (Moscovici, 2001).

El cine, en tanto dispositivo cultural, opera como un espacio privilegiado de producción de sentido. No solo documenta conflictos socioambientales, sino que contribuye activamente a la construcción de imaginarios colectivos sobre la justicia hídrica, la sostenibilidad y la resistencia por medio de la construcción de las narrativas que interpelan las estructuras

[1] Doctora en Gerencia. Profesora e investigadora universitaria UNEXCA/UNY. mixzaidap @gmail.com
[2] Doctora en Ciencias de la Educación. Profesora investigadora de la Universidad Católica Andrés Bello. cpenazer @ucab.edu.ve

hegemónicas y visibilizan actores históricamente marginados. Esta perspectiva no solo analiza cómo se representa la naturaleza, sino que integra la filosofía y la teoría cinematográfica para entender el cine como una estructura que genera una teoría general de la percepción y la experiencia (Ivakhiv, 2013). En línea con García (2010), son productos culturales que pueden ser entendidos como escenarios donde se negocian significados sociales, permitiendo visibilizar tensiones entre hegemonía y contrahegemonía. Por consiguiente, los productos culturales son escenarios donde se negocian significados sociales y políticos, donde es posible situar al cine no solo como una expresión estética, sino como una herramienta analítica fundamental. Bajo esta óptica, el lenguaje cinematográfico permite desarticular las complejas tramas de la gobernanza ambiental, al visibilizar las tensiones entre los actores institucionales y las narrativas de resistencia ciudadana que emergen en la pantalla. Pero, ¿cuáles son algunas de las representaciones del agua presentes en los cortometrajes iberoamericanos?

El presente artículo tiene como objetivo analizar las representaciones del agua en el cine iberoamericano contemporáneo, específicamente en dos cortometrajes vinculados con transformaciones en los modelos de gestión hídrica y las resistencias sociales emergentes, bajo el argumento que el cine no solo refleja la realidad socioambiental, sino que participa activamente en la construcción de imaginarios sobre la justicia hídrica y la sostenibilidad.

Marco teórico. Gobernanza ambiental y relaciones de poder

La gobernanza ambiental se define como el conjunto de procesos e instituciones a través de los cuales las sociedades gestionan sus recursos naturales. No obstante, en Iberoamérica, este concepto se ve condicionado por asimetrías de poder que dictan quién tiene acceso al agua y bajo qué condiciones. Castro (2007a, 2007b) destaca cómo la gobernanza convencional del agua tiende a despolitizar la toma de decisiones al excluir los debates sobre valores y fines, enmascarando la influencia de actores poderosos en la formulación de políticas. Por consiguientes, se puede decir que es una cuestión de ecología política, donde las decisiones técnicas suelen ocultar intereses económicos de élites transnacionales. Sin embargo, desde esta perspectiva se enfatizan los procesos sociales, económicos y políticos interconectados que dan forma a los sistemas hídricos urbanos, revelando cómo los acuerdos de gobernanza pueden reproducir las desigualdades (Swyngedouw, Kaika, & Castro, 2002).

Los estudios también muestran que las políticas neoliberales que promueven la participación del sector privado en los servicios de agua a menudo no han logrado mejorar el acceso para los pobres y, en cambio, han reforzado los desequilibrios de poder existentes (Castro, 2007c,

2008). En este contexto, la concepción del agua como una mercancía frente a un bien público sigue siendo objeto de debate, y su gobernanza está marcada por intereses contrapuestos y fuerzas sociales (Hukka, J., Castro, J., & Pietilä, P. (2010). En términos generales, la gobernanza del agua implica negociaciones complejas donde las decisiones técnicas con frecuencia sirven para legitimar las agendas económicas de los grupos dominantes en lugar de una distribución equitativa de los recursos (Castro, 2007b, 2007c, 2008).

En el caso del contexto urbano, la representación del agua suele estar ligada a la modernidad y al desarrollo. Sin embargo, para las periferias, la realidad es la precariedad. Esta dicotomía es central para comprender las representaciones sociales. Las luchas por el agua en ciudades como Cochabamba o Cajamarca demuestran que el control del recurso es, en última instancia, un ejercicio de soberanía. La gobernanza, por tanto, no puede ser analizada sin considerar las identidades marginadas que, a través de la movilización, proponen modelos alternativos de gestión basados en la solidaridad y la sustentabilidad.

Representaciones sociales y cultura visual

Según Moscovici (2001), las representaciones sociales constituyen sistemas de interpretación que permiten a los individuos comprender y comunicar la realidad. En el ámbito ambiental, estas representaciones influyen en la percepción del riesgo, la valoración de los recursos naturales y las formas de acción colectiva.

El cine, como lenguaje visual, no solo refleja estas representaciones, sino que también las produce y transforma. Desde la perspectiva de los estudios visuales, las imágenes tienen un poder performativo, ya que no solo muestran el mundo, sino que contribuyen a configurarlo. Por ello, la importancia de desplazar la pregunta de qué hacen las imágenes (retórica) a qué quieren, lo cual implica reconocerles una subjetividad y una capacidad de agencia que va más allá de la simple representación (Mitchell, 2005).

En el campo del cine ambiental, autores como Ivakhiv (2013) y Rust, Monani y Cubitt (2013) han señalado que las narrativas audiovisuales permiten articular dimensiones afectivas, éticas y políticas del cambio ambiental, generando formas de sensibilización que trascienden los discursos técnicos.

Por ello, se argumenta que la educación a través del cine juega un papel crucial en el cambio de actitudes y comportamientos hacia un futuro sostenible, funcionando como un micrófono efectivo para criticar malas prácticas y generar conciencia ciudadana.



Metodología: El cine como documento crítico

La investigación emplea un enfoque cualitativo interpretativo, utilizando el análisis fílmico para identificar patrones de representación sobre la gobernanza hídrica.
Siguiendo a Rose (2016), el análisis visual permite examinar no solo el contenido de las imágenes, sino también los contextos de producción y circulación.
En esta investigación, se seleccionaron dos obras representativas del cine iberoamericano: *Abuela Grillo* (Chapon, 2009), una coproducción entre Bolivia y Dinamarca que sirve para para analizar la intersección entre ecología, política y cultura. Y el cortometraje documental sobre el caso Sarayaku, debido a su relevancia en la problematización de los conflictos hidrosociales.
El análisis se estructuró en tres categorías: a) representación de actores y relaciones de poder, b) modelos de gestión hídrica, y c) narrativas de resistencia

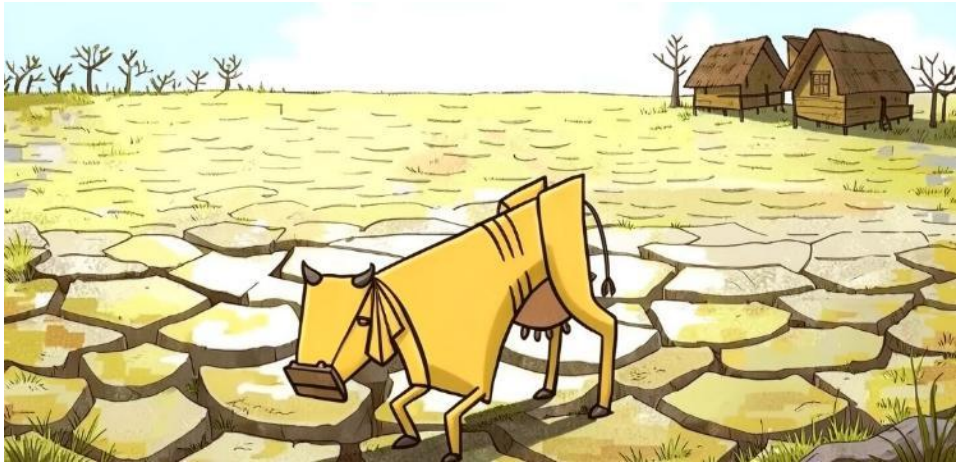
Análisis y resultados

A continuación, se analizan dos cortometrajes iberoamericanos relacionados con el agua: Abuela Grillo y el caso Sarayaku

Abuela Grillo. Representación simbólica por medio de sus actores

En este cortometraje el agua no es algo que se posee, sino algo que se invoca a través del canto [00:54]. Su presencia está vinculada a la armonía comunitaria. Cuando la abuela canta, la vida florece; y cuando se va, queda la sequía [04:06] (Ver Figura1)

Figura 1. *Impacto de la escasez del agua*



Nota. Fotograma tomado del cortometraje Abuela Grillo (Chapon, 2009).

Sin embargo, surgen transformaciones por medio de los actores involucrados que ilustran el choque entre modelos antagónicos de administración de este recurso natural llamado agua. Por una parte, el Estado se presenta de forma ambivalente. Aparece inicialmente como una entidad ausente o facilitadora de la infraestructura que permite la explotación, delegando su responsabilidad de garante del bienestar social. Por ello, se evidencian las limitaciones de la gobernanza neoliberal, en la que las decisiones públicas son subordinadas a intereses económicos como bien señala Castro (2008). En cambio, los entes privados (corporaciones o transnacionales) representados por los personajes de traje que ejercen un poder tecnocrático y económico que capturan el canto de la Abuela, ejercen una gobernanza que se rige por la eficiencia de mercado y la maximización del beneficio, donde el acceso está mediado exclusivamente por un factor de producción y la capacidad de pago. En este sentido, la relación con los demás actores es puramente extractiva ya que el conflicto refleja lo que Harvey (2005) denomina acumulación por desposesión, donde los bienes comunes son apropiados por actores privados mediante procesos de privatización mediante un sistema neoliberal que se ha vuelto especulativo y depredador, utilizando la financiarización para extraer rentas y riqueza de las poblaciones.

Finalmente, el modelo comunitario (ancestral) que encarna la Abuela en el entorno rural indica que no hay una propiedad formal, sino una gestión basada en la reciprocidad y el respeto a los ciclos naturales. Por ello, se puede decir que ella encarna una ontología relacional del agua, donde el recurso está vinculado a la vida, la comunidad y la espiritualidad. Es una gobernanza enfocada en el cuidado frente a una gobernanza del control.

Inicialmente, el poder de la comunidad aparece fragmentadas o sumisas ante la escasez. Sin embargo, luego se visibiliza en la acción colectiva donde la transición de víctimas a sujetos políticos ocurre cuando reconocen que su supervivencia depende de la recuperación de la autonomía sobre el recurso.

Transformaciones en los modelos de gestión hídrica

El cortometraje Abuela Grillo presenta un dualidad visual con la utilización de una paleta de colores vibrantes y orgánicos para el entorno rural, contrastando drásticamente con los tonos grises, angulosos y asfálticos de la ciudad [03:12], donde el agua pierde su carácter sagrado para volverse industrial. Aquí, el estado actúa como el brazo ejecutor o cómplice silencioso que permite la privatización, reflejado en la infraestructura urbana que encierra el recurso (Ver Figura 2).

Figura 2. *Transformación del agua*



Nota. Fotograma tomado del cortometraje Abuela Grillo

La obra cinematográfica es una alegoría directa de la transición de una gestión comunitaria/ancestral a una gestión privatizada/mercantilista. Por una parte, el modelo extractivista donde los personajes de traje (representando a las transnacionales: entes privados) ven en el don de la Abuela una oportunidad de negocio [03:55]. Capturan el canto (la fuente) y lo embotellan [04:42] (Ver Figura 3).

Figura 3. *Agua embotellada*



Nota. Fotograma tomado del cortometraje Abuela Grillo

Bajo este contexto, el agua pasa de ser un bien común a un producto con precio de mercado. Esto refleja las políticas impuestas en América Latina durante las últimas décadas, donde el acceso al agua se condiciona a la capacidad de pago. En este sentido, a lo largo del cortometraje, el agua experimenta una metamorfosis simbólica que articula la tensión entre la naturaleza y el mercado. En una primera instancia, se manifiesta como un bien común e indivisible, un flujo vital emanado del canto que nutre orgánicamente a la tierra y a la comunidad en un estado de armonía. Esta representación se quiebra al trasladarse al entorno urbano, donde el recurso se cosifica bajo la figura de mercancía, quedando reducido a un producto estático, contenida en botellas de plástico y tanques custodiados bajo estrictos criterios de valor de cambio. Sin embargo, el arco narrativo culmina con la transición hacia la noción del agua como un derecho humano, donde el líquido trasciende su función biológica para erigirse en un símbolo de dignidad, justicia social y soberanía de los pueblos frente a los mecanismos de exclusión.

Resistencias sociales y la guerra del agua

El clímax del cortometraje Abuela Grillo hace una referencia directa a la Guerra del Agua en Cochabamba (Bolivia) en el año 2000, y de los conflictos hidrosociales contemporáneos, al exponer una narrativa donde la gestión del recurso se convierte en un mecanismo de segregación. A través de un marcado contraste espacial, el filme evidencia una geografía de la desigualdad en la que el almacenamiento corporativo coexiste con el estrés hídrico de las periferias, revelando una arquitectura urbana diseñada para excluir a quienes no logran

integrarse en el mercado. Esta lógica de privatización no solo genera una exclusión económica, sino que instituye una ciudadanía de segunda clase al condicionar el acceso al ciclo vital a través de una barrera monetaria. Ante este escenario, la obra cinematográfica plantea que la solución no reside en la negociación institucional (política), sino en una resistencia social disruptiva que recupera el espacio público mediante la desobediencia civil, transformando el conflicto técnico en un acto de justicia colectiva: movilización social que libera a la Abuela Grillo. En este sentido, el agua vuelve a ser libre cuando la gente se une para reclamarla como un derecho humano fundamental.

El caso Sarayaku. El agua como territorio y espiritualidad (Ontología del Agua)

El caso del pueblo Kichwa de Sarayaku introduce una dimensión ontológica que desafía las concepciones occidentales del agua como recurso. Trasciende la visión técnica de recurso hídrico propia de los modelos de gestión neoliberales. En este contexto, el agua forma parte del *Kawsak Sacha* (Selva Viviente), una entidad que integra dimensiones ecológicas, espirituales y culturales. Esta visión se alinea con los planteamientos de Escobar (2015), quien propone la existencia de pluriversos, es decir, múltiples formas de entender y habitar el mundo, en contraposición al universalismo moderno. Por ello, las teorías críticas actuales deben abordar no solo la epistemología, sino también la ontología: la naturaleza de lo que existe.

En este cortometraje, el río no es solo un escenario sino el eje que define la comunidad (Sarayaku significa Río de Maíz) [14:44]. En este sentido, la cámara captura el agua como un espacio de vida cotidiana y ritualidad, oponiéndola visualmente a las infraestructuras extractivas. Esta representación choca frontalmente con el modelo de gestión estatal, que ve en los territorios amazónicos bloques de explotación, evidenciando que la contaminación del agua no es solo un daño ambiental, sino un ataque a la espiritualidad y al "Sumak Kawsay" (Buen Vivir) [05:51].

De la gestión tecnocrática a la gestión comunitaria

El filme expone la ruptura entre la gestión hídrica impuesta por el Estado y las empresas transnacionales (como la petrolera CGC o Texaco) frente a la gobernanza ancestral.

El documental utiliza testimonios de ancianos y líderes para explicar que el control del agua y la tierra es colectivo y se decide en asambleas directas [07:53]. Mientras el Estado justifica la intervención mediante tecnologías de punta que prometen una contaminación mínima

[19:06], las imágenes de piscinas de petróleo y ríos contaminados de otras zonas (el Toxitour) funcionan como una contra-evidencia visual [23:28]. El agua contaminada es el síntoma de un modelo de gestión fallido que prioriza el lucro sobre el derecho humano. Esta confrontación en sí entre esta ontología y el modelo extractivista estatal revela una violencia epistemológica (De Sousa Santos, 2014), donde los saberes indígenas son sistemáticamente deslegitimados.

El agua como sujeto de derecho y resistencia jurídica

Al final del relato, el agua ya no solo sufre la contaminación; su defensa se convierte en la herramienta que moviliza la justicia internacional. La resistencia de Sarayaku se presenta como un regalo para el mundo [25:44-25:46], sentando un precedente donde la integridad del agua y la naturaleza se vinculan legalmente a la supervivencia cultural.
Las narrativas de conflicto en el documental se estructuran como una respuesta a violencias sistémicas, donde la exclusión surge de la vulneración del derecho a la consulta previa y el desconocimiento estatal de la soberanía indígena en favor de intereses extractivistas que tildan de insignificante la vida en el territorio. Esta dinámica revela una profunda desigualdad en la distribución de las cargas ambientales, obligando a las comunidades a absorber el costo total de la contaminación hídrica y la degradación de su hábitat mientras los beneficios económicos se centralizan en actores externos y centros de poder. Frente a este escenario, emerge la resistencia social como el eje triunfante del relato; una lucha que, lejos de la confrontación armada, se fundamenta en la vigilancia epistémica y la organización asamblearia para alcanzar una victoria jurídica internacional ante la Corte Interamericana de Derechos Humanos, que culminó en 2012 con una sentencia histórica que reconoce el derecho a la consulta previa, libre e informada [26:51-27:03]., constituyendo hoy un precedente vinculante y un hito de dignidad para la defensa de los derechos territoriales en toda Iberoamérica. En este sentido, la resistencia de Sarayaku trasciende la protesta local para convertirse en un referente global de justicia ambiental.

Estética de la contaminación vs. estética de la vida

El análisis fílmico revela una dicotomía visual: Planos generales de la selva y el río que respiran, representando la armonía del Pueblo del Mediodía [15:13] (Ver Figura 4).

Figura 4



Nota. Fotograma tomado del cortometraje caso Sarayaku

Además, planos de los explosivos de pentolita (1.500 kg sembrados en el territorio) [12:20] y de las piscinas de residuos que emergen bajo las casas [24:14]. Esta visualidad crea una tensión constante entre el flujo natural del agua y la parálisis que impone la industria.

Reflexiones finales

El análisis realizado permite afirmar que el cine iberoamericano contemporáneo se configura como un medio crítico de alta densidad interpretativa para el estudio de las dinámicas de poder que atraviesan la gestión del agua. A través de sus narrativas, se evidencian procesos de desposesión, desigualdad socioambiental y resistencia colectiva que suelen permanecer invisibilizados en los enfoques tecnocráticos dominantes. En este sentido, los hallazgos confirman que la gobernanza hídrica dista de ser un proceso neutral, al estar profundamente imbricada en disputas políticas, económicas y epistemológicas que definen las condiciones de acceso, control y distribución del recurso. Asimismo, se constata que la mercantilización del agua, enmarcada en lógicas neoliberales, tiende a reproducir y profundizar desigualdades estructurales, afectando de manera desproporcionada a poblaciones vulnerables. Frente a este escenario, las comunidades locales emergen como actores centrales en la defensa del agua como derecho humano, articulando formas de resistencia que reconfiguran los marcos institucionales y simbólicos de la gobernanza ambiental. En paralelo, el cine no solo actúa como un medio de representación, sino como un agente activo en la producción de imaginarios sociales y en la movilización política, contribuyendo a la construcción de



narrativas contrahegemónicas. Finalmente, se plantea la necesidad de fortalecer el diálogo interdisciplinario entre los estudios culturales, la ecología política y la gobernanza ambiental, reconociendo el potencial del cine como herramienta epistemológica y práctica para la investigación crítica y la transformación social.

Referencias

Bakker, K. (2010). *Privatizing water: Governance failure and the world's urban water crisis*. Cornell University Press.

Castro, J. (2007a). El estudio interdisciplinario de los conflictos por el agua en el medio urbano: una contribución desde la sociología. *Cuadernos del CENDES*, 24(66), 21-46. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40306602

Castro, J. (2007b). Gobernanza del agua en el siglo XX1. *Ambiente & Sociedade*, 10, 97-118. https://doi.org/10.1590/s1414-753x2007000200007 .

Castro, J. (2007c). Pobreza y ciudadanía: perspectivas sociológicas sobre los servicios de agua y la participación público-privada. *Geoforum,* 38, 756-771. https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2005.12.006 .

Castro, J. (2008). Las políticas neoliberales de agua y saneamiento como estrategia de desarrollo fallida. *Progress in Development Studies*, 8, 63-83. https://doi.org/10.1177/146499340700800107 .

Chapon, D. (Director). (2009). *Abuela Grillo* [Cortometraje]. Nicobis; The Animation Workshop; Center for Animation Pedagogic. https://www.youtube.com/watch?v=hSltkjA9I_c

De Sousa Santos, B. (2014). *Epistemologies of the South*. Routledge. https://unescochair-cbrsr.org/pdf/resource/Epistemologies_of_the_South.pdf

Escobar, A. (2015). *Territories of difference*. Duke University Press. https://monoskop.org/images/8/81/Escobar_Arturo_Territories_of_Difference_Place_Movements_Life_Redes_2008.pdf



García Canclini, N. (2010*). La sociedad sin relato: Antropología y estética de la inminencia.* Katz Editores.

Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press. https://pratclif.com/economy/money_files/harvey_a_brief_history_of_neoliberalism.pdf

Hortas, A. [Arturo Hortas]. (23 de octubre de 2012). *El caso Sarayaku* [Video]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=cCC4oxX_-yE

Hukka, J., Castro, J., & Pietilä, P. (2010). Agua, política y gobernanza. *Environment and History*, 16, 235-251. https://doi.org/10.3197/096734010x12699419057377 .

Ivakhiv, A. (2013). *Ecologies of the moving image*. Wilfrid Laurier University Press.

Mitchell, W. J. T. (2005). *What do pictures want?* University of Chicago Press. https://monoskop.org/images/2/25/Mitchell_WJT_1996_What_do_Pictures_Really_Want.pdf

Moscovici, S. (2001). *Social Representations: Explorations in Social psychology*. G. Duveen., Ed., New York University Press.

Peña, J. A. (2021). *Cine y ecología política en América Latina: Narrativas de resistencia.* Editorial Académica.

Rose, G. (2016). *Visual methodologies*. Sage. https://teddykw2.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/07/visual-methodologies.pdf

Rust, S., Monani, S., & Cubitt, S. (2013). *Ecocinema theory and practice*. Routledge.

Swyngedouw, E. (2004). *Social power and the urbanization of water*. Oxford University Press. https://scispace.com/pdf/social-power-and-the-urbanization-of-water-flows-of-power-3bjo8b1mfj.pdf



Swyngedouw, E., Kaika, M., & Castro, E. (2002). El agua urbana: una perspectiva político-ecológica. *Built Environment,* 28, 124-137.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



REPRESENTAÇÕES DO FEMININO: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS TRANSFORMAÇÕES DE CIRCE

Rafaela dos Santos Teixeira[1]
Dolores Puga Alves de Sousa[2]

Desde a Antiguidade, a personagem Circe vem sendo representada de diversas maneiras, a partir de múltiplos enfoques. Dentre tais representações, torna-se evidente a tendência da tradição em transformá-la em uma bruxa típica. Ainda que, na Antiguidade, a narrativa apresentasse a deusa como uma figura ambígua, em obras posteriores Circe será retratada como uma personagem maligna.

Circe, enquanto deusa portadora de conhecimentos mágicos, é apresentada por Ulisses na *Odisseia* e, por isso, dotada de ambiguidade. Sua ameaça está associada ao esquecimento, assim como os demais seres enfrentados pelo herói, evidenciando de que forma a narrativa constrói uma figura negativa, situada fora dos padrões de humanidade. Entretanto, após ser confrontada pelo herói, Circe adere a uma das instituições mais importantes para os gregos: a hospitalidade. Nesse sentido, Circe parece ser astuciosa o suficiente para enganar e tirar proveito dos homens que chegam até sua habitação; no entanto, não deseja atrapalhar a jornada do herói, assumindo, posteriormente, o papel de sua aliada.

As representações variam de acordo com os contextos históricos, sendo que Circe transita rapidamente de uma figura ambígua à imagem clássica de bruxa ao longo da história da literatura; entretanto, em cada obra suas representações adquirem significados e formas distintas.

Dentro da narrativa feita por Ulisses frente aos feácios, uma das principais aventuras é aquela vivida pelos homens juntos a Circe, figura ambígua que habita na ilha de Eeia. O episódio aparece no canto X da *Odisseia*, que conta com três principais histórias: a visita de Ulisses a Eólia, o ataque dos Lestrigões, e por fim, o encontro com Circe. Esparza divide os momentos em que Circe aparece em uma sequência específica, sendo: 1ª a chegada a Eeia e apresentação

[1] Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Cursando mestrado em Letras - Estudos Literários pela mesma Universidade, desde 2024. Bolsista Capes desde 2025. E-mail: rafaela.teixeira@ufms.br

[2] Professora Associada do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, lotada no Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMS/CPTL). Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: dolores.puga@ufms.br

da personagem (*Odisseia,* X, v. 135 - 150); 2ª Encontro dos companheiros de Ulisses com Circe (*Odisseia,* X, v. 210 - 260); 3ª intervenção do deus Hermes (*Odisseia,* X, v. 277 - 310); 4ª Encontro do herói com Circe (*Odisseia,* X, v. 310 - 399); 5ª Os gregos no palácio de Circe depois de recuperarem sua forma humana (*Odisseia,* X, v. 400 - 470); 6ª Anúncio da partida e profecia da maga (*Odisseia,* X, v. 471 - 574); Volta à ilha após a visita ao Hades, nova profecia e separação definitiva entre os personagens (*Odisseia*, XII, v. 1 - 152) (ESPARZA, 2013, p. 10).

Κίρκη (*Kírkē*), "fera deusa com voz humana", irmã de Eetes, filha do Sol e de Persa chegou à atualidade, a partir da literatura greco-romana, como arquétipo de bruxa (BRACKE, 2009, p. 32). Entretanto, em Homero, a figura de Circe possuía uma complexidade muito diferente. Suas características são, ao mesmo tempo, as de uma deidade feminina, em quem os atenienses podem identificar as mulheres da *pólis,* e as de uma personagem que usa o *phármakon* para seus próprios interesses, respaldando seu discurso, já que é por meio dessa prática que a mulher, que deveria ser passiva, é capaz de subjugar seus superiores.

Nesse sentido, a análise da personagem pode ser construída a partir de diversos conceitos e categorias, ligados à prática mágica, à questão feminina e à abrangência de Circe como deidade. Sem generalizações, Segal, por exemplo, aborda a personagem como uma deusa que transita entre o humano e o bestial (SEGAL, 1968, p. 428). Seria possível, nesse sentido, construir análises baseadas nos termos usados na *Odisseia* para se referir a Circe; nas relações sexuais que ocorrem entre a personagem analisada e o herói; em uma comparação entre Circe e outras personagens da obra; nos objetos, poções e invocações usados em sua prática mágica; no *phármakon* e suas características; entre outros.

A começar por seu nome, Κίρκη (Kírkē), relacionado por Madureira com pelo menos três possíveis significados. O primeiro diz respeito a sua tradução literal, que a associa à agressividade e a seu irmão Aietes. Segundo Madureira, *Kirkê* é o feminino de *kirkos*, cujo significado é "falcão", uma ave de rapina agressiva de natureza voraz, assim como a personagem. Ao mesmo tempo, o nome de Aietes, seu irmão, pode derivar de aétos, traduzido como "águia", também uma ave de rapina. Tal significado pode se ligar a *métis*[3] no sentido em que, na caça, tais aves calculam o momento certo de ataque a presa, ou seja, não há fórmulas, apenas o momento oportuno (MADUREIRA, 2017, p. 90).

[3] Em seu livro *Métis: as astúcias da inteligência*, Detienne e Vernant definiram a *métis* como o oposto da violência, uma inteligência que abarca a habilidade de lidar com o imprevisto (DETIENNE; VERNANT, 2008, p. 50). Não apresentada de forma explícita ou direta pelo poeta Homero, a *métis* é, segundo os autores, não um conceito, pois nunca foi formulada dessa maneira, mas uma categoria mental que perpassa diversos episódios (DETIENNE; VERNANT, 2008, p. 11).

Característica comum de tais predadores é voar em círculos em torno das vítimas, atividade que também pode estar ligada a uma das derivações do termo *kirkô*, ou seja, *kitkôo*. Uma de suas traduções é "círculo", relacionando Circe com seu pai Hélio, o Sol em sua jornada ao longo do céu, mas também com a *métis*, já que, segundo Madureira, Detienne e Vernant relacionavam essa categoria mental com tal símbolo (MADUREIRA, 2017, p. 90). Nesse sentido, Madureira retoma Bracke ao afirmar que o movimento circular que aves de rapina como falcão também a conectariam como a *métis*, já que a caçada não se resume a movimentos impulsivos, mas sim a calcular o momento certo para o ataque (MADUREIRA, 2017, p. 90).

Por fim, Madureira lembra que o nome de Circe também é associado ao termo *kirkés*, que significa "roca", objeto utilizado na tecelagem doméstica (MADUREIRA, 2017, p. 90-91).

Segundo Esparza, o fato de o nome Κίρκη parecer derivar de κίρκος (falcão) tem muitas implicações. Poderia indicar que a história procede de antigos relatos de animais, e também sugerir uma relação entre a personagem e a ave de caça, em virtude de sua agressividade e periculosidade. As culturas egípcia e fenícia haviam estabelecido uma associação do falcão com o deus do Sol. Essa ave era frequentemente associada à magia e, no mundo grego, atribuía-se com frequência poderes mágicos a Hélio e seus descendentes. Κίρκη pode proceder também da raiz *-kr-*, que evoca o canto agudo emitido por certos pássaros, e que está presente em nomes gregos de aves de rapina ou aquáticas, como κρέξ, κερκίς, κερκιθαλίς, κέρκαξ e κίρκος. Circe, de fato, aparece cantando e é chamada αὐδήεσσα ("dotada de voz"). Também o nome de seu irmão, Αἰήτης (Eetes), parece derivar da palavra "águia" (ἀετός), e talvez esteja igualmente relacionado aos nomes das terras de ambos: Eéia (Αἰαίη) e Ea (Αἰα) (ESPARZA, 2013, p. 29-30).

Na mitologia grega, tanto na *Odisseia* quanto na *Teogonia* de Hesíodo, Circe é filha do titã Hélio e da deusa oceânida Perseide, irmã de Eetes, pai de Medeia. Na *Teogonia*, Circe teria concebido um filho de Ulisses, chamado Telégono. A defesa de Esparza é que o mito de Circe teria relações com o folclore oriental. Os elementos de magia presentes nas epopeias de Homero, especialmente na *Odisseia*, por meio de Hermes, Circe e Calipso, seriam manifestações residuais de uma tradição cuja origem remonta às práticas de xamanismo e bruxaria da época indo-europeia. Através das metamorfoses em porcos e dos animais que rodeiam o palácio, é possível, segundo a autora, notar reminiscências de lendas e cultos primitivos em honra à natureza, onde os participantes eram temporariamente transformados em animais por uma deusa agreste, ou de certas cortesãs sagradas que habitavam templos com animais selvagens (ESPARZA, 2013, p. 30-31).

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

Também se deve considerar a influência, muito provável, da iconografia pré-histórica e oriental, na qual abundam figuras femininas de deusas e sacerdotisas despidas e rodeadas de animais, do tipo πότνια θηρῶν, um sintagma aplicado também à deusa olímpica Ártemis (Il. XXI 470) (ESPARZA, 2013, p. 30-31).

Para a autora, a personagem de Circe está construída sobre a figura folclórica da feiticeira, mais divina do que humana, com variados poderes, havendo na narrativa elementos maravilhosos preservados por meio do folclore. Estes demonstram que o episódio tem raízes no mundo da representação fantástica e da magia. Elementos como a feiticeira que transforma homens em animais, a varinha mágica, a erva mágica, o antídoto, a liderança do encantamento, entre outros, são exemplos desses resquícios. Além disso, Circe vive em meio à natureza, entre lobos e leões, ninfas e luxo, correspondendo ao "palácio encantado" da tradição épica (ESPARZA, 2013, p. 31).

O encantamento ou a atração provocada pela bela voz feminina é outro elemento habitual nos contos e, na *Odisseia*, também aparece relacionado às Sereias (XII). A Circe homérica é designada várias vezes como δεινὴ θεὸς αὐδήεσσα ("terrível deusa dotada de voz"), fórmula que também se aplica a Calipso, conforme defende Esparza. De acordo com a autora, a deusa de Eéia canta λίγα ("de forma bela", "harmoniosa" ou "sonora", X 254), advérbio da mesma raiz que o adjetivo λῳδείη, aplicado ao som da cítara do aedo Demódoco (VIII 67, 105, 254, 261, 537), que faz Ulisses chorar (ESPARZA, 2013, p. 31-32).

Um motivo folclórico muito característico deste tipo de relato é o uso de ervas mágicas medicinais que servem de antídoto contra os encantamentos, representado pelo μῶλυ (*moli*). Sobre o *moli* homérico, muito se investigou, sem que até hoje se tenha chegado a conclusões definitivas (ESPARZA, 2013, p. 32).

O enfrentamento de Ulisses com Circe concentra diversos motivos folclóricos relacionados entre si: em primeiro lugar, o encontro amoroso de um mortal com uma deusa, que sempre implica perigo; em segundo, o ataque inesperado do herói a uma divindade maligna, com a súplica de piedade por parte dela; em terceiro, a promessa da deusa de conceder seus favores; e, por fim, o processo de transformação do papel da personagem, que evolui de feiticeira maligna para aliada (ESPARZA, 2013, p. 32).

Por outro lado, Esparza afirma ser também um motivo tipicamente mitológico a κατάβασις (*katábasis*), ou descida ao mundo dos mortos, sempre concebida como uma experiência terrível e dramática, que torna os homens "duas vezes mortais" (*Odisseia,* XIII 22). Além disso, a viagem ao Hades é um tema presente nas lendas de Heracles, Teseu, Orfeu e Eneias, entre outros (ESPARZA, 2013, p. 32).

A autora também afirma que a história do amor entre uma deusa e um mortal, ou de uma divindade feminina com poderes mágicos, habitante de um espaço natural distante, que provoca metamorfoses em homens, aparece em diversos folclores ao redor do mundo. Através de lendas populares e relatos literários das culturas orientais, essa narrativa teria chegado à epopeia homérica, onde foi transformada, na medida do possível, para se adequar às aventuras do herói grego. A comparação da aventura homérica com outros mitos e relatos similares da antiga literatura oriental permite formular uma ideia da natureza da lenda que inspira o episódio de Circe. Esses contos costumam apresentar dois tipos de feiticeira: a monstruosa, que assassina e devora quem cruza seu caminho, e a maga amorosa, que seduz os homens e os transforma em animais. Segundo a autora, este último tipo é o que melhor representa Circe (ESPARZA, 2013, p. 32-33).

Esse arquétipo, no qual Circe se encaixa, possui longa tradição. Já aparece em uma das obras mais antigas da literatura: a *Epopeia de Gilgamesh*, na qual intervém a deusa babilônica Ishtar (VI). Se Circe vive em um palácio cercado de leões e lobos e transforma homens em porcos, Ishtar possui leões e leopardos, e Gilgamesh, que também teme a castração, a acusa de transformar seus amantes em animais. Há relatos, nas lendas orientais, de uma "Porta de Ishtar" (*Ishtar y Aja*) que levava do mundo subterrâneo à luz, por onde surgiam a Estrela da Manhã e a aurora, como na *Odisseia*, em que o herói viaja da terra da deusa ao submundo e retorna. Circe também tem sido comparada à divindade Siduri, da *Epopeia de Gilgamesh*, deusa da fertilidade que habita além do lugar onde nasce o Sol e que incita Gilgamesh a abandonar a busca pela imortalidade e desfrutar da vida. Tanto Circe quanto Siduri aconselham o herói sobre como prosseguir. Todos esses elementos seriam, segundo Esparza, reconhecíveis pelo público da época como tradicionais nas histórias de viagens (ESPARZA, 2013, p. 33).

Esparza também demonstra que a literatura oriental oferece muitos outros relatos semelhantes aos de Ishtar e Circe. Tudo indica que a Rainha, das *Mil e Uma Noites*, procede também de Ishtar, tendo muitos pontos em comum com Circe: seu nome significa "Sol", vive em uma ilha, tem servas femininas que acolhem os hóspedes com vinho, flores e manjares, e costuma passar quarenta noites com seus amantes antes de convertê-los em animais por meio de uma poção. Mas a versão mais próxima à da *Odisseia* encontra-se no capítulo 7 do *Mahāvaṃsa*, crônica em verso sobre os reis do Sri Lanka escrita em páli no século VI A.E.C.. O príncipe Vijaya chega à ilha de Ceilão com seus homens, que são trancados em uma cova pela feiticeira da ilha, Kuvannā. O personagem a ameaça com sua espada, exigindo que os liberte e jure não traí-lo, o que a deusa faz. A ninfa lhe devolve os companheiros e serve um banquete. As semelhanças com a *Odisseia* são notáveis, ainda que

não haja, nesse caso, transformação em animais. Ambos os relatos teriam, sem dúvida, uma fonte comum: a tradição indo-europeia (ESPARZA, 2013, p. 33-34).

O fato de os magos não pertencerem originalmente às lendas autóctones da Grécia, mas às tradições do Oriente, explica por que as feiticeiras da mitologia e da literatura grega geralmente vêm de terras orientais, quase sempre da Tessália ou do Mar Negro. É o caso de Circe e Medeia, ambas descendentes de Hélio, que nasce no Oriente. Assim, Circe habita uma ilha no extremo oriental do Mediterrâneo, próxima à Cólquida e, como as divindades pré-históricas e orientais, mas não as gregas, vive cercada de vegetação e animais selvagens (ESPARZA, 2013, p. 34).

Tem-se discutido a hipótese de que a história de Circe já estivesse presente na épica pré-homérica, com base sobretudo na surpreendente extensão desse episódio em comparação com outros, como os de Polifemo ou Calipso, e na antiguidade da personagem, que talvez já figurasse na lenda dos argonautas, um ciclo mítico com o qual a *Odisseia* guarda estreita relação. Talvez os receptores da *Odisseia* conhecessem a versão completa desse relato, que aparece abreviado no texto homérico. De fato, versões mais antigas da história já destacam um elemento essencial: o grave risco que corre um herói ao se aproximar de uma feiticeira, a menos que deseje dominar e neutralizar suas artes mágicas (ESPARZA, 2013, p. 34).

Tais reminiscências são passíveis de estudo graças à tradição oral, grande responsável pela preservação desses elementos. Segundo Dolores Puga, ainda que a comunicação com os mortos nem sempre tenha sido vista como uma prática negativa (PUGA, 2014, p. 104), com o tempo, a figura da feiticeira foi assumindo cada vez mais o caráter de "outro".

Entretanto, as questões mágicas, às quais geralmente se limitam as características de Circe, não são suficientes para explicar a imagem que se atribui à personagem. Segundo Evellyn Bracke, as habilidades da personagem e a periculosidade associada a Circe derivariam de sua transgressão dos limites relacionados ao gênero. Por isso, seria por ser mulher que seu *phármakon* se tornaria perigoso (BRACKE, 2009, p. 94).

A figura feminina mais próxima de Circe é Calipso, ninfa que também mantém relações com Ulisses, mas por um período ainda maior. Ambas tornam-se oponentes do herói em sua volta para casa, mas também atuam como ajudantes em sua missão. Essas duas personagens ambíguas são retratadas por fórmulas e epítetos análogos, dos quais Esparza destaca alguns, como εὐπλόκαμος (Calipso em V 30, 58; Circe em X 136, 220, XI 8, XII 150), δεινὴ θεός (Calipso em VII 246 e 255), δεινὴ θεὸς αὐδήεσσα (Calipso em XII 449; Circe em X 136, XI 8 e XII 150), δῖα θεάων (aplica-se a Calipso até onze vezes na Odisseia, V; a Circe em X 400, 455, 487 e 503), πότνια (Calipso em V 149; Circe em X 394, 549, XII 36). Esses sintagmas

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

têm um caráter formular, pois os encontramos em outras passagens da Odisseia aplicados a outros personagens." (ESPARZA, 2013, p. 35).

As deusas Calipso e Circe são figuras paralelas, e seus respectivos episódios apresentam um desenvolvimento semelhante, o que suscita discussões sobre a autenticidade e a cronologia dessas passagens. De acordo com Esparza, ambas são divindades menores que habitam ilhas remotas, distantes do mundo dos deuses olímpicos. Nesse aspecto, coincidem com outra deidade, Tétis, com quem também compartilham a função profética. As duas oscilam entre ajudantes e oponentes do herói. Inicialmente aparecem como ameaça, mas acabam acolhendo Ulisses em suas moradas, seduzem-no, alimentam-no, dão-lhe banho, vestem-no e o preparam para uma nova viagem. Oferecem-lhe conselhos e enviam ventos favoráveis.

Apesar disso, Esparza destaca que essas figuras nunca perdem completamente sua periculosidade. Mesmo após mudarem de papel, o herói exige que ambas jurem pela Estige não lhe causar dano (V 178–179 e X 334–335). A semelhança entre as personagens é reforçada pelo uso de fórmulas e epítetos análogos nos episódios: σὺν πλοκάμοις (*syn plokámois*), Calipso em V 30, 58; Circe em X 136, 220; XI 8; XII 150; δεινὴ θεά (*deinḗ theá*), Calipso em V 246, 255; δεινὴ θεὸς αὐδήεσσα (*deinḗ theòs audḗessa*), Calipso em XII 449; Circe em X 136, XI 8, XII 150; δῖα θεῶν (*día theôn*), aplicado a Calipso até onze vezes em *Odisseia* V; a Circe em X 400, 455, 487, 503; πότνια (*pótnia*), Calipso em V 149; Circe em X 394, 549, XII 36. Tais sintagmas têm caráter formular, pois aparecem em outras passagens da *Odisseia* aplicados a diferentes personagens (ESPARZA, 2013, p. 35).

Esparza dedica especial atenção ao epíteto αὐδήεσσα (*audḗessa*). Seu sentido não é totalmente claro, podendo aludir tanto ao discurso quanto ao canto, uma vez que ambas as deusas entoam belas melodias. A análise de seu uso nas epopeias homéricas sugere que o termo se refere mais à capacidade de falar, própria dos seres humanos, do que ao canto em si, indicando uma característica híbrida, como a de Calipso e Circe (ESPARZA, 2013).

Na *Ilíada*, esse adjetivo é usado para designar "Xanto", o cavalo de Aquiles, quando Hera lhe concede a habilidade de falar (αὐδέντα δ᾽ ἔθηκε θεὰ λευκώλενος Ἥρη, XIX, 407). Já na *Odisseia*, quando Ulisses chega a Feácia e escuta as vozes de Nausícaa e suas donzelas, questiona se seriam ninfas ou "seres humanos dotados de voz" (ἀνθρώπων αὐδηέντων, VI, 125). É possível, como sugere Franco, que o epíteto denote o caráter híbrido entre o humano e o divino das personagens às quais é atribuído. Um exemplo é o momento em que os companheiros de Ulisses escutam a voz de Circe e duvidam se é uma deusa ou uma mortal (X, 221) (FRANCO, 2010, p. 148).

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



O epíteto também pode referir-se à condição de divindades menores, o que lhes permitiria comunicar-se com os mortais, diferentemente dos distantes deuses olímpicos. Além dos epítetos comuns, tanto Ogígia quanto Eeia são locais associados aos poderes sobrenaturais dessas figuras semi-divinas. Ambas detêm o domínio dos ventos, possuem qualidades proféticas e, no caso de Circe, também o poder das metamorfoses e retro-metamorfoses. As duas personagens estão em estreita relação com o mundo natural: Calipso habita uma caverna cercada por bosques e fontes; Circe, embora viva em um palácio, está inserida em um bosque e rodeada por feras (ESPARZA, 2013).

Ambas se dedicam à tarefa doméstica de tecer e mantêm um fogo aceso em casa, elementos simbólicos da vida nas antigas tradições mediterrâneas ligadas à deusa Mãe, cujos vestígios permanecem nas deusas homéricas. As estadias com Calipso e Circe cumprem a mesma função estrutural na epopeia: são episódios marcados por uma longa interrupção do *nóstos* (retorno), culminando numa nova viagem. De Ogígia, Ulisses parte para a ilha dos feácios; de Eéia, parte para o Hades, onde realiza a νέκυια. (rito necromântico). Nos dois episódios, é necessária a intervenção divina de Hermes para que o herói possa se separar da deusa (ESPARZA, 2013, p. 36–37).

Portanto, entre as várias figuras femininas da *Odisseia*, Circe e Calipso se destacam como ninfas distantes da *pólis*, em conexão com a natureza e como divindades ambíguas. O contraste de gênero torna-se evidente ao compararmos tais figuras com personagens que exercem funções distintas, como Penélope, símbolo do virtuosismo, e Atena, deusa essencial na jornada do herói.

Na *Odisseia* de Homero, ainda não se pode afirmar a existência de uma figura feminina que já determinasse de forma fixa os padrões ideais de conduta, como mais tarde ocorreria com o modelo *mélissa*. Segundo Fábio de Souza Lessa, esse modelo possui, entre suas marcantes virtudes atribuídas à mulher ideal, características como o exercício de atividades domésticas; submissão ao homem; abstinência aos prazeres do corpo; silêncio; fragilidade; debilidade; reprodução de filhos legítimos, em especial do sexo masculino; vida sedentária reclusa no interior do *óikos* e exclusão da vida social pública e econômica (LESSA, 2010, p. 11).

Entretanto, pode-se dizer que esse modelo já se encontrava em provável formação. Afinal, encontramos na *Odisseia* a figura de Penélope, esposa do protagonista, que mais tarde seria tomada como exemplo da mulher ideal. Em uma comparação entre essa personagem e Circe, Stéphanie Barros Madureira aponta semelhanças e diferenças. Segundo a autora, ambas foram capazes de transformar seus visitantes em indivíduos que se entregavam aos prazeres sem controle, como porcos selvagens que abandonam suas características humanas. Ambas



também enfeitiçaram (*thelgein*) os homens com distrações, são apresentadas como donas de casa e compartilham momentos semelhantes com Ulisses (MADUREIRA, 2017, p. 294).

Quanto à questão do feitiço, Penélope não é uma *pharmakís*, mas, por meio da *métis*, foi capaz de fazer com que os pretendentes permanecessem à espera de sua decisão, enquanto tecia sua mortalha. Nesse sentido, uma das características que mais aproxima as duas personagens, assim como grande parte da *Odisseia,* é o uso da *métis*.

Apesar disso, quando tratamos das diferenças entre ambas, o contraste torna-se bastante evidente. Stéphanie Madureira destaca o fato de que Circe não possui um *kýrios*, ou seja, um guardião masculino que a vigie e proteja. Como consequência dessa ausência, sua sexualidade torna-se incontrolável e pode ser exercida livremente, já que não há ninguém que restrinja o acesso ao seu *oîkos*, tradicionalmente reservado à autoridade masculina (MADUREIRA, 2017, p. 296). Além disso, Circe vive afastada da sociedade, em uma ilha remota. Portanto, é estrangeira e está sempre em busca de seus próprios interesses. Está geograficamente isolada, distante da *pólis* e do mundo dos gregos.

Entretanto, embora tais características estejam em desacordo com os padrões estabelecidos para Penélope, Circe não é uma simples mulher: é uma deidade que, apesar de ambígua, na ausência de Atena, cumpre o papel de auxiliar o herói em sua jornada. Atena, por sua vez, nunca atua em prejuízo de Ulisses ou de sua família. Pelo contrário, utiliza seus poderes de metamorfose tanto para auxiliar Telêmaco na busca pelo pai quanto para disfarçar Ulisses em seu retorno a Ítaca.

Assim, segundo Esparza, Circe, com todas as suas contradições, é talvez uma das personagens mais complexas e inconfundíveis da *Odisseia*: é demoníaca e ameaçadora, mas também protetora e auxiliadora, inteligente e misteriosa, generosa anfitriã, conselheira, divina, sincera e fiel à sua palavra, sensual e sedutora. Sua conduta varia conforme as circunstâncias, sendo tão *polýtropos* quanto Ulisses. A ambiguidade é, provavelmente, a característica mais marcante de suas múltiplas facetas (ESPARZA, 2013, p. 39).

Na narrativa de Ulisses, portanto, Circe aparece como uma figura ambígua, misteriosa e assustadora. Em sua busca por padrões de humanidade, como o cultivo da terra ou a organização política, Ulisses depara-se com um ser que escapa a tais normas e, por isso, torna-se ameaçador. No entanto, Circe faz uso de uma das mais importantes categorias da sociedade grega: a hospitalidade. Mesmo sendo poderosa, ameaçadora e detentora de saberes mágicos, Circe transforma-se em aliada e conselheira do herói em parte de sua jornada, cumprindo papel essencial tanto em sua descida ao Hades quanto em seu retorno ao lar.

Entretanto, ao analisarmos a personagem em obras posteriores percebemos que a deusa já não é mais retratada sob a perspectiva da ambiguidade, mas enquadrada no estereótipo da

"bruxa". Essa mudança, embora relacionada a características específicas de cada obra, é resultado de toda uma tradição literária que transformou Circe em uma personagem de caráter exclusivamente negativo.

Em sua tese, Aurora Galindo Esparza, ao realizar um estudo literário e comparativo do episódio homérico de Circe e de sua tradição, afirma que o encontro de Ulisses com a deusa Circe é um dos episódios mais célebres da *Odisseia*. Como consequência, esse episódio tem sido recriado diversas vezes na literatura europeia, sob diferentes perspectivas, também influenciadas por seus respectivos contextos históricos e culturais (ESPARZA, 2013, p. 2).

Segundo a autora, o uso da mitologia greco-latina é uma constante na história da literatura ocidental. Além de sua função primordial, estética e erudita, é comum que os mitos sejam utilizados com fins doutrinários, desde a Antiguidade até as representações modernas (ESPARZA, 2013, p. 3).

As literaturas cristãs, por exemplo, fazem uso variado dos mitos gregos. O caráter atemporal e exemplar dessas narrativas contribui para que os épicos sejam constantemente reinterpretados e adaptados a outros contextos, inclusive sob uma perspectiva simbólica, representando aspectos sociais ou morais do mundo em que o relato é inserido. De acordo com Esparza, tanto o mito de Circe quanto outros episódios da epopeia têm sido recriados, citados e reinterpretados inúmeras vezes, sendo a *Odisseia* uma das obras que mais inspiraram autores ao longo de toda a tradição literária (ESPARZA, 2013, p. 3).

Como defende a autora, não há, após Homero, uma versão única e unânime das aventuras de Ulisses, nem mesmo entre os textos da própria Antiguidade, sendo que cada autor confere aos protagonistas papéis e caracteres distintos, ao abordar o tema a partir de um ponto de vista particular, concedendo mais atenção a alguns elementos do que a outros. Em alguns textos se coloca em primeiro plano aspectos épicos, míticos, fantásticos, amorosos, morais, filosóficos, humorísticos e poéticos (ESPARZA, 2013, p. 5).

Dessa forma, em cada relato, Circe adquire características distintas, sendo representada de maneiras diferentes de acordo com o ponto de vista, moldado pelo contexto, daqueles que a retratam.

O mesmo ocorre com figuras tradicionalmente consideradas “positivas” na narrativa, como o próprio protagonista. Ulisses, retratado como um herói astuto e infalível na *Odisseia*, é, em outras representações, visto como obscuro e trapaceiro. Já na literatura cristã, é tomado como símbolo do homem religioso, mas pecador, uma humanização que foi se intensificando com o tempo, até alcançar seu auge nas visões contemporâneas (ESPARZA, 2013, p. 6).

No caso de Circe, Esparza destaca múltiplas facetas a partir das quais é retratada, desde Homero: como mulher, feiticeira, amante, profetisa, inimiga ou ajudante. A autora propõe



investigar qual dessas representações se sobressai em cada uma de suas aparições. Isso porque, segundo sua análise, há uma notável diversidade nas concepções de Circe, motivada por fatores literários, históricos e socioculturais. A partir desses elementos, é possível examinar aspectos ideológicos, religiosos e filosóficos presentes em cada obra.

Tais mudanças possibilitam que a personagem seja retratada como "uma deusa hierática, como uma maga de poderes assombrosos, como um ser perigoso e demoníaco, como uma mulher de perturbadora capacidade de sedução ou como uma melancólica amante rejeitada" (ESPARZA, 2013, p. 5).

Exemplos de uma tentativa de releitura do tema da mulher mitológica perigosa, a feiticeira Circe, são os contos "Circe", de Eudora Welty, e "Circe", de Julio Cortázar[4]. Este primeiro, presente na obra *Cuentos Completos*[5], conta o encontro de Circe com Ulisses e seus homens a partir de uma nova perspectiva: a da própria feiticeira. Circe assume aqui o papel de narradora, por meio da qual é possível conhecer muitos dos sentimentos da personagem. Em tal conto, percebemos diversas permanências da narrativa homérica, podendo-se destacar o fato de Circe tecer, possuir diversos animais, a transformação dos homens em porcos por meio de uma poção, entre outros. A deusa também possui algumas das características demonstradas na *Teogonia* de Hesíodo, sendo filha do deus Sol e gerando, após a partida do herói, um filho de Ulisses (WELTY, 2009).

Entretanto, as falas da personagem nos mostram uma relação de sentimentos muito maior do que na epopeia homérica. Exemplo disso é o momento da partida de Odisseu, em que a deusa deixa evidente seu sentimento de solidão e invisibilidade,

> Se llevaron todos los obsequios que les había dado: ninguno apreciado, ninguno valorado.
> Me aparté de su camino. No tenía necesidad de verlos partir, pues conocía tan bien como si hubiera estado al frente de ellos durante todo el trayecto el ancho mundo, brumoso e insular, brillante, indeleble y amenazante al que deberían enfrentarse. Pero tener conocimientos sobre algo no es lo mismo que tener la última palabra.
> Con la mejilla apoyada en el suelo pedregoso podía oír a los cerdos como truenos de verano. Aquellos aún estaban conmigo, ahora, de nuevo, convertidos en mascotas, rezongando sin sentido. (WELTY, 2009, 691-692)

[4] As bibliografias apresentadas servem como "amostra lateral" para revelar a sobrevida do motivo Circe/feiticeira/mulher perigosa, imagem que circula e se transforma com as recepções.
[5] WELTY, Eudora. A Curtain of Green and Other Stories, 1936.

Dessa forma, a transformação da figura do narrador tende a evidenciar um lado mais sentimental de Circe, mais solitário e ressentido, promovendo uma solidarização do leitor com a personagem. Tal movimento pode ser observado em diversas obras contemporâneas que buscam oferecer voz a esse estereótipo de mulher, por muito tempo representada como rancorosa e maléfica, deslocando-a do lugar de ameaça para o de sujeito de experiência e sofrimento.

Já quanto ao conto de Julio Cortázar, intitulado "Circe", a personagem mítica é transposta para a figura da misteriosa Delia. A mulher carrega diversas características associadas à imagem tradicional da "bruxa", algumas delas coincidentes com a narrativa homérica. Mantém uma relação íntima e ambígua com os animais, aparentando controlá-los, e prepara possíveis poções mágicas que são inseridas em alimentos, como bombons e licores, oferecidos aos homens.

Essa Circe moderna, embora marcada por certa ambiguidade, é, ao final, silenciada pelo protagonista. Ao longo do conto, ele parece viver sob constante ameaça de morte, que se sugere funcionar como fonte de prazer para Delia. Assim, a narrativa tensiona o imaginário da mulher fatal e perigosa, mas também revela o desconforto masculino diante de uma figura feminina que escapa ao controle, reiterando, ainda que de modo crítico, a tradição que associa o feminino ao enigma e ao perigo.

> Quando atirou os pedaços no rosto dela, Delia tapou os olhos e começou a soluçar, arquejando em um soluço que a afogava, cada vez mais agudo esse choro, como na noite de Rolo, então os dedos de Mario se fecharam na garganta de Delia como que para protegê-la desse horror que lhe subia do peito, um borborigmo de choro e gemido, com risos interrompidos em contorções, mas ele queria apenas que ela se calasse, e apertava apenas para que se calasse, a da caa assombrada talvez já estaria ouvindo com um misto de medo e trazer, por isso devia fazê-la calar a todo custo. (CORTÁZAR, 1986, p. 104)

Os textos apresentados demonstram como desde a figura da praticante de magia na Antiguidade até as representações de feiticeiras no mundo ocidental e no Novo Mundo, mulheres detentoras de conhecimento sobre ervas e práticas mágicas foram vistas de diversas maneiras pelas distintas culturas. Segundo Maria Cristina Batalha, a imagem da feiticeira transitou entre sedução e horror, saber e magia, poder e submissão (BATALHA, 2011, p. 87), variando conforme as sociedades que as concebiam.

Em períodos como o Neolítico, e com o advento da agricultura, tais práticas não eram consideradas negativas. Segundo Dolores Puga, a imagem da mulher e seu conhecimento

sobre ervas como elemento sagrado foi, durante muito tempo, cultuada por povos antigos (PUGA, 2014).

Entretanto, com o fortalecimento de valores patriarcais, a figura da feiticeira passou a assumir cada vez mais o caráter de "bruxa". Esse conceito é uma invenção do período medieval, caracterizando a personagem histórica associada ao "pacto com o demônio", figuras que, a partir do século XV, passaram a representar o lado sombrio da sociedade, ainda que suas representações na Antiguidade já contivessem traços de periculosidade (PUGA, 2014).

À medida que se transitava de uma sociedade de religiosidade matrifocal, centrada na representação de uma deidade feminina, para uma organização patriarcal e patrifocal, como a grega, com um panteão predominantemente masculino, os valores simbólicos atribuídos àquelas que viriam a ser vistas como "praticantes de magia" foram gradualmente transformados (PUGA, 2014, p. 101).

Nesse processo de transição, as deusas que antes integravam o Olimpo, formando uma divindade maior, a chamada Grande Deusa, perdem sua força simbólica e passam a ser apresentadas de forma isolada, à medida que surgem e se consolidam os deuses masculinos (PUGA, 2014, p. 107).

Circe, figura ainda ambígua na *Odisseia*, ao longo do tempo teve suas características utilizadas como base para representações negativas de feiticeiras, dentro do processo de reconfiguração simbólica já mencionado. Dessa forma, mesmo em obras que buscam retomar a narrativa homérica, o significado atribuído à personagem acaba sendo outro.

Referências

BATALHA, Maria Cristina. As feiticeiras e suas múltiplas representações literárias. *In:* Anais do VII Painel Reflexões sobre o Insólito na narrativa ficcional/ II Encontro Nacional O Insólito como Questão na Narrativa Ficcional – **Simpósios 1**/ Maria Cristina Batalha (org.) – Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011.

BRACKE, E. **Of Métis and Magic**: The Conceptual Transformations of Circe and Medea in Ancient Greek Poetry. Tese de doutorado. Department of Ancient Classics, National University of Ireland, Maynooth, 2009.

CORTÁZAR, Julio. **Bestiário.** Tradução de Remy Gorga Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.



DETIENNE, Marcel e VERNANT, Jean-Pierre. **Métis**: as astúcias da inteligência. São Paulo: editora Odysseus, 2008.

ESPARZA, Aurora Galindo. ***El tema de Circe en la tradición literaria: de la épica griega a la literatura española.*** 2013. Tese (Doutorado em Filologia Hispânica) – Universidad de Murcia, Murcia, 2013.

FRANCO, C. **Il mito di Circe**: immagini e racconti dalla Grecia a oggi. Torino, 2010.

HOMERO. ***Odisseia.*** Edição bilíngue. Tradução, posfácio e notas de Trajano Vieira; ensaio de Italo Calvino. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2022.

LESSA, Fábio de Souza. **Mulheres de Atenas**: mélissa - do gineceu à agorá. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

MADUREIRA, Stéphanie Barros. **Relacionando Magia e Gênero na Literatura Grega:** uma análise comparada do uso do *phármakon* pelas feiticeiras Circe e Medeia (séculos VIII e V a.C.). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, 2017.

PUGA, Dolores. Magia e Cultura Patriarcal: As Transformações na imagem da Pharmakis na Antiguidade. **MONÇÕES**, Revista de História da UFMS/CPCX v. 1, n° 1, setembro de 2014.

SEGAL, C. **Circean Temptations**: Homer Virgil Ovid. TAPhA 99, 1968, p. 419-442.

WELTY, Eudora. **Cuentos Completos**. Tradução de Ignacio Gómez Calvo. [S.l.]: armaiurmuqe, 2009. E-book (ePub).



UMA (OUTRA) LEITURA DA HISTÓRIA: PORTUGUESES E HOLANDESES NO NORDESTE BRASILEIRO A PARTIR DA PEÇA "CALABAR, O ELOGIO DA TRAIÇÃO" (CHICO BUARQUE E RUY GUERRA, 1973)

Mariana Rosell[1]

O contexto histórico e o problema historiográfico

Domingos Fernandes Calabar é uma das figuras mais controversas da história do Brasil em função de seu envolvimento na Ocupação Holandesa no Nordeste brasileiro (1630-1654). Nascido em Porto Calvo, na então Capitania de Pernambuco (hoje estado de Alagoas), sua ação política e sua morte como "traidor" moldaram narrativas históricas e debates que perduram até hoje.

De origem mestiça, Calabar cresceu marginalizado na sociedade colonial do centro econômico da produção açucareira da América Portuguesa. Contudo, estudou com jesuítas, atuou como contrabandista e, com o tempo, ascendeu economicamente, tornando-se proprietário de terras e engenhos de açúcar. Isso, porém, não foi suficiente para lhe assegurar inserção social num universo escravocrata e racista. Sua vivência fez de Calabar um grande conhecedor do território litorâneo da capitania, o que foi crucial para selar seu destino.

No contexto da ocupação neerlandesa no Nordeste, Calabar se aliou aos holandeses ainda em 1632, durante a fase em que, de modo geral, os colonos estavam resistindo à ocupação. Seu conhecimento geográfico foi fundamental para o sucesso neerlandês e, consequentemente, para o fracasso ibérico. Sua expertise geográfica e tática permitiu que ele guiasse as ações holandesas, sendo crucial para a conquista de locais estratégicos. Sua eficácia foi reconhecida pelos neerlandeses, que lhe conferiram o posto de capitão. Sendo assim, sua escolha pelos "invasores", somada a outras questões, como o fato de que ele era um mestiço enriquecido, fazem dele alguém com características que afrontavam a sociedade colonial em diversas instâncias, tornando-o símbolo do inimigo a ser combatido – na História e na Memória.

Tal condição é incentivada também pelo fato de que, em 1635, Calabar foi capturado por tropas luso-espanholas, comandadas por Matias de Albuquerque, sendo sumariamente

[1] Doutora (2025) e mestra (2018) em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Email: rosell.mariana@gmail.com.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

julgado e executado como traidor da Coroa. A forma brutal de sua execução, que seguiu o rito enforcamento, esquartejamento e exposição pública de seu corpo, era mais do que uma punição, pois tinha o objetivo de servir como exemplo para traidores e inibir outras possíveis deserções.

A ocupação neerlandesa na região de Pernambuco tinha como objetivo explorar a produção açucareira, dificultada pela União Ibérica. Os portugueses, por sua vez, fizeram uma grande campanha para mobilizar os colonos locais em defesa de seu domínio, alegando, especialmente, que os holandeses eram invasores do território e precisavam ser expulsos.

As disputas políticas da época transmutaram-se no debate historiográfico, que girou em torno da questão da traição. Os cronistas portugueses da época, acusavam Calabar de ter se bandeado para o lado neerlandês para fugir da possível punição por crimes que havia cometido, entre eles, como contrabando e roubo. Sendo assim, ele é apresentado como um criminoso em fuga da justiça, o que reforça sua figura como a de um traidor movido por interesses individuais. Essa construção favorece a animosidade em relação a essa figura, favorecendo o discurso dos colonizadores ibéricos.

A visão de que Calabar foi um traidor da Coroa Portuguesa e da "terra", motivado por interesses pessoais, crimes e ambição, foi produzida, por exemplo, por cronistas como Domingos de Loreto Couto, que

> considerou que a rebeldia de Calabar o fez o único infame entre tantos naturais daquela capitania que foram leais. Para o franciscano, autor de Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco, obra concluída em 1757 – apenas para citar um exemplo de (re)escrita dessa história no século XVIII – Calabar, retratado como mulato, foi o único ponto fora da curva no céu estrelado das lealdades pernambucanas (COSTA, 2022).

Essa narrativa, que transformou Calabar em uma exceção, foi reforçada no Império para construir a ideia de unidade nacional. É o que se observa, por exemplo, na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, que foi um dos responsáveis por construir o mito de Calabar como o grande "traidor da pátria" (COSTA, 2013).

Ao longo do tempo, porém, essa visão que havia se consolidado na historiografia tradicional começou a ser revista, passando a ser contraposta por uma interpretação que questiona o conceito de traição a partir do pressuposto de que, argumentar em defesa da pátria ou da nação o período colonial não faz sentido. Em um período em que a nação brasileira ainda não existe, como argumentar em defesa dela?

A partir dessa revisão historiográfica, Calabar passa a ser visto como um insurgente contra um domínio histórico ou, pelo menos, um indivíduo que fez uma escolha estratégica em um conflito de lealdades, buscando o lado que oferecia mais vantagens ou reconhecimento. Deste modo, destaca-se o anacronismo de se falar em traição à "pátria" no século XVII, e sugere-se que Calabar buscava a ascensão social que lhe foi negada no sistema colonial ibérico e que seria possível no sistema estabelecido pelos neerlandeses, uma vez que estes tinham uma perspectiva mais meritocrática.

A historiografia moderna e alguns cronistas holandeses sugerem, portanto, uma possível afinidade de Calabar com a administração holandesa, vista como mais liberal e meritocrática, com tolerância religiosa, moderna e de mentalidade burguesa. Tal interpretação aparece, por exemplo, na obra *Igreja e Estado no Brasil Holandês*, de Frans Leonard Schalkwijk, publicada no Brasil, pela primeira vez, em 1986. Em sua obra, o pesquisador mostra que, ao final das contas, Calabar não estava errado em optar pelos holandeses. Conforme Schalkwijk, "Que os holandeses prestigiaram Calabar, provou-se posteriormente, quando sua viúva passou a receber para cada um dos seus três filhos menores o salário de um soldado, em um total de 24 florins mensais, que equivalia ao salário de um mestre-escola" (SCHALKWIJK, 1986, p. 64). Deste modo, parece que, de fato, ainda que depois de morto, os holandeses se mostraram mais dignos com Calabar do que os ibéricos.

De todo modo, a figura de Calabar foi debatida ao longo do tempo, tornando-se um mito mobilizado, de diferentes perspectivas, em momentos de crise política, como mostrou Regina de Carvalho Ribeiro da Costa, em sua dissertação de mestrado intitulada *Domingos Fernandes Calabar: A história do mito e o mito na História*, publicada em 2014, e em trabalhos conexos. Vale dizer, inclusive, que essa mobilização se antecipou, muitas vezes, à própria revisão historiográfica, como mostra a peça que é alvo de análise deste trabalho. Mais de uma década antes da publicação de Schalkwijk, por exemplo, Chico Buarque e Ruy Guerra escreveram a peça Calabar, o elogio da traição, que, desde o título, já assume um lado nessa disputa de narrativas.

O deslocamento histórico como estratégia de resistência

A antecipação de Buarque e Guerra tem razão de ser, uma vez que a mobilização de eventos e personagens históricos foi uma significativa estratégia de resistência adotada pelas produções culturais, sobretudo o teatro, durante a ditadura militar.

De modo geral, esse recurso pode ser agrupado em dois tipos: 1) a recuperação de personagens e eventos históricos reais, em peças que resgatavam heróis e episódios do

passado para atualizá-los e usá-los como exemplo de engajamento na luta contra o regime militar e pela liberdade no presente; e 2) o deslocamento temporal para discutir violências específicas, em peças cuja narrativa ocorria em um tempo passado, muitas vezes sem focar em um grande personagem histórico específico, mas com o objetivo claro de denunciar crimes contemporâneos do regime.

Do primeiro tipo, destacam-se como exemplos as peças da série *Arena conta*... dirigida por Augusto Boal no Teatro de Arena de São Paulo na década de 1960. As peças recuperaram Zumbi, Tiradentes e Simón Bolívar e, ao trazer à tona a trajetória de heróis históricos conhecidos por suas lutas emancipatórias e pela liberdade, os dramaturgos utilizavam seus exemplos para inspirar e impulsionar o engajamento do público na resistência contemporânea contra o regime militar.

Do segundo tipo, destacam-se as peças *O santo inquérito*, de Dias Gomes (1966), que recuou no tempo para debater e denunciar a censura e a tortura praticadas pela ditadura, e *Ponto de Partida*, de Gianfrancesco Guarnieri (1976) – que também havia participado da das peças do Arena –, que utilizou a roupagem de uma história passada numa vila medieval para discutir o caso do assassinato do jornalista Vladimir Herzog (1975).

Calabar, o elogio da traição se insere nessa tradição teatral entre as peças engajadas que se baseava em eventos e personagens históricos para incentivar a luta contemporânea. Esta passava, entre outros desafios, por driblar os cortes e vetos da censura para tornar possível o diálogo com o público e a peça de Buarque e Guerra criticou a ditadura utilizando uma série de metáforas e estratégias dramatúrgicas, denunciando as violências do regime.

A peça situou sua narrativa no passado colonial como uma estratégia para debater o presente sem fazer referências diretas que pudessem ser barradas imediatamente pelos censores. O objetivo era usar um evento histórico para incentivar o engajamento na luta pela liberdade no contexto contemporâneo.

A opção por Calabar não é coincidência, uma vez que sua trajetória em vida e após a morte tinha grande potencial de debate. Sua figura foi evocada para debater a questão da traição durante a ditadura militar, que considerava e propagandeava os opositores do regime como "terroristas e traidores", assim como, um dia, havia sido considerado Calabar. Nesse sentido, problematizar a questão da traição de Calabar era um mecanismo para problematizar a narrativa construída pela ditadura acerca daqueles que se levantavam contra dela de alguma maneira.

No fundo, o que a peça de Buarque e Guerra propõe é uma reflexão a partir de questionamentos como: quem é o verdadeiro traidor? Existe traidor quando a pátria é usurpada? Sendo assim, ela antecipa e reedita o caso de Calabar as problematizações em

torno da tradição historiográfica sobre ela, mobilizando-a para problematizar questões do tempo presente. Quem realmente trai a pátria: os opositores do regime ditatorial ou os militares que massacram a população de seu país, adotando estratégias criadas para combater inimigos externos?

A ressignificação da traição e o paralelo político coetâneo

De início, é fundamental destacar que a peça inverte o discurso da ditadura por meio de diferentes mecanismos, a começar pela questão da traição. Na peça, a traição é retratada não como uma exceção, mas sim como a regra daquele cotidiano colonial. No entanto, a obra estabelece uma diferença clara e fundamental entre as atitudes de Calabar e as de outros personagens.

As traições cometidas por Frei Manoel do Salvador e Sebastião do Souto são retratadas como condenáveis, pois foram motivadas única e exclusivamente pelos interesses mesquinhos e individuais desses sujeitos, representando a hipocrisia dos colonizadores e dos colonos individualistas. Em oposição a eles, a "traição" de Calabar é classificada como legítima, visto que era movida por um ideal maior de buscar o bem coletivo e a emancipação real do Brasil, tentando romper com o domínio estrangeiro, fosse ele ibérico ou neerlandês.

Além disso, sua figura serviu como uma referência direta a Carlos Lamarca –capitão do exército que aderiu à luta armada, sendo considerado traidor. Líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Lamarca se tornou um dos inimigos nº1 da ditadura porque, além de militante da luta armada – e, portanto, "traidor da pátria" –, ele também pertencia ao exército, sendo, por isso, também um "desertor".

Por ter integrado o Exército Brasileiro, sua adesão à guerrilha foi considerada uma afronta gravíssima às Forças Armadas, fazendo com que ele fosse tachado de desertor, traidor da pátria e do juramento militar. Por não ser apenas um "cidadão comum" que aderiu à resistência, mas um militar que trocou de lado naquilo que os militares brasileiros consideravam uma "guerra", Lamarca foi caçado e morto em 17 de setembro de 1971, quando se escondida em Ipupiara, cidade do interior da Bahia. O seu corpo foi amarrado a um pedaço de madeira e colocado em uma caminhonete, sendo levado primeiro para Brotas de Macaúbas e, em seguida, para a base aérea de Salvador. Nesse local, os corpos foram fotografados sobre o chão de cimento, e Lamarca ainda estava com os olhos abertos (GASPARI, 2014, p. 358). Percebe-se, portanto, que Lamarca, assim como Calabar, teve sua morte exposta com caráter "pedagógico" pelas forças militares.

O diálogo passado-presente é evidente, portanto. Assim como Lamarca foi considerado um traidor pelo regime militar, Calabar foi um degredado pela história oficial luso-brasileira. A peça de Buarque e Guerra atualiza a narrativa tradicional para debater o presente, transformando a figura do traidor em um exemplo e herói que agia em prol de um bem maior. Calabar passa de um degredado da história oficial a um herói e símbolo de resistência à tirania e à opressão. A proximidade da morte de Lamarca e da escrita da peça reforça o paralelo entre ambos.

Além disso, a forma como a prisão, o interrogatório e a morte de Calabar são retratados na peça faz referências sutis, porém claras, às práticas de repressão da ditadura militar. O comandante português ordena que Calabar seja torturado e executado "às escondidas", remetendo diretamente às execuções ilegais e aos desaparecimentos de presos políticos praticados pela ditadura. Deste modo, evidencia-se a intenção dos autores de incentivar a reflexão e a discussão pública das práticas dos militares, reforçando a legitimidade da resistência contra o regime.

A desmistificação do projeto colonial

Historicamente e, inicialmente, na própria peça, os holandeses são contrastados com os portugueses. Porém, a obra teatral acaba por nivelar ambos por meio de uma crítica profunda às suas posturas na colônia. Sendo assim, a peça não reitera, de todo, a visão de que os neerlandeses seriam melhores do que os ibéricos. É bem verdade que os portugueses são apresentados como sujeitos mais tacanhos e conservadores, sobretudo em função de práticas persecutórias, como é o caso da intolerância religiosa para com os não católicos, por exemplo. Porém, isso não significa que a narrativa faça uma defesa do domínio holandês.

Apesar da aparência mais "moderna" dos holandeses, a crítica central de Chico Buarque e Ruy Guerra é que não há diferença essencial entre as duas nações, pois ambas continuam sendo colonizadoras. A peça se esforça para expor as fragilidades e as falhas dos colonizadores de ambos os lados, igualando-os como homens comuns em oposição à condição heroica de Calabar. Conforme já analisado por esta autora em trabalho pregresso,

> Em cena protagonizada por Mathias de Albuquerque e Holandês, ambos são apresentados em condições iguais: traídos, vencidos, vencedores, com cólicas. Estando igualados, se aponta a necessidade de uma independência real; nem Holanda nem Portugal, mas sim um Brasil livre. Eles discutem o futuro de Calabar como se ele nada fosse: o português só quer vingança, o holandês não o entrega por uma preocupação egocêntrica com a possível repercussão desse ato na

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

> História. Conforme diz o Holandês a Mathias de Albuquerque, "Que é que os historiadores vão dizer de mim se eu entrego Calabar?". Desenha-se, nessa cena, uma espécie de cumplicidade entre eles (ROSELL, 2017, pp. 262-263).

Deste modo, o texto de Buarque e Guerra aprofunda a crítica ao colonialismo, recusando a visão de que os holandeses eram superiores aos portugueses. Embora parecessem ter uma mentalidade burguesa e moderna, ambos eram igualmente exploradores das riquezas e do povo da *Terra Brasilis*.

Para tanto, os autores promovem uma desmistificação, por exemplo, da figura de Maurício de Nassau, contrariando a visão exaltada da história oficial. Suas ações de "tolerância religiosa" e obras públicas, por exemplo, são denunciadas porque não representam uma mudança estrutural verdadeira e positiva para a colônia e seus habitantes, não constituindo, portanto, um caminho de libertação e de construção da autonomia. Eles são, no fundo, apenas uma estratégia mais inteligente e moderna para dominar e controlar a população local. Essa representação tem o objetivo de reforçar a crítica central da peça, que consiste em demonstrar que, apesar de a administração holandesa aparentar ser mais moderna e liberal, os holandeses eram essencialmente iguais aos portugueses, pois ambos não deixavam de ser colonizadores com interesses calcados na dominação.

Tanto portugueses quanto holandeses acham o ideal de liberdade de Calabar inadequado para os seus projetos. Em determinado momento da peça, personagens dos dois lados chegam a formar uma espécie de cumplicidade ao discutir o destino de Calabar como se ele não fosse nada: o comandante português quer apenas vingança, enquanto o holandês o trata como um mero "objeto de negociação", preocupando-se apenas de forma egocêntrica com a repercussão histórica de suas decisões.

Sendo assim, ao colocarem os dois impérios em igualdade de condições no que diz respeito à opressão e à ambição, os autores sugerem ao público que a saída não está em escolher um colonizador "menos pior", mas na construção de um Brasil livre de qualquer domínio estrangeiro.

Nesse sentido, são muitos os paralelos possíveis com o período da ditadura militar. Seja por uma crítica a um projeto de desenvolvimento nacional submetido aos interesses externos do contexto da Guerra Fria, que pautava o alinhamento direto do Brasil com o bloco capitalista liderado pelos EUA. Seja por uma crítica a uma ideia que dividia os militares entre uma linha mais moderada e a "linha dura". Seja por uma falsa oposição entre militares e sociedade civil. Seja qual for o par dicotômico analisado, o fato é que a peça busca desconstruir essas

oposições que pareciam aliviar a culpa de determinado grupo que, no fundo, priorizava seus próprios interesses em detrimento às necessidades nacionais e da população de modo geral.

O protagonismo feminino e o papel das canções

Em *Calabar, o elogio da traição*, as mulheres desempenham um papel central e atuam como a principal fonte de consciência política da obra. As personagens Bárbara e Anna são fundamentais para a estrutura crítica da narrativa. Nesse sentido, a construção da companheira de Calabar e da prostituta holandesa dialoga com uma característica marcante da obra buarqueana, sobretudo em sua vertente dramatúrgica, marcada pela presença de mulheres fortes, donas de si e politicamente conscientes que colaboram com a reflexão do público. Bárbara e Anna demonstram uma visão mais ampla e profunda sobre a situação política na qual estão inseridas, algo que é frequentemente expresso e reforçado através das canções que interpretam ao longo da peça.

Elevada à condição de protagonista, mesmo que, historicamente seja uma figura quase ausente nos registros oficiais, Bárbara é quem expõe definitivamente a hipocrisia daqueles que condenaram Calabar por "traição", ao mostrar que os acusadores agiam, na verdade, movidos apenas por interesses individuais. Além disso, é ela quem garante que a memória e os ideais de emancipação de Calabar permaneçam vivos, afirmando de forma contundente que ele não pode ser esquecido.

Quando as autoridades decidem executar Calabar às escondidas para que ele seja esquecido pela História, é Bárbara quem questiona a eficácia dessa manobra, afirmando contundentemente que Calabar não morrerá, permanecendo vivo na memória dela e na terra pela qual ele lutou. Sua postura transmite uma poderosa mensagem de resistência: o regime opressor pode matar os homens, mas não consegue matar suas ideias e ideais. Impossível uma mensagem mais em diálogo com o Brasil de 1973.

Anna, por sua vez, mobiliza o lugar de fala de uma mulher que foi forçada pelas circunstâncias a se prostituir para evidenciar o subjugo das mulheres pelos homens, apontando que todos os colonizadores são iguais em suas posturas e ambições. Dos portugueses conservadores aos holandeses liberais, todos tratam as mulheres do mesmo modo, pautado na violência física, política, psicológica e sexual.

Juntas, Bárbara e Anna, cuja aliança se reforça pelo envolvimento amoroso e sexual que vão desenvolver ao longo da trama, essas duas mulheres constroem a crítica geral da peça, sendo responsáveis por desmistificar a visão tradicional sobre os grandes temas abordados na obra.

A escolha por escrever um musical também não é mero detalhe. Evidentemente, o fato de Chico Buarque ser um dos autores favorece esse processo, mas as canções desempenham um papel fundamental na construção da narrativa. É cantando, sobretudo, que as personagens desmistificam a história oficial e expressão sua visão lúcida da situação política da colônia.

Bárbara expõe a hipocrisia dos acusadores de Calabar, enquanto Anna denuncia a subjugação feminina e a verdadeira natureza de todos os colonizadores.

As canções promovem um efeito de reconhecimento e estruturam o *leitmotiv* da obra, reforçando, de maneira explícita ou sugestiva, os acontecimentos representados em cada cena, funcionando como uma linguagem complementar ao texto teatral que direciona a interpretação do público. O recurso musical permite, portanto, que Bárbara e Anna proponham ao público uma nova forma de enxergar temas complexos.

A violência de Estado e a imortalidade das ideias

A peça também se esforça para amarrar a narrativa do período colonial às violências praticadas pelo Estado durante os "anos de chumbo". A ordem de Mathias de Albuquerque para torturar e executar Calabar em segredo funciona como uma crítica direta aos desaparecimentos políticos e execuções ilegais da ditadura. Ademais, o fato de que é a Frei Manoel do Salvador que Mathias de Albuquerque – representante máximo da Coroa Portuguesa na região – ordena que torture Calabar às escondidas, reitera as alianças estabelecidas para a prática de violências, seja no período colonial, seja no período ditatorial. A ordem era para que o Frei procedesse com a tortura antes ou depois da confissão, garantindo que o prisioneiro não levasse para o túmulo nenhuma informação que fosse do interesse dos portugueses. Sendo assim, evidencia-se o sadismo da prática, enfraquecendo um discurso que pudesse apresentar a tortura como uma tática de guerra.

Além disso, o fato de o personagem-título nunca aparecer vivo ou de corpo inteiro no palco possui um profundo significado político e dramatúrgico. Calabar é apresentado exclusivamente através do olhar e dos relatos de outros personagens, bem como pelos pedaços de seu corpo mutilado que surgem no palco. Ao não apresentarem um rosto definido para Calabar em cena, os autores permitem a identificação imediata do personagem com qualquer herói da resistência.

Embora a obra faça alusão direta à figura contemporânea de Carlos Lamarca, essa ausência de rosto transforma Calabar em um arquétipo de todos os que lutavam contra o regime. O principal objetivo dessa estratégia é expandir para o coletivo a responsabilidade pela



resistência à tirania e à opressão personificadas por essa figura histórica. Ao não personificar a luta em um único indivíduo visível, a peça transmite a mensagem de que o papel de resistir e defender a liberdade pertence a todos. A forte presença de Calabar mesmo diante de sua ausência física reitera a percepção de que o engajamento na resistência fortalece a luta pela liberdade e pela democracia, mesmo que os sujeitos caiam em combate – direto ou nas salas de tortura.

Referências

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. Calabar: o elogio da tradição. *Impressões Rebeldes*, 30 maio 2022. Disponível em: https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revista/calabar-o-elogio-da-tradicao/. Acesso em: 4 abr. 2026.

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro. *Calabar: um intermediário cultural no Brasil Holandês*. Revista 7 Mares, n. 3, out. 2013. Disponível em: https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revista/calabar-o-elogio-da-tradicao/. Acesso em: 4 abr. 2026.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HOLANDA, Chico Buarque de; GUERRA, Ruy. *Calabar: O elogio da traição*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

ROSELL, Mariana. Chico Buarque: dramaturgo (1967-1978). *Temporalidades*, v. 9, p. 253-278, 2017.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986.



RESGATANDO O PORTO VERMELHO: A LUTA E A MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DE SANTOS NO VALONGO

Nanci Lancha Novo[1]
Tathianni Cristini da Silva[2]
Marcos Rafael da Silva[3]
Clara Versiani dos Anjos Prado[4]

Introdução

A história do Porto de Santos, é marcada por profundas transformações econômicas, sociais e urbanas desde o período colonial até a contemporaneidade, evidencia o protagonismo dos trabalhadores na constituição da cidade e de suas dinâmicas sociais. Ao longo do tempo, especialmente entre o final do século XIX e meados do século XX, o porto consolidou-se como espaço de intensa organização operária, resistência política e construção de identidades coletivas, tornando-se referência nacional no movimento sindical. Contudo, apesar dessa relevância histórica, observa-se um processo de apagamento e silenciamento da memória dos trabalhadores portuários, particularmente no contexto das recentes políticas de revitalização urbana e patrimonial da região central de Santos, que privilegiam narrativas voltadas à modernização econômica em detrimento das experiências sociais e laborais.

Diante desse cenário, o problema que orienta este artigo consiste em compreender de que modo a memória e a história dos trabalhadores do Porto de Santos têm sido marginalizadas

[1] Doutora em Ciências, História Econômica, pela Universidade de São Paulo, Bacharel e Licenciada em História pela mesma instituição. Atuou como docente em cursos de História e Pedagogia na Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES, Administração e Relações Internacionais na Fundação Lusíada de Santos e Relações Internacionais na Faculdade Metropolitana Unidas (FMU - São Paulo). nancinovo@uol.com.br

[2] Doutora em História Social e Pós-doutora pela Universidade de São Paulo. Mestre em Engenharia de Produção: Mídia e Conhecimento pela Universidade de Santa Catarina/UFSC; Bacharel e licenciada em História pela mesma instituição. Pedagoga pela Unitalo. Atua como docente nos cursos de História, Pedagogia e Psicologia e no Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES. É coordenadora de área do PIBID/CAPES. tathianni@gmail.com

[3] Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Coordenador dos cursos de licenciatura em Geografia e em História, Professor nos cursos de História e de Psicologia, e do Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES, SP. mrafa25@gmail.com

[4] Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Licenciada em História pela mesma instituição. Licenciada em Pedagogia pela UNIMES. Atua como docente no curso de História da Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES. claraversiani62@gmail.com

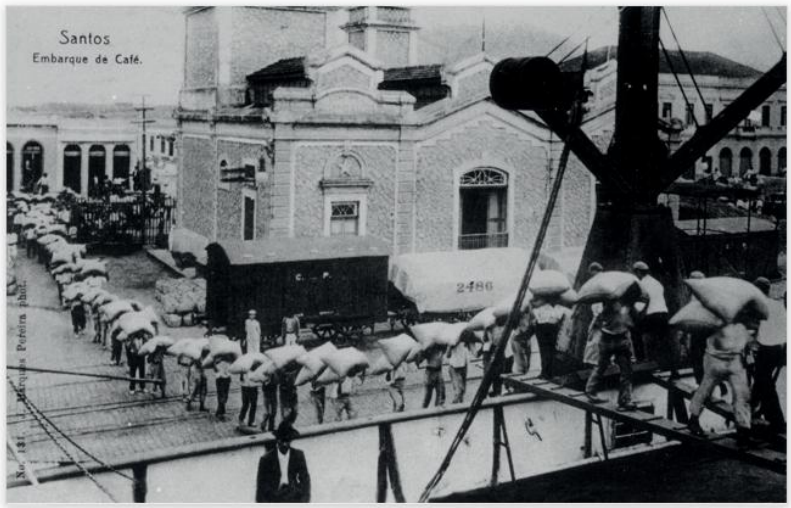
nas políticas de preservação patrimonial e quais são as implicações desse processo para a construção da memória social da cidade. Ao mesmo tempo, questiona-se como iniciativas institucionais podem contribuir para a valorização dessas trajetórias historicamente invisibilizadas.

Nosso objetivo é propor uma releitura do chamado "Porto Vermelho", por meio da criação de um Centro de Memória dos Trabalhadores do Porto de Santos, capaz de preservar, organizar e difundir esse patrimônio histórico e cultural, garantindo acesso público, fortalecimento identitário e incentivo à pesquisa acadêmica.

Assim, o estudo fundamenta-se na análise histórica e documental, mobilizando referências bibliográficas sobre o desenvolvimento do porto, o movimento operário e as políticas de memória, bem como na problematização de documentos institucionais recentes, como o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos e o Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 2023. A abordagem ancora-se, ainda, em reflexões teóricas sobre memória social (Assmann, 2011), especialmente na distinção entre memória "habitada" e "cumulativa", enfatizando a necessidade de reconectar passado, presente e futuro por meio das experiências dos sujeitos históricos.

Abaixo, uma das muitas imagens que compõem o acervo de instituições locais que apresentam o dia a dia dos trabalhadores no porto e suas dinâmicas.

Figura 01 – Trabalhadores do porto.



Fonte: Embarque de café no Porto de Santos-Início do século XX. Fotografia histórica mostrando trabalhadores carregando sacas de café para os navios. Disponível em: https://www.fundasantos.org.br/news.php?default.0.55 Acesso em: 10 abr. 2026.



Do açúcar ao café: onde estão os trabalhadores?

A história do porto de Santos remete ao início da colonização do Brasil. De importância reduzida nos dois primeiros séculos da colonização, a partir do século XVIII, com a implantação da indústria açucareira no interior de São Paulo e no século seguinte, já durante o período imperial, com o crescimento da atividade cafeeira, o porto assumiu uma importância maior. O antigo "porto colonial" precisava ser modernizado, sendo transformado num "complexo portuário capitalista" (Honorato, 1994, p.195, mimeo).

A modernização do porto ficou a cargo de uma empresa privada, vencedora da concorrência em 1866, a Gaffrée, Guinle e Companhia. A mesma empresa, após quatro anos conseguiu sucessivas cessões deste, totalizando 4.720 metros de cais, além de obter a ampliação da concessão de exploração das atividades do porto de 39 para 90 anos, criando a Companhia Docas de Santos, que monopolizou as atividades portuárias, recebendo a denominação pejorativa de *o polvo* (Trigueiros,1998, p.32.).

O crescimento da atividade econômica vinculada ao café, que desde a comercialização até a distribuição do produto, na virada do século XIX para o XX, conduziu a cidade a uma rápida transformação urbana e demográfica com um contingente crescente de trabalhadores que atuavam não só no porto, mas em outras atividades como construção civil, transporte de cargas terrestres, transporte ferroviário, comércio e serviços.

O porto, concentrando o maior número de trabalhadores da cidade, possibilitou condições para a organização operária, movimentos de resistência e solidariedade, além das ideias socialistas e, após 1922, comunistas. A cidade ficou conhecida pela organização dos trabalhadores e pela atividade sindical, com referências como "Porto Vermelho", "Barcelona Brasileira", dentre outras, como registrou a historiadora Ingrid Sarti, no livro *O Porto Vermelho*, em que registra a história dos estivadores santistas no sindicato e na política, lançado no ano de 1981. Também os portuários tiveram sua história registrada na obra *A carga e a culpa* – os operários das docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968), de Fernando Teixeira da Silva, editado no ano de 1995 com o apoio da Prefeitura Municipal de Santos.

Nas décadas de 1950 e 1960, intensificou-se a industrialização no Brasil e, na Baixada Santista, a partir de 1956 com o início da construção da COSIPA e seu funcionamento, seguido pela instalação de outras indústrias, formou-se o polo industrial de Cubatão, ampliando-se ainda mais o operariado da região. Neste contexto, fortaleceu-se a organização operário-sindical com a formação de duas intersindicais: o Fórum Sindical de Debates (FSD/1956) e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (USOMS/1962) que, à

revelia da legislação sindical do Governo Vargas, reuniram diferentes sindicatos fortalecendo a organização dos trabalhadores e suas lutas. Essas duas organizações – FSD e USOMS – notabilizaram-se na História do Movimento Operário e Sindical do Brasil pelo encaminhamento de suas lutas e conquistas alcançadas pelos trabalhadores de Santos. A atuação dessas intersindicais, dos sindicatos de trabalhadores e suas lutas foram interrompidas, no ano de 1964, pelo golpe civil-militar que atingiu duramente os sindicatos que sofreram invasões e prisões de suas lideranças, assim como ocorreu com as duas intersindicais – o Fórum Sindical de Debates (FSD) e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (USOMS). Santos também foi duramente atingida sofrendo, no ano de 1969, cassações de políticos e a intervenção política federal que impediu a posse do Prefeito eleito (1968), Esmeraldo Tarquínio (1927-1982). É importante lembrar que a cidade só recuperou sua autonomia no ano de 1984. Esse período de quinze anos na história da cidade ainda permanece pouco discutido, parece ter sofrido um silenciamento, assim como aconteceu com a história dos trabalhadores e suas associações anteriores ao golpe de 1964.

Embora registrada na tese de doutorado *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista*: *o Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos* (1998), de autoria de Nanci Novo e Trigueiros, a história dessas intersindicais que alcançaram repercussão nacional continuam pouco conhecidas em Santos.

O Porto de Santos, que hoje se destaca como um ou o mais importante da América Latina, originou-se do porto do século XVI a que brevemente nos referimos, é um herdeiro de muitas iniciativas e transformações que o antecederam. Assim como os trabalhadores de Santos, na atualidade, foram precedidos por outros que encaminharam lutas por conquistas que contribuíram para o alcance de melhores condições de trabalho.

No entanto, as políticas de memória e preservação do patrimônio ao longo do tempo, pouco espaço tem reservado à memória e história dos trabalhadores do porto e da cidade.

Uma das políticas mais recentes, processo de revitalização do centro de Santos – Alegra Centro (2019), incluiu a proposta de recuperação dos primeiros armazéns do Valongo, acompanhada pelos moradores da cidade que, após a criação do Parque do Valongo (2024), ganharam um espaço público de lazer que oportuniza a experiência de maior aproximação e visualização com o porto, usufruindo da observação na linha da água.

No *Termo de Ajustamento de Conduta/TAC* (março de 2023), documento firmado entre o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), a Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Prefeitura Municipal de Santos e o CONDEPASA, consta na parte I. Pressupostos, no item 6

> Considerando que, entre outros é objetivo da lei da Lei Complementar nº 1085/2019 (artigo 5º, inciso II), promover a preservação e recuperação do meio ambiente construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico de forma integrada à renovação do espaço, da paisagem e do desenho urbano. (Brasil, 2023, p. 2).

Poderíamos citar outros itens que fazem parte do Termo de Ajustamento de Conduta que, na maior parte, consistem em medidas compensatórias ou mitigadoras da atuação do porto na cidade.

No entanto, até o momento, não houve ação que contemplasse de fato a memória e a história dos trabalhadores e trabalhadoras do porto.

Em artigo publicado nas Atas do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos (2025), defendíamos a proposta da criação de um Centro de Memória na área do Valongo com os seguintes argumentos:

> Essa localidade é uma das mais antigas em termos de ocupação pelos trabalhadores do porto, desde sua origem de trapiche até a modernização, pois ali exerciam suas funções junto aos navios, cargas, armazéns, rua do comércio, estação ferroviária e demais necessidades cotidianas. Portanto, o local se apresenta como ideal para a criação de um centro de memória que representa a cidade desenvolvida pelas mãos de trabalhadores de diferentes continentes, desde os escravizados, libertos e fugitivos das lavouras de café do interior paulista até os imigrantes de uma Europa em crise com ideais anarquistas e comunistas, todos em busca de uma vida melhor daquela que haviam experimentado. (Silva *et al.*, 2025, p. 129.)

No entanto, as decisões mais recentes tomadas pela Autoridade Portuária de Santos (APS) e representantes do executivo municipal, destinaram um dos armazéns da área para um centro tecnológico e educacional. Em outros equipamentos culturais revitalizados ou criados como parte dos esforços de revitalização do centro histórico da cidade e também para atender ao que foi determinado pelo TAC assinado, vê-se mais do mesmo, o enaltecimento da transformação e modernização promovidas pela atividade econômica e a invisibilidade dos trabalhadores, "museus sem pessoas".

A despeito disso, considerando o que consta do Plano de Desenvolvimento e de Zoneamento do Porto de Santos (2020) e do TAC assinado pela APS em 2023, acreditamos que existam condições favoráveis para a criação do Centro de Memória dos Trabalhadores do Porto de Santos, iniciativa que será pioneira tanto do ponto de vista de preservação da

memória do porto e de seus trabalhadores, do patrimônio material e imaterial da história da cidade de Santos.

A nossa proposta de "resgate do Porto Vermelho" tem como objetivo a criação de uma estrutura institucional capaz de *preservar, organizar e difundir* a memória e a história dos trabalhadores do Porto de Santos, garantindo acesso público, fortalecimento da identidade e apoio à pesquisa, articulada com outras instituições, equipamentos culturais e instituições de guarda como Fundação Arquivo e Memória de Santos, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Arquivo Nacional, o Centro de Memória Sindical, a Comissão da Verdade de Santos e a Comissão Nacional da Verdade, o Museu do Café, o Museu do Porto, o Monumento Nacional Ruínas São Jorge dos Erasmos, entre outros.

A relevância, a nosso ver, da preservação da história e da cultura dos trabalhadores do Porto de Santos é fundamental e urgente, notadamente se considerarmos a intensificação das mudanças, das transformações pelas quais passa o porto de Santos desde o final do século passado, mas, notadamente, após a Lei 12.815 de 2013.

Resgatar o "Porto Vermelho" através da história de lutas e trabalho de homens e mulheres envolvidos é resgatar a memória social, ou a "memória habitada" que se caracteriza por "referências ao grupo, à seletividade, à vinculação a valores e à orientação ao futuro", diferente da "memória cumulativa (ou inabitada) desvinculada de portadores específicos, estabelece uma separação entre passado, presente e futuro, perdendo assim sua conexão vital com o presente. (Assmann, 2011, p. 147.)

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação:** Formas e Transformações da Memória Cultural. Trad: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

BRASIL. Ministério da Infra-estrutura. Autoridade Portuária de Santos. **DIPRE-DINEG/10.2023. Contrato de Cessão de Uso Gratuito que entre si celebram, de um lado, a Autoridade Portuária de Santos e, de outro lado, o Município de Santos e CONDEPASA**. Disponível em: https://intranet.portodesantos.com.br/docpublico/cessao/cessao_401_0.pdf Acesso em: 10 abr. 2026.



BRASIL. Ministério dos Portos e Aeroportos. Autoridade Portuária de Santos. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos**. Santos: Autoridade Portuária de Santos, 2020.

HONORATO, Cezar Teixeira. **O Polvo e o porto**: a CIA. Docas de Santos. 1888-1914. Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo,1994, mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Lei complementar nº 1.085 de 30 de dezembro de 2019. **Cria o programa de revitalização e desenvolvimento urbano da macrozona centro - "Alegra Centro", e dá outras providências**. Disponível em: https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/files/portal_files/site/lc1085.pdf Acesso em: 10 abr. 2026.

SARTI, Ingrid. **Porto Vermelho** - os Estivadores Santistas no Sindicato e na Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa** - Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968), S. Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SILVA, Tathianni Cristini; NOVO, Nanci Lancha; SILVA, Marcos Rafael; PRADO, Clara V. dos Anjos. Espaços Comemorativos da Memória dos Trabalhadores do Porto de Santos. In: ANGELO, Elis Regina Barbosa; FERREIRA, Maria (org.). **Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos**: História, Poder e Sociedade [recurso eletrónico]. Porto: Editora Cravo, 2025. Disponível em: https://cidc.pt/wp-content/uploads/2026/02/6-CIDC-Actas-e-Resumos.3v.pdf Acesso em 10 abr. 2026.

SILVA, Tathianni Cristini; NOVO, Nanci Lancha; SILVA, Marcos Rafael; PRADO, Clara V. dos Anjos. Santos, o Porto e os Trabalhadores: por uma memória do lugar**.** In: ANGELO, Elis Regina Barbosa; REIS, Thiago S. (org.). **Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória** [recurso eletrónico]. Porto: Editora Cravo, 2024. Disponível em:



https://cidc.pt/wp-content/uploads/2026/02/Actas-Completas-e-Resumos-do-4-CIDH.-2v.pdf Acesso em: 10 abr. 2026.

TRIGUEIROS, Nanci Novo. **As intersindicais de trabalhadores da Baixada Santista**: o Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964). Tese de Doutoramento Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo,1998.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI NÚMERO 10.639/2003

Tathianni Cristini da Silva[1]
Simone Rezende da Silva[2]

> Posso ter minha opinião sobre muitos temas, sobre a maneira de organizar a luta; de organizar um partido; uma opinião que se formou em mim, por exemplo, na Europa, na Ásia, ou ainda em outros países da África, a partir de livros, de documentos, de encontros que me influenciaram. Não posso, porém, pretender organizar um partido, organizar a luta, a partir de minhas ideias. Devo fazê-lo a partir da realidade concreta do país." (Amílcar Cabral, *apud*, Freire, 1978, p. 6).

Introdução

Este artigo discute a implementação da lei n° 10.639 de 2003 partir da formação inicial de professores, com inspiração em Amílcar de Castro e Paulo Freire, partindo da realidade concreta dos discentes futuros professores.

A compreensão das desigualdades étnico-raciais no Brasil demanda uma análise crítica fundamentada nos conhecimentos da História e da Geografia, especialmente no âmbito da formação de professores. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo discutir a formação docente voltada para a educação antirracista, enfatizando a necessidade de ampliar o entendimento sobre a origem e a permanência do racismo na sociedade brasileira.

O problema de pesquisa que orienta esta reflexão está relacionado à fragilidade observada na formação de professores da Educação Básica no que diz respeito ao enfrentamento do racismo e à superação de práticas discriminatórias ainda presentes no cotidiano escolar. Tal fragilidade revela a permanência da ideia de democracia racial como um discurso que mascara

[1] Doutora em História Social e Pós-doutora pela Universidade de São Paulo. Mestre em Engenharia de Produção: Mídia e Conhecimento pela Universidade de Santa Catarina/UFSC; Bacharel e licenciada em História pela mesma instituição. Pedagoga pela Unitalo. Atua como docente nos cursos de História, Pedagogia e Psicologia e no Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES. É coordenadora de área do PIBID/CAPES. tathianni@gmail.com
[2] Doutora em Geografia e Pós-doutora pela Universidade de São Paulo. Bacharel e licenciada em Geografia pela USP. Atua como docente nos cursos de Geografia e Pedagogia e no Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES. simone.silva@unimes.br

desigualdades históricas e contribui para a manutenção de estruturas de dominação econômica e sociocultural.

Para responder a esse problema, a pesquisa adota como metodologia uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental sobre o racismo e a valorização da memória, articulada à implementação de práticas pedagógicas no contexto da formação de professores. Essas práticas são desenvolvidas em sala de aula, buscando promover a reflexão crítica dos estudantes sobre as relações étnico-raciais e suas implicações na sociedade brasileira.

Dessa forma, a proposta articula teoria e prática, considerando que a formação docente deve ultrapassar o debate de conteúdos e promover a construção de uma consciência crítica capaz de contribuir para a transformação social.

Nossa pele tem muitas cores e tons

A formação de professores para uma educação antirracista exige a compreensão de que o racismo, o preconceito e as desigualdades sociais não são fenômenos isolados, mas resultam de um processo histórico iniciado com a invasão das Américas e consolidado pelo capitalismo colonial moderno. Esse processo estruturou-se a partir da classificação social dos indivíduos com base na cor da pele e na ideia de raça, configurando relações de dominação que ainda impactam a sociedade contemporânea.

Figura 1 – Cores de pele



Foto: Simone Rezende (2026)



Nesse sentido, as práticas formativas desenvolvidas buscam ampliar criticamente o conhecimento dos futuros professores, incorporando conteúdos que dialogam com as Leis número 10.639/03 e 11.645/08. A proposta vai além do cumprimento legal, promovendo a valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena como elementos centrais no processo educativo.

As atividades pedagógicas realizadas incluem a produção de bonecas *abayomi*, entendidas como símbolos de resistência da cultura afrodescendente, possibilitando discussões sobre identidade, tradição e representatividade. Também são desenvolvidos conceitos geográficos, como lugar e território, por meio de atividades que evidenciam o pertencimento e a construção identitária dos estudantes. Além disso, o estudo do patrimônio cultural local permite compreender os processos históricos de apagamento da memória de populações negras, tornando visíveis as contribuições desses grupos na construção das cidades.

Durante a implementação dessas práticas, emergem situações que evidenciam resistências à educação antirracista no ambiente escolar, muitas vezes associadas a preconceitos enraizados. Essas experiências, no entanto, contribuem para a formação crítica dos estudantes, que passam a reconhecer e problematizar as estratégias que dificultam a construção de uma educação mais inclusiva.

Outro aspecto fundamental do trabalho é a valorização da memória como instrumento pedagógico. A historiografia tradicional, ao privilegiar registros escritos, contribuiu para a invisibilização da população negra. Diante disso, a memória é compreendida como um documento legítimo, capaz de revelar experiências e perspectivas que não foram registradas oficialmente.

A memória é entendida como uma construção social, resultante das interações coletivas e das vivências compartilhadas. Ao trabalhar com memórias em sala de aula, é possível reconstruir o passado a partir do presente, promovendo reflexões críticas sobre a realidade social. Dessa forma, atividades que envolvem histórias familiares, trajetórias de vida e experiências comunitárias possibilitam aos estudantes compreender seu papel na sociedade de maneira mais ampla. (Halbwachs, 1994).

Além disso, a proposta dialoga com perspectivas teóricas que defendem uma educação crítica e participativa, na qual o envolvimento ativo dos estudantes é essencial. As práticas desenvolvidas demonstram que o diálogo, a troca de experiências e o entusiasmo favorecem a construção de um processo educativo mais significativo e transformador.

A construção de uma educação antirracista enfrenta entraves significativos, dentre os quais se destacam a insuficiência de materiais didáticos e as lacunas na formação docente. É

importante salientar que a quantidade de materiais tem crescido nos últimos anos, no entanto, é preciso tratar da chegada desse material nas mãos dos docentes.

Contudo, tais limitações não esgotam a complexidade do problema, que está diretamente relacionado à histórica ausência de representatividade negra no Brasil. A historiografia nacional, ao privilegiar fontes escritas, contribuiu para a exclusão da população negra e de grande parte dos mestiços, uma vez que esses grupos foram sistematicamente privados do acesso à alfabetização. Como aponta Silva e Rezende-Silva (2025), os registros existentes são escassos e, quando presentes, tendem a retratar o negro de forma estereotipada, associado à condição de mercadoria, trabalhador subalternizado ou sujeito marginalizado, sendo posteriormente invisibilizado no período pós-abolição.

Diante desse cenário de apagamento histórico, evidencia-se a necessidade de reconhecer a memória como uma fonte legítima de conhecimento. A memória pode ser compreendida como a capacidade de seleção, armazenamento e evocação de informações, articulando dimensões psíquicas, cognitivas e sociais. Entretanto, não se trata de um registro estático, mas de um processo dinâmico, marcado pela subjetividade e pela constante reelaboração das experiências vividas. Nesse sentido, recordar implica interpretar, reconstruir e, por vezes, reinventar o passado a partir das condições presentes, o que confere à memória um caráter complexo e multifacetado. (Halbwachs, 1994).

Para além da dimensão individual, a memória deve ser compreendida como um fenômeno socialmente construído. Conforme a perspectiva de Maurice Halbwachs (1994), as lembranças são produzidas no interior das relações sociais, sendo moldadas pelas interações e pelos contextos coletivos nos quais os sujeitos estão inseridos. Assim, aquilo que se entende como memória individual é, em grande medida, resultado de experiências compartilhadas, evidenciando que a cultura se constitui por meio de processos contínuos de transmissão e ressignificação. Nessa direção, Rezende-Silva (2024) destaca que nossas ideias e recordações não são inteiramente originais, mas se estruturam a partir das vivências sociais, muitas vezes de forma inconsciente.

Dessa forma, o trabalho com a memória no contexto escolar configura-se como uma estratégia pedagógica fundamental para a educação antirracista. Ao articular experiências individuais com a dimensão coletiva, o docente possibilita a reconstrução crítica do passado e a ampliação das formas de compreensão histórica. Práticas que envolvem histórias de vida, trajetórias familiares e experiências de resistência permitem inserir sujeitos historicamente silenciados no processo educativo, contribuindo para a formação de uma consciência crítica e para a valorização da diversidade. Assim, a memória se afirma não apenas como um recurso



metodológico, mas como um instrumento político e epistemológico essencial para a construção de uma educação mais democrática e inclusiva.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 10 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. **Cartas à GUINÉ-BISSAU**. Registros de uma experiência em processo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **Quadros sociais da memória**. São Paulo: Clube da leitura, 1994.

REZENDE-SILVA, Simone. Falácia da democracia racial no Brasil, enlaces entre Geografia e História. In: AMOROSO, Mauro Henrique de Barros; REIS, Thiago de Souza dos. **Anais do Encontro Internacional História & Parcerias**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2024.

SILVA, Tathianni C. da; REZENDE-SILVA, Simone. Educação antirracista para formação de professores. PEREIRA, Josemeire Alves; PERUSSATTO, Melina Kleinert; LIMA, Thayara Cristine Silva de (orgs.). **Anais do 4o Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico**: Educação, patrimônios e reparações. Porto Alegre: UFRGS, 2024.



PODER, REPRESENTAÇÃO E USOS DO PASSADO: O TEATRO DE DIONISO EM ATENAS ENTRE A REALIDADE VIRTUAL E A MEDIAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA

Dolores Puga[1]

Introdução

Com a expansão das tecnologias imersivas no campo educacional, a plataforma Mosaik 3D vem se destacando como uma ferramenta significativa no ensino de História Antiga, permitindo que estudantes e educadores tenham acesso a recriações tridimensionais de locais históricos. Este trabalho explora o potencial pedagógico e as limitações do Mosaik 3D na representação do Teatro de Dioniso em Atenas, com foco em elementos essenciais da prática teatral grega, como os atores, o figurino, o coro, as máscaras e o maquinário teatral. Discutiremos, sob uma perspectiva arqueológica, as divergências entre a estrutura do teatro do século IV AEC, apresentada no Mosaik 3D, e as características do teatro do século V AEC, época em que grandes tragediógrafos e comediógrafos gregos encenaram suas obras mais renomadas. Na análise teórico-metodológica, serão abordadas tanto as contribuições quanto os desafios do uso da realidade virtual (RV) como ferramenta para o ensino de História Antiga.

Entre a reconstrução virtual e a crítica histórica: o Teatro de Dioniso em análise

A representação do Teatro de Dioniso no Mosaik 3D (figura 1) reflete a estrutura do século IV AEC, quando o teatro já apresentava uma construção em pedra e assentos fixos, condizente com as reformas promovidas após a época clássica ateniense. Essa representação, ainda que visualmente precisa, gera uma distância cronológica em relação ao período em que o teatro estava equipado com assentos de madeira, usado para as grandes encenações das tragédias e comédias do século V AEC. Nessa época, o teatro possuía uma estrutura bem menos monumental e temporária, refletindo a função cívica e religiosa das apresentações.

[1] Professora do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (ambas UFMS de Três Lagoas). Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: dolores.puga@ufms.br



Figura 1 – Fonte: Plataforma Mosaik 3D

A precisão arqueológica é um dos pontos críticos para o ensino de História, pois a representação fiel do teatro grego do século IV AEC no Mosaik 3D pode ser facilmente confundida com a estrutura do século V AEC pelos estudantes. Talvez não basta simples indicação de que se trata de uma construção do século IV, e que sua forma vai se delineando e "tomando sua forma final durante o período helenístico", como é demonstrado e narrado na plataforma, mas seria necessário mostrar a diferença e que havia ainda um modelo anterior a esse. Não demonstrar isso pode induzir não apenas ao anacronismo, como compromete a compreensão de como se dava o espaço teatral original e de forma a sociedade fazia usos disso, por exemplo. Portanto, para que a experiência virtual sirva efetivamente ao ensino de História, é essencial que o professor contextualize a evolução da estrutura do teatro, evidenciando a mudança de assentos de madeira para os de pedra e os significados associados a cada fase.

A construção original do Teatro de Dioniso em Atenas, ao contrário do que tradicionalmente se pensava, as últimas evidências arqueológicas não apontam um grande número de lugares no *theatron*, mas a modesta marca entre 4.000 e 7.000 lugares (CSAPO, 2007, p. 97-98).[2] Muito das mudanças na visão tradicional ocorreu quando da descoberta de que os teatros do final do século VI e durante o V eram feitos de madeira ao invés de pedra. Atualmente já se concebeu quão dispendiosa era a construção de pedra, e, por isso, foi algo conquistado já em meados do século IV, de acordo com Csapo.

[2] Muito embora a perspectiva arqueológica não seja o foco desta pesquisa, as análises de construção do Teatro de Dioniso auxiliam na compreensão dos usos de interesse econômico e político a partir da materialidade do teatro.

Ao invés de um formato semicircular, o Teatro de Dioniso – segundo o diálogo do autor com os estudos arqueológicos de Hans Rupprecht Goette [3] – tinha inicialmente (ainda no início do período clássico) o formato trapezoidal com barras retilíneas nas bordas justamente para facilitar a construção dos lugares de madeira, diferente da imagem semicircular já bem difundida do Teatro de Dioniso para o período do V século.



Figura 2 – Teatro de Dioniso Eleutherium (Século V A. C.). Fonte: Hans Rupprecht Goette. "An Archaeological Appendix"

A figura 2 é um desenho de Han Rupprecht Goette, com base nas escavações do arqueólogo Wilhelm Dörpfeld. O historiador David Roselli aponta que no século V o espaço do *theatron* era pequeno devido a sua localização construída na encosta sul da Acrópole, onde havia uma estrada que atravessava essa encosta, na fronteira norte do teatro. Descobriu-se uma estrada (*peripatos*) feita posteriormente, no século IV, que ficava dez metros ao norte da estrada do século V para ampliação do teatro (ROSELLI, 2011, p. 65).

Essa teoria conflui com as ideias de Csapo quanto ao tamanho menor do espaço onde se situava a audiência do teatro no século V, fator pelo qual é plausível vincular com sua perspectiva da construção e do formato dos assentos (*koilon*) de madeira – o que teria sido modificado pela construção dos assentos de pedra no século IV, cujo formato semicircular poderia ser concebido com um tamanho maior e para atingir os interesses políticos na ampliação do acesso aos espetáculos. Sobre o assunto, Roselli afirma:

[3] Goette desenvolveu uma descrição do relatório de escavação de Dörpfeld (de 1896) acerca do teatro de Dioniso no "Apêndice arqueológico" destinado a um capítulo de livro – obra geral organizada por Peter Wilson – no qual Eric Csapo dedicava análises sobre os homens que construíam os teatros. (GOETTE, 2007, p. 116-121).

> O espaço perto da orquestra [onde ficava o coro] usado para "assentos da frente" (*prohedria*) criou limitações adicionais nos assentos disponíveis para espectadores "regulares" (ou seja, pagantes). Blocos de pedra foram usados como bases para esses assentos honoríficos e foram dispostos ao redor da orquestra. Àqueles indivíduos designados pelo Estado era concedido o privilégio de um assento na frente, sem ter que pagar. A variável dimensão destas bases de pedra indica que algumas delas teriam sido utilizadas para a segunda fileira e a superior, ao passo que outras foram colocadas na primeira fileira. As bases fornecem evidências adicionais para a forma do *theatron*. Faixas levantadas e o relevo sobre as bases indicam que elas foram feitas para serem alinhadas e formam linhas retas nas primeiras filas. Este fato contribui para um debate de longa data sobre a forma do Teatro de Dioniso. Alguns argumentaram que determinadas pedras do início do período clássico perto da orquestra fornecem evidência para a forma circular da orquestra e do teatro. Estas pedras, no entanto, mais provavelmente faziam parte de uma parede anterior (ou construção) separando o recinto de Dioniso (com o seu templo mais antigo) do teatro. As linhas retas formadas pela *prohedria* nas filas da frente e o formato retilíneo dos *ikria* (assentos de madeira) produzidos anexando vigas de madeira sugere que o teatro tinha um formato retilíneo. O importante ponto para minha discussão é que assentos retilíneos têm uma capacidade menor do que assentos circulares. O *theatron* do século V era relativamente de uma estrutura simples e pequena, bem como muitos dos teatros dos *demos* (ROSELLI, 2011, p. 66-67).

Apesar do possível aproveitamento político e econômico com a ampliação do *theatron* a partir da construção de pedra com vistas a atingir maior acesso de público, faz-se necessário salientar a urdidura organizacional do Teatro de Dioniso no século V. Embora o formato retilíneo reduzisse o espaço de pagantes, estabeleciam-se, desde o início do período clássico, as hierarquias sociais por meio dos assentos determinados.

Por outra perspectiva, havia vantagens em se construir e gerir assentos de madeira, pois se fundia interesses da cidade-estado e daqueles cidadãos que com ela faziam parcerias no pagamento para explorá-las a partir da construção e, posteriormente, da administração do *theatron* durante os festivais. Assim, a cada longo período de anos entre festivais, as construções de madeira definiam e redefiniam a presença de ricos grupos sociais interessados na manutenção do espaço teatral para atingir seus objetivos de honra cívica, mas também pelo enriquecimento a partir da venda das taxas de admissão (CSAPO, 2010, p. 83).



Figura 3 – Fonte: Plataforma Mosaik 3D

No contexto teatral grego, os atores, o coro e o uso de máscaras e figurinos eram essenciais para as apresentações. No Mosaik 3D (figura 3), essas representações buscam refletir o que se sabe sobre a função ritual e dramatúrgica desses elementos. As máscaras, um elemento crucial para a caracterização dos papéis, ofereciam um meio de amplificação da voz e reforço de emoções, permitindo que poucos atores representassem múltiplos personagens. A imersão que o Mosaik 3D oferece facilita a compreensão visual da disposição do coro na orquestra e da interação dos atores com o público, aspectos fundamentais do teatro grego que muitas vezes são desafiadores de serem ilustrados com eficácia em textos tradicionais.

Mas é importante frisar que as imagens apresentadas no Mosaik 3D são baseadas sobretudo em interpretações iconográficas e fragmentos textuais do que arqueológicos, pelo próprio tipo de materialidade que, nesse caso, estamos lidando.

Adicionalmente, o maquinário teatral, como o mechane (dispositivo para suspender atores representando deuses – essa espécie de guindaste que vocês podem ver na imagem), são complexos de simular, visto que são descritos apenas em fontes literárias e reconstruídos com base em estudos conjecturais. A apresentação visual desses elementos no Mosaik 3D pode fornecer uma noção aproximada de sua função, mas carece de uma precisão maior e de apresentar mais elementos, questão que pode ser incorporada na realidade virtual ou oferecida através de uma mediação pedagógica crítica.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

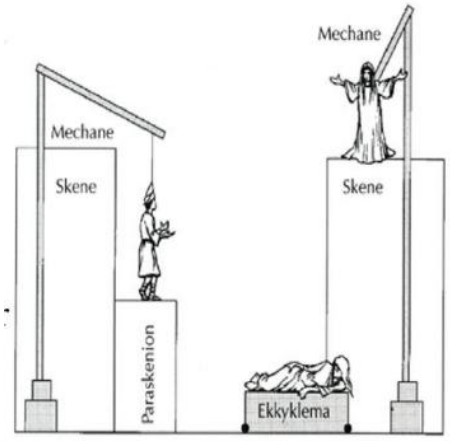


Figura 4 – Fonte: https://europe.factsanddetails.com/article/entry-247.html

A figura 4 ajuda a compreender muito bem o sentido do *deus ex machina* no teatro grego: vê-se a *skene* ao centro, isto é, a construção cênica que servia de fundo para a ação, enquanto acima dela aparece a *mechane*, um dispositivo de elevação que permitia suspender o ator no ar, fazendo-o surgir como divindade diante do público. À frente, aparece também o *ekkyklema*, plataforma usada para expor cenas que ocorriam "dentro" do palácio, como corpos ou consequências trágicas já consumadas. A combinação desses elementos mostra que o *deus ex machina* não era apenas uma ideia literária, mas um recurso cênico concreto: quando o conflito humano chegava a um impasse extremo, a divindade literalmente surgia do alto, elevada pela máquina, para impor uma solução, anunciar um desfecho ou restaurar uma ordem que os personagens, sozinhos, não conseguiam alcançar. Assim, o recurso evidencia tanto a força da intervenção divina no imaginário grego quanto a engenhosidade técnica do teatro de Dioniso, em que maquinaria e significado dramático atuavam juntos. A imagem é, portanto, uma representação mais específica de elementos importantes que não são mostrados no Mosaik 3D.

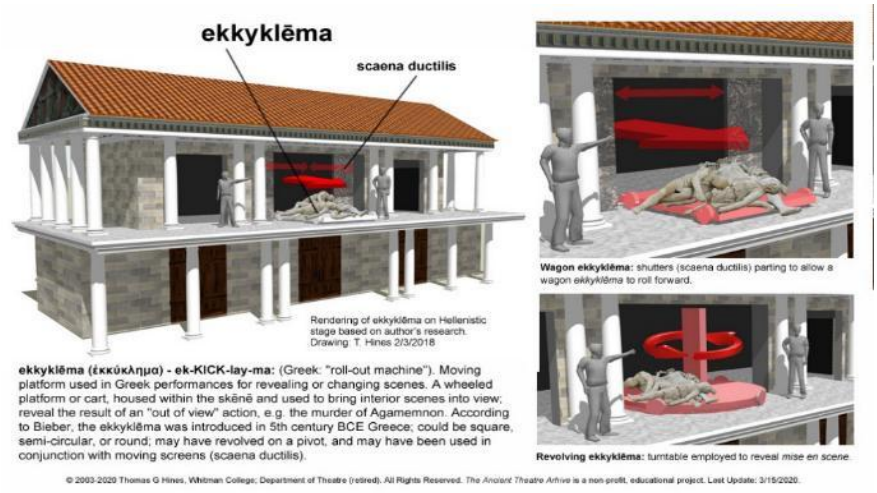


Figura 5 – Fonte: Thomas G Hines, Whitman College. "The Ancient Theater Archive" – Department of Theater

A figura 5 ilustra de forma ainda mais significativa o *ekkyklema* – plataforma para revelar cenas internas – geralmente cenas de grande impacto e relevância, como demonstrar a morte de um personagem importante para a trama. Nessa perspectiva, é possível destacar os *periaktoi* da figura 6 – maquinários triangulares, onde os gregos disponibilizavam três cenas diferentes para uso do cenário, as quais giravam para mostrar cada uma das cenas.

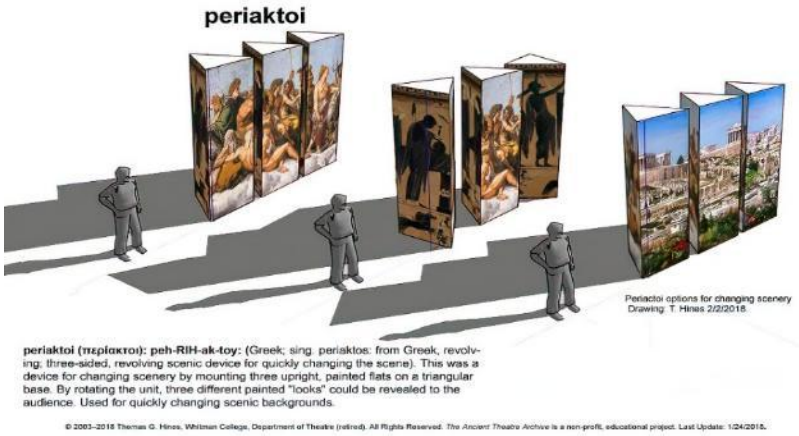


Figura 6 – Fonte: Thomas G Hines, Whitman College. "The Ancient Theater Archive" – Department of Theater

O uso pedagógico do Mosaik 3D

A realidade virtual (RV) cria oportunidades educacionais ao proporcionar uma experiência de imersão, permitindo que estudantes "vivenciem" a história em primeira mão. Com a representação tridimensional de sítios históricos, como o Teatro de Dioniso, o Mosaik 3D permite que os alunos tenham uma noção espacial e visual dos locais históricos, aproximando-os da vivência dos antigos gregos. Em termos pedagógicos, esse recurso facilita a retenção de conhecimento, pois a experiência imersiva ativa múltiplos sentidos e promove um aprendizado significativo. Sob a ótica de Edgar Dale (1969, pp. 108-113), a experiência visual e imersiva da RV seria uma ferramenta valiosa, já que se encaixa no "Cone de Experiência" de Dale, aumentando a compreensão e memorização do conteúdo histórico.

A utilização de plataformas de realidade virtual no ensino de História Antiga impõe a necessidade de uma mediação que contextualize o que é mostrado. O aprendizado ocorre de maneira mais efetiva quando o aluno é ativo e constrói o conhecimento por meio da interação, o que a RV facilita ao permitir uma interação com o ambiente simulado. No contexto do Mosaik 3D, a mediação do professor é essencial para que o aluno compreenda as limitações da representação virtual e realize uma análise crítica das fontes arqueológicas e históricas que sustentam o modelo.



Figura 7 – Fonte: fotos do projeto de extensão intitulado "Teatro grego nas escolas: conhecendo a antiguidade"

Essas perspectivas foram levadas em consideração no caso do projeto de extensão intitulado "Teatro grego nas escolas: conhecendo a antiguidade" no Colégio Unitrês Objetivo de Três Lagoas (figura 7), porque além da ferramenta Mosaik 3D, os acadêmicos exploraram uma oficina pedagógica na qual os alunos produziam máscaras de teatro grego.



Figura 8 – Fonte: fotos do projeto de extensão intitulado "Teatro grego nas escolas: conhecendo a antiguidade"

No caso dessa oficina (figura 8), a precisão histórica não foi o real propósito, até pelo tempo que havíamos disponível de trabalho com os alunos do ensino médio do Colégio. A ideia era mesmo fazer essa interatividade acontecer, fazer com que eles refletissem sobre o minicurso oferecido – que envolvia não apenas mostrar o Teatro de Dioniso pelo Mosaik 3D, mas falar sobre o funcionamento dos festivais de teatro grego – e se sentirem produtores de materiais da arte. A "mão na massa" foi um elemento muito importante na proposta pedagógica escolhida no projeto.

Então, de maneira geral, o Mosaik 3D oferece uma ferramenta inovadora e poderosa para o ensino de História Antiga, e permite que os estudantes explorem visualmente o Teatro de Dioniso e aspectos da prática teatral grega. No entanto, a eficácia pedagógica da realidade virtual depende da mediação cuidadosa do professor, que deve apresentar o modelo virtual como uma representação interpretativa e limitada, e não como uma reconstituição completa do passado. O potencial da realidade virtual reside em sua capacidade de engajar os alunos e facilitar a compreensão visual de conceitos históricos complexos. Contudo, para evitar



interpretações simplistas ou anacrônicas, é crucial que os alunos desenvolvam uma análise crítica, compreendendo que a RV é uma ferramenta complementar, e não substitutiva, do aprendizado histórico.

Referências bibliográficas

CSAPO, Eric. The men who built the theatres: *Theatropolai*, *Theatronai* and *Arkhitectones*. In: WILSON, Peter (org.). *The Greek Theatre and Festivals* – Documentary Studies. Oxford University Press, 2007.

CSAPO, Eric. *Actors and Icons of the Ancient Theatre*. London: Wiley-Blackwell, 2010.

DALE, Edgar. *Audiovisual methods in teaching*. 3. ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969.

GOETTE, Hans Rupprecht. An Archaeological Appendix. In: WILSON, Peter (org.). *The Greek Theatre and Festivals* – Documentary studies. Oxford University Press, 2007.

MOZAWEB. Teatro grego antigo (Teatro de Dionísio, Atenas, século IV a.C.). Cena 3D. Disponível em: https://us.mozaweb.com/pt/Extra-Cenas_3D-Teatro_grego_antigo_Teatro_de_Dionisio_Atenas_seculo_IV_a_C-148049. Acesso em: 30 de março de 2023.

ROSELLI, David Kawalko. *Theater of the People* – Spectators and Society in Ancient Athens. Austin: University of Texas Press, 2011.



O PROBLEMA DA TEMPORALIDADE EM HÉLÈNE METZGER-BRUHL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ALVORECER DA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

Isadora de Melo e Silva Bastos[1]

É fundamental lembrar que o período entreguerras na França foi caracterizado pelo surgimento de novas abordagens para a escrita da história. Além da História da Ciência (HC), consolidaram-se nesse contexto a história social e econômica, a epistemologia histórica, as filosofias da história e a história da arte, todas marcadas por novas perspectivas. Paralelamente, a noção de temporalidade histórica, até então entendida como linear e homogênea, passou a ser questionada. Esse período ficou conhecido como a "crise da história", impulsionada pelas transformações radicais nas concepções científicas das ciências exatas, que colocavam em xeque visões causalistas e deterministas da ciência e do tempo. Assim, a tradição francesa de filosofia das ciências se distingue por seu foco na ciência positiva. Henri Berr, por exemplo, enfatizou que, diferentemente da abordagem anglo-americana, a filosofia das ciências na França reconhece a pluralidade das disciplinas científicas, permitindo que cada uma molde sua identidade filosófica própria.

A pesquisadora Hélène Metzger-Bruhl foi uma exceção no meio acadêmico-intelectual nesse contexto. O termo "exceção" merece algum destaque, pois embora fosse uma mulher em um meio predominantemente masculino, ela se encontrava no centro dos debates acalorados dos mais estimados historiadores e filósofos da época. Entretanto, ela não era a única mulher nesse contexto de disciplinarização e institucionalização da HC.

Metzger-Bruhl teve originalmente uma formação científica (química). A seguir, por razões institucionais, orientou-se para a HC com uma tese sobre *La génèse de la science des cristaux*, publicada 1918, e escrita sob orientação do filósofo Gaston Milhaud. O interesse de Metzger pela HC teve seu ponto de partida no ano de 1914, após a morte do marido, Paul Metzger. O convívio breve com o marido historiador do direito posicionava a historiadora em um lugar próximo das discussões históricas e os dois partilhavam de um interesse mútuo pelo século XVIII. Metzger-Bruhl interessava-se pela forma como os cientistas dos séculos XVII e XVIII concebiam suas teorias fundamentais. Isso a colocava como uma pesquisadora voltada para a metodologia da ciência e, principalmente, na forma como os pesquisadores de outrora definiam suas ideias. Esse caminho a levava a se aproximar dos filósofos e dos cientistas que, à época, interessavam-se pela história de seus saberes. Metzger-Bruhl inseriu-

se, assim, na HC, uma disciplina ainda não delimitada e não institucionalizada, mas que abria uma margem para figuras que se encontravam às margens da instituição universitária. É interessante observar que há uma dinâmica de inserção feminina no campo em questão, pois, a partir da investigação dos sumários das revistas *Archeion* e *Isis* (os dois primeiros veículos da área), foi possível encontrar nomes de mulheres que escreveram sobre o assunto — algumas constam neste relatório final.

Alguns autores abordados nesta pesquisa, como Metzger e Émile Meyerson, compartilham um histórico acadêmico em química, o que levanta a questão de até que ponto o contexto influenciou suas reflexões sobre os métodos e fundamentos científicos.

A história da ciência ganhou grande relevância na França na virada do século XX. O movimento positivista iniciado por Auguste Comte promoveu a incorporação da história das ciências como disciplina acadêmica, com a criação de cadeiras *no Collège de France* (1892) e na *Sorbonne* (1909). Contudo, os filósofos da ciência franceses enfrentaram desafios ao lidar com a herança desse positivismo. Henri Poincaré, Pierre Duhem, Gustave Milhaud e Edouard Leroy propuseram um "novo positivismo", enquanto outros, como Émile Meyerson e Gaston Bachelard, buscaram superar essa tradição. As escolhas filosóficas divergiram significativamente: Duhem defendia um positivismo antirrealista que separava ciência, metafísica e religião; Meyerson, por sua vez, defendia um realismo robusto e sustentava que não havia ciência sem ontologia. Bachelard rejeitou tanto o positivismo de Duhem quanto o realismo de Meyerson, promovendo um "materialismo técnico". Hélène Metzger encontrou seu próprio caminho entre antropólogos, filósofos e historiadores, se concentrando na interação entre história e epistemologia, focando-se principalmente em formular um método investigativo para a história das ciências. Para compreender esse método, é necessário entender a ideia de história para a autora, esforço esse que tem sido realizado ao longo da pesquisa e através da relação de seus conceitos com os de demais autores contemporâneos.

Diferente da tradição analítica, os filósofos franceses consideravam a HC essencial para compreender a dinâmica do conhecimento. Desde Comte, a história foi utilizada como ferramenta epistemológica. Duhem e Meyerson exemplificam essa abordagem, utilizando episódios históricos para investigar dilemas epistemológicos. Meyerson, por exemplo, questionava se a ciência química complexidade da evolução do conhecimento.

Dentro dessas discussões, insere-se a problemática do tempo e da temporalidade, pois, ao mesmo tempo, a concepção de temporalidade histórica entendida como linear e uniforme era problematizada. É o momento da "crise da história", fortemente alimentada pelas radicais transformações nas concepções científicas ocorridas nas ciências exatas e que colocavam em xeque uma compreensão causalista e deterministas da ciência e do tempo.



Dessa forma, a ideia de temporalidade histórica não se resumia mais na sucessão cronológica de fatos, tampouco no ordenamento das grandes datas. A questão não estava em torno da importância desses eventos, mas sim se a cronologia seria o suficiente para responder todas as demandas dos historiadores do período

Observa-se, então, nos pensadores do período, tentativas de moldar o tempo histórico dentro das novas configurações de história. Ora, se a história não configurava mais certezas e segurança, então a história tornava-se a ciência da mudança, da transformação. Todavia, todas essas concepções de uma história na qual a mudança era seu principal alicerce, sua direção tornava-se uma incógnita, o que engendra a ideia de história como sinônimo de insegurança e incerteza. A questão, portanto, é: é possível confiar na História?

Todo esse quadro nos ajuda a compreender os posicionamentos tomados por Metzger em seus textos. A historiadora, ao longo de suas páginas, se colocava a favor da existência de uma HC. (METZGER,1933). Ela compreende a HC como a história do pensamento científico, que se diferencia de todo o resto da ciência que é concebido a partir da observação, da experimentação, de medidas e processos de cálculo e técnicas em laboratórios. O resto da ciência, para Metzger, é um conjunto de ferramentas auxiliares para o pensamento ou para a criação deste mesmo pensamento (METZGER, 1937).

Ao realizar a tentativa de formular um método filosófico para a HC, a historiadora das ciências defende que o cientista deve reconstituir o pensamento no estado de nascença (METZGER, 1937). Esse pensamento corresponde ao que em sua teoria a pesquisadora define como "pensamento expansivo", que é aquele que se precipita tumultuosa e simultaneamente em todas as direções nas quais ele pode se fragmentar para então problematizar um pedaço do caminho percorrido, antes de se tornar uma forma de pensamento codificada em linguagem científica – o pensamento reflexivo. Dentro da categoria de pensamento de Metzger, existem os "a priori", que são as noções que são independentes da experiência, ao menos relativamente, e que não são suficientes na elaboração de uma explicação. Essa explicação provém de André Lalande, que ainda acrescenta a ideia de a priori como uma anterioridade lógica (METZGER, 1936).

Assim, Metzger resume a priori como as tendências fundamentais que engendram noções e pode ser dividido em: a priori em ação; a priori em potência e a priori latente (METZGER, 1936). As noções correspondem aos pensamentos, ou seja, expansivo e reflexivo. Portanto, os *a priori* norteiam esses fundamentos primordiais para a concepção científica, seja de um período anterior ou um período presente.

Dessa forma, para estabelecer um método filosófico para a HC, Metzger postula dois aspectos principais: o primeiro, o historiador deve se fazer contemporâneo dos cientistas que

ele estuda por meio do esforço de sua *simpatia ativa* - conceito esse que a autora define como fora do tempo e espaço -; e o segundo, o historiador deve ressuscitar a doutrina que ele apresenta ao seu público como se ela fosse isolada, independente do tempo e do espaço, para que seja assim apreendida sem obstáculos.

De acordo com a teoria de Metzger, é necessário distinguir a teoria em questão tal qual ela foi concebida no espírito do cientista que a pensou (METZGER, 1933). É possível perceber uma ideia de tempo destituída de linearidade na teoria que a pesquisadora busca defender, assim como a partir do emprego de vocábulos como "ressuscitar" e "contemporâneo". Do mesmo modo, a historiadora problematiza a noção de "precursor" em contrapartida também a essa definição linear e cronológica do tempo.

Ela problematiza a questão dos precursores, porque, sendo um precursor um cientista de outrora que teve uma ideia semelhante a uma determinada ideia moderna, é porque os cientistas modernos o imbuíram desse papel. A posição de um precursor, nesse raciocínio, é arbitrária. Além disso, Metzger defende que, apesar de a semelhança entre uma doutrina atual bem estabelecida e uma doutrina anterior, mais antiga, emitida por um cientista isolado, poder ser bastante curiosa, esse tipo de filiação não representa nenhuma contribuição frutuosa para o desenvolvimento científico visto que, dentro das linhas escritas por Metzger, a ciência está na contramão de ser um acúmulo de fatos dados em direção ao progresso, mas se define como um esforço múltiplos cientistas o tempo inteiro e, dessa forma, as teorias do passado não são conhecimentos perfeitamente formulados (METZGER, 1939). Apesar de cada teoria encontrar-se circunscrita em uma determinada época e contexto históricos, não há necessariamente uma linha temporal que as conecta em uma percepção de progresso.

O interesse do estudo de Metzger relaciona-se com as formas pelas quais os cientistas de outrora concebiam suas principais ideias, teorias, conceitos, fossem eles propriamente científicos ou não. A historiadora buscava compreender a atividade científica por meio da reconstituição da "mentalidade" das épocas que estudava (METZGER, 1936). Metzger deslocava o conceito de "mentalidade" na direção HC, especialmente considerando o conceito relativamente novo para essa palavra introduzido por Lucien Lévy-Bruhl. Metzger reconhece que Lévy-Bruhl foi um dos primeiros a dar uma especificidade a esse conceito, ao propor uma visão de mentalidade prélogica e primitiva, distinta da mentalidade moderna, mas com elementos que podem ser considerados parte de uma continuidade cultural e cognitiva (METZGER 1929, p. 347). Ela o integra na compreensão do desenvolvimento do pensamento científico e civilizacional, argumentando que não há uma ruptura definitiva entre uma "mentalidade primitiva" e a moderna, mas uma gradação em graus. Assim, Metzger apresenta a ideia de que muitas estruturas mentais, embora mais evidentes e intensas na

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



mentalidade primitiva, continuam presentes, de modo mais tênue na mentalidade moderna, o que reforça a noção de continuidade temporal e cognitiva:

> il n'existe aucun abîme infranchissable entre la pensée des primitifs et la notre; loin que ces mentalités soient foncièrement hétérogènes, elles ne diffèrent pour ainsi dire que de degrés; la notion instinctive de l'unité de l'Esprit humain n'a, semble-t-il, pas été atteinte par les travaux de M. Lévy Bruhl. (METZGER, 1936, p. 347)

Ela também sugere que Lévy-Bruhl abriu um caminho para entender como processos mentais universais — como a lei de participação — persistem e se manifestam de diferentes maneiras ao longo do tempo. Metzger desloca o foco do conceito de mentalidade para uma abordagem histórica e evolutiva, no qual o desenvolvimento cognitivo e as transformações culturais são vistas como manifestações de uma mesma estrutura mental subjacente, ao invés de desconexões abruptas ou diferenças insuperáveis:

> Il serait possible de montrer que, quoique plus faiblement, cette même loi joue aussi ailleurs. L'étude de la formation des hypothèses scientifiques notamment nous révélerait sans doute que le chercheur fait constamment effort pour échapper aux contradictions imposées par des participations inapercues, dissimulées dans les premisses; ainsi, en s'engageant dans la voie nouvelle ouverte par M. Levy-Bruhl, l'historien des sciences pénétrerait avec plus de facilité et de sympathie dans les doctrines des savants anciens dont une partie des fondements lui avait paru au premier abord étranges ou inaccessibles. (METZGER, 1929, p. 347)

A partir da leitura de algumas resenhas selecionadas redigidas pela historiadora das ciências Hélène Metzger-Bruhl, é possível encontrar traços que caracterizam as principais linhas de força que sustentam as ideias formuladas por Metzger em sua tentativa de formular uma metodologia específica para a História da Ciência.

Na resenha do *livro L'introduction des théories de Newton en France au XVIIIe siècle (Avant 1738)* de Pierre Brunet, de 1931, publicada na Revista *Isis*, volume 17, número 2, a autora examina como as teorias newtonianas gradualmente permearam a comunidade científica francesa, a qual era inicialmente "dominada" pelo cartesianismo. Metzger enaltece a aproximação cronológica meticulosa de Brunet para traçar o pensamento científico do período em questão, além de conferir destaque à transformação contextual dentro dos campos de astronomia, física, química; e a visão de mundo geral entre 1700 e 1738, o que demarcou a mudança para a corrente newtoniana.

A partir dessa resenha, podemos tomar alguns traços essenciais para formular a ideia de HC da autora. Ela aprecia uma abordagem que está em sintonia com a natureza evolutiva do pensamento científico: Metzger elogia Brunet por seguir a marcha cronológica das ideias científicas do dia a dia — *au jour le jour* —, capturando dessa forma as complexidades, os debates e as adversidades da ciência à medida que se desenrolavam em tempo real. Ela reconhece que esse metódo reflete a complexidade inerente e os "inconvenientes" da própria ciência, sugerindo que o progresso científico não é um processo simples e linear, mas contingente e, às vezes, confuso:

> il note au jour le jour, avec exactitude et relief, sans se soucier de les ranger dans un ordre logique, les divers problèmes debattus, pour donner une idée aussi exacte que possible des vicissitudes de la science; cette manière de proceder presente a n'en pas douter des inconvenients tres sérieux; mais ces inconvenients ne sont-ils pas ceux de la vie scientifique elle-meme? (METZGER, 1932, p.434)

Ainda sobre essa resenha, mesmo que não sejam citados os termos "tempo" e "temporalidade" diretamente, a temporalidade da ciência, para Metzger, está vinculada ao contexto histórico-cultural mais amplo, o que inclui, portanto, as mudanças no vocabulário, na comunicação e no ambiente intelectual, como é destacado no texto, por isso o destaque conferido às transformações nos diversos campos do conhecimento. Dessa maneira, é possível afirmar que o tempo da ciência não é apenas cronológico, mas envolve também temporalidades cuja compreensão depende do cenário cultural e das práticas discursivas da época — participantes do contexto mais amplo. Em suma, a concepção de tempo e de temporalidade para a autora não se restringe a um ponto de vista linear e único, mas plural, marcada pela sucessão imediata dos fatos, pela simultaneidade de diferentes correntes de pensamento e pela influência do contexto cultural e linguístico. Ainda, relacionando ao conceito de história da ciência da autora, essa história acontece em um fluxo temporal que exige atenção detalhada ao cotidiano e à complexidade das experiências e transformações científicas: "a, chez les savants du XVIIIe siecle, et surtout apres 1750, une tendance fort nette a specialiser les elements du langage et a systematiser le vocabulaire." (METZGER, 1932, p. 433)

Em outro texto de Metzger, a resenha do livro *Le pluralisme cohérent de la chimie moderne* de Gaston Bachelard, de 1932, publicada na *Isis*, volume 19, número 1, podemos encontrar outros aspectos defendidos pela historiadora que se relacionam com os apresentados acima. Primeiramente, o livro de Bachelard trata-se de uma série de considerações sobre a história quanto da filosofia da química, com o foco na evolução da teoria química a partir do século



XVIII, um período crucial no qual a química avançou de ser um aglomerado de noções consideradas vagas e etimológicas de composições para tornar-se uma ciência experimental e substancialista. A química, nesse processo, extraiu e recombinou elementos, descobriu corpos simples e criou compostos, o que exigiu uma teoria capaz de gerenciar apropriadamente essa diversidade.

O desenvolvimento da química envolve uma dialética entre pluralismo (diversidade de substâncias) e redução (classificação e ordem), segundo Bachelard. Isso é visto na classificação progressiva das substâncias químicas, o que culminou em avanços como a tabela periódica de Meyer e Mendeleef. O autor do livro também enfatiza que a matemática na química serve como uma ciência da ordem e dos números, o que auxilia a unificar substâncias diversas sem destruir suas diferenças qualitativas. Para ele, a teoria química é um esforço para tornar coerente o pluralismo de todas essas substâncias. O foco dito tradicional do historiador das descobertas tende sempre a ofuscar os "arquitetos" da teoria que constroem a estrutura conceitual. É isso que Bachelard pretende iluminar, é o objetivo final do pesquisador dentro da teoria.

A resenha de Metzger desta obra aborda a complexidade de integrar diferentes aproximações que estudam o mesmo fenômeno e expressa interesse em uma discussão filosófica detalhada sobre a evolução da ciência, a partir da química como exemplo principal. A obra de Bachelard é apresentada como uma contribuição essencial para a compreensão da química tanto como ciência quanto como um empreendimento intelectual que envolve os conceitos de pluralismo, classificação e coerência. Dessa forma, a resenha revela aspectos das ideias da própria Metzger sobre o conceito de história da ciência, refletidas no envolvimento com a obra de Bachelard e em seus comentários críticos.

Metzger destaca que os historiadores da química muitas vezes enfatizam as descobertas — *les découvertes* —, mas tendem a negligenciar o trabalho dos chamados "arquitetos". Ela elogia o autor por trazê-los à luz e destaca a importância de compreender as teorias científicas como construções coerentes, dentro do contexto pessoal do historiador, em vez de apenas coleções de fatos ou descobertas empíricas: "la plupart des historiens de la chimie se sont appliqués à mettre en valeur les découvertes, laissant un peu dans l'ombre les travaux des architectes que M. Bachelard s'est efforcé de dégager en pleine lumière." (METZGER, 1932, p. 234)

Metzger também aprecia o movimento dialético na química entre o pluralismo e a redução. Isso sugere que ela valoriza, portanto, uma perspectiva dinâmica do progresso científico, na qual tensões e oposições impulsionam o desenvolvimento conceitual, ao invés de haver somente uma acumulação linear de conhecimento: "la pensée [...] lui paraît osciller entre le pluralisme d'une part et la réduction de la pluralité d'autre part; et ce jeu dialectique et

progressif s'est poursuivi dans la classification des substances de la chimie organique..." (METZGER, 1932, p. 234)

Na resenha, ainda é observado "um fato epistemológico muito curioso" *épistémologique très* curieux —, segundo palavras da própria autora, em relação à dificuldade de organizar diferentes aproximações referentes a um mesmo fenômeno. Metzger parece interessada nos desafios filosóficos e nas complexidades das teorias científicas, o que indica que ela enxerga a história da ciência como uma investigação epistemológica e filosófica, e não apenas como uma narrativa: "C'est un fait épistémologique très curieux qu'on n'arrive pas à organiser ensemble deux approximations d'ordre nettement différent, encore que ces approximations étudient le même phénomène." (METZGER, 1932, p. 235)

Ela reconhece que o livro de Bachelard fornece considerações que geram perspectivas sobre a estrutura da ciência e a estrutura do espírito. Portanto, é possível concluir que a autora apoia uma abordagem que combina análise histórica com os *insight*s filosóficos, sendo a história da ciência uma forma de penetrar na natureza do próprio pensamento científico. Dessa forma, conclusivamente, ela observa que o trabalho de Bachelard não se trata de apresentar teses dogmáticas e concluídas, mas sim de explorar e aprofundar a compreensão progressivamente por meio de uma série de reflexões, o que ela endossa como um bom modelo para os estudos históricos e filosóficos:

> ce livre [...] ne contient à proprement parler ni une histoire de la chimie, ni une philosophie chimique, mais plutôt une série de considérations basées sur une connaissance solide de cette histoire et de cette philosophie; et ces considérations [...] permettent de mieux pénétrer, et la structure de la science et la structure de l'esprit qui, par un effort continu, est parvenu à créer cette science. (METZGER, 1932, p. 233)

A resenha do livro *Une nouvelle philosophie des sciences — le causalisme de M. Emile Meyerson* de André Metz também nos revela a visão de história da ciência de Metzger. Tanto o livro publicado em 1928 quanto a resenha na revista *Isis,* volume 11, número 1, enfatizam a importância da crítica epistemológica e da reflexão filosófica para a compreensão do progresso científico e, por isso, é relevante fazer essa relação no presente relatório na tentativa de amarrar as pontas na teoria de Metzger.

Inicialmente no texto, a historiadora das ciências parece apreciar o trabalho de Meyerson, considerando-o vital para a compreensão da psicologia da mente científica, da história da ciência e do valor do conhecimento em si. Ela destaca que o positivismo, particularmente a versão derivada de Augusto Comte — que frequentemente aparece na literatura científica



que precede as obras — foi "vigorosamente atacado e refutado com sucesso" pelas críticas de Meyerson, especialmente no que tange à rejeição da busca por "causas". Metzger parece endossar a abordagem de Meyerson, que desafia as perspectivas positivistas e insiste na necessidade dessa explicação causal na ciência. Isso indica que a autora enxerga a história da ciência não apenas como registro cronológico, mas como uma investigação filosófica sobre os fundamentos e métodos do conhecimento científico.

Além disso, ao enfatizar a acessibilidade da exposição de Metz para cientistas que podem desconsiderar a filosofia ou a metafísica, a historiadora ressalta a crença de que a análise filosófica, incluindo a epistemologia histórica, é valiosa e necessária para a compreensão do empreendimento científico. Portanto, a resenhista sugere que a história da ciência deve integrar a crítica epistemológica e se envolver com os fundamentos filosóficos das teorias e metodologias científicas, em vez de se limitar a relatos positivistas e empíricos diretos. Ademais, é possível notar que as concepções de "tempo" e "temporalidade" da resenhista são profundamente filosóficas e conectadas à crítica epistemológica, o que reflete uma preocupação com os fundamentos e a natureza do conhecimento científico no seu desenvolvimento histórico. Embora o texto não apresente uma definição direta dos conceitos supracitados, alguns pontos específicos permitem inferir as características dessa concepção.

Metzger procura apresentar as ideias de Meyerson de forma acessível ao público, destacando a crítica deste à visão positivista que tenta excluir a busca das causas, ou seja, um tipo de concepção científico do tempo que vai além da simples sequência cronológica, envolvendo explicações causais e a estrutura racional do conhecimento ao longo do tempo:

> ...le positivisme derive d'Auguste Comte qui s'etale encore bien souvent dans les prefaces de divers ouvrages scientifiques, a ete vigoureusement attaque, et victorieusement battu en breche par les critiques auxquelles M. MEYERSON a soumis ses affirmations fondamentales, notamment la pretention de se passer desormais de la recherche des causes. (METZGER, 1928, p. 150)

A autora valoriza a obra de Meyerson, que repensa a história da ciência não como uma mera sucessão de fatos, mas como um processo no qual as ideias, explicações e causas desempenham papéis fundamentais. Daí se pode inferir que Metzger compreende o tempo da ciência como o tempo da reflexão filosófica, da metodologia e da evolução conceitual, não apenas um tempo cronológico linear: "M. Metz s'est surtout efforce de presenter l'essentiel des idees de M. Émile Meyerson... en vue duquel cette oeuvre a ete ecrite sous une

forme accessible au grand public, et particulierement au public scientifique." (METZGER, 1928, p. 150)

Ao destacar a dificuldade e importância do acesso à obra filosófica de Meyerson para que os trabalhadores do laboratório compreendam as críticas à concepção positivista, Metzger parece defender uma temporalidade que inclui a dimensão do desenvolvimento epistemológico, isto é, uma temporalidade da mudança e do aprofundamento do conhecimento e das suas fundamentações:

> ...les travailleurs qui n'ont pas encore lu Identite et realite ..., De l'explication dans les sciences ..., ou La ddduction relativiste ..., auraient interet a connaitre, soit pour avoir une idee de la philosophie scientifique de M. MEYERSON, soit pour parvenir, ainsi prepares, a aborder l'oeuvre elle meme sans rencontrertrop de difficultes. (METZGER, 1928, p. 150)

Assim, a concepção de tempo e temporalidade de Metzger, conforme pode ser empreendido da resenha, está associada a uma abordagem filosófico-epistemológica da história da ciência, na qual o tempo é entendido como um processo de desenvolvimento e transformação das ideias científica, e não simplesmente como uma sequência cronológica ou apenas uma dimensão física neutra.

A partir do levantamento de historiadoras das ciências contemporâneas de Metzger, puderam-se concluir alguns pontos específicos sobre as contribuições científicas dessas pesquisadoras, considerando os contextos de cada uma delas. Delineei as trajetórias, além da de Metzger, de Agnes Robertson Arber e Amélia Hertz. Apesar de o número de nomes encontrados ser vasto, devido ao espaço restrito, foram escolhidos os dois nomes adicionais devido a relevância e incidência de publicações nas revistas *Archeion* e *Isis*.

Agnes Robertson Arber foi uma botânica britânica, além de uma filósofa da biologia e historiadora da botânica. Arber começou a ir para a escola aos oito anos no Northern London Collegiate School for Girls, fundada e dirigida por uma das principais proponentes da educação para garotas, Frances Buss. Sua admiração pela botânica desenvolveu-se sob a supervisão da Miss Edith Aitken

Arber, professora de ciências. Essa fascinação a levou a publicar pela primeira vez um pequeno artigo em 1894 na revista da escola. Durante seu período escolar Agnes conheceu Ethel Sargent, um morfologista que regularmente dava apresentações para o clube de ciências. Sua trajetória acadêmica, após concluir a escola, começou na University College, em Londres, ao ingressar no curso de ciências. Ela passou as férias de verão de 1897 trabalhando com Ethel Sargent no seu laboratório privado.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

Ela graduou na University College, o que a garantiu a titulação de "Bachelor of Science" (BCs), e conseguiu uma bolsa de estudos para Newham College, na área de Ciências Naturais, em Cambridge, em 1899. Na universidade, ela conduziu estudos sobre as gimnospermas e escreveu vários artigos sobre sua anatomia e morfologia. O estudo da morfologia das plantas ainda se tornaria o núcleo de sua pesquisa futuramente. Durante os anos de 1902 e 1903, Arber se tornou assistente de pesquisa de Sargent. Em 1903, com o curso de Ciências Naturais concluído, publicou seu primeiro artigo sobre a anatomia de *Macrozamia heteromera.*
No ano de 1905, Arber retornou para a University College e foi prestigiada com um "Doctorate of Science". A cientista conseguiu uma regência de aulas em 1908. Permaneceu no cargo por apenas um ano, pois casou-se em 1909 e voltou para Cambrigde com o marido. Em 1909, trabalhou no Balfour Laboratory da Newnham College, apenas uma das duas mulheres em Cambridge. Permaneceu até o fechamento do laboratório em 1927.
Reconhecida por suas contribuições científicas, ela foi eleita como membro da Royal Society em 1946. Foi a primeira botânica e a terceira mulher a ser escolhida para fazer parte dessa famosa instituição científica. Por causa de suas contribuições para o campo da botânica, Arber recebeu a medalha de ouro da Linnean Society de Londres na idade de 69 anos – a primeira mulher que recebeu esse prestigioso prêmio.

Além das premiações concedidas, ela estudou a conexão entre a emergência e o desenvolvimento da botânica seguindo a história natural com a evolução das plantas em termos de suas descrições, identificações e classificações. Ela publicou seu primeiro livro intitulado *Herbals, Their Origin and Evolution* logo após ter recebido um prêmio — *Research Fellowship* — em 1912 da Newnham College. Mesmo com diferentes pesquisas e estudos que começou e continuou, Arber encontrou um tópico matriz para focar suas pesquisas: a morfologia e a anatomia das monocotiledôneas.
Em 1920, ela já era autora de dois livros e outras 94 publicações. Arber também fez uma pesquisa comparativa em plantas aquáticas explorando suas diferenças morfológicas. Isso que a levou a publicação de seu segundo livro: *Water Plants — A Study of Aquatic Angiosperms*.
Cinco anos após ter publicado seu segundo livro, ela publicou o terceiro: *The Monocotyledons*, uma continuação do seu estudo sobre os métodos morfológicos das análises apresentadas no segundo livro.
Após essa publicação, ela focou sua pesquisa no grupo das gramíneas. Desse caminho, o resultado foi a publicação de seu último livro sobre a morfologia das plantas, *The Gramineae*.
Em janeiro de 1942, Arber publicou o último artigo em pesquisa botânica. Suas publicações finais eram sobre tópicos filosóficos e históricos enquanto ela achava difícil manter seu laboratório durante a Segunda Guerra. Apesar de parar seu trabalho prático, ela publicou

mais artigos sobre estudos filosóficos. Seu verdadeiro último livro foi publicado em 1957, *The Manifold and the One*, que detalhava suas visões mais amplas e questões filosóficas sobre a "unidade" de todas as coisas — aspecto teórico semelhante ao que encontramos no trabalho de Metzger.

A partir da investigação nos sumários das revistas *Archeion* e *Isis*, foram encontradas algumas produções de Arber, as quais, durante o andamento da pesquisa, tivemos acesso e pudemos destrinchar algumas de suas ideiais. No artigo *A Seventeenth-Century Naturalist: John Ray* publicado na revista *Isis,* Arber, ao explorar algumas ideias do pesquisador John Ray, demonstra um conhecimento interdisciplinar: ela aborda aspectos botânicos, históricos, literários e teológicos relacionados à figura de Ray, o que evidencia sua própria erudição em botânica e, consequentemente, na história da ciência.

Além disso, Arber destaca a importância da obra de Charles E. Raven, cuja biografia de Ray ela consultou para redigir a resenha, e em certos momentos, comenta sobre a admiração que Raven nutria pelo naturalista. Essas observações sugerem que a pesquisa compartilha uma perspectiva que valoriza a integração entre ciência, filosofia e teologia do século XVII.

Ao longo do artigo, Arber parece defender uma visão histórica detalhada e contextualizada da ciência do século XVII, de forma que haja uma valorização tanto das contribuições empíricas quanto das influências filosóficas e religiosas no trabalho de John Ray. Ela enfatiza a necessidade de se entender Ray não apenas como um compilador ou homem de ciência, mas como uma personalidade cuja visão científica estava ligada a concepções religiosas e filosóficas da época. Embora a autora não aborde explicitamente métodos históricos científicos no artigo, há uma preocupação evidente com a avaliação crítica das fontes, a distinção entre originalidade e compilação (por exemplo, no caso da obra de Ray, que é em grande parte uma compilação), e a necessidade de contextualizar os métodos científicos da época, como a valorização crescente da experimentação em oposição à filosofia escolástica tradicional. Arber também discute as limitações do método experimental ainda não plenamente reconhecidas no século XVII, demonstrando uma reflexão metódica sobre o desenvolvimento da ciência e seus métodos.

Em outro artigo, intitulado "Spinoza and Boethius", é possível depreender uma concepção de Arber sobre a história da ciência que valoriza a análise cuidadosa das influências, conexões e paralelos entre textos filosóficos ao longo do tempo, reconhecendo as complexidades e limitações para estabelecer filiações de ideias de forma rigorosamente científica, e se relaciona com os pontos desenvolvidos na resenha anterior supracitada.

Essa preocupação metodológica aparece claramente na ressalva feita por Arber sobre as limitações da simples existência de paralelos entre as obras de Spinoza e Boethius para

comprovar influência direta uma sobre a outra. Ela afirma que tais similaridades "são muito longe de constituírem evidência científica para a filiação de ideias; tais semelhanças podem apenas fornecer um leve grau de probabilidade à ideia de que Spinoza pode ter sido influenciado pelo livro". Isso mostra que a autora distingue entre evidência formal e mera sugestão probabilística, apontando para uma consciência metodológica crítica na pesquisa histórica de ideias.

Além disso, Arber utiliza comparações cuidadosas entre textos, citações precisas, e contextualiza os intercâmbios culturais e editoriais (por exemplo, as edições de De Consolatione em Amsterdã e a possível relação com comunidades religiosas locais) para sustentar sua argumentação, o que indica uma abordagem meticulosa e documental, característica de uma pesquisa histórica rigorosa.

Por outro lado, não há uma discussão explícita mais ampla ou teórica sobre metodologia científica em história da ciência ou da filosofia no artigo, nem uma fundamentação detalhada do próprio conceito de história da ciência. A preocupação metodológica está mais implícita na forma como a autora conduz a própria análise crítica, evitando conclusões precipitadas e enfatizando a necessidade de fundamentação cuidadosa para reivindicar influências históricas.

Amélia Hertz (1878-1942) foi uma historiadora polonesa, nascida em Varsóvia no 15 de outubro de 1878. Em 1896, aos 18 anos, ela passou nos exames finais do *II Female Gymnasium*. Durante essa fase, se interessou principalmente pela história das civilizações antigas, línguas e ciências puras, mas, como mulher, não podia ingressar em estudos acadêmicos formais na Polônia. Para contornar essa restrição, ela foi para o exterior e estudou a área pretendida de 1898 a 1904, em duas localidades diferentes: Iniciou seus estudos na Suíça, com dois semestres em Berna. Em seguida, ela se mudou para Berlim, onde obteve seu doutorado em química em 1904.

Quatro anos depois, em 1908, ela decidiu retornar às suas áreas iniciais de interesse, como história e línguas do antigo Oriente e arqueologia. Entre 1908 e 1912, ela estudou intensamente essas áreas, com destaque para sua mentoria com Adolf Erman, um grande especialista em Egiptologia — campo de estudo que se dedica à pesquisa da civilização do Antigo Egito.

Em 1913, ela se formou na *École du Louvre* em Paris, o que expandiu ainda mais sua formação na área de Egiptologia e Assiriologia — campo de estudo dedicado à civilização assíria. Além disso, durante esse período, Hertz também se dedicou à produção literária, publicando dramas alegóricos desde 1905, contos e novelas com influências expressionistas e simbolistas.



Hertz também comparou as contribuições do Alto e do Baixo Egito para a civilização local, determinando o domínio do Norte na escrita e na civilização. Ela traçou paralelos entre o antigo Egito e as civilizações dos maias e astecas, observando estágios semelhantes de desenvolvimento.

Sua pesquisa incluiu estudos sobre a história da escrita, comparando os sistemas egípcio e maia como sistemas independentes. Além disso, a pesquisadora explorou as origens da geometria e do conhecimento matemático. Finalmente, ela popularizou ativamente o conhecimento das civilizações egípcia e oriental antiga, mas seu trabalho foi interrompido pela Segunda Guerra Mundial, assim como o de outras historiadoras da ciência presentes nesse relatório final — como o caso da própria Hélène Metzger, assassinada em Auschwtiz em 1944.

Referências Bibliográficas:

Chimisso, Cristina. Freudenthal, Gad. **A Mind of Her Own: Hélène Metzger to Émile Meyerson,** 1933. Isis, Vol. 94, No. 3 (September 2003), pp. 477-491.

Chimisso, Cristina. **Hélène Metzger: The History of Science between the Study of Mentalities and Total History.** Stud. Hist. Phil. Sci., Vol. 32, No. 2, pp. 203–241, 2001.

Chimisso, Cristina. **Writing the history of the mind: philosophy and science in France, 1900 to 1960s**. UK: Ashgate Publishing Limited, 2008.

Metzger, Hélène. "**L'introduction des théories de Newton en France au XVIIIe siècle (Avant 1738)**." Isis, vol. 17, no. 2, 1932, pp. 433-435. The University of Chicago Press: https://www.jstor.org/stable/224549

Metzger, Hélène. **Les fonctions mentales chez les sociétés inférieures; Les non-civilisés et nous, différence irréductible ou identité foncière; La raison primitive**. Isis, vol. 12, no. 2, 1929, pp. 343-347. The University of Chicago Press: https://www.jstor.org/stable/224798

Metzger, Hélène. **La genèse de la science des cristaux**. Librairie Scientifique et technique, Albert Blanchard, 9, Rue de Médicis, Paris, 1969.



Metzger, Hélène. **La littérature scientidique française au XVIIIe siècle**. La méthode philosophique en histoire des sciences. Textes 1914-1939. Paris: Fayard, 1987. p. 239-257

Metzger, Hélène. **La méthode philosophique dans l'histoire des sciences**. La méthode philosophique en histoire des sciences. Textes 1914-1939. Paris: Fayard, 1987. p. 41-57

Metzger, Hélène. **L'a priori dans la doctrine scientifique et l'histoire des sciences**. La méthode philosophique en histoire des sciences. Textes 1914-1939. Paris: Fayard, 1987. p. 41-56

Metzger, Hélène**. L'historien des sciences doit-il se faire le contemporain des savants dont il parle?** Archeion, 15, 1933. Trad: Machado, Hallhane. O historiador das ciências deve fazer-se contemporâneo dos cientistas dos quais ele fala. *Revista de Teoria da História* | ISSN 2175-5892

Metzger, Hélène. **Le pluralisme cohérent de la chimie moderne. Review of Gaston Bachelard, Le pluralisme cohérent de la chimie moderne**. Isis, vol. 19, no. 1, 1933, pp. 233-235.

Metzger, Hélène. **Le rôle des précurseurs dans l'évolution de la science**. La méthode philosophique en histoire des sciences. Textes 1914-1939. Paris: Fayard, 1987. p. 75-91

Metzger, Hélène. **Une nouvelle philosophie des sciences: Le causalisme de M. Emile Meyerson. Review of André Metz, Une nouvelle philosophie des sciences - Le causalisme de M. Emile Meyerson**. Isis, vol. 11, n° 1, pp. 149-150.



A ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1994 NAS CHARGES DOS JORNAIS "FOLHA DE SÃO PAULO" E "O ESTADO DE SÃO PAULO"

Julia Luísa de Carvalho Mensatti[1]

Faltando apenas duas semanas para a realização da "supereleição" de 1994, como os veículos de comunicação chamavam os pleitos simultâneos daquele ano, Junia Nogueira de Sá publicou na Folha de São Paulo (FSP) o artigo *O eleitor e a supereleição*, onde denunciou a omissão do próprio jornal e também do O Estado de São Paulo (OESP) em relação a uma cobertura sistemática da disputa pela sucessão do Palácio dos Bandeirantes, que estaria deixando o eleitor paulista desamparado acerca de informações sobre os candidatos e suas propostas (FOLHA DE S. PAULO, 18 set. 1994).

Ainda que Mário Covas despontasse com 48% de intenção de votos nas pesquisas mais recentes e a eleição parecesse estar decidida, Junia não considerou essa uma explicação plausível para a falta de cobertura, visto que nos estados do Ceará e do Pernambuco, onde o cenário era parecido, com baixo grau de competitividade eleitoral, os jornais locais não estavam negligenciando o pleito estadual. Sua crítica apontava para um problema mais amplo: a tendência da imprensa paulista de hierarquizar os pleitos, privilegiando a disputa presidencial e relegando a segundo plano uma eleição que, dado o peso político e orçamentário do governo estadual, deveria ocupar lugar central nas páginas dos jornais.

É importante sublinhar que Junia se voltou a esses dois jornais não por acaso, mas devido à grande projeção estadual que ambos detinham, operando no auge de sua circulação antes da disrupção digital. No estado de São Paulo, em 1994, a FSP registrava um recorde histórico, com cerca de 365 mil assinantes, enquanto o OESP contabilizava aproximadamente 290 mil assinantes (FOLHA DE S. PAULO, 24 fev. 1994). Todavia, definida a disputa presidencial, a eleição para o governo do estado de São Paulo ganhou a centralidade desejada por Júnia nas edições publicadas ao longo das seis semanas que antecederam o segundo turno entre Mário Covas, candidato pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e Francisco Rossi, candidato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). É justamente a partir desse deslocamento de atenção da imprensa para a segunda parte da disputa estadual que nos

[1] Mestranda em História, linha de pesquisa *Política: Ações e Representações*, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista - "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) Correio eletrônico: julia.mensatti@unesp.br.

propomos a investigar de que maneira a FSP e o OESP enquadraram as candidaturas de Mário Covas e Francisco Rossi.

Torna-se necessário pontuar, antes de mais nada, que partimos da premissa de que os jornais não são fontes neutras de informação, mas atores políticos ativos. Conforme aponta a historiadora Maria Helena Capelato, referência em estudos sobre imprensa e propaganda política, desde que os jornais passaram a atuar como empresas comerciais, passaram também a operar sob uma dualidade constitutiva: apresentam-se como instituições legitimadas a intervir no campo político, mas são, ao mesmo tempo, regidos pela lógica do lucro (CAPELATO, 2015). Em suas palavras:

> Na era moderna, a imprensa, considerada instituição pública, desempenhou um papel político relevante na transformação das instituições de poder. [...] No entanto, as empresas jornalísticas podem ser representadas, simbolicamente, como uma moeda de duas faces: uma pública, que as coloca na condição de intermediárias entre os cidadãos e os governantes, e outra privada, que defende os interesses econômicos e políticos das empresas (CAPELATO, 2015, p. 122).

Essa dinâmica leva à produção de discursos marcados por interesses específicos, que muitas vezes alinham o conteúdo editorial às conveniências econômicas da empresa ou a compromissos com determinados grupos de poder, tensionando a pretensa neutralidade jornalística e influenciando o que pensam os leitores. Assim, a imprensa não apenas registra os acontecimentos, mas também participa da produção de sentidos sobre eles, selecionando temas, enquadrando personagens e orientando determinadas leituras da realidade. (CAPELATO, 2015).

Uma das formas pelas quais esse discurso se materializa é por meio das charges. Conforme Rozinaldo Miani (2012), elas podem ser definidas como representações gráficas de caráter dissertativo-argumentativo, na medida em que articulam elementos visuais e textuais em um único quadro para produzir um comentário simultaneamente humorístico e crítico sobre temas vinculados ao contexto sociopolítico contemporâneo. O autor assinala que, desde seu surgimento na imprensa ilustrada brasileira no século XIX, tais ilustrações tornaram-se cada vez mais populares e, embora tenham sido empregadas inicialmente para estimular o consumo dos impressos, passaram a constituir um meio pelo qual os jornais produzem interpretações sobre os fatos noticiados, frequentemente em consonância com suas orientações políticas e com os interesses de seus proprietários, funcionando como uma espécie de "editorial gráfico" (MIANI, 2012, p. 42).

Além disso, dado que a charge se vale de recursos como o humor e a sátira, isso potencializa sua capacidade persuasiva. Ao provocar o riso, ela desarma as resistências críticas do leitor, que tende a aderir ao conteúdo da imagem de maneira menos reflexiva do que faria diante de um texto argumentativo convencional (MIANI, 2012). Na medida em que a charge é muito utilizada em contextos eleitorais para que os jornais expressem seus posicionamentos sobre candidatos, partidos e projetos políticos, elas detêm capacidade de induzir o público a internalizar os enquadramentos e juízos de valor propostos pelo veículo e, em última instância, intervir na orientação das escolhas eleitorais.

Para proceder com esta análise, em termos metodológicos, e em acordo com os autores citados, começaremos pela identificação da orientação política dos jornais, visto que a crítica proposta pela charge está, em geral, condicionada a ela (CAPELATO, 2015; MIANI, 2012). Não pretendemos, com isso, desconsiderar a autonomia do chargista, entretanto, sua mensuração implicaria numa complexidade que extrapola os objetivos aqui delineados. Em seguida, passaremos para a contextualização e interpretação daquilo que a charge retrata sob uma perspectiva intertextual, na qual a imagem é compreendida como um comentário crítico sobre fatos importantes expostos pelo próprio jornal e que, portanto, servem de subsídio para identificar o objeto ao qual a sátira se refere (MIANI, 2012). Então, finalmente, identificaremos como as campanhas dos candidatos foram enquadradas para o público leitor dos jornais, ressaltando, por último, que o foco recairá sobre o conteúdo político e não sobre seus aspectos formais.

Dessa forma, há de se levar em conta para esta análise que ambos os jornais considerados fazem parte dos principais conglomerados de mídia brasileira e possuem controle familiar. A FSP é vinculada ao Grupo Folha, controlado pela família Frias desde 1962, enquanto o OESP, do Grupo Estadão, pela família Mesquita, desde 1902. Por meio da revisão bibliográfica de estudos que investigaram as posturas editoriais desses veículos no início da Nova República, constatou-se uma tendência de valorização, especialmente em períodos eleitorais, de projetos neoliberais e de seus respectivos representantes, como veremos adiante.

No que diz respeito à FSP, desde 1978, com Octavio Frias de Oliveira como proprietário e editor-responsável, o jornal inaugurou um processo que visava instituir diretrizes a serem seguidas por todo o corpo jornalístico e editorial. Esse esforço de organização culminou, em 1981, na criação do Projeto Folha, que sistematizava tais diretrizes. Em 1984, o filho de Octavio Frias, Frias Filho assumiu a secretaria de redação e, sob seu comando, a FSP assumiu uma proposta de jornalismo que, conforme aponta Altemar da Costa Muniz (1999), se pretendia crítica, moderna, apartidária e pluralista. Tal proposta estava fundamentada numa

lógica de mercado, partindo do pressuposto de que o público da FSP era composto por leitores com diferentes visões de mundo, o que exigia neutralidade para garantir sua credibilidade junto a esse público heterogêneo.

Por outro lado, Muniz observou que, na prática, sob a direção de Frias Filho o Projeto Folha passou a apresentar uma fisionomia neoliberal, especialmente a partir de 1985, e o que se iniciou como um discurso "ameno" foi paulatinamente "sendo substituído por outro mais ortodoxo" (MUNIZ, 1999, p.108) de modo que os resultados de sua pesquisa apontaram que as mudanças na linha editorial da FSP acabaram por vincular o diário a setores financeiros e elites econômicas interessadas em políticas monetaristas.

Já no OESP, desde a década de 1960, Júlio de Mesquita Neto atuava como Diretor Responsável, e seu irmão, Ruy Mesquita, como Diretor de Opinião. Com a reabertura política em 1985, Francisco César da Fonseca (1997) observou que o jornal passou a declarar sua dupla responsabilidade de transmitir os fatos e de articular comentários editoriais que ajudassem a formar o pensamento crítico dos seus leitores. Para o Estadão, a opinião pública era vista como algo "completamente modelável", cabendo ao jornal o papel de "modelador" (FONSECA, 1997, p.116). Ainda que o Estadão não contasse com um projeto editorial sistematizado, como no caso da Folha, o autor analisou, por meio de textos editoriais e notícias, que o jornal buscava, da mesma forma, orientar a opinião de seus leitores a partir de ideias alinhadas à doutrina neoliberal, defendendo que a política brasileira incorporasse tais preceitos para solucionar seus desafios econômicos (FONSECA, 1997).

Conforme aponta Leonardo Leonidas de Brito, a adesão da FSP e do OESP (também estendida a jornais como O Globo e revistas como Veja e Exame) ao neoliberalismo nas décadas de 1980 e 1990 pode ser explicada pelo interesse de seus proprietários na privatização de setores estratégicos do Setor Produtivo Estatal (SPE). Nesse sentido, a cobertura jornalística em períodos eleitorais passou a ser pautada pelo apoio à candidatos políticos com agendas de desestatização e pelo exercício de um discurso que condicionava a governabilidade à submissão aos dogmas do mercado (BRITO, 2007). Dentro dessa perspectiva, Brito propõe compreender a imprensa brasileira desta época como "um aparelho privado de hegemonia, porta voz de uma consciência de classe e detentora de um discurso que atende uma determinada fração da burguesia brasileira e, acima de tudo, se pretende universalista" (BRITO, 2007, p. s.p.).

Em 1989 os jornais considerados cobriram as eleições a partir dessas posições, embora tenham apoiado candidatos diferentes: a Folha apoiou Guilherme Afif do Partido Liberal (PL) e o Estadão apoiou Fernando Collor de Mello que concorreu pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Já em 1994, ambos se posicionaram em prol de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Além disso, em 1994, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que figurava como o

segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto, foi sistematicamente rotulado pelos dois veículos como uma ameaça à economia do país em função de sua plataforma política de esquerda (AZEVEDO, 2018; MEDEIROS, 2018).

Conferindo, então, maior atenção para as eleições de 1994, os temas que dominaram o debate público e a atenção do eleitorado, segundo Cláudio Gonçalves Couto e Fernando Luiz Abrucio (1999),, foram, inevitavelmente, a estabilidade econômica e a preservação do recém-implementado Plano Real. Essa centralidade dos temas econômicos se explica pelo esgotamento e o subsequente colapso do modelo nacional desenvolvimentista levado à cabo ao longo da ditadura civil-militar, bem como pela incapacidade dos governos de José Sarney (1985–1990) e de Fernando Collor de Mello (1990–1992) em enfrentar a profunda crise econômica atravessada pelo país. Conforme na gestão de Itamar Franco (1992–1995) a equipe econômica liderada pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso concebeu e implementou o Plano, que finalmente controlou a hiperinflação e promoveu a estabilização da economia, sua continuidade consolidou-se como o eixo central do pleito (COUTO; ABRUCIO, 1999).

A associação direta de Fernando Henrique ao avanço econômico foi muito bem capitalizada e catapultou sua candidatura (COUTO; ABRUCIO, 1999) e ele saiu vitorioso ainda no primeiro turno, com 54,3% dos votos válidos (BRASIL, 1994). Diante disso, questionamos se, de maneira análoga ao que ocorreu no cenário eleitoral presidencial, a disputa estadual foi enquadrada por esses jornais de modo a privilegiar determinado candidato. Buscamos nas charges as respostas para esse questionamento, compreendendo-as como o espaço onde as orientações políticas e editoriais se materializam tanto quanto nos textos escritos.

Retomando Couto e Abrucio, nos cinco estados em que os tucanos chegaram ao segundo turno, incluindo São Paulo, os candidatos passaram a se apresentar como a opção mais lógica para os eleitores, dada a necessidade de que governos federal e estaduais trabalhassem em conjunto nos próximos quatro anos, contribuindo para a criação de condições políticas mais favoráveis para o desenvolvimento da economia e a continuidade da agenda do Real. (COUTO; ABRUCIO, 1999).

> Com isso, a eleição ganhou no segundo turno, de forma ainda mais nítida, uma coloração que já se fizera presente desde o início da campanha e que teria prosseguimento durante o encaminhamento das reformas. O país estaria diante não de dois projetos de governo partidários, de duas opções programáticas de igual valor, mas sim de duas opções antagônicas e marcadas por uma profunda conotação moral: havia os patriotas responsáveis e os defensores do "quanto pior melhor" – caberia ao eleitor optar. Diante do risco da volta da inflação, associado aos oposicionistas, não sobrava alternativa (COUTO; ABRUCIO, 1999, p. 08)

O plano de governo de Mário Covas para a economia paulista previa uma série de políticas que podem ser classificadas como neoliberais, a destacar: a privatização de serviços públicos como a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), creches e presídios; a redução do papel do estado na gestão de estatais como a Nossa Caixa, a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp); o fechamento, terceirização ou a aglutinação de órgãos públicos; o Tesouro não cobriria mais as dívidas do Estado, que naquele momento ultrapassavam os U$ 30 bilhões e, na área tributária os incentivos fiscais seriam revisados (FOLHA DE S. PAULO, 18 set. 1994). Então, por consequência, Francisco Rossi passou a personificar a "alternativa oposicionista" paulista.

Ademais, o então presidente eleito também fez questão de sinalizar a importância de Covas. Logo após o primeiro turno, a Folha noticiou a realização do primeiro encontro entre ambos, destacando a declaração de Franco Montoro, deputado eleito pelo PSDB, de que Fernando Henrique passaria a afirmar que a eleição de Covas era vital para o sucesso de seu projeto de governo (FOLHA DE S. PAULO, 13 out. 1994).

O apoio político concebido a Covas por Cardoso foi o tema das duas únicas charges publicadas pela FSP sobre a disputa, como se observa a seguir nas ilustrações assinadas por João Spacca. Elas indicam e, de certa forma, dimensionam o potencial dessa aliança: a vitória. As charges funcionam, assim, como um comentário visual sobre a força política que a candidatura de Covas ganhava ao se apoiar na figura do presidente eleito.

Figura 1



Fonte: Folha de São Paulo, 11/10/1994 (n.23.932 p.1-2), ilustração de Spacca.

Na figura 1, a charge está estruturada em duas vinhetas sobrepostas. Francisco Rossi aparece na primeira vinheta fazendo um apelo ao Preto Velho, entidade da Umbanda, para desfazer o "casamento", representado na segunda vinheta, entre FHC (à esquerda) já com a faixa presidencial, Mário Covas (ao centro) e Lula (à direita), que também havia declarado apoio a Covas (FOLHA DE S. PAULO, 08 out. 1994) e construía uma importante base eleitoral que poderia beneficiar o tucano .

Figura **2**



Fonte: Folha de São Paulo, 15/11/1994 (n.23.967 p.1-2), ilustração de Spacca.

A figura 2 corresponde a charge publicada no dia da votação do segundo turno, quando as pesquisas indicavam a vitória iminente do tucano. Spacca retrata Covas e FHC à frente, novamente de mãos dadas, com feições que sugerem satisfação. Enquanto isso, Francisco Rossi aparece atrás, com uma feição aflita, de mãos dadas com uma figura que representa o Deus cristão dizendo: "o problema em política é segurar a mão certa". Com essa frase, o chargista ironiza o fato de que a mão divina não parece garantir o mesmo sucesso que a aliança terrena dos dois à frente.

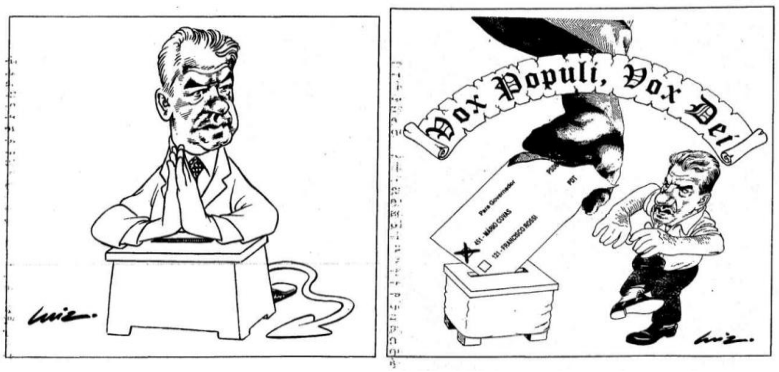
O elemento religioso em ambas as charges não aparece de forma fortuita. Rossi, evangélico, construía sua campanha sem dar centralidade às propostas programáticas, tendo sequer elaborado um plano de governo (FOLHA DE S. PAULO, 4 out.1994). O candidato, que àquela altura já havia sido deputado federal pelo estado de São Paulo e prefeito de Osasco, ancorava sua campanha a sua identidade religiosa. A exemplo, no Horário Gratuito de

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

Propaganda Eleitoral, o político aparecia carregando uma bíblia e declarava já ter realizado milagres (FOLHA DE S. PAULO, 9 out. 1994), o que foi ironizado na Figura 1, quando o Preto Velho questiona por que ele recorreria a uma entidade de matriz africana, pertencente a uma tradição religiosa distinta daquela publicamente professada, quando já havia afirmado ser capaz de realizar tais feitos. Dessa forma, para além do que foi destacado anteriormente, a Folha também utilizou das charges para ironizar a estratégia de campanha de Rossi e salientar que ela não seria pária frente a aliança de FHC e Covas.

Já entre as diversas charges publicadas pelo OESP durante o segundo turno da disputa eleitoral, observa-se uma crítica recorrente e mais contundente à essa instrumentalização da religião evangélica promovida por Rossi, como se vê abaixo. Selecionamos para análise aquelas que consideramos mais expressivas.

Figura 3



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 13/10/1994 (n.36.884, p.2) (a); e 17/11/1994, (n.36.919 p.2) (b), ilustração de Luiz.

Na figura 3a, Rossi está em posição de prece, apoiado em um genuflexório. Apesar da postura associada à devoção religiosa, seu rosto exibe uma expressão de severidade e, por trás de seu corpo, surge uma cauda em formato triangular, elemento que remete a figura do Diabo. A composição visual se constrói, assim, a partir de uma contradição que sugere que sua religiosidade encobriria intenções perversas.

Na figura 3b, publicada dois dias após o término das eleições, uma mão gigante desce do topo da imagem e deposita seu voto dentro da urna. A cédula indica a escolha de Mário Covas para o cargo de governador, enquanto Rossi surge com uma expressão de pavor diante da cena. No alto da imagem, em um pergaminho estilizado, lê-se a frase "Vox Populi, Vox Dei" ("A voz do povo é a voz de Deus"). O uso dessa máxima possui um caráter irônico: o deus que se manifesta não é o da fé que ele reivindica, mas o da democracia, que opta por

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



seu adversário. Ao contrapor a religiosidade de Rossi à soberania popular expressa pelo voto, o chargista constrói uma narrativa visual em que a autoridade divina reivindicada pelo candidato é deslegitimada pela autoridade democrática.

Conforme apontado pelo Censo Demográfico publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1991, os evangélicos tradicionais e pentecostais representavam cerca de 9,3% da população do estado de São Paulo, percentual que vinha apresentando crescimento contínuo nas décadas anteriores e que, nas décadas seguintes, se ampliou de forma ainda mais significativa. No cenário político, foi a partir da década de 1990 que se intensificou a incursão de candidatos no uso explícito da fé como recurso discursivo e eleitoral (LACERDA, 2017), movimento do qual Francisco Rossi constitui um exemplo expressivo. Contudo, seu uso da religião foi desqualificado pelo OESP e utilizado como forma de questionar sua credibilidade como possível governador.

Embora Francisco Rossi fosse filiado ao PDT, partido alinhado à esquerda e que na época possuía a liderança de Leonel Brizola, o político não se aproximava dessa referência partidária (FOLHA DE S. PAULO, 12 out. 1994) e tampouco poderia ser enquadrado como um candidato identificado com a esquerda. Em realidade, sua trajetória esteve marcada por sucessivas filiações partidárias, incluindo a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de situação da ditadura militar; o Partido da Democracia Social (PDS), que sucedeu a ARENA com o fim do sistema bipartidário; e o Partido Comunitário Nacional (PCN), de orientação nacionalista e conservadora, o que reforça o esvaziamento da dimensão política de sua trajetória política, e ajuda a compreender por que as charges utilizaram de outros elementos para deslegitimá-lo. Se, no caso de Lula, na eleição presidencial, os jornais apontavam sua identidade de esquerda como eixo central de desqualificação para colocar FHC em melhor condição, no caso de Rossi a crítica desloca-se para a questão da instrumentalização da religião e a debilidade de sua plataforma política.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

Figura 4



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1994, (n. 36.905 p.2), Ilustração de Luiz.

Nesta charge, Luiz não aciona a questão da religiosidade, mas critica a ausência de um compromisso político por parte de Rossi. O desenho ilustra o candidato avançando sobre uma mulher, que personifica a democracia. O cerne da sátira reside na ambiguidade do termo "programa": enquanto no campo político refere-se às diretrizes de governo, que faltavam a Rossi, a fala da personagem evoca o sentido coloquial associado a prostituição. Ao repelir a investida sob a justificativa de que não aceita um "programa sem compromisso", a mulher aponta a inconsistência das propostas do candidato. Consequentemente, Rossi é projetado como uma figura despreparada, cuja ausência de substância programática o torna incompatível com as exigências de responsabilidade da governabilidade democrática.

Figura 5



Fonte: O Estado de S. Paulo, 18/10/1994, (n. 36. 889) p. 2. Ilustração de Maringoni.

Gilberto Maringoni também produziu charges para o OESP sobre a disputa. Todavia, em suas charges, Maringoni desenhou Covas com traços físicos exagerados, representando-o como um homem gordo, como se vê no exemplo acima. O chargista parece evocar uma tradição histórica, comumente utilizada no final do século XIX e início do século XX de utilizar essa anatomia para representar políticos de forma pejorativa, indicando o uso de recursos públicos em benefício próprio. Aqui, entretanto, ela parece sugerir que Covas concentraria elementos como um capital político acumulado e o domínio da máquina institucional, enquanto Rossi se vale da "máquina eleitoral divina".

Para sustentar essa interpretação, recorremos novamente à perspectiva intertextual. A charge, que representa Mário Covas reclamando, adquire esse sentido quando analisada em articulação com a notícia intitulada *Tucano quer conquistar evangélicos*, publicada no mesmo dia. O texto de Carlos Rydle, publicado no OESP discute que, mesmo que Covas estivesse em melhor posição, ele buscava dividir o eleitorado evangélico e cooptar religiosos descontentes com a postura de Rossi. Portanto, a charge nos leva a entender que Covas não se dava por satisfeito e atuava para dividir a máquina "divina" de Rossi. Isto é, apesar de já estar "cheio" de capital político, ele reclama porque também deseja abocanhar o terreno do adversário (O ESTADO DE S. PAULO, 18/10/1994 p.10).

De modo geral, no que se refere a Mário Covas, as charges da FSP enfatizaram sua vantagem na disputa eleitoral, atribuída à proximidade com o presidente eleito, enquanto o elemento



religioso vinculado a Rossi foi empregado sobretudo para ridicularizar sua estratégia de campanha. Por sua vez, o OESP assumiu um tom mais abrasivo, operando em dois níveis: ironizando o recurso à religião como eixo da campanha de Rossi e também questionando sua capacidade como administrador público, projetando-o como figura despreparada ou mesmo movida por más intenções para ocupar o cargo de chefe do governo estadual.

A partir charges publicadas ao longo da campanha do segundo turno da disputa estadual, tomadas aqui como editoriais gráficos à luz de Rozinaldo Miani, entendemos que Mário Covas foi favorecido em relação a Francisco Rossi pelos dois jornais, mas destacamos que, a questão econômica, tão relevante no pleito nacional, não foi diretamente mobilizada. Isso não significa, contudo, que a preferência dos jornais por Covas não possa ser explicada por suas orientações neoliberais e pela coerência em apoiarem o candidato á governador apoiado pelo candidato que apoiaram para a presidência. Mais do que retratar candidatos em campanhas, ambos os jornais refletiram suas orientações políticas e editoriais, investindo em construções narrativas que se alinhavam aos seus interesses institucionais.

Referências

AZEVEDO, F. A. **PT, eleições e editoriais da grande imprensa** (1989-2014). Opinião Pública, Campinas, v. 24, n. 2, p. 270–290, 2018.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Resultados das eleições 1994**. Brasília, DF: TSE, [20--]. Disponível em: Resultados das Eleições 1994 - Brasil — Tribunal Superior Eleitoral Acesso em: 10 dez. 2025.

BRITO, Leonardo Leonidas de. **Neoliberalismo e imprensa no Brasil**. Observatório da Imprensa, 14 ago. 2007. Disponível em: Neoliberalismo e imprensa no Brasil | Observatório da Imprensa. Acesso em: 10 jan. 2026

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador.** História das Américas: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas, 2015

COUTO, Cláudio Gonçalves; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Arenas políticas e agenda econômica: Os caminhos institucionais do Real.** *In*: ENCONTROS ANUAIS DA



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 23., 1999, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: Anpocs, 1999. p. 1-38.

FOLHA DE S.PAULO. FHC aparecerá junto a Covas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 out. 1994. Disponível em: Folha de S.Paulo - FHC aparecerá junto a Covas - 13/10/1994 Acesso em: 10 dez. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Folha lidera no país pelo 9.º ano. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 fev. 1994. Disponível em: Folha de S.Paulo - Folha lidera no país pelo 9.º ano - 24/2/1994. Acesso em: 20 dez. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Lula defende apoio do PT a Covas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 out. 1994. Disponível em:Folha de S.Paulo - Lula defende apoio do PT a Covas - 8/10/1994. Acesso em: 10 dez. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Para Rossi, Brizola `atrapalharia'. **Folha de S. Paulo**, 12 out. 1994. Disponível em: Folha de S.Paulo - Para Rossi, Brizola `atrapalharia' - 12/10/1994. Acesso em: 11 dez. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Rossi aderiu a cinco partidos e 3 religiões. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 out. 1994. Disponível em: Folha de S.Paulo - Rossi aderiu a cinco partidos e 3 religiões - 9/10/1994. Acesso em: 10 dez. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Rossi admite não ter programa. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 out. 1994. Caderno Especial, p. 1-6. Disponível em: Folha de S.Paulo - Rossi admite não ter programa - 4/10/1994 Acesso em: 10 dez. 2025.

FONSECA, Francisco César Pinto. **Imprensa e opinião pública: papel e estratégias do jornal O Estado de São Paulo para a formação do consenso**. Opinião Pública, Campinas, v. 4, n. 2, p. 114–121, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1991**: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.



LACERDA, F. **Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo.** 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira de. **Uma análise preliminar acerca do viés ideológico do projeto político da Folha de S. Paulo e d'O Globo em 1994.** Temporalidades – Revista de História, [s. l.], v. 10, n. 1, p., jan./abr. 2018. ISSN 1984-6150.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Charge: uma prática discursiva e ideológica.** 9ª Arte, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 37–48, 2012.

MUNIZ, Altemar da Costa. **As mudanças de linha editorial na Folha de São Paulo (1979-1989).** 1999. 183 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

RYIDLE, Carlos. Tucano quer conquistar evangélicos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 10, 18 out. 1994. Disponível em: Acervo - Estadão. Acesso em: 16/11/2025.

SÁ, Junia Nogueira de. **O eleitor e supereleição**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 set. 1994. Disponível em:Acervo Folha de São Paulo. Acesso em: 15/11/2025.

CHARGES

LUIZ. [Charge sobre eleição de 1994]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 1994. Disponível em: Acervo - Estadão. Acesso em: 16/11/2025. (**FIGURA 3A**)

_____. [Charge sobre eleição de 1994]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 nov. 1994. Disponível em: Acervo - Estadão. Acesso em: 16/11/2025. (**FIGURA 3B**)

_____. [Charge sobre eleição de 1994]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 nov. 1994. Disponível em: Acervo - Estadão. Acesso em: 16/11/2025. (**FIGURA 4**)

MARINGONI. [Charge sobre eleição de 1994]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 1994. p. 2. Disponível em: Acervo - Estadão. Acesso em: 16/11/2025. (**FIGURA 5)**



SPACCA. [Charge sobre eleição de 1994]. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 out. 1994.. Disponível em: Acervo - Folha de São Paulo. Acesso em: 15/11/2025. (**FIGURA 1**)

_____. [Charge sobre eleição de 1994]. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 nov. 1994. Disponível em: Acervo - Folha de São Paulo. Acesso em: 15/11/2025. (**FIGURA 2**)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



A CIDADE IMPRESSA: REPRESENTAÇÕES URBANAS NOS ALMANAQUES DO INTERIOR PAULISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Henry Marcelo Martins da Silva[1]

Introdução

No início do século XX, a partir de uma diversidade de fatores tais como o desenvolvimento econômico e o ritmo intenso de crescimento urbano da capital e cidades no interior, verifica-se o crescimento da produção e circulação de materiais impressos em São Paulo. Aquele processo fora marcado pelo crescimento da população alfabetizada do Estado de São Paulo (FIORENTINO, 1982, p. 3-4), pela generalização e modernização das typografias, e pelo surgimento de uma infinidade de materiais impressos, que passam a fazer parte do cotidiano dos citadinos, tais como cartões postais, calendários, opúsculos e almanaques (CRUZ, 2000, p. 56).

Ao lado da imprensa, que crescia representando setores cada vez mais diversificados da sociedade, a população da capital, e também das grandes cidades do interior paulista, tomava contato com uma significativa e diversa quantidade de publicações, destacando-se as revistas e os almanaques. De origem europeia, mas adaptado às necessidades do país, os almanaques constituíram um importante segmento do mercado editorial brasileiro desde o século XIX, tendo em vista a precária capacidade de impressão das editoras nacionais; produzidos com materiais baratos e impressão rudimentar, foram a alternativa comercial de editores nacionais naquele período, constituindo um dos primeiros esforços para ampliar a ainda incipiente cultura impressa no país (SODRÉ, 1983).

Caindo no gosto popular, os almanaques passam a ser publicados em modelos e temáticas diversas, como administrativas e comerciais, literárias, de cidades, de farmácia dentre outros (Meyer, 2001); destes, destacavam-se no interior paulista os almanaques de cidades, que entendidos como empreendimentos privados, surgiram ao longo de todo o sertão, acompanhando a expansão das linhas férreas e a fundação e desenvolvimento urbano das cidades.

[1] Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS; PPGLetras/UFMS/CPTL; e-mail: henry.silva@ufms.br.

Incorporando as modernas técnicas de imagem e impressão do início do século XX (BARBOSA, 2007), além do processo de generalização da fotografia no interior (KOSSOY, 2002), os antigos almanaques apresentam transformações significativas em sua composição; impressos em tamanho maior e com materiais de qualidade, incorporam a fotografia como parte importante de sua proposta, transformando-se em *Albuns Illustrados*.

Tomados por verdadeiras propagandas das municipalidades, os *Albuns* surgiram em cidades tais como São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto dentre outras; privilegiando clichês dos principais aspectos das urbes interioranas, os álbuns buscavam imprimir a imagens de cidades desenvolvidas, civilizadas, apagando o passado de conflitos, violências, grilagens e assassinato das populações indígenas, que marcara o processo de ocupação de todo o interior paulista (Mombeig, 1984; Guirardello, 2002).

Tal era o contexto da elaboração do *Album Illustrado da Comarca de São José do Rio Preto (192701929)* por Abilio Cavalheiro; imigrante português que tentava carreira no mundo das letras, Cavalheiro chegara ao interior paulista tentando se firmar como jornalista, após algumas tentativas mal sucedidas na capital. Em Rio Preto, aproveitando o espaço deixado por tentativas anteriores de organização de uma obra de propaganda local, articula a produção de seu álbum, que desde o início se planejava grandioso.

Após dois anos e meio de penosos trabalhos, o álbum veio à luz como uma obra monumental, com mais de mil páginas e duas mil fotografias, elaborada com as mais modernas técnicas de imagem e impressão; conduzida habilmente por um escritor persistente, a obra destacava o desenvolvimento de Rio Preto, prevendo um futuro grandioso para aquela parte do sertão. Contudo, a tal perspectiva otimista do progresso, é contraposta a sensação angustiante de estar diante da destruição da natureza, que acontecia num ritmo impressionante.

Marcada por uma perspectiva de processo histórico, a obra marca o horizonte de expectativas dos habitantes do sertão (KOSELLECK, 2006, p. 310), que já em fins da década de 1920 tinham consciência do sentido inexorável do processo de ocupação do espaço e devastação da natureza que viviam.

Almanaques do sertão

De origem europeia, os almanaques tem sua popularização ligada ao processo de desenvolvimento do mercado livreiro na Europa, entre os séculos XVI e XVII, especialmente a partir da atuação de vendedores ambulantes (FEBVRE; MARTIN, 2017, p. 335); como explica Chartier, tais publicações, ao lado de outras como a literatura de cordel,

constituíam um tipo de impresso mais acessível às classes populares (CHARTIER, 2011, pág. 88).

Naquele contexto, como explica Le Goff (1996, p. 527), a literatura popular de divulgação acolhe e difunde os almanaques, que se materializam em obras de fácil acesso e compreensão para boa parte da população europeia, especialmente a parcela "pouco instruída" dos leitores; para o autor, ao ser ilustrado, fazendo uso de figuras e imagens, o almanaque dirigia-se aos analfabetos e àqueles que liam pouco. Seu conteúdo, reunindo saberes diversos tais como informações astronômicas, religiosas, históricas e literárias, eram locais privilegiados de encontro entre a cultura erudita e a cultura popular, interessando sobretudo ao pastor e ao camponês (GOFF, 1996, p. 527).

No Brasil, os almanaques são publicados desde a primeira metade do século XIX, e ainda que tivessem mantido em parte as características de seus congêneres europeus, ganham um perfil adequado ao púbico leitor local, transformam-se em importante segmento do mercado editorial do país (MEYER, 2001, p. 18).

Como explica Sodré, a publicação local de livros era limitada diante das precárias técnicas de impressão à disposição no país, sendo comum a importação de exemplares fabricados na Europa. Naquele contexto, o almanaque, impresso em nível rudimentar, com materiais de qualidade inferior, era a alternativa comercial possível para os editores; de grande aceitação popular, logo se difundiu na corte e demais províncias, tornando-se os "*livros de uso e consulta generalizados, numa sociedade marcada pela oralidade*" (SODRÉ, 1999, p. 241-242).

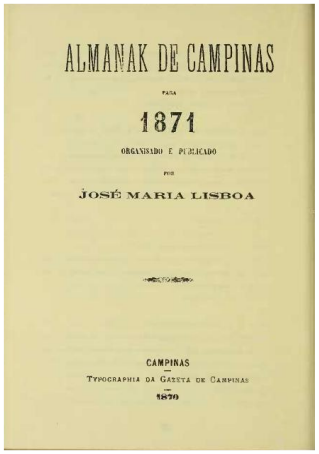
Na segunda metade do século XIX, observa-se uma importante diversificação do gênero, quando surgem almanaques com perfis diferenciados, alguns mantendo o caráter administrativo e estatístico, como o *Almanack Laemert*, publicado na corte, ou ainda o *Almanach da Província de São Paulo para o ano de 1873*, outros, dedicando-se aos conteúdos literários e variedades, como o *Almanach Litterário de São Paulo*, organizado por José Maria Lisboa a partir de 1876, publicado até 1885, ou o *Almanaque Brasileiro Garnier*, publicado na capital federal entre 1903 e 1914 pela Livraria Garnier do Brasil.

> Durante as três últimas décadas do século XIX, saíram das tipografias inúmeros almanaques culturais e literários. No período, as casas livreiras, jornais da grande imprensa e alguns importantes estabelecimentos do comércio paulistano buscaram, com maior ou menor sucesso, organizar seus almanaques anuais [...] nas listas de publicações das casas livreiras, eram cada vez mais frequentes os almanaques literários paulistas, cariocas, portugueses ou franceses. (CRUZ, 2000, p. 58)

Caindo no gosto popular e adquirindo uma miríade de versões e temáticas, como os conhecidos almanaques de farmácia, que circularam até o final do século XX (PARK, 1999), ou ainda os almanaques de cordel que circulam até os dias de hoje em algumas regiões do Nordeste (MEYER, 2001, p. 18), o modelo mais comumente encontrado eram os almanaques de cidades.

Dedicados num primeiro momento às capitais, logo surgiram nas cidades interioranas; em São Paulo, ainda em fins do XIX são publicados almanaques em cidades como Campinas, que viu surgir o *Almanak de Campinas para 1871*, organizado por José Maria Lisboa (Lisboa, 1870), Rio Claro, que viu ser lançado o *Almanak de S. João do Rio Claro* em 1872, organizado por Thomaz Carlos de Molina, Amparo, que teve seu *Almanaque da Comarca de Amparo para 1889* organizado por Jorge Pires de Godoy (Godoy, 1888) e ainda São Carlos, que viu publicado o *Almanach de 1894* organizado por Joaquim Augusto (Augusto, 1894).

Figura 1 – Capa do *Almanak de Campinas para 1871*.



Fonte: Lisboa, 1870.[1]

Figura 2 – Capa do *Almanack de Bragança para 1900*.



Fonte: Maia, 1889.[2]

No século XX, em sintonia com o processo de expansão das linhas férreas, de ocupação do espaço e de fundação de cidades no sertão paulista, mais almanaques surgem no interior; naquele período, observa-se o movimento de crescimento e circulação dos materiais impressos em São Paulo, que além dos jornais, que circulavam em grande número e representavam setores cada vez mais diversificados da sociedade, tomavam contato com os mais variados artigos produzidos nas tipografias, como uma grande variedade de materiais

[1] LISBOA, José Maria. *Almanak de Campinas para 1871*. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1870.
[2] MAIA, José. *Almanack de Bragança para 1900*. Bragança: Typographia Commercial, 1889.

ligados às novas necessidades mercantis, além de "*[...] correspondências, panfletos, opúsculos, brochuras diversas, elegantes folhinhas, 'de parede ou de desfolhar', 'com a firma das casas comerciais', e bonitos almanaques*" (CRUZ, 2000, p. 56).

Deste modo, surgem no interior paulista o *Almanach de São José dos Campos para 1905*, organizado por Sebastião Penna da Camara (Camara, 1905), o *Almanach do Rio Claro - 1906*, organizado por Conrado Krettlis (Kretlis, 1906), o *Almanáque de São Carlos – 1905*, organizado por Joaquim Augusto (FONSECA, 2019), e muitos outros, tendo em vista a grande aceitação popular e a expansão da indústria gráfica no período.

O modelo adotado pela grande maioria dos almanaques era, com pequenas alterações, o mesmo; articulando uma grande diversidade de assuntos, que abarcavam a história do município, as grandes personalidades políticas locais, informações relevantes sobre a administração pública, tais como repartições e autarquias, o funcionamento do judiciário, instrução pública e organizações sociais e religiosas, empresas de serviço público e meios de transporte, com ramais ferroviários e horários, além das tradicionais listas de estabelecimentos comerciais e profissionais locais. Tudo entremeado de contribuições literárias, charadas e propagandas.

No entanto, a partir da segunda década do século passado, os almanaques de cidades apresentam transformações significativas, tanto em sua materialidade quanto em seu conteúdo; como explica Barbosa, o início do século XX fora marcado pela introdução de vários artefatos tecnológicos que mudaram significativamente a maneira como se produziam os materiais impressos, tais como máquinas linotipos, máquinas de imprimir com capacidades muito maiores do que as utilizadas até então, máquinas fotográficas e a impressão de imagens, além dos métodos fotoquímicos que permitiam a publicação de clichês em cores (Barbosa, 2007, p. 22).

Deste modo, incorporando as modernas técnicas desenvolvidas pela indústria gráfica, aqueles materiais deixam sua forma acanhada de pequenos e mal impressos livretos, adquirindo um formato maior, bem impressos em papel de qualidade. Além disso, a disseminação da fotografia pelo interior paulista (KOSSOY, 2002), e as tecnologias que permitiam a reprodução com qualidade de fotografias e imagens coloridas, promoveram uma revolução naquele material, agora *Illustrado*, que se transforma em edição de luxo.

Os *albuns illustrados* e a representação da cidade

Naquele contexto, surgem no interior paulista diversos almanaques ou álbuns *ilustrados* de cidades, tais como o *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto – 1913*, o *Album de Araraquara de 1915*,

o *Almanach-Album de São Carlos (1917-1918)*, o *Album de Rio Preto – 1918-1919* e o *Album Illustrado da Comarca de Rio Preto (1927-1929).*

Figura 3 – Capa do Almanach-Album de São Carlos 1916-1917.



Fonte: CASTRO, 1917.

Figura 4 – Capa do Album de Rio Preto 1918-1919.



Fonte: FRANÇA, 1915.

Apesar de constituírem em sua grande maioria uma iniciativa privada, tais almanaques contavam com o apoio do poder público, cumprindo um papel de propaganda e divulgação das "*cidades do café*"; era preciso atrair capitais e braços para a lavoura, objetivos que dependiam diretamente da divulgação da imagem de urbes civilizadas, especialmente pelo passado de conflitos, violência, grilagens e extermínio das populações indígenas, que geralmente marcaram o processo de surgimento daquelas metrópoles sertanejas. Era preciso esquecer o passado e destacar o presente de desenvolvimento vivenciado pelas cidades, papel cumprido de forma eficaz pelos almanaques.

Figura 5 – Capa do Album de Rio Preto 1918-1919.



Fonte: Silva, 1919.

Figura 6 – Capa do *Album de Mirassol (1900-1925).*



Fonte: Estrela, 2025.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

Os modernos *Albuns Illustrados* traziam como principal novidade a grande quantidade de fotografias, impressas com qualidade cada vez melhor, destacando os aspectos mais interessantes da cidade, especialmente aqueles que representassem seu desenvolvimento, tais como escolas, hospitais, teatros, serviços públicos de água, energia e telefone, os prédios da administração municipal e meios de transporte.

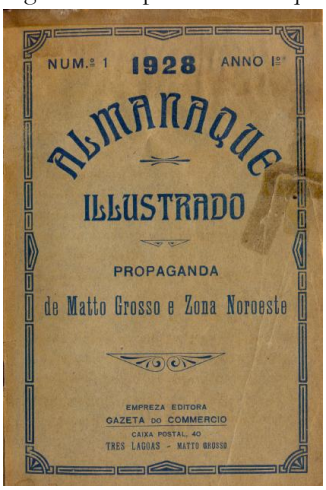
Tomado como negócio, o empreendimento dos almanaques poderia se mostrar lucrativo, se conseguisse chamar a atenção de um número significativo de patrocinadores, que pagavam para publicar seus anúncios em diferentes espaços ao longo da obra, e também do público leitor, que pagaria para adquirir o material impresso. Tal perspectiva explica, por exemplo, a pouca periodicidade da grande maioria destes álbuns ilustrados, que simplesmente não se mostravam viáveis para uma segunda edição, ou ainda a organização de almanaques que abrangiam extensas regiões, como são os curiosos casos do *Almanaque Illustrado de 1928 – Propaganda de Matto Grosso e de Zona Noroeste*, organizado e publicado em Três Lagoas-MS por Elmano Soares, ou ainda o *Album Illustrado da Comarca de Rio Preto 1927-1929*, que abrangia cidades de uma gigantesca comarca do interior.

Figura 7 – Contracapa do Abum Illustrado da Comarca de São José do Rio Preto, 1929.



Fonte: CAVALHEIRO, 1929, p. 3.

Figura 8 – Capa do Almanaque Illustrado de 1928.



Fonte: SOARES, 1928.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



Os almanaques foram de grande importância para a democratização do acesso ao impresso e fomento à leitura, em especial das classes populares, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Park, 1999). Como empreendimento, faziam parte de um novo e pujante segmento, o das publicações ilustradas, atividade para onde se deslocaram vários dos profissionais que trabalhavam nos meios tipográficos do período, como foi o caso do jornalista Abilio Cavalheiro.

Considerações finais

No início do século XX, a partir de uma diversidade de fatores tais como o ritmo intenso de crescimento urbano da capital e cidades no interior, verifica-se o crescimento da produção e circulação de materiais impressos em São Paulo. Aquele processo fora marcado pela generalização e modernização das typografias (BARBOSA, 2007), e pelo surgimento de uma infinidade de materiais impressos, que passam a fazer parte do cotidiano dos citadinos, tais como cartões postais, calendários, opúsculos, e em especial, os almanaques (CRUZ, 2000, p. 56).

De origem europeia, mas adaptado às necessidades do país (Meyer, 2001), os almanaques constituíram um importante segmento do mercado editorial brasileiro desde o século XIX, tendo em vista a precária capacidade de impressão das editoras nacionais; produzidos com materiais baratos e impressão rudimentar, foram a alternativa comercial de editores nacionais naquele período, constituindo um dos primeiros esforços para ampliar a ainda incipiente cultura impressa no país (SODRÉ, 1983).

Caindo no gosto popular, os almanaques passam a ser publicados em modelos e temáticas diversas, como administrativas e comerciais, literárias, de cidades, de farmácia dentre outros; destes, destacavam-se no interior paulista os almanaques de cidades, que entendidos como empreendimentos privados, surgiram ao longo de todo o interior paulista, acompanhando a expansão das linhas férreas e a fundação e desenvolvimento urbano das cidades. Incorporando as modernas técnicas de imagem e impressão do início do século XX, os antigos almanaques apresentam transformações significativas em sua composição; impressos em tamanho maior e com materiais de qualidade, incorporam a fotografia como parte importante de sua proposta, transformando-se em *Albuns Illustrados*.

Adquirindo o perfil de propaganda oficial das municipalidades, os *Albuns* surgiram em cidades tais como São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e outras; privilegiando clichês dos principais aspectos das urbes interioranas, os álbuns buscavam



imprimir a imagens de cidades desenvolvidas, civilizadas, apagando o passado de conflitos e violências que marcara o processo de ocupação de todo o interior paulista.

Referências

AUGUSTO, Joaquim. Almanach de 1894. São Carlos: Typografia de O Popular, 1894.

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAMARA, Sebastião Penna da. Almanach de São José dos Campos para 1905. Jacarehy: Typographia da "Casa Minerva", 1905.

CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1952, v. 1 e 2.

CAMARGO, Sebastião. Almanach de São Carlos -1915. São Carlos: Typ. "Joaquim Augusto", 1915.

CASTRO, Flanklin. Almanach-Album de São Carlos (1916-1917). São Carlos: Typographia Aldina, 1917.

CAVALHEIRO, Abilio Abrunhosa. *Album ilustrado da Comarca de Rio Preto de 1927-1929*. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayença, 1929.

CAVALHEIRO, Edgar. A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/ Ministério da Educação e Cultura, 1955.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo de papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890/1915*. São Paulo: Educ/FAPESP, 2000.

FEBVRE, Lucien P. V; MARTÍN, Henri-Jean. O aparecimento do livro. São Paulo: EDUSP, 2017.



FONSECA, Arrovani Luiz. Almanaques de São Carlos (SP), um caleidoscópio de imagens da cidade (1894-1928). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo: 2019.

FRANÇA, Antônio M. Álbum de Araraquara – 1915. Araraquara: Ed. João Silveira, 1915.

GHIRARDELLO, Nilson. À beira da linha: Formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

JORGE, J. *A imprensa paulistana: entre as demandas do povo e os interesses oligárquicos (1890-1920).* **Revista Histórica**, São Paulo, n.7, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. Dicionáro Histórico-Fotográfico Brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

KRETTLIS, Conrado. Album do Rio Claro de 1906. Rio Claro: Typ. Conrado, 1906.

LE GOFF, J. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEAL, Carlos Eduardo. Gazeta de Notícias. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV CPDOC. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias. Último acesso em 25/03/2026.

LISBOA, José Maria. *Almanak de Campinas para 1871*. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1870.

MAIA, José. *Almanack de Bragança para 1900*. Bragança: Typographia Commercial, 1889.

MEYER, Marlyse (org). Do Almanak aos Almanaques. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.



MOMBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo, Hucitec/ Polis, 1984.

PARK, Margareth B. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. São Paulo: Mercado das Letras, 1999.

SÁ, MANAIA & CIA. Almanach Illustrado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Tipografia do jornal O Reporter, 1913.

SILVA, R. Allbum da Comarca de Rio Preto (1918-1919). São Paulo: Secção de obras de "O Estado de São Paulo", 1919.

SOARES, Elmano. ALMANAQUE ILLUSTRADO: Propaganda de Matto Grosso e Zona Noroeste. Num. 1, Anno 1. Três Lagoas – Mato Grosso: Empreza Editora Gazeta do Commercio, 1928.

SOARES, Elmano. ALMANAQUE ILLUSTRADO: Propaganda de Matto Grosso e Zona Noroeste. Num. 1, Anno 1. Três Lagoas – Mato Grosso: Empreza Editora Gazeta do Commercio, 1928.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TASCHNER, Gisela. Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



MÃES, ESPOSAS, IRMÃS: MULHERES E LEGITIMAÇÃO DINÁSTICA NA DINASTIA CONSTANTINIANA (306–337 EC)

Thaís de Almeida Rodrigues[1]

Introdução

A consolidação da Dinastia Constantiniana marcou uma inflexão nas formas de legitimação do poder imperial romano. Em um contexto de dissolução do sistema tetrárquico, guerras civis e reconfiguração das estruturas políticas, a autoridade de Constantino I foi progressivamente ancorada não apenas em vitórias militares e reconhecimento senatorial, mas também na construção de uma legitimidade dinástica centrada na família imperial. Nesse processo, mulheres pertencentes ao círculo familiar do imperador desempenharam papéis fundamentais, ainda que frequentemente marginalizados pela tradição historiográfica e pelos registros materiais.

O presente capítulo analisa o papel desempenhado pelas mulheres da primeira geração da dinastia constantiniana (Helena, Teodora, Minervina, Fausta, Constância, Anastácia e Eutrópia) nos processos de legitimação do poder imperial entre 306 e 337 EC. A questão central que orienta esta investigação é: de que modo essas mulheres contribuíram para a construção, estabilização e perpetuação dessa dinastia, em um contexto de transição do sistema tetrárquico para um sistema hereditário de base cristã?

O Problema da Legitimidade na Transição Tetrarquia–Dinastia Constantiniana

A construção de um novo sistema de legitimidade dinástica sob Constantino não pode ser compreendida sem antes examinar as fragilidades do modelo tetrárquico que o precedeu e as soluções institucionais e simbólicas que a nova dinastia mobilizou para superá-las. Esta primeira seção analisa, em três movimentos, as bases do problema da legitimidade nesse período de transição: primeiro, os princípios e limites do sistema tetrárquico; segundo, as estratégias específicas adotadas por Constantino para construir uma dinastia hereditária; terceiro, o papel singular que as mulheres desempenharam nesse processo.

[1] Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2025/03295-9. E-mail: thais.a.rodrigues@unesp.br .



A tetrarquia como sistema antidinástico

O sistema tetrárquico, instituído por Diocleciano a partir de 293 EC, representou uma ruptura deliberada com os princípios de sucessão hereditária que haviam marcado os anos iniciais do Império. Em substituição da transmissão do poder por laços de sangue, Diocleciano estabeleceu um colégio imperial composto por dois *Augusti* (imperadores seniores) e dois *Caesares* (imperadores juniores), vinculados entre si por laços de adoção e associação funcional, não por parentesco biológico.

Cada um desses quatro governantes recebia uma área territorial específica de administração, mas todos compartilhavam a autoridade imperial, e o sistema previa que, após vinte anos de governo, os *Augusti* abdicariam voluntariamente, sendo sucedidos pelos *Caesares*, que então escolheriam novos *Caesares* para dar continuidade ao ciclo. Essa engenharia institucional tinha um objetivo claro: eliminar as guerras civis sucessórias que haviam assolado o Império no século III, substituindo a lógica dinástica por um princípio meritocrático-adotivo (Vanderspoel, 2020, p. 28).

Nesse contexto, a propaganda do regime desempenhou papel fundamental na construção dessa nova lógica de poder. A ideologia tetrárquica enfatizava a unidade e a colegialidade entre os governantes por meio de representações materiais que demonstrassem a "irmandade" masculina dos membros do colégio imperial. Um exemplo emblemático são as estátuas de pórfiro hoje conservadas na Basílica de San Marco, em Veneza, que apresentam os tetrarcas como figuras atarracadas, trajando vestes militares e abraçando-se mutuamente, numa clara tentativa de materializar visualmente a coesão política e afetiva entre eles (Cameron, 1993, p. 32). Essa linguagem visual reforçava a ideia de um corpo político indivisível, deslocando o foco da hereditariedade para a associação entre pares.

No entanto, a tetrarquia carregava em si uma contradição fundamental. Embora rejeitasse formalmente o princípio hereditário, ela não podia prescindir inteiramente dos laços de família como instrumento de coesão. Diocleciano adotou Maximiano como irmão, associando-o ao poder, e posteriormente adotou Galério e Constâncio Cloro como filhos. Do mesmo modo, Maximiano adotou Constâncio Cloro como genro ao casá-lo com sua enteada Teodora, e Diocleciano casou sua filha Galéria Valéria com Galério (Waldron, 2022, p. 89-92). Os casamentos eram, portanto, o mecanismo pelo qual a adoção política se revestia de roupagem familiar (Dirschlmayer, 2020, p. 463).

De fato, como observa Michaela Dirschlmayer, o potencial dinástico das mulheres foi mobilizado dentro desse sistema sobretudo por meio da política matrimonial, ainda que sua

presença não fosse reconhecida na ideologia oficial. Os casamentos foram organizados de maneira a reforçar os vínculos internos da tetrarquia: Galéria Valéria, filha de Diocleciano e Prisca, casou-se com Galério; Teodora e Fausta, filhas de Eutrópia e Maximiano, foram dadas em casamento a Constâncio I e a Constantino; Valéria Maximila, filha de Galério, casou-se com Maxêncio; e Constância, filha de Teodora, uniu-se a Licínio (Dirschlmayer, 2020, p. 463). Assim, embora invisibilizadas no discurso oficial, as mulheres desempenhavam papel central na articulação das alianças políticas. Esse hibridismo – entre adoção cerimonial e vínculo matrimonial – revelava a dificuldade de sustentar um sistema puramente antidinástico em uma cultura política que, desde Augusto, valorizava a continuidade do sangue (Casella, 2020, p. 236-240).

Paradoxalmente, essa centralidade prática das alianças conjugais contrastava com sua quase total ausência na propaganda oficial. Conforme destacam Anne Hunnell Chen e Byron Waldron, as mulheres da Primeira e da Segunda Tetrarquias estão inexplicavelmente ausentes das esculturas, moedas, inscrições e monumentos, e nenhuma delas recebeu títulos tradicionais como *augusta* ou *mater castrorum* (Chen, 2018, p. 42; Waldron, 2023, p. 200-201). Essa omissão é particularmente significativa se considerarmos que, desde o início do Principado, as mulheres imperiais desempenhavam papel relevante na autoapresentação do poder (Brubaker; Trobler, 2000).

A ausência feminina não se restringe ao campo visual. Como observa Waldron, os panegíricos latinos do período (289, 291, 297 e 298 d.C.) silenciam completamente sobre as mulheres dos governantes. Nesses discursos, privilegiam-se termos como *frater*, *pater* e *avus*, enquanto expressões que indicariam vínculos matrimoniais, como *socer* e *gener*, são evitadas. Apenas no panegírico do casamento de Constantino e Fausta esses termos reaparecem com destaque (Chen, 2018, p. 52; Waldron, 2023, p. 201). Tal escolha linguística indica que as relações fictícias de parentesco masculino tinham precedência sobre as alianças conjugais reais.

Apesar dessa invisibilização, as mulheres não estavam ausentes da dinâmica política. Mesmo com a escassez de dados biográficos, suas identidades e vínculos familiares permitem compreender o funcionamento das alianças tetrárquicas. Chen observa que, enquanto as esposas dos Augustos – como Prisca e Eutrópia – provavelmente não provinham de famílias de grande prestígio, as esposas dos Césares eram, em geral, filhas dos próprios Augustos, o que reforçava a lógica interna do sistema (Chen, 2018, p. 44-46). Já no caso da segunda tetrarquia, sequer conhecemos os nomes de algumas dessas mulheres, como as esposas de Maximino Daia e Severo, o que evidencia o grau de apagamento a que foram submetidas.



A fragilidade do modelo tornou-se evidente na sucessão de 305. Nesse ano, Diocleciano e Maximiano abdicaram conforme o planejado, e os *Caesares* Galério e Constâncio Cloro foram elevados à condição de *Augusti*. Em teoria, o sistema funcionara: a primeira transição tetrárquica ocorreu sem violência. Contudo, a escolha dos novos *Caesares* revelou o problema. Galério nomeou seu sobrinho Maximino Daia como *Caesar* para o Oriente, enquanto Constâncio Cloro, pressionado, nomeou Valério Severo para o Ocidente, preterindo seu próprio filho, Constantino, que se encontrava então na corte de Galério como refém político (Vanderspoel, 2020, p. 25). A decisão de excluir Constantino da sucessão imediata foi interpretada por muitos como um movimento de Galério para impedir a formação de uma dinastia hereditária ocidental (Waldron, 2022, p. 135). Quando Constâncio Cloro morreu em 306 em Eboracum (atual York), as tropas o aclamaram Augusto contra a vontade de Galério, rompendo o princípio tetrárquico e inaugurando uma década de guerras civis (Lenski, 2006, p. 49-62).

A partir de 306, o sistema tetrárquico entrou em colapso acelerado. Maxêncio, filho de Maximiano, usurpou o poder em Roma; Constantino recusou-se a aceitar o rebaixamento a *Caesar*; Licínio foi elevado a *Augustus* em 308 na conferência de Carnunto para tentar restaurar a ordem, mas não logrou conter as ambições dinásticas. O princípio antidinástico que deveria garantir a estabilidade revelou-se, na prática, incapaz de conter a força dos laços de sangue. A transição de 305 produziu não uma sucessão pacífica, mas um vazio de legitimidade que apenas a dinastia – o mesmo princípio que a tetrarquia procurara abolir – poderia preencher.

A estratégia constantiniana de construção dinástica

Diante do fracasso do modelo tetrárquico, Constantino empreendeu uma construção dinástica multifacetada, na qual as mulheres ocuparam lugar central. Três eixos estruturam essa estratégia: os casamentos como instrumentos de aliança, a promoção da *domus divina* como categoria política e a cristianização da linhagem imperial.

O primeiro e mais imediato instrumento foi o casamento. Em 307, já aclamado Augusto pelas tropas, Constantino selou uma aliança crucial com Maximiano, o antigo *Augustus* ocidental que retornara à política, casando-se com Fausta, filha de Maximiano e de Eutrópia (Eutr. X 3; Aur. Vic. *Caes.* 40.12). O casamento, celebrado em Trier com toda magnificência, conferiu a Constantino um vínculo com a linhagem hercúlea – a casa de Maximiano, associada ao deus Hércules – e lhe permitiu reivindicar o título de *Augustus* com maior respaldo dinástico. Panegiristas da ocasião exaltaram a união como a

garantia de uma paz duradoura entre as duas casas imperiais (Pan. Lat. VI). O casamento com Fausta, no entanto, exigiu o repúdio de Minervina, a primeira esposa de Constantino e mãe de seu filho mais velho, Crispo (Zos. II 20). Um ato que evidenciava a prioridade concedida à aliança política sobre os vínculos afetivos ou a legitimidade do primogênito.

Ao longo das décadas seguintes, Constantino utilizou os casamentos de suas irmãs e filhas como extensão dessa mesma lógica. Constância, sua meia-irmã, foi casada com Licínio em 313 como parte do acordo de Milão (Eus. V. Const. I 50: Eutr. X 5), que também legalizou o cristianismo no Império. Anastácia e Eutrópia, outras meias-irmãs, foram casadas com senadores romanos (Anon. Val. 5. 14; Jones et al, 1971, p. 316), estabelecendo pontes entre a nova dinastia e a aristocracia tradicional. A política matrimonial constantiniana seguiu um padrão claro: casar mulheres da família para dentro ou para fora do colégio imperial conforme a necessidade do momento, transformando os laços conjugais em instrumentos de governo.

O segundo eixo foi a promoção da *domus divina*, isto é, a sacralização da casa imperial como um todo. O termo, que designava originalmente o palácio imperial e por extensão a família do imperador, adquiriu sob Constantino uma densidade política e religiosa inédita. A essa sacralização correspondiam práticas concretas amplamente atestadas nas fontes. Por exemplo, Eusébio de Cesareia registra que Constantino determinou a inclusão de seu próprio nome e dos nomes de seus filhos (os césares) nas preces litúrgicas das comunidades cristãs, equiparando a lembrança da família imperial a um ato de piedade cívica e religiosa (*Vit. Const.* IV, 45). Na cunhagem monetária, a partir de 326-330, a *domus divina* aparece associada a legendas como *Salus et Spes Rei Publicae* ou *Pax perpetua*, com efígies de Helena e Fausta ao lado de Constantino, indicando que a prosperidade do Império dependia da unidade e da perpetuidade da linhagem constantiniana (RIC VII, Roma 100-105; cf. Bruun, 1966, p. 58-62).

Do mesmo modo, basílicas palatinas em Trier e em Constantinopla passaram a abrigar estátuas e retratos dos membros da família imperial, convertendo os espaços residenciais em cenários de culto dinástico. Essa estratégia não apenas consolidava a legitimidade hereditária contra o princípio tetrárquico, mas também pavimentava o caminho para a sacralização da figura imperial que seria aprofundada por Teodósio e seus sucessores no século IV (Wienand, 2012, p. 245-250).

O terceiro eixo, talvez o mais inovador, foi a cristianização da dinastia. Constantino não se converteu ao cristianismo como um ato privado, mas como uma operação de legitimação pública. A partir de sua vitória sobre Maxêncio na Ponte Mílvia (312), atribuída por ele próprio à intervenção do Deus dos cristãos (Eus. *V. Const.* I 28-32), Constantino passou a



construir uma narrativa na qual sua família era a "casa eleita" por Deus para governar o Império. Eusébio de Cesareia, em sua *Vita Constantini*, elaborou essa teologia política: assim como o Deus único governa o céu, o imperador único governa a terra, e sua família participa dessa ordenação divina (Eus. *V. Const* III 2-3). Helena, a mãe do imperador, tornou-se a figura paradigmática dessa sacralização dinástica: sua peregrinação à Terra Santa (326-328) e a suposta descoberta da Verdadeira Cruz transformaram-na em uma matriarca cristã, equiparável às grandes figuras bíblicas (Drijvers, 1992, p. 55-57). A cristianização da dinastia não suprimiu os antigos mecanismos de legitimação, mas os sobrepôs a uma nova camada simbólica que vinculava o destino da família imperial ao próprio plano divino.

Mulheres e legitimação: trajetórias

Helena: a matriarca cristã

Nenhuma mulher da dinastia constantiniana alcançou maior projeção simbólica e política do que Flávia Júlia Helena Augusta. Mãe de Constantino I, Helena transitou de origens humildes a uma posição de destaque na corte imperial, convertendo-se, ao longo do século IV, em um modelo de matriarca cristã cuja influência se estendeu muito além de sua morte.

Helena provavelmente nasceu na cidade de Drepanum, na Bitínia (Ásia Menor), por volta de 248/249, como indica Eusébio ao afirmar que ela morreu aos oitenta anos em 328/329. Seu filho Constantino mais tarde renomeou Drepanum como Helenópolis em sua homenagem. (Drijvers, 1992, p. 12). As fontes antigas são unânimes em descrever sua origem social modesta. Ambrósio de Milão (*De obitu Theodosii*, 42) a chama de *stabularia* (estalajadeira), enquanto Eutrópio (10.2) menciona que ela nasceu *ex obscuriore matrimonio*. Filostórgio (2.16) chega a descrevê-la como "uma mulher comum, não diferente das meretrizes". Embora essas descrições possam conter exageros retóricos, especialmente por parte de autores pagãos hostis a Constantino, a insistência das fontes em sua baixa condição sugere que sua ascensão foi de fato notável.

Por volta de 270, Helena conheceu Constâncio Cloro, então um oficial em ascensão, próximo a sua cidade natal. A união entre ambos teria sido um concubinato – uma forma aceita de coabitação entre pessoas de origens sociais desiguais – e não um casamento formal. Em 272/273, Helena deu à luz Constantino em Naissus (Hillner, 2023, p.39). Quando Constâncio Cloro se tornou César em 293 e se casou com Teodora, filha do Augusto Maximiano, ele se separou de Helena, que então desaparece do registro histórico por mais de uma década.



Com a morte de Constâncio Cloro em 306 e a aclamação de Constantino como Augusto pelas tropas em Eboracum, Helena foi chamada à corte de seu filho. A partir de então, residiu nas principais capitais ocidentais do Império – Trier e Roma – e tornou-se uma figura proeminente na *domus divina* constantiniana. Frescos no palácio imperial de Trier possivelmente a representam, e uma viva tradição medieval sobre Helena naquela cidade indica sua longa permanência ali. Em Roma, recebeu a propriedade do *fundus Laurentus*, no sudeste da cidade, que incluía o *Palatium Sessorianum*, um circo e banhos públicos (mais tarde chamados *Thermae Helenae*), evidenciando a proximidade de Helena com a família imperial (Drijvers, 1992, p. 20). Várias inscrições (CIL 6.1134, 1135, 1136) atestam sua conexão com essa área, bem como seu interesse pela basílica dos Santos Marcelino e Pedro, onde mais tarde seria sepultada. As fontes também mencionam que foi Constantino quem converteu Helena ao cristianismo após 312, embora ela já pudesse nutrir simpatias pela fé antes disso (Eus, *V. Const.*, 3.47; Drijvers, 1992, p. 22).

Por volta de 326-328, Helena empreendeu peregrinação às províncias orientais, culminando em Jerusalém (Drijvers, 1992, p. 55). Eusébio de Cesareia a descreve como *piissima* (Eus. *V. Const.*, 3.42). A viagem transformou-a na primeira peregrina cristã documentada (Hunt, 1982, p. 10). Durante sua estadia, esteve associada à construção de basílicas: no Monte das Oliveiras (Igreja da Eleona) e em Belém (Basílica da Natividade) (Eus. *V. Const.*, 3.43). A tradição que a credita com a descoberta da "Verdadeira Cruz" é posterior e não consta em Eusébio. As primeiras referências aparecem em Cirilo de Jerusalém (ca. 350) e são desenvolvidas por Ambrósio de Milão (*De obitu Theodosii*, 46-48) e Rufino (10.7-8). Ainda que historicamente duvidosa, a associação de Helena à Vera Cruz tornou-se um pilar de sua santidade (Drijvers, 1992, p. 61).

Helena faleceu em 328 ou 329, sendo sepultada em mausoléu anexo à basílica dos Santos Marcelino e Pedro, em Roma (Drijvers, 1992, p. 69-70). Após sua morte, recebeu o título de *Diva*, com moedas póstumas "DIVAE HELENAE" (Drijvers, 1992, p. 71). Seu culto difundiu-se no Oriente e Ocidente, celebrado em 21 de maio e 18 de agosto. O modelo por ela criado tornou-se paradigma para as imperatrizes cristãs do século IV, como Constantina e Eusébia.

Teodora e Minervina: marginalizadas

Teodora era filha de Maximiano, um dos tetrarcas, e Eutrópia, uma mulher, tal qual Helena, de origem desconhecida. Em 293, Constâncio Cloro, então nomeado César de Maximiano, separou-se de Helena (Eutr. 9.22; Aur. Vic. Caes. 39.25) e casou-se com Teodora para



consolidar os laços políticos entre as duas casas imperiais. O casamento produziu seis filhos, entre eles só sabemos os nomes de Júlio Constâncio, pai do futuro imperador Juliano, Flávio Dalmácio, cônsul em 333 e pai dos *Caesares* Dalmácio e Aníbaliano, (Philost. 2.16a; Eutr. 9.22) e, provavelmente Constância, que mais tarde se casaria com Licínio, além de Anastácia e Eutrópia. Esses meio-irmãos de Constantino constituíam uma linhagem colateral que, por quase três décadas, permaneceu à sombra do poder de Constantino, mas que após 335 foi promovida a posições elevadas – Júlio Constâncio tornou-se patrício e cônsul, Flávio Dalmácio foi nomeado censor –, apenas para ser quase inteiramente eliminada no massacre de 337, logo após a morte de Constantino.

Eusébio (Vit. Const. 1.17, 1.21) relata que no leito de morte de Constâncio, sua esposa, os filhos e seu primogênito Constantino estavam presentes. Nota-se que ele não falou o nome de Theodora especificamente, provavelmente como forma de manter o favor de Constantino, sobre quem escrevia a Vita. Hillner acredita que é mais provável que Eusébio quisesse obscurecer a identidade de Teodora para confundi-la com a de Helena, que ocupa um lugar de destaque em sua *Vida de Constantino* como a principal ancestral feminina da dinastia constantiniana (Hillner, 2023, p.64).

Apesar da escassez de homenagens em vida, Teodora recebeu honrarias póstumas. Quando Constantino morreu em 337, o Império passou a ser governado por seus três filhos (Constantino II, Constâncio II e Constante). No entanto, esses imperadores tinham primos do lado paterno – os filhos de Teodora (Júlio Constâncio, Flávio Dalmácio, etc.) – que também reivindicavam legitimidade dinástica. Os filhos de Constantino resolveram a disputa eliminando grande parte dessa linhagem colateral no chamado "massacre de 337". Para disfarçar o fratricídio e legitimar a nova ordem, Constantino II, Constâncio II e Constante teriam promovido essas cunhagens.

Teodora ilustra o paradoxo da legitimidade colateral: excluída do centro do poder durante o reinado de Constantino, sua linhagem foi instrumentalizada após sua morte, primeiro para ampliar a base dinástica (335) e depois para ser eliminada como ameaça (337). As mulheres, nesse contexto, não apenas transmitiam sangue, mas também carregavam consigo o risco ou a promessa de reivindicações dinásticas concorrentes (Hillner, 2018).

Por outro lado, Minervina é, entre todas as mulheres da primeira geração constantiniana, a figura mais obscura. As fontes antigas não registram suas origens, sua data de nascimento ou de morte, e mesmo seu estatuto jurídico em relação a Constantino é incerto. O consenso historiográfico é de que ela foi ou a primeira esposa ou uma concubina de Constantino I, e a mãe de seu filho mais velho Crispo.

A principal evidência para o debate é um panegírico anônimo do final do século III, que afirma que Constantino era casado por volta do ano 290 (Panegírico Lat., 10(2).11.4). Se essa informação for precisa, Minervina teria sido sua esposa legítima, e não uma concubina. No entanto, as fontes literárias posteriores – Aurélio Victor e Zósimo – referem-se a Minervina explicitamente como concubina (Zósimo, *Historia Nova*, II 20; Aurélio Victor, *Epitome de Caesaribus*, 41.4). Timothy Barnes (1982, p. 42-43) e David Woods (1998, p. 85) aceitam o panegírico como prova de um casamento legítimo, enquanto Hans Pohlsander (1984, p. 480) considera a possibilidade de o panegirista não estar sendo inteiramente sincero.

Esse silêncio documental não é acidental: ele reflete a decisão deliberada de Constantino de apagar a memória da primeira consorte para dar lugar à aliança mais prestigiosa com a casa de Maximiano. Minervina foi a esposa descartada, cujo nome sobreviveu apenas porque Crispo, seu filho, foi por um tempo herdeiro presuntivo. Sua trajetória ilumina os limites extremos da agência feminina: uma mulher cujo único ato registrado foi dar à luz um filho, e cujo desaparecimento do registro público foi tão completo que não sabemos sequer se ela morreu antes ou foi repudiada após o casamento com Fausta em 307.

Fausta: ascensão e queda

Flávia Máxima Fausta (ca. 289-326) foi, ao contrário de Minervina, uma figura central na propaganda constantiniana por quase duas décadas. Filha de Maximiano e Eutrópia, Fausta casou-se com Constantino em 307 (Barnes, 1982, p. 34). O casamento selou a aliança entre Constantino e Maximiano.

Fausta ostentou o título de *Nobilissima Femina* até 324, quando foi elevada a *Augusta*. Durante esse período, exerceu um papel político relevante. Em 310, quando Maximiano conspirou para assassinar Constantino, Fausta revelou o plano a seu marido, contribuindo para a derrocada do próprio pai (Eutr. X 3; Zósimo, II 11). Barnes (1973, p. 41-42) observa que a história mostra claros sinais de ter sido inventada durante a guerra de Constantino contra Maxêncio, mas, independentemente de sua veracidade, ela atesta a imagem que Constantino desejava projetar: a de uma esposa leal que colocava a dinastia acima dos laços de sangue. Fausta também foi anfitriã do sínodo de 313 que tratou do cisma donatista, que ocorreu em sua residência imperial, revelando sua influência em questões político-religiosas (Liverani, 2004, p. 22).

Fausta teve cinco filhos com Constantino: Constantino II, Constâncio II, Constante, Constantina e Helena (Aur. Vic., *Epit.* 41.12; *De Caes.* 41.13-15). Três deles se tornaram

imperadores, garantindo a continuidade da dinastia por mais de duas décadas após a morte de Constantino – uma prova eloquente de sua função biológica como geradora de herdeiros. O ano de 326 marcou, no entanto, uma virada trágica. Primeiro, Crispo, o filho mais velho de Constantino com Minervina, foi executado em Pola, sem julgamento, por ordem do pai (Eutr. X 6; Aur. Vic. 41.11-12). Pouco depois, Fausta também foi morta. As fontes divergem quanto ao método: a versão mais difundida afirma que ela foi sufocada em um banho superaquecido (Zos. II 29; Philost. II 4; Aur. Vic. *Epit.* 41.12). O que todas as fontes concordam é que Constantino ordenou a *damnatio memoriae* de ambos – Crispo e Fausta – com o resultado de que nenhuma fonte contemporânea registra os detalhes de seu destino. Eusébio de Cesareia, em sua *Vita Constantini*, silencia completamente sobre ambos, e mesmo em sua *História Eclesiástica* escreveu Crispus fora da versão final (Stephenson, 2010, p. 220). Significativamente, a *damnatio memoriae* de Fausta foi apenas parcial. Suas moedas foram retiradas de circulação e seu nome omitido dos registros oficiais, mas seus filhos jamais foram deserdados; eles se tornaram imperadores e, em 355/356, o próprio Juliano, em seu panegírico a Constâncio II, elogiou a beleza, nobreza e virtude moral de Fausta (Jul. Or I 5c-d; 9b-d). Esse elogio tardio sugere que a *damnatio memoriae* pode ter sido suspensa durante o reinado de seus filhos ou uma forma de provocação de Juliano. Fausta foi, assim, ao mesmo tempo, vítima e fundamento da dinastia: executada para resolver uma crise sucessória, mas preservada na linhagem que continuou a governar.

Constância, Anastácia, Eutrópia: irmãs como alianças

As irmãs de Constantino – Constância, Anastácia e Eutrópia – desempenharam um papel distinto das mães e esposas na estratégia dinástica constantiniana. Enquanto Helena e Fausta estavam diretamente vinculadas ao centro do poder (mãe e esposa do imperador), as irmãs foram utilizadas como instrumentos de aliança externa, casadas com outros governantes ou com membros da aristocracia senatorial para ampliar a base de sustentação da dinastia.
Flávia Júlia Constância (após 293 – ca. 330) era filha de Constâncio Cloro e de Teodora, portanto meia-irmã de Constantino (Jones et al, 1971, p. 221). Em 313, no contexto do acordo de Milão que legalizou o cristianismo e selou a aliança entre Constantino e Licínio, Constância foi dada em casamento a Licínio, então Augusto do Oriente (Eutr. X 5; Zos. II 17.2). O casamento teve uma função claramente política: consolidar a trégua entre os dois Augustos após a derrota de Maximino Daia e dividir o Império em esferas de influência.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

A paz entre Constantino e Licínio durou pouco. Já em 316 e novamente em 324, os dois Augustos entraram em guerra. Nesse segundo conflito, Constância tentou atuar como mediadora. As fontes registram que ela interveio diplomaticamente para evitar o confronto final, viajando entre as cortes de seu marido e de seu irmão (Pohlsander, 1993, p. 153). Zósimo (II 28) menciona que, após a derrota de Licínio em Adrianópolis (324), Constância suplicou a Constantino que poupasse a vida de seu marido. Constantino inicialmente aceitou, enviando Licínio para Tessalônica como prisioneiro, mas poucos meses depois ordenou sua execução (Zos, II 28; Aur. Vic. *Epit.* 41.7). O filho de Constância e Licínio, Licínio II (ou Licínio Liciniano), foi executado em 326, provavelmente junto com Crispo e Fausta, como parte da purga dinástica (Pohlsander, 1993, p. 154; Moreno Resano, 2015, p. 197-198).

Constância sobreviveu à queda do marido e do filho. Ela continuou a residir na corte de Constantino até sua morte, ocorrida por volta de 330. A documentação eclesiástica a associa ao arianismo: Filostórgio (II 4) menciona sua influência na corte e seu papel na mediação entre as facções cristãs. Eusébio de Cesareia, no entanto, silencia completamente sobre Constância em sua *Vita Constantini* – um silêncio que Pohlsander (1993, p. 156) atribui ao embaraço de Eusébio diante da derrota e execução de Licínio, antigo adversário de Constantino.

Anastácia, também filha de Constâncio Cloro e Teodora, é a menos conhecida entre as irmãs de Constantino. As fontes antigas mencionam seu nome apenas em conexão com seu casamento e com a nomeação de banhos públicos em Constantinopla. Amiano registra que, em 365, o usurpador Procópio se refugiou nos *Thermae Anastasianae* (Banhos de Anastácia) em Constantinopla, o que indica que a irmã de Constantino recebeu a honra de ter um edifício público nomeado em sua memória (Amm. XXVI 6.14).

Anastácia foi casada com Bassiano, um senador romano que, por volta de 316, foi proposto à posição de *Caesar* no contexto das negociações políticas entre Constantino e Licínio (Jones et al., 1971, p. 58; Mirolyubov, 2017, p. 92–93). A aliança matrimonial inseria-se nas estratégias de articulação dinástica e de disputa pelo poder entre os dois imperadores. No entanto, o projeto fracassou: Bassiano foi acusado de conspiração e executado, em circunstâncias que variam nas fontes, sendo atribuído ora à iniciativa de Constantino, ora à de Licínio (Mirolyubov, 2017, p. 92–93).

O episódio exemplifica os riscos políticos inerentes ao uso de mulheres como instrumentos de aliança: quando a aliança se rompe, a mulher fica vulnerável, e seu nome pode ser apagado da memória oficial. No caso de Anastácia, não se sabe se ela foi repudiada, exilada ou simplesmente ignorada pelas fontes. A existência dos *Thermae Anastasianae* sugere que, após

sua morte, sua memória foi ao menos parcialmente preservada, mas nenhum registro detalhado de sua vida sobreviveu (Mirolyubov, 2017, p. 94–95).

Eutrópia, a terceira meia-irmã de Constantino, foi casada com Nepociano, um nobre romano de posição elevada (Jones et al, 1971, p. 262). Dessa união nasceu um filho, também chamado Nepociano. O nome "Eutrópia" aparece nas fontes sobretudo em conexão com a usurpação de seu filho em 350. Após a morte de Constante (350), Magnêncio usurpou o trono no Ocidente. Nepociano, filho de Eutrópia, proclamou-se Augusto em Roma e tentou resistir a Magnêncio, mas foi derrotado e executado poucos dias depois (Zósimo, II 42.2; Aur. Vic. *Epit.* 42.3).

O episódio é significativo porque demonstra como a legitimidade dinástica podia ser transmitida pela linhagem feminina mesmo décadas após a morte de Constantino. Nepociano reivindicou o trono não por ser descendente de Constâncio Cloro pelo lado paterno, mas por ser filho de Eutrópia, irmã de Constantino – ou seja, por pertencer à *domus Constantiniana* por via materna. As fontes não fornecem detalhes sobre a própria Eutrópia após o casamento, mas seu nome sobreviveu precisamente porque seu filho tentou restaurar a dinastia constantiniana contra o usurpador Magnêncio. Esse episódio atesta a duradoura força simbólica do sangue constantiniano, que podia ser transmitido pelas mulheres mesmo quando os herdeiros varões diretos já haviam desaparecido.

As trajetórias de Constância, Anastácia e Eutrópia revelam o padrão de utilização das irmãs imperiais na estratégia política constantiniana. Essas mulheres eram casadas conforme as necessidades do momento: ora com outros Augustos (Licínio), ora com senadores romanos (Bassiano, Nepociano). Os casamentos podiam ser tanto endogâmicos (dentro do colégio imperial, como Constância com Licínio) quanto exogâmicos (com a aristocracia tradicional, como Anastácia e Eutrópia). Em ambos os casos, o objetivo era ampliar a base de alianças da dinastia, seja neutralizando um rival, seja cooptando a nobreza senatorial.

Considerações finais

Apesar dos mecanismos de legitimação, a agência das mulheres constantinianas encontrava limites estruturais intransponíveis. O primeiro era a dependência de parentes masculinos vivos: uma mulher só exercia poder enquanto o imperador a mantivesse em favor. Minervina desapareceu após ser repudiada; Teodora foi marginalizada com a morte de Constâncio Cloro; Constância sobreviveu à execução do marido e do filho apenas por ser irmã de Constantino – uma exceção que confirma a regra. O segundo limite era a vulnerabilidade em momentos de crise: a execução de Fausta em 326, seguida de *damnatio memoriae*, mostra que o mesmo sistema que elevava uma mulher a Augusta podia, em poucos meses, aniquilar sua memória.



O terceiro limite era o controle da memória por historiadores masculinos. Eusébio silencia sobre Fausta e Crispo para proteger Constantino; Zósimo, pagão e hostil, acusa Fausta de adultério para denegrir a dinastia cristã. Nenhuma mulher da dinastia deixou relato escrito próprio. Ainda assim, as evidências materiais – moedas, inscrições, edifícios – permitem recuperar, ao menos em parte, as práticas de poder que os textos silenciam. As mulheres da dinastia constantiniana não foram meras vítimas ou figuras decorativas; foram agentes cuja atuação, embora circunscrita por limites severos, foi indispensável para a legitimação e a continuidade da primeira dinastia cristã do Império Romano.

No processo de construção dinástica constantiniana, as mulheres desempenharam três categorias de funções sobrepostas — biológicas, simbólicas e políticas — que foram indispensáveis para a legitimação do novo regime. As funções biológicas foram a condição primeira da legitimidade hereditária: Minervina gerou Crispo, o primeiro herdeiro, e Fausta deu a Constantino três filhos que se tornariam imperadores (Constantino II, Constâncio II e Constante), garantindo a continuidade da dinastia por mais de duas décadas, em contraste com a escassez de herdeiros legítimos na tetrarquia. As funções simbólicas, por sua vez, operavam por meio da titulatura, das representações monetárias e da conduta pública: imperatrizes como Helena e Fausta personificavam virtudes como *concordia* (harmonia), *pietas* (devoção) e *pudicitia* (modéstia), sendo associadas em moedas às legendas *Salus Reipublicae* e *Securitas Reipublicae*, mensagens que associavam a presença feminina à estabilidade do Império e que construíam a identidade imperial dessas mulheres como algo que se sobrepunha à sua identidade feminina. Quanto às funções políticas — que incluíam a atuação como mediadoras, patronas e agentes de alianças, exemplificadas por Helena, Fausta e Constância —, elas evidenciam que a construção da dinastia não foi obra exclusiva de Constantino ou de seus generais, mas resultou de um esforço coordenado em que as mulheres foram agentes centrais. O sistema tetrárquico fracassara exatamente por não conseguir integrar a família à legitimidade; Constantino, ao contrário, fez da família — e das mulheres que a constituíam — o próprio centro da legitimidade.

Bibliografia

Documentações textuais

AMBROSE OF MILAN. Oration on the death of Theodosius I. In: Ambrose of Milan: political letters and speeches. Translated with an introduction and notes by J. H. W. G.

Liebeschuetz; with the assistance of Carole Hill. Paperback ed. Liverpool: Liverpool University Press, 2010.

AMIANO MARCELINO. Historias. Traducción y notas de Carmen Castillo García, Concepción Alonso del Real Montes e Álvaro Sánchez-Ostiz Gutiérrez. Barcelona: Editorial Gredos, 2010. (Biblioteca Clásica Gredos, 385).

ANONYMUS VALESIANUS. Pars prior: Origo Constantini imperatoris. Disponível em: https://www.thelatinlibrary.com/valesianus1.html. Acesso em: 12 abr. 2026.

ANONYMUS. Panegyric of Maximian and Constantine (307). Translated with an introduction and notes by C. E. V. Nixon and Barbara Saylor Rodgers. In: NIXON, C. E. V.; RODGERS, Barbara Saylor (ed. e trad.). In praise of later Roman emperors: the Panegyrici Latini. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 145-174. (The Transformation of the Classical Heritage, 21).

ANONYMUS. Panegyric of Constantine (310). Translated with an introduction and notes by C. E. V. Nixon and Barbara Saylor Rodgers. In: NIXON, C. E. V.; RODGERS, Barbara Saylor (ed. e trad.). In praise of later Roman emperors: the Panegyrici Latini. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 207-226. (The Transformation of the Classical Heritage, 21).

AURELIO VÍCTOR. Libro de los Césares. Introduccion, Traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Gredos, 2008.

CYRIL, Saint, Bishop of Jerusalem. The works of Saint Cyril of Jerusalem. Translated by Leo P. McCauley and Anthony A. Stephenson. Washington: Catholic University of America Press, 1969. v. 1. (The Fathers of the Church, 61).

EUTROPIUS. Breviarium. Translation and introducction by H. W. Bird. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

EUSEBIUS, of Caesarea, Bishop of Caesarea. Life of Constantine. Introduction, translation, and commentary by Averil Cameron and Stuart G. Hall. Oxford: Clarendon Press, 1999. (Clarendon Ancient History Series).



JULIEN. Oeuvres Complètes: discours de Julien César (I – V). 3 ed. Texte établi et traduit par Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, t. 1, p. 1, 2003.

LACTANTIUS. De la mort des persécuteurs. Texte critique, traduction et commentaire par Jacques Moreau. Paris: Éditions du Cerf, 1954. 2 v. (Sources Chrétiennes, 39).

PHILOSTORGE. Histoire Eclesiastique. Traduction de Édouard des Places; Introduction, révision de la traduction, notes et index de Bruno Bleckmann, Doris Meyer et Jean-Marc Prieur. Les Éditions du Cerf, 2013.

RUFINUS OF AQUILEIA. History of the church. Translated by Philip R. Amidon. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2016. (The Fathers of the Church: A New Translation, 133).

ZOSIME. Histoire Nouvelle. Tome II, 1re partie: Livre III. Texte établi et traduit par François Pascoud. Paris: Les Belles Lettres, 1979.

Obras de referência

JONES, A. H. M.; MARTINDALE, J. R.; MORRIS, J. (orgs.). The prosopography of the Later Roman Empire. London: Cambridge University Press, v. 1, 1971

Obras gerais

BARNES, T. D. The death of Maximian. Phoenix, v. 27, n. 1, p. 41–44, 1973.

BARNES, T. D. The new empire of Diocletian and Constantine. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

BRUBAKER, L.; TOBLER, H. The gender of money: Byzantine empresses on coins (324–802). Gender & History, v. 12, p. 572–594, 2000.

BRUUN, P. The Roman Imperial Coinage. v. VII: Constantine and Licinius. London: Spink, 1966.



CAMERON, A. *The later Roman Empire, AD 284–430*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

CASELLA, M. Il ruolo di Galeria Valeria nelle dinamiche della politica tetrarchica. Klio, v. 102, n. 1, p. 236–272, 2020.

CHEN, Anne Hunnell. Omitted empresses: the (non-)role of imperial women in tetrarchic propaganda. Journal of Late Antiquity, v. 11, n. 1, p. 42–82, 2018.

DIRSCHLMAYER, M. Women in the family of Constantine. In: CARNEY, Elizabeth; MULLER, Sabine (ed.). The Routledge Companion to Women and Monarchy in the Ancient Mediterranean World. London: Routledge, 2020. p. 463–476.

DRIJVERS, J. W. Helena Augusta: The mother of Constantine the Great and the legend of her finding of the True Cross. Leiden: Brill, 1992.

GUTHRIE, P. The execution of Crispus. Phoenix, v. 20, n. 4, p. 325–331, 1966.

HILLNER, Julia. Late Antique Rome: A Woman's Place. Writing Helena, 23 fev. 2018. Disponível em: https://writinghelena.wordpress.com/2018/02/23/late-antique-rome-a-womans-place/.

HILLNER, J. Helena Augusta: Mother of Empire. Oxford: Oxford University Press, 2023.

HUNT, E. D. *Holy Land pilgrimage in the later Roman Empire: AD 312–460*. Oxford: Clarendon Press, 1982.

JOHNSON, M. J. The Roman imperial mausoleum in late antiquity. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LIVERANI, P. L'area lateranense in età tardoantica e le origini del Patriarchio. Mélanges de l'École française de Rome – Antiquité, v. 116, n. 1, p. 17–49, 2004.

MCCLANAN, A. L. Representations of early Byzantine empresses: image and empire. New York: Palgrave Macmillan, 2002.



MIROLYUBOV, Ivan A. Anastasia, sestra Konstantina Velikogo, v kontekste ego dinasticheskoi politiki. Problemy istorii, filologii, kul'tury, n. 3, p. 90–98, 2017.

MORENO RESANO, Esteban. Las ejecuciones de Crispo, Licinio el Joven y Fausta (año 326 d.C.): nuevas observaciones. Dialogues d'histoire ancienne, v. 41, n. 1, p. 177–200, 2015.

POHLSANDER, H. A. Crispus: the career and death of an emperor's son. Ancient World, v. 9, p. 79–85, 1984.

POHLSANDER, H. A. Constantia. Ancient Society, v. 24, p. 151–167, 1993.

STEPHENSON, P. Constantine, Roman emperor, Christian victor. London: The Overlook Press, 2010.

VANDERSPOEL, J. From the Tetrarchy to the Constantinian dynasty: a narrative introduction. In: TOUGHER, Shaun; BAKER-BRIAN, Nicholas (ed.). The sons of Constantine, AD 337–361: in the shadows of Constantine and Julian. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

WALDRON, B. Dynastic politics in the age of Diocletian, AD 284–311. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023.

WIENAND, J. The making of an imperial dynasty: Optatian's carmina figurata and the development of the Constantinian domus divina (317–326 AD). Giornale Italiano di Filologia, v. 3, p. 225–265, 2012.

WOODS, D. On the death of the empress Fausta. Greece and Rome, v. 45, n. 1, p. 70–86, 1998.



TEORIA DA HISTÓRIA E CULTURA DIGITAL

Luiz Carlos Bento[1]

O presente texto, busca sistematizar os argumentos iniciais de uma pesquisa que toma como objeto a formação da consciência histórica na era digital, articulando teoria da história e psicologia social para pensar a cultura digital. Dialogando com Jörn Rüsen e Estevão Martins, pensamos o aprendizado histórico como um processo de mediação crítica entre passado, presente e futuro, no qual a consciência histórica desempenha função sociopedagógica ao orientar a ação humana no tempo. Na "virada digital", a historiografia e o ensino de história enfrentam desafios teóricos e metodológicos impostos pelas novas tecnologias, que alteram a produção, circulação e recepção do conhecimento histórico. Nesse sentido, compreender o universo da cultura digital, seus códigos e linguagens, torna-se fundamental para os profissionais da história, tanto em suas atividades docentes, quanto na pesquisa histórica.

Elias Thomé Saliba identifica nesse contexto a "doença do curto prazo" e a crise de profundidade cognitiva provocada pela hiperinformação e pela cultura de consumo digital. O que estamos propondo é um diálogo interdisciplinar entre a teoria da história de Rüsen, Certeau, Koselleck, Ricoeur e a psicologia social, sobretudo Aronson e Wineburg, para compreender como as mídias digitais produzem sentidos, crenças e identidades. A hipótese central é que o revisionismo e as *fakes news* funcionam como mecanismos de dissonância cognitiva e conformidade social, explorados economicamente pelo capitalismo digital. Nesse contexto, o microdirecionamento digital intensifica antigas formas de poder simbólico amplificando as práticas de propaganda e vigilância, controle e modulação analisadas por Foucault, Bourdieu e Deleuze.

Nossa percepção inicial que impulsiona a proposição dessa pesquisa nasce de uma constatação existencial não comprovada metodicamente, de que a capacidade cognitiva dos estudantes de história tem sofrido alterações impactantes nas últimas década, sobretudo no que tange a capacidade de leitura e interpretação de obras clássicas da teoria da história. Como professor de teoria da história há duas décadas tenho acompanhado esse processo como observador participante com grande inquietação, pois a cada semestre as bibliografias precisam ser revistas ou reduzidas em função de dificuldades evidenciadas no processo de

[1] Professor Associado de Teoria da História e Historiografia Brasileira na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. UFMS/CPTL. Coordenador do Grupo de Pesquisa: Teoria da História e História da Historiografia no Brasil. Membro do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória UEMS. Pós-doutorado em desenvolvimento na Universidade de Brasília – Unb. E-mail: luiz.bento@ufms.br

leitura, onde alguns autores e obras vem ganhando status de incompreensíveis entre os estudantes de história. Entendo que esse diagnóstico não é apenas uma crise existencial de meia idade, mas também um momento e desafio para pensar a importância e o lugar ocupado pelo conhecimento histórico na era digital, na qual algumas mudanças didáticas, teóricas e metodológicas são necessárias para acompanhar as inovações, mas antes e talvez mais importante do que isso, precisamos entender o que caracteriza a cultura digital, sobretudo entre os estudantes e como ela possibilita a constituição de uma consciência histórica orientada a partir do universo digital como chave de leitura da realidade, aquilo que podemos chamar de visão histórica de mundo ou, numa perspectiva mais restrita, de consciência histórica.

Sam Wineburg, professor da Universidade de Stanford captou bem as características do que alguns pesquisadores chamam de "virada digital", a questão posta por ele como título de sua obra foi Why Learn History (When it´s already on your Phone), o título muito feliz, faz um convite a reflexão acerca de uma noção amplamente divulgada no senso comum, que confunde o conhecimento histórico como algo pronto, fechado e de compreensão simples, confundindo conhecer com rememorar, um conhecimento que por estar disponível até mesmo no celular, não exigiria grande esforço de compreensão. Para Wineburg a era digital expôs a escola como sendo um reduto anacrônico com linguagens pedagógicas e formas de avaliação em grande medida ultrapassadas que não preparam os estudantes sobretudo nos conteúdos de história para o caos informacional do mundo digital. Ele aponta que os estudantes são mal preparados para lidar com notícias falsas, sites enviesados e fontes históricas forjadas.

Sua obra identifica os perigos e também as possibilidades da cultura digital como sendo um desafio que deve ser enfrentado pelos historiadores e considera que o futuro da história enquanto disciplina escolar está na sua capacidade de educar para a distinção entre informação confiável e engano deliberado. Essa obra evidencia que é fundamental para a teoria da história dialogar com o fenômeno da cultura digital e da pós-verdade para reposicionar o pensamento histórico acadêmico e consequentemente o ensino de história como uma ferramenta útil e eficaz no combate a desinformação. Assim como Sam Winiburg e Tomé Saliba, essa pesquisa advoga que ainda que o passado seja atualmente mediado pelas telas, a sua compreensão permanece dependente de uma cultura da responsabilidade e da crítica que a sociedade, e sobretudo a escola e a universidade, devem cultivar.

Nesse sentido, refletir sobre a função, o lugar e as condições de produção do pensamento histórico na "era digital" têm o efeito potenciador de contribuir para a compreensão do que Jörn Rüsen (2007) e Estevão de Resende Martins (2017) chamaram de função



sóciopedagógica da consciência histórica, cuja compreensão metateórica ajuda a identificar os desafios impostos a historiografia profissional pela propalada virada digital, que vem exigindo dos historiadores nas últimas décadas aprendizados e adaptações de ordem teórica e metodológica em seu *metier*, tanto para a produção de uma historiografia que seja crítica, reflexiva e ética, quanto para que sejam capazes de conciliar tradição e inovação frente aos enfrentamentos dos problemas do tempo presente.

Numa perspectiva geral, essa pesquisa está em consonância com a reflexão sobre a teoria da história e os processos complexos de formação da consciência histórica propostos por Jörn Rüsen. Sua matriz disciplinar nos possibilita pensar a tarefa e a função da teoria da história na contemporaneidade por meio de um modelo analítico circular que busca compreender a constituição do pensamento histórico a partir do entendimento dos interesses e pressupostos que são fundamentais para os homens "se haverem com suas próprias vidas na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado" (Rüsen, 2001, p. 30).

Estevão de Resende Martins entende que o aprendizado histórico no ambiente escolar é um campo desafiador para a reflexão sobre o ensino aprendizado em história. A didática da história lida com a prática de produção de sentido da consciência histórica em geral, ou particular, onde as perguntas dirigidas aos personagens e acontecimentos do passado são guiadas a partir de questões surgidas no presente, que retornam ao passado como fonte, como suporte do presente que permite compreender o sentido do passado, inserindo-o numa tentativa de resposta que em certa medida também contempla as expectativas do amanhã. Nesse sentido, aprender história é a capacidade de mediar criticamente a experiência do passado como fonte para compreensão das estruturas do presente. Segundo Martins "cada indivíduo carece de orientar-se no agir concreto indispensável a transformação, em história, do tempo vivido na experiência do dia a dia – transformação essa operada pela reflexão" (Martins, 2017 p, 205). Cada um, e ao mesmo tempo, todos realizam esse processo, por isso ele é visto como uma constante antropológica na teoria da história de Jörn Rüsen.

Um dos maiores desafios da formação e da atuação docente no ensino de história é mobilizar conhecimentos históricos capazes de constituir representações sobre o passado que sejam capazes de produzir sentido e orientação no presente. Essa interpretação, mediadora da experiência temporal, produzida pela consciência histórica por meio das narrativas históricas de processos, acontecimentos e eventos, tem o potencial de atualizar no presente o sentido das experiências vividas por indivíduos ou grupos no passado, produzindo compreensão para as experiências vividas. Nesse sentido, o aprendizado histórico cumpre um papel

fundamental na formação humana contribuindo diretamente para a formação da identidade social de indivíduos e grupos.

Dessa forma, uma questão recorrente para os profissionais dedicados ao ensino de história é que passados distantes temos que visitar para tornar o presente um lugar menos opaco? Um lugar onde as experiências vividas no agora não apareçam como auto evidentes e inescapáveis, uma espécie de *carpe diem* infinito, que afasta da consciência dos sujeitos a possibilidade do passado como espaço de experiência e do amanhã como expectativa utópica ou distópica de futuro. Ou seja, o grande desafio do historiador/professor de história é mediar processos de aprendizagem históricos que sejam capazes de aproximar o presente do passado, o passado do presente, o futuro do presente e o presente do futuro por meio da apreensão da historicidade dos processos temporais da vida humana. Como demonstrou Arthur Assis

> O conhecimento histórico representa, assim, uma resposta cultural ao desafio decorrente do fato de que os seres humanos vivem no fluxo do tempo, em meio a circunstâncias que não podem determinar por completo. Entretanto, é exatamente por surgirem sob a pressão de carências de orientação que narrativas históricas elaboradas por historiadores profissionais podem desempenhar o que Rüsen designa de funções de orientação. (Assis, 2010, p.19).

Nessa perspectiva, para que uma aula de história seja eficaz em sua intenção de dar sentido ao presente, o professor precisa ser capaz de extrair dos acontecimentos vividos no passado, uma relação de expectativa para com o futuro, demonstrando que qualquer indivíduo ou grupo social não pode esquecer- se do que já viveu, para não se alienar de sua própria condição histórica de mundo. Ao assenhorear-se de sua historicidade, as raízes que ligam o presente ao passado não só irão tornar-se mais evidentes, como os caminhos possíveis que sinalizam para o futuro como catástrofe ou como esperança, irão ser percebidos como resultados de processos que não podem mais ser vividos nem negados, mas podem ser reescritos, pois seus significados podem ser disputados e reelaborados continuamente por meio da narrativa histórica.

Enquanto mediador do aprendizado histórico, a historiografia busca fazer com que o passado seja visto como uma grande dimensão que dá sentido, através das lembranças e narrativas históricas ao que compreendemos e vivemos no presente. Como demonstra Jörn Rüsen ao rememorar a experiência do passado, o pensamento histórico reconstrói uma história para o presente.



> São, pois as representações da continuidade que possibilitam, no processo de constituição de sentido da narrativa histórica, que as lembranças do passado sejam articuladas com o presente de maneira que as experiências do tempo neste predominantes possam ser interpretadas. O modo com que a narrativa histórica mobiliza a memória da evolução temporal do homem e de seu mundo no passado torna possível que as mudanças temporais experimentadas no presente ganham um sentido, isto é, possam transpor-se para as intenções e as expectativas do agir projetado no futuro. (Rüsen, 2010, p. 64).

Esse processo foi profundamente impactado pela cultura digital, alterando de forma inegável a transformação da temporalidade em pensamento histórico. Nessa perspectiva, é um desafio inescapável para a teoria da história produzir ferramentas conceituais para refletir sobre as transformações que as tecnologias e linguagens digitais impõem não só a produção, mas sobretudo a recepção e circulação do conhecimento histórico no tempo presente. E como ponderou Elias Tomé Saliba, só "é possível entender o mundo digital de hoje se o considerarmos como parte da interseção das lógicas complexas que regem o mundo das finanças, da economia, da cultura e da política" (Saliba, 2023 p 27).

Numa perspectiva genérica, cultura digital é um produto direto das mudanças conjunturais e estruturais provocadas pelas tecnologias digitais, especialmente no que diz respeita a produção, compartilhamento e armazenamento das informações que nas últimas décadas convencionou-se chamar de "virada digital". No campo da história é inegável que a virada digital evidenciou a necessidade de mudanças metodológicas – digitalização de acervos, programas e aplicativos para analise computacional de grandes volumes de documentos históricos, curadoria digital – elementos que impactaram de forma definitiva o fazer historiográfico no século XXI. Para além dos aspectos metodológicos, também é fundamental investigar as influências das novas mídias na construção da memória social e na consciência histórica dos indivíduos por meio da reflexão sobre os novos modos de produção da narrativa histórica, nesse contexto que Elias Tomé Saliba chamou acertadamente de "época áurea da mídia morta" (Saliba, 2003 p 37), pois a cultura digital padece pela imprecisão e pela fugacidade que ele chamou de doença do curto prazo.

Em um mundo onde o conhecimento histórico é acessado majoritariamente por meio de softwares e aplicativos, de forma interativa e praticamente instantânea, a superficialidade e a imprecisão encontram terreno fértil. Esses novos arranjos mentais modificam a própria relação social dos indivíduos com a busca e a produção do conhecimento. Dessa forma, o excesso de informação, a agilidade da busca e a noção de interatividade são facilmente confundidos com o ato de conhecer, criando o que Saliba chamou de "uma geração de jovens



que não sabem o que não sabem", fenômeno que David Dunning e Justin Kruger por meio de experimentos em psicologia social demonstraram como sendo um víeis cognitivo comum que pode ser identificado como um padrão onde pessoas com baixa competência numa área de conhecimento superestimam suas capacidades, justamente por que lhes faltar a base de conhecimento necessário para avaliarem melhor.

O que estamos propondo é um diálogo intersecional entre a teoria da história centrada em Jörn Rüsen, Michel de Certeau, Reinhart Koselleck e Paul Ricoeur, com alguns estudos da psicologia social, sobretudo Elliot Aronson e Samuel Wineburg para pensar a formação da consciência histórica na era digital e indagar sobre os processos complexos de formação dos significados coletivos dos acontecimentos históricos, sobre as estratégias de negociação e enfrentamento perante as representações do passado produzidos na comunicação digital, cujo resultado é a produção de identidades e memorias individuais ou coletivas, bem como, para compreensão dos processos de racionalização do passado mobilizados para justificar crenças ou legitimar ações.

Como sinalizado anteriormente, nossa hipótese inicial é que na era digital marcada pela hiperinformação, o revisionismo histórico, as *fakes news* e a manipulação do passado são mecanismos cognitivos desenvolvidos pelo comércio digital para produzir autojustificação, dissonância cognitiva e conformidade social com finalidade econômica e política. Pensar as relações entre os usos políticos do passado e as estratégias de comunicação de massa do comercio digital torna-se fundamental para compreendermos o que Byung -Chul Ran chamou de psicopolítica digital, fenômeno que permite a linguagem digital, acessada e compartilhada de forma interativa pelos indivíduos nas redes sociais, bem como, em outros espaços do universo das plataformas digitais produzir vigilância controle e orientação. "Trata-se de um conhecimento de dominação que permite intervir na psique e que pode influenciá-la em um nível pré-reflexivo". (HAN, 2014 p 23). Se essa analise estiver correta, ela exigiria por parte da teoria da história contemporânea a capacidade de propor novas bases para a compreensão do acesso e da formação da consciência histórica na era digital, conforme sinalizado, mas não desenvolvido por Saliba (2023) em seu ensaio.

Em termos categoriais, o campo da história publica digital é amplo e interdisciplinar, segundo Giliard da Silva Prado ela deve ser entendida como um campo historiográfico emergente que se ocupa do estudo das experiencias humanas em meios digitais e não apenas pelo uso de ferramentas ou fontes digitais (Prado, 2021). Seu desenvolvimento exige escolhas e adaptações metodológicas importantes, além do diálogo interdisciplinar e da presença constante do historiador na esfera pública. Nesse sentido é praticamente lugar comum que no tempo presente a função social de maior relevância para os historiadores profissionais

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

seja atuar criticamente como um contraponto as *fake News*, sobretudo no espaço da sala de aula, garantindo algum nível de ponderação reflexiva e preservação da verdade histórica, entendida aqui no sentido de pulsão veritativa do discurso histórico, que não pode perder de vista o sentido do real que a narrativa historiográfica procura representar (Ricoeur, 2007).

Retórica do ódio e dissonância cognitiva: categorias uteis de analise histórica para a compreensão da cultura digital

O conceito de retórica do ódio, foi desenvolvido por João Cezar de Castro Rocha nas obras *Guerra Cultural e Retórica do Ódio: Crônicas de um Brasil Pós-Político (2020)* e *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico (2023)*. Seu interesse é analisar as dinâmicas culturais e políticas no Brasil contemporâneo com foco na compreensão do bolsonarismo como fenômeno cultural e comunicacional de massa que segundo sua analise vem sequestrando os principais debates da esfera pública brasileira. Em função da abrangência e estridência do fenômeno, a sua proposta é ir da caricatura a caracterização do movimento em termos históricos, sociológicos e psicológicos. Em diálogo com René Girard, Rocha sugere uma teoria mimética que entende o bolsonarismo como um fenômeno social autentico da política brasileira, que é continuamente produzido e atualizado por uma linguagem comunicacional e performática, onde o conflito e as rivalidades são centrais para a produção da coesão e do sentido de pertencimento.

Na sua interpretação a "guerra cultural" é uma disposição psicológica amplamente compartilhada e que funciona como um elo condutor das afetividades internas (nós) quanto externas (os outros), produzindo adesão e afetividades positivas em relação ao líder carismático e quanto a seus seguidores, ao mesmo tempo em que cristaliza uma noção belicosa e desumanizadora da alteridade, percebida não como diferença a ser entendida, mas como perigo que deve ser combatido e no limite, eliminado.

Essa disposição psicológica beligerante é produzida de forma artificial e consciente por técnicas de comunicação que orbitam em torno de um método que ele nomeia como retórica do ódio, atribuindo a criação e propagação desse método a Olavo de Carvalho, que por anos foi uma voz ativa da extrema direita nas mídias digitais, surfando sem contestação ou debate, pois segundo ele, os meios digitais foram tratados pela academia e pelos intelectuais de maneira geral como um terreno desnecessário para o debate acadêmico e historiográfico.

A equação é simples, o ódio disseminado pela linguagem das redes, com métodos e objetivos bem delineados no discurso político da direita neoliberal constrói o cenário da guerra cultural, onde o universo linguístico prefigura numa linguagem autoritária e estigmatizante a



compreensão dos acontecimentos sociais e a imagem da alteridade numa perspectiva binária, tudo que é espelho é bom, tudo que não se encaixa no meu universo linguístico político é mal, logo tem que ser negado, combatido, rejeitado, eliminado. Nesse sentido, a função da retórica do ódio é produzir caos cognitivo, por isso o absurdo, o caricato e o negacionismo são estratégias de comunicação muito eficazes para criar pautas ou produzir adesão.

Nesse sentido, a "retórica do ódio" por meio do aparato tecno comunicacional que Castro Rocha chamou de "midiosfera bolsonarista", é uma forma de comunicação em rede, complexa e multifacetada, que cria no nível da linguagem as condições para a compreensão da realidade numa perspectiva polarizadora, binária e negacionista. Aqui não nos interessa demonstrar a estrutura e a lógica de funcionamento desse aparato, mas apenas partir da caracterização proposta por Rocha para questionar sobre quais sejam os elementos cognitivos que caracterizam a cultura histórica dos indivíduos que constituem uma visão histórica de mundo no interior dessa teia comunicacional moldada pelos interesses políticos e comerciais para aprisionarem os indivíduos numa visão performática, que funciona numa lógica própria e que rejeita os preceitos básico da noção de ciência e de realidade histórica, mas que produz e mobiliza sentidos individuais e coletivos, instigando pulsões e tomadas de consciência no presente que requerem suportes efetivos de uma cultura de passado que não se sustentam em termos históricos. Pelo menos não, nos termos de uma historiografia profissional.

O grande mérito de Castro Rocha está em buscar apropriar-se a partir da historiografia de um diálogo interdisciplinar com a psicologia social para compreender um fenômeno (bolsonarismo) que é profundamente associado a cultura digital. Dessa forma, "retorica do ódio" como método e "midiosfera" enquanto estrutura comunicacional são meios para produzir dissonância cognitiva numa escala coletiva, cujo efeito impacta profundamente a consciência histórica dos indivíduos. Em linhas gerais, a teoria da dissonância cognitiva é uma das formulações mais relevantes da psicologia social do século XX. Proposta originalmente por Leon Festinger em 1957, no livro *A Theory of Cognitive Dissonance*, ela descreve a sensação de desconforto psicológico que os indivíduos experimentam quando mantêm simultaneamente duas ou mais cognições (ideias, crenças ou atitudes) que são contraditórias entre si. Esse estado de tensão leva o sujeito a buscar formas de reduzir a dissonância, geralmente por meio da modificação de crenças, da aquisição de novas informações ou da minimização da importância do conflito.

Por ser um sentimento desagradável, a dissonância cognitiva é explorada para fins políticos, educacionais e de marketing e os meios digitais potencializaram essa condição. Em um mundo onde a informação é majoritariamente digital e chega até os indivíduos por meio de



mediadores – redes, softwares e aplicativos – controlar o interesse pela informação é controlar a própria informação e por conseguinte moldar a forma como as consciências percebem a realidade. Elliot Aronson (2023) desde a década de setenta do século XX vem atualizando em suas obras a teoria da dissonância cognitiva para demonstrar que o pensamento individual é inseparável das motivações sociais que o orienta, nesse sentido a "compreensão desses motivos sociais proporciona uma lente através da qual se pode observar a cognição e o comportamento social' (Aronson, 2023, p 57).

Em seus estudos, Elliot Aronson não utiliza o conceito de consciência histórica, mas suas reflexões sobre dissonância cognitiva e autoconceito possibilitam *insights* importantes em relação a forma como os indivíduos reagem em relação a narrativas históricas que contrariam suas crenças e valores individuais e coletivos, sua premissa básica é que os mecanismos psicológicos de autojustificação e conformidade levam os indivíduos a confrontarem fatos que contradizem sua autoimagem referencial. Se esta teoria estiver correta, e não temos justificativas plausíveis para afirmar que não esteja, pelo menos não no campo da teoria da história e da psicologia social, isso significaria que uma vez constituída uma base social para a produção e conformação do pensamento individual numa dada comunidade, seja ela física ou digital, o sentido de autoproteção do grupo sustentado pelo sentimento de auto pertencimento tende a levar necessariamente para um estado cognitivo de recrudescimento e dogmatismo, refratário a qualquer percepção crítica que coloque em risco essa visão de mundo. Aronson sintetiza essa percepção ao afirmar que "a necessidade de pertencer e de ter importância pode ser mais preciosa do que a própria vida" (Aronson, 2023, p 58) porque os indivíduos passam a maior parte de suas vidas tentando se convencer de que suas existências são relevantes, daí advém importância da imagem perante o grupo.

Somente a título de uma exemplificação rápida, uma pessoa educada num contexto de educação formal que mobilizam narrativas históricas para reforçar uma visão de mundo tradicional e exemplar centrada numa glorificação ufanista do passado nacional, poderá experimentar uma dissonância cognitiva ao ser informado sobre os horrores do colonialismo, do racismo estrutural, do patriarcado e das várias formas de violência presentes na história do Brasil. Nesse caso, bem comum ao ambiente escolar/universitário, a psicologia social de Aronson nos ajuda a entender que esse indivíduo buscará formas para reduzir essa dissonância. Como desdobramento lógico desse quadro teremos pelo menos três cenários possíveis, 1º o estudante irá rejeitar a nova informação (negação), 2º com base na sua visão estática de mundo ele irá rejeitá-la e minimizar sua gravidade ou relevância (racionalização/ conformidade), 3º ele irá modificar a sua compreensão do passado reajustando a sua visão histórica de mundo de forma crítica e ampliando a sua consciência histórica sobre os

acontecimentos do passado com implicação direta na sua identidade (reelaboração da consciência histórica).

No cenário hipotético anteriormente descrito, inúmeras alternativas são possíveis, mas tomando como referência essas que são mais elementares podemos afirmar de partida que as duas primeiras são mais comuns, não só porque são mais fáceis, mas também porque são mais recompensadas socialmente por reforçarem um sentimento de segurança e pertencimento. O desafio da crítica é quase sempre doloroso e por mais que seja valorizado no discurso educacional não é reforçado e recompensado na prática social, por isso, a conformação e a negação possuem mais aceitação social pois estão assentados em valores tradicionais de base moral estruturados a partir de crenças compartilhadas, sobretudo por meio da religião, que reforçam o sentido de segurança e pertencimento tão comum aquilo que Friedrich Nietzsche chamou de espírito de rebanho.

Dessa forma, nos questionarmos sobre a importância da história, sobre sua relevância ou sobre qual é o papel do conhecimento histórico no século XXI não é mais suficiente, essas questões foram suficientemente respondidas dentro de uma pluralidade teórica cuja a fortuna crítica é muito rica e acessível, torna-se cada vez mais necessário nos questionarmos sobre o que a história é para certos grupos ou discursos e no interior deles, para determinados perfis de indivíduos, porque ela varia, não só em forma, mas sobretudo em conteúdo, mas ela continua mantendo o seu papel de ser um elemento orientador para a compreensão temporal do mundo humano sem o qual o sentido do presente não pode ser compreendido. Na cultura digital o passado e as informações sobre ele são tratados como todo e qualquer produto e está lá para ser vendido e nessa equação, veracidade, densidade, materialidade, comprovação, autoria e autoridade não são elementos válidos e relevantes, pois o que importa nesse meio é a adesão.

Numa cultura histórica digital que corrobora para a formação de uma consciência histórica digital o discurso histórico e as imagens do passado não estão dissociadas de um discurso publicitário, político ou comercial que são moldados de acordo com interesses e fins privados e em alguns casos privativos. Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, a informação não é livre, ela é produzida, controlada, modulada e direcionada. O microdirecionamento digital é uma pratica que se tornou possível após um processo de mineração extensiva de dados possibilitada pela comunicação digital, sobretudo pela economia digital e pelas redes sociais que permite customizar, segmentar, e personalizar automaticamente mensagens e conteúdos, visando influenciar e alimentar determinados perfis de pensamento. Trata-se de uma aceleração radical dos mecanismos de controle e dispositivos discursivos de poder numa lógica algorítmica que dialoga historicamente com as

práticas de propaganda, manipulação e poder simbólico estudados por diversos autores, sobretudo Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Gilles Deleuze que precisam ser atualizados e incorporados à reflexão histórica do tempo presente.

Visto que, na era dos *selfies*, "o jogo não consiste mais em unir as pessoas em torno de um denominador comum, mas, ao contrário, em inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos" (Empoli, 2019 p 20), nessa comunicação, a velha lógica Aristotélica que busca por meio do dialogo atingir um ponto de equilíbrio que reforça a mediação e a convergência do consenso é abandonada em função dos extremos, que caracterizam o dualismo e o narcisismo das redes sociais.

Essa nova linguagem comunicacional se alimenta de sentimentos reprimidos e primitivos (raiva, medo, ódio, paixão, inveja) que podem ser ativados socialmente e mobilizados para fins políticos por meio de um discurso centrado em *fake news*, teorias da conspiração e no escárnio, porque poucas coisas são tão devastadoras para um discurso de autoridade "que o impertinente, que a transforma em objeto de ridículo" (Empoli, 2019 p 21), nesse ambiente, prudência é facilmente confundida com pedantismo, o pragmatismo com soberba, por que a verdade dos fatos, sejam eles quais forem, importa menos que o engajamento e a opinião.

> Por trás do aparente absurdo das fake News e das teorias da conspiração, oculta-se uma lógica bastante sólida. Do ponto de vista dos líderes populistas, as verdades alternativas não são um simples instrumento de propaganda. Contrariamente às informações verdadeiras, elas constituem um formidável vetor de coesão. "Por vários ângulos, o absurdo é um instrumento organizacional mais eficaz que a verdade", escreveu o blogueiro da direita alternativa americana Mencius Moldbug, "qualquer um pode crer na verdade, enquanto acreditar no absurdo é uma real demonstração de lealdade – e que possui um uniforme e um exército" (Empoli, 2019 p 24)

Embora o autor não faça referência ao conceito de dissonância cognitiva, ele a compreende como um efeito dessa nova lógica comunicacional, onde as mentiras deliberadas são mais atrativas que a compreensão aprofundada e responsável dos fatos, porque elas são produzidas para captar e responder de forma simples os temores e aspirações de uma parcela significativa do eleitorado, enquanto os fatos ou analises aprofundadas se inserem em uma lógica discursiva que não é mais compreensível diante da dinâmica das redes sociais e das mídias comunicacionais contemporâneas, cuja lógica centra-se na confirmação, nesse ambiente a ideia de verdade não se remete ao que é plausível e consensuado pela maioria, ela é customizada, nesse sentido, passa a ser lido como verdadeiro aquele discurso que corresponde de forma direta aos seus sentimentos e suas emoções.



Na cultura digital, os algoritmos fazem com que cada indivíduo receba informações que lhes interessem com base em seu perfil prévio, por isso na cultura digital diversas verdades contraditórias podem conviver sem que uma invalide a outra, fazendo com que o que entendíamos antes como "realidade histórica objetiva" passe a não existir ou simplesmente não importar. Para embasar o seu conceito de política quântica, Giuliano da Empoli, traça um rápido paralelo entre as mudanças provocadas pela física quântica em relação as percepções da mecânica clássica onde os modelos estáticos foram substituídos por arranjos provisórios que se ajustam as especificidades dos objetos e dos observadores, tornando tudo relativo. Para ele, "na política quântica, a versão do mundo que cada um de nós vê é literalmente invisível aos olhos dos outros. O que afasta cada vez mais a possibilidade de um entendimento coletivo" (Empoli, 2019 p 78). Por isso, mas também por tantos outros aspectos, pensar os desafios impostos a historiografia profissional pela cultural digital torna-se tão imperativo, pois entender os enigmas que nos são impostos pela lógica das novas tecnologias de informação e comunicação é fundamental para que nosso oficio, assim como a própria função social que o justifica, não sejam devorados por ela.

Por essa e por outras razões, gostaria de finalizar esse ensaio, reverberando os argumentos de Sam Wineburg de que o futuro do ensino escolar da história repousa em nossa capacidade de educar para o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam aos estudantes de história estabelecer a distinção entre informações confiáveis e engano deliberado na cultura digital.

> Antes do Instagram, Twitter, Facebook e WhatsApp, James Madison entendeu o que está em jogo quando as pessoas não conseguem distinguir entre informação confiável e blefe descarado. "Um governo popular," escreveu nosso quarto presidente, "sem informação popular, ou os meios de adquiri-la, não passa de um Prólogo para uma Farsa ou uma Tragédia; ou, talvez, ambos. O futuro do passado pode estar em nossas telas. Mas seu destino repousa em nossas mãos (Wineburg, 2018, p 178).[2]

Como hipótese inicial, entendo que essa tarefa exigiria por parte dos historiadores dois movimentos complementares; primeiro, compreender as especificidades da formação da consciência histórica na cultura digital, caracterizando as relações complexas entre

[2] Citação no original – Before Instagram, Twitter, Facebook, and WhatsApp, James Madison understood what is at stake when people can't tell the difference between credible information and shameless bluff. "A popular government," our fourth president wrote, "without popular information, or the means of acquiring it, is but a Prologue to a Farce or a Tragedy; or, perhaps both," The future of the past may be on our screens. But its fate rests in our hands. (Wineburg, 2018, p 178)



modulação social e apropriação prática de representações sobre o passado balizadoras de identidades centradas nos discursos presentes nas novas mídias digitais. Segundo reafirmar os princípios metodológicos e teóricos que fundamentam o pensamento histórico como objetivo principal do ensino escolar da história. Esses dois movimentos já estão em curso na historiografia, mas eles precisam ser aproximados no campo da prática profissional, assim como nas disputas políticas, pois esses movimentos precisam para serem efetivos, desembocar numa modificação do status cognitivo do saber histórico de um saber sobre o passado para um saber sobre a vida numa perspectiva temporalizada.

Essa noção é quase tão antiga quanto a historiografia profissional, nesse sentido, os desafios de ontem se impõe hoje sob uma nova prerrogativa comunicacional centrada nas TICs, que é fazer com que essa ideia de cognição histórica ultrapasse os muros do *metie*r historiográfico e alcance a cultura histórica dos mais diversos grupos sociais no tempo presente, sobretudo dos jovens, e inegavelmente isso não será possível sem a compreensão, uso e mediação adequados da cultura digital.

Referências bibliográficas

ARONSON, Elliot; ARONSON, Joshua. **O animal social**. São Paulo, Goya, 2023.

ASSIS, Arthur. **A teoria da História de Jörn Rüsen**: uma introdução. Editora da UFG, 2010.

BERGMANN, Klaus. **A História da reflexão didática.** Dossiê História em Quadro-Negro: escola, ensino e aprendizagem. Revista Brasileira de História. São Paulo: vol.9, n.19, p.29-42, set.1989/fev. 1990.

CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Colonialismo de dados:** como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. Autonomia, 2021.

EMPOLI, Giuliano da. **Os Engenheiros do Caos**: como as fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições –. Editora Vestígio, 2019.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica Hacker-fanoniana. Boitempo, 2023.



FISHER, MAX. **A Máquina do Caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. Todavia, 2022.

FRASER, Nancy. **Capitalismo Canibal:** como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. Autonomia, 2024.

FREUD, Sigmund. (1930-1936) - **Obras completas** volume 18: O mal-estar na civilização e outros textos. Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Tradução Renato Swick. LePM Poket, 1927.

HAN, Byung.-C. **Psicopolítica:** o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

LUCCHESI, Anita. et al. **Nunca fomos tão úteis**. Esboços: histórias em contextos globais, v. 27, n. 45, p. 161-169, 2020.

MARINO, Ian Kisil. **História digital informal**? Sobre pesquisa histórica, plataformas e redes sociais. Dossiê – Fronteiras digitais da historiografia – Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 45, nº 99, 2025 – e-291628 • http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472025v45n99-09

MARTINS, Estevão C. de Resende. **Teoria e Filosofia da História**: contribuições para o ensino de História. Curitiba W e A Editores, 2017.

NARA JR, João Carlos; VASQUES FILHO, Demival. **Novos horizontes da historiografia na era digital**: interrogações, metodologias e desafios epistemológicos. Dossiê – Fronteiras digitais da historiografia – Apresentação – Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 45, nº 99, 2025 – e-292663 • http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472025v45n99-14.

PRADO, Giliard da Silva. **Por uma história digital**: o ofício de historiador na era da internet. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0201, 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Unicamp, 2007.



ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo, da guerra cultural ao terrorismo doméstico**; retorica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2024.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**: crônicas de um Brasil pós–político. Goiânia, Editora Caminhos, 2021.

ROSENZWEIG, Roy. **Clio conectada**: o futuro do passado na era digital. Tradução de Luis Reyes Gil. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

RÜSEN, Jorn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Editora Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão.** Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. v.1, n.2, 16, jul. –dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. **Experiência, interpretação, orientação:** as três dimensões da aprendizagem histórica / **Narrativa Histórica, fundamentos, tipos, razão** In. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen contribuições para o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RÜSEN, Jorn. **História Viva**: formas e funções do saber histórico. Editora da UNB, 2007

RUSSELL, Stuart. **Inteligência Artificial a nosso favor**: como manter o controle sobre a tecnologia. Companhia das Letras, 2021.

SALIBA, Elias Tomé. **Teoria da história em tempos digitais**. In. GONÇALVES, Marcia de Almeida. Teorizar Aprender e Ensinar História. Rio de Janeiro, FGV, 2023.

SEGURADO, Rosemary; SILVEIRA, Sérgio Amadeu; PENTEADO, Claudio. **Ativismo digital hoje:** política e cultura na era das redes. Hedra, 2021.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **As Big Techs e a guerra total**: o complexo militar-industrial-datificado. Hedra, 2025.



SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **A sociedade de controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. Hedra, 2018.

WINEBURG, Samuel. **Why Learn History** (When It's Already on Your Phone). The University of Chicago Press, 2018.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



COMPANHIA EVONEAS FLUMINENSE: INTERESSES PRIVADOS E OBRAS PÚBLICAS (RIO DE JANEIRO, 1890-1892)

Alexandra do Nascimento Aguiar

Apresentação

O presente trabalho propõe refletir sobre a relação de uma empresa concessionária e o Estado, tendo como objeto a trajetória do empresário Américo de Castro e a Companhia Evoneas Fluminense, construtora de habitações higiênicas para trabalhadores pobres. Américo de Castro foi uma figura dos bastidores da Monarquia nas décadas 1870 e 1880 e nos anos iniciais da República no Brasil (1889-1891), tornando-se referência como empresário na área de construção de moradias populares em oposição aos cortiços. A pesquisa trata sobre as ligações pessoais de Castro com eminentes políticos sob a moldura empresarial.

Nesta investigação, analisei documentação oficial governamental (requerimentos, ofícios e leis) entrecruzada com divulgação de eventos sociais, empresariais e políticos, chamadas de acionistas, artigos assinados pelo Américo de Castro, notas jornalistas e demais publicações nos periódicos em circulação no último quartel do século XIX. A documentação produzida pela administração da Companhia Evoneas Fluminense não foi localizada. Como Lobo observou, pesquisadores em História Empresarial ressaltam a dificuldade de acessar os registros, destruídos ou deixados sem preservação, identificação ou classificação em depósitos (LOBO, 1997, p. 321). Por sua vez, as empresas também resistem em abrir seus arquivos aos pesquisadores e, no Brasil, não há incentivo para que esses acervos sejam cedidos aos arquivos públicos. Mendes ressalta a importância de tornar a documentação empresarial, de diversos ramos de atividade, acessível para a sociedade, acervo que possibilita a visibilidade de personagens anônimos e comunidades silenciadas (MENDES, 2002).

Américo de Castro

Américo de Castro ganhou projeção como concessionário a partir de 1882, ao propor a edificação de habitações higiênicas. Os primeiros registros de sua atuação são na exploração de serviços de bonde e obras públicas: na Companhia Ferro Carril Niteroiense (1871), seguindo-se a construção de um túnel e instalação de trilhos com transporte de carga e



pessoas (1875) na Corte. A dinâmica de serviços e reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro ocorreu por meio de concessão governamental aos empreendimentos privados em transporte, construção e saneamento. Os discursos higienista e de modernização urbana tinham os olhos voltados para a experiência da reforma de Paris, promovida por Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Napoleão III (1853-1870). Os saberes da medicina e da engenharia fusionaram-se no discurso político de combate aos cortiços como meios propagadores de doenças entre a população.

De modo geral, os cortiços ou casas de cômodo eram edificações em condições precárias de higiene, quantidade de moradores acima da estrutura do imóvel, uso coletivo de espaços como banheiro, tanque e pátios. Os edifícios adaptados para servir de moradias coletivas proliferavam seguindo quase sempre o mesmo padrão: o proprietário alugava o imóvel, o locatário construía nele mais paredes para criar novos cômodos para sublocar ao maior número possível de moradores. Ou, o mesmo proprietário construía diversos quartos anexos que serviriam de moradias em um mesmo terreno (VAZ, 1994, p. 581-597).

As autoridades médicas argumentavam que a aglomeração de pessoas nestes cômodos precários colaborava para a intensificação das epidemias sazonais. Políticos adotaram o discurso médico na condenação aos cortiços, pois o adoecimento periódico em massa na capital era prejudicial nos aspectos político e financeiro do Império. Médicos, políticos e entusiastas do higienismo cobravam intervenção estatal no espaço urbano (BENCHIMOL, 1992; CARVALHO, 1995; CHALHOUB, 1996; VAZ, 1994) e, em 1875, os cortiços estavam entre os assuntos em pauta no Senado: "[...] da última estatística a que mandou proceder o chefe de polícia da Corte, existia em 1874 o elevado número de 876 cortiços, habitados por 33. 255 pessoas"[1].

O projeto habitacional apresentado por Américo de Castro começou a emergir como alternativa às insalubres casas de cômodo e como oportunidade de negócio, pois visava as camadas pobres cuja renda permitia pagar o preço dos alugueis mais caros cobrados nos cortiços. No quadro em tela, seu projeto já recebera o nome Evoneas e era debatido na Assembleia Geral em 1875, nele Castro pedia isenções na importação do material para a construção e do imposto da décima-urbana e o direito de desapropriação por utilidade pública. Neste cenário, as Evoneas haviam cruzado as portas do parlamento e apareciam na imprensa como novo modo de morar, "morrem os cortiços e surgem ao longe as Evoneas, onde a população pobre vai ter onde viver sem procurar todos os dias... morrer"[2].

[1] Anais do Senado, 28 de setembro de 1875, livro 6, p. 346.
[2] *Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1882, nº 364, p. 1.



Na década seguinte, o nome genérico de habitações higiênicas cedeu lugar para as evoneas nos debates políticos. Em maio de 1880, Castro acrescentou itens sofisticados ao projeto inicial, como o fornecimento gratuito de água pelo Estado para lavanderias e "banhos públicos" com água quente e fria, mediante "a módica retribuição as classes pobres poderão lavar as suas roupas e tomar banhos"[3].

É importante descrever o cenário político. Desde 1878 o Partido Liberal retornara ao governo com o propósito de realizar a reforma eleitoral para implementar o voto em único grau, concretizada em 1881, ano em que o Brasil teve sua primeira Câmara dos Deputados por eleições diretas. Nessa legislatura se destacou a eleição de maior número de deputados jovens, entre eles, Rodolfo Epifânio de Souza Dantas e Rui Barbosa, estreantes na Assembleia Geral. É dentro desse cenário que Castro se movimentava nos anos 1880 e, a partir desse ponto da narrativa, Rodolfo Dantas e Rui Barbosa serão personagens recorrentes ligados ao nome de Américo de Castro na sua trajetória como empresário das Evoneas.

Em 1882, Américo de Castro conseguiu a primeira vitória: a aprovação do Decreto nº 3.151, de 09 de dezembro de 1882, pelo qual obteve permissão para construir as habitações higiênicas na cidade do Rio de Janeiro e adjacências, com a isenção dos impostos predial e de transmissão por 20 anos. A concessão obtida por Castro criou um nicho de exploração de concessões para construções com essa finalidade. Desse momento em diante, Américo de Castro se posicionaria na imprensa como defensor da urbanização e da qualidade de moradia dos trabalhadores pobres.

A cada avanço seu projeto recebia acréscimo ou exclusão de itens e serviços da versão original. O Decreto nº 9.754, de 19 de maio de 1887 era minucioso sobre o preço do aluguel, as dimensões, a quantidade de cômodos e a configuração da área externa. As casas teriam esgoto de águas pluviais, torneira com água potável e pia, banheiro e latrina. Os "locatários" receberiam, gratuitamente, água e iluminação a gás nos espaços comuns e empregaria um zelador e um médico. A Evoneas deveria abrir ruas com calçamento e fazer o plantio de árvores, os prédios teriam capacidade para 3 mil pessoas, concluídos no prazo de três anos[4].

Novo decreto, novas demandas. No Decreto nº 10.386, de 5 de outubro de 1889 havia maior rigor sobre prazos, multas e isenções. Indicação de materiais a serem empregados na edificação, como o uso de aparelho próprio para desinfecção das matérias fecais. A iluminação a gás ou elétrica das áreas comuns paga pela Evoneas, e incluía a construção de

[3] Série casas para operários e classes pobres. 26 de abril de 1880. O mesmo conteúdo é encontrado em outro documento com grafia mais elaborada, assinada pelo mesmo e datada de 11 de maio de 1880. AGCRJ – Notação 44-4-45.

[4] Decreto nº 9.754 de 19 de maio de 1887.



"uma escola mista de instrução primaria do 1º grau, com o programa de ensino das escolas publicas" nos conjuntos de casas com 30 meninos entre 5 e 10 anos de idade. O inquilino poderia adquirir o imóvel após 16 anos de pagamento mensal de valor estabelecido[5].

Cai a Monarquia, erguem-se as evoneas

Na madrugada do dia 15 de novembro de 1889 a Monarquia foi derrubada com um golpe do Exército e a República foi implantada sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca (NEVES, 2003, p. 27). A "Revolução de 15 de Novembro" não estava no horizonte, mas não houve resistência suficiente e os monarquistas refratários se acomodaram ao novo regime. Com a República, subia ao palco a exposição pública do poder aquisitivo sob os holofotes, e a austeridade, personificada pela família imperial, saia de cena. Os novos tempos seriam protagonizados pelos especuladores e pelo Encilhamento (CARVALHO, 1987, p. 26-27), e neste novo horizonte nós reencontraremos Américo de Castro e nascerá a Companhia Evoneas Fluminense.

Na primeira semana do novo regime, o Chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, nomeou um Gabinete diverso, formado por defensores de projetos antagônicos de República e por outros sem apego à bandeira republicana[6]. Desse Gabinete, enfocarei o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, pela sua ligação com a diretoria da Companhia Evoneas Fluminense.

Ainda durante o governo provisório Rui Barbosa anunciou um "pacote econômico", a Lei nº 164 de 17 de janeiro de 1890, que autorizava a emissão de papel-moeda por bancos específicos com base nos títulos da dívida pública. Rui Barbosa pretendia aumentar a circulação de moeda, aliviar a dívida interna, valorizar os títulos públicos e estimular a agricultura e o comércio (BOTELHO JR, 2002, p. 40-41). A política econômica de Rui Barbosa pegou os ministros de surpresa, informados no dia seguinte e pelos jornais; a ação isolada do ministro da Fazenda motivou o primeiro desentendimento explícito no governo.

Na reunião ministerial com Deodoro, em março de 1890, uma das pautas foi o saneamento da capital com a presença de Castro: "finalmente, teve ingresso na sala das sessões o Dr. Américo de Castro, que expôs o seu plano de saneamento da cidade do Rio de Janeiro,

[5] Decreto 10.386 de 5 de outubro de 1889.

[6] Benjamin Constant (Ministro da Guerra), Quintino Bocaiuva (Ministério do Exterior), Eduardo Wandenkolk (Ministro da Marinha), Campos Sales (Ministério da Justiça), Demétrio Ribeiro (Ministério da Viação), Aristides Lobo (Ministério do Interior) e Rui Barbosa (Ministério da Fazenda).



exibindo a respectiva planta"(ABRANCHES, 1907, p. 137). Era um momento de incerteza política, e as críticas a esta ambiciosa proposta não demorariam a surgir na imprensa:

> Como se vê, tudo isto é um ovo por um real e o que Sr. Américo de Castro pede, além disso, com uma sobriedade espanhola, é o privilégio de posse desta cidade. Os bonds, para ele; os prédios, pelo preço da décima, para ele; os morros, para ele; os pântanos, para ele; o mar, para ele; o imposto, para ele; a entrada livre de gêneros na alfândega, para ele; 6% juros anual sobre 200,000:000$, para ele; e mais ½ % de amortização, para ele!
> Para aí, pena minha!
> É assim como quem pede casa, mesa e cama posta[7].

O presidente Deodoro estava decidido a ligar seu nome à reforma urbana da Capital Federal, e insistia na aprovação do projeto de Castro, enquanto os ministros Benjamim Constant e Francisco Glicério argumentavam que era preciso analisar projetos concorrentes e resistiam em patrocinar o de Castro com os cofres públicos. Havia boatos de que sua proposta estava envolvida em "escandalosas propinas a distribuir aos intermediários". Dias depois Deodoro voltou ao assunto, convocou uma reunião na qual Américo de Castro reapresentaria o projeto. Diante da nova imposição, Cesário Alvim e um grupo de ministros decidiram faltar ao evento, e os ministros presentes convidariam Deodoro para visitar a reforma do palácio onde ocorreria a Assembleia Constituinte.

Abranches nos conta que interesses pessoais de um membro da família do Marechal Deodoro "ousou o parente da digna esposa do Marechal, parente que se dizia corretor da empresa a organizar-se, oferecer-lhes dois mil contos de réis para que fizessem assinar o decreto" de concessão ao Américo de Castro. Deodoro recusou a proposta e alertou seus ministros, que pediram ao Rui Barbosa o embargo do projeto de Castro através do orçamento (ABRANCHES, 1907, p. 376-377). Em face do indeferimento, restou ao Américo de Castro retirar do papel somente o empreendimento das habitações higiênicas populares.

A Companhia Evoneas Fluminense foi inaugurada no dia 05 de julho de 1890, em uma cerimônia no salão do Banco do Brasil[8]. O evento contou com as presenças de Sebastião Pinho, um dos incorporadores da Evoneas, Sancho de Barros Pimentel, que presidiu a assembleia de acionistas, Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, eleito presidente da companhia, Antônio Jannuzzi, diretor técnico, e o próprio Américo de Castro. A *Gazeta de Notícias*

[7] *Jornal do Commercio*, 27 de março de 1890, nº 086, p. 2.
[8] *Gazeta da Tarde*, 04 de julho de 1890, nº 174, p. 3.

escreveu sobre ele, "aos esforços deste cavalheiro, que há longos anos trabalha no sentido de levar a efeito o seu projeto, se deve efetivamente a organização da companhia"[9].

A Evoneas era divulgada como um empreendimento que viabilizaria aos trabalhadores de renda baixa almejar a casa própria, as construções higiênicas predominariam sobre as moradias precárias. Em outubro de 1890, iniciavam-se as obras do primeiro conjunto de edificações. Os números indicavam a grandiosidade do projeto, um terreno de 11.631,80 m^2 onde teria um escritório para a companhia, uma escola com capacidade para "80 alunos de cada sexo", farmácia, consultório médico, 7 armazéns, 23 casas para residências das família dos funcionários – administrador, médico, farmacêutico e locatários dos armazéns – 81 cômodos para solteiros, 46 casas de um pavimento e 12 com dois pavimentos. Para esse conjunto eram aguardados 956 moradores[10].

O cotidiano emerge através da movimentação dos funcionários da Evoneas, como o desligamento do empregado José Lúcio, preocupado em tornar público que sua saída foi voluntária e "não despedido conforme dizem"[11]; declaração contestada por Jannuzzi, "declaro mais que a companhia despediu esse indivíduo porque não prestou contas exatas do que lhe havia confiado"[12]. Sabemos sobre outro empregado da Evoneas, Henrique Carlos, morto em um acidente na estação São Francisco Xavier e sepultado com auxílio dos companheiros da oficina de fundição, "pelo acolhimento que teve por ocasião de ser promovida uma subscrição para ocorrer as despesas necessárias ao seu enterramento"[13], agradecimento publicado pelo irmão do falecido, José Carlos Serradeira. As medidas administrativas de padronização da comunicação comercial adotadas pelo chefe da contabilidade, "conveniência reciproca de virem suas contas acompanhadas dos respectivos pedidos, que são expedidos pelas diversas seções; assim como, que as contas venham extraídas separadamente com indicação para as seções a que pertencem, trazendo anexo um resumo, representando a importância total: com o que facilitará a conferência e não dará lugar a delongas"[14].

Em fevereiro de 1891, o Brasil teria a sua Constituição republicana, o primeiro presidente, Deodoro da Fonseca, e o vice-presidente, Floriano Peixoto, foram eleitos pela Câmara dos Deputados. Enquanto a transição política ocorria com o Congresso em exercício, as críticas

[9] *Gazeta de Notícias*, 07 de julho de 1890, nº188, p. 1.
[10] *Gazeta de Notícias*, 04 de outubro de 1890, nº 277, p. 1. *O Economista*, 31 de outubro de 1890, nº 2.748.
[11] *Diário do Commercio*, 09 de outubro de 1890, nº 672, p. 4.
[12] *Gazeta de Notícias*, 16 de outubro de 1890, nº 290, p. 5.
[13] *O Paiz*, 28 de outubro de 1890, nº 3.108, p. 3.
[14] *O Paiz*, 05 de dezembro de 1890, nº 3.146, p. 2.

ao presidente Deodoro recrudesciam e a cena financeira se tornava desfavorável. A reforma econômica de Rui Barbosa foi terreno fértil para a criação de empresas fantasmas e, outras, reais e malsucedidas, o surgimento de expressivo número de sociedades anônimas com finalidades diversas. A euforia na corrida pela obtenção de investimentos rendeu o apelido de "política do encilhamento". E no final de 1890, Rui Barbosa anunciou que sairia do ministério.

Rui Barbosa era próximo da diretoria da companhia Evoneas, advogou para o Conde Sebastião Pinho e trabalhou no mesmo escritório em que Sancho Pimentel e Rodolfo Dantas. As trajetórias política, pessoal e profissional de Rui Barbosa e de Rodolfo Dantas caminharam juntas por décadas, em 1878 ambos se elegeram deputados patrocinados por Manuel Dantas, pai de Rodolfo Dantas e um dos chefes do Partido Liberal (BANDEIRA, 1960).

Rui Barbosa sairia do governo em 21 de janeiro, e dentro desse novo quadro a Companhia Evoneas Fluminense sofreu seu primeiro golpe, o acontecimento não foi acompanhado por Américo de Castro, falecido em 05 de março de 1891[15]. O diretor-técnico Antônio Jannuzzi nos conta que tudo corria bem quando "uma pessoa altamente colocada no governo", cujo nome ficou oculto, avisou ao Rodolfo Dantas, por "deferência a ele conselheiro", que a concessão do Américo de Castro seria cancelada, pois havia sido reavaliada como prejudicial aos cofres alfandegários[16]. O momento em tela exemplifica a perspectiva de Kirshnner e Monteiro (2002), "os contatos pessoais, os fluxos de informações, as relações de confiança e reciprocidade e outros mecanismos informais são fatores explicativos decisivos da interação no interior da ordem econômica".

Quando a diretoria da Evoneas foi avisada sobre a suspensão dos privilégios de importação, acatou a sugestão do informante de antecipar a compra dos materiais de construção e encomendou o dobro do previsto. Jannuzzi foi contrário a decisão porque a empresa não possuía capacidade de armazenamento e os gastos seriam excessivos e desnecessários, porém ele foi voto vencido. Jannuzzi sentia que os diretores não o reconheciam como um par: "pela primeira vez pude compreender que os meus colegas de direção faziam-me sentir delicadamente que eu era um empregado superior sim, mas que devia sujeitar-me às decisões dos que tinham contratado os meus serviços..." O descontrole financeiro se concretizou e a direção buscou empréstimo em debêntures, mais uma vez Jannuzzi se opôs e sugeriu "fazer nova chamada de entrada por parte dos acionistas", mas sua sugestão foi rejeitada. O socorro

[15] **Mercantil**, 07 de março de 1891, nº 018.
[16] "Memorial". *A Notícia*, 12 de agosto de 1913, nº 190, p. 5.

financeiro não foi suficiente, a diretoria da Evoneas recorreu à chamada de entrada por acionistas, indicada por Jannuzzi, porém eles exigiram uma assembleia geral, e o valor do capital da empresa foi reduzido de 20 mil contos de réis para 8 mil contos de réis e, sem conseguir chegar a esse valor, a assembleia seguinte desceria o capital para 5 mil contos de réis[17].

Enquanto os problemas da Evoneas cresciam, o dia a dia dos trabalhadores continuava e, através de notas nos periódicos, sabemos sobre os pequenos eventos. A queda do operário Antonio Valente, da pedreira da companhia e que teve contusões na cabeça, no tronco e fratura das costelas[18], novos detalhes surgem em outro jornal, "comoção cerebral" e "enfisema pulmonar" devido ao acidente[19]. Felicitações ao aniversarianteFrancisco de Souza Fausto, guarda-livros da companhia, "cidadão honesto, honrado e sempre laborioso pai de família, integérrimo cumpridor dos seus deveres e digno de todos os encômios, já pelo seu caráter extremamente bondoso, já pela sua grande filantropia e caridade"[20]. A preocupação de outro empregado sobre sua reputação, "Eu abaixo-assinado, declaro que não se entende comigo a prisão que se deu anteontem na rua do Regente. Antonio Piston, morador na rua da Saúde e operário na olaria Pantanal, Companhia Evoneas Fluminense"[21].

Em 1891, em assembleia, Jannuzzi apresentou as atividades em andamento e o patrimônio da Evoneas. A Vila Barão do Rio Negro encontrava-se em execução, capacidade para 1500 pessoas, localizada em região de grande número de indústrias e atendida por serviço de transporte. A companhia comprou pedreiras, terrenos e prédios em Botafogo com o propósito de ali montar oficinas, depósitos, alojamentos para os operários. A construção da Vila Jannuzzi, capacidade para 1600 moradores, estava em curso, e houve a aquisição da casa do Marquês da Gávea, onde se pretendia edificar moradias para 500 pessoas.

A política ineficaz dos privilégios para as construtoras de moradias populares contribuía para aumentar a impopularidade do governo Deodoro. Seu último ministro da Fazenda, Barão de Lucena, buscou reforçar a indústria brasileira por meio de revisão de tarifas contra a indústria estrangeira[22], retomando a política de emissão, e foi rejeitado pela Câmara. Deodoro apoiou seu ministro, fechou o Congresso em 03 de novembro de 1891 e decretou

---

[17] "Memorial". *A Notícia*, 12 de agosto de 1913, nº 190, p. 5.
[18] *O Paiz*, 17 de novembro de 1892, nº 3851, p. 2.
[19] *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1892, nº 26984, p. 1.
[20] *Diário de Notícias*, 15 de março de 1892, nº 2439, p. 2.
[21] *O Paiz*, 09 de agosto de 1891, nº 3408, p. 3.
[22] Exposição de motivos sobre a situação financeira e ideias de reforma apresentadas pelo Exm. Sr. Barão de Lucena, Ministro da Fazenda, ao generalíssimo presidente da República. Enviada em mensagem ao Congresso a 19 de setembro de 1891, p. 54-55.



estado de sítio, a situação perduraria por vinte dias, até Deodoro renunciar à presidência da República.

O vice-presidente Floriano Peixoto assumiu em plena crise política institucional e sob os levantes dos aliados de Deodoro e dos remanescentes da Monarquia. Floriano recebeu o apoio da oligarquia paulista, interessada em conter as sedições que tornavam vulnerável a República. Em 21 de janeiro de 1892, os presidentes da Câmara e do Senado paralisaram as atividades e "entregaram o poder" ao novo presidente.

Na composição ministerial de Floriano destacar-se-ia Francisco de Paula Rodrigues Alves como ministro da Fazenda, que procurou reverter os efeitos do "Encilhamento. Em seu relatório sobre o ano de 1891, ele constatava que a "febre das empresas" passara e que as isenções obtidas pelas companhias continuavam sem estimular a produção e o consumo internos[23].

Nessa mesma época, Jannuzzi desejava deixar a Companhia Evoneas Fluminense e, afirmaria anos depois, que permaneceu na companhia devido à amizade com Rodolfo Dantas e com o Barão do Rio Negro. Os pedidos de seus "antigos fregueses continuavam mesmo naquele período difícil", entretanto eles queriam que o diretor-técnico se responsabilizasse pelas obras, caso a companhia não as concluísse. Rodolfo Dantas o convenceu a ser "fiador das obras", alegando que a negativa seria o fim da Evoneas, e Jannuzzi aceitou sob algumas condições. Nesta fase de novos contratos, Rodolfo Dantas deixou a Evoneas e o quadro político do governo de Floriano Peixoto foi um dos fatores. Os investidores não confiavam mais na recuperação da Evoneas e a reflexão de Jannuzzi sobre o período em que lá trabalhou foi: "perdi cerca de três anos inutilmente, [...] A minha entrada para a Evoneas foi um grande transtorno para a minha vida e trouxe-me tantos desgostos que, repito, somente Deus os sabe..."[24]

Em 1892, a diretor da Companhia Evoneas foi o Barão de Werneck, membro do Conselho fiscal, que assumira o cargo interinamente após o falecimento do diretor. Em sua gestão, Werneck apresentou o relatório sobre o ano 1891, correspondente ao derradeiro ano de Jannuzzi como diretor-técnico. As notícias eram ruins: déficit de 709.907$824, processo de "nulidade da constituição da companhia" e uma pendência de 36.000$ não paga por

[23] Relatório apresentado ao Vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Francisco de Paula Rodrigues Alves no ano de 1892, p. 103-105.

[24] "Memorial". *A Notícia*, 12 de agosto de 1913, nº 190, p. 5.

Jannuzzi[25]. Decidiu-se por reduzir o número de funcionários e as despesas, ao mesmo tempo em que os membros do Conselho Fiscal se exoneravam.

O relatório responsabilizou a primeira diretoria, na qual Jannuzzi era o diretor-técnico, por adulteração de resultados financeiros e desaparecimento de documentação. Segundo Werneck, "não nos podemos gabar de ter feito muito para reerguê-la de novo, porque não possuímos o poder de fazer milagres. Os cadáveres só podem voltar a vida pela ressurreição"[26]. O milagre realmente não aconteceria: em 16 de março de 1893 foi decretada a liquidação forçada da Evoneas Fluminense pelo juiz Salvador Antônio Moniz Barreto de Aragão[27], juiz da Câmara Comercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal.

Considerações finais

A análise buscou contribuir para o debate sobre as redes políticas e empresariais interligadas a partir da perspectiva do empreendimento na construção civil. Através da trajetória de Américo de Castro e da Companhia Evoneas Fluminense, o presente trabalho procurou ressaltar as relações de empresários e empregados e as orientações administrativas pelo corpo dirigente e as representações da dinâmica empresarial. Tais empresas fomentavam o mercado de trabalho urbano ao empregar, de forma direta ou indireta, a população pobre apenas instruída ou analfabeta e os setores médios não proprietários e escolarizados. Sem negar as questões sociais, a perspectiva adotada nesta pesquisa visa ultrapassar a visão sobre estes como meros agentes do capital.

Cabe ainda outro olhar sobre os relacionamentos que se cruzaram dentro da Evoneas, como nos lembra Granovetter (2007), a vida econômica também é conduzida pelas relações pessoais. As conexões entre políticos e personalidades do Império e os novos protagonistas da vida econômica da República demonstram a existência de uma ligação entre o status quo – sociedade bacharelesca e nobilitada – e uma ordem social emergente. Esta última tem como seu representante Antônio Jannuzzi, que dependia diretamente de sua boa reputação para obter trabalho como construtor, enquanto os demais diretores eram negociantes com patrimônio consolidado e participação assegurada em outras sociedades anônimas. Américo de Castro é o elo entre o investimento, na figura dos capitalistas, o técnico, representado pelo

[25] Companhia Evoneas Fluminense. Assembleia Geral Ordinária. Parecer do Conselho Fiscal. *Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 1893, nº 011.
[26] *O Paiz*, 20 de janeiro de 1893, nº 3911, p. 3.
[27] *O Tempo*, 17 de março de 1893, nº 650, p. 1.

engenheiro, e, finalmente, o Estado, o status quo reconfigurado nos diversos governos no Império e na República.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Dunshee de. **Atas e atos do governo provisório**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BANDEIRA, Carlos Vianna. **Lado a Lado de Rui** (1876-1923): Homens e fatos; Angústias e atribulações; Cartas de Rui, das mais íntimas, inéditas e comentadas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Casa de Rui Barbosa, 1960.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BOTELHO JÚNIOR; Cid de Oliveira. **Instabilidade Financeira na Primeira Década Republicana**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Curso de Mestrado em Economia, Campinas, fevereiro, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares**: Rio de Janeiro: 1866-1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 9, jan/jun. 2007.



KIRSCHNER, Ana Maria; MONTEIRO, Cristiano Fonseca. Da sociologia econômica à sociologia da empresa: para uma sociologia da empresa Brasileira. **Sociedade e estado**, v. 17, p. 80-103, 2002.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. "História Empresarial" in: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MENDES, José M. Amado. Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa. **Revista Portuguesa de História** t. XXXV(2001-2002), 2002.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**. Vol. 29 (127), 1994, (3ª), 581-597.



O ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO NO PERÍODO POMBALINO: POSSIBILIDADES ACERCA DO USO DO PARADIGMA INDICIÁRIO PARA CASOS DE CORRUPÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA (C. 1750-1777)

Daniel Costa Silva[1]

As investigações sobre a corrupção na América Portuguesa registraram progressos expressivos nos últimos anos, sobretudo a partir da reorientação conceitual promovida pela historiografia sobre o Antigo Regime e suas conexões com o ultramar. Distanciando-se da noção de corrupção como mera infração legal nos moldes atuais, os estudos recentes destacam seu caráter histórico, multifacetado e articulado às lógicas políticas, morais e administrativas particulares da sociedade colonial. Nessa perspectiva, examinar práticas consideradas ilegais implica enfrentar obstáculos metodológicos consideráveis: isto é, lidar com fontes marcadas por lacunas, registros produzidos por indivíduos diretamente envolvidos nos embates e ainda discursos perpassados por interesses antagônicos. É nesse contexto que o paradigma indiciário, concebido pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, mostra-se profícuo. Ao privilegiar vestígios, pistas marginais e sinais aparentemente pouco expressivos presentes nas fontes, a presente abordagem viabiliza a reconstituição de relações de poder e de práticas sociais que escapam às versões oficiais e aos marcos normativos (GINZBURG, 1989, 156). Dessa forma, a presente comunicação propõe discutir de forma inicial a utilização do paradigma indiciário na análise do conflito estabelecido entre o governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, e o ouvidor João Rodrigues Colaço, ocorrido em um momento caracterizado pelo aprofundamento das reformas pombalinas e pela intensificação do enfrentamento às condutas tidas como corruptas por parte dos agentes régios.

[1] Daniel Costa é mestrando em História e bolsista do CNPq, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-UNIFESP). Desenvolve pesquisa acerca da corrupção na América portuguesa, com ênfase no período pombalino. Publicou, entre outros trabalhos: "Reprimir o negociar? Apuntes sobre los intentos de combatir la corrupción en la capitanía de Pernambuco durante el gobierno de Luís Diogo Lobo da Silva (c.1753-1763)" (2025); "Corrupção, corruptores e contrabando: uma discussão historiográfica sobre práticas ilícitas na América Portuguesa (c. século XVIII)" (2022); e "Caminhando entre veredas: apontamentos sobre o contrabando e corrupção na América portuguesa (Pernambuco, 1758-1778)" (2020). Contato: d.silva16@unifesp.br

Desse modo, o conflito entre ambos configura um cenário privilegiado para examinar as mudanças na percepção acerca da corrupção, os expedientes de combate adotados pela Coroa e a instrumentalização dessas acusações no âmbito da administração colonial. Menos do que atestar a procedência das denúncias, interessa aqui reunir elementos para avaliar os indícios mobilizados, os argumentos produzidos e os desfechos da demanda.

A produção historiográfica contemporânea tem enfatizado a necessidade de historicizar o conceito de corrupção, distanciando-o de definições anacrônicas fundamentadas exclusivamente em critérios jurídico-legais modernos. Nessa direção, os trabalhos de Adriana Romeiro representam um referencial ao demonstrar que, na conjuntura política do Antigo Regime, a corrupção não se definia primordialmente como a transgressão de normas, mas como um processo de degradação moral e política do corpo da República (ROMEIRO, 2017). Apoiada na história dos conceitos, Romeiro demonstra que o vocabulário da corrupção encontrava-se vinculado à noção de decomposição do bem comum, à ruptura da confiança régia e à ameaça à harmonia do organismo político (ROMEIRO, 2023, 17-24).

Ao deslocar a análise do plano normativo para o campo das representações e das práticas políticas, Romeiro contribui para a compreensão de por que determinadas condutas eram toleradas em certos contextos e reprimidas em outros. Assim, mais do que a mera apropriação de recursos, o que estava em jogo era a percepção de que o governante ou magistrado havia rompido o equilíbrio entre o interesse privado e o bem comum, alicerce essencial da legitimidade política no Antigo Regime.

A abordagem proposta por Romeiro pode ser interpretada em articulação com as reflexões de Carlos Garriga acerca da tradição jurídica do *ius commune*. Ao analisar o funcionamento da justiça ibérica, Garriga nos mostra que o conceito de corrupção ultrapassava a esfera econômica, abrangendo práticas relacionadas à parcialidade, ao desvio da função jurisdicional e à deturpação da justiça régia. Vínculos excessivos de lealdade, favorecimentos, rivalidades pessoais e o manejo estratégico dos tribunais como instrumentos de perseguição política eram entendidos como formas de corrupção, na medida em que comprometiam a imparcialidade esperada do juiz, colocando em risco a ordem jurídica e política (GARRIGA, 2017, 26).

Nesse contexto, a corrupção figurava como um problema estrutural da administração da justiça, especialmente sensível quando envolvia magistrados, cuja função simbólica consistia em personificar a própria justiça do rei.

O paradigma indiciário, conceito formulado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, oferece, desse modo, uma ferramenta metodológica adequada para lidar com esse cenário ambíguo. Para Ginzburg, o saber histórico pode ser edificado a partir de pistas mínimas,

particularidades marginais e vestígios aparentemente secundários, capazes de descortinar estruturas profundas de relações sociais e de poder (GINZBURG, 1989, 152). Dessa forma, aplicado ao exame da corrupção na América Portuguesa, tal método nos possibilita deslocar o eixo da comprovação factual estrita para a reconstituição das lógicas de atuação desses agentes. Conforme sugere Ginzburg, o historiador deve atuar como um intérprete atento aos sintomas: contradições nos discursos, reiterações retóricas, alterações bruscas de posicionamento e escolhas vocabulares que revelam conflitos latentes (GINZBURG, 1989, 157).

Diante do exposto, a perspectiva adotada mostra-se pertinente para um cenário no qual a distância de Portugal e a descentralização do poder ampliavam as margens de negociação, mas também de embate. Frequentemente, são esses vestígios dispersos nas fontes que irão evidenciar com maior clareza as lógicas da corrupção: a ênfase reiterada na defesa da honra, a imputação de parcialidade lançada contra um magistrado, a convocação de testemunhas ou o recurso constante ao vocabulário do bem comum e do serviço régio.

Nessa perspectiva, o paradigma indiciário contribui para superar interpretações que contrapõem, de modo estanque, legalidade e ilegalidade, norma e transgressão. Ao privilegiar os rastros deixados pelas práticas discursivas e administrativas, podemos captar a corrupção como uma linguagem política em ação, ou seja, como um repertório de acusações, justificativas e defesas mobilizado pelos distintos personagens envolvidos nas disputas de poder. Cartas, petições, devassas, consultas ao Conselho Ultramarino convertem-se, assim, em espaços privilegiados para observar como determinadas condutas serão paulatinamente enquadradas no rol das ilegalidades.

Cabe salientar que, do ponto de vista metodológico, o paradigma indiciário mostra-se profícuo para apreender como as acusações de corrupção eram elaboradas, negociadas e até mesmo instrumentalizadas. Em vez de procurar determinar se um agente foi ou não "corrupto" conforme parâmetros contemporâneos, busca-se identificar como essas condutas eram percebidas enquanto tais, por quem, em qual contexto e quais desdobramentos eram gerados. Por fim, ao articular o paradigma indiciário com a análise das culturas políticas do Antigo Regime, torna-se possível avançar rumo a uma compreensão mais aprofundada da corrupção enquanto fenômeno histórico.

Na administração de Luís Diogo Lobo da Silva, Pernambuco passou por transformações marcadas pela crise açucareira e por atritos entre as elites locais. Essa conjuntura favoreceu a implementação das políticas pombalinas de centralização administrativa e repressão ao contrabando, destacando-se a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, a reestruturação da fiscalidade e o incremento da vigilância sobre os agentes locais. O

governador assumiu papel central como representante da Coroa, incumbido de impor as reformas e coibir práticas prejudiciais aos interesses régios (COSTA, 2022).

Contudo, as medidas encontraram resistências, inclusive no interior da própria administração colonial. Ouvidores e magistrados, dotados de amplas jurisdições e inseridos em redes locais de sociabilidade, frequentemente entravam em atrito com os governadores quando suas prerrogativas eram ameaçadas.

Esse quadro de tensões conferiu à administração de Lobo da Silva um caráter conflituoso. A tentativa de subordinar os poderes locais à autoridade do governador implicava a redefinição de equilíbrios políticos consolidados, afetando magistrados, homens de negócio e membros das câmaras. Dessa forma, as acusações de corrupção e abuso de poder emergiram como instrumentos de disputa política. Conflitos como o ocorrido entre Lobo da Silva e o ouvidor Colaço, longe de se reduzirem a mero desentendimento pessoal, devem ser compreendidos como expressão de uma luta mais ampla pelo controle das jurisdições, das rendas e dos mecanismos de decisão na capitania.

O embate entre o governador Luís Diogo Lobo da Silva e o ouvidor João Rodrigues Colaço configura um episódio paradigmático que evidencia as tensões inerentes à administração colonial no contexto das reformas pombalinas. A partir de uma leitura das denúncias, correspondências e procedimentos de devassa, é viável reconstituir não apenas os fatos alegados, mas também as estratégias políticas em disputa.

Segundo Lobo da Silva, Colaço ultrapassava sistematicamente os limites de sua jurisdição. Entre as acusações mais frequentes estavam a cobrança arbitrária de tributos e custas judiciais, o favorecimento de determinados arrematantes em contratos públicos e a ingerência direta em processos de herança, beneficiando partes com as quais mantinha vínculos. O governador também denunciava as tentativas do ouvidor de controlar a tesouraria da Câmara de Olinda, o que, segundo ele, representaria uma ameaça direta à sua autoridade.

A análise preliminar das fontes indica que tais práticas, embora não fossem inéditas no cotidiano da capitania, tornaram-se politicamente problemáticas à medida que Colaço passou a desafiar abertamente o governador. O conflito adquiriu novos contornos quando o ouvidor ampliou sua atuação para além da retórica, envolvendo-se em episódios de violência e disseminando boatos que atingiam não apenas o governador, mas o próprio Pombal (COSTA, 2025).

A devassa instaurada contra Colaço, concluída em maio de 1764, deve ser compreendida à luz desse agravamento do conflito. Mais do que a apuração de irregularidades, o processo funcionou como mecanismo de reafirmação da autoridade régia e de demarcação dos limites da tolerância da Coroa. A posterior destituição do ouvidor e o sequestro de seus bens indicam que a afronta ao projeto pombalino e ao ministro pesaram decisivamente no desfecho do caso.



A leitura dessas fontes sob o prisma do paradigma indiciário permite perceber que o problema central não residia apenas nas práticas atribuídas a Colaço, mas na ruptura do pacto implícito de negociação e lealdade que sustentava a administração colonial. O emprego do paradigma na análise do conflito entre o governador Luís Diogo Lobo da Silva e o ouvidor João Rodrigues Colaço permite iluminar as complexas dinâmicas da corrupção na América Portuguesa. Ao privilegiar vestígios, indícios e estratégias discursivas, essa abordagem viabiliza superar interpretações reducionistas e apreender a corrupção como fenômeno situado nas relações de poder e nos projetos políticos do período.

O caso apresentado demonstra ainda que a corrupção não era apenas um problema moral ou administrativo, mas um campo de disputa no qual se confrontavam autoridades locais, interesses econômicos e as diretrizes metropolitanas. Nesse sentido, o paradigma indiciário revela-se eficaz para reconstituir conflitos e compreender os significados atribuídos às práticas ilícitas em contextos marcados por fontes fragmentadas.

Referências Bibliográficas

COSTA, Daniel. "Corrupção, corruptores e contrabando: uma discussão historiográfica sobre práticas ilícitas na América Portuguesa (C. Século XVIII)". **Revista de História da UEG,** v. 11, n. 2, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.31668/revistaueg.v11i2.12780 . Acesso em 25 mar. 2026.

_____ . ¿Reprimir O Negociar? Apuntes Sobre Los Intentos De Combatir La corrupción En La capitanía De Pernambuco Durante El Gobierno De Luís Diogo Lobo Da Silva (c.1753-1763). **Clio & Crimen. Revista Del Centro De Historia Del Crimen De Durango**, n. 22, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1387/clio-crimen.27935 . Acesso em 25 mar. 2026.

GARRIGA, Carlos. Crimen corruptions. Justicia y corrupción en la cultura del ius commune (Corona de Castilla, siglos XVI – XVII). **Revista Complutense de História de América**, n. 43, 2017. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/56725 . Acesso em 25 mar. 2026.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII**. São Paulo, Autêntica, 2017.

_____ . **Ladrões da República. Corrupção, moral e cobiça no Brasil, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2023.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



REPRESENTAÇÕES DA FRONTEIRA E CRÍTICA SOCIAL: UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO LITERÁRIA DE HÉLIO SEREJO NO CONTEXTO ERVATEIRO

Augusto César de Almeida Barbosa[1]
Dolores Puga[2]

Considerações iniciais

A literatura regional brasileira, sobretudo aquela produzida em contextos de fronteira, constitui um campo privilegiado para a análise das relações entre memória, poder e representação social. Inserida em espaços historicamente tensionados, essa produção literária permite compreender como experiências sociais específicas são simbolicamente elaboradas, narradas e reinterpretadas ao longo do tempo. No caso da obra de Hélio Serejo, sua produção literária inscreve-se em um território geográfico e simbólico profundamente marcado pelas dinâmicas do Ciclo Econômico da Erva-Mate, cuja relevância histórica foi determinante para a configuração social, cultural e econômica da região sul-mato-grossense.

A fronteira Brasil-Paraguai, nesse contexto, não pode ser compreendida como mero limite territorial ou linha de separação entre Estados nacionais. Trata-se, antes, de um espaço de

[1] Licenciado em Letras e em Geografia pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP). É Mestre (2024) em Linguagens e Letramentos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Doutorando (2026) do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMS/CPTL), na área de Estudos Literários, linha: Literatura e Invenção: do local ao universal., da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Três Lagoas. Email: augusto.barbosa@ufms.br.

[2] Professora Associada do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, lotada no Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMS/CPTL), na área de Estudos Literários, linha: Literatura e Invenção: do local ao universal. É Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na linha Poder e Discurso e possui como atual objeto de pesquisa o teatro grego clássico e os usos da antiguidade pela contemporaneidade na arte em geral, no teatro brasileiro e em práticas culturais. É mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na linha Linguagens, Estética e Hermenêutica e graduada na mesma instituição. Editora atual da Revista Eletrônica Trilhas da História. Foi presidente do Grupo de Trabalho em História Antiga de Mato Grosso do Sul (2022-2024). É líder do Grupo de Pesquisa Usos e Desusos das Linguagens Artísticas e vice-líder do Grupo História Antiga e Usos do Passado: novas perspectivas entre o passado e o presente. É integrante do ATRIVM / UFMS - Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade - todos os grupos atestados no CNPq. Atua sobre os seguintes temas: teatro brasileiro contemporâneo; teatro grego clássico; arte, cultura e política. Email: dolores.puga@ufms.br

circulação cultural, de interações sociais complexas e de produção de identidades híbridas, no qual se articulam processos de pertencimento, conflito e negociação simbólica. Esse espaço fronteiriço configura-se como um lócus privilegiado de disputas, no qual diferentes matrizes culturais brasileiras, paraguaias e indígenas se entrecruzam, produzindo formas identitárias marcadas por ambivalências, tensões e assimetrias.

A literatura de Hélio Serejo, ao tematizar esse universo, assume papel central na construção de representações que não apenas registram a experiência da fronteira, mas também a interpretam e a reorganizam discursivamente. Sua obra revela-se, assim, como um campo de elaboração simbólica no qual coexistem, de maneira tensionada, discursos de valorização da cultura regional e críticas às estruturas de poder que atravessam a sociedade fronteiriça. Ao representar o universo ervateiro, o autor evidencia relações de exploração do trabalho, desigualdades sociais e hierarquias econômicas, ao mesmo tempo em que mobiliza elementos culturais que reafirmam tradições e imaginários locais.

Essa coexistência de perspectivas aparentemente contraditórias aponta para a necessidade de uma abordagem analítica capaz de apreender a complexidade da narrativa serejana. Nesse sentido, este artigo busca compreender de que modo a obra de Hélio Serejo articula crítica social e reafirmação de valores tradicionalistas, evidenciando as contradições discursivas que estruturam sua produção literária. Tal problemática insere-se em um debate mais amplo acerca da função social da literatura, entendida não como reflexo passivo da realidade, mas como prática discursiva que participa ativamente da produção, da organização e da disputa de sentidos históricos.

Para dar conta dessa proposta, a análise fundamenta-se em um arcabouço teórico interdisciplinar que articula contribuições da historiografia cultural, da teoria literária e do pensamento pós-estruturalista. No campo da história cultural, Roger Chartier (1990, p. 17) destaca que as representações são construções que organizam a percepção do mundo social, sendo sempre mediadas por valores e interesses. Essa perspectiva permite compreender a literatura de Serejo como prática ativa de produção simbólica, na qual a fronteira é construída discursivamente, e não apenas descrita.

No âmbito da teoria literária, Antoine Compagnon (2001, p. 39) ressalta que a literatura possui a capacidade de interpretar e transformar a sociedade, configurando-se como forma de conhecimento que articula realidade e ficção. Tal concepção é fundamental para entender a obra serejana como espaço de problematização das relações sociais engendradas pelo ciclo da erva-mate. Por sua vez, a perspectiva desconstrutiva de Jacques Derrida (1997, p. 23) possibilita reconhecer que todo texto é atravessado por tensões e ambivalências, sendo incapaz de sustentar um sentido único e estável. Ao afirmar que "não há texto sem ambiguidade", Derrida oferece



um instrumental teórico fundamental para a análise das contradições presentes na narrativa de Serejo, na qual coexistem discursos críticos e conservadores.

No campo dos estudos decoloniais, Walter Mignolo (2003, p. 67) contribui ao enfatizar que os espaços de fronteira constituem loci privilegiados de produção de conhecimento, marcados pela coexistência de saberes hegemônicos e subalternos. A fronteira Brasil–Paraguai, nesse sentido, revela-se como espaço de colonialidade persistente, no qual se evidenciam desigualdades estruturais e disputas epistemológicas que atravessam as formas de representação cultural. Complementarmente, Umberto Eco (2004, p. 12) ressalta que o texto literário é uma estrutura aberta, que exige a participação ativa do leitor na construção do sentido, permitindo incorporar a dimensão da recepção como elemento fundamental da análise.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza interpretativa e bibliográfica, mobilizando a análise textual em diálogo com a historiografia literária e a teoria da recepção. O corpus é composto por obras centrais de Hélio Serejo — *Prosa Rude* (1952), *Caraí* (1984), *Os Heróis da Erva* (1987) e *Balaio de Bugre* (1992) — selecionadas por sua relevância na representação do contexto fronteiriço e ervateiro. A abordagem metodológica articula três dimensões complementares: a análise historiográfica, que situa a produção literária no contexto do ciclo da erva-mate; a análise textual, voltada à identificação de elementos de crítica social e de contradições discursivas; e a análise da recepção, que busca compreender o posicionamento da obra no campo literário e os processos de sua legitimação ou marginalização.

Adota-se, ainda, a perspectiva desconstrutiva como instrumento analítico, a fim de evidenciar as ambivalências presentes na narrativa serejana, evitando leituras reducionistas e possibilitando uma compreensão mais complexa da literatura como espaço de tensão, disputa e produção de sentidos. Dessa forma, o estudo propõe uma leitura que reconhece a obra de Hélio Serejo como um campo simbólico dinâmico, no qual memória, identidade e poder se articulam de maneira indissociável, contribuindo para o aprofundamento dos estudos sobre literatura regional e fronteira no Brasil.

A fronteira como espaço de disputa simbólica

Na obra de Hélio Serejo, a fronteira configura-se como um espaço simbólico complexo e multifacetado, no qual se articulam de maneira indissociável relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Longe de se apresentar como mero cenário narrativo ou delimitação geográfica, a fronteira assume a condição de dispositivo estruturante da experiência histórica e

literária, operando como eixo organizador das representações e dos conflitos que atravessam a narrativa serejana.

Nesse sentido, a fronteira Brasil–Paraguai, tal como representada pelo autor, deve ser compreendida como um território de circulação, encontro e tensão, onde diferentes matrizes culturais e formas de sociabilidade se interpenetram. Trata-se de um espaço marcado por dinâmicas contraditórias, nas quais convivem processos de integração e exclusão, pertencimento e marginalização, evidenciando sua natureza profundamente ambivalente.

Durante o ciclo econômico da erva-mate, essa região foi atravessada por intensas transformações sociais e econômicas, caracterizadas pela exploração sistemática do trabalho, pela concentração fundiária e pela consolidação de estruturas de poder assimétricas. Nesse contexto, a literatura serejana desempenha um papel fundamental ao representar tais dinâmicas, construindo uma memória que não apenas registra os modos de vida e as práticas sociais da época, mas também interpreta criticamente as relações que os sustentam.

Ao narrar o universo ervateiro, Serejo evidencia as condições de subalternidade dos trabalhadores, as disputas territoriais e os mecanismos de dominação que estruturam a vida na fronteira. Entretanto, essa representação não se dá de forma neutra ou transparente. Conforme argumenta Chartier (1990, p. 23), toda representação implica processos de seleção, organização e interpretação, sendo sempre mediada por valores, interesses e perspectivas históricas específicas.

Dessa forma, mesmo ao denunciar desigualdades e conflitos sociais, a obra serejana pode, simultaneamente, reproduzir determinados imaginários tradicionais, vinculados a visões conservadoras da sociedade e da cultura regional. Essa coexistência de crítica e reprodução evidencia a ambivalência constitutiva do texto literário, revelando que a fronteira, enquanto objeto de representação, é também um espaço de disputa simbólica, no qual diferentes discursos hegemônicos e contra-hegemônicos se confrontam.

Sob essa perspectiva, a literatura de Hélio Serejo não deve ser compreendida apenas como registro da realidade fronteiriça, mas como prática discursiva que participa ativamente da construção dessa realidade, produzindo sentidos, organizando experiências e contribuindo para a elaboração de uma memória social situada. A fronteira, portanto, emerge como um campo de significação em permanente tensão, no qual se entrelaçam história, cultura e poder.

Crítica social e contradições discursivas

A crítica social constitui elemento central na obra de Serejo, especialmente no que se refere às condições de trabalho e às desigualdades na região fronteiriça.

Em suas narrativas, o trabalhador ervateiro surge frequentemente como sujeito subalternizado, inserido em relações de exploração. Tal representação evidencia a dimensão crítica da literatura, conforme aponta Compagnon (2001, p. 58).

Entretanto, à luz da desconstrução, observa-se que esse discurso crítico convive com a reafirmação de valores tradicionais. Derrida (1997, p. 45) afirma que "o texto sempre escapa ao controle do autor", revelando sentidos contraditórios.

Na obra serejana, essa contradição manifesta-se na coexistência entre denúncia social e manutenção de imaginários conservadores, especialmente no que diz respeito à hierarquia social e às relações de poder.

A identidade fronteiriça, tal como construída na obra de Hélio Serejo, apresenta-se como um processo complexo, dinâmico e profundamente tensionado, resultante da interação contínua entre diferentes matrizes culturais, históricas e sociais. Longe de constituir uma identidade homogênea ou estável, a fronteira emerge como espaço de hibridização, no qual práticas, valores e discursos se entrecruzam, produzindo formas identitárias marcadas por ambivalências e deslocamentos.

A convivência entre culturas distintas brasileira, paraguaia, indígena e sertaneja engendra um campo simbólico no qual as identidades são constantemente negociadas, reelaboradas e ressignificadas. Nesse sentido, a identidade fronteiriça não pode ser compreendida como essência fixa, mas como construção histórica situada, atravessada por relações de poder e por processos de mediação cultural.

Walter Mignolo (2003, p. 72) destaca que as identidades de fronteira são constituídas em contextos de colonialidade, nos quais persistem estruturas de dominação que hierarquizam saberes, culturas e sujeitos. Essa perspectiva é fundamental para compreender que a fronteira não é apenas um espaço de encontro, mas também de desigualdade, no qual se evidenciam assimetrias históricas que moldam a experiência social e identitária.

Na narrativa serejana, essa condição manifesta-se de maneira particularmente significativa. Ao mesmo tempo em que o autor valoriza os elementos culturais da região como a oralidade, os costumes locais e os modos de vida ligados ao universo ervateiro, sua escrita também revela processos de hierarquização simbólica, nos quais determinadas identidades são privilegiadas em detrimento de outras. Assim, a fronteira é representada simultaneamente como espaço de pertencimento e como campo de diferenciação social.

Essa ambivalência evidencia a complexidade do processo de construção identitária na obra de Serejo, na medida em que suas representações oscilam entre a valorização da diversidade cultural e a reprodução de estruturas simbólicas herdadas de contextos históricos marcados pela desigualdade. Tal dinâmica pode ser compreendida à luz da perspectiva desconstrutiva,



que permite identificar no texto literário a coexistência de discursos aparentemente contraditórios, mas que, na verdade, revelam a instabilidade constitutiva do sentido.
Dessa forma, a identidade fronteiriça, na obra serejana, configura-se como um espaço de tensão permanente, no qual memória, cultura e poder se articulam de maneira indissociável. Ao representar esse processo, a literatura de Hélio Serejo não apenas registra a experiência da fronteira, mas também a problematiza, contribuindo para uma compreensão mais crítica das formas de construção identitária em contextos marcados pela colonialidade e pela desigualdade social.

Historiografia literária e recepção

A obra de Hélio Serejo, embora dotada de significativa relevância no contexto da literatura sul-mato-grossense, tem sido historicamente marginalizada no interior do cânone literário brasileiro. Tal marginalização não decorre exclusivamente de critérios estéticos, mas está profundamente vinculada às dinâmicas de legitimação que estruturam o campo literário, no qual determinadas produções são valorizadas em detrimento de outras, frequentemente associadas a regiões periféricas ou a temáticas consideradas "locais".

Nesse sentido, conforme aponta Roger Chartier (1990, p. 56), a recepção e a circulação dos textos constituem elementos fundamentais para compreender sua posição no campo cultural, uma vez que o valor literário não é intrínseco à obra, mas socialmente construído a partir de práticas de leitura, instituições e dispositivos de legitimação. A inserção de Serejo no rótulo de "autor regionalista" contribuiu, nesse contexto, para uma leitura restritiva de sua produção, frequentemente associada à dimensão documental, folclórica ou memorialista, em detrimento de sua complexidade estética e crítica.
Essa classificação, embora reconheça a importância de sua obra para a representação da cultura local, acaba por reduzir seu potencial interpretativo, obscurecendo as tensões discursivas e as problematizações sociais presentes em seus textos. Como resultado, a literatura serejana foi, em muitos casos, relegada a uma posição periférica no sistema literário nacional, sendo pouco explorada sob perspectivas teóricas mais sofisticadas, como a historiografia literária, a teoria da recepção e a desconstrução.
No entanto, uma abordagem historiográfica, tal como proposta neste estudo, permite reavaliar criticamente essa posição, deslocando a obra de Serejo de uma leitura meramente regionalista para uma compreensão mais ampla, que a insere nas discussões contemporâneas sobre literatura, memória e poder. Ao considerar as condições de produção, circulação e recepção de seus textos, torna-se possível compreender como sua obra dialoga com

processos históricos mais amplos, especialmente aqueles relacionados às dinâmicas sociais e econômicas da fronteira Brasil–Paraguai.

Além disso, ao articular a análise da recepção com a perspectiva da leitura como prática social, conforme sugerido por Chartier, evidencia-se que os sentidos atribuídos à obra de Serejo são historicamente construídos e passíveis de revisão. Nesse sentido, a reinterpretação crítica de sua produção não apenas contribui para sua valorização no campo literário, mas também amplia o debate sobre os critérios de canonização e sobre o lugar da literatura regional na constituição da literatura brasileira.

Dessa forma, a obra de Hélio Serejo revela-se não apenas como registro da memória regional, mas como produção literária complexa, capaz de problematizar relações de poder, identidades e processos históricos, reafirmando sua relevância para os estudos literários contemporâneos, especialmente no âmbito das investigações sobre fronteira, cultura e representação.

Literatura, conflito simbólico e produção de sentidos na fronteira

A literatura de Hélio Serejo deve ser compreendida como um espaço privilegiado de conflito simbólico, no qual se articulam, de maneira dinâmica e muitas vezes contraditória, diferentes discursos sobre a realidade social da fronteira. Longe de constituir uma narrativa homogênea ou unívoca, sua produção literária evidencia a coexistência de perspectivas distintas, que tensionam continuamente os sentidos atribuídos à experiência histórica e cultural do contexto ervateiro.

Nesse cenário, a obra serejana opera como um campo de mediação entre memória e representação, no qual se entrelaçam discursos de valorização da cultura regional e críticas às estruturas de poder que sustentam as desigualdades sociais. Tal característica reforça a ideia de que a literatura não apenas reflete a realidade, mas participa ativamente de sua construção simbólica, produzindo interpretações que dialogam com as condições históricas de sua emergência.

Conforme ressalta Umberto Eco (2004, p. 29), o texto literário é intrinsecamente aberto a múltiplas interpretações, configurando-se como uma estrutura que exige do leitor uma postura ativa e crítica. Essa abertura interpretativa torna-se ainda mais significativa no caso da obra de Serejo, cuja ambivalência discursiva desafia leituras simplificadoras e demanda abordagens analíticas capazes de apreender suas tensões internas.

Assim, a complexidade da narrativa serejana manifesta-se justamente na articulação entre diferentes camadas de sentido, nas quais se evidenciam tanto os limites quanto as

possibilidades da crítica social no interior de um contexto historicamente marcado por desigualdades. As tensões presentes em seus textos não apenas refletem as condições sociais de sua produção, mas também revelam os impasses e as contradições inerentes à própria representação da fronteira.

Dessa forma, compreender a obra de Hélio Serejo implica reconhecer a literatura como espaço de disputa simbólica, no qual diferentes vozes, valores e perspectivas se confrontam, produzindo um campo de significação aberto, instável e historicamente situado.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a obra de Hélio Serejo constitui um campo privilegiado para a investigação das relações entre literatura, memória e poder, especialmente quando situada no contexto histórico e simbólico da fronteira Brasil–Paraguai durante o ciclo econômico da erva-mate. Ao mobilizar uma abordagem historiográfica articulada à teoria literária e à perspectiva desconstrutiva, foi possível demonstrar que a produção serejana ultrapassa leituras meramente regionalistas ou descritivas, configurando-se como espaço de elaboração crítica da experiência social fronteiriça.

Ao representar a fronteira, Serejo não apenas documenta práticas culturais e modos de vida, mas constrói um dispositivo narrativo no qual se entrelaçam disputas simbólicas, tensões identitárias e contradições ideológicas. Nesse sentido, sua obra revela-se atravessada por ambivalências, nas quais coexistem, de forma não excludente, a crítica às estruturas de exploração social particularmente no universo do trabalho ervateiro e a reafirmação de valores tradicionalistas, frequentemente vinculados a imaginários conservadores da região.

Essa dualidade, longe de configurar uma incoerência, constitui precisamente o elemento que confere complexidade à obra, permitindo compreendê-la à luz da desconstrução como um campo de tensões discursivas. Tal perspectiva possibilita reconhecer que o texto literário não se organiza de forma estável ou unívoca, mas se estrutura a partir de conflitos internos que refletem as próprias contradições do contexto histórico em que foi produzido.

Além disso, ao articular literatura e historiografia, o estudo evidencia que as representações da fronteira operam como formas de construção da memória social, contribuindo para a consolidação de identidades regionais, ao mesmo tempo em que expõem as desigualdades e hierarquias que estruturam esse espaço. Nesse aspecto, a obra de Serejo pode ser compreendida como instância de mediação entre experiência histórica e elaboração simbólica, reafirmando o papel da literatura como prática social e política.



Por fim, esta pesquisa contribui para o campo dos estudos literários ao propor uma reavaliação crítica da produção regional do Centro-Oeste brasileiro, deslocando-a de uma leitura folclorizante para uma abordagem que reconhece sua densidade estética, histórica e ideológica. Ao evidenciar as contradições discursivas presentes na obra de Hélio Serejo, o estudo reforça a necessidade de compreender a literatura como espaço de disputa simbólica, no qual diferentes discursos hegemônicos e contra-hegemônicos coexistem, se tensionam e produzem sentidos.

Dessa forma, abre-se caminho para investigações futuras que aprofundem a relação entre literatura, fronteira e poder, ampliando o debate sobre as múltiplas formas de representação e interpretação da realidade social brasileira.

Referências

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SEREJO, Hélio. *Obras completas de Hélio Serejo*. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2008.



WOMEN IN REVOLT: CONTRADIÇÕES FEMINISTAS EM NOVA YORK NOS ANOS 1970

Juliana Mafra[1]

Ao mesmo tempo em que acontecem as agitações feministas relacionadas ao campo da arte nos Estados Unidos, na virada para a década de 1970, Andy Warhol começa a trabalhar num cômico e erótico filme, *Women in revolt* (1972), com a colaboração do cineasta Paul Morrissey, dois anos depois que Warhol e Mario Amaya foram baleados por Valerie Solanas na *Factory*. O filme conta a história de três travestis que, cansadas da opressão masculina, se juntam num movimento feminista chamado *Garotas Politicamente Envolvidas* que, em inglês forma a sigla/palavra PIG, porco(a). Candy Darling, Jackie Curtis e Holly Woodlawn atuam como si mesmas, com seus nomes "reais", numa paródia dos movimentos feministas da década de 1970. O filme exibe uma sequência de frases tragicômicas, estereótipos feministas, como:

> Você me deixou velha antes do tempo;
> estou cansada de depender de você;
> liberdade para as mulheres, eu odeio os homens;
> não suporto olhar para os homens;
> sou jovem, quero viver;
> precisamos ser iguais;
> menos de 1% das mulheres ganha mais que 10 mil dólares por ano;
> é hora de as mulheres terem um lugar, uma profissão, algo para fazer;
> eles te tratam bem até que você não sirva mais;
> eu merecia, eu não era boa;
> eu tenho direito de viver...

Ainda no lugar-comum do discurso, as protagonistas recebem respostas masculinas como:

> isso é uma grande besteira;
> o movimento das mulheres está envenenando sua mente contra mim;
> eu te dei esse apartamento;
> você é minha...

Com todos esses argumentos, elas se dizem cansadas de serem exploradas por homens que somente desejam sexo e decidem se tornar lésbicas, se liberando, assim, dos homens. Mas tudo

[1] Professora da Escola Guignard e do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: juliana.mafra@uemg.br. Trabalho elaborado com o apoio da FAPEMIG.



que elas falam — sobre estarem cansadas de serem humilhadas e serem objetos sexuais — parece falso e irônico, pois elas estão a todo tempo correndo atrás dos homens.

O filme ficou em cartaz por 5 semanas, em Nova York, até fins de março de 1972 e teve críticas ambíguas nos jornais. O crítico Vincent Canby, do *New York Times* dizia que o filme foi elaborado com "inteligência limitada", mas que estranhamente era um sucesso (CANBY, 1972, p.20) e numa resenha no *Village Voice* (HOBERMAN, 2012, P.92), Stuart Byron ressalta a atuação de Jackie Curtis, mas conclui que *Women in Revolt* é "uma película reacionária" que confunde as pessoas em relação à intenção das mulheres. Talvez tenha contribuído, para essas opiniões, as posições políticas declaradas por Morrissey, sobre seu trabalho com Warhol[2]. Numa entrevista para o professor Luiz Nazário (2003, 63-95), da UFMG, Morrissey se declara politicamente de "extrema direita", e diz não apreciar o cinema novo brasileiro "ao constatar que todo o movimento era pura agitação comunista" e que os "problemas políticos do Terceiro Mundo" não passam de baboseiras. Nada diretamente relacionado à *Women in Revolt*, mas que pode ser facilmente transposto para um movimento de liberação feminina.

De acordo com Morrissey, Warhol era

> [...] depreciado pela Liberação Gay e pelo Movimento Feminista, o que quer que isso seja, porque somente os mostra e não adota uma posição. A obrigação do artista é jamais adotar uma posição, somente apresentar. Basicamente, a posição de Andy em todas as questões, se tem alguma, é cômica" (HOBERMAN, 2012, p. 93).

Considero difícil uma isenção política em um discurso e também que essa política seria mais complexa do que uma simples oposição binária. O dito interesse de Warhol na "superfície", aqui se direciona à um estereótipo de feminismo, apropriado pelas travestis, de forma cômica, que critica, a todo momento, a figura de Valerie Solanas e o conteúdo de seu manifesto, base teórica questionável para o feminismo. É fato que, Ti-Grace Atkinson, integrante do *NOW* (National Organization for Women) fez algumas homenagens à Valerie Solanas, o que acabou recebendo reprovação do resto do grupo feminista e influenciando seu afastamento do grupo. Mas a mídia continuava tratando Atkinson, como líder do movimento das mulheres, o que dificultava o entendimento a respeito do movimento de Betty Friedan, por exemplo.

Valerie distribuía pelas ruas de Nova York, em 1967, cópias mimeografadas de seu Manifesto *SCUM* (1960), que pregava, entre outras coisas, a destruição dos homens. Seu texto teve algumas adeptas radicais, mas era considerado prejudicial para o movimento das mulheres. Betty Friedan escreve que Solanas não era uma referência para as feministas, que nunca haviam ouvido falar

[2] Não se sabe quem fez o quê no filme, pois não há letreiro indicativo.



dela e que as ideias de feminismo com que vinham trabalhando não passavam pelas do manifesto de Solanas (FRIEDAN, 2006, p. 191).

Valerie cobrava de Warhol, um texto que havia entregue a ele que, indiferente, ele não sabia onde o havia colocado. Acreditando que Warhol estaria plagiando seu texto, Valerie vai até a Factory, descarrega sua arma nos presentes e vai embora, se entregando à polícia, no dia seguinte. Warhol passa por uma cirurgia de 5 horas, Valerie é condenada, presa e submetida a tratamentos psiquiátricos, por declarar que "Warhol exercia muito controle sobre sua vida" e que "ele havia se recusado a prestar atenção nela" (RONNEL, 2004, p. 22). Warhol muda sua rotina, de modo a ter mais segurança, três anos depois, Solanas volta a ameaçá-lo"[3].

É nesse contexto de medo em relação à sua própria vida, que Warhol realiza o filme. Ele parecia não se interessar pelo feminismo além de Valerie Solanas. Há um relato no qual Mario Amaya diz que Warhol e ele eram "as primeiras vítimas do feminismo". Uma afirmação simplificada, visto que Solanas foi diagnosticada com algum tipo de paranoia. Warhol diz que adora todos os movimentos "lib" porque depois deles "as coisas que sempre foram mistério passam a ser compreensíveis e chatas, e então ninguém tem de se sentir excluído se não faz parte do que está acontecendo" (WARHOL, 2008, p. 59).

REFERÊNCIAS

CANBY, V. *Warhol's "Women in Revolt"*, Madcap Soap Opera. New York Times, 17/02/72. In: http://www.nytimes.com/movie/review?res=9D06E0DE143DEF34BC4F52DFB4668389669ED. Acesso em 01 de Abril de 2026.

FRIEDAN, Betty. Life so far. A memoir. New York: Simon & Schuster paperbacks. 2006. P.191

HOBERMAN, J. Reactionaries in radical drag. Village Voice. 16/03/72. In: *DOMÍNGUEZ, Juan Manuel; MARÍN, Pablo. Underworld USA: El cine indepiendente americano por J. Hoberman. Buenos Aires: Ministerios de cultura del gobierno de la ciudad de Buenos Aires, 2012. P.92*

HOBERMAN, J. Women in Revolt: ¿Warhol tardío, el último Warhol; o post Warhol? In: _____. Underworld USA: El cine independente americano. Vários trad. Juan Manuel Domínguez y Pablo Marín (Ed.). Buenos Aires: Ministerio de cultura del gobierno de la ciudad de Buenos Aires, 2012. P.93

[3] Mais detalhes podem ser obtidos no filme *I shot Andy Warhol* (1996), de Mary Harron.



NAZÁRIO, Luiz. O teatro da vida sonhada: o cinema de Andy Warhol & Paul Morrissey. In: *HILDEBRANDO, Antonio; NASCIMENTO, Lysley; ROJO, Sara (Org.). O corpo em performance: imagem, texto, palavra. Belo Horizonte: NELAP/ FALE/UFMG, 2003*. p. 63-95

RONNELL, Avital. Deviant Payback: the aims of Valerie Solanas. In: SOLANAS, Valerie. Scum Manifesto. London/New York: Verso, 2004, P.22.

WARHOL, Andy. A filosofia de Andy Warhol. de A a B e de volta a A. Trad. José Rubens Siqueira. 1a ed. Rio de Janeiro: Cobogó. 2008, p.59.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



HERA VENENOSA, ENTRE DOENÇA VENÉREA, ECOTERRORISMO E MACONHA: CONEXÕES HISTÓRICAS NA VILÃ DO BATMAN (1966-2001)

Savio Queiroz Lima[1]

Introdução

A Hera Venenosa é uma vilã própria da mitologia maniqueísta das histórias em quadrinhos do Batman. Como produto da Indústria Cultural de Entretenimento criado na década de 1960, é preciso se adequar ao jogo de interesse do público consumidor para sobreviver nas décadas seguintes, num processo que em muitos aspectos buscou uma proximidade com a realidade em pretensão de maturidade narrativa. Um exercício crítico que pode muitas vezes ocorrer com outros arquétipos vilanescos, aqui tem algumas singularidades que se destacam e nos fornece diversas possibilidades analíticas sobre gênero, criminalidade, política de saúde e política.

A argumentação presente neste exercício historiográfico parte dos aspectos conectivos de fundação e atualização da vilã em contextos políticos diversos. São escolhidos três aspectos para esta análise crítica: A relação metafórica-alegórica com doenças sexualmente transmissíveis (atualmente chamadas de Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST), a condição recíproca de vilanização da política e politização da vilania centrada no ecoterrorismo e, por fim, as jocosas associações do controle das plantas e a existência sociopolítica da maconha no contexto sociocultural estadunidense. Cada um dos três alicerces aqui escolhidos pode ser analisado através de seus discursos e representações e são constitutivos da vilania da Hera Venenosa, em processos históricos próprios, mas interligados.

[1] Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), sob orientação da prof. Dr. Mary Del Priore. Membro do *Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero – ANPUH-BA* (GT-Gênero-ANPUH-BA). Membro do *Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medievo* (LETHAM). Membro da *Red Internacional Multidisciplinar en Estudios de Género* (RIMEG) das Universidad Nacional de Cuyo (Argentina), Universidade Federal de Bahia (UFBA) e Universidad de Sevilla (Sevilla, España). Membro do *Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História* (MITECHIS). Autor do livro *Mulher Maravilha para Presidente! – História, Feminismos e Mitologia nas Histórias em Quadrinhos*, lançado em 2019. savio_roz@yahoo.com.br.



A conexão entre a representação da mulher transmissora de infecção sexualmente transmissível (IST) e da representação da mulher dominadora do reino vegetal é inicial. É apresentada de forma argumentativa através das abordagens de contextualizações históricas e socioculturais a partir da década de 1960. A vilã foi criada por conta de uma canção empolgante entre os estilos *rock and roll* e *rhythm and blues*, que faz, de forma consciente e objetiva, a metáfora com IST. A relação com plantas parece sustentar-se por certa obviedade, quando vemos a representação figurativa da vilã Hera Venenosa, deixando sua condição de ameaça de toxina vegetal bastante evidente. Há uma historicidade nisso. Entretanto, quando nos debruçamos com sua metáfora patológica sexual, é preciso decifrar signos que nos exigem certa historicidade de suas influências, fundamentalmente da própria cultura de entretenimento.

Em um outro processo de confluência, nos deparamos com a conexão entre sua condição de vilania e a inconsistente designação de ecoterrorismo. No começo da segunda metade do século XX a sua vilania, de natureza romântica, lhes garantia apenas uma correlação de controle sobre o mundo das plantas, exercido através de conhecimento e, posteriormente, por poderes e habilidades comuns à ficção super-heróica. Com a inserção de dado realismo às representações narrativas, então, no final da segunda metade do século XX, a vilã é correlacionada por certa associação com a vertente militante ecológica, fruto de dado contexto histórico de posturas denunciativas e atuação enérgica contra grupos destrutivos da natureza. Força-se, com isso, uma simetria bastante equivocada entre a luta ecológica e a vileza.

Ampliando essa latência moral, a conexão entre seu domínio vegetal e a criminalidade tem por ponto central a personagem histórica: maconha. A década de 1990 abriu possibilidades discursivas públicas que seriam impensáveis em décadas anteriores, sendo ponto de interesse desta investigação. Um debate mais franco sobre a maconha esteve presente em páginas de aventuras do Batman através da Hera Venenosa. A isto a argumentação consegue até alcançar a problemática que envolve os cenários socioculturais de produção, os Estados Unidos, e de recepção, o Brasil. A ausência nos diz, também, o que é desejado ou não em dada sociedade. As narrativas em histórias em quadrinhos com a maconha como elemento central do debate ficcional tiveram mais conforto no seu país de origem do que no Brasil.

Este trabalho é fruto de análise mais aprofundada que trata das estruturas políticas que constituem a Hera Venenosa enquanto vilã dialógica ao realismo. Este trabalho responde diretamente ao capítulo específico sobre as estruturas de suas atualizações, para o trabalho de conclusão de curso em elaboração para atender as exigências no doutoramento em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio



Grande do Sul, sob orientação da professora Carla Brandalise. Também é interesse deste trabalho dar continuidade a um mapeamento sobre personagens femininas vilãs da franquia do super-herói de Gotham (LIMA, 2022a; LIMA, 2022c).

Este trabalho aborda as condições históricas que promoveram a conexão entre a personagem-produto e as categorias elencadas. Há, deste modo, como o texto se propõe a analisar através de cruzamentos de vestígios, a historicização da construção conectiva da vilania pertencente à ficção com traços da realidade concreta que são, por conseguinte, vilanizados. Deste modo, fortuitamente, há conexões analíticas interessantes, que vão sintonizar as expectativas de uma historiografia indagadora que busca nos estudos de Gênero, nos estudos de Crime e nos estudos de ideologias, suas representações.

De Hera a Erva; de Venenosa a Sedativa

A sua primeira aparição se dá na edição de número 181 da revista *Batman*, datada de junho de 1966[2]. Assumem autoria do roteiro e da arte o roteirista Robert Kanigher, os desenhistas Carmine Infantino com a capa da edição e o Sheldon Moldoff com a arte interna. Comungam a intenção, os dois últimos, de representar a vilã com base na figura de Bettie Page, símbolo sexual masculino estadunidense dos anos 1950, assumindo sua intenção de *Femme Fatal*. Mas ela, como a planta, se chama Hera Venenosa, ainda que seja sedutor chamá-la de Erva, muito provavelmente por conta de vestígios de memória ainda latente no contexto brasileiro.

O jogo entre Hera e Erva é mais que uma questão semântica, dentro da historicidade da indústria cultural musical entre Estados Unidos e Brasil. Não é incomum que os dois nomes compostos se confundam, Hera Venenosa e Erva Venenosa, ambos dando título a uma música em suas diversas versões. *Erva Venenosa* é uma canção adaptada por Rossini Pinto para o grupo *The Golden Boys*, em português em 1965. Há um exercício não apenas de tradução, mas de adequação de elementos presentes nesta versão brasileira que diferem da original estadunidense escrita por Jerry Leiber e Mike Stoller para o grupo *The Coasters*, em

[2] Publicada no Brasil em abril de 1967 pela editora Ebal na edição de número 70 da revista *Batman*, em sua segunda série periódica.



1959. A memória mais recente ainda tem na voz de Rita Lee, que nos deixou em 2023, a sua versão mais famosa[3], repetidas vezes integrando trilhas sonoras de telenovelas[4].

A versão original, *Poison Ivy*, está presente na memória musical estadunidense em diversas adaptações. É encontrada em 1963 pela banda *The Dave Clark Five*, Também na execução do grupo *Paramounts* em single de 1963 e no disco de 1964, e é bastante famosa com a versão de *Rolling Stones* também de 1963. Três anos depois, em 1966, *Poison Ivy* surge no disco *15 Great Hits* do grupo *The Kingsmen*, e no single *You Gave me Somebody to Love* da banda britânica *Manfred Mann*. Partícipe da "linguagem global" (HOBSBAWM, 1995, p. 198) do *rock´n´roll*, a canção tem uma letra que seus próprios autores confirmaram se tratar de uma alegoria metafórica para doenças sexualmente transmissíveis que causam sintomas muito semelhantes ao da planta venenosa (LEIBER; STOLLER; RITZ, 2009, p. 141).

Em todos os casos, há a evidente relação com a erva daninha perigosa para o contato humano e os comportamentos sexuais de jovens nos Estados Unidos dos anos 1960. A planta que causa dermatite com erupções cutâneas agudas por contato, como reação alérgica, com sintomas de coceira, ardência e bolhas visíveis, *Poison Ivy*, é bastante comum na natureza norte-americana[5]. Termos como *bumpy* e *lumpy* (protuberante e grumoso, respectivamente) na letra original da música reafirmam a conexão entre doenças venéreas e urticárias alérgicas. Por conta das mudanças comportamentais sexuais dos jovens estadunidense, é registrado aumento de casos de doenças sexualmente transmissíveis nos Estados Unidos da década de

[3] Lançada no álbum single *3001*, no ano de 2000.

[4] Foram cinco, no total: primeiro na novela *Um Anjo Caiu do Céu*, na esteira do sucesso da música em 2001, depois na comédia romântica de João Emanuel Carneiro de título *Cobras & Lagartos*, em 2006, ambas produzidas pela rede Globo de televisão; na novela do dramaturgo Marcos Lazarini de nome *Água na Boca* e produzida pela Band (do grupo Bandeirantes de televisão) em 2008; na telenovela *Escrito nas Estrelas*, de Elizabeth Jhin, em 2010, pela Globo; e, *Rebelde*, pela rede Record em 2011, escrita por Margareth Boury.

[5] De nome científico *Toxicodendron radicans*, é também chamada de *Eastern Poison Ivy* (Hera Venenosa Oriental) pelo banco de dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture*), através do Serviço de Conservação de Recursos Naturais (*Natural Resources Conservation Service*), para se diferenciar da espécie *Toxicodendron rydbergii*, chamada *Western Poison Ivy* (Hera Venenosa Ocidental). A *Eastern* é uma trepadeira, enquanto a *Western* um arbusto. Como detalhado em: https://plants.sc.egov.usda.gov/home/plantProfile?symbol=TORA2.



1960, como a sífilis[6], gonorreia[7], herpes genital[8], dentre outras. Os dados fortalecem as expectativas discursivas e representativas do imaginário estadunidense do período onde o próprio conceito de herpes genital, por exemplo, foi elaborado para distinguir as tipologias das doenças[9].

Outra conexão evidente que soma-se às anteriores, de planta venenosa e doença venérea, é a de mulher perigosa. Há um indisfarçável entendimento moral onde "a mulher é identificada com a doença, como o sexo mortal" (DOTTIN-ORSINI, 1996, p. 261) e que aparece logo nos primeiros textos descritivos sobre a vilã na edição 181 da revista *Batman*: "Venenosa – como arsênico! Hera – como irresistível!"[10]. A feminilidade sedutora da *Femme Fatal* Hera Venenosa é lida como instrumento manipulador, uma cilada aos homens, para transmitir o seu veneno, quer seja composto bioquímico, quer seja doença. O perigo habita uma mulher sedutora, sexualmente ativa, que investe sobre os homens e a eles transfere seu veneno através dos prazeres.

Feminilidade, veneno e doença venérea são elementos trançados que vão compondo a personagem-produto com o passar dos anos. Como ocorre com outras personagens, "apesar dos processos de atualizações da personagem-produto, algumas premissas são mantidas para respeitar sua função de arquétipo" (LIMA, 2022a, p. 7). Seus conectivos são adequados aos novos contextos históricos e as expectativas da indústria de entretenimento, com um Batman mais violento e sombrio e narrativas complexas e góticas (WELDON, 2017, pp. 129-157). Tomemos a revista *Black Orchid*, publicada em janeiro de 1989. Escrita por Neil Gaiman e com arte de Dave McKean, ela atende ao amadurecimento narrativo do mercado no período, sendo parte de um selo específico para público maduro, o selo Vertigo (TUCKER, 2018, p.

[6] Estatística apresentada no artigo *Manifestações Orais da Sífilis Adquirida*, dos otorrinolaringologistas da Universidade Federal do Paraná para a revista *Brazilian Journal of Otorhinolaryngology* de janeiro-abril de 1980. Disponível em: http://oldfiles.bjorl.org/conteudo/acervo/acervo.asp?id=1795.

[7] Como pode ser visto no artigo *Gonorrhea and Salpingitis among American Teenagers - 1960-1981*, de vários autores, escrito para a edição de número 3 do volume 32 do periódico *Morbidity and Mortality Weekly Report (MMWR) Surveillance Summaries*, relatório de 1983 do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (Centers for Disease Control and Prevention) dos Estados Unidos. Disponível em: https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/00001717.htm.

[8] Também relatório do Centro de Controle e Prevenção de Doenças, na Divisão de Doenças Sexualmente Transmissíveis, publicado no volume 35 de 1986, o artigo *Genital Herpes Infection - United States 1966-1984*, informa o aumento dos casos. Essa doença é a que mais tem sintomas característicos semelhantes com a coceira (*itch*) presente na música e da reação à planta. Disponível em: https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/00000752.htm.

[9] Os cientistas distinguiram os vírus HSV-1 e HSV-2 em 1967. Como pode ser lido em: https://slate.com/technology/2019/12/genital-herpes-stigma-history-explained.html.

[10] Tradução do trecho original do último quadro da terceira página da edição supracitada.



174). Neste contexto que uma fala da personagem, encarcerada no manicômio, concentra as representações já descritas: "A única razão pela qual não fui estuprada pelos guardas é que eles têm medo de mim. Medo das minhas plantas. Medo do meu poder"[11].

Mas é na mudança significativa da relação entre a vilã Hera Venenosa e o reino das plantas que iniciará um processo de transição de seu lócus político. Em suas primeiras participações como antagonista do Batman, a Hera Venenosa assumia um considerável conhecimento sobre as plantas e suas propriedades químicas e físicas. Mas o processo histórico permitiu que seus roteiristas adequassem algumas associações conjunturais. Se em edições como o número 693 da revista *Detective Comics*[12], datada em janeiro de 1996[13], ou na edição especial *Batman: Poison Ivy*[14], datada em julho de 1997[15], a personagem-produto começa a assumir uma conexão profunda e íntima, sentindo pesar[16] e dor[17] pela mortandade das plantas, isso promove a atualização arquetípica de mera *Femme Fatal* a categoria ideológica e política de ecoterrorista.

Convencionou-se que, a partir da segunda metade da década de noventa do século XX, as narrativas com participação da Hera Venenosa trariam o ecoterrorismo. Não apenas como *modus operandi* e justificativa de suas ações, mas como pauta política ecológica vilanizada pela ficção através do discurso estabelecido. É um conceito, o ecoterrorismo, bastante impreciso, intencionalmente construído através da falsa juntura dos movimentos sociais e políticos progressistas do campo ecológico com o fenômeno de ação política através da ameaça ou da prática de violência manipulativa. Diversas práticas comuns de grupos ecológicos mais radicais, como destruições de modos de produção e instrumentos, sabotados e vandalizados, bem como os projetos de prejuízos econômicos às instituições que causam danos ao meio ambiente, são decretadas como ecoterrorismo pelas autoridades dos discursos, como academia, mídia e Estado (LOADENTHAL, 2017, p. 2).

As conexões são construídas de forma gradativa, no jogo conjecturável, mas imprevisível, entre permanências e rupturas, manutenções e mudanças. Se tratando de um produto da indústria cultural, o exercício de seu uso narrativo e os processos que envolvem seu consumo

[11] Tradução própria da fala original presente na página 38 do segundo livro.
[12] Roteiro e argumentos de Chuck Dixon e arte James Hodgkins e Stewart "Staz Johnson" Johnson.
[13] No Brasil foi publicada em fevereiro de 1998 na edição de número 16 da revista mensal *Batman*, em sua quinta série, pela editora Abril.
[14] A arte da edição é dividida entre os artistas Brian Apthorp, Brian Stelfreeze e Stan Woch, e o roteiro assinado por John Francis Moore.
[15] Publicada no Brasil em maio de 2003 pela editora Mythos, com o título *Batman: Hera Venenosa*.
[16] Como em argumento da página 18 da edição 693 da revista *Detective Comics*.
[17] Assumida em fala na página 24 da revista *Batman: Poison Ivy*.

e apreciação, em variáveis que envolvem a cultura e o mercado, Hera Venenosa responde às questões que envolvem sua representação herbácea, quer seja no já mencionado no análogo associativo com o ecoterrorismo, vilanizado pelos interesses do capitalismo neoliberal, quer seja em um pitoresco e chistoso nexo que o contexto da década de 1990 fez ao relacionar a supervilã com a planta proibida e demonizada principalmente em contexto políticos conservadores e reacionários: a maconha[18].

Diversos movimentos políticos antiproibicionistas estadunidenses ocorreram, muitos deles gerando partidos políticos engajados, desde a década de 1960. Pouco mais de 30 anos da ilegalidade, o *Youth International Party* foi a resposta política da contracultura. Mas foi na década de 1990, como as ampliações do partido *The Grassroots*, em estados como Minnesota (*Minnesota Legal Marijuana Now* e o *Independent Grassroots Party*), Nova York (*Green Party of New York*), dentre outros, que as coisas se dinamizaram. Tomemos um exemplo. Em 1998, no estado de Nova Jersey, o ativista Robert Edward Forchion, o NJWeedman, por questões religiosas e medicinais, membro da comunidade rastafari nos Estados Unidos e diagnosticado com câncer, funda o *Legalize Marijuana Party* (Partido da Legalização da Marijuana). Advoga contra a proibição da *marijuana* (maconha) no contexto estadunidense, fruto de um processo que transitou do uso comercial desde o século XVII à proibição vinculada à xenofobia contra imigrantes mexicanos na década de 1930, e flexibilizações e rigidezes causadas pelas mudanças de governos com tendências mais progressistas ou reacionárias[19].

É neste cenário que alguns roteiristas se valeram para inserir o debate sobre a "erva venenosa" nos discursos e práticas da Hera Venenosa. O tema, que seria indigesto durante a atuação do *Comic Code* (LIMA, 2019, p. 105; LIMA, 2022b, p. 352), torna-se palatável no novo cenário sociopolítico, e um arco inteiro, *Leaves of Grass*, escrito por Alan Grant e arte dividida entre Dave Taylor e Stan Woch, publicado entre os números 56, 57 e 58 da revista

[18] Tratamos aqui da planta da espécie chamada *Cannabis Sativa* L., encontrada em todo território estadunidense, mesmo não sendo uma planta nativa, conforme dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Visto em: https://plants.sc.egov.usda.gov/home/plantProfile?symbol=CASA3. Conhecida como *Marijuana*, é a mais comumente usada para a recreação nos Estados Unidos, mas ainda tratada com alarmismo pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (Centers for Disease Control and Prevention), pensando em atender expectativas proibicionistas, principalmente com pesquisas encomendada e autorais que não dialogam com pesquisas, conclusões e evidências produzidas em relatórios como o *The Health Effects of Cannabis and Cannabinoids: The Current State of Evidence and Recommendations for Research*, publicado na Biblioteca Nacional de Medicina (National Library of Medicine), do Centro Nacional de Informação Biotecnológica (National Center for Biotechnology Information). Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK425741/.

[19] Conforme resume o texto *Survey of Marijuana Law in the United States: History of Marijuana Regulation in the United States*, produzido pela Universidade da Geórgia. Disponível no site da Biblioteca Alexander Campbell King Law: https://libguides.law.uga.edu/c.php?g=522835&p=3575350.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



Batman: Shadow of the Bat, entre 1996 e 1997, onde os vilões Homem-Florônico (*Floronic Man*, aka. Jason Woodrue) e Hera Venenosa, ecoterroristas assumidos, rsolvem salvar o planeta deixando os humanos "chapados" com um intenso tráfico de marijuana[20]. Como que com intuito informativo-instrutivo, a história da proibição da maconha é apresentada em curto texto que diz:

> George Washington e Thomas Jefferson cultivaram a safra. Uma das primeiras fábricas de papel do país para enrolar cânhamo era propriedade de Benjamin Franklin. Em 1937, após 5.000 anos de uso mundial, o cânhamo foi declarado ilegal. Uma campanha prolongada e racista da imprensa sensacionalista acelerou o desaparecimento do cânhamo e cunhou o termo "jornalismo marrom"[21]. A Organização Mundial de Saúde apoiou a proibição e, exceto no período da Segunda Guerra Mundial, a planta de marijuana tem sido ilegal desde então. Pouco mais de cinquenta anos depois, em 1990, quase 4000.000 americanos foram presos pela sua posse ou uso[22].

Mas apesar da consciência momentânea do processo histórico constitutivo do proibicionismo, a mentalidade ancora-se em praias rasas. Na edição de número 56 da revista *Batman: Shadow of the Bat*, que introduz o arco supracitado, Batman captura e interroga pelo medo um vendedor de marijuana, que diz: "Já se perguntou por que as pessoas querem alterar suas consciências? Por que querem mudar a maneira de se sentir?"[23]. O questionamento do traficante é coerente, mas não encontra resposta do Batman, que opta por argumentos passivos ameaçadores para convencê-lo. O desvio do debate reflete as incertezas e/ou

[20] Como o personagem Homem-Florônico mesmo diz: "E apenas quero que ele (o mundo) fique chapado" (*I only want to get it stoned!*), conforme página 10 da edição de número 57 de *Batman: Shadow of the Bat*, de dezembro de 1996.

[21] Adaptação do termo estadunidense "yellow journalism", que no Brasil, seguindo uma tradição europeia (ANGRIMANI,1994, p. 22), mas com paternidade autodeclarada do jornalista Alberto Dines em diversas declarações, ganhou a cor marrom. Dines conta a folclórica narrativa sobre o primeiro uso na entrevista de título *A profundidade está no Impresso*, cedida para a revista *Plug*, parte integrante da revista Abril, do curso de jornalismo, entre as páginas 44 e 47 da edição de 2011.

[22] Tradução própria do trecho: "George Washington and Thomas Jefferson both farmed the crop. One of the country´s first paper mills, rolling hemp, was owned by Benjamin Franklin. In 1937, after 5.000 years of worldwide use, hemp was declared illegal. A prolonged and racist campaign by the tabloid press had hastened hemp´s demise and coined the term 'yellow journalism'. The World-Health Organization backed the ban and, except for the period of World War Two, the marijuana plant has been illegal ever since. Just over fifty years later, in 1990, almost 400.000 americans were arrested for its possession or use". Páginas 8 e 10 da edição de número 58 da revista *Batman: Shadow of the Bat*, de janeiro de 1997.

[23] Tradução própria do trecho: "Ever ask yourself why people want to change their consciousness? Why they want to change the way they feel?", presente na página 4 da supracitada edição.

teimosias das políticas combativas ao tráfico de drogas, evidenciando sua condição de crise sanitária.

Com mais irreverência, a questão correlativa entre a Hera Venenosa e a maconha aparece em outro arco. Em seis edições, a minissérie *Batman: The Widening Gyre*, com roteiro de Kevin Smith e arte de Walter Flanagan, com finalização de Arte Thibert, vemos Hera Venenosa controlar o TCH da Canabis a ponto de entorpecer o Batman[24]. Na edição de número 1, há o encontro do protagonista das trevas, o Batman, com a vilã, Hera Venenosa, que busca dopá-lo através do uso aerossol do THC potencializado. O THC, tetra-hidrocarbinol, é a substância psicoativa alucinógena mais evidente na maconha, sendo o elemento mais presente no discurso médico-policial de justificativa de sua criminalização, construindo a visão predominante sobre o que é prejudicial (HUERTAS; LUCERO; SWEDBERG, 2016, p. 4).

A Hera Venenosa é antagonista presente em publicações no Brasil, o que amplia o debate sobre a recepção das representações e discursos aqui presentes. Porém, nem todas as ressonâncias alcançaram o público leitor brasileiro. Além das edições 43 e 44, 69 e 70, o arco composto pelas edições 56, 57 e 58 continua inédito no Brasil. O mesmo ocorre com a minissérie *Batman: The Widening Gyre*. Ainda que não seja uma raridade a exclusão de publicações originais da indústria de entretenimento de histórias em quadrinhos no Brasil, evidencia-se um certo ocultamento do debate sobre maconha nas publicações trazidas e traduzidas, sugerindo um contexto mais conservador e restritivo. Ainda que o jogo argumentativo de vínculo da cultura com a vilã não seja necessariamente apologético, pelo contrário. As narrativas originais estadunidense não escondem as tensões que envolvem os elementos compositores da Hera Venenosa, mas um deles sugere maior sensibilidade. Metáforas de doenças, alegorias viperinas ou mesmo a vilanização política dos movimentos ecológicos, são mais bem recebidas do que o debate sobre a maconha.

Desfolhando as camadas da Hera Venenosa, podemos vislumbrar as diversas manifestações sintomáticas de contextos históricos em recortes sociopolíticos. Sua vilania é regada de uma feminilidade dividida entre o convidativo erótico e o repulsivo enfermo, quer seja por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) ou moléstia de venenos herbáceos. Ganhou as insígnias da militância ecológica, vilanizada como ecoterrorismo, e da criminalização da fitotípica "erva", a maconha. As camadas seguem ordens contextuais históricas, dos valores

[24] Páginas 28 e 29 da primeira edição da minissérie *Batman: The Widening Gyre*, de outubro de 2009, escrita por Kevin Smith e desenhada por Walter Flanagan, finalizado por Art Thibert.



e expectativas de cada período, dos anos de 1960 até os anos 1990, oferecendo a personagem-produto, Hera Venenosa, como objeto-fonte de uma historiografia da ficção.

Conclusão

A construção ideológica da vilania consegue exercer uma força tal que as três categorias aqui apresentavam se confundem. Este processo é bastante significativo, pois ele exemplifica uma conduta bastante corriqueira em nossa sociedade de construir moralmente uma vinculação, forçosa, entre campos aparentemente aleatórios. Se aqui a vilanização alcança os signos aqui apresentados, no debate público da ficção, na realidade este processo se dá com bastante frequência no campo de disputa discursiva das malhas da ideologia.

São os contextos históricos que nos permitem compreender as dinâmicas discursivas que produzem as conexões morais sobre os temas apresentados. O trânsito da expressão de venenosa na vilã encontra simetria pelas elucubrações nas expressões de doença venérea de vetor feminino em seu nascedouro na década de 1960, de ecoterrorismo em seu amadurecimento na década de 1990 e de sua relação com a maconha logo ao final desta mesma década. Leituras da realidade e criatividade sustentam as representações e discursos a que os envolvidos na produção dessas histórias em quadrinhos, roteiristas, argumentistas, artistas em geral, se valem.

É possível pensar essa latência moral enquanto uma potência construtiva de uma moralidade hegemônica no jogo ideológico. A esta cabe a construção de sentidos consumíveis pelo senso comum, de que há uma conexão arbitrária e muitas vezes lida como lógica entre a vilania e certos aspectos comportamentais ou de natureza política. Hera Venenosa nos somatiza a moralidade em sua pretensão hegemônica de compreender a extensão da vilania feminina aos seus perigos enquanto transmissora de doenças, ideóloga de uma política ecológica agressiva, violenta, e o uso, abuso e tráfico de entorpecente, na figura da maconha.

As sobreposições são transmitidas pelas expectativas representativas de evidências concretas. Nos cenários estadunidense, de origem, e brasileiro, de recepção comercial, a feminilidade é carregada de perigos venéreos, quando sua sexualidade é liberta (ou lida e descrita por libertina), a ideologia progressista ecológica é carregada de violências inexistentes (vívidas somente pelo pânico arregimentado pelo discurso), veneno se transfere sem a menor criticidade para o debate moral público sobre o uso recreativo de cannabis, na criminalização em rede. Com História, as raízes ocultas, conscientes ou não, são expostas, tiradas da terra da certeza.



Bibliografia

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que Sai Sangue**. Editora Summus, São Paulo, 1995.

DOTTIN-ORSINI, Mireille. **A Mulher que Eles Chamavam Fatal - Textos e Imagens da Misoginia fin-de-sìecle**. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

HUERTAS, Luz, LUCERO, Bonnie, SWEDBERG, Gregory J. **Introduction. Studying The Construction, Negociation, and Repression of Crime**. *In*: HUERTAS, Luz E., LUCERO, Bonnie, SWEDBERG, Gregory J. (eds). *Voices of Crime: Constructing and Contesting Social Control in Modern Latin America*. The University of Arizona Press, Tucson, 2016.

LEIBER, Jerry; STOLLER, Mike; RITZ, David. **Hound Dog: The Leiber and Stoller Autobiography**. Editores Simon & Schuster, Nova York, 2009.

LIMA, Savio Queiroz. **A Mulher-Leopardo que Eles Chamam Fatal: Arquétipo Histórico da Vilania na antagonista da Mulher-Maravilha**. *In*: *Anais do XXVI Encontro Estadual de História da ANPUH-SP 2022 – O Futuro do Passado: Memória, História e Historiografia*. 5 a 9 de setembro de 2022 (Livro Digital). São Paulo, 2022a. Disponível em: https://www.encontro2022.sp.anpuh.org/resources/anais/17/anpuh-sp-eeh2022/1658187443_ARQUIVO_f8d85269d914441607d16dafe55d92bd.pdf.

LIMA, Savio Queiroz. **Histórias em Quadrinhos e Juventude**. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). *História dos Jovens no Brasil*. Editora Unesp, São Paulo, 2022b.

LIMA, Savio Queiroz. **Mulher Maravilha para Presidente! – História, Feminismos e Mitologia nas Histórias em Quadrinhos**. 1ª edição. Editora Devires, Salvador, 2019.

LIMA, Savio Queiroz. **O Pulo da Mulher-Gato: De Vilã a Anti-heroína na Interseccionalidade e no Imaginário Social do Crime pela Ficção de Entretenimento**. *In*: Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e



Souza (Org). *Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora – Por uma História Decolonial: Gênero, Raça e Classe na América Latina*. Juiz de Fora, 2022c, pp. 611-628. Disponível em: https://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2010/02/Anais-da-38%c2%ba-Semana-de-Hist%c3%b3ria.pdf.

TUCKER, Reed. **Pancadaria: Por Dentro do Épico Conflito Marvel vs DC**. Editora Fábrica 3 2 1, Rio de Janeiro, 2018.

WELDON, Glen. **A Cruzada Mascarada: Batman e o Nascimento da Cultura Nerd**. Pixel e Ediouro, São Paulo, 2017.



SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA: NO PROCESSO DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO PAULO

Yvone Dias Avelino[1]

O presente trabalho pretende desenvolver a partir dos processos imigratórios da comunidade portuguesa para São Paulo a criação de instituições de prestação de assistência e socorros à parcela carente desses agentes e outros necessitados, tratando a rigor dos primeiros anos da criação da Beneficiência Portuguesa, fundada por esses imigrantes. Para tanto, é necessário que entendamos a vinda desses agentes sociais para o Brasil, especificamente à cidade de São Paulo.

Até meados de 1870, o Brasil era um país predominantemente agrário. Embora algumas cidades existissem como tal, e em algumas delas o processo de industrialização já estivesse em desenvolvimento, como no Estado de São Paulo, a paisagem rural era o cenário mais comum. A riqueza brasileira provinha, até então, da agricultura e da exportação desses produtos. Nas décadas finais do Século XIX, ocorreram grandes transformações econômicas e sociais que propiciaram as condições necessárias para a industrialização e para um desenvolvimento acelerado da urbe. Pequenos núcleos e cidades se expandiram, e novos centros se formaram, onde as chaminés de fábricas e conjuntos industriais os povoaram, modificando-lhes a feição pacata e imprimindo-lhes outros ritmos de atividades. Novas formas de viver surgiram ao lado do antigo mundo agrário, onde a grande riqueza nacional havia sido o café[2].

No oeste do Estado de São Paulo, a economia cafeeira se organizou em novas bases; ali a mão de obra empregada nas lavouras era imigrante e livre, em substituição à mão de obra escrava, adotada tradicionalmente até então. A economia cafeeira passou a ter um caráter capitalista, com o trabalho livre, a mecanização parcial da produção moderna, a rede de transportes vária e marítima, financiamento mais eficiente da lavoura, do comércio e da exportação desse produto. Muitos cafeicultores passaram a investir seus lucros em atividades urbano-industriais, diversificando seus interesses. Os lucros altos obtidos com o café permitiram que eles passassem a aplicar capitais não só na agricultura, mas também no comércio, na indústria e nas finanças.

---

[1] Professora Titular do Departamento de História da PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Estudos Sociais da Cidade e Editora Chefe da Revista Cordis.

[2] MARTINS, A. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.



Em meados do Século XIX, São Paulo especificamente ainda era bem provinciana. Não havia hotéis nesta pacata cidade. Dois restaurantes forneciam refeições avulsas, cujos nomes eram de seus proprietários: O Charles e o Fontaine. Em torno de 1857, funcionam pequenas estalagens, onde se comia e se dormia, como a Recreio Paulistano, Universal, Comércio, Paulistano e a Providência. Uns tempos mais adiante, vieram alguns hotéis, uns poucos, mas à moda de Paris, como nos demonstrou Siwla Helena Silvia[3]. Havia ainda pensões familiares e repúblicas de estudantes esparsas nas proximidades da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco[4].

A iluminação pública era a óleo de mamona. Altos lampiões piscavam e iluminavam algumas ruas do centro da cidade até às 21:00. A partir desse horário, quem necessitasse ou precisasse andar pela cidade, usava lampiões. O querosene veio substituir o óleo de mamona, pois clareava mais. Mas nas noites enluaradas, esses lampiões sequer eram acesos[5]. Pelas ruas passavam carros de boi bastante carregados de lenha e frutas. Vagarosos, vendiam-nas "às carradas e às mocutas"[6]. Pipas sobre duas rodas, puxadas por burros e cavalos, levavam água às residências, onde havia falta do precioso líquido. Eram os célebres aguadeiros[7].

A imperial cidade de Anchieta e Nòbrega contava com uma comunidade luso/brasileira identificada pelo esforço, pelo trabalho e pelo sacrifício comum, onde nessa sociedade paulistana a vida transcorria pacata e despreocupada. O comércio era exercido na sua maioria por personagens de nacionalidade portuguesa. Predominava na comunidade um traço fundamental e característico - o espírito universal do luso-cristianismo[8].

Já nas primeiras décadas da República, empreendimentos industriais e urbanos de diferentes portes e dimensões podiam ser vistos nas cidades em crescimentos, como grandes fábricas, fabriquetas, oficinas pequenas e médias empresas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de transportes e de serviços vários. Em meados de 1920, o "mundo do trabalho" era imenso no Estado de São Paulo. A indústria têxtil apresentava-se como "a mais poderosa de todas as indústrias paulistas"[9].

---

[3] SILVIA, S. *Restaurant à Moda de Paris*: Mudanças culturais e o surgimento do restaurante na cidade de São Paulo (1855-1870). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2007.
[4] FERREIRA, T. *História da Beneficiência Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1959.
[5] BRUNO, E. *História e tradições de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1984.
[6] Esta expressão significa que a venda de tais produtos era feita em pequenas e grandes escalas. Para tanto, confira em: LOFEGO, S. *São Paulo na Obra de Ernani Bruno*. São Paulo: AnnaBlume, 2001.
[7] SANT'ANNA, D. *Cidade das Águas*. Usos de rios, córregos bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: SENAC, 2007.
[8] FERREIRA, T. *História da Beneficiência Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1959.
[9] Jornal Correio Paulistano. *A Indústria Paulista*. 09 maio de 1930.

Estimava-se que o número de cidadãos de várias nacionalidades vivendo como operário era grande para a época, e o número de fábricas e estabelecimentos industriais que os acolhiam era imenso:

> Em 1928, o Estado de São Paulo destacava-se como a unidade federativa mais industrializada do país. Segundo dados do Recenseamento Geral de 1920, São Paulo possuía em tal ano mais de 30% do número de estabelecimentos industriais e concentrava 27% do capital investido, 29% dos operários e 31,5% de todo o valor produzido no setor fabril doméstico[10].

Do total de trabalhadores, mais de 55.000 eram autônomos: pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricistas, chauffeurs, carroceiros, padeiros, saqueiros condutores de tração animal e jornaleiros em geral. O trabalho urbano era bastante heterogêneo, tendo operários industriais e urbanos, trabalhadores assalariados ou independentes, operários de grandes e pequenas indústrias, de oficinas de tamanho médio ou de "fundo de quintal". Nota-se, portanto, que as relações de trabalho na capital do Estado de São Paulo eram bastante complexas nessa época.

Representantes da burguesia agrária nacional, especialmente ricos fazendeiros de café, diversificaram a aplicação de seus capitais investindo na indústria, e imigrantes que chegaram ao Brasil já com capitais e que se devotam inicialmente aos negócios de importação, devido às facilidades de suas condições de estrangeiros (cultura europeia e domínio de línguas), logo se tornaram concorrentes, passando a aplicar também na indústria, fabricando produtos que antes eram importados. Muitos nomes de imigrantes influentes que se tornaram grandes empresários nos inícios da industrialização na cidade de São Paulo são bastante conhecidos, como Matarazzo, Crespi, Klabin, Jaffet, entre outros.

Com o surgimento da República, as indústrias se reúnem e fundam Centros e Associações, que vão zelar por suas conveniências: Centro Industrial do Brasil, Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, Centro de Indústria de Calçados e Comércio de Couros, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP - 1928), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP - 1931) são alguns exemplos. Esses pioneiros mostraram extrema dureza no estabelecimento das normas e da disciplina do trabalho dentro de suas fábricas, e muita intransigência diante das reivindicações operárias.

[10] LOUREIRO, F. *Nos Fios de Uma Trama Esquecida*: A indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950). Dissertação de Mestrado em História Econômica. São Paulo: USP, 2006.



A repressão foi a tônica nas relações do empresariado industrial com o operariado fabril, nos primeiros tempos da industrialização, tanto dentro quanto fora das fábricas.[11] Alguns industriais, tendo em mente uma maior produtividade e um melhor comportamento do operariado, buscaram implantar alguns supostos benefícios para o trabalhador, estabelecendo medidas repressivas no interior do espaço da fábrica e fora delas. Um dos mais famosos industriais a adotar tais práticas foi Jorge Street que, junto à sua fábrica de tecidos no Belenzinho, constituiu uma grande vila operária, com escola, creche, igreja, clube recreativo e esportivo. era a Vila Maria Zélia, bastante conhecida em São Paulo e no país de modo geral[12].

> Até 1860, as associações de auxílio não eram controladas pelo poder público. Consideradas de âmbito privado, organizavam seus próprios Estatutos. Datam desta época a Real e Benemérita Sociedade Beneficente Portuguesa, foco iluminador da presente pesquisa, e a Sociedade Artística Beneficente, fundadas em 1859, ambas com sede na cidade de São Paulo. A primeira lei sobre as associações mutualistas foi criada em Agosto de 1860. Estabelecia que as novas entidades a serem fundadas dependiam do parecer do Imperador no Rio de Janeiro e dos presidentes nas províncias. O poder público exigia das associações e elaboração de Estatutos, finalidades, valor da contribuição mensal, serviços prestados aos contribuintes, a forma de escolha dos dirigentes e os números e critérios de admissão dos sócios. Após a análise, a associação era aprovada ou não pelo poder público. com a aprovação dos estatutos, a sociedade passava a ter personalidade jurídica, adquirindo alguns benefícios, como a isenção do imposto do selo. A partir desta data, o controle do Estado efetivava-se sobre o mutualismo, tendo o governo inclusive o direito de indicar o presidente da sociedade.[13]

De 1890 a 1920, os imigrantes estrangeiros, e seus filhos nascidos no Brasil foram a maioria da classe operária urbana em São Paulo, Santos, cidades do interior e Rio de Janeiro. O modo de vida desses imigrantes era bastante semelhante ao das camadas mais pobres da população, o que facilitou nas cidades mais industrializadas uma união em torno de interesses e objetivos comuns. Diante do penoso cotidiano dentro e fora das fábricas, o operariado se mobilizou e resistiu de várias maneiras: produção boicotada, furto e sabotagem nas fábricas registrados

[11] DECCA, M. *Indústria, Trabalho e Cotidiano* (1889-1930). São Paulo: Atual, 1991.
[12] TEIXEIRA, P. *A Fábrica do Sonho.* Trajetória do industrial Jorge Street. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
[13] PASCAL,M. Associativismo Português na Construção da Metrópole de São Paulo: Trabalho, gênero e cotidiano. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coimbra: 16, 17 e 18 de setembro, 2004.

pelos organismos patronais, indiferença e desobediência perante as normas, os preceitos e os valores instituídos pelos setores sociais dominantes.

Inúmeras greves eclodiram, como a dos portuários em Santos, em 1904; a dos ferroviários em São Paulo, em 1906; a greve pela jornada de trabalho de oito horas diárias, em São Paulo, em 1907, também em função das novas medidas parlamentares adotadas, visto que alguns desses políticos também eram os mesmos donos das indústrias[14]. O movimento operário ressurgiu com maior força entre 1917 e 1920, sendo que em 1917, houve a maior e mais importante greve paulistana, com grande movimentação popular e grande alcance político[15].

Diante desta contextualização, voltemos àquela São Paulo pacata dos anos do Império. É neste ponto que trazemos à tona nosso foco de pesquisa. Ao se iniciar o ano de 1858, neste ambiente de serenidade até então, das carroças de boi pelas vilas, quando o silêncio noturno envolvia a cidade após as labutas do trabalho do dia, quando uma ideia germinou na cabeça do caixeiro Luís Semeão Ferreira Vianna, comerciário do estabelecimento de Manoel de Paiva Oliveira, cuja loja funcionava na Rua do Rosário, que depois passou a chamar-se Rua da Imperatriz, e que após a Proclamação da República recebeu o atual nome de 15 de Novembro. Este pensamento não o abandonou durante todo o dia e, à noite, deitado sobre o balcão, cuja tábua dura lhe servia de cama e colchão, parafusar sobre o assunto que, na sua alma jovem e inquieta, cada vez mais se fortalecia - fundar uma sociedade portuguesa de beneficência, onde seus associados tivessem um hospital próprio, onde fossem acolhidos e recolhidos nas suas doenças e necessidade.

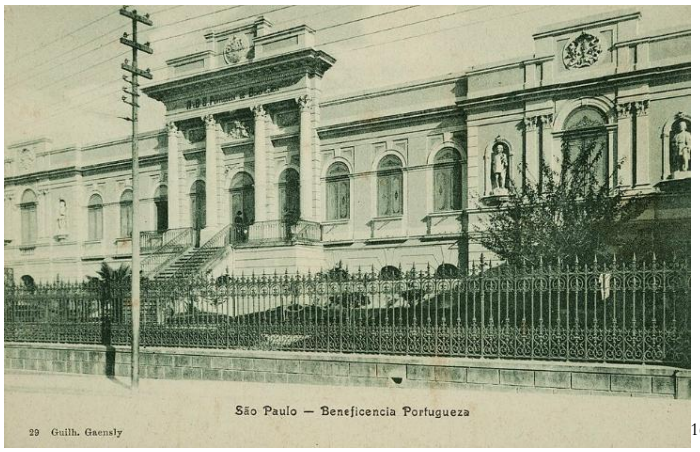
É sobre isso que vai conversar um pouco mais tarde com seu companheiro de balcão, também ainda adolescente, Joaquim Rodrigues Salazar. Ambos tomaram isso como uma tarefa, e trataram de levá-la adiante. Pobres, tímidos e desconhecidos, receavam falar com o patrão, e procuraram Miguel Gonçalves dos Reis, proprietário de uma charutaria ali perto, no Pátio do Colégio. Os três comungaram dos mesmos ideais e decidiram dar corpo e vida a esta ideia. Assim, Reis redigiu uma lista, datada de 16 de setembro de 1859, que ia conter os nomes das pessoas que passavam a ser sócias da instituída Sociedade Portuguesa Beneficente.

---

[14] Lei nº 1.641, de 07 de janeiro de 1907, promulgada por Adolfo Gordo, que previa deportação dos imigrantes que professam o anarquismo, o socialismo, o comunismo, ou que lutassem por seu direitos. Disponível em: <http://recollectiobooks.com/bleed/ArchiveMirror/Arquivo-DeHist%F3riaScialEdgarRodriguues/Lei%20Adolfo%20Gordo.htm>.

[15] KHOURY, Y. *As Greves de 1917 em São Paulo.* São Paulo: 1981.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



16

As grandes coisas nascem de pequeninos nadas. A ideia se avolumou, tomou forma e estes simples caixeiros mais tarde tornaram-se respeitáveis nomes no mundo comercial da comunidade portuguesa e da cidade de São Paulo. Em menos de 15 dias, mais de 168 nomes compunham a lista, e com a categoria dos caixeiros, ou dos comerciários, como se diz hoje, figurava na relação com trinta representantes. Dos comerciários assinantes, a maior ficou desconhecida e ignorada, por terem se dispersado nos caminhos da vida. Entre eles apareceram vendedores de bilhetes, sapateiros, leiloeiros, celeiros, tamanqueiros, padeiros, artistas e apenas um industrial. Dezenove mulheres deram o tom da solidariedade feminina. A primeira reunião foi noticiada pelo jornal Correio Paulistano em 13 de outubro de 1859, e contou com a presença de cinquenta cidadãos portugueses:

> Ontem (ante-ontem) reuniram-se alguns cidadãos portugueses em número de 50 para o fim de tratarem da criação nesta capital de uma sociedade beneficente. Presidiu a reunião o Sr. Aires Coelho da Silva Gameiro [...] Aires Coelho era guarda livros da mesma casa de Luis Semeão[17].

Presidiu a reunião o senhor Aires Coelho da Silva Gameiro, guarda-livros, hoje profissão essa conhecida como contador, e secretariou-o o senhor Casemiro Alves Ferreira, sendo na ocasião composta uma comissão que se encarregou dos Estatutos. Foi eleito o primeiro presidente dessa sociedade o condutor dos trabalhos, Gameiro, que se manteve no cargo

[16] Por Guilherme Gaensly - José Rosael/Hélio Nobre/Museu Paulista da USP, Domínio público, https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=68702888
[17] Jornal Correio Paulistano. 04 de Outubro de 1859.

durante os três primeiros anos da fundação. Acabou enriquecendo em função de seu trabalho, e tornando-se uma pessoa abastada e de prestígio entre as comunidades portuguesa e brasileira. Essa benemérita e grande instituição nasceu na inteligência humilde e simples daquele moço de dezenove anos, Luís Semeão, talvez o "Vassoura" da Casa Paiva[18].

Esta associação cresceu com o fermento adicionado ao empreendimento posterior de muitos portugueses ilustres. Foi instalada a sociedade, muitos foram seus sócios fundadores, redigidos os Estatutos e realizada a eleição para a formação do Conselho, do presidente e seu vice, tesoureiro e seu vice. Aprovados os Estatutos, noticiado pelo jornal Correio Paulistano, estava criada a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, que logo começou a prestar assistência social - caso de um escravo que foi atendido após sofrer açoites de seu dono. Muitos se comoveram com esse procedimento, e se agregaram, oferecendo préstimos como profissionais ou com doações.

Enfrentou esta sociedade grandes crises, como em 1960, a maior de todas, que culminou com a reformulação de seus Estatutos, e em 1861, quando o governo da Província de São Paulo nomeou um interventor que, por dois meses, dirigiu a Beneficência. Os sócios revoltaram-se, chegando a propor em assembleia a dissolução da associação. A Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência se manteve, mas perdeu alguns de seus parceiros. Profissionais da área de saúde se ofereceram para prestar atendimento à população, doações chegaram e a Beneficência se manteve em pé. Todas essas crises foram superadas, mantendo-se a prestação de auxílio aos sócios e aos necessitados.

Já em 1864, discutiu-se a fundação de uma "Casa de Enfermos", que mais tarde se tornaria um hospital. No ano seguinte, o Prior de São Bento ofertou um terreno à sociedade, que não foi aceito, pois não servia ao fim desejado. Depois de diversas ofertas de materiais, serviços e dinheiro, em seção de 12 de Dezembro de 1865, a Diretoria e o Conselho examinaram um terreno na hoje Avenida São João nº 19, que pertencia a Félix de Abreu Pereira Coutinho. Aprovadas as condições, foi efetuada a compra do espaço, intensificando-se as buscas por recursos para a construção do hospital. Até que a construção se efetivasse, o terreno foi alugado por 25$000, dinheiro da época, em benefício do patrimônio da sociedade. Esta continuou a prosperar, e foi proposta a construção do hospital na Rua Alegre, hoje Brigadeiro Tobias, em um terreno próprio. Foi lançada a pedra fundamental e, em 23 de Maio de 1873 inaugurou-se o hospital, após dezessete anos da ideia inicial daqueles dois jovens. Os donativos aumentaram o patrimônio da sociedade, e estava concretizado o ideal dos

[18] Comércio existente até os dias atuais, localizado à Rua 15 de Novembro, próximo à Rua 25 de março.

sonhadores de 1859. O Hospital São Joaquim chegou a ser visitado pelo Imperador, em 1886.

No 39º aniversário da sociedade foi proposta uma homenagem ao seu idealizador, considerado morto. Mas Semeão, ainda estando vivo, pediu para que a notícia fosse corrigida, e recebeu nessa notificação o diploma de sócio benemérito, além de um retrato pintado a óleo, que seria exposto na Associação, o que nunca ocorreu.

Em 31 de julho de 1900, a sociedade recebeu um telegrama da cidade de Itatiba, comunicando, desta vez, a verdadeira morte de seu idealizador. No ano seguinte, a Real e Benemérita Sociedade homenageia sua Majestade Fidelíssima. A ideia de homenagens é constante, como a que acontece a Eduardo Prado que, ao morrer, é lembrado como amigo de Eça de Queirós. As datas nacionais também eram motivos de festividades e homenagens. A morte de seus presidentes também, assim como o evento de inauguração do retrato de Dom Carlos de Portugal na sede da sociedade.

Em 1913 amadurece a ideia de um novo edifício hospitalar, com doações para essa construção vindas principalmente do Visconde de Nova Granada e do Conde de São Joaquim. Em 1936, recebe a sociedade um terreno para um novo hospital, na Rua Maestro Cardin nº 110 a 119, hoje Rua da Beneficência Portuguesa.

Em 23 de Março de 1952, em uma imensa festa de confraternização, recebeu a imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, onde a Virgem abençoa com a sua presença santa e inefável esse estabelecimento onde as dores humanas se redimem. Esse evento foi consolidado pelo ilustre empresário das indústrias de cimento Votorantim e, nessa ocasião, presidente do Hospital Beneficência Portuguesa, José Ermírio de Moraes[19].

Além dessa significativa e benemérita instituição social, outras vieram à tona pelas mãos desses trabalhadores imigrantes, que fundaram espaços sociais, de saúde, educacionais e culturais na cidade de São Paulo, com desdobramentos para outras, até pelo país adentro. A Real e Benemérita Sociedade de Beneficência Portuguesa cresceu com e para a cidade de São Paulo, com o e para o Estado e para o Brasil, como imperecível monumento de solidariedade humana, traço característico do imigrante português.

[19] RAGO, M. *José Ermírio de Moraes:* A trajetória de um empresário nacional. São Paulo: Paz e Terra, 2008.



Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas (AACL)

A Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas foi fundada em 31 de maio de 1891 na cidade de São Paulo. É uma das entidades beneficentes mais antigas do Brasil e a pioneira no setor de planos de saúde.

Surgiu por iniciativa de um grupo de trabalhadores urbanos que eram pedreiros e carpinteiros, muitos na grande maioria eram imigrantes portugueses.

A ideia desses trabalhadores era o de criar cooperativas para organizar a construção civil e melhorar as relações de trabalho entre patrões e operários e oferecer assistência social e médica aos seus associados e famílias. Embora tenha sido fundada nos anos finais do século dezenove, apenas no alvorecer do século vinte em 1907 a entidade começou a comercializar planos de saúde de forma bem estruturada. Com o passar do tempo, o foco político e sindical diminuiu e a associação especializou-se na prestação de serviços de saúde assistencial.

Localizada à Rua Roberto Simonsen, no bairro da Sé, esse edifício/sede da associação é um marco importante na cidade de São Paulo. Esse prédio foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1995 devido ao seu enorme valor histórico para o movimento de trabalhadores paulistanos.

A Associação foi palco de lutas ao abrigar o Salão Celso que serviu de quartel general para as mobilizações trabalhistas como a "Greve dos 300 mil" em 1953 que foi o epicentro das lutas. O coração político da associação era o Salão Celso Garcia, na sede histórica. Foi batizado com esse nome em homenagem ao advogado e jornalista que foi o grande defensor dos trabalhadores. Nesse momento a associação transcendia a assistência médica.

O movimento de maior protagonismo sindical da associação aconteceu nessa greve dos 300 mil, onde mais de 300 mil operários de diversos setores como metalúrgicos, gráficos, têxteis e outros paralisaram seus setores contra a carestia e por reajustes salariais, onde líderes sindicais e militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) coordenam as ações que pararam o parque industrial paulista por trinta dias. Esse movimento resultou em um aumento salarial de 32% e na ascensão de João Goulart ao Ministério do Trabalho, marcando uma brilhante vitória contra a estrutura sindical rígida da época.

O espaço sede foi também palco de assembleia que foram decisivas, de conferências políticas, e de atividades culturais que formavam as ideias e a consciência da classe trabalhadora. Na década de 40 (quarenta) serviu de base para revoltas e mobilizações políticas contra a ditadura repressiva de Getúlio Vargas e na década de 50 (cinquenta) foi dos movimentos que pautou a política getulista.

A partir do outro Golpe, o militar de 1964, o papel político sindical das classes laboriosas teve um declínio na sua atuação política.



[20]

Atualmente, a Instituição das Classes Laboriosas permanece ativa como uma operadora de saúde consolidada, prestando assistência médica a milhares de beneficiários em diversas regiões do Estado de São Paulo. Contudo, sua trajetória é marcada por um contraste físico e institucional: em 2008, o emblemático edifício da associação foi atingido por um incêndio devastador que comprometeu severamente sua estrutura interna. Desde então, o imóvel encontra-se em um estado crítico de abandono, aguardando projetos de restauro que ainda não se concretizaram. Apesar das ruínas físicas, a Associação preserva seu legado histórico, mantendo-se viva na memória paulistana como uma das operadoras mais tradicionais e longevas do país, com décadas de atuação ininterrupta no mercado de saúde suplementar.

[20] https://moyarte.com.br/centro-de-sao-paulo/verbetes/A/associacao-auxiliadora-classes-laboriosas.html



Referências

BRUNO, E. *História e Tradições de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1984.

DECCA, M. *Indústria, Trabalho e Cotidiano* (1889-1930). São Paulo: Atual, 1991.

FERREIRA, T. *História da Beneficência Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1959.

KHOURY, Y. *As Greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981.

LOFEGO, S. *São Paulo na Obra de Ernani Bruno*. São Paulo: Annablume, 2001.

LOUREIRO, F. *Nos Fios de Uma Trama Esquecida:* A indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950). Dissertação de Mestrado em História Econômica. São Paulo: USP, 2006.

MARTINS, A. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.

PASCAL,M. *Associativismo Português na Construção da Metrópole de São Paulo:* Trabalho, gênero e cotidiano. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coimbra: 16, 17 e 18 de setembro, 2004.

RAGO, M. *José Ermírio de Moraes:* A trajetória de um empresário nacional. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SANT,ANNA, D. *Cidade das Águas*. Usos de rios, córregos bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: SENAC, 2007.

SILVA, S. *Restaurant à Moda de Paris:* Mudanças culturais e o surgimento do restaurante na cidade de São Paulo (1855-1870). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2007.

TEIXEIRA, P. *A Fábrica do Sonho*. Trajetória do industrial Jorge Street. São Paulo: Paz e Terra, 1990.



ENTRE A METRÓPOLE E A COLÔNIA: MESTRE VALENTIM, TROCAS CULTURAIS E ARTISTAS AFRO-BRASILEIROS NO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA

Nathália Momesso de Menezes[1]

Valentim da Fonseca e Silva

Valentim da Fonseca e Silva, conhecido como Mestre Valentim, foi um artista multifacetado cuja obra transcendeu as fronteiras entre arte sacra e civil. Atuando como escultor, entalhador, arquiteto e urbanista no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, Valentim ocupou lugar importante no cenário artístico do Brasil colonial, tendo sua produção direcionada, sobretudo, a encomendas da administração colonial e de congregações laicas na capital do vice-reino.

Poucas são as informações sobre sua vida. Por meio de seu testamento (Bonnet, 2009, p. 142–144) e de sua primeira biografia, escrita por Manuel de Araújo Porto-Alegre (1856, p. 369–375), sabe-se que o artista mulato é natural de Serro, Minas Gerais, sendo filho de Manoel da Fonseca e Silva, um fidalgo português, e Amatilde da Fonseca, uma africana escravizada. De acordo com Cavalcanti (2004, p. 311), a partir de um documento pertencente ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina, que acredita ser a certidão de batismo de Valentim, estima seu nascimento no ano de 1744. Valentim faleceu em 1813, deixando poucos bens para sua filha natural, Joana.

O que se sabe sobre a educação e formação de Valentim são conjecturas que se formam a partir de informações de testemunhas que conviveram com o artista. Por meio de informações obtidas por Porto-Alegre (1856, p. 370), diretamente de um discípulo do Mestre Valentim, Simeão José de Nazaré[2], acredita-se que o artista teria sido levado logo cedo para Portugal, e de lá, voltara ao Brasil com sua mãe, se estabelecendo no Rio de Janeiro, então

[1] Doutoranda em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo pelo programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo na linha Estética, Historiografia e Crítica. Contato: nathalia.momesso@usp.br.

[2] As informações disponíveis sobre Simeão José de Nazaré são escassas. Porto-Alegre (1856, p. 370), Moreira de Azevedo (1877, p. 169) e Márcia Bonnet (2009, p. 182) mencionam o discípulo de Valentim como entalhador atuante na Ordem do Carmo no Rio de Janeiro. Segundo Moreira de Azevedo (1877, p. 169), Simeão era pardo e ingressou na oficina de Mestre Valentim por iniciativa de seu pai, um boticário que posteriormente recebeu ordens sacras.



capital do vice-reino. De acordo com seu discípulo, Valentim trouxe consigo um sotaque proveniente da região do Minho[3], que seria um resquício de sua infância (Porto-Alegre, 1856, p. 371).

Moreira de Azevedo (1877, p. 466–467), que obteve informações sobre Valentim por meio de Braz de Almeida, outro discípulo do mestre, reproduz as informações apresentadas por Araújo Porto-Alegre, sem explicitar quais dados provêm do testemunho direto de Almeida e quais foram extraídos do texto precedente de Porto-Alegre. Parte das informações registradas por ambos os autores foi posteriormente confirmada pela documentação dos livros das Irmandades das igrejas para as quais Valentim trabalhou e pelo seu testamento. Desta forma, sobre sua formação, muito se discute, teria sido feita em Portugal? Na cidade do Rio e Janeiro? Ou com mestres entalhadores mineiros?

A primeira informação concreta que temos da vida de Valentim é na cidade do Rio de Janeiro, em 1766, no assentamento como irmão no livro da Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte (Cavalcanti, 2004, p. 312). Além dessa informação, sabe-se também que Valentim fez parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito (Carvalho, 1999, p. 11).

As informações obtidas por Porto-Alegre (1856, p. 369–375) e o testamento de Valentim evidenciam que o artista mantinha relações com figuras de destaque, tanto do meio artístico quanto da administração reinol. Neste cenário, Valentim era consultado por outros artistas para fornecer desenhos, moldes e "tudo que demandava luxo e gosto" (Porto-Alegre, 1856, p. 371). Sua oficina torêutica, conforme análise de Carvalho (1999, p. 11), constituía o estabelecimento mais importante do Rio de Janeiro colonial.

Inúmeros trabalhos nos demonstram, a partir de uma pesquisa sistemática, a atuação de Valentim em diversas igrejas cariocas, sendo elas a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, Igreja de São Pedro dos Clérigos, Igreja de Santa Cruz dos Militares, Igreja do Mosteiro de São Bento, Igreja da V. Irmandade de Santa Rita e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, nas quais evidencia-se a introdução de uma estética decorativa inovadora com a assimilação e reelaboração de referências da talha neoclássica josefina e do repertório rococó português.

[3] Ferreira-Alves (2003, p. 735), destaca que a talha dourada era uma expressão artística muito importante nesta região nos séculos XVII e XVIII, mencionando a estreita relação que esta estabelecia com a escultura. Durante o reinado de D. João V houve uma introdução do gosto do barroco romano nesta arte, e, posteriormente, na segunda metade do século XVIII, influências francesas e alemãs de um rococó refinado (Ferreira-Alves, 2003, p. 735), que podem ter influenciado na formação de Valentim da Fonseca e Silva.

Além de sua atuação religiosa, Mestre Valentim foi responsável por importantes obras públicas que contribuíram para definir a capitalidade do Rio de Janeiro, como os chafarizes das Marrecas, do Lagarto, da Pirâmide e das Saracuras, além do Passeio Público, primeiro jardim de lazer da cidade. Sua relação profissional com o vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1779–1790) [4] conferiu-lhe papel central na remodelação urbana da capital do vice-reino, marcada pela transferência de modelos urbanísticos lisboetas para o contexto carioca. Desta forma, a produção civil de Mestre Valentim esteve intensamente ligada ao cenário de nascimento e desenvolvimento hierarquizado de uma nova capital do vice-reino, na qual os governantes se dedicaram a melhorias urbanas, adotando a capital lusitana, Lisboa, como modelo (Carvalho, 1999, p. 8).

Contexto Histórico - Rio de Janeiro, segunda metade do século XVIII

O século XVIII marca um período de transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro, impulsionadas pela elevação da cidade à condição de capital da colônia em 1763. A configuração urbana inicial caracterizava-se pela ocupação de morros estratégicos, como o do Castelo e o de São Bento, onde a integração entre arquitetura militar e planejamento urbano se manifestava através da interconexão entre elementos defensivos: castelo, muralhas, baluartes, fortes e portões (Santos, 2015, p. 96–97).

A partir do século XVI, observa-se o deslocamento gradual da população desses morros em direção à várzea, movimento que se intensifica nos séculos subsequentes com o adensamento populacional. Embora a capitania fluminense tenha experimentado a expansão territorial e a construção de edificações administrativas metropolitanas, ainda manteve importância restrita durante os séculos XVI e XVII, destacando-se principalmente como porto.

A estabilização econômica da cidade ocorre no final do século XVII, determinada por dois fatores: a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, que reforçou a posição estratégica do Rio de Janeiro, e a descoberta de ouro nas Minas Gerais na década de 1690, que estabeleceu o porto carioca como principal rota de escoamento do metal precioso para a Metrópole (Abreu, 2010, p. 23). De acordo com Bicalho (2013, p. 7, 2021, p. 85), além da prosperidade econômica advinda do ciclo da mineração e a subsequente mobilização de recursos que posicionaram o Rio de Janeiro como um eixo central para a economia colonial, sua localização estratégica facilitava o trânsito intercolonial, reforçando sua importância

[4] Luís de Vasconcelos e Sousa foi o 12º vice-rei do Brasil e capitão-general de Mar e Terra do Estado do Brasil, substituindo Luís de Almeida Portugal Soares Mascarenhas, também conhecido como 2º Marquês de Lavradio.



como um ponto de articulação de uma vasta rede territorial e oceânica. Dessa forma, a cidade tornou-se um ponto central de encadeamento político, econômico e militar da região meridional do império atlântico português, justificando sua escolha como capital do vice-reino do Brasil em 1763 (Pêssoa, 2021, p. 319). Essas transformações econômicas refletem-se diretamente na paisagem urbana:

> A paisagem quase que "congelada" do período da crise econômica deu lugar a uma outra em constante modificação, seja por força da refuncionalização de objetos anteriores, seja por causa do aparecimento de objetos novos. (Abreu, 2010, p. 23)

Neste cenário de consolidação do Rio de Janeiro como capital do vice-reino, os governantes empreenderam melhorias urbanas orientadas pelo modelo da capital lusitana. O século XVIII testemunhou transformações demográficas e econômicas na Europa que redimensionaram o conceito de "povo" e de soberania civil, promovendo a laicização do Estado e estabelecendo uma nova lógica de bem-estar público. Essas transformações, características do Iluminismo, materializaram-se nas reformas urbanas lusitanas e, também, cariocas voltadas à saúde pública, ao saneamento e ao lazer, particularmente durante a gestão do vice-rei Dom Luís de Vasconcelos. A política de civilidade, conduzida por ordens terceiras e pela burocracia estatal, resultou em obras como o aqueduto Carioca e a construção de chafarizes, hospitais e cemitérios (Carvalho, 1999, p. 9). A transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 impulsionou a incorporação de monumentos que materializavam essa ordem urbana, integrando a cidade ao projeto iluminista de capital racionalizada.

A urbanização do Rio de Janeiro colonial, entretanto, não se constituiu exclusivamente por iniciativas da Coroa. As ordens religiosas atuaram como agentes importantes na construção e transformação do espaço urbano carioca, exercendo influência por meio de seu envolvimento social e político. Suas edificações, enquanto manifestações de poder, foram determinantes na organização do território urbano durante o período colonial (Cavalcanti, 2004, p. 206–210; Fridman; Macedo, 2013, p. 5). A paisagem da cidade colonial até o século XVIII foi estruturada, também, pela disposição e pela arquitetura das construções religiosas. A cidade do Rio de Janeiro consolidou-se como ponto estratégico para a Coroa portuguesa, tanto como espaço de manifestação do poder real e eclesiástico quanto como eixo econômico. Neste cenário, Oliveira e Justiniano (Oliveira; Justiniano, 2008, p. 13–14) identificam a cidade como a mais receptiva às transformações culturais no contexto brasileiro, destacando o caráter pioneiro de suas manifestações barrocas e rococós e sua influência sobre outros centros culturais da colônia.

O século XVIII constitui momento de consolidação artística e cultural no Brasil colonial, este período marca a maturação do processo de assimilação e reinterpretação da civilização portuguesa em território brasileiro. Oliveira (Oliveira, 1998, p. 77) ressalta que uma das características mais significativas da arte religiosa deste período foi a crescente participação de artistas leigos, majoritariamente mestiços nascidos na colônia. Esta mudança foi particularmente relevante para a configuração artística do período, pois estes artistas, por não estarem vinculados às oficinas conventuais como seus antecessores, demonstraram maior receptividade à incorporação de novas tendências estilísticas, além de contribuírem para a integração de elementos culturais autóctones, resultantes da transculturação (Menezes, 2025, p. 117).

É neste contexto que atua Mestre Valentim, cuja produção, como vimos, concentrou-se tanto em encomendas urbanas governamentais quanto de congregações laicas no Rio de Janeiro. Através de sua atuação como escultor, entalhador, arquiteto e urbanista, Mestre Valentim tornou-se figura central na produção artística colonial carioca, tanto na esfera sacra quanto na civil, atuando diretamente na construção de um sentido de capitalidade por meio da remodelação da paisagem do Rio de Janeiro em ambas as esferas.

Obra de Mestre Valentim e o trânsito metrópole-colônia: Entre a Arte Sacra e a Civil Arte Sacra

A fim de exemplificar a atuação de Valentim nos interiores religiosos, escolhemos como objeto de análise a obra de talha da Igreja da Venerável Irmandade Príncipe dos Apóstolos São Pedro, no Rio de Janeiro. A análise da talha de Mestre Valentim nesta igreja revelou não apenas sua capacidade singular de reelaboração de referências portuguesas — como a talha e soluções espaciais análogas às da Capela Real de Queluz—, mas também a existência de uma linguagem cenográfica inovadora que reorganiza a espacialidade interna e evidencia contatos com repertórios técnicos e científicos em circulação no período.

A real capela de Queluz se tornou, depois do terremoto de 1755, uma fonte de inspiração para entalhadores lisboetas (Smith, 1962, p. 134). A obra de talha dourada executada na Capela Real foi concluída em 1752 sob a direção de Silvestre de Faria Lobo (Pereira, 1989, p. 262), estabelecendo uma integração estrutural entre talha e arquitetura que demonstra a capacidade desta técnica em reconfigurar a espacialidade interna dos edifícios. Segundo Carvalho (2005, p. 32), o conjunto do Palácio Real de Queluz, caracterizado pela estética Barroco/Rococó, constitui a expressão mais representativa do gosto cortesão português do período na Metrópole. A real capela de Queluz se tornou, depois do terremoto de 1755, uma fonte de inspiração para entalhadores lisboetas e, todo esse conjunto de talha magnífico, nos

remete ao que foi executado na Igreja de São Pedro dos Clérigos por Mestre Valentim, sobretudo no que diz respeito aos entalhes em madeira que cobrem a cúpula e lhe garantem uma nova conformação espacial.

A atribuição da autoria da talha interior a Mestre Valentim foi estabelecida pela pesquisadora Anna Maria F. Monteiro de Carvalho em seu artigo *A Talha de Mestre Valentim na Igreja da Venerável Irmandade Príncipe dos Apóstolos São Pedro, Rio de Janeiro*, publicado no catálogo *Réquiem pela Igreja de São Pedro: um patrimônio perdido*, em 1987.

Em contraste com a rápida edificação da igreja, concluída em apenas cinco anos, a execução do programa decorativo interno estendeu-se por um período significativamente mais longo, totalizando quarenta anos (Carvalho, 1999, p. 76). O exame minucioso dos elementos constitutivos da talha da Igreja de São Pedro evidencia aspectos essenciais da linguagem artística de Mestre Valentim. Destaca-se, em particular, a concepção dos altares que, estruturados como majestosos camarins, estabelecem um diálogo direto com a tradição retabulística luso-brasileira dos períodos barroco e rococó, cumprindo sua função litúrgica primordial de enfatizar o orago principal do altar (Carvalho, 1987, p. 25).

A espacialidade do conjunto de talha organiza-se segundo uma disposição hierárquica rigorosa, explicitada pela colocação de São Pedro em posição de preeminência. A cena é reforçada pela presença de um trono piramidal com dez degraus, motivo associado à primeira fase do Barroco português e que, conforme Carvalho (1987, p. 25), permanece tanto no ciclo joanino quanto no rococó. O retábulo-mor, desenvolvido ao longo de toda a superfície parietal do fundo da capela-mor, articulava-se em torno de um camarim de arco pleno; nele se dispunha, em lugar destacado, a imagem do Senhor dos Aflitos, estabelecendo uma ordenação hierárquica nítida entre as figuras sagradas.

A adoção de colunas berninianas assinala a assimilação de repertórios do Barroco romano, largamente difundidos em Portugal, em particular em Lisboa, referência decisiva para a talha carioca setecentista (Carvalho, 1987, p. 26). Tal influxo se observa, ainda, no coroamento dos retábulos que, em consonância com a tradição do Barroco joanino, apresenta elaboração decorativa de caráter expressivo.

O programa iconográfico da cúpula configura um elaborado dispositivo narrativo dedicado à vida e aos atributos de São Pedro, no qual se articulam conteúdos centrais da doutrina católica e referências voltadas à devoção popular, reforçando o caráter devocional que informa a leitura de cada componente do templo. Distribuídas em oito segmentos, as representações compreendem: as duas chaves, a tiara papal e a tríplice cruz, alusivas ao poder de mediação conferido por Cristo; o galo, emblema da traição e do arrependimento; a barca, que remete à origem do apóstolo como pescador e figura a própria Igreja sob sua condução;

a espada, associada à defesa da doutrina cristã; o trono papal, signo de autoridade eclesiástica; a palma da consumação cristã; a cruz invertida do martírio; e, por fim, a porta que, conforme as análises de Ribeiro (1990, p. 137–138, 2000, p. 223) e Carvalho (1987, p. 36), admite leitura tanto como entrada celestial quanto como representação arquitetônica da Igreja Católica.

A intervenção de Valentim na Igreja de São Pedro evidencia uma linguagem de acento mais ornamental e de menor dramaticidade em relação ao Barroco joanino tradicional, resultando em um espaço interno marcado pelo equilíbrio entre cheios e vazios e por uma organização cenográfica que privilegia o efeito encantatório. Tal solução sugere, simultaneamente, a incidência de matrizes europeias e a conformação de uma sensibilidade local em processo de afirmação, própria do período que se estende do Vice-Reinado à vinda da Corte (1763-1808).

À luz dessas análises, depreende-se que a talha da Igreja de São Pedro dos Clérigos, no Rio de Janeiro, executada por Mestre Valentim, constitui um exemplo relevante da arte colonial brasileira, na medida em que se configura como uma linguagem híbrida, resultante da incorporação de distintas influências estéticas setecentistas.

Arte Civil

O jardim público é um elemento que emerge no contexto colonial brasileiro como reflexo do iluminismo e da expansão dos centros urbanos no fim do período (Marx, 1980, p. 61), materializando a dominação da natureza pelo racional humano. Ao Mestre Valentim foi confiado o projeto do Passeio Público do Rio de Janeiro. Este espaço, de particular relevância para a burguesia carioca, foi solicitado pelo vice-rei Dom Luís de Vasconcelos, e seu traçado evocava a tradição dos jardins palacianos, remetendo à estética aristocrática presente nos jardins do Palácio de Queluz.

Os jardins cortesãos que caracterizaram as residências palacianas europeias a partir do Renascimento expandiram-se numericamente durante o Estado Absolutista, funcionando como espaços de cerimônia e representação social (Carvalho, 2009, p. 132). Estruturados segundo a estética barroca, organizavam-se mediante traçado geometrizado, no qual predominava a linha reta submetida a um eixo central que conduzia o olhar a um ponto de fuga. A composição decorativa integrava obras escultóricas e arquitetônicas que materializavam referências à História e à Natureza (Carvalho, 2009, p. 132).

Assim, o Passeio Público carioca constituiu reinterpretação do modelo cortesão europeu de jardim, adaptado às especificidades topográficas e climáticas do Rio de Janeiro. O projeto de Mestre Valentim estruturou-se sobre um terreno de planta hexagonal irregular, delimitado por muralhas em três de seus lados, enquanto o quarto abria-se para o mar através do terraço



panorâmico. O acesso principal, estabelecido pela rua do Passeio, conduzia a uma alameda central que atravessava longitudinalmente todo o jardim até alcançar o terraço voltado para a baía. Este eixo principal era intersectado por alamedas secundárias dispostas diagonalmente, configurando uma retícula que organizava os diferentes setores do jardim. A composição paisagística integrava elementos arquitetônicos — pavilhões e chafarizes — e escultóricos — estátuas que pontuavam os percursos —, articulando-os segundo princípios da jardinagem formal setecentista.

A análise comparativa entre a planta do Passeio Público de Mestre Valentim e a configuração dos jardins do Palácio de Queluz, evidencia princípios compositivos comuns. Ambos os projetos se estruturam mediante geometrização da planta inscrita em hexágono irregular, organizando-se a partir de um eixo central que articula as alamedas principais e orienta a percepção visual. Nos dois casos, o percurso desde o acesso principal dirige o olhar para um elemento focal que encerra a composição: no Passeio Público, a Fonte dos Amores.

O portão, integralmente executado em ferro fundido — técnica introduzida por Mestre Valentim no cenário artístico brasileiro —, organiza-se segundo uma gramática ornamental de matriz rococó, marcada pelo jogo de curvas e contracurvas e pela presença de motivos estilizados de palmas e plumas. Lateralmente à Fonte dos Amores, dispõem-se duas pirâmides assentadas sobre base triangular em granito carioca, às quais se agregam medalhões em mármore de lioz com as inscrições "Ao Amor do Público" e "A Saudade do Rio".

O terraço, implantado em posição posterior à Fonte dos Amores e acessível por escadarias laterais, constitui a principal distinção entre a solução concebida por Valentim e aquela observada nos jardins do Palácio de Queluz no que se refere ao tratamento do limite posterior. Em Queluz, mobilizam-se recursos perspectivos voltados à ampliação visual da extensão territorial do conjunto palaciano; no Passeio Público, o terraço orientado para o mar opera como fecho compositivo, estabelecendo relação direta entre o jardim e a Baía de Guanabara, ao mesmo tempo em que projeta a dimensão territorial do desenho para além dos limites físicos do espaço edificado e integra a paisagem marítima à composição.

Para ornamentar o terraço do Passeio Público, Mestre Valentim projetou dois pavilhões quadrangulares, que funcionavam como mirantes e abrigavam dezesseis painéis elípticos pintados por Leandro Joaquim, retratando cenas marítimas, cotidianas e produtos regionais. Os pavilhões foram ornamentados por Francisco Xavier Cardoso Caldeiras, conhecido como Xavier dos Pássaros, e Francisco do Santos Xavier, conhecido como Xavier das Conchas. Segundo Makowiecky (2017, p. s/p.), estes artistas foram responsáveis pelos primeiros espaços públicos de exposição no país, apresentando ao público o primeiro acervo

museológico do Brasil através dos painéis ovais de Leandro Joaquim. Exteriormente semelhantes, os pavilhões diferiam na ornamentação interna.

O pavilhão da direita, denominado Apolo, era coroado com estátua do deus tocando lira, executada em mármore português, e foi ornamentado por Xavier dos Pássaros. O pavilhão da esquerda, conhecido como Mercúrio, recebia estátua desse deus também em mármore português e ficou a cargo de Xavier das Conchas. Constantemente atingidos pelas ressacas, os pavilhões quadrangulares foram demolidos em 1817 para ampliação do terraço.

A construção do Passeio Público se dá durante a segunda metade do século XVIII, iniciado em 1783 e inaugurado em 1785. Embora tenha sido um ambiente de particular relevância para a sociabilidade das classes abastadas nos séculos XVIII e XIX, o espaço foi por vezes negligenciado e o projeto de Valentim se perdeu quase que inteiro, sobretudo com o novo projeto implantado por Auguste Glaziou, paisagista francês, em 1861. Mais do que um espaço meramente decorativo, o jardim foi projetado como lugar de contemplação onde a elite poderia testemunhar a nova configuração social e econômica de uma cidade em expansão.

Além do Passeio Público, Mestre Valentim executou quatro chafarizes públicos destinados ao abastecimento de água da cidade. Dentre estes, o Chafariz da Pirâmide, inaugurado em 1789, destacou-se como o mais imponente. Sua construção insere-se no projeto de remodelação do Largo do Paço, coordenado pelo engenheiro militar sueco brigadeiro Jacques Funck. Segundo Carvalho (1999, p. 45), o projeto de Funck apresentava três variantes para o chafariz, todas rejeitadas pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos, que solicitou diretamente o projeto a Mestre Valentim.

A implantação do Chafariz da Pirâmide em posição estratégica à beira do Cais do Porto conferiu-lhe centralidade no cotidiano urbano oitocentista, funcionando como ponto de convergência para atividades comerciais e abastecimento. O sistema hidráulico que o alimentava derivava do Aqueduto da Carioca — atual Arcos da Lapa — conduzindo água até suas bicas. A configuração espacial original estabelecia relação direta com o mar, cuja linha d'água alcançava as escadarias do chafariz, condição posteriormente alterada pelos sucessivos aterros na região. Sua função estendia-se ao abastecimento das embarcações atracadas no porto. A linha d'água originalmente alcançava as escadarias do chafariz, estabelecendo relação direta com o mar.

O Passeio Público e o Chafariz da Pirâmide, projetados por Mestre Valentim, estabeleceram pontos de articulação fundamentais na configuração da paisagem urbana do Rio de Janeiro colonial. O Passeio Público, através de seu terraço voltado para a Baía de Guanabara, instituiu relação visual direta com o mar, integrando a paisagem marítima à composição do jardim e

ampliando sua dimensão territorial para além dos limites físicos do espaço construído. Esta solução de projeto possibilitava a contemplação do trânsito marítimo colonial, estabelecendo ponto de observação privilegiado da chegada das embarcações. O Chafariz da Pirâmide, implantado estrategicamente no Cais do Porto em 1789, configurou-se como elemento estruturante do cotidiano urbano, centralizando atividades de abastecimento tanto da população quanto das embarcações atracadas.

Estas obras constituíram marcos referenciais para a recepção dos visitantes que chegavam pela via marítima, articulando visualmente os espaços de circulação, abastecimento e contemplação. A integração destes elementos arquitetônicos configurou sistema de espaços públicos que articulava infraestrutura, função social e representação da paisagem urbana, estabelecendo pontos de convergência entre os habitantes da cidade e aqueles que chegavam do exterior através do porto.

Uma historiografia pioneira

Anteriormente à publicação que daria origem à primeira biografia de Mestre Valentim, Manuel de Araújo Porto-Alegre publicou *"Memória sobre a Antiga Escola de Pintura Fluminense",* em 1841, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste trabalho pioneiro, Porto-Alegre estabeleceu uma linhagem de pintores locais, destacando suas conexões estilísticas e abordando a questão da ascendência africana e da escravidão entre os artistas coloniais. Percebemos neste texto interesse em demonstrar a existência de um movimento artístico destinado a se inserir no contexto global.

O artigo atribuía o estatuto de artista a homens de origem humilde, incluindo ex-escravizados e mulatos, em contraste com uma sociedade escravocrata e aristocrática como a do Império brasileiro. No que é considerado o primeiro ensaio de história das belas-artes brasileiras (Squeff, 2003, p. 20), Porto-Alegre (1841, p. 547–557) estabelece comparações entre artistas brasileiros e europeus e, ao mobilizar o conceito de escola, formula "uma continuidade entre mestres e discípulos que define a transformação de estilos artísticos em uma entidade histórica coerente" (Squeff, 2021, p. 74). Ao incluir afro-brasileiros entre os responsáveis pelas obras artísticas mais significativas do passado imperial, Porto-Alegre posicionava-se em desacordo com as convenções sociais vigentes.

Nesse cenário artístico, Mestre Valentim ocupa posição central, contribuindo para as transformações urbanas e para a introdução de uma estética decorativa nos interiores religiosos, na qual se evidenciam os intercâmbios culturais com Portugal. E esses espaços,

como podemos ver nas obras iconográficas existentes, vão figurar o trabalho desses outros artistas afro-brasileiros.

Quatro significativas obras preservadas no Museu Arquidiocesano de Arte Sacra do Rio de Janeiro e no Museu do Açude representam Mestre Valentim na função de arquiteto real. Estas pinturas, atribuídas a Leandro Joaquim[5] e João Francisco Muzzi[6] representam duas perspectivas do incêndio e subsequente reconstrução do Recolhimento do Parto.

Contudo, conforme assinala Luciano Migliaccio (2021, p. s/p.), tal modalidade de representação mostra-se pouco frequente no contexto luso-brasileiro. A imagem registra uma forma singular de ascensão social ao figurar um artista mestiço na condição de arquiteto e consultor régio. Desse modo, para além de documentar um acontecimento histórico, a obra torna visíveis as tensões e as hierarquias do período colonial, inscritas na própria ordenação dos corpos no espaço pictórico.

Nessas pinturas, Mestre Valentim é situado em primeiro plano, ao lado de personagens nobres e reinóis vinculados ao processo de reconstrução do edifício. Em contraste com a ordem social que destinava o trabalho manual à mão de obra escravizada, Valentim é apresentado como arquiteto e conselheiro do vice-rei. Em atitude inclinada, exibe o "risco" do projeto a D. Luís de Vasconcelos. A colocação do artista nessa posição indica uma inflexão: um sujeito mestiço ocupa o mesmo campo de visibilidade da nobreza, enquanto pessoas escravizadas executam o labor braçal em plano posterior.

No Brasil colonial, pessoas escravizadas, seus descendentes livres e filhos ilegítimos de europeus eram sistematicamente afastados dos circuitos de formação e de promoção social que o ensino acadêmico deveria oferecer (Squeff, 2003, p. 24). Ainda que determinadas atividades pudessem, em alguns casos, conduzir à liberdade, raramente se convertiam em prestígio ou riqueza. As corporações de ofício, majoritariamente dirigidas por portugueses brancos a partir do final do século XVIII, ofereciam escassas possibilidades para que negros forros ou mulatos alcançassem a condição de mestre de oficina, evidenciando a supremacia branca que atravessava o sistema colonial (Squeff, 2003, p. 24).

O aumento numérico de artífices pretos e mulatos livres ao longo do século XVIII não se traduziu em valorização social ou institucional proporcional. Tal descompasso entre presença e legitimação

[5] Leandro Joaquim (ca.1738 – ca.1798) foi um artista muito importante, que, embora fosse mulato, trabalhou como pintor para o vice-rei Dom Luís de Vasconcelos. Fez parte do que Porto-Alegre (1841, p. 554) cunhou como Escola Fluminense, e é responsável por diversas pinturas do cenário urbano do Rio de Janeiro do século XVIII, além de retratos importantes de figuras históricas.

[6] Embora muito pouco se saiba sobre sua vida, sabe-se que João Francisco Muzzi é de ascendência italiana, e que atuou como pintor de cenas urbanas do Rio de Janeiro para o vice-rei Dom Luís de Vasconcelos (Cavalcanti, 2004, p. 303–304).



explicita as estruturas hierárquicas do sistema corporativo das artes mecânicas e a estratificação social pautada por critérios étnico-raciais característica da sociedade colonial.

A análise dos registros históricos e das representações imagéticas evidencia a posição social alcançada por Mestre Valentim e por outros artistas afro-brasileiros de seu entorno na capital do vice-reino do Brasil, na segunda metade do século XVIII, apesar de suas origens. A trajetória de Valentim constitui um caso singular de mobilidade social para um artista de origem mestiça no período colonial e aponta para formas de sociabilidade que tensionavam as hierarquias vigentes. Sua atuação, assim, indica uma inflexão, ainda que parcial, nos padrões de estratificação que estruturavam o campo artístico e arquitetônico do período.

Considerações finais

Manuel de Araújo Porto-Alegre foi o primeiro a atribuir a Mestre Valentim um lugar central na história da arte luso-brasileira, ao reconhecer, em sua atuação, a formulação de novos parâmetros artísticos, arquitetônicos e urbanísticos na transição do século XVIII para o XIX. Apesar desse reconhecimento, a historiografia ainda apresenta lacunas relativas à formação do artista, às redes de sociabilidade que viabilizaram sua ascensão e ao papel que desempenhou na introdução de novas linguagens estéticas, tanto nos interiores religiosos quanto no espaço urbano do Rio de Janeiro.

Por fim, a trajetória de Valentim, atravessada por tensões entre ofício e intelectualidade, por sua origem mestiça e por sua inserção em esferas de poder colonial, permanece pouco examinada por abordagens que articulem História Social, circulação artística e análise formal das obras, conforme delineado nos próximos passos desta pesquisa.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro 1502-1700**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010. v. 1

BICALHO, Maria Fernanda. A capitalidade (a)territorial do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. *In*: BICALHO, Maria Fernanda; PÊSSOA, José (org.). **Cidade, sociabilidade e patrimônio: as capitais no império português e no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Eduff; Faperj, 2021. p. 175–197.



BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635108. Acesso em: 27 nov. 2023.

BONNET, Marcia. **Entre o artifício e a arte: pintores e entalhadores no Rio de Janeiro setecentista**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. A Talha de Mestre Valentim na Igreja da Venerável Irmandade Príncipe dos Apóstolos São Pedro, Rio de Janeiro. *In*: SPHAN; FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA; FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA (org.). **Réquiem pela Igreja de São Pedro: um patrimônio perdido**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. (Exposição comemorativa do Cinquentenário da SPHAN). p. 13–41.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. Da Oficina à Academia. A transição do ensino artístico no Brasil. *In*: VII COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 2005, Porto. **Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 31–40.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. **Mestre Valentim**. São Paulo, Brazil: Cosac & Naify Edições, 1999. (Espaços da arte brasileira).

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. Um Programa de Sombra e Água Fresca para o Carioca. O Passeio Público e o Chafariz das Merrecas. *In*: IV CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, 2009, Guimarães. **Do Absolutismo ao Liberalismo**. Guimarães: [*s. d.*], 2009. p. 122–151.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.



FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. Pintura, Talha e Escultura (séculos XVII e XVIII) no norte de Portugal. **Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO**, Porto, v. 2, p. 735–755, 2003.

FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Online, v. 1, n. 1, p. 1, 2013.

MAKOWIECKY, Sandra. Os primeiros espaços públicos de exposição no Brasil: Xavier das Conchas e Xavier dos Pássaros *. **19&20**, Rio de Janeiro, v. XII, n. 2, 2017. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/sm_passeiopublico.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MENEZES, Nathália Momesso de. **São Pedro dos Clérigos e a nova igreja do Colégio dos Jesuítas: Dois edifícios desaparecidos e as redes de circulação entre Roma, Lisboa e Rio de Janeiro no século XVIII sob a perspectiva do Barroco Global**. 2025. 404 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2025.

MIGLIACCIO, Luciano. De olhos bem fechados. Vidas de artistas no Brasil do século XIX. **Estado da Arte. Revista de Cultura, Artes e Ideias**, [*s. l.*], 2021. Disponível em: https://estadodaarte.estadao.com.br/olhos-fechados-migliaccio-xix/. Acesso em: 27 maio 2024.

MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. **O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis.** Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. A arquitetura e as artes plásticas no século XVIII brasileiro. *In*: ARAÚJO, Emanoel (org.). **Universo Mágico do Barroco Brasileiro**. São Paulo: SESI, 1998. p. 77–83.

OLIVEIRA, Myryam Andrade Ribeiro De; JUSTINIANO, Fatima. **Barroco E Rococó Nas Igrejas Do Rio De Janeiro**. [*S. l.*]: Iphan, 2008. (Roteiros Do Patrimonio).



PEREIRA, José Fernandes (org.). **Dicionário da arte barroca em Portugal**. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PÊSSOA, José. Arquitetura e Urbanismo na construção da imagem de capital no Rio de Janeiro dos vice-reis a Pedro I. *In*: BICALHO, Maria Fernanda; PÊSSOA, José (org.). **Cidade, sociabilidade e patrimônio: as capitais no império português e no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Eduff; Faperj, 2021. p. 319–345.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Iconographia Brazileira. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 349–378, 1856.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, n. 20, 1841.

RIBEIRO, Nelson Porto. **A Igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro e suas congêneres. Um estudo iconográfico do desenvolvimento do plano centrado e suas variantes**. 1990. Dissertação de Mestrado - Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Espaço e Iconologia na Arte de Mestre Valentim**. 2000. 299 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2015.

SMITH, Robert C. **A talha em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.

SQUEFF, Leticia. Araújo Porto-Alegre e o elogio do barroco. **Revista de História da Arte e da Cultura**, Campinas, n. 24, p. 67–75, 2021.

SQUEFF, Leticia Coelho. Quando a história (re)inventa a arte: a Escola de Pintura Fluminense. **Rotunda**, Campinas, n. 01, p. 19–31, 2003.



FORMAÇÃO JURÍDICA E CIRCULAÇÃO DE SABERES: TRAJETÓRIAS DE MAGISTRADOS ENTRE RECIFE, COIMBRA E O AMAZONAS (1859-1909)

Kivia Mirrana de Souza Pereira[1]

O processo de formação das elites jurídicas no Brasil oitocentista e nas primeiras décadas republicanas está diretamente vinculado às dinâmicas de circulação de saberes, indivíduos e instituições que estruturaram o campo jurídico no espaço luso-brasileiro. As trajetórias dos magistrados revelam redes de formação e sociabilidade que ultrapassam limites regionais e articulam diferentes centros de produção jurídica, nos quais as faculdades de direito, especialmente a de Recife, ocupam posição central na difusão de uma cultura jurídica marcada pela herança coimbrã, pelas demandas estatais e pela reprodução das elites.

A partir da análise de trinta desembargadores do Tribunal de Justiça do Amazonas (fins do século XIX e início do XX), o artigo investiga como uma formação jurídica majoritariamente exógena influenciou a composição dessa elite. O exame da origem geográfica, das instituições de ensino e das matrizes curriculares evidencia padrões de centralização e circulação, conectando Recife, Coimbra e o Amazonas.

Parte-se da hipótese de que a formação jurídica operou como dispositivo de distinção e legitimação do poder, estruturado por uma tensão entre permanências e mudanças. A análise das gerações formativas, da matriz imperial clássica à formação republicana, revela a persistência de referências herdadas e inflexões decorrentes das reformas do ensino jurídico, evidenciando a complexidade da constituição do campo jurídico brasileiro.

Entre ideias e territórios: Formação jurídica, centralização institucional e recrutamento das elites jurídicas em Recife e Amazonas.

Muito antes de ocuparem cargos na magistratura no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a partir de 1891, os trinta desembargadores aqui analisados partilharam um espaço comum de formação: as faculdades de direito. No final do século XIX, especialmente na

[1] Doutoranda em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com período de estágio doutoral pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC/AM). E-mail: mirranakivia@gmail.com



Faculdade de Direito do Recife, indivíduos oriundos de diferentes províncias encontravam não apenas instrução jurídica, mas também redes de sociabilidade e contatos profissionais, fundamentais para a construção de suas carreiras e para a configuração do poder judiciário brasileiro. Ao reunir informações sobre naturalidade, ano de formação e instituição de ensino, a tabela a seguir permite identificar padrões de recrutamento e centralização institucional, evidenciando o papel predominante do curso jurídico recifense na formação dos desembargadores do período:

Tabela 1: Formação acadêmica e origem dos desembargadores (1859–1909)[2]

Nº	NOME	Naturalidade	Formação	Escola
01	Felipe H. da C. Meninéa	Pará	1859	Recife
02	Amâncio G. dos Santos	Bahia	1868	Recife
03	Arminio A. P. de Souza	Pará	1868	Recife
04	Luiz Duarte da Silva	Bahia	1869	Recife
05	Manoel J. de O. Miranda	Pernambuco	1869	Recife
06	Liberato V. B. Coutinho	Pernambuco	1870	Recife
07	José Antônio Floresta Bastos	Bahia	1871	Recife
08	Jovino A. de C. Maia	Alagoas	1873	Recife
09	Manoel Agapito Pereira	Pernambuco	1884	Recife
10	Estevão de Sá C. d'Albuquerque	Pernambuco	1884	Recife
11	César do Rego Monteiro	Piauí	1885	Recife
12	Abel de Souza Garcia	Ceará	1886	Recife
13	José A. d' A. Menezes	Pernambuco	1886	Recife
14	Paulino J. de S. e Mello	Pernambuco	1889	Recife
15	Benjamin de Souza Rubim	Maranhão	1889	Recife
16	Raymundo S. Perdigão	Maranhão	1890	Recife
17	Luiz F. de O. Cabral	Ceará	1890	Recife
18	Antônio G. P. de Sá Peixoto	Rio de Janeiro	1891	São Paulo
19	Gaspar A. V. Guimarães	Pernambuco	1892	Recife
20	José L. R. da Câmara	Rio G. do Norte	1894	Recife
21	Emílio B. F. de Almeida	Pernambuco	1894	Recife
22	Martinho de Lima Alencar	Pernambuco	1894	Recife
23	Arthur V. do C. Ribeiro	Pernambuco	1904	Recife
24	Antero Coelho Rezende	Piauí	1908	Recife
25	Emiliano S. Affonso	Paraíba	1909	Recife

[2] O recorte temporal adotado nesta discussão refere-se às datas de formação dos desembargadores analisados, tomadas como balizas analíticas para a delimitação do período, uma vez que permitem situar os diferentes momentos de sua formação jurídica.

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8



26	Hamilton Mourão	Piauí	1909	Recife
27	Sindolpho A. Santiago	-	-	-
28	Raul Augusto da Mata	-	-	Recife
29	Francisco de Paula Faria e Souza	-	-	Recife[3]
30	Raimundo Vidal Pessoa	-	-	Recife

Fonte: Faculdade de Direito do Recife. Lista geral dos estudantes matriculados na Faculdade de Direito do Recife. Tipografia de *Manoel Figueirôa de Faria & Filhos*. Vários anos

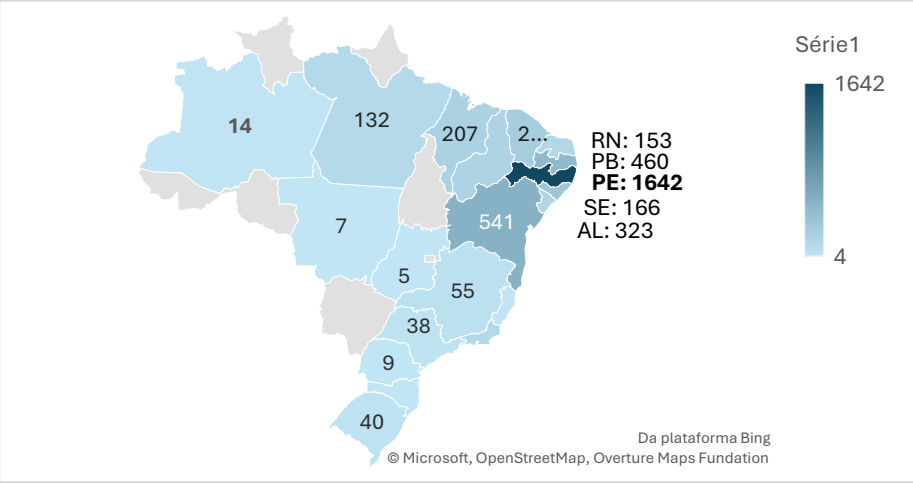
Como observado, dos trinta magistrados identificados, vinte e oito obtiveram sua formação na Faculdade de Direito do Recife, enquanto apenas um caso, o de Antônio Sá Peixoto, corresponde à Faculdade de Direito de São Paulo. Até o momento, não foram localizados os dados de formação de Sindolpho Santiago. Esse dado confirma tanto a centralidade do Recife, bem como a sua capacidade de projeção para além do espaço regional imediato, alcançando áreas mais distantes, como a Amazônia em um contexto marcado por diferentes nuances.

Entre a principal justificativa para essa dinâmica está relacionada à escassez de profissionais localmente formados em Direito, uma vez que os primeiros bacharéis em Manaus se graduam em 1914, após a criação da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus, em 1909. A defasagem evidencia a inexistência, até o início do século XX, de um circuito formativo autônomo na região, implicando a dependência da formação jurídica de Recife. Nesse contexto, consolida-se uma elite jurídica de caráter exógeno, cuja composição pode ser observada na distribuição da origem geográfica dos desembargadores que atuaram no Tribunal de Justiça entre os anos de 1891-1930: Pernambuco (10), Bahia e Piauí (3 cada), Pará, Ceará e Maranhão (2 cada), além de ocorrências pontuais em outras províncias como Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Rio de Janeiro, com apenas um representante de cada.

Quando observada e comparada em escala e perspectiva nacional, a Faculdade de Direito do Recife afirma-se como um dos principais centros de formação de quadros políticos e administrativos, da magistratura e da advocacia no Brasil oitocentista e das primeiras décadas republicanas (CARVALHO, 2023; ADORNO, 1988). Entre 1859 e 1909, cerca de 4.400 alunos concluíram o curso, permitindo identificar padrões de circulação e recrutamento dessas elites. Quando projetados espacialmente (Mapa 1), esses dados demonstram a estrutura regional que sustentava a formação jurídica no período:

[3] A notícia disponível refere-se ao "Resultado dos atos de ontem", mencionando o estudante do 1º ano Francisco de Paula Faria, matriculado nas disciplinas de Direito Romano e Direito Natural, no ano de 1891, na Faculdade de Direito do Recife (Jornal *A Província*, Recife, 8 de outubro de 1891, ano XIV, n. 224).

Mapa 1[4]: Distribuição geográfica da naturalidade dos bacharéis formados pela Faculdade de Direito do Recife (1859–1909)[5]



Fonte: BEVILAQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. v. 1, 1927. Dados organizados pela autora a partir das listas dos formados (1859–1909).

Naturalmente, a concentração mais expressiva verifica-se em Pernambuco, com aproximadamente 1.641 bacharéis, número que representa mais de um terço do total. Contudo, o seu raio de influência ultrapassava os limites provinciais, projetando-se sobre o conjunto do Nordeste. Estados como Bahia (542), Paraíba (460), Ceará (259), Alagoas (323), Maranhão (207), Piauí (188), Rio Grande do Norte (153) e Sergipe (166) compõem um conjunto expressivo que evidencia a capacidade de Recife de atrair estudantes de diferentes origens e de articular, em um mesmo espaço formativo, as elites provinciais que, posteriormente, também serviriam a República.

Esse padrão de concentração e atração regional evidencia, de modo mais amplo, o papel estruturante desempenhado pela Faculdade de Direito do Recife que, desde sua instalação inicial em Olinda, foi designada como formadora de quadros oriundos das regiões então

[4] O mapa representa a distribuição da naturalidade dos bacharéis formados pela Faculdade de Direito do Recife entre 1859 e 1909, por unidade territorial. A intensidade da coloração indica a concentração relativa de indivíduos, sendo os tons mais escuros associados a maiores contingentes. Os valores absolutos estão indicados diretamente no mapa, com forte concentração regional no Nordeste. As demais unidades apresentam valores significativamente menores, o que sugere uma participação mais limitada de outras regiões no conjunto analisado. A leitura do mapa deve considerar que a representação enfatiza a distribuição espacial dos bacharéis, não correspondendo a proporções demográficas das províncias/estados no período.

[5] Embora existam representações cartográficas históricas do período, optou-se pela utilização da divisão territorial atual como recurso de padronização espacial, a fim de facilitar a leitura e a comparação dos dados, sem prejuízo à interpretação das dinâmicas regionais analisadas.

designadas como "Norte" do país. Essa configuração tampouco se explica por uma dinâmica espontânea, nem pode ser reduzida a um efeito da mera proximidade geográfica, mas inscreve-se nas próprias diretrizes que orientaram a organização do ensino jurídico no Império, as quais privilegiaram a criação de poucos centros de formação superior, dotados de forte capacidade de polarização.

A própria divisão entre as Faculdades do Norte (Pernambuco) e do Sul (São Paulo) apoiava-se em justificativas que articulavam fatores como o meio físico diante da vastidão territorial brasileira, diferenças percebidas na formação da "raça", na cultura e nas tradições históricas, ao mesmo tempo em que respondia à necessidade de preservação da unidade política do Império, em um contexto marcado pelas recorrentes ameaças de fragmentação que atravessavam a América Latina contexto das independências ibero-americanas. Nesse sentido, não por acaso Pernambuco foi concebido como espaço propício para a instalação de um centro de ensino superior, pois, como observava Beviláqua,

> Estava, por todos esses motivos, naturalmente, indicado Pernambuco para sede de um dos focos de irradiação de cultura superior no Brasil. É muito provável que na mente dos nossos políticos, em 1827, não se apresentassem, nitidamente, todas as ideias, que acabam de ser invocadas. Mas elas exprimem a verdade sociológica, testemunhada pela história e ainda que vagamente percebidas, foram, mesmo assim, uma força que concorreu poderosamente para que fosse Olinda a sede do Curso Jurídico do Norte. E a influência da Faculdade de direito de Pernambuco, sobre o desenvolvimento mental do Brasil, foi mais fecundo e mais enérgico, devido a essas circunstâncias (BEVILAQUA, 1927, p.15-16)

Essa centralidade institucional articula-se, na tradição historiográfica, a uma interpretação mais ampla de Pernambuco como uma província marcada por inclinações liberais e por um "intenso amor da pátria" (BEVILAQUA, 1927, p. 14). Essa leitura associa-se ao protagonismo local na Insurreição Pernambucana e à recorrência de movimentos de contestação ao longo do período colonial e imperial, como a Guerra dos Mascates (1710), a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824). Ainda que essa interpretação reforce a ideia de uma continuidade de tradições políticas, frequentemente mobilizada para construir uma narrativa de vocação liberal e "espírito revolucionário" pernambucano, a historiografia mais recente tem se dedicado a problematizar essa leitura linear e teleológica.

Como observam Pimenta e Fanni (2019), "a palavra 'revolução' não é exatamente a mesma ao longo desse largo espectro temporal […], seus usos variam; também os conteúdos a ela atrelados se modificam" (p.3), o que evidencia a necessidade de compreender esses movimentos a partir de suas especificidades históricas. Assim, em vez de serem interpretados

Actas Completas e Resumos do 8º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Representações
Maria Ferreira & Elis Regina Barbosa Angelo (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2026 | ISBN 978-989-9037-90-8

como expressões de uma tradição contínua e homogênea, devem ser analisados sob a ótica de múltiplas linguagens políticas, em que distintos grupos mobilizaram repertórios variados para disputar poder e redefinir as formas de organização política, permitindo compreender Pernambuco não como portador de uma essência revolucionária fixa, mas como um espaço dinâmico, atravessado por conflitos e negociações.

Contudo, outros fatores foram fundamentais para o fluxo de formação no Recife, como a proximidade geográfica, os menores custos de deslocamento e, sobretudo, a densidade das redes familiares e políticas estabelecidas na região, que contribuem para explicar essa predominância. Nesse sentido, a instituição operava simultaneamente como centro de ensino e como mecanismo de consolidação de uma elite jurídica formada no Recife, mas com projeção nacional, cujos membros atuavam em diferentes estados, ocupando posições nos âmbitos administrativo, político e intelectual.

O Amazonas é o exemplo estratégico dessa dinâmica. Diante da necessidade de quadros para a composição dos órgãos burocráticos e judiciais (CARVALHO, 2023, p.83), esse processo assume contornos específicos, uma vez que ao longo de cinquenta anos apenas 14 bacharéis formados em Pernambuco eram amazonenses[6] e não chegaram ao cargo da magistratura entre os anos de 1891 e 1930. Trata-se, portanto, de uma consequência da centralização do ensino jurídico e da produção do saber, que condicionou a construção das elites locais na Amazônia. Isso significa que o acesso aos postos estratégicos esteve mediado por credenciais adquiridas fora da região, reforçando a ideia de uma elite cuja legitimidade se funda em capitais e redes acumulados externamente.

Ainda é importante dizer que os dados relativos à origem dos bacharéis evidenciam que a Faculdade de Direito do Recife se constituiu como um polo formativo de alcance nacional e, ainda que em escala limitada, como espaço de atração internacional. A presença de estudantes oriundos de países como Áustria, Alemanha, França, Paraguai e Uruguai (Montevidéu), além de centros como Buenos Aires, indica a inserção da instituição em circuitos de circulação de

[6] Os dados indicam que, ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, apenas um número reduzido de bacharéis naturais do Amazonas obteve formação jurídica em Pernambuco. Entre eles, destacam-se: Guilherme Amazonas de Sá (1864), Alexandre Herculano de Brito Amorim (1886), Paulino de Almeida Britto (1889), Geraldo Matheus Barbosa de Amorim (1893), Manoel Joaquim de Castro Costa (1893), Genuino Amazonas de Figueiredo (1894), Rodrigo Rodrigues da Costa (1899), Heliodoro Nery de Lima Baldi (1902), Victor Antonio de Souza (1903), Ricardo Mattheus Barbosa de Amorim (1905), Manoel Deodato Henrique de Almeida (1907), Ismael Henrique de Almeida (1908), Pedro Luiz Limpson (1908) e Raymundo Rocha dos Santos (1908). Esses casos evidenciam que, embora houvesse circulação de naturais da região pelos centros formadores, sua presença permaneceu quantitativamente limitada, reforçando a dependência de quadros formados externamente para a composição das elites jurídicas locais.



saberes jurídicos e de elites letradas, pensando a história intelectual em perspectiva da história global, que propõe substituir o "Estado-nação" como eixo de análise (SANTOS JÚNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 485), deslocando o foco para dinâmicas de conexão, circulação e integração histórica. Embora o número seja pequeno, a presença de estudantes estrangeiros deve ser compreendida como indício de inserção em redes intelectuais mais amplas em caráter latino-americano e atlântico.

Nesse sentido, a predominância de 4 bacharéis portugueses[7] na Faculdade de Direito do Recife deve ser compreendida como expressão das dinâmicas que articulavam o espaço luso-brasileiro no século XIX. O deslocamento de estudantes e ideias nesse espaço não implicava ruptura, mas a ampliação de trajetórias dentro de um mesmo universo de referências intelectuais. Para aqueles que pretendiam construir suas trajetórias no Brasil, a formação jurídica no Recife constituía uma estratégia de aproximação às oportunidades profissionais, em um contexto de expansão do aparato estatal e do campo intelectual (VENANCIO FILHO, 2004; FONSECA, 2005).

A trajetória de Antônio de Souza Pinto ilustra essas possibilidades. Nascido no Porto, em 1843, transferiu-se ainda jovem para Pernambuco, em 1855, onde se formou e se projetou como advogado, jornalista, poeta e intelectual. Sua produção inclui obras como Harpejos da Mocidade, Ideias e Sonhos, Poesias, O Marquês de Pombal e o Dicionário da legislação comercial, (BEVILÁQUA, 1927, p. 206) e evidencia não apenas a inserção bem-sucedida no meio jurídico, mas também a participação ativa na vida cultural e política do período que garantiam privilégio e legitimação nas posições de poder.

A partir dessa chave analítica, a reflexão de António Manuel Hespanha permite compreender que o direito erudito, em vez de refletir a totalidade das práticas jurídicas, constituía antes um campo de saber dotado de forte carga simbólica, que tendia a se impor como instância legítima de regulação social, ao mesmo tempo em que desqualificava outras formas de normatividade, associadas ao universo dos "rústicos" e da oralidade (HESPANHA, 2005, p. 48-52). Esse processo implicava não apenas uma hierarquização entre diferentes formas de direito, mas também entre os próprios indivíduos, na medida em que o domínio do saber jurídico letrado não se encontrava amplamente distribuído na sociedade. Em um contexto marcado por níveis bastante reduzidos de alfabetização, o acesso à cultura escrita e à formação jurídica constituía um recurso social altamente concentrado. De acordo com dados do Censo de 1872, apenas cerca de 15,7% da população brasileira sabia ler e escrever, enquanto aproximadamente 84,3%

[7] São eles: Luiz da Ponte Ribeiro, Manoel José Gonçalves Fraga, Antônio de Souza Pinto, Affonso de Souza Vasconcellos e Alfredo Souza. (BEVILAQUA, 1927)

era analfabeta (BRASIL, 1874), o que evidencia o caráter profundamente seletivo do acesso aos circuitos letrados.

Nessas condições, o domínio da linguagem jurídica, fortemente apoiada na escrita, em tradições doutrinárias e em códigos técnicos específicos, operava como um marcador de distinção social, delimitando fronteiras entre aqueles aptos a participar das instâncias formais de produção e aplicação do direito e aqueles que permaneciam à margem.

De acordo com Pierre Bourdieu, o campo jurídico configura-se como um espaço de produção de autoridade no qual o capital cultural se converte em capital simbólico e, consequentemente, em poder social; trata-se, portanto, de um campo de forças e disputas, em que as elites jurídicas mobilizam diferentes formas de capital para consolidar posições de domínio e influência (WACQUANT, 2013, p. 89). Ao mesmo tempo, esse campo é duplamente determinado: se, por um lado, apresenta relativa autonomia e resistência a influências externas, por outro, é atravessado por formas de violência simbólica e pela atuação do Estado, o que influencia a produção e a reprodução da lei como instrumento de dominação (BOURDIEU, 1989, p. 210-212). Assim, o conteúdo prático da lei, expresso nos veredictos, resulta de disputas simbólicas entre agentes dotados de competências desiguais, que mobilizam os recursos jurídicos disponíveis para impor suas interpretações e interesses.

Sob esse prisma, a formação jurídica revela-se elemento basilar, e a análise do currículo da Faculdade de Direito do Recife, em diálogo com o modelo da Universidade de Coimbra, permite compreender como essa distinção era produzida no plano institucional. Embora a experiência brasileira tenha incorporado novas disciplinas e debates ao longo da segunda metade do século XIX, seu núcleo formativo permaneceu fortemente ancorado na tradição coimbrã, marcada pelo ensino do direito romano, canônico e pelas bases do direito público e privado europeu. Essa continuidade assegurava a circulação de referências comuns no espaço luso-brasileiro e reforçava o caráter seletivo da formação jurídica, ao exigir o domínio de uma cultura letrada específica, de linguagem técnica e de repertórios doutrinários especializados.

É precisamente nesse ponto que as reflexões produzidas pelos próprios agentes do campo jurídico permitem iluminar as tensões que atravessaram a organização do ensino jurídico no Brasil. Na comemoração do centenário da criação dos cursos jurídicos, o Prof. Odilon Nestor, em seu artigo "O papel cultural da Academia do Recife", publicado em 1927, evocou um dilema que atravessou a segunda metade do século XIX e o início do século XX:

> Por alguns motivos devia surgir e medrar também em Olinda esse espírito de corporação, que se traduz na ideia de se associarem mestres e estudantes, de viverem e trabalharem conjuntamente, e o qual tem suas origens nas universidades da Idade Média, de que os do nosso tempo não são senão filhas, "filhas legítimas",



> como já foram chamadas. A continuidade histórica e a sobrevivência das tradições já seriam um desses motivos – o principal motivo. As tradições são os últimos elos de ligação entre as universidades de hoje e as universidades medievais de onde elas são diretamente oriundas. (NESTOR, 1927, p. 129)

Sem dúvida, as chamadas "filhas legítimas" referem-se aos cursos jurídicos instituídos no Brasil no século XIX, a partir da Lei de 11 de agosto de 1827, marco fundador do ensino jurídico nacional e elemento central no projeto de organização do Estado Imperial. A criação das academias de direito, em São Paulo e em Olinda (posteriormente transferida para o Recife) não se limitou à formação técnica dos bacharéis, mas constituiu um dos principais mecanismos de reprodução e recrutamento das elites dirigentes.

Em consonância com essa interpretação, o professor Gilberto Amado ressaltava a relevância de uma unidade não apenas política, mas também moral, responsável por fomentar uma consciência jurídica no país por meio da cultura difundida com a criação dos cursos jurídicos:

> A formação de uma consciência jurídica no país por obra da cultura difundida com a fundação desses gloriosos cursos que hoje celebramos, foi um dos elos mais fortes da articulação nacional.
> A esplendida unidade moral e política do Brasil, frondosa, florescente e frutificante árvore, solidamente plantada no continente americano, mergulha as suas raízes poderosas em camadas mais profundas, estratificadas, a pouco e pouco, no solo espiritual da nacionalidade. Dessas raízes um dos galhos bifurcados ao norte e ao sul, vigorosos braços penetrantes recebem há um século, na Faculdade do Recife e na Faculdade de São Paulo, a seiva mais nutritiva. (AMADO, 1927, p. 48)

As formulações de Nestor e Amado explicitam uma percepção compartilhada entre os agentes do campo jurídico: a de que o ensino do Direito no Brasil se estruturava a partir de uma tensão entre tradição e adaptação, continuidade e transformação. Ao reivindicarem a filiação às universidades medievais e à tradição coimbrã, inscrevem o ensino jurídico brasileiro em uma longa duração histórica, ao mesmo tempo em que reconhecem sua função na construção de uma ordem nacional específica.

Essa tensão projeta-se de maneira particularmente nítida na organização do ensino jurídico, sobretudo na estrutura das disciplinas ao longo do século XIX e início do XX. Ao examinar a formação dos bacharéis que vieram a ocupar cargos de desembargadores no Estado do Amazonas, é possível identificar a coexistência de, ao menos, três gerações formativas distintas. Parte-se da hipótese de que as formações não foram homogênea, estruturando-se, ao contrário, a partir de três matrizes formativas específicas: (1) uma formação imperial



clássica, ancorada no modelo curricular consolidado pelo Decreto de 1854, diretamente tributário da tradição coimbrã; (2) uma fase de transição intelectual, impulsionada pelas reformas de 1879, marcada por inflexões no sentido da modernização e da ampliação do repertório jurídico; e (3) uma formação republicana, vinculada às reconfigurações institucionais posteriores a 1891, caracterizada pela crescente especialização e pela centralidade do direito positivo estatal, ficando assim distribuídos:

Tabela 2: Gerações jurídicas e matrizes curriculares na formação dos desembargadores do Amazonas (século XIX – início do século XX)

Geração jurídica	Matriz curricular	Bacharéis formados:
Formação imperial clássica	Estatutos de 1854	Felipe H. da C. Meninéa; Amâncio G. dos Santos; Arminio A. P. de Souza; Luiz Duarte da Silva; Manoel J. de O. Miranda; Liberato V. B. Coutinho; José Antônio Floresta Bastos; Jovino A. de C. Maia
Transição intelectual	Reforma de 1879	Manoel Agapito Pereira; Estevão de Sá C. d'Albuquerque; César do Rego Monteiro; Abel de Souza Garcia; José A. d' A. Menezes; Paulino J. de S. e Mello; Benjamin de Souza Rubim; Raymundo S. Perdigão; Luiz F. de O. Cabral; Gaspar A. V. Guimarães; José L. R. da Câmara; Emílio B. F. de Almeida; Martinho de Lima Alencar
Formação republicana	Reformas de 1891–1901	Arthur V. do C. Ribeiro; Antero Coelho Rezende; Emiliano S. Affonso; Hamilton Mourão

A sistematização apresentada na Tabela 2 permite identificar que a formação dos resultou da articulação de diferentes matrizes curriculares, correspondentes a momentos distintos da organização do ensino jurídico no Brasil. A distinção entre formação imperial clássica, transição intelectual e formação republicana não deve ser compreendida como mera periodização cronológica, mas como um recurso analítico que evidencia a coexistência de diferentes regimes de saber no interior do campo jurídico através das permanências e práticas dos seus agentes. Portanto, as gerações expressam transformações mais amplas nas formas de conceber, sistematizar e aplicar o direito, permitindo compreender como a tradição coimbrã foi progressivamente reinterpretada no Recife e, posteriormente, apropriada no Amazonas, caracterizando sistemas próprios de rupturas ou permanências no interior da justiça. É a partir dessa chave interpretativa que se torna possível examinar, de forma mais detida, as especificidades de cada uma dessas matrizes formativas.

A análise da chamada formação imperial clássica, estruturada pelos Estatutos de 1854, revela não apenas a permanência de conteúdos jurídicos tradicionais, mas, sobretudo, a consolidação



de um regime específico de produção do saber jurídico, profundamente enraizado na tradição luso-coimbrã. Nesse sentido, a centralidade atribuída ao Direito Natural, ao Direito das Gentes e ao Direito Romano deve ser compreendida menos como uma escolha pedagógica contingente e mais como a expressão de uma racionalidade jurídica que privilegia a abstração, a universalidade e a sistematicidade. Conforme assinala Mendes, o ensino do Direito Natural ocupava posição estruturante no currículo, sendo concebido como "a fonte de todo o Direito", a partir da qual se poderiam extrair "os princípios gerais e universais para regular todos os direitos, deveres e convenções do homem" (MENDES, 2019, p. 187). Essa concepção evidencia a adesão a um paradigma jusnaturalista que, alinhado ao ideário iluminista, buscava fundar o direito em bases racionais e universais, ainda que, no contexto brasileiro, essa racionalidade assumisse contornos específicos, marcados por seu caráter apologético, pela compatibilização com a ordem escravocrata, pela subordinação ao projeto estatal das elites e por um formalismo abstrato que distancia o direito de suas determinações sociais concretas.

Com efeito, essa matriz epistemológica não se orientava para a problematização da realidade social, mas antes para sua ordenação abstrata. Como destaca Tagliavini, a influência coimbrã produziu um ensino jurídico "abstrato e essencialista, distante da realidade histórica e material" (TAGLIAVINI, 2017, p. 109), o que contribuiu para a formação de uma cultura jurídica marcada pelo formalismo e pela autorreferencialidade que operar a partir de seus próprios códigos, categorias e critérios internos de validação. Trata-se, portanto, de um saber que se pretende universal, mas que, ao fazê-lo, tende a obscurecer as determinações históricas e sociais do direito, reforçando uma visão normativista e descontextualizada da prática jurídica. Essa característica não é acidental, mas estrutural: decorre da própria tradição intelectual herdada de Coimbra, cuja formação, especialmente após a reforma pombalina, de 1772, combinava racionalismo jurídico com uma orientação pragmática voltada à organização do Estado.

Nesse ponto, a articulação entre formação jurídica e estrutura de poder revela-se de maneira particularmente evidente. A educação jurídica no Brasil oitocentista não pode ser dissociada do fenômeno do bacharelismo, compreendido como um mecanismo específico de reprodução das elites dirigentes. Mais do que um simples processo formativo, o ensino jurídico operava como dispositivo de distinção social, conferindo aos seus egressos um capital simbólico capaz de legitimar o acesso aos cargos políticos e administrativos do Império. Nesse sentido, o saber jurídico não apenas qualificava tecnicamente, mas autorizava social e politicamente seus detentores ao exercício do poder. Como contrapartida, esse mesmo processo contribuía para a manutenção de uma estrutura profundamente excludente, na medida em que restringia o

acesso ao ensino superior a grupos sociais privilegiados, mantendo a maior parte da população afastada dos espaços de decisão e, consequentemente, da própria participação política.

A homogeneidade dessa elite jurídica, por sua vez, não é fortuita, mas resultado direto da formação comum proporcionada pela Universidade de Coimbra. Conforme assinala Mendes, essa instituição era construída de certa homogeneidade aos bacharéis que ocupariam os cargos administrativos, "sendo possível que seus valores, linguagem e ideal de nação resultem de uma conexão entre a cultura portuguesa ilustrada e as várias características das províncias do Brasil imperial" (MENDES, 2019, p. 105). Essa uniformidade intelectual e cultural permitiu a constituição de um corpo dirigente relativamente coeso, capaz de atuar na construção e consolidação do Estado nacional. Neder e Cerqueira Filho reforçam essa perspectiva ao destacarem que a cultura jurídica coimbrã atravessou o Atlântico e "deitou raízes profundas na cultura jurídica brasileira" (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2018, p. 107), evidenciando a persistência de padrões formativos e intelectuais que moldaram a atuação dos juristas no Brasil.

Dessa forma, a formação imperial clássica deve ser compreendida como elemento constitutivo do próprio processo de construção do Estado brasileiro. Como observa Tagliavini, os cursos jurídicos criados em 1827 não tinham como objetivo primordial a produção de conhecimento jurídico autônomo, mas a formação de dirigentes para o novo país (TAGLIAVINI, 2017, p. 111). O ensino jurídico, portanto, integra-se a um projeto mais amplo de edificação estatal, no qual a produção de saber e a formação de quadros administrativos se entrelaçam de maneira indissociável.

Importa destacar que esse modelo formativo articula, de modo paradoxal, elementos de ruptura e continuidade. Se, por um lado, a criação dos cursos jurídicos no Brasil representa uma inflexão institucional relevante, ao deslocar a formação das elites da metrópole para o território nacional, por outro, preserva-se uma continuidade epistemológica e social profunda, expressa na manutenção da matriz coimbrã e na reprodução de uma cultura jurídica elitista e formalista. Nesse contexto, a magistratura emerge não como instância técnica neutra, mas como extensão de uma cultura erudita que, ao privilegiar a abstração e os princípios universais, contribui para a legitimação de uma ordem social hierarquizada tanto a nível nacional quanto na realidade amazonense em que os desembargadores atuaram.

É precisamente a partir dessa base, marcada pela persistência de uma matriz coimbrã, pela centralidade do bacharelismo e pela articulação entre saber jurídico e poder, que se tornam mais inteligíveis as inflexões observadas nas gerações subsequentes. Com efeito, a chamada fase de transição intelectual, associada à Reforma de 1879, não pode ser compreendida como

uma ruptura abrupta com o modelo anterior, mas antes como uma reconfiguração interna desse mesmo paradigma.

A documentação analisada por Navarro permite aprofundar essa leitura ao evidenciar que, até o final do período imperial, o ensino jurídico permanecia fortemente submetido à intervenção direta do Estado, que regulava conteúdos, nomeações e práticas acadêmicas com o objetivo de alinhar a formação jurídica aos interesses do poder central (NAVARRO, 2010, p. 11–12). Nesse contexto, a introdução de disciplinas como Direito Administrativo, Direito Comercial e Economia Política deve ser interpretada menos como um simples enriquecimento curricular e mais como expressão de uma mudança na racionalidade do próprio Estado, que passa a demandar quadros tecnicamente mais aptos à gestão de uma estrutura administrativa em expansão.

Dessa forma, a inflexão de 1879 traduz um deslocamento significativo: o direito deixa de ser concebido predominantemente como um saber de fundamentação universal e passa a assumir, de maneira mais explícita, uma dimensão instrumental. Contudo, essa transformação não implica o abandono da tradição anterior, mas sua adaptação. A cultura jurídica erudita, de base romanista e jusnaturalista, continua a operar como fundamento simbólico de legitimação, ao mesmo tempo em que se sobrepõe a ela uma camada de saberes voltados à prática estatal. A geração formada nesse período, portanto, não rompe com o modelo clássico, mas o reinscreve em uma nova lógica funcional. Nesse contexto, ainda é contundente afirmar que o ensino jurídico, desde sua origem, esteve intrinsecamente vinculado aos interesses políticos e econômicos das elites dominantes, funcionando como instrumento de reprodução social e de atendimento às demandas do Estado (BOVE, 2006, p.127). A Reforma de 1879, nesse sentido, não altera essa função estrutural, mas a torna mais eficiente, ao ajustar o perfil do bacharel às exigências de uma administração pública mais complexa e especializada.

Inserida nesse movimento mais amplo, a formação republicana, vinculada às reformas de 1891–1901, representa um momento de aprofundamento das inflexões anteriormente delineadas. Nesse novo arranjo, a reorganização institucional do Estado republicano redefine as estruturas políticas e reorienta as bases de legitimação do saber jurídico, deslocando o eixo formativo para uma valorização crescente do direito positivo e da especialização técnica.

Essa reconfiguração torna-se particularmente visível na progressiva fragmentação curricular e na diferenciação interna das disciplinas da Faculdade de Direito do Recife, tal como estruturada na década de 1890, especialmente em 1896. A organização do curso em cadeiras específicas que partem de um núcleo inicial composto por Filosofia do Direito, Direito Romano e Direito Público e Institucional, desdobra-se, nos anos subsequentes, em uma arquitetura curricular cada vez mais complexa e especializada.

Esse movimento se expressa na multiplicação de áreas como Direito Civil (em suas diversas partes), Direito Criminal (com ênfase no direito militar e no regime penitenciário), Direito Comercial (incluindo direito marítimo, falências e liquidação judicial), Direito Internacional Público e Diplomacia, Economia Política, Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado, Teoria do Processo civil, comercial e criminal, Medicina Pública, Prática Forense, Ciência da Administração e Direito Administrativo, História do Direito, com destaque para o direito nacional, e Legislação Comparada. Essa configuração evidencia a transição de um modelo formativo relativamente unitário, de inspiração enciclopédica, para um campo jurídico internamente segmentado, estruturado em domínios especializados de saber e de atuação.

A reorganização curricular pode ser interpretada como resposta, ainda que tardia, a críticas já formuladas no interior do próprio campo jurídico. Nesse sentido, ganha relevo a intervenção do Prof. Antônio de Vasconcelos Menezes de Drummond que, desde 1864, ao apresentar sua Memória Histórica Acadêmica à Congregação dos Lentes da Faculdade de Direito do Recife, denunciava a inadequação do plano de estudos então vigente, qualificando-o como "deficiente e maldisposto" (DRUMMOND,1864, p.9) tanto pela ausência de cadeiras consideradas indispensáveis quanto pela má distribuição das matérias. Para sustentar sua crítica, Drummond recorreu à comparação com modelos europeus, como os de Coimbra, Bélgica e Holanda, evidenciando a defasagem do ensino jurídico brasileiro diante de padrões já marcados por maior sistematicidade e especialização, e afirmando as necessidades de referências coimbrãs.

Diante do exposto, a estrutura curricular republicana deve ser compreendida como expressão de um duplo movimento: de um lado, responde às exigências de um Estado em processo de reorganização, incorporando, ainda que de modo gradual, demandas por racionalização, tecnificação e modernização do ensino jurídico; de outro, preserva continuidades profundas que vinculam essa formação à tradição anterior. Consequentemente, a figura do bacharel é redefinida, passando a ser concebido como operador técnico, dotado de competências especializadas e apto a atuar em diferentes esferas da vida jurídica e administrativa, o que não elimina sua função simbólica como agente legitimado do poder.

Com efeito, a especialização e a fragmentação curricular não implicam uma ruptura estrutural, mas antes uma reconfiguração das formas pelas quais o saber jurídico se articula às dinâmicas estatais e sociais. Permanecem elementos centrais, como a valorização de uma cultura jurídica geral e, sobretudo, a centralidade do bacharelado como credencial de acesso às posições de prestígio e mando, portanto, mesmo em meio às transformações e à expansão do ensino jurídico, este continua a operar como mecanismo de ascensão social restrita e de reprodução das hierarquias existentes, especialmente em um contexto republicano marcado pelo coronelismo e clientelismo.



Assim, a passagem da formação imperial clássica à transição de 1879 e, posteriormente, à formação republicana não configura uma sucessão linear de modelos distintos, mas um processo contínuo de reconfiguração. Alteram-se os conteúdos, as ênfases e as competências valorizadas; preserva-se, contudo, a função estrutural do ensino jurídico como espaço privilegiado de formação das elites dirigentes e de legitimação da ordem social.

Nesse percurso, não se verifica uma ruptura efetiva com a tradição coimbrã, mas antes sua ressignificação. Se, por um lado, as reformas introduzem novas disciplinas, ampliam o repertório jurídico e incorporam exigências de especialização técnica, por outro, mantêm-se os fundamentos epistemológicos e simbólicos herdados de Coimbra, especialmente no que diz respeito ao formalismo jurídico, à centralidade da cultura letrada e ao papel do bacharel como mediador entre o saber e o poder. A tradição, portanto, não é abandonada, mas reconfigurada no interior de novas condições históricas, permanecendo como matriz estruturante do campo jurídico brasileiro, ainda que adaptada às demandas de um Estado em transformação.

Diante dessa reconfiguração, observa-se a continuidade da circulação de ideias e obras jurídicas, apesar das limitações logísticas. Entre 1915 e 1929, a partir da análise da seção "Obras recebidas" do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, verifica-se que cerca de 84 livros e revistas foram incorporados ao acervo da instituição, provenientes de centros como Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Manaus, evidenciando a amplitude dessas redes.

Nesse contexto, a relação com Coimbra deixa de ser unilateral e torna-se mais relacional: o Brasil passa a atuar como produtor de conhecimento jurídico, inserido em circuitos internacionais. Assim, não há ruptura, mas transformação, ou seja, de um vínculo assimétrico para uma dinâmica bidirecional, na qual espaços como Manaus também se afirmam como polos de produção intelectual.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AMADO, Gilberto. A formação da consciência jurídica no Brasil. In: FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Comemoração do centenário dos cursos jurídicos no Brasil (1827–1927)*. Recife: [s.n.], 1927.

BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: [s.n.], 1927.



BOVE, Luiz Antônio. Uma visão histórica do ensino jurídico no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito*, v. 3, n. 3, p. 115-138, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. *Recenseamento geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

DRUMMOND, Antônio de Vasconcellos Menezes de. *Memória histórica acadêmica apresentada à Congregação dos Lentes da Faculdade de Direito do Recife na sessão de 15 de março de 1864*. Recife: [s.n.], 1864.

FONSECA, Ricardo Marcelo. *A formação da cultura jurídica nacional e os cursos de direito no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879)*. 2005. *(verificar: tese ou dissertação e instituição).*

HESPANHA, António Manuel. As fronteiras do poder: o mundo dos rústicos. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, v. 26, n. 51, p. 47-106, 2005.

MENDES, F. A. *Educação jurídica e construção do Estado nacional no Brasil: estudo comparado das faculdades de direito de Olinda e Coimbra (1827-1840)*. 2019. *(verificar: tese ou dissertação e instituição).*

NAVARRO, A. P.; ARAUJO, G. A. D. A Faculdade de Direito de São Paulo e as interferências imperiais no ensino jurídico: uma edição de legislações de 1827 a 1879. 2010. *(verificar periódico ou editora).*

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Formação jurídica e história das faculdades de Direito em Portugal e no Brasil. *Direito em Movimento*, v. 16, n. 2, p. 106-136, 2018.



NESTOR, Odilon. O papel cultural da Academia do Recife. In: FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Comemoração do centenário dos cursos jurídicos no Brasil (1827–1927)*. Recife: [s.n.], 1927.

PIMENTA, João Paulo; FANNI, Rafael. Revolução no Brasil, séculos XVIII a XXI: a história de um conceito, um conceito na história. *Revista de História* (São Paulo), São Paulo, n. 178, p. e04518, 2019.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 483-502, 2017.

TAGLIAVINI, João Virgílio. O DNA dos cursos de direito no Brasil: de Coimbra a Olinda (Recife) e São Paulo. *Revista de Pesquisa e Educação Jurídica*, v. 3, n. 2, p. 109-129, 2017.

VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 96, p. 87-103, 2013.